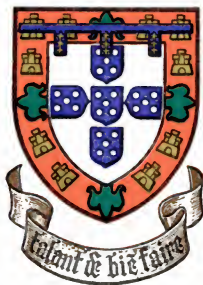


Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME IX

(1445-1448)



COIMBRA

1968

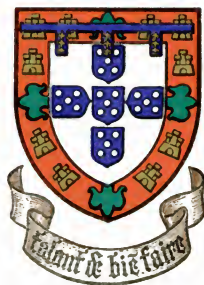
MONUMENTA
HENRICINA

Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

MONUMENTA HENRICINA

VOLUME IX

(1445-1448)



COIMBRA

1968

DIRECÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ANOTAÇÃO CRÍTICA

DE

ANTÓNIO JOAQUIM DIAS DENIS, O. F. M.



Est. 1. — *Vista da cidade de Lisboa no século XVI*
(Iluminação da *Crônica de D. Afonso Henriques*, do Museu Castro Guimarães — Cascais).

AO LEITOR

O presente volume de Monumenta Henricina respeita à segunda metade do ano de 1445 e aos de 1446 a 1448 inclusivamente, ou seja aos últimos anos da regência do reino pelo infante D. Pedro, duque de Coimbra, e início do governo efectivo do mesmo por el-rei D. Afonso V, então de 16 anos de idade completos.

Para a reconstituição histórica deste período da vida nacional falecem-nos, infelizmente, os livros de registo da chancelaria afonsina dos anos de 1447 e 1448. O primeiro, de 264 folhas, ainda existia em 8 de Fevereiro de 1529, mas já então não é mencionado o do ano de 1448 (1); e em 1904 declarou Braamcamp Freire que do livro de 1447 não encontrara sequer vestígios (2). É lacuna deveras grave, que não julgamos preenchível pelas fontes existentes.

No aspecto da história geral do país durante o período em referência sublinharemos, desde já, a documentação do presente volume relativa às cortes de Lisboa de Janeiro de 1446, para entrega do governo do reino a D. Afonso V, nos termos prescritos pelas de Torres Novas de Novembro de 1438 (3), o qual, porém, o monarca manteve ainda então em mãos do regente D. Pedro (4), facto para cuja interpretação poderá contribuir o cotejamento da carta do duque de Coimbra de 30 de Dezembro de 1448 ao conde de Arraiolos (5) com a do citado soberano de 1449, segundo parece, ao de Castela sobre os actos do falecido D. Pedro (6).

(1) Cfr. D. JOSÉ PESSANHA, *Uma reabilitação histórica*. Inventários da Torre do Tombo no século XVI, pp. 300-01.

(2) *A Chancelaria de D. Afonso V*, p. 481, nota 1.

(3) Cfr. o Regimento respectivo, a pp. 265-79 do vol. 6 de *Monumenta Henricina*.

(4) Cfr. os nossos DOCS. 72, 73, 81, 90, 91 e 151.

(5) DOC. 211.

(6) BNL, *Colecção Pombalina*, cód. 443, fls. 85-89 v., editada e comentada por MANUEL HELENO, *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*, a qual será reeditada no próximo volume desta obra.

Pouco depois de haver assumido a chefia do país, em 1448, o Rei Africano aprovava, reconhecidamente, a 11 de Julho, «a boa governança, sabedoria, descriçam e muy grandes trabalhos, asy corporaces como do espritu» de seu tio e sogro, D. Pedro (7), efectuando-se assim a mutação do cenário político do país em boa calma e compreensão mútuas; mas, pelo menos a partir de 7 do mês seguinte, começavam no Porto sintomas de organização de facções a favor do rei e do ex-regente, à guisa de incipiente guerra civil entre tio e sobrinho (8), depois estendidos a mais terras do reino (9). É possível que no Porto se devesse aquele facto, ao menos em boa parte, a eficiente actuação do escrivão da câmara municipal, Alvaro Gil, que julgamos pessoa de D. Pedro e pelo monarca mandado substituir, em carta de 5 de Setembro do mesmo ano, aduzindo embora a ilegalidade de ele se achar no cargo havia mais de três anos (10). De resto, era grande ali a influência do duque de Coimbra, em razão de pessoal seu lá colocado nos melhores postos da justiça e da governança.

Por outra parte, logo surgiram numerosas reclamações, devido a injustiças cometidas pelo ex-regente D. Pedro — sublinha D. Afonso V — contra alguns criados de D. Duarte, seu pai, «e outros sseus serujdores e bem assy da rrajnha [...] e doutros grandes de nossos rregnos da ssua uallia e acostamento», que «foram priuados injustamente de sseus castellos, villas e lugares e offçios que tinham e aynda lhes fforam tomados sseus beens que aujam, asy moujs como de rraiz, sem teendo ffecta coussa algũa per que taees penas ouuessem de pađer, senom soamente por seerem a serujço da dicta senhora rrainha ou dalgũs outros da ssua uallia e acostamento»; pelo que, em 15 de Setembro de 1448 o soberano ordenou se organisassem immediatamente os respectivos processos de reposição de cargos e restituição de bens aos ditos (11).

(7) DOC. 185.

(8) DOCS. 187, 189 e 190.

(9) DOC. 192.

(10) DOCS. 187 e 195.

(11) DOCS. 198 e 199.

As medidas assumidas pelo monarca antes desta tendiam ao apaziguamento do reino, especialmente a norte do país, onde colidia o predomínio do duque de Bragança, que ali tinha seu ducado, com zona de influência política do infante D. Pedro, através de pessoal deste, por ele ali colocado em lugares de relevo e de influência, especialmente na cidade do Porto, já em vida do irmão D. Duarte, quando lá fora tratar dos preparativos da armada contra Tânger, em 1437 (12).

Demais, são sobejamente conhecidas as graves divergências existentes, havia muitos anos, entre os dois duques, sobretudo desde que D. Pedro assumiu a regência do reino, nomeadamente em razão do casamento de el-rei D. Afonso V, em 6 de Maio de 1447 (13), com filha do regente, ao qual sempre se opusera, como é sabido, o conde de Barcelos e depois duque de Bragança. De maneira que a relevância dada pelo monarca àquele no norte, nomeadamente no Porto, a partir de Agosto de 1448, permitindo-lhe ir à cidade todas as vezes que lhe aprouvesse, mandando à câmara municipal dispensasse aos criados e servidores do duque residentes no burgo as honras e liberdades até então usufruídas, substituindo o escrivão do município por criado do duque de Bragança e, enfim, nomeando este para seu fronteiro-mor nas comarcas de Entre Douro e Minho e Trás os Montes (14), tal relevo, dizíamos, agravou sobremaneira a antiga desarmonia entre aqueles dois filhos de D. João I, em nada aliviada, aliás, pela concórdia de 12 de Novembro de 1448, celebrada por iniciativa de D. Afonso V e preparada pelo infante D. Henrique, como em seu texto se declara (15).

(12) Cfr. o DOC. 145 do nosso vol. 6. Pode ver-se também A. J. DIAS DINIS, *A família de Pedro Vaz de Caminha. Novos documentos*, em «Actas do Congresso Internacional de História das Descobrimentos», vol. 3, Lisboa, 1961, pp. 140-41.

(13) DOC. 159 do presente volume.

(14) DOCS. 188, 191 e 200.

(15) DOC. 208. Reproduzimos o documento em «fac-simile». A assinatura do infante D. Pedro mostra-se tremida; a do duque de Bragança, por demasiada débil a tinta, não conseguiu ficar na hellogravura. Sobre a concórdia pode ver-se o comentário do infante D. Pedro em nossa pág. 352 e o de el-rei em sua carta ao soberano

Vindo agora aos derradeiros anos do governo do país pelo infante D. Pedro, segundo os documentos insertos no presente volume. No aspecto internacional, vemos: que, no Setembro de 1445, o doge de Veneza disputou àquele a posse da marca de Treviso, alegando ter-lhe sido concedida e mostrando-se disposto a pagar-lhe o que ela lhe houvesse custado (16); que D. Pedro promoveu e levou a feliz termo, com a anuência do infante D. Henrique e do duque de Bragança, não só o matrimónio do infante D. Fernando com D. Brites, filha do falecido infante D. João, mas ainda o de D. Isabel, irmã daquela, com o rei castelhano D. João II, liquidadas assim por este, através do dote respectivo, as despesas orçadas em 45.000 florins de ouro, da expedição portuguesa de 1445 em sua ajuda contra os denominados Infantes de Aragão (17).

de Castela aduzida em nossa nota 6, onde o monarca português afirma também: — «mandamos ao fante dom Amrique, meu tio, que, de nossa parte, os indusisce e proucasce a concordia».

(16) DOCS. 44 e 109.

(17) DOCS. 50, 62, 111, 134, 138, 141 e 164 do presente volume, bem como os DOCS. 189 e 190 do nosso vol. 8. O casamento, em segundas núpcias, do soberano de Castela com a infanta portuguesa D. Isabel constituiu visível acto político de D. Álvaro de Luna, desde 1445, com mira numa aliança luso-castelhana contra o Aragão. Contudo, nem a *Crónica de Don Álvaro de Luna* nem a *Crónica del Halconero de Juan II* sublinham a interferência dele no assunto, explicitada aliás bem claramente na *Crónica de Don Juan II*: — «Bien habia cinco meses que la Reyna Doña Maria, muger del Rey Don Juan de Castilla era fallecida, y el Condestable (D. Álvaro de Luna) secretamente, é aun sin sabiduría del Rey, tenía acordado con el Infante Don Pedro, Regente de Portugal, que el Rey Don Juan casase con la Infanta Doña Isabel, hija del Infante Don Juan de Portugal. E como quiera que desto desplugo mucho al Rey Don Juan quando lo supo, porque deseaba mucho casar con Madama Regunda, hija del Rey de Francia, como el Condestable gobernase enteramente al Rey, el Rey no pudo escusar de hacer lo quel quería; é así se concluyó este casamiento en la venida deste Condestable de Portugal...» (Año 1445, cap. 16, p. 633).

Também os modernos historiadores castelhanos subscrevem, com a retrocitada *Crónica*, a afirmação de que pretendia D. João de Castela matrimoniar-se com filha do rei de França, sem aludirem a qualquer outra opinião do monarca. Temos, porém,

As relações do regente do reino com o soberano aragonês continuaram tensas após o falecimento da rainha D. Leonor, irmã daquele, em 18 de Fevereiro de 1445. Os motivos de queixa de D. Afonso V de Aragão constam de carta sua de 4 de Janeiro de 1447, em resposta ao duque de Borgonha, que se propusera harmonizar aquele com o infante D. Pedro de Portugal. O aragonês pôs as condições seguintes: que todos os ser-

versão diversa e coeva do acontecimento, ao que parece, segundo a qual o rei castelhano se achava comprometido com o soberano de Inglaterra a casar com filha sua, desde que ele o auxiliara na guerra contra a França, e por conta de cujo dote recebera até, adiantadamente, avultada quantia de dinheiro, além de que ambicionava D. João II aliança do seu país com a Inglaterra. Damos a prova destouta tese, prova não datada, mas anterior ao matrimónio daquele com Isabel de Portugal. Procurámos o original no Archivo Histórico del Ayuntamiento de Madrid; não o tendo encontrado — o que allás não significa que não exista all — reproduzimos o documento de miscelânea impressa. Observou o seu editor: — «Este documento, que no tiene autorización alguna, debió ser traído al Consejo (Cámara Municipal) por alguno de sus Procuradores de Cortes, para conocimiento de lo que se trataba sobre el asunto». Eis pois o texto em referência.

«A la suplicación que, de parte de todo el rregno, se fizo a su alteza para que fiziese merçed a estos sus rregnos de se casar con la señora infanta doña Ysabel de Portugal, por las rrazones que muy largamente, por parte destos rregnos, fueron dichas, el señor grand chancellor, presidente de las dichas cortes, rrespondió, de parte de su alteza, que por el grand desco que tiene del bien destos sus rregnos e por la confianza que tiene en los procuradores de las dichas cortes, le ha mandado les de parte e declare el estado en que estaua lo del dicho casamiento, para que conozcan lo que buenamente puede fazer en ello.

E es que su alteza, tiniendo rrespecto a la conseruation destos sus rregnos, en el tiempo quel rrey de Francia le fazia guerra e que fue menester fazer declarar al rrey de Ynglaterra, su tio e hermano, en su favor, fue entre su alteza e el concertado, entre otras cosas, que se fiziese casamiento entre su alteza e la princesa de Ynglaterra, su fija, con dotte de vn quento de ducados e con promesa que, conpliendo e consintiendo el dicho casamiento, faria jurar a su alteza por principe del dicho rregno con la dicha princesa para subceder en el dicho rregno de Ynglaterra despues de los dias del dicho rrey.

E, en virtude del dicho concierto, el dicho rrey presto y anticipo una buena parte del dinero de dicho dotte; e, demas del dicho casamiento, se concerto que por la

vidores da falecida D. Leonor foragidos do país fossem nele readmitidos e reintegrados em seus bens, ofícios, dignidades, benefícios e respectivos frutos; que todos os bens de que fora espoliada a dita rainha, dinheiro, pratas, jóias, roupas e rendimentos de suas terras, desde o dia em que lhe foram subtraídos pelo regente até o da sua morte, fossem entregues ao soberano de Aragão, para ele socorrer os servidores da falecida e satis-

yndimnidad del dicho rrey de Ynglaterra, pues el, declarandose en favor de su alteza, aua de perder la penson que se le pagaua cada año por el rrey de Francia e el dotte e sostenimiento que se daua a su hermana, que todo junto montaba, en cada año, ciento e treynta mill ducados, que su alteza ouiese de pagar cada año la dicha suma, fasta que, por guerra e por paz, fuese rreyntegrado el dicho rrey de Ynglaterra. De la qual yndimnidad se deuen ya tres años, los quales tan bien uernan en dimnycion de dicho dotte.

E, pues conoscan que inporta el dicho casamiento e de quand grand fruto es tener aquel rregno de Ynglaterra unido e junto con estos rregnos e con los señorios de Flandes e de quanta ynportancia es conseruar la amistad del dicho rrey de Ynglaterra, non parecia conueniente que, sin expresa confirmacion del dicho rrey de Ynglaterra, se tratase de otro casamiento e avn quel mismo rrey se contentase de casar su fija en otra parte e dexar libre a su alteza, para poderse casar como lo pedía; pues esto non consentiria syn cobrar lo que le es debido, que asciende a muy grand suma de dineros, seria rrazon que se le pagase lo debido e, así libre ya, con el nueuo concierto a su contentamiento, faria por conseruar e entretenir su amistad que, de otra manera, seria muy grand ynconueniente para estos rregnos de perder su amistad e el grand prouecho que della se puede seguir.

Por ende, que su señoria, de parte de su alteza, les rogaua e encargaua que quieran bien mirar e considerar todo lo que es dicho e auer el rrespecto que conuene al estado de las cosas presentes e platicar entre ellos el rremedio con el qual se puedan evitar los dichos ynconuenientes, conservando la amistad del dicho rrey de Ynglaterra e faziendo lo que cumple al bien destos rregnos. E, despues de lo suao dicho, el señor grand chancellor nos dixo que, por el amor que tiene a estos rregnos e al bien dellos, avnque le non pidieramos consejo, pues que podiamos conoscer la dificultad e perplexidad del negocio, queria, como de suyo, darnos su parecer, con el qual podriamos pensar e consultar, e es que, por encaminar bien este negocio, se deua ofrecer seruicio tal, que satisfaciese a la nescesidad, con que este seruicio se otorgue condicionalmente, en el caso quel casamiento se faga, e non de otra manera, por que, non faziendose el casamiento, non quedeyn obligados a lo que, por la dicha causa, se prometiере» (*Documentos del Archivo General de la Villa de Madrid interpretados y*

fazer os encargos desta; enfim, que a infanta D. Joana de Portugal, cuja adopção D. Leonor lhe recomendara antes de falecer, lhe fosse confiada para, a seu tempo, a matrimoniar convenientemente (18).

Em Ao Leitor do anterior volume de Monumenta Henricina prometemos occupar-nos neste do caso da infanta D. Joana, ao editarmos mais documentação a seu respeito. Publicámos ali textos relativos às diligências empreendidas pelo rei aragonês, em Abril de 1445, junto de D. Afonso V, dos infantes D. Pedro e D. Henrique, do duque de Bragança e de outras personagens influentes de Portugal, onde o monarca, escrevendo da região napolitana, julgava encontrar-se a dita sua sobrinha, para que a entregassem a emissários seus, pelo motivo acima referido. E, no caso de Portugal lhe confiar, como solicitava, ele daria à infanta 500 florins de ouro e a vila de Alcolea de Cinca, no Aragão, rendimentos que anteriormente doara à sua falecida mãe. Para o caso de D. Joana se encontrar ainda em Toledo, o dito soberano pediu também licença ao rei de Castela a fim de a transferir para o Aragão (19).

Até agora, não encontrámos contestação portuguesa de ninguém àquelas missivas do soberano aragonês, subordinada, naturalmente, à

collectionados por D. Timoteo Domingo Palacio, tomo 3, Madrid, 1907, pp. 13-16). Não há dúvida de que, em 1445, a Inglaterra se interessava por aproximação com Castela e o melhor processo era o do referido matrimónio. Por isso, o soberano inglês, em 9 de Agosto do dito ano, conferiu poderes ao próprio regente de Portugal para, em seu nome, negociar com Castela «bonne, ferme, loiale, seur & estable paix, amities, confederacions & alliances perpetueles, tant par mere come par terre» (Cfr. THOMAS RYMER, *Foedera, conventiones, litterae et cuiuscunque generis acta publica*, tomo 5, parte 1, Hagae Comitibus, 1741, p. 147). Seria o processo prático de neutralizar o projecto de Alvaro de Luna e de secundar o do rei castelhano; porém Castela limitou-se a prorrogar as tréguas e João II casou com a infanta portuguesa, como desejava o onnipotente Luna.

(18) DOC. 145, sumariado também por ZURITA, *Anales de la Corona de Aragon*, parte 2, liv. 15, cap. 44.

(19) DOCS. 177, 181, 182, 186, 187 e 188 do nosso vol. 8. Sobre Alcolea de Cinca, a noroeste de Lérida, pode ver-se PASCUAL MADRIZ, *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, t. 1, Madrid, 1848, pp. 457-58.

resolução suprema e decisiva de D. Pedro; mas a proposta não deve ter caído bem no ánimo do regente do reino, não tanto por desejar o Rei Magnânimo, estrangeiro, apoderar-se da infanta portuguesa, quanto porque a referida vila de Alcolea, — tomada pelo rei de Aragão em vida da rainha D. Leonor para manutenção desta, precisamente em razão da confiscação dos bens e rendimentos da mesma em Portugal pelo regente e ainda agora atribuída à filha dela, D. Joana —, fazia parte integrante do dote da duquesa de Coimbra, esposa do regente do reino, desde o ano de 1428 (20).

A citada infanta ainda chegou a receber os 500 florins antes de 29 de Julho de 1445, para manutenção sua e de seus servidores, deduzidos aquelles das receitas régias das aldeias de Teruel (21); mas parece que depois o governo de Castela a reteve no mosteiro de S. Domingos el Real de Toledo, privada dos servidores, só e sem qualquer subsídio de vida, motivo por que a rainha D. Maria de Aragão — regente do reino na ausência do marido em Itália — se interessou deveras por ela junto do rei castelhano, seu irmão, do alcaide-mor de Toledo, Pero López de Ayala, e da priora do dito mosteiro (22).

Os documentos conhecidos demonstram haver-se iniciado em Castela, por Outubro de 1445, uma certa perseguição à dita infanta — pobre criança de 6 anos de idade! — e a seus servidores de ambos os sexos e da falecida rainha D. Leonor, aos quais foram tiradas as moradias que haviam em Toledo, onde padeciam grande pobreza. Ignoramos qual tenha sido a origem de tal ambiência. Apenas recordaremos haver então as melhores relações entre o regente de Portugal e o governo de Castela, onde, em vez do débil monarca, pontificavam sobretudo D. Álvaro de Luna e o marquês de Vülhena, D. João Pacheco, inimigos figadais dos Infantes de Aragão, irmãos da falecida D. Leonor, derrotados em Olmedo em 19 de Maio anterior, se bem que, naquele outono de 1445, andava a chefia

(20) Cfr. os DOCS. 122, 123 e 137 do nosso vol. 3.

(21) DOC. 29 do presente volume.

(22) DOCS. 51, 53, 55, 56, 60 e 66.

política de Castela ainda mais cindida em bandos rivais, revoltado o próprio príncipe herdeiro contra o monarca e em que figuravam até descendentes dos exilados portugueses de 1398 (23).

Conta a rainha aragonesa que, instado o regente de Portugal pelo soberano de Castela para que desse guarida no país ao pessoal português ali homiziado, D. Pedro mandara lista do que admitia no reino e do que excluía dele, sublinhando, quanto ao último, que «se partan de allj e vayan a buscar sus partidos», — no dizer daquela soberana. Não deixou esta compassiva senhora — sempre dedicada aos portugueses em tal transe — de formular áspersos comentários à atitude do encarregado do governo de Portugal:

— «E de aquesto sta la dicha senyora muy marauillada, por muchos sguardes; lo vno, por que no se sabe que estos hayan fecho tal errada, por que su peccado sea jrremissible, car, siguyendo la rreyna en tal tiempo e caso, ellos creyen fazer bien, nj encara se vey a que, por esto, hayan fecha errada; car muller era de su rrey e senyor, que fue, e madre de su rrey e senyor, quj es. E, que no fues otra rreyna en qui esto no concorriesse, mas fuesse strangera, serviendola en tal caso, les deuria seer reputado a gencrosidad de animo e gentileza. Mas que estos no son de tanto stado e manera que, stando en Portugal, pudiesen hazer al infante don Pedro danyo njn deservicio; e tanto menos lo farian, quanto ell mas liberalmente se houiesse con ellos. Ante deue sperar que, pues sin obligacio, los mas dellos seguieron la rreyna e passaron los treballos que por ella han passado, solamente cuydando vsar de gentileza, mucho mas bien se hauran deuers ell, pues que, exiliados, los restituesce. Car, no es de presumjr que le sean desconocidos de vn tal beneficio». Especial desumanidade se afigurava à rainha a exclusão do país das donas e donzelas em causa: — «Jtem, paresce a la dicha senyora huna gran jnhumanjdat

(23) Cfr. *História de España* dirigida por Ramón Menéndez Pidal, t. 15, Madrid, 1964, pp. 181 e ss. O ano passado examinámos o Arquivo do Mosteiro de S. Domingos el Real de Toledo, onde porém não encontramos eco destes acontecimentos, entre a correspondência ali conservada.

desterrar e ayrrar duenyas e donzellas, qui naturalmente no han defension nj pueden ne discoriendo por el mundo sin gran notamente e jnfamja de qui assi las fiziesse yr» (24).

Isto dizia a referida rainha ao rei de Castela, em Memorando de 11 de Outubro de 1445, em que lhe solicitava «quanto con mayor affeccion pueda, que quiera tornar a enujar al dicho infante e encargarse con ell que, asi por sguart de Dios como por su mismo honor, quiera dar lugar que todos ellos e ellas tornen e les faga restituir todo lo suyo, con que puedan passar. E, entretanto, que su ssenioria no quiera sostener que ellos passen fretura de res, mas les mande tornar las posadas e donar pera que se mantengan» (25). E, noutro Memorando da mesma data, em que a rainha recomenda também o assunto ao alcaide de Toledo, Pero Lopez de Ayala: — «que den posadas als dits portugueses e portuguesas, francas, e los tracte fauorablament» (26).

Não conhecemos a lista acima referida do regente D. Pedro sobre o pessoal por ele aceite e rejeitado no reino. Entre o segundo parece-nos figurarem, porém, os freires da Ordem do Hospital Fr. Fernando e Fr. Pedro de Góis, filhos do falecido Prior do Crato D. Fr. Nuno Gonçalves de Góis, dedicadissimos à rainha D. Leonor (27), e Cide de Sousa. Este, familiar e servidor que fora daquela rainha, era irmão de Gonçalo de Sousa, comendador da Ordem de Cristo, e primo de Rui de Sousa, veio a casar com Leonor Fogaça e, em 27 de Fevereiro de 1453, é dito por el-rei D. Afonso V «fidalgo de nossa cassa e capitam dos navios que ora mandamos a Guínea», para além do rio de S. João, com Nuno Antunes de Góis, fidalgo do infante D. Henrique. Veio a ser vedor e contador da citada infanta D. Joana, já rainha de Castela. Cide de Sousa e os dois Góis acima aduzidos parece se achavam ao serviço do rei de Aragão em fins de 1445 e princípios de 1446, subsidiados pelos rendimentos de Alco-

(24) DOC. 52.

(25) *Ibidem*.

(26) DOCS. 53 e 54.

(27) Cfr. RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 13, 64 e 74.

lea (28). Possivelmente se deverão considerar também excluídos do reino pelo regente, entre outros, Diogo Gonçalves, Diogo Álvares e o eborense Fernão Lopes, de cujos bens dispôs D. Pedro em 16 de Abril de 1446, e talvez ainda Fr. Vasco de Oliveira, comendador de Coimbra, da Ordem do Hospital, que vemos ao serviço do rei aragonês, como embaizador seu às partes Levantinas (29).

Em 8 de Janeiro de 1446, D. Maria de Aragão, movida pela «gran e congoza compassion que la dita senyora reyna ha dels famjliars e serujadors de la rreyna de Portugal», tornava a insistir com D. João II de Castela para que mandasse embaizador ao duque de Coimbra e regente de Portugal, a fim de este prover à repatriação dos portugueses ali homiziados e lhes restituir os bens (30), os quais ela ia ajudando quanto lhe era possível (31). E, dias depois, a mesma soberana recomendava, inclusivamente à duquesa de Coimbra, o ex-almoxarife e servidor da rainha D. Leonor, Francisco Manresa, que vinha a nosso país buscar a esposa e os poucos bens que aqui lhe restavam, comentando: «e certamente ha massa grant tort lo dit jnfant (D. Pedro) tractar axi mal los seruidors de la dita rreyna» (32). Possivelmente, este desentendimento entre o Aragão e Portugal, a propósito da infanta D. Joana, dos servidores desta e da falecida rainha sua mãe contribuiu para não ir avante a confirmação

(28) DOCS. 67 a 69 e 77.

(29) DOCS. 45, 56 e 112. O Diogo Gonçalves é talvez Diogo Gonçalves Lobo, vedor que fora da rainha D. Leonor (Cfr. PINA, *Crónica citada*, cap. 64).

(30) DOC. 78.

(31) Além dos já aduzidos textos a este propósito vejam-se os DOCS. 54, 56, 66, 78 e 97. Segundo se infere dos documentos, ela ia socorrendo os ditos servidores portugueses pelos rendimentos de Alcolea. Não os aceitava em sua cúria, como já observámos no volume anterior, para não surgir desarmonia com o seu pessoal aragonês, como a própria declarou, para mais, com o marido em Itália.

(32) DOCS. 79 e 80. O passo transcrito é do final do segundo documento citado. Sobre Francisco Manresa podem ver-se também os DOCS. 146 e 178; sobre o judeu português Abraão Amigo, servidor que também fora de D. Leonor, os DOCS. 21 e 22; e sobre Diogo de Tarazona, outro servidor da falecida rainha, o DOC. 74.

do Tratado de Paz e Amizade de 1432 entre os dois países, cometida pelo soberano aragonês, em 10 de Junho de 1446, a seu irmão el-rei D. João de Navarra (33).

Nestes termos, quando, em 1448, el-rei D. Afonso V de Portugal assumiu as rédeas do governo do reino, o soberano de Aragão rejubilou, em cartas dirigidas ao infante D. Henrique de Portugal, mas não a D. Pedro, ao duque de Bragança, aos condes de Ourém, de Arraiolos, de Odemira e de Marialva, aos arcebispos de Lisboa e Braga, ao bispo de Coimbra, a Fernão Coutinho, a Luís Alvares de Sousa, a Martim Vasques da Cunha, a Gonçalo Pereira, a D. Alvaro de Castro, a Gomes Freire, a Martim Afonso de Melo, a Alvaro Pires de Távora e a Nuno Vasques de Castelo Branco. Agradeceu-lhes os bons serviços pelos mesmos dispensados a el-rei D. Duarte e a sua esposa D. Leonor e acrescentou: — «*Hauemos agora entendido como el illustrissimo principe don Alfonso, rrey de Portugal, nuestro muy caro e muy amado sobryno, ha tomado a manos suyas el regimiento e goujerno del dicho rregno, la qual cosa a nos es muy accepta. Hauemos sperança que vos, no menos que por el passado, vos haureys, de present, aqerca del seruicio e honrra del dicho illustrissimo rrey, con mayor amor e voluntat, considerada mayormenit la poca edad del dicho illustrissimo rrey. E, ya sia que desto seamos de vos mas que ciertos, ahun sobrello vos hauemos querido screuir, rogando e confortandovos, quanto mas affectuosamente podemos, assi lo queraes fazer. Ca, vltra que desto rendreys vuestro deudo, segund bien haueys acostumbado, por que nos hauemos la persona del dicho illustrissimo rrey en reputacion de fijo e las cosas suyas no menys que proprias, vos lo hauremos a singular seruicio e complacencia. Sobresto mas largamente haue-*

(33) DOC. 127. Opunha-se-lhe ainda, evidentemente, a aliança que, de facto existia, na prática, entre o regente D. Pedro de Portugal e os mandantes de Castela, com vista até numa paz definitiva entre os dois países, na qual se empenhava a própria Inglaterra, que, em 27 de Julho de 1444, incluíra Portugal no artigo 10.º do tratado de tréguas entre Henrique VI e Carlos VII de França (Cfr. *Quadro elemental*, t. 3 p. 79, e t. 14, p. 203 e as fontes ali citadas).

mos dicho nuestra jntencion al amado nuestro mossen Ferrando Vaz, la qual, de nuestra parte, vos dira» (34).

É o mesmo soberano aragonês de bom grado recomendara, em Agosto anterior (35), como também o fez a rainha sua esposa, em 14 de Outubro deste mesmo ano de 1448, os embaixadores de Frederico, rei dos romanos, a saber o barão austriaco Jorge de Volrestorf e o Dr. Ulderico Riederer, que vinham a Portugal tratar do casamento do citado Frederico com uma das irmãs do soberano português (36).

•

No ponto de vista ultramarino, documentamos no presente volume, quanto a Ceuta: a nomeação pelo regente D. Pedro do conde de Arraiolos, em 1445, para 3.º capitão e regedor daquela praça, por morte de D. Fernando de Noronha, 2.º conde de Vila Real, com as competentes regalias e faculdades (37); providências assumidas pelo mesmo infante em benefício de portugueses cativos em Ceuta (38); quitação passada pelo regente, em 1446, ao bispo da referida cidade, D. João Manuel, das despesas da sua embaixada a Roma, três anos antes, a tratar de assuntos vários, nomeadamente da apropriação à diocese ceptense de bens das de Tui e de

(34) ACA., *Cancillería Real*, Registro 2651, fls. 230 v.-32. O texto registado é uniforme para todos os destinatários. Por encontrado já depois de impresso o texto do presente volume, irá na íntegra no Suplemento a *Monumenta Henricina*. Como sublinhámos, não foi endereçado ao infante D. Pedro, o que se compreende, em razão da atitude por ele assumida não só com a falecida rainha D. Leonor como com o pessoal que a serviu, sem embargo das constantes recomendações da corte aragonesa.

(35) *Arquivo e secção retrocits.*, Registro 2541, fls. 19 v.-20. Irá também no Suplemento desta colectânea documental.

(36) DOCS. 203 a 206.

(37) DOCS. 24, 25, 31, 32 e 34. Em 1448 veio o conde de Arraiolos a Portugal, a fim de procurar harmonizar el-rei D. Afonso V com o infante D. Pedro (Cfr. PINA, *Crónica cit.*, cap. 91, e o nosso DOC. 211).

(38) DOC. 90.

Badajoz (39); dispensa outorgada nas cortes de Lisboa de 1446 aos rendeiros do verde da almotacaria no Algarve de servirem em Ceuta durante o arrendamento (40).

Nas Ilhas Adjacentes prosseguia a actividade colonizadora. Para a fomentar na ilha de S. Miguel, Açores, em colonização pelo infante D. Pedro, carta de 20 de Abril de 1447, passada em nome de el-rei, dispensou para sempre os seus moradores do pagamento da dizima do que de lá trouxessem ao reino (41). Na Madeira, doava o infante D. Henrique a Bartolomeu Perestrelo, cavaleiro de sua casa, e descendentes para sempre, em 1 de Novembro de 1446, a capitania da ilha do Porto Santo (42); e João Gonçalves Zarco, zeloso capitão e administrador henriquino da capitania do Funchal, retirava determinada terra a donatário que não a aproveitara para a entregar a outro (43). Há também indícios de que se canalizaram condenados a degredo da metrópole para colonização do mesmo arquipélago (44).

Os descobrimentos marítimos, sob a égide do infante D. Henrique, avançaram na costa ocidental africana nos anos de 1445 a 1447 ou 1448, como consta dos capítulos que reproduzimos da Crónica dos feitos de Guiné, texto narrativo coevo, a suprir a mingua de diplomas sobre o assunto e que amplia notavelmente a biografia do pessoal ao serviço do Navegador (45). As expedições ora assumiram o carácter de descobrimento ora o comercial, mas também as houve mistas. No período a que nos reportamos elas exploraram a zona do litoral da Mauritânia, a partir da ilha de Tíder, e avançaram para a terra dos negros, que começava um pouco a norte do Rio Senegal, havendo atingido, ao que parece, para sul,

(39) DOC. 126.

(40) DOC. 151.

(41) DOC. 155.

(42) DOC. 143.

(43) DOC. 158.

(44) DOC. 28.

(45) Cfr. as nossas pp. 1 a 47, 141 a 165, 222 a 234 e 288 a 290.

local sito «entre a Ilha da Palma e o Rio Jumbas» (46). Depois de 1447 ou desde 1448, os descobrimentos henriquinos assumiram mais a feição de contactos comerciais do que pròpriamente de devassa metódica da referida costa africana (47).

De resto, a noticia da terra do Preste João que o autor do capítulo 16 da Crónica da Guiné nos pretende fazer crer buscava ainda o infante D. Henrique, devia ser-lhe conhecida, pelo menos através dos contactos com aquele, havia anos, — como provámos em volumes anteriores e reforçamos agora com novo documento (48)—, das cúrias pontificia e aragonesa, posto remonte apenas a carta de quitação de 1 de Maio de 1456, relativa aos anos de 1451 e 1452, a primeira alusão diplomática portuguesa conhecida sobre o assunto: — «Item, deu çento e nouenta e cinco reaaes e quarenta alqueires de trigo e vinte e cinco almudes de vinho e sessenta e quatro soás a Jorge, enbaçador de Preste Joham, que lhe mandamos dar pera mantimento de hũ mes, porquanto o mandamos ao duque de Bergonha» (49).

Refere Gomes Eanes de Zurara que «pera os fectos (do infante D. Henrique) vijrem a mülhor perfeiçom, lhe era necessario algũa das ilhas de Canarea» (50), sobre cujos direitos de conquista e posse entre Portugal e Castela oferecemos ao leitor copiosa documentação nos volumes anteriores, referenciada em a nota 2 de pp. 232-33 do presente volume. Já em 3 de Fevereiro de 1446 o regente D. Pedro proibira que navios portugueses fossem àquele arquipélago sem ordem ou licença do infante D. Henrique, sob pena da perda dos mesmos e das mercadorias

(46) Cfr. TEIXEIRA DA MOTA, *Cronologia e âmbito das viagens portuguesas de descoberta na Africa Ocidental de 1445 a 1462*, p. 331.

(47) Cfr. o DOC. 181 e o texto de carta henriquina transcrito em a nota 3 de pp. 288-89 do presente volume.

(48) DOC. 165. O citado cap. 16 da Crónica a pp. 75-78 do nosso vol. 8.

(49) ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 1, fl. 78, — editado por PEDRO DE AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, p. 357.

(50) GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 95, a pp. 231-34 do presente volume.

respectivas, devendo ademais os seus responsáveis pagar ao infante o quinto régio do que de lá trouzessem e que assim lhe foi concedido (51). E em 1447, segundo parece, obteve o Navegador de Maciot ou Mathieu de Béthencourt o senhorio e rendimentos da ilha de Lançarote, no referido arquipélago, enquanto àquele aprouvesse, pela renda anual de 20.000 reais brancos, que, em 9 de Março de 1448, D. Henrique mandava saldar por seu almozarife na ilha da Madeira, onde Maciot passara a viver e ali faleceu e foi sepultado na igreja do convento de S. Francisco do Funchal; pelo que se manteve aquele infante na posse da referida ilha durante o resto da sua vida, tendo ela, à sua morte, transitado para o infante D. Fernando, filho adoptivo do Navegador (52).

Como fonte de rendimentos e para facilitação da expansão ultramarina, obteve o infante D. Henrique: do regente D. Pedro, em 28 de Agosto de 1445, mais um exclusivo industrial, o da tinturaria de pastel no reino, por ele introduzida no país (53), e, em 13 de Setembro de 1446, a doação, enquanto fosse mercê de el-rei, de casas em Lisboa, quinta de Carnide e quartos do Lumiar (54); e de el-rei D. Afonso V, em 2 de Setembro de 1448, a confirmação das doações que lhe fizera D. Pedro, em 1443, do exclusivo da navegação e comércio para lá do Cabo Bojador, com isenção do pagamento do quinto e dízima, e da doação do Cabo de Trasmalmenar, no Algarve, e de uma légua de termo, para edificação da sua Vila do Infante (55). De sublinhar ainda, a respeito do alto valor e significado

(51) DOC. 95.

(52) DOC. 174.

(53) DOC. 39.

(54) DOC. 132. Trata-se de todos os bens confiscados por el-rei D. João I a João Fernandes Pacheco quando ele se ausentou para Castela e pelo monarca dados, em 10 de Abril de 1398, a Gonçalo Peres ou Pires, do Conselho régio e Regedor da Casa do Cível desde 1395, usufruídos depois por sua viúva Maria Anes: o lugar de Belas com suas terras e padroado da igreja, as quintas de Carnide e do Paço do Lumiar, casais em Loures e os paços de Lisboa (ANTT, Chancelaria de D. João I, liv. 2, fl. 142 v.).

(55) DOCS. 193 e 194. Repare-se também nas receitas atribuídas no país pelo papa Eugénio IV à guerra contra os turcos e os muçulmanos (DOCS. 129 e 131).

da actividade ultramarina de D. Henrique na sua mesma época, os coevos depoimentos do secretário da cúria pontifícia e grande humanista Poggio Bracciolini e do franciscano Professor Universitário Fr. André do Prado, ao que parece ambos do ano de 1448 (56).

Não podemos deixar de sublinhar outros actos henriquinos constantes da documentação do presente volume: súplicas do infante ao papa e algumas letras pontificias respeitantes àquelas, em benefício de pessoal vário, nos anos de 1446 a 1448, nomeadamente para a fundação do convento franciscano de Marvão (57); intervenções suas, como regedor e governador da Ordem de Cristo, em Castro Marim, Pombal, Quimbres e no reguengo de Tojosa (Santarém) (58); o empenho e diligências do mesmo infante pela continuação dos estudos, em Sena, em 1446, do clérigo olisiponense Afonso Peres ou Pires (59); a concessão da pensão anual e perpétua à Universidade de Lisboa, em 25 de Março de 1448, de 10 marcos de prata sobre os seus rendimentos da ilha da Madeira, para manutenção da cadeira de prima de teologia (60); e, enfim, por intervenção do mesmo D. Henrique ou em atenção à sua pessoa, foram indultados, nomeados para cargos públicos e privilegiados muitos indivíduos, boa parte dos quais servidores seus, como no volume se documenta.

Nos capítulos aqui reproduzidos da Crónica dos feitos de Guiné e na respectiva anotação encerram-se elementos biográficos sobre pessoal henriquino, acrescidos de copiosa documentação sobre outros servidores do infante, tais como: fidalgos Lopo da Cunha e Henrique de Castro; cavaleiros Álvaro de Góis, João Gonçalves Zarco e Rodrigo Esteves da Ortigueira; escudeiros Diogo Fernandes, Diogo Lopes de Figueiredo, João Afonso, João Eanes, João da Fonseca, Leonel Gil, Lopo Dias, Martim Gil, Nuno Vicente, Pedro Bom e Pedro Esteves; besteiros da câmara Afonso

(56) DOCS. 186 e 212.

(57) DOCS. 133, 135, 136, 142, 144, 161, 162, 183, 184 e 207.

(58) DOCS. 149, 157, 167 a 170 e 172.

(59) DOC. 144.

(60) DOC. 176.

Anes, Afonso Garcia, Afonso de Lisboa, Afonso Martins Laranjo, Afonso Ramos, Afonso Tenreiro, Aires Pires, Álvaro Afonso, Álvaro Domingues, Álvaro Gonçalves, Álvaro Pires, Diogo Álvares, Diogo Gil, Estêvão Eanes, Fernando Martins, Gonçalo Dias, Gonçalo Freire, Gonçalo Lourenço, João Afonso, João Álvares, João André, João Bernardes, João Eanes, João Esteves, João Farinha, João Jorge, João Lourenço Ramalho, João da Veiga, Jusarte Fernandes, Lopo Afonso, Martim Afonso, Martim Gonçalves, Nuno Álvares, Rodrigo Eanes, Rui Gomes, Rui Lopes e Vasco Afonso; criados Gil Vasques, Gonçalo Anes, João Antão, João Esteves e Pero Delgado; escrivão da câmara Antão Dias; cirurgião Mestre Rodrigo; físico Mestre Moussem; tabelião Fernão Vasques; almoxarife João Afonso Malheiro; e porteiro Lopo Fernandes.

DIAS DINIS

ABREVIATURAS

- ACA.* — Archivo de la Corona de Aragón, Barcelona.
ACMC. — Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra.
ADV. — Arquivo Distrital de Viseu.
AGS. — Archivo General de Simancas.
ANTT. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.
as. — assinado.
ASV. — Archivio di Stato de Veneza.
AUC. — Arquivo da Universidade de Coimbra.
AV. — Archivio Segreto Vaticano, Roma.
BAV. — Bibliotheca Apostolica Vaticana, Roma.
BNL. — Biblioteca Nacional de Lisboa.
cap., caps. — capítulo, capítulos.
cfr. — confira.
Chanc. — Chancelaria.
Chanc. cit. — Chancelaria citada.
Chanc. supracit. — Chancelaria supracitada.
cit., cits. — citado, citados.
cód., códcs. — código, códigos.
cod. ottob. lat. — código ottoboniense latino.
déc. — década.
dō p.º — dom Pedro.
Doc., Docs. — Documento, Documentos.
ed. — edição.
fl., fls. — fôllo, fôlios.
Fr. — Frei.
GHCP. — Gabinete de História da Cidade do Porto.
J. d. a. — Jffante dom Anrique.
liv. — livro.
loc. cit. — locus citatus.
lug. cit. — lugar citado.
ms., mss. — manuscrito, manuscritos.
ms. lat. — manuscrito latino.
n.º, n.ºº — número, números.
O.F.M. — Ordem dos Frades Menores (Franciscanos).
ob. cit. — obra citada.

p., *pág.* — página.
pp. — páginas.
r. — recto.
Reg. — Registro.
Reg. Lat. — Regestum Lateranense.
Reg. Suppl. — Regestum Supplicationum.
Reg. Vat. — Regestum Vaticanum.
retrocit. — retrocitada.
ss. — siguientes.
séc., *sécs.* — século, séculos.
t. — tomo.
v. — verso.
vol., *vols.* — volume, volumes.

Os navegadores seguem para a povoação de Tira, em terra firme, levam duas mouras cativas por guias, encontram, em pequeno braço de mar, o batel, quase desfeito, pelos indígenas tomado às caravelas de Lisboa, o qual recolhem; não havendo encontrado habitantes em Tira nem em outras duas aldeias, passam à povoação de Tidre, na ilha de Tíder, onde capturam 5 mouros.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 57, segundo o código de Paris, fls. 94 v.-95 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 157-59; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 11.

Como quer que todos trabalhassem em aquelle feito e que todos por ello mereçam louvor e honra, principalmente deue seer aquelle Diego Gonçalvez e assy o homem de Lagos que passou com elle (1), per aquelle respeito que ja disse, que nos começos jazia a mayor parte do louvor. E, de feito, assy lho conheceo o jffante; ca lhe fez depois muyta mercee, como geralmente sempre teue acostumado aaquelles que o bem seruirom. Teendo assy aquelles mouros filhados e recolhidos aos nauyos, começaram logo de preguntar algũs apartadamente onde entendyam que acharyam os outros que fugiram da companhia. Dos quaaes ouerom reposta que sua tençom era que seryam em hũa pouoraçom que se chamaua Tira, que era em terra firme, per a costa do mar, atee viij°. legoas dally.

E, consijrando que quanto mais cedo fossem a elles, tanto sua jda serya mais proueitosa, ca presumyam que, pollo feito seer tam breue, acharyam os mouros seguros de sua jda. E porem partiram logo aquella noite pera alla tres carauellas, das mais pequenas e mais ligeiras que

(1) Pedro Alemão. Cfr. o capítulo anterior, — a pp. 351-54 do nosso vol. 8.

acharam na companhia, e toda a outra gente nos batees, leuando consigo duas mouras que mostrassem o caminho. E no primeiro quarto da noite chegaram a hũa ponta, onde leixarom os nauyos, e saïrom em terra. E porque nom sentirom ajnda tempo de partir, repousarom ally, atee que a alua começou de rromper, com cuja claridade começaram dauyar seu caminho. E, chegando a hũa passagem de hũu pequeno brago de mar, toparom com muytas almaadyas, antre as quaaes era o batel que os mouros filharom aas carauellas de Lixboa, empero ja acerca todo desfecto; trouueronno porem consigo pera suas carauellas.

E, dally passando auante, encontrarom hũu mouro, que matarom, creio que serya por elle meesmo querer buscar caminho pera ello. E assy chegarom sobre o lugar de Tira e doutras duas aldeas, mas nom acharom em ellas cousa algũa do que buscauam, porque os mouros eram ja todos fogidos (2). E assy lhes foe necessario de sse tornar pera suas carauellas. E dally passaram ao lugar de Tidre, onde repousarom, por rezom das auguas que ally auya (3). E, estando assy, mandarom os capitães a algũus daquelles que fossem por asmos, pera os fracos tornarem em elles aos nauyos; os quaaes, jndo ao mandado que lhes mandauam, encontrarom cinco mouros que, com pequeno trabalho, prenderom. E assy tornados, disse Lançarote que, porquanto era ja tarde, que repousassem por aquella noite e que, no outro dya, querya fallar com elles algũas cousas que entom saberyam.

2

1445

Declarado por Lançarote aos demais capitães haverem attingido a finalidade principal da expedição, a qual era, segundo o regimento do infante D. Henrique, a conquista da ilha de Tíder, os navegadores distribuem entre si a presa e aquele declara-os livres para seguirem o rumo que desejem; os capitães das caravelas mais pequenas, Soeiro da Costa, Vicente Dias, Gil Eanes, Martim Vicente e João Dias, por se aproximar o inverno e correrem perigo, resolvem regressar a Portugal.

(2) Sobre o lugar de Tira cfr. a nota 5 ao cap. 30, em nosso vol. 8, p. 242.

(3) BOURDON (em ZURARA, *Chronique*, p. 173, nota 1) corrigiu aqui o texto da Crónica de *Tidre* para *Tider*; julgamos, porém, que erradamente, por se tratar da povoação ou lugar do Tidre, que esta dentro na dicta ilha de Tider (Cfr. o cap. 55 da Crónica, a pp. 348-51 do nosso vol. 8).

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 58, segundo o código de Paris, fls. 95 v.-96 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 157-59; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 11.

Seendo, no outro dya, juntos todos esses principaaes, per mandado do capitam, como ja teendes ouydo, e ajnda todollos outros que se ally quiserom chegar, disse Lançarote: ssenhores e amigos, porque foe mercee do jffante nosso ssenhor de me fazer vosso capitam, porem, per vosso prazer e voontade e por causa dello, eu represento aquy sua pessoa, em seu nome vos agradeço o grande trabalho e boas voontades que em todos vosoutros achei em este feito a que fostes vijndos por seu seruigo; o qual lhe recontarey pessoalmente quando quer que a Deus praza que seiamos em sua presença, de guisa que, per o merecimento de vossos trabalhos, possaes cobrar aquelle gallardom que tam justamente merecees.

Hora vos sabees como partimos de nossa villa com principal fim de vijrmos aa conquista desta jlha; e, como nos Deus quis pera ello encaminhar e auynarnos, lhe deuemos por ello dar muytas graças ca, pero tantos mourois nom filhassemos como ja outras vezes fezemos, todauya nossa vitorya foe assaz, pois na meetade do dya realmente lhe possemos a praça e fomos a elles, como visteis. E, como quer que tantos fossem, leixarom o campo ao nosso vencimento e entramos per sua terra e filhando suas cousas sem contradicòm algũa, de que nos fica honra e louuor ante aquelles que dello verdadeiro conhecimento (1) ouuerem.

E quanto aa nossa vijnda, segundo o preposito que trouuemos, o feito he acabado, no qual eu faço fim de seer vosso capitam; porque, segundo o rregimento que trago do ssenhor jffante (2), depois da tomada desta jlha, cada hũu pode fazer de ssy o que lhe prouuer, jndo pera qualquer parte em que sentyr sua auantagem ou proueito (3). E porem a mym parece que he bem que esses poucos que filhamos seiam partidos, de guisa que cada hũu aja sua dereita parte e siga o caminho que per bem teuer. E de mym vos afirmo que som desposto pera qualquer trabalho ou perigo que me, por seruigo de Deus ou do jffante meu ssenhor, possa vijnr; ca, com tam pequena presa nom entendo tornar ante a ssua presença.

Todollos outros disserom que era muy bem consijrado todo o que

(1) No ms. *chonecim*^{to}.

(2) A estes regimentos do infante D. Henrique há allusão na Crónica, pelo menos nos caps. 13, 22 e 94.

(3) Portanto, a finalidade principal da expedição era a tomada da ilha de Tider, no banco de Arguim, ou seja a sua expugnação.

Lançarote dissera. E começaram logo de jgualhar sua partylha, pella qual cada hũu recebeo segundo sua sorte (4). E, despois dello, fez Lançarote pergunta a todollos outros capitãaes que era o que queryam fazer. Soeiro da Costa e Vicente Dyaz, armador (5), e Gil Eanes e Martim Vicente, pilloto (6), e Joham Diaz, outrossy armador (7), rresponderom que, porquanto suas carauellas eram pequenas e o ynuerno era muy acerca, que auyam por perijgosa sua ficada, quanto pera jrem mais adyante; porem, que se entendyam de tornar, caminho de Portugal. Mas, de como foe sua tornada fallaremos adyante compridamente, na storya.

3

1445

Para cumprirem ordem do infante D. Henrique, desejoso de saber novas da terra dos negros, seis caravelas, capitaneadas por Gomes Pires, Lançarote, Alvaro de Freitas, Rodrigo Eanes de Tra-

(4) É a única vez que na Crónica se alude a partilha da presa na própria costa africana. Os navegadores devem ter separado, primeiramente, o quinto do infante D. Henrique, arrecadado porventura por Lançarote, o chefe da presente expedição algarvia, nos termos do que se havia feito em Lagos no ano anterior (Cfr. o cap. 24, a pp. 212-13 do nosso vol. 8).

(5) Vicente Dias, armador, é referenciado aqui pela única vez na Crónica; pois o seu homónimo mercador dos caps. 59, 60, 64 e 65 parece ser outro. Trata-se, porventura, do patrão, natural de Lagos, a quem o infante D. Henrique entregou a caravela a que se refere CADAMOSTO, *Viagens*, pp. 89-90. Em nome de Vicente Dias podemos aduzir os documentos seguintes da chancelaria afonsina: um Vicente Dias residente em Lisboa em 17 de Março de 1439, pai de Diogo Dias, este escudeiro do infante D. Pedro, a confirmar-lhe aposentadoria já concedida por D. Duarte em carta de 20 de Agosto de 1436 (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 166), novamente confirmada por D. Afonso V em 12 de Dezembro de 1454, por ele ter 60 anos e ser quebrado e alejado de uma das mãos (*Ibíd.*, liv. 10, fl. 131); outro, escudeiro, residente em Lagos em 8 de Março de 1473, então confirmado em «escruiam das sesmarias» e, em 29 dos ditos mês e ano, também em «taballam das notas» de Lagos, cargos que lhe outorgara o falecido infante D. Fernando, irmão de el-rei (*Ibíd.*, liv. 33, fl. 81 v. e 42 v., respectivamente); enfim, Vicente Dias, escudeiro, morador em Leiria em 2 de Setembro de 1475, então nomeado para coudel de Leiria e de Alcobaca (*Ibíd.*, liv. 30, fls. 48 e 57).

(6) Referenciado já no cap. 19 da Crónica, a pp. 175-79 do nosso vol. 8. Cfr. o DOC. 59 e a respectiva nota, a pp. 103-04 do retrocitado vol. 8.

(7) A que já alludiu o autor, no retrocitado capítulo. Cfr. também o DOC. 164 do nosso vol. 8.

vaços, Lourenço Dias e Vicente Dias, avançam para a terra dos negros; seguem-nas, depois, mais duas, uma de Tavira e outra de Lagos, esta de indivíduo dito O Picanço, as quais porém não chegam lá.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 59, segundo o códice de Paris, fls. 96 v.-98.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 159-60; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Gomez Pirez, que era presente naquella carauella delrey, como principal capitam (1), assy como homem em que auya esforço e autoridade, começou de fallar de ssua entençom antre todos, per esta guisa: parece, disse elle, que a determinaçom dos capitães destas pequenas carauellas he de se tornarem pera o rregno, temendo o perigoo que se lhes pode seguyr, achandoos o jnuerno mais longe do que estamos. E porque vosoutros, honrados ssenhores e amigos, sabeas muy bem a uontade do asenhor jffante, como he grande de saber parte da terra dos negros, especialmente do rryo do Nillo (2), pello qual eu tenho determinado fazer vyagem contra aquella terra, trabalhando quanto poder por chegar a elle, e desy das outras cousas auer a mais certa sabedorya que poder. E em esto ponho toda a esperanza do que mais posso guanhar em esta vyajem, o qual nom sera pouco pera mym, pois conheço do asenhor jffante que me fara mercee e honra por ello, de que posso cobrar mayor proueito; e, pois nauyo tenho abastante, errarya se o contraíro fizesse.

E porem, se algũu de vosoutros me quiser fazer companhia, eu estarey a toda vossa ordenança, comtanto que nom seia fora deste proposito. De uerdade vos digo, respondeu Lançarote, que essa era minha principal entençom enteiramente, ante que vos em ello algũa cousa fallassees. E prazme seguir vosso proposito, porque assy me foe mandado pello jffante meu ssenhor (3). Pois, disse Aluaro de Freitas, nem eu nom som homem pera me afastar de tal companhia, mas vaamos hu quiserdes, siquer ataa o paraiso terreal. Com estes acordarom outros tres, a saber, RodriguEanes de Trauaços, scudeiro do rregente, e Lourenço Dyaz,

(1) Cfr. a nota 1 ao cap. 29, — a pp. 237-38 do nosso vol. 8.

(2) Ou seja do Senegal (Cfr. a nota 5 ao capítulo 31, a p. 245 'do retrocit. volume).

(3) Lançarote havia portanto ordem do infante D. Henrique, seu senhor, para, após a conquista da ilha de Tider, avançar para o rio Senegal, pelo menos.

outrossy scudeiro do jffante dom Henrique, e Vicente Dyaz, mercador (4).

E assy firmados em este proposito, começaram logo de seguyr sua vyagem. E depois dellas partirom outras duas carauellas, a saber, hũa de Tauilla e a outra de hũu homem de Lagos que se chamaua o Picanço (5). Mas da vyagem daquestas leixaremos o fallamento pera outro lugar, porque nom chegarom aa terra dos negros (6). Partidas assy aquellas seis carauellas, leuaram seu caminho ao longo da costa. E andarom assy tanto, que passarom aa terra de Zaara, dos mouros que som chamados azanegues, a qual terra he assaz boa destremar da outra, por razom das muytas areas que hi ha e desy verdura, que em ella nom parece. E esto he pollo fallecimento das auguas, que geera em ella grande secura.

.

4

1445

Descendo o litoral mauritano, as seis caravelas deparam com as palmeiras avistadas no ano anterior por Dinis Dias e portanto com terra dos negros, onde porém não desembarcam, pela braveza do mar, e avançam até à foz do Senegal; ali, saltando em terra, apenas conseguem capturar dois moços negros e alguns artefactos indígenas.

(4) Parece tratar-se de personagem diferente da referenciada no capítulo anterior, uma vez que ali se declara ter o armador Vicente Dias regressado ao reino. Estoutro é dito mercador.

(5) Trata-se de alcunha ou apelido de homem de Lagos cujo nome o cronista não dá nem neste capítulo nem no 68, onde torna a referir-se-lhe? Em carta de quitação de 1 de Maio de 1456, relativa aos anos de 1451 e 1452, entre as verbas de despesa, por duas vezes há alusão a caravela dita *Picanço*, de que era mestre Martin Alvares, morador em Lagos, a qual fizera fretes para Ceuta. Seria aquele o *Picanço*? (Em AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, pp. 358-59). Temos referência documental do século XV a indivíduos ditos Vicente Lourenço Picanço, a quem D. João I doou a portagem de Amarante em 23 de Agosto de 1423 (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fl. 161 v.), e João Gonçalves Picanço, escudeiro, morador em Leiria, em 20 de Maio de 1481 nomeado escrivão dos vassallos daquela vila e termo (*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 43 v.).

(6) Refere-se-lhes o autor nos caps. 68 e 69, porém sem dizer aonde chegaram e o que fizeram na costa ocidental de Africa.

ZURARA, *Crónica dos feitos da Guiné*, cap. 60, segundo o código de Paris, fls. 98-101 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 159-60; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Teendo ja passada estas carauellas a terra de Zaara, como he dicto, viram as duas palmeiras com que ante topara Dinis Dyaz, pellas quaaes conhecerom que ally se começaua a terra dos negros, com cuja vista folgarom assaz (1). E porem quiserom logo filhar terra; mas, acharom o mar tam brauo na costa, que per nhũu modo poderom sayr fora. Diserom despois algũs daquelles que ally eram que bem mostraua o cheiro que vijnha da terra a bondade do seu fruto; ca tam deleitoso era, que ally onde chegaua, estando elles no mar, lhes parecia que estauam em algũu gracioso pomar, ordenado a fim de sua deleitaçom.

E sse os nossos tijnam boa vountade de cobrar terra, nom mostruom os seus moradores menos deseio de os receber em ella; mas, do gasalhado nom curo de fallar, ca, segundo sua primeira mostrança, nom entendyam leixar a rribeira sem muy grande dano de hũa das partes. E esta gente desta terra verde he toda negra e porem he chamada terra dos negros ou terra de Guinee, por cujo aazo os homeens e molheres della som chamados guineus, que quer tanto dizer como negros. E quando os das carauellas viram as primeiras palmeiras e aruores altas, segundo ja teemos contado, bem conhecerom que eram preto do rryo do Nillo (2), da parte donde vem sayr ao mar do ponente, ao qual rryo chamam de Çanaga; ca o jffante lhes dissera que, despois da vista daquellas aruores pouco mais de xx legoas, esguardassem pollo dicto rryo, porque assy o aprendera elle per algũs daquelles azanegues que tijinha catiuos.

E, jndo assy esguardando pella riba do mar se veryam o rryo, viram ante ssy, quanto poderya seer duas legoas de terra, hũa collar na augua do mar, desuayrada da outra, a qual era assy como collar de barro. Entenderom que podyam seer algũas baixias e tentarom porem sua altura, por segurança de seus nauyos, onde nom acharom deferença dos outros lugares em que semelhante mouimento nom auya, de que foram espartados, principalmente pollo desuairo da collar. E acertousse que hũu daquelles que lançauam a ssonda, peruentura nom de certa sciencia, foe com a mão aa boca e conheceo sua doçura. Outra marauilha teemos, disse elle contra os outros, ca esta augua he doce.

Pollo qual lançarom logo seu balde ao mar e prouaram a augua, de

(1) Cfr. os caps. 30 e 31, a pp. 240-46 do nosso vol. 8.

(2) Senegal.

que todos beberam, como cousa em que nom auya mingua pera seer tam boa como compria. Certamente, disserom elles, nos somos acerca do rryo do Nillo, ca esta augua bem parece que delle he; e, por sua grande força, corta o mar e entra per elle assy. E entom fizeram sinal aas outras carauellas e começaram todas de jr demandar o rryo, do qual nom muy longe dally acharom a foz. E, sseendo ja junto com a boca delle, lançaron suas ancoras, empero da parte de fora. E os da carauella de Vicente Dyaz lançaron o batel na augua, no qual sayrom atee viij^o. homeens, antre os quaes era aquelle scudeiro de Lagos que se chamaua Steuam Afonso, de que ja teemos fallado, que ao despois morreo em Canarea, o qual armara parte daquella carauella (3).

E, jndo assy no batel todos viij^o, hũu delles, esguardando contra a foz do rryo, vyo a porta de hũa choça e disse contra os parceiros: eu nom sey como as choças desta terra som feitas; mas, segundo a feiçom doutras que eu ja vy, choça deuya seer aquello que eu veio e presumo que o seia dalgũs pescadores que vijnram pescar a este rryo. E, se o teusees por bem, pareceme que deuyamos jr sayr saalem daquella ponta, de guisa que nom descobrissemos a porta da choça. E sayram algũs em terra e vijnram per tras daquelles medões e, se algũs jouuerem na choça, podera seer que os filharom ante que se percebam. Pareceo aos outros que aquelle dizia bem e porem começaram de o poer em obra.

E, tanto que aportaron em terra, sayu Steuam Affonso e cinco com elle e leuaron aquella ordenança que o outro ante dissera. E, jndo assy scondidos atee cerca da choça, viram sayr della hũu moço negro, todo nuu, com hũa azagaya na mão, o qual logo foe filhado. E, chegando aa choça, acharom hũa moça, sua jrmã daqueste, que serya de jdade de viij^o. annos. Este moço fez o jffante ao depois ensinar a leer e screuer e assy todallas cousas que compria saber christão, e ainda muytos christãos hi ha que as nom sabem tam perfeitamente como as elle sabya. Ca lhe foe ensinado a oraçom do *Pater noster* e a *Aue Maria* e os artigos da ffe e preceptos da lley e obras de misericordya e assy outras muytas cousas, como aaquelle a que algũs diziam que o jffante mandaua ensinar pera sacerdote, com entençom de o enuyar em aquella terra e preegar a ffe de Jhesu Christo; mas, creio que ao dyante morreo, nom seendo ajnda homem perfeito.

Entraron assy aquelles na choça, onde acharom hũa darga preta, toda redonda, pouco mayor que as que se em esta terra costumam, a qual tijinha em meo hũa copa enleuada do coiro meesmo e era dorelha dally-fante, segundo despois foe conhecida per algũs guineus que a viram;

(3) Cfr. o cap. 51, onde o autor se lhe referiu, a pp. 336-41 do nosso vol. 8.

ca disserom que todallas dargas fazem do coiro daquella allimarya e que o acham tam gordo aallem do necessaryo, que lhe tiram mais da meetade, adelgaçandoo com arteficio[s] que teem feitos pera ello. E dysserom ajnda mais aquellos que a grandeza dos elliffantes he tal, que a ssua carne farta razoadamente dous mil e quinhentos homeens e que a acham antre ssy por muy boa carne e que dos ossos se nom aproueitam em nhũa cousa, ante os lançam a longe; os quaaes eu aprendi que, no leuante desta parte do mar Medyoterrano, que vallem razoadamente mil dobrás a ossada de hũu daquelles (4).

Tomados assy aquellos moços e cousas, foram logo leuados ao batel. Bem sera, disse Steuam Affonso contra os outros, que vaamos per esta terra aquy acerca, pera veer se acharemos o padre e madre daquestes moços, ca nom pode seer, segundo a jdade e desposiçom delles, que os aquy ouuessem de deixar, por se afastar longe. Os outros disserom que fosse com boa ventura pera onde lhe prouuesse, ca de o seguirem nom tijnham empacho. E, jndo assy hũu pequeno spaço, começou Steuam Affonso de sentyr golpes de machado ou dalgũa outra ferramenta, com que algũu carpenteiaua em algũu paaço, e reteuesse assy hũu pouco, por se afirmar em seu ouuido, poendo os outros em aquelle meesmo cuidado. E assy todos juntamente conhecerom que tijnham acerca o que buscavam.

Hora, disse elle, vos vijnde detras e leixaae jr a mym dyante, porque, se todos formos de companhia, por muyto passo que vaamos, he necessario seermos sentidos, de guisa que, ante que chegemos a elle, que[m] quer que he, se he soo, necessario he que se ponha em saluo; e, sse eu for passo e agachado, podelloey filhar de sospeita, sem auer de mym sentido. Mas, nom seiam porem vossos passos tam curtos, per que me tarde vosso socorro onde perventura me sera necessaryo, se me em tal perigoo vyr. Acordados assy em esto, começou Steuam Affonso de seguyr seu caminho. E, antre o boço esguardo que pos no asseego de suas passadas e o entento que o guineu tijnhá em seu trabalho, nunca pode sentyr a uijnda do outro, senom quando sse lançou de salto sobre elle.

E digo de salto, porque o Steuam Affonso era de pequeno corpo e delgado, o que o guineu era muyto pello contrairo. E assy lhe trauou rrijo pellos cabellos que, quando sse o guineu quis endereitar, ficou Steuam Affonso pendurado, com os pees fora do chão. O guineu era valiente e poderoso e pareceolhe que era escarnho seer assy sogeto de tam pequena cousa, espantado porem em sy meesmo que podya seer aquello; mas, pero muyto trabalhasse, nunca sse delle pode desempachar. Com tal força andaua enfeltrado em seus cabellos, que nom parecia o trabalho

(4) Por *ossos* e *ossada* entendem-se, evidentemente, as defesas de elefante.

daquestes dous senom atreuimento de galgo ardido, posto na orelha dalgũu poderoso touro. E, por dizer verdade, ja o ssocorro dos outros a Steuam Affonso parecyta tardinheiro.

Pollo qual, creio que seu coraçon era bem arrependido do primeiro conselho; e, ~~se~~ em tal ponto coubera contrauto, sey que ouuera por proueitoso leixar o guaanho por a ssegurança da perda. E, estando assy ambos em sua perfyta, sobrechegarom os outros, dos quaaes o guineu foe tomado pellos braços e pello pescoco, pera o atarem. E, pensando Steuam Affonso que elle estaua ja recadado nas mãas dos outros, soltouho dos cabelos. E o guineu, veendosse solto da cabeça, sacudiu os outros dos braços, lançandoos cada hũu a ssua parte, e começou de fogir. Cuja seguida aos outros empos elle pouco aproueitou, porque a ssua ligeyrice era muy auanteiada, ante o correr dos outros homeens.

E assy jndo, se colheo a hũu boosco, acompanhado de muyta spessura de mato, onde os outros, cuidando que o tinham, trabalhándose de o buscar, elle era ja em sua choça, com entençom de segurar seus filhos e filhar sua arma, que com elles leixara. Mas, todo seu prymeiro trabalho foe nada, em comperaçom do grande nojo que lhe sobreueo com o fallimento dos filhos, que nom achou. E, ficandolhe ajnda hũa pequena de speranza que perventura estaryam escondidos em algũa parte, começou de esguardar pera todollos cabos, pera veer se auerya delles algũa vista. E em esto pareceo Vicente Dyaz, aquelle mercador que era principal capitam daquella carauella, cujo era o batel em que os outros saírom em terra. E parece que elle, pensando que sahya a passear pella praya, como tinha em costume na villa de Lagos, nom curou doutras armas, soamente de hũu bicheiro.

Mas o guineu, tanto que delle cobrou vista, tam aceso na sanha como deuees pensar que estaua, foe a elle muy de voontade. E, como quer que Vicente Dyaz visse sua vijnda tam jrosa e conhecesse que pera sua defensom compryta seer milhor armado, entendendo que a fogida lhe nom aproueitaua, ante empecyta per muytas maneiras, esperouho sem lhe mostrar sinal de medo. E o guineu, assy como vijinha rijo, lhe deu logo com a azagaya hũa ferida no rosto, com a qual lhe cortou acerca toda hũa queixada, em cujo retorno o guineu recebeo outra ferida, ajnda que tamanha nom fosse como a outra que ante dera. E, porque as armas nom abastauam pera tamanha pelleia, foram leixadas, por vijrem a braços. E assy andarom hũa pequena peça, reuoluendosse hũu com o outro, cada hũu trabalhando por vitorya.

E em esto assy, vyo Vicente Dyaz outro guineu, que estremaua de moço pera homem, que vijinha em ajuda daquelle. E, como quer que o primeiro fosse tam forçoso e tam valiente e se desposesse aa pelleia com tal voontade como ja dissemos, nom se podera porem acusar de seer preso, se o outro nom sobrechegara, por cujo temor lhe foe neces-

saryo desemparar o primeiro. E em esto sobrechegarom os parceiros, empero seendo ja o guineu liure de sua mão. E assy como homeens que o correr auyam em huso, começaram os guineus de se poer em saluo, temendo pouco os jmiçgos que se tremetyam de os seguyr. E, finalmente, tornaronse os nossos pera suas carauellas, com aquella pequena presa que ante tijnham em seus batees.

5

1445

Aproveitado o vento norte, as seis caravelas dirigem-se ao Cabo Verde, onde se reúnem todas menos a de Rodrigo Eanes de Travaços, que perde a conserva; desembarcados os navegadores numa ilha e depois noutra, porque nesta última havia demasiados indígenas, tornam para o rio Senegal, apenas atingido por Lourenço Dias, que, por haver perdido as demais caravelas, volta para o reino, como também faz Gomes Pires pelo mesmo motivo, depois de completar a carga com peles de foca e de comprar um negro no Rio do Ouro, aonde Pires promete voltar em Julho do ano seguinte.

ZURARA, *Crónica dos feitos da Guiné*, cap. 63, segundo o códice de Paris, fls. 105 v.-07 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 163-64; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

.....
 Hora, tornando a nossa estorya, depois daquelle fecto assy acabado, voontade era de todos aquelles capitães de se trabalharem de fazer hũa honrada presa, auenturando seus corpos a qualquer perigoo; mas, parece que o vento saltou ao sul, por cuja rezom lhe conueo de fazer vella. E elles, andando repairando, pera veer o que o tempo querya fazer, tornoulhe ao norte, com o qual fizeram sua vyagem caminho do Cabo Verde, onde ja o outro anno fora Dinis Dyaz (1). E andarom tanto, atees que chegarom a elle todallas carauellas, afora a de RodriguEanes

(1) Cfr. o cap. 31, a pp. 243-46 do nosso vol. 8.

de Trauaços, que perdeo a conserua e fez depois a uyagem que adyante sera contado (2).

E, sseendo as cinco em dereito do Cabo (3), viram hũa jlha, na qual sayrom, por veer se era pourada (4). E acharom que era erma, soamente acharom hi grande multidom de cabras, de que tomarom algũas pera seu refresco. E disseram que nom auya em ellas deferença das desta terra, soamente nas orelhas, que teem de moor grandeza. Desy tomarom augua e seguirom mais auante, atee que acharom outra jlha, na qual viram pelles frescas de cabras e outras cousas, per que conhecerom que ja outras carauellas seguirom auante (5). E, por certificaçam sua, acharom nas aruores, entalhadas, as armas do jffante e jso meesmo letras em que estaua o sseu moto (6). Por certo eu douido, diz o autor, se depois do grande poderyo de Alexandre e de Cesar, foe algũu principe no mundo que tam longe de sua terra mandasse poer os malhões de sua conquista.

E per estes sinaaes, que assy acharom aquelles das carauellas em aquellas aruores, conhecerom que ja algũas outras seguyam auante. E porem acordarom de se tornarem. E, ssegundo ao dyante souberom, que a carauella de Joham Gonçalluez Zarco, capitam da jlha da Madeira, fora aquella que ja seguya dyante (7). E, porque em terra eram tantos daquelles guineus que per nhũu modo nom podyam sayr em terra, de dya nem de noite, quis Gomez Pirez mostrar que querya sayr antre elles, per bem. E pos na terra hũu bollo e hũu spelho e hũa folha de papel, no qual debuxou hũa cruz. E elles, quando vierom e acharom assy aquellas cousas, britarom o bollo e lançaronno a longe e com as azagayas tirauom ao espelho, ataa que o britarom em muytas peças, e romperom o papel, mostrando que de nehũa destas cousas nom curauom.

(2) Nos caps. 66 e 72 a 74, no presente volume, pp. 19 e 34 a 39.

(3) As citadas no cap. 59, ou seja as de Gomes Pires, Alvaro de Freitas, Lançarote, Estêvão Afonso e Vicente Dias,—em nossas pp. 5 e 6.

(4) Identificada por MONOD-MOTA-MAUNY (*Description*, p. 154, n.º 41) com a jlha das Serpentes, a maior e a única abordable das ilhas de Madalena.

(5) Os mesmos autores identificam estouta jlha com a de Gorée (*Ibidem*), denominada em VALENTIM FERNANDES, *Ilha de Palma* (*O Manuscrito*, p. 70).

(6) O moto do infante D. Henrique, *talant de bien faire*, pode ver-se na estampa de abertura do nosso vol. 2, reproduzida do códice de Paris da *Crónica dos feitos de Guiné*, e, em desenho moderno, nas capas e portadas dos volumes de *Monumenta Henricina*, aqui associado às armas do Navegador, as do reino com o banco de pinchar, indicativo de filho não primogénito. Sobre o assunto podem ver-se: ESTEVES PEREIRA, *A divisa do Infante D. Henrique*; e MARQUES DE SÃO PAYO, *A bordadura nas armas do Infante D. Henrique*.

(7) Uma das duas caravelas por ele armadas e capitaneada por seu sobrinho Alvaro Fernandes (Cfr. o cap. 75).

Pois que assy he, disse Gomez Pirez contra os beesteiros, tiraaelhe aas beestas, sequer que conheçam que somos gente que lhe podemos fazer dano, quando per bem comnosco nom quiserem conuijnr. Mas os guineus, veendo a teençom dos outros, começaram de lhe enuyar o rretorno, tirandolhe esso meesimo aas frechas e aas azagayas, das quaaes trouuerom algüas a este rregno.

Ally acordarom todollos capitãaes de fazer vella, com entençom de entrarem pello rryo do Nylo (8); mas nom o pode acertar senom Lourenço Dyaz, aquelle scudeiro do jffante, o qual, porque era soo, nom ousou dentrar em elle, porem foe com o batel onde filharom os guineus aa jda (9); tornouisse porem, sem fazer hi cousa que de contar seia e, porque nom achou mais a conserua, veosse dereitamente a Lagos. E Gomez Pirez, per essa guisa, perdeo a companhia das outras carauellas e, seguindo sua vyagem contra Portugal, depois que tomou augua da jlha de Ergym, veo ao Ryo do Ouro, pello qual sobyo atee o porto em que, no outro anno, foram elle e Antam Gonçalvez e DiegAffonso (10); onde logo chegarom os mouros, per segurança dos quaaes ouue sabedorya que nom estauam ally mercadores.

Venderonlhe porem hũu negro, em contya de cinco dobras, em algüas cousas que lhe por ellas deu. Ally lhe trouuerom augua, nos camellos, e lhe derom carnes e lhe fezerom assaz de boo gasalhado. E sobretudo lhe mostrarom tanta fyança que, sem nhũu empacho, entrauom tantos em sua carauella, de que a elle ja nom prazyza, nom consentindo que mais entrassem; empero, aa fym, sem lhes fazer nhũu desaguisado, os mandou poer em terra, ficando com elles em concerto que, no outro anno, no mes de julho, tornasse ally, onde acharya negros em auondança e ouro e mercadaryas em que muyto poderya aproueitar. Trouxe ajnda Gomez Pirez, daquella vyagem, muytas pelles de lobos marinhos, de que perfez carrega a sseu nauyo, e tornouisse pera o rregno.

(8) Senegal.

(9) Cfr. o cap. 60, em nossas pp. 7 a 11.

(10) No ano de 1444, segundo o capítulo 29, a pp. 238-39 do nosso vol. 8.

Perdido Vicente Dias da companhia de Lançarote e de Alvaro de Freitas, avançam as caravelas destes dois por Tider para a ponta de Tira, em terra firme do continente africano, onde conseguem capturar 12 indígenas.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 64, segundo o código de Paris, fls. 107 v.-08 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 164-65; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Desarrezado serya nom tornar com o conto destas carauellas ao lugar donde as primeiro leuey. E, pois ja das outras disse como se tornaram Lourenço Dyaz e Gomez Pirez pera o rregno (1), querouos contar os aquecimentos das outras; e direy logo de Lançarote e d'Alvaro de Freitas. E foe assy que, seendo com estes ambos Vicente Dyaz, aquelle de que ja dissemos que o guineu feryo na praya do Nillo, per acertamento se partyo da companhia dos outros; e, porquanto era de noite, nom pode tam cedo tornar a ssua companha.

Mas, entretanto elle assy anda soo, he bem que digamos dos aquecimentos dos outros, os quaaes, nom bem contentes da presa que leuauom, firmaronse ambos de trabalhar por acrecentar em seu primeiro guanho. E, sseguinto vya de Tider, onde pensauam de achar ajnda algũa cousa em que podessem fazer presa, chegarom aa ponta de Tira, onde fallarom com sua companha, dizendo como sabyam que aquella terra era pouorada, pollo qual lhes parecy a serya bem sairem fora, trabalhando por veer se poderyam auer algũ percalço; no qual mouimento nom ouue outra referta senom que fizessem como lhe prouuesse, ca elles ja sabyam que capitães tijnam, dos quaaes nom podya sayr conselho senom proreitoso.

Os batees foram logo prestes e os capitães com suas gentes em elles, leixando porem suas carauellas acompanhadas como compria. E daquelles que eram nos batees poserom algũs fora, que fossem per terra, e os outros que ficarom nos batees hijam per a fuma da terra. E, hindo assy hũs e os outros per sua vya, disserom os da terra como

(1) No capitulo anterior.

achauam rastro dhomeens que per ally passaram e ajnda que lhes parecia fresco, no qual achauom rastro de molheres e moços. Seguij em pos elles, disserom os capitâaes, ca pois tam fresco he, nom podem os que o fezerom seer dhi allongados. A uontade, que era boa, e o rrasto bem conhecido leuou aquelles muy grande pedaço, nom veendo ajnda os mouros que buscauom, entanto que algüus auya hy que disserom que semelhante jda passaua o rrazoado, porem que se tornassem; mas outros, mais acesos na cobijça do guaanho, nom curarom das pallauras daquelles, seguindo todauya sua vyagem.

E, jndo assy nom muy longe dally, trespoendo hũu medom darea, viram os mouros, que hyam em hũu baixo. Hora, disserom aquelles que ally leuauam carregio de capitâaes contra os outros, podees mostrar vossas boas voontades, trabalhando no seguimento daquelles contrairas. E como quer que elles ja fossem algũu tanto trabalhados, pareceolhe que aaquella hora sayrom dos nauyos: tam grande voontade auyam de chegar a elles. O qual em breue espaço poserom em obra, ca se nom poderom os mouros sayr muyto longe que os elles nom encaçassem, e algüus que se trabalharom poer em defesa, em breue conhecerom o erro de sua seyta; ca, sem algũa piedade, os matarom muy asinha, de guisa que nom ficarom viuos mais de xij, que comsigo trouuerom presos. E como quer que a presa nom fosse grande, em comparaçom doutras que se ja fezerom em aquella terra, forom todos com ella muy ledos, mais polla vitorya seer assy auida com tam poucos, que polla parte do guaanho que a cada hũu acontecy.

7

1445

Regressadas as caravelas de Lançarote e de Alvaro de Freitas da ponta de Tira à ilha de Arguim, para ali tomarem água e repousarem, pois nela não encontram indígenas, lá se depara com elas a de Vicente Dias, também em busca de aguada; e as três navegam para a ilha de Tider, passando pela ilha de Cerina, sita entre Tider e o continente, mas, não havendo achado ninguém na de Tider, dirigem-se para a ponta de Tira, onde aprisionam 57 indígenas, após o que as três caravelas regressam ao reino.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 65, segundo o códice de Paris, fls. 108 v.-11 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 164-65; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Cobrada assy aquella pequena presa, ouuerom os capitãaes seu acordo de sse jrem dereitamente aa jlha de Ergim, pera tomarem hi augua que lhes era mester e que ally fallassem sobre a uyagem, pera onde serya dally adyante (1). E, chegando aa dicta jlha, a qual primeiramente mandarom descobryr, por sua segurança, e, tanto que sentiram que a jlha era despachada dos jmiijos, saïrom todos em terra; e, despois que tomarom hũa pequena folga, carregarom sua augua, com que singular prazer auyam, ca hũus dos principaaes refrescos com que a gente do mar folga despois que anda per dyas em elle, assy he a boa augua, quando quer que som acerca della.

E, rrepousando assy aquella noite, estando no outro dya pera teer seu conselho, começou hũu de dizer como lhe parecyia que vya hũa vella que vijnha contra elles; e, esguardando todos pera ello, conhecerom que era carauella, a qual presumiram seer a de Vicente Dyaz, que pouco auya que perdera sua conserua (2); polla qual, sobresseuerom de seu conselho, porque queryam que todos se ajuntassem a ello. Vijnda a carauella antre elles, requererom Vicente Dyaz que lhe prouesse sayr em terra, pera estar em aquelle conselho. Amigos, disse elle, vos auerees paciencia ataa que esta gente vaa receber algũu refresco com augua desta jlha, de que todos vijmos muy deseiosos.

Acabado seu refresco, começaram seu conselho, no qual os capitãaes proposerom como sua tençom era trabalhar ajnda quanto podessem por fazer algũa presa; ca, tornando com tam pequeno proueyto, era escarnho pera taaes pessoas. Amigos, disserom algũus, logo vossa tençom serya boa se homem teuesse lugar aparelhado em que, trabalhando, sperasse receber proueito; mas esta terra, como sabees, he ja toda reuolta e mil vezes foe ja tresfegada e as carauellas andam per aquy cada dya, de guisa que nom ha hy mouro, por neiceo que seia, que ouse teer pee per toda esta terra, ante, segundo rezon, deuem seer amedorentados e fugidos pera o mais longe que poderem; pello qual nos parece que sera bem que nos contentemos da presa que teemos e que nos vaamos em boa hora, vyagem do nosso rregno, e nom despendamos o tempo em cousa que tam conhecidamente sabemos que nos nom pode fazer proueito.

A uerdade he, disserom outros, que esta terra esta assy reuolta como vos dizees, pollo qual de duas cousas sera hũa: ou os mouros seram

(1) Lançarote e Alvaro de Freitas, que da ponte de Tira seguiram para a jlha de Argum (Cfr. o capítulo anterior da Crónica).

(2) Como o cronista disse no capítulo anterior.

daquy muy allongados ou, se esteuerem, staram percebidos, de guisa que, sem receo, possam esperar qualquer cometimento contrairo que lhe fecto seer possa, e onde nos cuydamos de filhar, perventura nos filharam. E ajnda que homem al nom sguardasse senom o que aconteceo aas carauellas de Lixboa, as quaaes, teendo ja carrega com que razoadamente poderam tornar, quizerom poer seu fecto em auentura, donde sse lhe seguy o que ouuistes (3).

A terceira voz, que era dos capitâaes e assy dalgũs outros speciaaes, foe retardada algũu pouco, mas todauya disserom que a ssayda nom se scusaua. Vos sabees, disserom elles, como da jlha de Tider som mortos algũs mouros e outros filhados, de guisa que ja nom som no conto do primeiro numero, e aquelles que ficarom estam meos vencidos, porque ja, como vistes, fogiram ante as pontas das nossas lanças, como gente que nom ousou de prouar comnosco sua força. Porem, nos vaamos veer se acharemos hi algũs, ca se elles hi estam, nom pode seer que do seuo ou da lãa lhe nom leuemos hũa enxauata; e, sse peruentura a jlha for despouorada, poderemos dello dar certo testemunho ao ssenhor jffante nosso ssenhor, pello qual se parecerya que nossa viñda nom fora sem grande proueito, pois nom soamente abastou aos mouros de nos fogirem hũa vez, mas ajnda, com nosso medo, leixarem de todo suas choças e terra em que nacerom e viuerom.

Bem estauam neeste conselho os mais daquelles principaaes, mas a outra gente mais baixa queryam todauya que se nom tremettessem doutra cousa, senom de sse tornar pera o rregno. Empero, ouuerom de consentyr no acordo dos que mais vallyam e milhor entendyam que elles, e assy começaram logo de auyar sua jda; e, ante da noite, chegarom acerca da jlha, onde lançaron suas ancoras, nom muy chegados a ella, stando ally ataa que viram que o sol acabaua seu diurnal trabalho. E, sseendo ja o ceo cuberto (4) do crespuscullo da noite, lançaron seus batees fora e meteronse em elles e foronse meter no braço que vay da parte da terra, como quer que, ante da terra, sta outra jlha, Cerina (5).

E ssairom fora e forom a Tider, mas nom acharom hi ninguem;

(3) Cfr. o cap. 48 da Crónica, a pp. 330-32 do nosso vol. 8.

(4) No ms. *cuberto*.

(5) Citada por duas vezes apenas neste capítulo da Crónica, a ilha de Cerina, não mencionada nem por VALENTIM FERNANDES nem por BARROS como tão-pouco o foi por DUARTE PACHECO, MARTINHO DE BOEMIA e MÖNZER, é situada em carta reproduzida por LABAT, *Nouvelle Relation de l'Afrique occidentale*, t. 1, pp. 54-55, entre Tider e o continente africano, com o nome de *isle Arserina*, na identificação de BOURDON: «qui est évidemment notre *Cerina*» ou seja a quase-ilha *Serini* da carta do Serviço Hidrográfico (Em ZURARA, *Chronique*, p 193, nota, e a bibliografia ali aduzida).

pello qual se tornaram a rrecolher a sseus batees e foram assy auante, em guisa que era ja sol saido. E Lançarote sayu da parte de Cerina e foe per terra, mandando aos batees que fossem pella augua; e quando virom que nom achauom nada, disse Lançarote aos outros que era bem que fossem auante, aa ponta de Tira, e foram todos acordados em ello. E, em se querendo correger e recolher, pera se yrem, ouuyo Lançarote zurrar hũu asno. Pareceme, disse elle contra os outros, que ouço o zurro de hũu asno; scutemos que veiaaes prazer, ca perventura quer Deus que nom partamos daquy sem presa. E porque nom era duuyda no que elle ouuira, disse que o sperassem ally todos e que jrya sobre hũus medões, veer que podya seer aquello.

E, esperando assy os outros, sobyo elle sobre os montes da area, donde esguardando pera todallas partes, vvy os mouros onde estauam, pero muytos mais que elles, os quaaes corregham seus asnos e apanhauam suas fardageens, come homeens que queryam dally partyr com pouco cuidado do que lhe, a poucas horas, auya de sobrevijnr. Verdade he que elles se trabalhauam de partyr, mas nom cuidauam que pera tam longe. E porem Lançarote, tanto que os teue vistos, muy passamente se deceo donde estaua, pera vijnr dar nouas aos outros, as quaaes ja sabees quanto seryam allegres. Hora, disse elle, Deus seia louuado, nos teemos o que buscauamos. Mouros estam ally, prestes pera se partyr, elles som mais que nos; se querees trabalhar, a uytorya he nossa. Esforçaae vossos corações e aguçaee vossos pees, ca no primeiro topo esta toda parte de nossa vitorya.

Nom he pera dizer o aluoroço em que todos ja estauam, ca scassamente Lançarote ouue acabadas as pallauras, quando ja todos aballauam; pero, tanto fezerom de bem, que foram sem arroydo, ataa que foram sobre os medões, mas ja quando ally chegarom nom podyam postar com suas voontades que se nom trigassem pera braadar. E quando parecerom sobre os mouros, aleuantarom suas vozes, as quaaes nom eram menores do que a força de cada hũu podya; as quaaes ouuydas dos mouros, foram muyto spantados e toruados. Os nossos começaram de correr, braadando com seus acustumados apellidos, a saber, Sanctyago, Portugal e Sam Jorge, cujo soom nom era muy gracioso aos contrairos, de guisa que nom ouuerom vagar de poer as albardas sobre seus asnos, e os que tijnham as trouxas ao pescoco descarregauanse dellas. E o que mais era, que algũus que tijnham os filhos sobre seus ombros, veendo como os nom podyam salvar, leixauamnos cayr no chãao, ja sabees com camanho quebranto.

E assy, com esta angustura, começaram de fogir, nom todos juntamente nem per hũu caminho, mas cada hũu pera sua parte, leixando ja de todo, sem algũa speranza de remedyo, as molheres e filhos. Bem he que algũus auya hy que, pero ja conhecessem seu magnifesto des-

barato, tijnham corações pera mostrar sua defesa, os quaaes muy asinha eram despachados da uida. E, finalmente, foram ally presos, per toda gente, Lvij; algũus foram mortos e outros fोगिrom.

Aquy fizeram estas tres carauellas fim daquella vyagem, tornandosse pera o rregno, nom pouco contentes, polla auantagem que sentyam dos outros, no encontro de sua derradeira presa. Mas agora fallaremos dos que ajnda ficam no mar, por vos darmos conto de todo seu aqueecimento.

8

1445

A caravela de Rodrigo Eanes de Travaços e a de Dinis Dias, perdidas das demais, ao buscarem-nas, encontram-se e seguem viagem juntas.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 66, segundo o códice de Paris, fl. 111 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 165; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Pesame, porque nom posso em esta storya guardar aquella dereita forma que de rezom deuya, porquanto a ssua materya foe assy trautada, que muytas vezes me he necessaryo fazer capitollo onde, se fosse per outra guisa, podya passar com duas pallauras, assy como em este presente que, por ajuntar a carauella de RodriguEanes com a de Dinis Dyaz, me conueo fazer noua rubrica; as quaaes, partidas da companhia das outras, andandoas buscando, se vierom a juntar (1). E, ueendo como da outra companhia nom podyam saber mais parte, fizeram sua conserua; mas do que lhe despois aveo fallaremos adyante (2).

(1) Cfr. o cap. 63, nas pp. 11 a 13 do presente volume.

(2) Nos caps. 72-74, em nossas pp. 34 a 39.

1445

Ao regressarem da ilha de Tider ao reino, as caravelas de Soeiro da Costa, Vicente Dias, armador, Gil Eanes, Martim Vicente e João Dias, na mira de obterem mais alguma presa, saltam no Cabo Branco, porém sem resultado, e, desejando depois Soeiro da Costa negociar no lugar de Tidre filha e filho de chefe dali, os quais tinha em seu poder, acaba por haver de entregar três mouros, a fim de resgatar o mestre da sua caravela e um judeu, que havia dado em reféns do dito negócio.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 67, segundo o código de Paris, fls. 111 v.-13.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 165; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Assy como ja dissemos nos outros capitollos, passaram estas cousas segundo lhes a fortuna apresentaua os aqueecimentos. E, porque torne com todallas carauellas a Lagos, como tenho prometido, e ajnda [he] necessareo, quero, em este presente capitollo, fallar daquellas cinco que se partirom da companhia, despois do barrejamento da ilha de Tider, onde era aquelle honrado caualleiro Soeiro da Costa, alcaide de Lagos, e assy outros quatro capitâaes, vizinhos e naturaaes daquelle lugar; os quaaes, acordados de se tornar, como ja teemos dicto, fallarom antre assy no prosseguimento de sua vyagem, parecendolhes que a primeira presa era pouca cousa, ajnda que honrosa fosse, em comparaçom de seu grande trabalho e despesa (1).

Nos, disserom algũs, nom podemos ja mudar nosso primeiro conselho, quanto aa determinaçom de nossa tornada, assy por a pequena grandeza de nossos nauyos, como por nom parecermos homeens de muytos acordos; mas sera bem que vaamos todauya nossa vyagem e que prouemos se poderemos no caminho cobrar algũa cousa, pera ajuda de nosso guaanho, ajnda que, segundo rezom, deue seer pouco, pollas muytas vijndas que os nossos nauyos ja fizeram a esta terra. Empero, nom leixemos de tentar e perventura nos dara Deus algũ boo aqueecimento;

(1) Cumpre assim o autor o que prometera no final do cap. 58, em nossa p. 4.

mas, pera se esto encaminhar com algũu fundamento de rrezom, nom teemos outro lugar mais aazado pera em nosso trabalho auermos algũa speranza de vitorya, soamente chegarmos aaquelle braço de mar que he no Cabo Branco (2), pello qual entrando, veremos ataa hu chega. E pode seer que, se muyto entrar per terra, que acerca delle acharemos algũa cousa em que façamos algũa presa. E quando nom, pouco trabalho podemos hi oferecer.

Todos acordarom seer bem dicto o que aquelles prymeiros diasserom. E, nauegando contra lla, chegarom ao dicto rryo, no qual entrando hũa peça, ancorarom seus nauyos, e desy, saindo em seus bateas, começaram de trabalhar por chegar aa fim do rryo; pello qual seguindo quatro legoas, chegarom ao cabo delle, onde acordarom de sayr fora, por veer se acharyam algũa pouoraçom em que podessem filhar algũas almas, pera ajudarem a pouquidade da primeira presa. Empero, esfriados em sy meesmos de cobrarem nhũa cousa, segundo sabyam que a terra era percebida e tantas vezes reuolta, soamente se trabalhauam em ello costangidos de necessityde, ao menos por dizerem aos companheiros que saïrom fora.

E, ssaindo assy, enuyarom dyante descobrir a terra, mas nom seguirom muy longe, quando viram ante sy hũas poucas de casas, sobre as quaaes foram muy trigosamente, sem sperarem nhũu acordo, onde acharom algũus mouroos poucos, dos quaaes filharom oyto. E, querendo per elles saber se auya hi acerca algũa outra pouoraçom e, pero ameaçassem algũus delles, nunca poderom al saber, soamente que per toda aquella terra nom auya outra nhũa pouoraçom, e em esto se acordarom todos oyto, apartados cada hũu per sua vez; pello qual lhes foe necessaryo tornarem pera seus nauyos, com entençom de nom filhar mais trabalho, soamente de se tornarem pera suas casas, pois, trabalhando, conheciam que nom podyam ja mais aproueitar. No qual acordo foram todollos outros das carauellas, soamente o alcaide de Lagos (3), que disse que querya ajnda tornar a Tidre, pera fazer hũu resgate de hũa moura e de hũu filho do ssenhor dally. E, como quer que fosse conselhado do contrario, nunca quis sayr de seu proposito, ajnda que, ao despois, foe bem arrependido. Ca, chegando aa jlha, começou de fazer seus sinaaes aos mouroos, que logo vierom aa rribeira, tanto que viram que a carauella vijñha contra elles.

E ouue delles hũu mouro, por sua segurança, entregando elle o meestre da carauella e hũu judeu que era em sua companhia; os quaaes

(2) A baía do Lévrier, entre a península do Cabo Branco e o continente, — segundo BOURDON, em ZURARA, *Chronique*, p. 196, nota 1.

(3) Soeiro da Costa.

teendo os mouros (4) em seu poder, a moura de que o alcaide querya fazer o rresgate lançouse a augua e, como cousa husada em aquelle trabalho, em muy breue sayu em terra, antre seus parentes e amigos; pelo qual os mouros teuerom que nom deuyam leixar assy os arrefeens sem auantagem do que primeiro tijnham em voontade. E, finalmente, nunca quiserom entregar os que tijnham, ataa que lhes dessem tres mouros; a qual cousa, pero fosse graue de fazer ao alcaide, vista a neces-sydade, condecendeo a ello, reprimendo sy meesmo, por que nom esteuera pello primeiro conselho. E, uisto como naquelle resgate nom podya mais aproueitar, tornou-se pera o rregno.

10

1445

A caravela de Tavira e a de Picanço, ao regressarem a Portugal, encontram uma outra, de Alvaro Gonçalves de Ataíde, capitaneada por João de Castilha, a qual seguia para a Guiné; dissuadem-no disso, em razão do inverno, convidam-no a irem as três caravelas sobre a ilha da Palma, para ali tomarem alguns canários, e na ilha de Gomeira recebem de bom grado alguns indígenas, como ajuda e guia, e com eles avançam para a ilha da Palma, onde cativam 17 indígenas, perseguição em que se evidencia Diogo Gonçalves, moço da câmara do infante D. Henrique, e onde perece, de desastre, um português dos da companhia.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 68, segundo o código de Paris, fls. 113-16.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 165-66; e BARROS, *Asa*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Contado auemos, nos outros capitulos, como a carauella de Tauilla e a outra de Picanço se partirom da companhia das outras, quando foram pera Guinee, onde lhe aconteeo de se acordarem de tornar pera Portugal (1). E, em tornando sua vyagem, encontraram com a carauella de

(4) Aqui, em BARROS, erradamente moço por mouros, como justamente observou o retrocitado anotador (*Ibi*, nota 2).

(1) No cap. 59 o cronista deixara em suspenso a narrativa sobre o seguimento da viagem destas duas caravelas, à qual volta agora, mas sómente ainda para nos

Aluaro Gonçalvez d'Ataide (2), na qual era capitam hũu Joham de Castilha (3); e, preguntandolhe pera onde hya, lhe disse como seguya vyagem de Guinee. E que presta, disserom os outros, vossa hida a tal tempo, ca nos vijmos ja de lla, como veeades, e o tempo he sobre o ynuerno, pello qual, se mais quiserdes seguyr, poerees vossa vida em perigoo, com pouca honra e menos proueito; porem, se vos prouuer seguyr nosso conselho, tornaueos comnosco e jremos aa jlha da Palma, onde veremos se poderemos cobrar algũa presa daquelles canareos (4).

E como quer que Joham de Castilha duuidasse de tal tornada, por lhe nom parecer cousa segura, pollas nouas que auya dos moradores daquella jlha, que eram trabalhosos de filhar; porem, constrangido das rezções dos outros, ouuesse de tornar com elles. Os quaaes, vijndo assy todos juntamente, chegarom aa jlha da Gomeira, na qual querendo sayr em terra, viram muytos canareos, dos quaaes ouuerom segurança, ante que de todo saíssem de seus bateos. Os canareos lha outorgarom sem nhũa referta, come homeens que tijnham suas voontades mais inclinadas a lhe aproueitar que a empeezer.

Ally chegarom logo dous capitães daquella jlha, dizendo como eram seruidores do jffante dom Henrique e nom sem grande rezom, ca elles foram ja em casa delrey de Castella e delrey de Portugal e que nunca em algũu delles acharom as mercees que despois ouuerom do jffante dom Henrique: ca, seendo em sua casa, acharom em elle muy booo acolhimento emquanto com elle (5) esteuerom e, emfim, que os vestira muy bem e os mandara em seus nauyos pera sua terra, pello qual eram muyto prestes pera todo seu seruico (6). Pois, disserom os outros das caraueellas, e nos seus criados e seruidores somos e por seu mandado partimos

referir o que fizeram no seu regresso a Portugal, sem pormenorizar a sua acção na costa africana, o que ZURARA não chegou a fazer na Crónica da Guiné ou o fez em texto perdido.

(2) Cfr. a nota 10 ao cap. 51, na p. 340 do nosso vol. 8.

(3) Em 9 Abril de 1451 el-rei D. Afonso V tomou João de Castilha, morador em Tavira, para seu besteiro de cavalo (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 11, fl. 42); e em 17 de Março de 1463 o referido monarca nomeou-o coudel da vila de Atougula e termo por 3 anos e di-lo «caualeiro, criado do conde nosso ayo, que Deus aja» (*Ibid.*, liv. 9, fl. 81 v.), ou seja de Alvaro Gonçalves de Atalde, 1.º conde de Atougula, falecido em 14 de Fevereiro de 1452 (Cfr. B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, pp. 274-76).

(4) Sobre esta jlha cfr. o cap. 82 da Crónica e V. FERNANDES, *O Manuscripto*, p. 105.

(5) No ms. *ella*.

(6) Copiosa é a documentação publicada nos anteriores volumes de *Monumenta Henricina* sobre as ilhas Canárias nos séculos XIV e XV, a qual o leitor pode localizar facilmente através dos respectivos indices. Aqui limitamo-nos a lembrar os textos e factos principais relativos às relações de Portugal com aquele arqui-

de nossa terra, onde se vos tal voontade teendes, em tempo sooes que o podees bem mostrar; ca nos queremos hir aa jlha da Palma, pera prouarmos de filhar algũus catiuos, na qual nos compria bem vossa ajuda, querendo enuyar connosco algũus daquestes vossos sobditos pera nos ajudarem e encaminharem, porque he terra que nom sabemos nem ajnda auemos conhecimento das maneiras que teem os seus moradores acerca de sua pelleia.

Bruco auya nome hũu daquestes capitãaes e o outro Piste, os quaaes juntamente responderom que lhe prazia de trabalhar sobre qualquer cousa que seruiço fosse do ssenhor jffante dom Henrique e que dauam muytas graças a Deus por lhe trazer aazo em que podessem mostrar quanto tijnam de boas voontades pera ello. E por vos veerdes, disse o Piste, o deseio que eu tenho de o seruyr, eu quero jr conuoso e leuarey commigo tantos canareos quantos vos quizerdes. Vergonha me parece, diz o autor, que faz o agradecimento destes homeens a muytos que mayores e milhores cousas receberam deste nosso principe e nom chegarom com grande parte aa perfeiçom deste conhecimento. Oo camanho doesto pera aquelles que se criaram em sua camara e os pos ao dyante em dignidades e senhoryos e, esquecidos daquesto, o leixarom no tempo em que seu

pélago anteriormente ao ano de 1445. Data de 1341 a primeira expedição portuguesa às Canárias, a cuja conquista os portugueses ficaram por isso a julgar-se com direito (Cfr. os DOCS. 88 e 97 do nosso vol. 1); pelo menos na segunda década do século XV houve novas expedições portuguesas às Canárias (Cfr. o DOC. 113 do vol. 2); vem depois a expedição de D. Fernando de Castro contra a Grã-Canária, em 1424 (Cap. 79 da Crónica da Guiné e DOC. 51 do nosso vol. 3); documenta-se nova expedição de Portugal às ditas ilhas, talvez às da Grã-Canária e Gomeira, a localizar porventura em 1434 (Cfr. o DOC. 129 do vol. 5); foi concedida a Portugal a conquista das ilhas do arquipélago não pertencentes a cristãos pelo papa Eugénio IV em 1436 (DOC. 137 do cit. volume).

Quanto à ilha de Gomeira, não merecem crédito os DOCS. 104, 106 e 112 do nosso vol. 1, por não se haver conseguido provar a sua autenticidade (Cfr. SERRA RAFOLS, *Lancelotto Malocello en las islas Canarias*). Parece que Maciot de Béthen-court, pelos anos de 1418-1420, ensalou em vão conquistar aquela ilha; depois Afonso de las Casas teve a concessão pontifícia da conquista das ilhas de Grã-Canária, Tenerife, La Gomera e Las Palmas, a pedido de el-rei de Castela (Cfr. os DOCS. 8 e 9 do nosso vol. 3); em 1434 e 1436 parece se tratava de evangelizar por Castela os indígenas da Gomeira (Cfr. os DOCS. 38 e 92 do nosso vol. 5). Vê-se que em 1445 os habitantes da referida ilha não eram dos mais selvagens do arquipélago. Sobre eles podem ver-se: o cap. 80 da Crónica da Guiné, VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 104-105, e J. WÖLFEL, *Un Jefe de tribu de Gomera y sus relaciones con la Curia romana*, cuja documentação, menos correcta naquele estudo, reeditámos em *Monumenta Henricina*, tomada da respectiva fonte. Sobre as Canárias em geral, no aspecto histórico que a Portugal interessa, cfr. ainda: S. RAFOLS, *Portugal en las Islas Canarias*, PEREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico* e DAMIAO PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.^a ed.

serviço trazia necessidade, cujos feitos e nomes diremos na Estorya do Regno, onde fallarmos do cerco de Tanger (7).

Assy se ofereceo aquelle capitam com sua pessoa e gentes, dos quaes logo fez meter nos nauyos quantos os capitães quizerom receber; donde trigosamente fizeram vella, guyando vyagem da outra jlha da Palma, onde chegarom pouco menos de menhãa. E como quer que a rrezom, a tal tempo, nom consentisse sairem em terra, acordarom todauya sairem logo, porque, disserom elles, se algũa cousa aguardamos, pois ja somos vistos, toda nossa presa sera trabalho perdido, ca os canareos se poeram em saluo; e, ssaindo logo, algũs poderemos filhar, ca, posto que ligeiros seiam, antre nos auera taas que os seguiram. E nom pode seer que os ssenhores daquelles gaados que per ally andam ante nossos olhos nom acudam, pera os recolherem, ca sua condiçom he trabalharem por elles acerca tanto como por sy meemos.

E, ja seia que semelhante acordo fosse perijgoso, todauya ouue lugar antre todos aquelles, e assy despachadamente foram logo postos na praya, tam bem os portugueeses come os canareos. E, judo assy nom muy afastados da rribeira, viram como os canareos hyam fogindo e, em os começando de seguyr, disse hũu da companhia contra os outros: pera que he filhar trabalho debalde, correndo apos aquelles, ca, por muyto que trabalhees, ja os nom auees dactalçar? Mas sygamos aquellas ouelhas e carneiros que vão por aquella fraga, ca certamente todollos demais daquelles que os seguem som moços e molheres e, se os bem seguirmos, forçado he que algũs delles filhemos (8).

Cujas pallauras ajnda nom tijnham fim, quando todos começaram de correr, leixando os outros canareos, cujo encalço ja começauam seguyr. Mas, aquelles pastores entrarom com seu gaado em hũu valle tam fundo e tam riscado, que mais era de marauilhar que de fallar como as gentes em elle podyam fazer passagem. Porem, os christãos, assy portugueeses come os canareos, os seguirom com tal força, que ja quando os primeiros começaram dentrar no valle, ja os nossos eram acerca delles e assy, de golpe, entrarom per o ualle per tal guisa, que aos pastores foe forçado de sse embarrarem per as fragas das penedyas, cuja aspereza era cousa

(7) De ZURARA nada mais nos chegou a este respeito; mas PINA assevera, ao falar do cerco de Tãnger de 1437: — «no tempo que o ffrante, perseguido dos mouros, se rrecolheo ao palleque, algũs fidalgos e muytos caualleiros e escudeiros e delles seus criados e outros, que fariam numero de mjl, lhe fogitrom e se rrecolherom aos naujos» (*Crónica de el-rei D. Duarte*, cap. 30, segundo o cód. 359 do ANTT.). Podem ver-se, sobre o particular, ainda os DOCS. 34, 69 e 71 do nosso vol. 6. Bruco é referenciado nominalmente apenas neste capitulo; a Piste alude novamente o autor no capitulo seguinte.

(8) Sobre estes cfr. a bibliografia indicada em a nota 3.

marauilhosa; mas muyto mais de marauilhar era a ssoltura com que os canareos daquella jlha andandauam per aquelles penedaaes, assy come cousa que, em mamando o leite nas tetas de suas madres, começaram a andar per aquelles lugares.

E assy como os sillos ou marmoreos (9), que viuem aallem do deserto de Libya, conhecem seus filhos seer de seu legitimo matrimonyo se logo, em sua primeira puericia, sem algũu temor, trautam com as mãaos aquellas grandes peçonhas daquelle deserto, que lhes pellos padres som apresentadas, assy os canareos desta jlha teem que os seus filhos, nom nascendo com esta soltura, foram geerados per algũu adulteryo contraíro. Mas, que serya dos nossos naturaacs, querendo seguyr apos elles, ca, pero vissem tanta asperiza, nom leixarom de os seguyr, onde hũu mancebo de nobre coração, correndo per aquelles penedos, scorregou de hũa muy grande e aspera fraga e, caíndo, morreo. E nom pensees que este dano soamente aconteeo aaquelle natural de nosso rregno, ca muytos canareos cairom per aquella guisa e morrerom; ca, como quer que assy fossem dados, per antiga natureza, a andar per aquellas penas, com a pressa do contrairos, que sentyam acerca de ssy, auendoo por seu derradeiro remedyo, quanto a fraga era mais aspera, tanto elles com milhor vootade seguyam pera ella, pensando que os jmijgos temeryam de os seguyr.

E sse aquelle Diego Gonçaluez, moço da camara do jffante, — de que ja falley no capitollo onde disse como se lançara primeiro a nado na jlha onde tomarom os Lvij^a. mouros (10) — ouue louuor por sua auantajada fortelleza, bem lho posso acrecentar agora muyto mais, como aaquelle que, antre os outros, bem se mostrou seer special em aquelle dya; onde, por certo, com grande razom posso eu reprender a fortuna, porque, seendo este mancebo gallardoado de seu ssenhor o jffante per nouo casamento em a cidade de Lixboa, teendo em sua casa junta sua riqueza em grande abastança, pera sostentamento de sua vida, lhe sobreueo fogo, per negligencia de hũu seu seruidor, o qual lhe queimou todallas cousas que auya; e em tanto lhe foe a fortuna graciosa, que lhes leixou hũus proues vestidos com que scaparom da dicta casa.

O trabalho dos nossos foe grande em este dya, nom tanto polla pelleia, pero assaz de perijgosa fosse, specialmente polla multidom das

(9) Aqui observa BOURDON: «Il faut probablement corriger *marmoreos* en *marmaricos*. De toute façon Zurara entend parler des Psylles et des Marmarides, anciens peuples de la Lybie» (*Chronique*, p. 199, nota 3). Sobre a tradição em referência pode ver-se também a obra aduzida em a nota 4 do mesmo anotador.

(10) Cfr. o cap. 56, a pp. 351-54 do nosso vol. 8. No capitulo retrocitado diz-se que foram 57 os mouros cativados. Sobre Diogo Gonçalves veja-se a nossa nota 5 ao cap. 56, a p. 353 do volume retrocitado.

pedras com que os canareos principalmente guerream seus contrairos, ca som muy braceiros e muy certos em seus tiros e grauemente podem per outrem seer feridos, porque assy sabem furtar seus corpos dos golpes, specialmente de cousa remessada, que tarde e per grande ventura, por ponteiro que o homem seia, os pode acertar, trazendo outras armas bem concordantes ao seu bestyal viuer, a saber, hũas lanças compridas com cornos agudos nas pontas, por ferros, e outros semelhantes, por contos.

Mas que o trabalho assy fosse grande, era porem fremoso de veer, ca quem vira sua escaramuça reuolta per tal guisa e em tal lugar, os christãos occupados em prender os canareos e apartar o gaado dantre elles, por melhor aazo de sua presa, e os contrairos apressados por saluarem suas vidas e reguardarem seus gaados o melhor que podyam, teerya que era mais deleitosa tal vista que outra algũa que carecesse desta fim. E assy foe a presa daquelle dya xvij. canareos, antre homeens e molheres, com as quaaes filharom hũa que era de desarrazoada grandeza pera molher, a qual diziam que era rrainha de hũa parte daquelle ilha. E despois que assy teuerom seus prisioneiros e o gaado recolhido, começaram de sse retracer pera seus batees, onde dos canareos foram assy seguidos, que foe necessaryo de lhe leixarem a mayor parte do gaado que lhe trazyam filhado; pollo qual os nossos ouuerom assaz trabalho em seu recolhimento.

11

1445

Da ilha da Palma regressam as três caravelas à de Gomeira, para ali desembarcarem os indígenas que os tinham ajudado no assalto à primeira, e João de Castilha, por aumentar a sua presa, retém em sua caravela e traz a Portugal 21 naturais, tomados noutra porto de Gomeira,—acção depois reprovada pelo infante D. Henrique, que trata bem os ditos canários e os manda repor em sua terra.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 69, segundo o códice de Paris, f. 116-17.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 165-66; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Seendo ja todos em seus nauyos, leuantarom as vellas, tornandosse pera a outra jlha donde ante partiram (1) E, porque ouuerom assaz ajuda daquelles primeiros canareos que leuauam consigo, agradecerom muyto aaquelle capitam, em nome do jffante seu ssenhor, o trabalho que filhara por seu seruico e muyto mais a boa voontade com que o fezera, poendoo em speranza de rreecer por ello outras muyto mayores mercees das que ataally recebera. E certamente que sua promessa nom foe em vñao, ca despois veo a este rregno aquelle capitam que se chamaua Piste, com outros daquella terra, e ouuerom assaz mercees e gasalhado do jffante, pello qual bem creio que nom forom arrependidos (2) de seu primeiro trabalho. E desto posso eu, que esta storya ajuntey e ordeney, seer certa testemunha; ca me acertei de ascer no rregno do Algarue, em casa deste principe, ao tempo que estes canareos hi andauam, e vy bem como eram trautados (3). Empero, creio que aquelle capitam e algũs dos que com elle vierom durarom tanto em este rregno, ataa que em elle fizeram fim de suas vidas.

Eu disse ja como Joham de Castilha, que era capitam daquella carauella dAluaro Gonçalluez dAtayde, nom chegou a Guinee, como fezerom as outras, nem acho que ouuesse outra presa, soamente aquelles canareos que ally filharom (4); a qual lhe parecia muy pequena pera tornar assy com ella ao rregno, quanto mais que todallas outras carauellas leuauam sobre elle grande auantagem, o que elle, em seu pensamento, recebya por injurya. E porem jmaginou (5) hũa fea maneira per onde podesse acrecentar algũa cousa em aquelle pouco que leuaua; e começou de trautar com os outros que lhes prouuesse de tomarem algũa parte daquelles canareos, sem embargo da segurança.

E, como a cobijça seia raiz de todallas maldades, ajnda que a muytos parecesse desarrezoado tal cometimento, ouuerom porem de consentyr no que Joham de Castilha, per tantas rezões, mostraua seer proueitoso. E, porque lhes pareceo feo tomarem algũs daquelles que os tam bem ajudarom, moueronse dally pera se jr a outro porto, onde algũs canareos, fyandosse dos nossos, forom aa carauella algũs delles, que, segundo creio, forom xxj, com os quaaes fezerom vella pera Portugal.

Mas o jffante, auendo dello sabedorya, foe muy jroso contra aquelles capitãaes, fazendo logo trazer os canareos a ssua casa, aos quaaes man-

(1) Da ilha de Gomeira (Cfr. o capitulo anterior).

(2) No ms. *arrependidos*.

(3) Datar esta estadia do cronista na casa do infante D. Henrique no Algarve nos anos de 1449 ou 1450, como fez DUARTE LEITE, *Aceros da «Crónica dos feitos de Guinees»*, pp. 53-54, equivale a supô-lo ido lá uma única vez, o que não se prova.

(4) Cfr. o capitulo anterior.

(5) No ms. *jmaginou*.

dou vestyr muy nobremente e os fez tornar a ssua terra, onde seus naturaaes muyto louuaram tanta virtude de principe, pella qual foram muyto mais inclinados pera o seruyr. E da prymeira vijnda destes canareos a este nosso rregno e doutras muytas cousas que se passaram acerca delles fallaremos mais compridamente na Cronica Geeral dos fectos do nosso rregno (6).

12

1445

Tristão da Ilha, passado o Cabo Branco, encontra vento contrário, pelo que regressa à ilha donde antes partira; e Álvaro Dornelas, escudeiro, criado do infante D. Henrique, com outra caravela, apenas consegue dois canários.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 70, segundo o códice de Paris, fl. 117r. e v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 167; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Ja dissemos como Tristam, hũu dos capitãaes da jlha da Madeira (1), armara hũa carauella pera jr de companhia com as outras. E, como quer que elle teuesse boom desejo pera seruiço do jffante e muyto ao seu proueito, ca era homem assaz cobijçoso, tal foe sua ventura, que, tanto que passou o Cabo Branco, logo lhe o uento foe contrairo, com o qual tornou atras; e, pero despois trabalhasse assaz por tornar a sseguyr sua primeira viagem, nunca mais pode encher suas vellas senom de vento contrairo, com o qual se tornou pera a jlha donde ante partira.

Outrossy, Aluaro Dornellas, hũu scudeiro, criado do jffante, boo homem, per sua mão armou outra carauella, na qual levou assaz trabalho, por fazer algũa cousa de sua honra, e ja nunca mais pode cobrar que dous canareos, que ouue em hũa daquellas jlhas, com os quaaes fez tornar sua carauella, dando carrego a hũu scudeiro que lha fizesse cor-

(6) Nada sobre o particular se conhece, nem mesmo em PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V.*

(1) Sobre Tristão da Ilha, como no título do capítulo se lhe chama, veja-se o cap. 51, a pp. 336-41 do nosso vol. 8, onde o autor fala da sua partida da ilha da Madeira com uma caravela.

reger e cornar ally, pera o outro anno (2). E bem diremos adyante algũa cousa do aquecimento deste scudeiro, porquanto trabalhou assaz por sua honra.

13

1445

Dinis Dias, em caravela de D. Alvaro de Castro, e Alvaro Fernandes Palenço, em fusta velha, seguem para a ilha de Arguim onde, feita aguada e ultrapassada a ponta de Santa Ana um grande pedaço, doze homens da companhia saltam em terra, capturam 9 indígenas, dos quais 3 lhes fogem, e ali alagam a fusta, depois de recolhidas a guarnição e a aparelhagem respectivas à caravela de Dinis Dias.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 71, segundo o código de Paris, fla. 177 v.-20.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 167; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Djnis Dyaz, como ja dissemos, armou hũa carauella de dom Alvaro de Castro (1), tomando, logo de começo, companhia com Pallenço (2), que leuaua hũa fusta, nom porque se della entendesse daproueitar em outra cousa, senom na entrada do rryo do Nillo; ca, porque era velha, entendya de a leixar onde quer que sentisse seu derradeiro fallicimento. E, sseguinto assy ambos sua vyagem, chegaram aa jlha de Ergim, onde, depois que filharom augua, ouuerom acordo de sseguyr tanto per seu

(2) É a primeira vez que na Crónica se dá o nome de Alvaro Dornelas, globalmente apenas referenciado no citado cap. 51.

(1) Cfr. o cap. 51, a pp. 336-41 do nosso vol. 8. É este o único passo da Crónica em que se faz referência a D. Alvaro de Castro, sem qualquer outra indicação. Embora houvesse um coevo homónimo fidalgo da casa do infante D. Henrique (Cfr. BRAAM-CAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 1, p. 146 e a documentação ali citada bem como o DOC. 91 do nosso vol. 5), parece tratar-se aqui do genro de D. Afonso de Cascais, o qual foi 1.º conde de Monsanto, camareiro-mor de el-rei, fronteiro e alcaide-mor de Lisboa e senhor de Cascais, morto na tomada de Arzila (Cfr. *Autor e obra cita.*, liv. 1, p. 354, e liv. 3, sobretudo a pp. 280-81).

(2) Cfr. a nota 8 ao cap. 51, a pp. 339-40 do nosso vol. 8.

caminho, ataa que chegarom aa terra dos negros, segundo o preposito com que partirom deste rregno.

E, passando ja boa peça per a ponta (3) de Santana (4), jndo assy hũu dya com calma, disse Pallenço que nom serya mal de poerem algũus homeens em terra e que fossem veer se podyam filhar algũus mouros. Pera que he, disse Dinis Diaz, occupasse homem em semelhante cousa? Vaamos em boa hora nosso caminho, ca, se nos Deus leuar aaquella terra de Guynnee, bem acharemos mouros que nos auondem pera nossa carrega. Verdade he o que Dinis Dyaz dizya, que assaz auya hi de mouros, mas nom eram assy ligeiros de filhar, como elle pensaua; ca creede que som homeens muy fortes e artifficiosos em sua defesa, e bem o uerees nos seguintes capitollos, onde fallarmos de suas pelleias.

Amigo, respondeo Pallenço, e que assy seia, que la ajamos muytos mouros, que perderemos se nos Deus aquy primeiro der algũus? Todauya, disse elle, eu ey por bem que prouemos se os poderemos auer e hora prouesses a Deus que tomassemos aquy tantos per que scusassemos a jda, por agora, mais longe. Pois que assy he, disse Dinis Dyaz, ordenaae como vos prouuer. Aparelhou logo Pallenço sua fusta, pera sayr a terra e, como quer que a calma fosse muy grande, todauya eram muy grandes vagas na costa, as quaaes nunca derom lugar que a fusta podesse prooar em terra; mas elle, deseioso de acabar o que começara, disse contra aquella companha: amigos, bem veedes como a braueza deste mar, acerca desta costa, nom quer consentyr que ponhamos nossa proa em terra; porem, minha vontade todauya serya sayr fora, mas, porque nom sey nadar, farya sandice tomar semelhante atreuimento. Se antre vos ha algũus que, nadando, possam jr em terra, certamente que eu lho agra-decerey muyto e desy nom carecerees daquelle louuor que os boos, por seus vertuosos trabalhos, merecem.

Bem he, responderom algũus, que nossa vontade he boa pera vos fazermos prazer; mas que sera que se nos seguem dello douos perigoos. O primeiro he que nom sabemos como sayremos em terra, ca nos podem estas ondas aquy reuoluer de tal guisa, que nom possamos seer senhores de nossos nembros e morreremos muy asinha, ca som cousas que ja outras vezes acontecerom. O ssegundo, que se formos assy per terra e encontrarmos algũa gente com a qual perventura nom deuamos pelleiar sem vossa ajuda, se o mar for em tal ponto e vos nom poderdes sayr, que querees que façamos? E, como veedes que antre muytos ha desuairados accordos, emquanto Pallenço ouuya as rezções daquelles, apartaronse outros, que tam soamente nom quiserom ouuyr parte daquelle

(3) No ms. *ponie*.

(4) Cfr. a nota 2 ao cap. 42, na p. 320 do retrocitado volume.

conselho, senom quando parecerom nuus ante Palenço, aparelhados pera se lançar a augua.

Ex nos aquy, disserom elles, mandaae que façamos, que a morte hũa he em toda parte; e, se Deus tem determinado que moiramos em seu serviço, este he o melhor tempo em que podemos acabar. Desy, auisados de seu capitam, corregerom suas roupas e armas o melhor que poderom e lançaronse a nado. E assy prouue a Deus que, como quer que o mar ally fosse aspero, sayrom a terra assy todos xij, como partirom dos nauyos. Desy começaram de seguyr ao longo da rribeira e nom forom assy muyto, quando hũu, que leuaua a dyanteira, disse contra os outros que esteuessem quedos, ca elle vya rastro de gente e o melhor que era que lhe parecia fresco. Pareceme que he bem, disse elle, que vaamos empos elles, ca, segundo a mym este rastro parece, elles nom deuem seer longe.

Pois, responderom os outros, pera que nos auenturamos nos logo antre nossos companheiros pera saltarmos na augua, se nos o contrairo ouuessemos de fazer? Entom ordenarom tres que fossem dyante, que leuassem olho no rastro, e que os outros seguissem empos elles. E, andando assy sob aquella sperança per spaço de duas legoas, descobriram hũu valle, no qual os dyanteiros viram os mouros cujo rastro seguyam. Mas, pareceronlhe tam poucos que, segundo o boo deseio que lhe leuauam, pesou-lhe, ajnda que de sua vitorya teuessem mais certa segurança, e assy voltarom os rostros contra os outros que vijnham detras, pollos auisarem da presa que tijnham ante ssy; cujas pallauros forom breues, porque scassamente começauam dizer mouros, quando os postumeiros ja começauam de correr, e, correndo, chamar seus apellidos, cujas vozes auisarom e entristecerom os contrairos, mas ally nom ouue outro remedyo senom fogir, ca, de sua pouca e proue fazenda pequeno cuidado teuerom. E ssom certo que aquelles que dally scaparom tarde tornarom ally, com suydade que de sua fardagem ouuessem.

Os nossos começaram o correr cedo, eram ja trabalhados do sayr da fusta e andar do caminho, e porem nom poderom muyto seguyr o encalço, pollo qual minguarom muyto em sua pressa, ca nom filharom mais de noue. Bem sera, disseram algũs, que se apartem seis de nos, que leuem estes presos aos nauyos, e os outros seis que ficarmos busquemos per estas moutas e, peruentura, acharemos algũs scondidos. Apartaronse logo aquelles que se ayam de tornar com os catiuos, os quaas começaram de atar seus presos na milhor maneira que poderom; mas parece que nom tam bem como compria, porque assaz abastauam seis pera noue, segundo ja ouuistes que outros ja, em aquellas partes, leuarom muytos mais sem nhũu contrairo que lhe viesse.

Ei, porque as molheres geeralmente som perfiosas, hũa daquella companhia começou de tomar por opiniom de nom querer andar, dando

baques consigo no chãao e leixandosse arrestrar pellos cabellos e pellas pernas, nom querendo auer de sy nhũa piedade, cuja sobeia perfy a cos-trangeo aos nossos de a leixarem atada ally pera, em outro dya, tornarem por ella. E, andando assy em esta volta, começaram os outros de se espalhar, fogindo pera hũa parte e pera a outra, entanto que lhe fogiram dous, aallem da moura que ja leixauam atada. E, como quer que assaz trabalhassem por elles, nom os poderom mais auer, ca, segundo parece, o lugar era tal, que ligeyramente se podyam sconder. E assy lhe foe necessaryo leuarem aquelles seis aa rribeira, muyto queixosos de sua desdicta e nom menos os outros, que chegarom despois, sem nhũa cousa que achassem. Algũus auya hi que quiserom ajnda tornar polla moura que leixarom atada e, porque era muyto tarde e o mar perijgoso, cessarom de o fazer, nem despois nom poderom, porque logo se a fusta partiu. E assy ficou a moura, com sua neicea perfy a, muy bem atada naquelle mato, onde creio que receberya trabalhosa morte, porque os que dally scaparom, temerosos do primeiro encontro, nom tornaryam per ally tam cedo.

E, sseguindo assy estes nauyos sua vyagem, o uento começou de refrescar, entanto que veo a sseer muy grande, de guisa que a tormenta trabalhou os dictos nauyos per tal guisa, que a fusta começou dabryr e receber em sy tanta augua, que Pallenço conheceo que nom compria seguyr mais longe, porque, seguindo, serya duuyda chegar onde elle deseiaua, e ajnda perventura poderya vijnr tal vento, que a carauella se afastarya delles, pello qual sua vida ficarya em perigoo. Porem, disse a Dinis Dyaz que o recolhesse em seu nauyo e assy a outra gente, com todallas guarnições e aparelhos da fusta e ajnda grande parte da madeira, pera lenha; as quaaes cousas recebidas, allagarom a fusta e seguirom auante sua vyagem.

14

1445

Rodrigo Eanes de Travaços, que viera juntar-se a Dinis Dias, ao que parece após o alagamento da fusta de Palenço, avança com a companhia daquele para o Cabo Verde e ilhas fronteiras, nomeadamente a de Gorée, onde Dinis Dias desembarca com dois homens; mas, atento o número muito superior dos indígenas ali encontrados, convém os das caravelas em retrocederem para o local onde haviam alagado a fusta e ali, sob proposta de Rodrigo Eanes de Travaços, desejoso de fazer alguma coisa por sua honra, saem em

terra 14 homens e, ao encontrarem os indígenas que haviam acorrido a recolher a madeira da fusta desmantelada, os acometem, em peleja em que se evidencia Martim Pereira, moço da câmara do infante D. Henrique.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 72, segundo o códice de Paris, fls. 120-21 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 167-68; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Ja teemos fallado atras (1) como RodriguEanes e Dinis Dyaz fezerom sua conserua; mas o lugar proprio he aqueste, onde de todo seu aquecimento nos conuem dar certa declaraçom. E foe assy que, teendo elles facta conserua pella guisa que ja dissemos, a qual creemos que fosse despois do allagamento da fusta (2), chegarom ao Cabo Verde, donde se foram aas ilhas e tomarom augua e bem conhecerom, pello trilhamento dellas, que ja os outros nauyos per ally andarom (3). Desy começaram de tentar os guineus, em cuja busca ally vyerom, os quaaes acharom assy percebidos que, pero muytas vezes prouassem de ssayr em terra, sempre achauam tam valiente defesa, que nom ousarom chegar a elles.

Pode seer, disse Dinis Dyaz, que estes homeens nom seram tam boons de noite como de dya, porem quero tentar seu ardimento queiando he, o qual ligeiramente posso saber em esta noite seguinte, como de facto foe posto em obra. Ca, tanto que o sol de todo scondeo sua claridade, sayu elle em terra, leuando consigo dous homeens, e foe topar com duas pouorações, as quaaes lhe parecerom tamanhas, que elle ouue por seu proueito de as leixar, nom que sua jda fosse afim de elle prouar nhũa cousa, soamente pera auisar os outros parceiros do que ouuessem de fazer. Entom se tornou ao nauyo e desy fallou a RodriguEanes e aos outros toda a cousa que achara.

Nos, disse elle, husaryamos de pouco siso se quisessemos tentar semelhante pelleia, ca eu achey hũa aldea repartida em duas pouorações muy grandes e ja sabees que a gente desta terra nom he assy ligeira de filhar, como nos deseiamos; ca som homeens muy fortes e auisados e percebidos em suas pelleias e, o que pyor he, que trazem suas seetas empeçonhadas com erua muy perijgosa. Porem, a mym parece que nos deuemos tornar, ca todo nosso trabalho he causa de nossa morte, que-

(1) No cap. 66, em nossa p. 19.

(2) A fusta de Alvaro Fernandes Palenço, referenciado o seu alagamento no capitulo anterior.

(3) Na ilha de Gorée, ao que parece. Cfr. os caps. 63 e 75, em nossas pp. 11 e 40.

rendonos antremeter com esta gente. Ao que os outros disserom que era muy bem, ca todos sabyam que elle fallaua verdade.

Desy corregerom suas vellas e começaram de partyr. Hũa cousa, disse Dinis Dyaz, que vira em aquella jlha que lhe parecia noua acerca do seu conhecimento, e esto he que antre as vacas vira duas allimaryas muy desafeiçoadas, em comparaçom do outro gaado; empero, porque andauam assy de mestura, tenho que perventura podyam seer bufaros, que som allimaryas da natureza dos bois (4). E, tornando assy aquestes, RodriguEanes, que nom partya contente daquella terra, porque se nom achara em lugar em que podesse mostrar o boo desejo que tijna pera fazer por sua honra, disse contra Dinis Dyaz que lhe parecia que serya bem que lançassem algũa gente fora e que poderya seer que algũs mouros vijnyam a apanhar a madeyra da fusta que ante leixarom allagada e que, se os achassem, nom podya seer que nom filhassem algũs. Seendo Dinis Dyaz em este acordo, lançarom fora seus batees, nos quaaes mandarom .xx. homeens a terra.

E bem parece que RodriguEanes nom fora enganado em seu pensamento, ca os mouros andauam ja na praya, apanhando aquella madeira; e, ueendo como os batees hyam a terra, afastaronse ia quanto da rribeyra. E como quem diz estes em nossa busca som vijndos, busquemos maneira per que nom tam soomente nos possamos saluar, mas ajnda lhe possamos empeeçer; e lançaronse em duas celladas, por afastarem os nossos da praya e husarem de suas forças com toda segurança de seu perigoo. Os christãos foram em terra, onde se reteuerom algũu spaço, por se acordarem acerca de sua jda; e esto porque dos mouros achauam tal rastro, pello qual lhes parecia que nom deuyam seer longe dally afastados, como quer que conheciam, segundo a grandeza do rrastro, que eram muytos mais do que sentyam que suas forças podyam soportar, o que fez a algũs requerer que se tornassem, ca nom era cousa pera cometer.

Hora, disserom outros, aquy nom a ja mais: nos ja fora somos, vergonha serya tornarmos atras, os batees seiam aquelles que se tornem e nos vaamos por dyante, buscar nossos jmijgos, e na mão de Deus seia todo nosso aqueecimento. E dos primeiros .xx. que eram tornarom seis aos batees, pera os leuarem aos nauyos, e os .xiiijº. seguirom auante, segundo achauam que o rastro hya contra o ssertão; mas seu trabalho nom foe longo em andar, quando logo a primeira cellada se começou de descobryr, na qual seryam ataa quareenta mouros, os quaaes sayrom a elles muy auyudadamente, como aquelles que, segundo sua auantagem,

(4) No entender de MONOD, não se tratava de búfalos propriamente ditos, como supuseram ZURARA e VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 57, mas de bois com bossa (Cfr. CENIVAL-MONOD, *Description*, p. 159, nota 190).

sentyam que tijnam a uitorya em suas mãos, assy pello numero daquelles primeiros, que era mayor, como pellos outros que jazyam na outra cellada, em que tijnam segurança que os auyam de vijnr ajudar.

Mas, ja seia que os mouros trouxessem aquella fortelleza, os christãos nom lhe voltaram as costas, ante corregerom suas armas e, come homeens fora de todo medo, sperarom a uinda de seus contrairos; onde sse começou antre elles a pelleia muy grande, e sabeo que as lanças e seetas nom estauam de folga nem achauam arnes nem cota em que podessem fazer deteença. No campo nom auya pedras de que se os mouros muyto podessem ajudar e, como eram desarmados (5) e os christãos poinham toda sua fortelleza em os feryr e matar, começaramse os mouros a assentyr magoados e afastarse dos nossos o mais que podyam. E em esta pelleia trabalhou muyto hñu moço da camara do jffante que se chamaua Martim Pereira, cujo scudo nom andaua menos acompanhado darmas dos jmijgos, que se fosse spinhaço de porco spim, quando leuanta suas penas.

15

1445

Os navegadores portugueses lutam afadigadamente com os indígenas, distribuídos estes em duas emboscadas, e conseguem vencê-los.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 73, segundo o códice de Paris, fls. 121 v.-22 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 167-68; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Nom se fizeram os mouros tanto a fora, que a pelleia nom ficasse muy grande antre elles. E esto era principalmente porque os mouros sperauam socorro da segunda cellada, como quer que lhes ja parecesse que tardaua mais do razoado. Empero, ouuerom de sayr xxv. mouros, que na dicta cillada jazyam, cujas grandes vozes auiuaram muyto os corações de seus parceiros. E ja deuees de sentyr qual serya o trabalho dos

(5) Talvez no sentido de aos mouros se haverem esgotado as munições.

nossos christãos, seendo tam poucos, metidos antre tantos contrairos. Por certo, sua fortelleza se mostrou ally grande, ca, posto que ja trabalhados andassem e lhes sobreuiesse tal refresco, nom mudaram suas contenções do que ante tijnham firmado.

E assy, come ardidos e boos, começaram de pelleiar, fallandosse hũus contra os outros que maldicto fosse aquelle que em semelhante feito voltasse atras. E os mouros da primeira pelleia, como quer que ante mostrassem sinal de vencimento, tornaram, muy brauos, a renouar a pelleia, a qual era muy grande antre elles; mas os christãos os scarmetauam de tal guisa, que os contrairos lhe hyam ja tomando receo, nom se chegando de boamente onde, sse os contressem, com os nossos mais ajuntauam (1); mas esto nom fazya força, ca nom leixauam porem de receber hũus ou os outros mortaaes feridas, com que muy asinha acabauam o sseu derradeiro termo. E em esto andarom assy hũa peça de tempo, ataa que os mouros vyram algũs de seus parceiros cayr, e easy os mais deles feridos; pollo qual sentirom que quanto mais steuessem, mayor perda receberyam, porem começaram de fogyr.

E os que ficarom nas carauellas, como quer que logo, no primeiro topo, vijam os companheiros em aquella pelleia, esforçarom-se em elles que lhes nom serya necessarya outra ajuda senom aquella que todos nom podemos scusar, a saber, de Nosso Senhor Deus, allegrandosse muyto com tam marauilhoso esforço como em eles sentyam; mas, despois que viram como chegaua a ssegunda cellada, temerom muyto que os nom podessem soportar. Porem, se trabalharom muy trigosamente de lhes dar socorro; mas, porque o espaço era grande, nom poderom chegar tam asinha ao lugar da pelleia. E breuemente os mouros eram ja todos fogidos, cujo encalço nom fora seguido, pollo grande trabalho que os nossos ouuerom, de que estauam muy cansados.

E assy voltaram com os outros que os vijnham ajudar, pera se recolherem a sseus nauyos e pensarom de suas chagas, de que poucos scaparom, grandes ou pequenas, segundo a parte de sua dicta. E os mouros, veendo como se os christãos ja tornauam, fizeram a uolta ao lugar da pelleia, com entençom de leuarem hũu daquelles mortos, o qual parece que era

(1) BOURDON (em ZURARA, *Chronique*, p. 208, nota 2) comentando este passo do manuscrito *nom se chegando de boamente onde sse os contressem com os nossos mais ajuntauam*, escreve: «Ce texte, où com a d'ailleurs été ajouté en interligne, est manifestement fautif». O passo está integrado perfeitamente no texto, onde apenas o *com* se vê sobreposto à linha 17.^a da 1.^a coluna do fl. 122, em letra da mesma mão. Havendo no manuscrito tantas letras e palavras sobrepostas às linhas do texto, como anotámos em *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, pp. 198-99, aliás admitidas pelo citado anotador francês, não se compreende como ele rejeita o referido *com*, por sobreposto à linha.

auido por fidalgo antre elles. E, ueendo os nossos sua tençom, voltaron sobre elles, pera renouar outra vez a pelleia; mas os jmjgos, scarmentados do primeiro dano, leixarom o morto que ja leuauam e fogirom quanto poderom, de guisa que aos nossos pareceo necessareo de se tornar pera seus nauyos, por dar folga e cura aaquelles trabalhados e feridos.

16

1445

Acabada a peleja referida nos capitulos anteriores, Rodrigo Eanes de Travaços e Dinis Dias regressam a Lisboa, e, no Cabo de Tira, saltam em terra 50 homens, que perseguem os indígenas, mas apenas conseguem aprisionar um dos habitantes.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 74, segundo o código de Paris, fls. 122 v.-23.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 167-68; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

E que assy seia, que eu de nobres e grandes fectos tenha ja fallado em esta cronica, por certo nom he sem causa que eu ajunte o trabalho daquelles . xiiij^{to}. ao louuor de todollos boos, ca o sseu merecimento he digno de grande honra antre os viuos e muyto mais creio que seia ante a face daquelle Eterno Senhor, cujo centro, segundo diz Ermes, he em todo lugar, per modo jnfijndo, e a circunferencia nom he em algũu, do qual suas almas receberam gloryosa bemauenturança (1). E, por dar

(1) O presente passo, quase pelas mesmas palavras, figura também em outras duas obras de ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 96, e *Crónica do conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, cap. 2, como já observaram ESTEVES PEREIRA, no Índice da sua edição critica da primeira daquelas Crónicas, v. «Hermes», p. 279, e JOAQUIM DE CARVALHO, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa no século XV*, vol. 1, pp. 9-10. Em anotação à 1.^a edição da Crónica da Guiné, Paris, 1841, p. 350, o VISCONDE DE SANTAREM attribuiu o texto a HERMES «intitulado o Pastor», e a mesma identificação foi feita posteriormente, até por ESTEVES PEREIRA no cit. Índice da *Crónica... de Ceuta* e em *O Livro «Pastor do Hermes» citado por Gomes Eannes de Zurara*. Em 1949, JOAQUIM DE CARVALHO observou haver o cronista tomado o passo em referência do *Trauctado da Uirtuosa Benfeitoria*, liv. 6,

fim aos fectos destas duas carauellas, digo breuemente que, tanto que esta pelleia foe acabada, os capitãaes acordaram de sse tornar dereitamente ao rregno. Empero, chegando ao Cabo de Tira (2), acordaronse ambos de mandar poer em terra certos homeens, pera verem se poderyam ajnda fazer algũa presa, como quer que certo soubessem que a terra tantas vezes fora buscada.

E, sseendo assy postos na praya ataa cinquenta, começaram de seguyr ao longo da rribeira, ataa que acharom rastro dhomeens que hyam pera dentro, pera o certãao; e, porque lhes o rrastro pareceo fresco, auisarom dello seus capitãaes, dos quaaes receberam mandado que fizessem apartar algũs dantre ssy que seguissem todauya pello rastro auante, ataa que achassem os mouros que o fizeram. E porque a terra era muyto chãa, os mouros viram os nossos de longe e começaram de fogyr e, pero muyto os christãaos corressem assaz apos elles, nunca os poderom encalçar; porem, acortousse que dous mancebos daquelles toparom com hũr mouro, que trouxerom consigo, por testemunha de seu grande trabalho. E dally fizeram vella dereitamente a Lixboa, onde, pagado o dereito ao jffante, receberam delle honra e mercee.

17

1445

A caravela de João Gonçalves Zarco, — cuja finalidade era unicamente avançar o mais possível com o descobrimento da terra dos negros e trazer novidades sobre a mesma ao infante D. Henrique, — capitaneada por Álvaro Fernandes, sobrinho de Zarco e criado de pequeno na câmara do dito infante, segue directamente ao rio Senegal e dali ao promontório do Cabo Verde e ilha de Goré

cap. 11, do infante D. Pedro e de Fr. João Verba, «manuscrito que certissimamente existia na livraria régia», e aquele Professor da Universidade de Coimbra identificou o Hermes em causa com Hermes Trimegisto (*Estudos*, vol. cit., pp. 11 e ss.). Não encontrando, porém, o referido texto nas obras do citado Hermes, nem mesmo na recente edição de NOCK et FESTUGIERE, Paris, 1945-54, ETIENNE GILSON, *Histoire de la Philosophie au Moyen Age*, pp. 313-14, di-lo proveniente de escrito medieval intitulado *Liber Hermetis* ou *Liber XXIV Philosophorum* (Cfr. ROBERT RICARD, *L'infant Dom Pedro de Portugal et O Livro da Virtuosa Bemfectoria*, ap. III, pp. 64-65, e BOURDON, em ZURARA, *Chronique*, pp. 209-10, nota 1).

(2) Cfr. a nota ao cap. 46, a p. 328 do nosso vol. 8.

e, em seguida, até o cabo de Naze, donde regressa a Lisboa pela Madeira, havendo sido assim a que em 1445 mais desceu na zona guineense.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 75, segundo o código de Paris, fls. 123-25 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 168-69; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 13.

Fjcame ajnda pera contar o aquecimento da carauella de Joham Gonçalvez Zarco (1), o qual se ouue em este fecto, a meu cuidar, mais sem speranza de guanho que nhũu dos que la mandaram; ca todollos outros, como ja ouuistes, aallem do seruiço do jffante, leuauam o tento sobre seu proueito. Mas aqeste Joham Gonçalvez era nobre em todos seus feitos e porem quis que o mundo conhecesse que elle soamente por seruyr seu senhor se despoynha de mandar fazer aquella vyagem, armando hũa muy nobre carauella, da qual fez capitam hũu seu sobrinho, que o jffante criara em sua camara, que se chamaua Alvaro Fernandez, mandandolhe que nom teuesse o rrespeito em outro guanho senom veer e saber qualquer cousa noua que podesse e que se nom embargasse de fazer saidas na terra dos mouros, mas que dereitamente se fosse vyagem da terra dos negros e que dhi perauante acrecentasse em sua vyagem todo o que mais podesse, trabalhandoosse de vijnr ao jffante seu ssenhor com algũa nouidade, com que entendesse que lhe prazerya (2).

A carauella era bem abitalhada, acompanhada de gente desposta pera trabalhar, e Alvaro Fernandez homem mancebo e ardido. Encaminharom sua vyagem, firmados de seguyr o proposito daquelle que os mandaua. E assy forom nauegando per aquelle grande mar occyano, ataa que chegarom ao rryo do Nillo, do qual seendo em conhecimento pellos sinaaes que ja disse (3), filharom duas pipas daugua, das quaaes hũa trouuerom aa cidade de Lixboa. E nom sey se Alexandre, que foe hũu dos monarcas do mundo, beboe, em seus dyas, augua que de tam longe lhe fosse trazida. Daqy forom auante, ataa que passarom o Cabo Verde, aallem do qual viram hũa jlha, onde sayrom, pera veer se acha-

(1) É a única das duas caravelas armadas por Zarco que figura nesta expedição, tendo a outra regressado porventura à ilha da Madeira sem qualquer êxito (Cfr. os caps. 51 e 63, a pp. 336-41 do vol. 8 e pp. 11-13 do presente volume).

(2) Sobre Alvaro Fernandes cfr. os DOCS. 45 e 160 do nosso vol. 8 e os all aduzidos.

(3) No cap. 60, a pp. 7-11 deste volume.

ryani algũa gente, teendo porem acerca de assy aquelle resguardo que sentiron que compria em semelhante lugar.

E, andando pella jlha, acharom cabras mansas sem nhũa gente que as guardasse nem que morasse em algũa parte daquella jlha. E entam tomarom dellas seu refresco, segundo ja dissemos que os outros acharom os rastros, quando aaquellas jlhas chegarom, ca este Alvaro Fernandez fora primeiro. E, porque per outra guisa se nom pode contar, fallamos primeiro pella guisa que ouuistes. E dally foram auante, ataa o lugar onde esta a palmeira e aquella aruor grossa de que ja nos outros capitolos leixamos fallado, onde sse acharom as armas do jffante com a ssua deuisa e moto (4). Ally ouuerom seu acordo de se jrem lançar acerca do Cabo, porque poderya seer que algũas almaadyas vjinram a elles, com que podessem auer falla, siquer per aceno, ca hi nom auya outro torgimam.

E, ssendo tam acerca do Cabo como podya seer terço de legoa, lançarom ancora e repousarom, segundo traziam ordenado; mas nom esteuerom assy muyto, quando logo de terra partirom dous barcos, em que vijnham dez guineus, os quaaes logo começaram fazer dereitamente sua vyagem contra o nauyo, come homeens que vijnham de paz. E, ssendo acerca, fizeram sinal, pedindo segurança, a qual lhes foe dada, e logo, sem outra cautella, entrarom cinco delles na carauella, onde lhe Alvaro Fernandez fez fazer todo gasalhado que pode, mandandolhe dar de comer e de beuer, com toda outra boa companhia que lhe pode seer fecta. E desy partironse, com mostrança de grande contentamento; mas parece que as voontades al leuariam concebido.

E, tanto que foram em terra, fallarom com os outros seus naturaaes toda a maneira que acharom, pello qual lhes pareceo que ligeiramente os poderyam filhar. E com este proposito se partirom seis barcos com xxxv ou quareenta delles, aparelhados come homeens que queryam pelleiar; porem, seendo acerca, ouuerom temor de se chegarem aa carauella, estando assy arredados hũa peça, sem ousarem de fazer nhũu cometimento. E, ueendo Alvaro Fernandez como nom ousauom de chegar a elle, fez lançar seu batel fora, no qual mandou que se metessem oito homeens, os mais prestes que pera ello achou. E fez que o batel esteeuessa; da outra parte da carauella, em tal guisa que nom fosse visto dos contrairos, sperando que elles se chegassem mais acerca do nauyo.

E tanto steuerom os guineus assy afastados, ataa que hũu daquelles barcos filhou atreuimento de sse chegar mais auante, sain-

(4) Cfr. o cap. 63, em nossas pp. 11-13. BOURDON observa que se trata das filhas de Madeleine e Gorée, posto Alvaro Fernandes apenas houvesse desembarcado na segunda, que desta palmeira, aqui referenciada pela primeira vez, recebeu o nome de ilha da Palma, por ex. em V. FERNANDES, *O Manuscrito* p. 70 (*Chronique*, p. 211).

dosse dante os outros contra a carauella, no qual eram cinco guineus valientes e fortes, ca por taaes se stremarom elles antre os outros da companhia. E, tanto que Aluaro Fernandez sentyo que o barco era ja em lugar que o batel podya chegar a elle, ante que dos outros ouuesse acorro, mandou que saisse o batel trigosamente e que fosse a elle. E, ssegundo a grande auantagem que ha na maneira do remar, em muy breue foram os nossos com os contrairos; mas, veendosse elles assy encaçados, nom tendo sperança de defesa, lançaronse a augua, e os outros barcos fogirom pera terra.

Mas, no filhamento daquelles que assy andauom nadando ouuerom os nossos muy grande trabalho, porque nom menos amergulhauom que coruos marinhos, entanto que nom podyam teer posto em elles; empero, filharom logo hũu, nom porem muy ligeiramente, mas a prisom do segundo lhe fez perder todollos outros, ca era tam valiente, que dous homeens, como quer que assaz de rrijos fossem, nunca o poderom meter dentro no batel, ataa que tomarom hũu bicheiro, com que o ferrarom per cima de hũu olho, por cuja door elle cessou de sua brauura, leixandosse meter dentro no batel. E com estes dous se tornarom ao nauyo. E porque Aluaro Fernandez sentyo que sua stada nom aproueitaua em aquelle lugar, polla sabedorya que ja delle tijnham, ante lhe podya empeece, disse que querya jr mais auante, por veer se acharya algũa nouidade que trouessee ao jffante seu sseñhor. E, partindo dally, chegarom a hũu Cabo onde auya muytas palmeiras secas, sem rama, e poserom nome aaquelle cabo o Cabo dos Matos (5).

E, hindo adyante, fez Aluaro Fernandez sayr no batel sete homeens, aos quaaes mandou que fossem assy ao longo da costa, pella qual hindo auante, viram star quatro guineus asseentados a beira do mar. E porque os do batel sentiram que nom eram delles vistos, saltarom seis delles fora, hindo assy o mais encubertos que podyam, ataa que foram preto dos guineus, que começaram de correr, pera os filhar. E parece que estes guineus eram archeiros e que andauam ao monte, matando suas veeações com herua, assy como em esta nossa Espanha fazem os beesteiros. E auendo vista dos nossos, leuantaromse muyto asynha e começaram de fogyr, nom auendo vagar de armarem seus arcos; mas os nossos, pero muyto corresse, nunca os poderom filhar, como quer que per vezes os encaçassem. Esto porque elles andam nuus e nom teem cabellos senom muy curtos, taaes em que se nom pode fazer presa. E assy se foram spedindo dos nossos, tomandolhe porem os arcos e coldres e frechas e

(5) No manuscrito de Paris está *cabo dos Matos*; mas, em V. FERNANDES, *lug. cit.*, p. 71, e em BARROS, *Asia*, cap. 13, lê-se *cabo dos Mastos* ou *seja dos Mastros*, identificado por TEIXEIRA DA MOTA (*Topónimos de origem portuguesa*, pp. 99-102) com o actual *Cabo de Naze*, apenas a duas léguas do Cabo Roxo.

muyta carne de porcos monteses que tijnam morta e assy outras veações, da qual algũa tijnam assada.

E, antre estas allimaryas que assy acharom, foe hũa que parecia cerua, a qual aquelles guineus traziam com hũu cofinho na boca, por nom comer e, segundo os nossos poderom sentyr, elles traziam assy aquella allimarya por anegaça, por lhe aguardarem as outras veações com a mansidade daquella. E porque a viram assy mansa, nom a quiserom matar e tornaronse pera os nauyos, onde teuerom conselho de se vijnr pera o rregno, vijndosse dereitamente aa jiha da Madeira e desy aa cidade de Lixboa, na qual acharom o jffante, de que assaz mercees receberom, das quaaes Joham Gonçalluez nom ficou sem boa parte, pella boa vontade com que se moueo a o seruyr em aquelle fecto. E esta foe a carauella que, em este anno, foe mais auante que todallas outras que aaquella terra passaram.

18

1445

O cronista enumera as caravelas mandadas pelo infante D. Henrique à costa ocidental africana até 1446, as léguas percorridas pelas mesmas e sublinha não serem até então conhecidas as terras para lá do Cabo Bojador, pintadas anteriormente ao acaso, mas pelo infante mandadas lançar com segurança na carta de marear.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 78, segundo o códice de Paris, fls. 129 r. e v.

Pode ver-se também VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 172.

E foe achado que, ataa esta era de iiij^o Rvj annos do nascimento de Jhesu Christo, foram em aquellas partes cinquenta e hũa carauellas (1); mas da soma dos mouros que filharom fallaremos em fim deste primeiro

(1) Sobre este cômputo, tão discutido, parece sensata a conclusão de BOURDON: — «Je ne pense pas qu'il faille accorder ici un sens trop précis au mot «caravelles» qui doit désigner un bateau de n'importe quel type, y compris la barcha et le barinel. On arrive dès lors à un total de 51 à la fin de 1445» (Em ZURARA, *Chronique*, p. 220, nota 14).

liuro (2). E foram estas carauellas aallem do Cabo iij^oL. legoas (3). E achasse que toda aquella costa vay ao sul, com muytas pontas, segundo que este nosso principe mandou acrescentar na carta do marear (4). E he de saber que o que se sabya em certo da costa do mar grande eram vj^o legoas (5) e som acrescentadas sobre ellas estas iij^oL. E o que se mostraua no mapamundy, quanto ao desta costa, nom era verdade, ca o nom pintauam senom aa uentura (6); mas esto que agora he posto nas cartas foe cousa vista por olho, segundo ja teendes ouvido.

19

1445

Não tendo Alvaro Dornelas conseguido qualquer presa nas Canárias e achando-se a sua caravela mal parada e sem vitualhas, ele fica em Forteventura e manda aquela para Lisboa, por Afonso

(2) No cap. 96 da Crónica.

(3) Outro problema deveras discutido, há muitos anos, em que se considera exagerado o número de 450 léguas indicado pelo cronista, desde que o Cabo em referência seja o Bojador, apenas identificado no título do capítulo, que pode ser ou não de ZURARA.

(4) Sobre o particular veja-se ARMANDO CORTESÃO, *Cartografia e cartógrafos portugueses*, vol. 1, pp. 44 e ss. Já em carta de 22 de Outubro de 1443 asseverara o regente D. Pedro que D. Henrique «mandou [...] fazer carta de marear» da zona para lá do Bojador (Cfr. o DOC. 62 do nosso vol. 8).

(5) Distância não exagerada, se se considera, como observa BOURDON, que a costa do oceano sobre as cartas começava então na Flandres (*Chronique*, p. 221, nota 2).

(6) Dizeres idênticos na supracitada carta de D. Pedro: — «teez entam nom aua njngem na cristendade que dello soubese parte nem sabiam se avia la poboraçam ou nom nem djreitamente nas cartas de marear nem mapamundo nom estauam debuxadas senom a prazer dos homens que as faziam, des o dicto cabo de Bojador por dhilante» (Cfr. o supracitado DOC. 62). Afirmação coeva e tão explícita, de pessoa assim categorizada e directamente conhecedora do problema, é o suficiente para rebater quaisquer fantasias modernas sobre o particular. Demais, como observa BOURDON, «il suffit de jeter les yeux sur les cartes de l'époque pour s'apercevoir que, ou bien elles s'arrêtent au cap Bojador, ou bien, si elles dépassent le cap Bojador, elles dessinent les côtes d'une manière ou schématique ou fantaisiste». E assim o illustre Professor conclui: — «Il est impossible de souscrire à l'affirmation de Duarte Leite, *Lendas na História da Navegação astronómica em Portugal*, in *Bíblia*, XXVI (1950), p. 419, selon laquelle la côte africaine au-delà des caps Não et Bojador était connue, bien avant le début des entreprises de Dom Henrique» (Em *Chronique*, p. 221, nota 3).

Marta; toma-a então o seu verdadeiro dono e primo João Dornelas, arma-a e com Diogo Vasques Portocarreiro e outros avança para as Canárias e, ajudado por habitantes da ilha de Gomeira, assalta a da Palma, onde captura 20 indígenas, com os quais aporta a Tavira.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 85, segundo o códice de Paris, fls. 135 v.-37 v.

Pode ver-se também VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 178.

Agora, em este capitulo, nos conuem de tornar ao fecto d'Alvaro Dornellas, que leixamos scrito que ficaua nas jlhas de Canarea (1); o qual vergonhosamente se leixou ficar ally, porquanto lhe parecyia que receberya prasmio, tornando ao rregno sem algũa presa, per que se podesse conhecer algũa parte de seu trabalho. E foe assy que Affonso Marta (2) trouue sua carauella, segundo ja fallamos, a qual, seendo auyada pera as jlhas da Madeira, onde o dicto Alvaro Dornellas mandaua que recebesse sua bitalha pello preço que se cobrasse da venda de dous canareos que em ella enuyaua, pollos quaaes elle ficaua satisfazer mercadarya que os vallesse aaquelles de que os ouuera emprestados, per fortuna de tempo nom pode cobrar as jlhas e foelhe forçado entrar na foz de Lixboa, onde aaquella sazom era hũu Joham Dornelas, scudeiro delrey, homem fidalgo, criado na camara delrey dom Joham e delrey Duarte, primo daqueste Alvaro Dornellas de que fallamos, o qual com elle auya jgual ssenhoryo na dicta carauella (3). Seendo ambos de hũu proposito pera jrem em

(1) Cfr. o cap. 70, onde o cronista se referiu à estadia de Alvaro Dornelas nas Canárias; pelo que damos por sem efeito os dizeres da alínea e) da p. 342 do nosso estudo *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*, equívoco justamente rectificado por BOURDON, em *Chronique*, p. 235, nota 1.

(2) Única referência do cronista a Afonso Marta. Falta, pois, capítulo anterior onde este navegador fora mencionado, como já observámos com DUARTE LEITE, no supracitado volume.

(3) *Dornelas* é apelido de família antiga do país, a qual tem por solar a honra de S. Salvador de Dornelas, actual freguesia do concelho de Amare, Braga. Segundo ZURARA, o Alvaro Dornelas em referência era escudeiro e criado do infante D. Henrique. Não encontrámos qualquer documento sobre ele, mas apenas sobre homónimo «clérigo de missa, morador em a uilla de Torres Vedras» em 26 de Setembro de 1468, data em que foi autorizado a comprar bens de raiz (ANTT., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 59 v.). João Dornelas já em 13 de Novembro de 1433 era contador régio nos almoxarifados de Santarém e Abrantes (Cfr. o DOC. 90 do nosso vol. 4); foi nomeado contador dos contos de Lisboa por D. Duarte em 13 de Janeiro de 1438 e confirmado no cargo pela régência do reino em 21 de Janeiro

ella, soamente quanto ao tempo da primeira partida, Joham Dornellas ouue mandado delrrey per que lhe mandaua que cessasse, por entom, da dicta vyajem, por seer assy necessaryo a sseu seruyço.

E quando aquelle scudeiro vyu assy a carauella como vijnha, conheceo a necessarydade em que seu primo serya, fez logo trigosamente aparelhar bitalhas e gente, per que o nauyo podesse seer armado. E esso meesmo leuou mercadarya, per que entendeo que seu primo satisfarya aa diuyda dos catiuos que tomara. Este Joham Dornellas era homem ardidado, deseaiador de grandes fectos, e assy despachadamente fez sua vyagem, ajnda que fosse com sua grande despesa, chegando em breue aaquella jlha onde seu primo estaua, que era a que se chama de Forteventura.

Ally chegou logo Aluaro Dornellas, tanto que soube de sua vjnnda, o qual, apartando seu primo, lhe disse: porquanto eu tijna dicto a estes castellãos que esta carauella era toda minha, a qual cousa lhe dissera por elles auerem causa de me ajudarem milhor a meus feitos, pensando que vos nom vijnryees a esta terra e ajnda principalmente por armar, com sua ajuda, hũa fusta que aquy esta; porem, eu vos rogo que, ajnda que esto seia a uos em algũa parte abatimento de honra, que, pollo meu, nos praza de o soportar, auisando todos que digam que todauy a nauyo he meu e que, como cousa minha, veo aquy com todo o que em elle he. E desy, primo amigo, hi vos fica outra vez me mandardes outra cousa, ajnda que seia muyto mayor, e certo seede que, aallem da rezom que tenho, recebendo de vos esta graça, que o farey com aquella voontade que verees.

Par Deus, primo, disse Joham Dornellas, ajnda que a mym em algũa parte seia trabalho abater de minha honra, seendo a pessoa que som e a criaçom que tenho, todo me praz de pospoer, por vos fazer voontade, como quer que algũs daquestes que comigo veem som taaes pessoas que mais vierom ca per amizade, que com sperança de proueito. Ca vem aquy Diego Vaasquez Portocarreiro, scudeiro delrrey nosso ssenhor, e assy outros boos (4); pero, trabalharey em ello quanto poder, como de fecto fez, em tanto que todo se acabou como Aluaro Dornellas deselaua. Empero, tanto deuees de saber que elle husou despois muyto pello contraido do que suas

de 1439 (*Ibã*, liv. 18, fl. 37 v.); aparece novamente como contador de Santarém e Abrantes em 18 de Maio de 1444 (*Ibã*, liv. 24, fl. 67 v.) e, em 15 de Julho de 1450, é dito outra vez «nosso contador em Lixboa», data em que obteve de el-rei confirmação da tenção de 105.000 libras que lhe havia outorgado el-rei D. Duarte (*Ibã*, liv. 34, fl. 114 v.).

(4) Diogo Vasques Portocarreiro é muito referenciado pelo cronista na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. 1, caps. 38, 41, 42, 50, 55, 58, 62, 66 e 79, por sua actuação em Ceuta, onde estiveram também seus irmãos Gil Vasques e Lopo Vasques.

pallauras mostrauom; ca nom tardou muyto tempo que Joham Dornellas nom conheceo seu engano, pollo qual, ao dyante, foram em muy grande contenda, pouco menos de sse matarem sobre ello, cuja materya nom he propria deste lugar.

E, fycando assy ambos em este primeiro acordo, armarom logo a fusta e chegarom assy juntamente aa jlha da Gomeira, onde Aluaro Dornellas, como capitam, fallou com aquelles principaaes da jlha, rogandoos, da parte do jffante dom Henrique, que lhe quisessem dar algũa ajuda pera jrem aa jlha da Palma fazer algũa presa; os quaaes com boa vootade lhe outorgarom quanto elle requereo. E, filhando assy algũus daquelles canareos pera sua ajuda, chegarom a hũu porto da jlha da Palma, onde saïrom em terra, scondendosse logo em hũu valle, porquanto era de dya e temyam de seerem sentidos. Mas, tanto que foe noite, começaram de andar pella jlha sem algũa guya nem certo caminho, per que se podessem encaminhar pera algũa certa parte, soamente a qualquer ventura que lhe Deus quisesse ordenar, por assaz de muy asperos lugares, ataa que chegarom a hũu lugar onde ouuyrom ladridos de cãaes, pellos quaaes conhecerom como estauom acerca de pouoraçom.

Hora, disserom algũus, nos ja somos em segurança daquello que buscamos, repousemos assy em este valle e muyto cedo, Deus querendo, jremos a elles, porquanto nossa jda agora nos podya trazer mayor perda que proueito. E assy repousarom ally, ataa que virom tempo de cometer seus contrairos, os quaaes foram cometidos per tal força, que em muy breue prenderom .xx. E, porquanto os canareos lhe dauam assaz trabalho, querendo liurar seus parentes e amigos e esso meesmo vingar outros que ficauam mortos, disse Joham Dornellas a sseu primo que filhasse os catiuos e que se adyantasasse com elles e que elle empacharya os outros per tal guisa, que lhe nom fizessem menos de sua presa; na qual ficada, posto que assaz de perseguidos fossem, ouueronse de sayr dantre elles, leixando xv mortos per aquelle valle, e dos christãos nom foe algũu nem feridos mais que dous.

E assy se tornarom aa jlha da Gomeira, onde a Aluaro Dornellas foe necessaryo ficar, e seu primo partyo pera este rregno, porquanto lhe sobreueo tamanha mingua, que nom sperauam outro remedio senom comer algũus daquelles catiuos, porque, doutra guisa, nom sentyam como podessem guarecer. Empero, quis Deus que, primeiro que chegassem a este termo, ouuerom o porto de Tauilla, que he no rregno do Algarue.

20

4 JULHO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Martim Afonso, residente em Castro Marim, por ser besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 27.

Dom Affonso, etc.

Item, priuilegio de Martim Affonso, morador em Crasto Marim, porquanto he beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Carta em forma.

Dada em Cojnbra, iiij dias de julho, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb. LopAfonso esto fez scpreuer.

21

[4-9 JULHO 1445] (1)

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao principe herdeiro de Castela, a recomendar-lhe Abraão Amigo, judeu português, a quem, por haver servido a falecida rainha D. Leonor de Portugal, foram feitas algumas sobrancérias e sem-razões, nomeadamente confiscados os bens e presos sua mulher e filhos, como o próprio informará (2).

ACA., Cancilleria Real, Registro 3041, fl. 174 v.

(1) Sem data, acha-se registada entre documentos de 4 e 9 de Julho de 1445.

(2) Por este e outros documentos que inserimos se vê quanto a esposa de el-rei D. Afonso V de Aragão, regente do reino na ausência daquele em Nápoles, se interessou pelos servidores da falecida rainha D. Leonor de Portugal, pela infanta D. Joana, sua filha, e ainda pelo pessoal delas.

La rreyna dAragon, de Sicilia daca e dalla far, etc.

Jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado ssobrino. Apres deuida salutacion, la qual por vos querriamos assin como por nos misma.

Jmformada somos que Abram Amigo, judio de Portugal, por causa de grandes seruicios por el fechos a la rreyna de Portugal, de buena memoria, nuestra cara e muy amada hermana, serian stadas fechas algunas sobrerias e grandes sinrazones, tomandolj todos sus bienes e poniendoli en presion su mujer e fijos, e otras muchas, de las quales el mesmo jnformara vuestra celsitud. E como daquellas vuestra excellensia lj pueda, segunt dize, facilment ayudar;

Rogamos vos muy affectuosament que, por aguart de los ditos seruicios e por nuestra contemplacion, sobre los ditos fechos lo querades hauer fauorablament por recomendado, como adhu que seyan judios; pues Dios los sostiene, non los deuen esser fechas sobrerias nin sinrazones. Certificando vos que, por los ditos aguardos, lo tomaremos a singular complacencia, la qual muyto vos regraciaremos. E sea, princep muy jllustre, nuestro muy caro e muy amado sobrino, vuestra curosa guarda la Sancta Trjnidat.

Dada en Barchinona.

Al muy alto don Johan, por la gracia de Dios princep de Castella, nuestro muy caro e muy amado ssobrino.

Domina regina mandauit michi, Laurencio de Casanoua. Prouisa.

22

[4-9 JULHO 1445] (1)

Carta da rainha D. Maria de Aragão, dirigida a D. João Pacheco, marquês de Vilhena, a recomendar The Abraão Amigo, judeu de Portugal, servidor que fora da falecida rainha D. Leonor (2).

ACA., Cancilleria Real, Registro 3041, fls. 174 v.-75.

(1) Cfr. a nota 1 ao documento anterior.

(2) Como então mandavam mais em Castela o condestável D. Alvaro de Luna e o marquês de Vilhena do que o respectivo soberano, a esposa do rei aragonês, em suas pretensões, dirigia-se habitualmente aos dois ou, ao menos, a um deles. Encontrámos, no Arquivo da Coroa de Aragão, em Barcelona, passo de carta dela, a sublinhar o facto.

La rreyna dAragon, de Siçilia daca e dalla far, etc.

Marques. Nos scrjuimos al muy jllustre princep de Castilla, nuestro muy caro e muyt amado sobrino, en fauor de Abram Amigo, judio de Purtugal, segunt tenor de la cedula dentro la present jnterclusa.

Rogamos vos por tanto e muy afectuosament encarregamos que, por nuestra contemplacion, que sobre los dichos aferes querades trebaiar con el dito principe, haulendo el dito judio en tal manera por recomendado, que conosca e sienta en vos nuestras rogarias seer l^j fructuosas, segunt desea. Certificando vos que lo tomaremos a seruicio singular, el qual no poquo vos agradaceremos.

Dada en Barchinona.

Al noble, bien amado e deuoto
nuestro don Johan Pacheco, mar-
ques de Villena.

Domina regina mandauit mi-
chi, Laurencio de Casanoua.
Prouisa.

23

14 JULHO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João da Veiga, residente em S. João da Pesqueira, porquanto é besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 50.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham da Ueiga, morador em Sanhoane da Pesqueira. Priuilegio, porquanto he beesteiro da camara do jfante dom Anrrique. Em forma.

Dada em Aueiro, quatorze dias de julho, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, etc. Pedro de Ljxboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de m^jll e iij^o R^ob annos. E eu, Lopo Afonso, escriptuam da puridade do dicto ssenhor rrey, a fiz escpreuer.

16 JULHO 1445

Carta do regente D. Pedro, a declarar, em nome de el-rei, que toma em sua guarda e encomenda todas as terras, rendimentos, direitos e coisas do conde de Arraiolos, seu primo, que se moveu a seguir para a cidade de Ceuta, por seu capitão e regedor.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 29, — donde se reproduz. Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 296. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portuguezes*, Suplemento ao vol. 1, p. 528, n.º 974.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que, porquanto sse ora o conde dArraiollos, meu bem amado primo, moueo, com boa entençom, de sse hir aa çidade de Çepta, por seruiço de Deus e nosso, pera sseer em ella capitam e rregedor; nos tomamos em nossa guarda e encomenda todas ssuas terras e rrendas e djreitos e coussas ssuas e queremos que, enquanto neella esteuer, nehũu ssenhor, caualleiros nem fidalgos, nom estem em ellas; e ysso meesmo nos praz que lhe sejam guardadas ssuas rrendas, foros, priuilegios, liberdades e costumes, assy ssobre a jurdiçom como ssobre outra qualquer coussa ssua de que elle ataagora esteuesse em posse, porque queremos que lhe nom sseja em ello fecta emnouaçom algũa. Porende, avemos por bem que sse algũa pessoa sse em esto ssentir por agrauado, que nollo faça ssaber, pera o scpreuermos ao dicto conde, pera elle enujar ssobrello rrequerer sseu djreito.

E porem mandamos a todollos ssenhores, caualleiros e fidalgos e aos nossos corregedores, justiças e ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de veer per quallquer guissa que seja que compam e guardem e façom conprir e guardar esta nossa carta em todo, pella guissa que neella faz mençom, asem jndo contra ello em nehũa maneira que seja, ca nossa vontade he de lhe asy seer fecto enquanto elle na dicta çidade esteuer. E sejam certos os que o asy nom conprirem que lho estranharemos graueamente, como acharmos que o mereçem.

Dada em a villa dAueiro, xbj dias de julho, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Lourenço de Guimarães a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiiiº Rb.

25

16 JULHO 1445

Carta do regente D. Pedro, a doar ao conde de Arraiolos, agora enviado a Ceuta, por seu capitão e regedor, os quintos das cavalgadas e presas do mar e da terra e demais direitos, foros e coisas ali anteriormente usufruidos pelos demais condes que lá estiveram por capitães.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 29, — donde se reproduz.
Publicada: por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 297; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 442.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee ao conde dArraiollos, meu bem amado primo, que, por serviço de Deus e nosso, ora enujamos aa nossa çidade de Çepta, por nosso capitam e rregedor della; teemos por bem e queremos e mandamos que elle aja os quintos das caualgadas e pressas do mar e da terra e todollos outros djreitos e foros e coussas que os outros condes que na dicta çidade estauerom (1) ataagora por nossos capitâaes ouuerom, per nossas cartas, e lhe perteençe de djreito auer, depois que elle na dicta çidade esteuer e dhi en diante, emquanto neella for nosso capitam.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e contadores e a outros quaaesquer nossos ofiçiaaes e pessoas que esto ouuerem de uer, per qualquer guissa que sseja, que lhe leixem asy todo auer e lhe conpram e guardem e façom conprir e guardar esta nossa carta como neella he contheudo, ssem lhe poerem ssobrello nenhñu outro enbargo nem duujda.

Dada em a villa dAueiro, xbj dias de julho, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Lourenço de Guimarães a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb.

(1) No ms. *estauerem*.

26

20 JULHO 1445

*Carta do regente D. Pedro, de privilégio a Alvaro Gonçalves,
morador em Braga, besteiro da câmara do infante D. Henrique.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 31 v.

Dom Affonso, etc.

A uos, juizes da çidade de Bragaa e a todallas outras justiças dos
nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Alvaro Gonçalluez,
morador em essa çidade, porquanto lie beesteiro da camara do jffante
dom Anrrique, meu muyto preçado e amado thio; teemos por bem e pri-
uilegiarmollo, que nom sirua nem vaa serujr, per mar nem per terra, em
paz nem em guerra, per nehũa guissa e maneira que seja, saluo com ho
nosso corpo ou com o dicto jffante meu tyo ou com quem ell mandar e
nom com outra pessoa, posto que aja nosso poder pera leuar homens
darmas, peãaes e beesteiros.

Item, queremos que nom pague em nehũs pedidos nem peitas, fintas
nem talhas nem em outros nehũs encarregos que per esses conçelhos
ssom ou forem lançados por qualquer guissa que seia, nem vaa com pres-
sos nem com djnheiros nem sirua em outros nehũs encarregos desses
conçelhos.

Item, queremos e mandamos que o dicto Alvaro Gonçalluez, em
tempo de paz ou tregoa, nom tenha caualllo nem outras armas, sse as ell
nom quiser teer, saluo ssua beesta, pera nos serujr, posto que pera ello
aja conthia.

Outrosy, nom poussem com elle em ssuas cassas de morada, adegas
nem cauallariças, nem lhe tomem bestas de ssella nem dalbarda, pam,
vinho, rroupa, palha, lenha, galinhas, nem outra nehũa coussa do sseu,
contra ssua vontade.

Outrossy, ell possa trazer e traga armas, quantas ell quiser, per todo
nosso ssenhorio, nom enbargando defessa ou defessas que ssobresta rrezom
ajamos postas.

E mandamos a vos e a todallas outras nossas justiças a que esta carta
for mostrada que a façaes conprir e guardar pella guisa que em ella he
contheudo; e, nom o querendo vos conprir, mandamos a qualquer tabaliam
a que esta carta for mostrada que uos enpraze perante nos que, do dya
que uos enprazar a quinze dias primeiros sseguintes, pareçaaes perante

nos per pessoa, a dizer quall he por que lhe nom guardaaes a dicta carta. Vnde al nom façades.

Dada em a villa dAueiro, xx dias de julho, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o Rb. LopAfonso esto fez escpreuer.

27

20 JULHO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Martim Gonçalves, residente na cidade do Porto, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 31 v.

Dom Affonso, etc.

Jtem, outro tal priuilegeo como este ssusso scrito (1), deste meesmo theor, de Martim Gonçalluez, morador na çidade do Porto, beesteiro da camara do jffante dom Anrique.

Dado em a villa dAueiro, xx dias do mes de julho, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o Rb.

28

21 JULHO 1445

Carta do regente D. Pedro, de perdão a Lopo Gonçalves, do termo de Mirandela, a permitir que os dois anos do degredo para Ceuta, em que ele fora condenado, possam ser substituídos por mais dois na ilha da Madeira, onde já servira outros tantos, por mandado do infante D. Henrique.

(1) Alusão ao de Alvaro Gonçalves, residente em Braga e besteiro da câmara do dito infante, de 20 de Junho de 1445.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 42, — donde se reproduz.
Publicada: por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1,
p. 298; e por SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, Suplemento ao vol. 1,
pp. 150-51.

Dom Affonso, etc.

A uos, juizes de Mirandella, e a todollos outros juizes e justiças a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Lopo Gonçalluez, morador em termo dessa meesma, nos enujou dizer que elle ouuera arroido com hũu Pero Gonçalluez, morador no dicto logo, e lhe dera çertas feridas; por a quall rrezom, elle fora presso e fora degradado por dous annos pera Çepta; e que elle, per mandado do jffante dom Anrique, meu muyto amado e preçado tio, fora serujr os dictos dous annos que auya de serujr em Çepta em as jlhas da Madeira, pedindonos de merçee que lhe ouuessemos por rreleuado o tempo que auya de serujr em Çepta, pois que tijinha serujdo nas dictas jlhas da Madeira.

E, visto per nos sseu dizer e pedir e querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e mandamos que, serujndo o dicto Lopo Gonçalluez dous anos nas jlhas da Madeira, aalem dos outros dous que ja tem serujdo, que lhe sejam rreleuados os outros dous annos do degredo que tijinha pera Çepta e possa viuer honde lhe aprouuer, acabado o dicto tempo. Vnde al nom façades.

Dada em a villa dAueiro, xxj dias de julho. Elrrej o mandou, per Gonçalo Fernandez, doutor em lex e corregedor da ssua corte, porquanto hi nom erom os do dessenbargo. Gil Rodriguez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^{to} Rb.

29

29 JULHO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao tesoureiro régio, a ordenar-lhe que dos 20.000 soldos das aldeias de Teruel que recebeu pague os 500 florins por mercador entregues à infanta de Portugal (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 3230, fl. 61.

(1) No volume anterior documentámos as diligências empreendidas neste mesmo ano de 1445, desde Itália, por el-rei D. Afonso V de Aragão, após a morte

La rreyna. Tresorer. Lo mercader qui ha fets dar los cinchcents florins a la infanta de Portugal sopte hauer aquells e pensauem hi hagues-seu dat recapte quilis pagas açi per vos, per que pus hauets rebuts los vint mjlia solidos de les aldees de Teruel, dats hi recapte per que algu ols pach açi o en Thomas Pujades, o qui us vullau. Car, en altra manera, seria gran dan del mercader e a nos hi conuendria prouehir a carrech vostre.

Dada em Valencia, a xxviiiij de juliol del any mil cccc.xxxv. La Reyna.

Dirigitur thesaurario regia.

Domina regina mandauit michj, Bartholomeo Sellent.

30

3 AGOSTO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Esteves, residente em Alcácer, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 89 v.

de D. Leonor de Portugal, sua irmã, em Toledo, para que, em satisfação dos desejos daquela, lhe fosse entregue a infanta D. Joana, filha menor da falecida rainha, a qual o dito monarca supunha haver ficado em Portugal (Cfr. os DOCS. 177, 181, 182 e 186 a 188 do nosso vol. 8). A partir de 2 de Junho do referido ano, a esposa daquele soberano, de acordo com o marido e por não haverem descendência, tomou conta do assunto, carteu-se com el-rei de Castela e outras entidades, no intuito de que a infanta D. Joana seguisse para junto de si com seus servidores catalães, mas não os castelhanos, portugueses, etc., por evitar desarmonias em sua corte, e para cuja partida logo outorgou a quantia de 500 florins (ACA., *Cancilleria Real*, Registros 3038, fl. 104 r.-v., 3192, fl. 66, e 3193, fls. 60-61, — textos que, por tardiamente encontrados, daremos no Suplemento desta obra). Em 21 de Junho, chegado já algum pessoal da infanta portuguesa à corte da rainha de Aragão e no intuito de prover às despesas da transferência do restante seu pessoal aragonês, a rainha D. Maria ordenou a Mateus Pujades, conselheiro e tesoureiro régio, lhe mandasse os dinheiros das aldeias de Teruel para o dito efeito (ACA., Registro 3038, fls. 108 v.-09). E, dias depois, como consta do presente documento, ela mandava liquidar os supracitados 500 florins pelo mesmo aduzido fundo de Teruel.

Dom Afonso, etc.

Item, priuilegio de Joham Esteuez, morador em Alcaçer, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dado em Aveiro, iij dias dagosto, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill iij^{as} Rb.

31

14 AGOSTO 1445

Carta do regente D. Pedro, a nomear capitão e regedor in solidum da cidade de Ceuta o conde de Arraiolos, seu primo, com jurisdição cível e crime, alta e baixa, mero e misto império, sobre todas as pessoas e bens, inclusivamente de morte natural, sem apelação nem agravo, e a ordenar lhe obedecam todos os que na dita cidade morarem, qualquer que seja seu estado, condição ou preeminência (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 42 v, donde se reproduz; em leitura nova, *Ihas*, fl. 14 v.

Publicada: por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 298-99; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 443, sempre segundo a primeira fonte citada.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que, confijando nos da grande bondade e descriçom do conde dArraiolos, meu bem amado primo, ssentindo por seruico de Deus e bem e proueito de nossos rregnos, que o fara bem e como conpre a nosso seruico; teemos por bem e fazemollo capitam e rregedor jn ssollido da nossa çidade de Çepta e damoslhe pera ello todo nosso liure, perfeito e conprido poder, asy e tam perfectamente como o nos auemos.

E mandamos a todos aquelles que em a dicta çidade morarem ou esteuerem, de quallquer estado e condiçom, preminência que sejam, que façom todo sseu mandado e lhe sejam em todo muy bem obedientes, asy e tam conpridamente como o fariam e deueriam fazer a nos, sse de presente fossemos. E mandamos, sse algũu fidalgo, capitam ou caualleiro

(1) Sobre D. Fernando, 3.^o conde de Arraiolos, pode ver-se B. FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, liv. 3, pp. 256-57.

ou escudeiro e quaesquer outros, de qualquer estado e condiçom que sejam, forem dessobedientes a sseu mandado, o que nom creemos nem esperamos, ou fezerem o que nom deuem, que ele, dicto conde, capitam da dicta çidade, os possa apenar nos corpos e aueres, asy e tam conpridamente como o nos fazer poderiamos, sse pressente fossemos.

E outorgamoslhe pera ello todo nosso conprido, perfeito poder de toda nossa jurdiçom çiucl e crime, alta e baixa, mero e misto jnperio, e queremos que el possa penar cada hũu do dictos ssobredictos, fazendo o que nom deue, em todo casso que lhe bem parecer, asy e pella guissa que o nos fariamos, sse pressente fossemos, asy nos corpos como nos beens, ataa morte natural inclusiue, ssem outra algũa apellaçom nem agrauo pera nehũa parte, mas todo fazer em elle fim. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, sseellada com ho nosso sscello do chunbo.

Dada em a villa dAueiro, xiiij dias dagosto, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb. LopAfonso esto fez scpreuer.

32

16 AGOSTO 1445

Carta do regente D. Pedro, a conceder ao conde de Arraiolos, seu primo, enquanto for mercê de el-rei, possa dar e doar para sempre, por cartas suas, assinadas e seladas, a qualquer pessoa ou pessoas, todas as casas, terras e heranças da cidade de Ceuta e sua comarca que não tiverem sido dadas por el-rei, pelos condes D. Pedro e D. Fernando de Meneses, sem necessidade de confirmação régia, como aliás se usou nos reinados de D. João I, de D. Duarte e ainda posteriormente.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 36, donde se reproduz; em leitura nova, *Ilhas*, fl. 14.

Publicada: por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reaes*, t. 1, pp. 299-300, segundo a primeira fonte citada; e por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, p. 444, extraída da segunda fonte acima adumida.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, confiando da bondade e descriçom e grande lialdade do conde dArraiollos, meu bem

amado primo, que o fara bem, diretamente e como conpre a nosso seruico; de nosso motu proprio, liure vontade, certa ciencia poder absoluto, teemos por bem e damos-lhe autoridade e conprido poder que, daqui en diante, emquanto nosa mercee for, elle possa dar e doar pera ssempre, per ssuas cartas, signadas per elle e seeladas do asseu seello, a quallquer pessoa ou pessoa que lhe prouuer todallas cassas, terras, eranças da nossa cidade de Çepta e comarca darredor della que ataa feitura da pressente dadas nom ssom per nossas cartas ou dos condes dom Pedro e dom Fernando, cujas almas Deus aja, que da dicta cidade forom capitães, ssem essas pessoas a que as asy der mais auerem nossas confirmações dellas, segundo asse senpre costumou em tenpo delrrej dom Joham, meu avoo, e delrrej meu senhor e padre, cujas almas Deus aja, e esso meesmo per nos, as quaees os dictos condes dauam. E porque esta autoridade singullarmente asy outorguemos ao dicto conde meu primo, nom he com entençom de a asy auerem os que depos elle ouuerem a dicta capitania da dicta cidade, mas que o façam segundo a hordenança que per nos ou nossos ssoçessores lhes ssobre ello for dada.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e a todollos nossos corregedores, juizes e justiças, officiaes e pessoas e a outros quaeesquer a que o conhecimento desto perteeçer, per qualquer guissa que seja, e esta nossa carta for mostrada que asy o conpram e façom conprir e guardar e nunca em nehũ tempo vãao contra ello em nehũa maneira que seja, porque nossa mercee e vontade he que as dictas cassas, terras e eranças sejam dadas per o dicto conde, como dicto he. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, signada per o jfante do Pedro, rregente, etc., e asseellada do nosso sseello do chunbo.

Dante em a villa dAueiro, xbj dias dagosto. Martim Gil a fez.
Anno Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl liij^o Rb.

33

16 AGOSTO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Martim Gil, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Tomar, para escrever da coudelaria daquela vila e termo.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 37 v.

Dom Affonso, etc.

Jtem, Martim Gil, escudeiro do jffante dom Anrrique, morador em Tomar. Carta per que o dam por escpriuam da coudellaria (1) da dicta villa de Tomar e sseu termo, asy e pella guissa que o era Gil Martijnz dAuoo, seu padre, que o dicto ofiço tijinha, que sse ora finou. Em forma.

Dada em Auoo, xbj dias dagosto, per autoridade do ssenhor rregente, etc. Joham de Santarem a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rb.

34

18 AGOSTO 1445

Carta do regente D. Pedro, a mandar entregar o castelo da cidade de Ceuta ao conde de Arraiolos, seu primo, e a dispensar do preito e homenagem pelo mesmo o falecido conde de Vila Real e quemquer que, de presente, o tenha.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 36, donde se reproduz.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 300-01. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portuguezes*, Suplemento ao vol. 1, p. 528, n.^o 977.

Dom Afomssso, etc.

A qualquer que teuer ho castello da nossa çidade de Çepta, ssaude.

Mandamosuos que, vista esta carta, entreguees o dicto castello ao conde dArraiollos, meu bem amado primo, e, entregandolho, nos, per esta carta, quitamos ao conde de Vila Reall, que Deus aja, o preito he menagem que nos por o dicto castello tijinha fecto hũa, duas e tres uezes, e esso meesso quitamos a uos quallquer preito e menagem que por o dicto castello tenhaaes fecto ao dicto conde. E, em testemunho desto, por guarda de ssua honrra e segurança e vossa, lhe mandamos dar esta carta.

Dada em a villa dAueiro, xbiij dias dagosto, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb. LopAfonso esto fez scpreuer.

(1) No ms. *coudellaria*.

35

18 AGOSTO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Afonso Tenreiro, residente em Felgar, termo da Torre de Moncorvo, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 36.

Dom Afonso, etc.

Item, priuilegio de Joham Afonso Tenreiro, morador no Felgar, termo da Torre de Meemcoruo, beesteiro da camara do jffante dom Anrique. Em forma.

Dado em a villa dAueiro, xbiij dias dagosto, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb. LopAfonso esto fez scpreuer.

36

18 AGOSTO 1445

Instrumento notarial de contrato e convenção de Lopo da Cunha, fidalgo do infante D. Henrique e vedor da sua casa, com sua mulher Maria Gonçalves, filha do falecido Gonçalo Lourenço, escrivão que foi da puridade de el-rei D. João I, sobre os seus bens (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 40 v., — donde se reproduz; em leitura nova, Estremadura, liv. 10, fl. 5 v.

Em nome de Deus, amen.

Saybam quantos este estormento dauença e amigauel composiçom virem que na era do nascimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb anos, xbiij^o dias do mes dagosto, pela manhã, em a çidade de Lixboa, nas casas que foram de Gonçalo Lourenço, scpriuam que foy

(1) Sobre Lopo da Cunha cfr. os DOCS. 61 e 67 do nosso vol. 8 e o DOC. 43 do presente volume.

da puridade delrrej dom Joham, que estam junto com a igreja de Sam Bertolameu da dicta cidade, estando hi de presente Lopo da Cunha, fidalgo da casa do ssenhor jfante dom Anrique e veador de sua casa; estando eso mesmo de presente Maria Gonçalvez, filha do dicto Gonçalo Lourenço, molher do dicto Lopo da Cunha, em presença de mym, FernandAfonso, tabeliam delrrej em a dicta cidade, e testemunhas ajuso scpritas, per a dicta Maria Gonçalvez foy dicto que asy era uerdade que despojs que ela fora casada com o dicto Lopo da Cunha, ele, Lopo da Cunha, lhe outorgara, per scpritura publica, que, morrendose ele da uida deste mundo primeiro que a dicta Maria Gonçalvez, sua molher, sem auendo hi filho ou filha dantre anbos que seus beens ouuese derdar, que a el prazia que a dicta Maria Gonçalvez ouuese pera sy, em solido, em sua djreita parte, o quinham [de] todollos beens, asy mouees como de rrajz, que ela tro[u]uera ou ao depois troueue pera seu poder, per bem do dicto casamento, e majs que ela ouuese por suas arras, por honrra de sua linhagem, mil, dobras douro boom e justo peso, segundo esto majs conpridamente he conteudo em hñ estormento da dicta conuença, o q[u]al antre eles foy fecto.

E que ora, consirando os dictos Lopo da Cunha e sua molher em como os beens que ela trouuera pera seu poder eram todos daneficados e aujam mester grandes adubios e mujtas despesas e asy era neçesario que em eles o dicto Lopo da Cunha dependese a maior parte do casamento que lhe por o dicto jfante dom Enrique fora dado; e eso mesmo, consirando eles em como se ao depois nom ouuesem filho ou filha dantre anbos que, per morte de cada hñ deles ouuese de soçeder, poderia antre eles naçer e levantar algũas descordias e desauenças, a q[u]al cousa nom seria serujço de Deus e proueito nem honrra deles; e, querendo eles uiuer em aquele amor e concordia em o q[u]al, segundo Deus e segundo o djreito, os maridos deuem uiuer com suas molheres; e eso mesmo dise a dicta Maria Gonçalvez que, consirando ela como poderia ser que o dicto Lopo da Cunha, per rrazom da conuença suso dicta, nom mandaria adubar e correger os dictos beens e, se os mandase correger, nom mandaria correger asy bem como deuya e segundo aos dictos beens era conpridoiro e neçesario, temendose de ele morrer primeiro sem hi auer filho ou filha e asy os djnhheiros dele ficarem despesos e os beens dela corregidos, sem os seus herdeiros auerem desto proueyto algũu; e eso mesmo, consirando ela como, se o dicto Lopo da Cunha mandasse adubar e correger os dictos beens, segundo lhes conpre e he neçesario, poderia ser que el se finaria primeiramente da uida deste mundo sem filho ou filha e asy os beens dela ficariam corregidos aa custa e despesa do dicto seu marido e os djnhheiros dele serem gastados e despesos em elles, sem os seus herdeiros desto auerem proueito algũ, a q[u]al cousa ela aueria por grande carregio e dano e perda de sua conçiência, mormente ficando ajnda os herdeiros dele obrigados a lhe dar e pagar as dictas mil dobras darras;

E, veendo eles estas cousas suso dictas e outras muytas, disserom que uinham a tal auença e amigauel composiçom, a saber, que os beens todos, asy da parte dele como da parte dela, asy os auudos como por auer, sejam comũs antre eles anbos, Lopo da Cunha e Maria Gonçalvez, sua molher, e que, morrendose o dicto Lopo da Cunha primeiro que a dicta Maria Gonçalvez sem auendo hi filho ou filha dantre anbos, que seus herdeiros (2) posam soçeder os beens todos que hi ouuer, per q[u]alquer deles fosem trazidos ao casamento, asy da parte de Lopo da Cunha, como eso mesmo da parte de sua molher, sejam deuisos hingalmente antre a dicta Maria Gonçalvez e os herdeiros do dicto Lopo da Cunha. E disserom e outorgaram anbos juntamente que os herdeiros de Lopo da Cunha nom sejam teudos a dar e pagar as dictas mjl dobras darras a dicta Maria Gonçalvez nem a outrem por ela e que asy em todo caso, morrendose cada hũu deles sem auendo hi filho ou filha, os beens sejam comunicados deuisos e departidos antre aquele que fiq[u]ar uiuo e os herdeiros do finado, sem auer hi arras algũas, as quaaes, per este contrauto, conuença e amigauel composiçom, disserom que queriam que fossem de todo tiradas e que todos os beens, assy mouees como de rrajz, auçõoes e djreitos sejam comũs, segundo que, per costume deste rreyno, som comũs antre os marjdos e molheres. E disseram e pormeteram e outorgaram que qualquer deles que per a suso conuença e amigauel composiçom nom quiser estar seja obrigado a dar e pagar, em nome de pena, aaquelle que por o dicto contrauto quiser estar duas mjl dobras de boom ouro e justo peso e, pagada asy a dicta pena ou por pagar, esta conuença seja pera todo tempo firme e estauel, com todo seu uigor e forteleza.

E, por esto ser mais firme, disserom que pediam por merçe a nosso senhor elrrej que el, de sua çerta çiença e poder absoluto, queira sopriyr toda a solenidade de fecto ou de djreito que em este contrauto minguar, sem embargo de canones e leys e hordenações, grosas, dictos de doutores que contra esto pareçam ser, em todo ou em parte. E, em testemunho de uerdade, mandaram e rrogaram a mym, dicto tabaliam, que lhe dese asy senhos estormentos e dous e tres e quantos lhe conpriyr.

Fecto foy no dicto logo, dia e mes e era suso dicta, em o q[u]al dia o dicto Lopo da Cunha e sua molher que eles tomaram sua casa e o dicto Lopo da Cunha ueera pera dicta sua molher. Testemunhas: Aluaro Pirez, bacharell em leys, filho de Pedro Esteuez da Mão Jnchada, e Aluaro Gonçalvez, seu criado, e FernandAluarez, scolar, e Aluaro Martijnz, criado do dicto Lopo da Cunha, e outros. E eu, dicto tabaliam, que este estormento pera o dicto Lopo da Cunha scpreuy, em o q[u]al meu sinal fiz, que tal he.

(2) No ms. *beens*, em vez de *herdeiros*.

37

27 AGOSTO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Garcia, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 36 v.

Dom Afonso, etc.

Item, outro tal d'Afonso Garcia, morador no dicto logo de Castro Marim, besteiro da camara do dicto jfante (1), na forma costumada, etc.

Dado em Cojnbra, xxbij dias dagosto, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiii^o Rb.

38

27 AGOSTO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Bernardes, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 36 v.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Joham Bernaldez, morador em Castro Marim, besteiro da camara do jfante dom Anrrique, na forma costumada.

Dada em Cojnbra, xxbij dias dagosto, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiii^o Rb.

(1) D. Henrique.

39

28 AGOSTO 1445

Carta do regente D. Pedro, a conceder ao infante D. Henrique o exclusivo da tinturaria de pastel no reino, por ele introduzida, e a proibir que alguém a use sem sua licença, sob pena de perder o engenho respectivo, a casa em que ele estiver e o material tingido.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 18.

Publicada: por BRITO REBELO, *Alguns traços da vida do Infante D. Henrique*, p. 570; e por SOUSA VITERBO, *Algumas achegas para a história da tinturaria em Portugal*, p. 6.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que o jffante dom Henrique, meu muyto preçado e amado tio, nos disse que, veendo elle como em nossos rregnos nehũa pessoa nom hussaua de tenturia de pastel, elle sse trabalhara dauer ho engenho e maneira de sse poder fazer e hussar della; pedindonos que lhe dessemos nossa autoridade, pera poder mandar que tengissem delle quem elle hordenasse.

E nos, visto [seu] rrequerimento e querendolhe fazer graça e merçee, ssentindoo por nosso serujço e proueito de nossa terra; teemos por bem e queremos e mandamos que ell possa mandar fazer, per todos nossos rregnnos, a dicta tentoria de pastel, em quaaesquer cidades e villas e lugares que elle quiser, ssem nehũu outro embargo nem duujda algũa.

E, esguardando nos como elle primeiro buscou este artefício e yssou meesmo ho trabalho e fadiga que leou em ho auer; a nos praz que, em dias de ssua vida, nehũa pessoa nom possa fazer nem mandar hussar da dicta tentoria de pastel, saluo quem elle quiser ou mandar, per quallquer maneira e condiçom que a elle prouuer, leuando elle aquelle proueito que elle hordenar que he bem, e outrem nom, ssob pena de quallquer que o contrairo fazer e hussar da dicta tenturia ssem sseu mandado perca pera elle ho artefício que fez e a cassa em que esteuer e todo o que em elle tinger.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores, juizes, justiçaes, officiaaes e pessoas que esto ouuerem de ueer, per quallquer guissa que seja, que lhe leixem todo esto asi fazer e encamjnhar como dicto he e o façam conprir e guardar, ssem poerem ssobre ello nehũu outro embargo

nem duujda, ca certos sejam os que contra ello forem que lho estranharemos graueamente, segundo acharmos que o mereçem.

Dante em a cidade de Cojnbra, xxblij dias dagosto, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. GonçallEannes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb annos. Lourenço de Guimaraães a fez espreuier.

40

4 SETEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Lopo Dias, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz de Ceuta.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 40.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 302. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, Suplemento ao vol. 1, p. 529, n.º 979.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Lopo Diaz, scudeiro do jfante dom Anrrique, em que o dom por juiz de Ceita, asy como o [era] Aluaro Rodriguez, que se finou. Carta em forma.

Dada em Cojnbra, iiij^o dias de setenbro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Afonso Uasquez a fez. Anno do Senhor de mjl iiij^o Rb.

41

13 SETEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rui Gomes, residente em Pombal, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 37 v.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Ruy Gomez, morador em Pomball, besteiro da camara do jfante dom Enrrique, na forma costumada.

Dante em Cojnbra, xiiij dias de setenbro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Lourenço Abul a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb.

42

18 SETEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Estêvão Eanes, residente na Serra da Pescaria, termo da Pederneira, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 38.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de EsteuEannes, morador na Serra da Pescaria, themo da Pidrineyra (1), besteiro da camara do jfante dom Henrrique, na forma costumada.

Dada em Cojnbra, xbiiij^o dias de setenbro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano do Senhor de mjl e iiij^o Rb.

43

18 SETEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Alvares, morador em Soure, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 39 v.

(1) Por Pederneira.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Joham Aluarez, morador em Soure, besteiro da camara do jfante dom Anrrique. Carta em forma.

Dada em Cojnbra, xbiij dias de setembro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor de mjl iijj^oRb.

44

20 SETEMBRO 1445

Carta do infante D. Pedro, regente do reino de Portugal, a Francisco Foscari, doge de Veneza: a participar-lhe haver recebido com satisfação seu embaixador o Dr. Nicolau de Canale, a quem, depois de ele ter apresentado a documentação e alegações em favor do dito doge, quanto à marca de Treviso, o infante mostrou a doação que da mesma lhe fizera o imperador Sigismundo e pediu-lhe cópia das escrituras do doge, na intenção de mandar estudar o assunto, mas o embaixador se recusou a dá-la, pelo que os juristas portugueses não quiseram emitir parecer sem reverem detidamente a questão; a dizer-lhe que julga oportuno o regresso do embaixador, cujo envio agradece, a Veneza; a declarar-se disposto a proceder no caso com inteira justiça e a solicitar igual atitude ao doge, pois, sendo ele verdadeiro e bom amigo seu, deve sentir-se obrigado a não lhe negar o direito que porventura lhe caiba à marca de Treviso, e, como o dito embaixador o interrogara sobre a atitude do infante para com ele, doge, diz-lhe que tanto el-rei de Portugal como ele, infante, e seus irmãos se acham dispostos a manter a antiga amizade até esclarecimento pleno do assunto, cuja solução lhe comunicará, na esperança de que ela virá a contribuir para manutenção e aumento das boas relações entre Portugal e Veneza.

ASV., I Commemorali, liv. 13, doc. 274, fl. 175. Original, em papel, assinado pelo infante.

Illustrissime princeps et exoellentissime domine. Quum sanctissime amicie sit, que solum inter viros bonos esse solet, amicorum oratores hilari vultu letoque animo suscipere, quorum prospera cupit audire et eo maiore cum auditate quo longiore spacio seiunguntur, hinc eximium

vtrisque juris et artium doctorem nobilem Nicolaum de Canali, ciuem vestrum dilectissimum, qui quandam credentialem literam, vestri ex parte, mihi presentavit, amice et iocunde suscepi (1). Et quum his pro

(1) Nicolau de Canale, doutor em artes e em ambos os direitos, foi nomeado pelo Conselho da República de Veneza, a 10 de Abril de 1445, para embaixador a el-rei de Portugal, devendo seguir nas galés da Flandres, em consequência de informação dada por Marcos Mauroceno, capitão das ditas galés; e, se fosse conveniente, iria também a Castela, com certa comissão do mesmo Conselho, segundo consta do documento seguinte:

Die x aprilis. Cum per ea que habuimus ex literis ser Marci Mauroceno, capitanei galearum Flandrie, scripsimus et promissimus serenissimo domino regi Portugallie ad maiestatem suam, hoc tempore nouo, oratorem nostrum destinare sitque necessarium, pro promissorum nostrorum obseruatione, oratorem ipsum mittere, vadit pars quod de presenti in hoc consilio eligatur per scriptum vnus noster nobilis futurus orator ad regem supradictum, cui respondeat statim aut cras ad tertias; vadat cum famulis octo et vno notario cum vno famulo et vadat ad expensas communis et recedat cum galeis Flandrie vadatque cum illa commissione que sibi dabitur per hoc consilium. Et, quoniam pro nostro domino facit mittere personam que de iure sciat defendere et tutari rationes nostras, dentur oratori predicto ducatorum trecenti pro hac legatione. Et, si opus fuerit, vadat orator predictus ad presentiam serenissimi regis Castille cum illa commissione que etiam per hoc consilium sibi dabitur. De parte ... 65. Electus ambassiator ser Nicolaus de Chanall, doctor. Vult quod die martis proxime futuro vocetur hoc consilium, ad quod omnes qui possunt ponere partem venire teneantur et partem ponere, sub pena librarum xxv pro quolibet, ut circa hanc materiam prouideatur, prout huic consilio melius visum fuerit. De parte ... 47. De non ... 3. Non sint ... O. Quod viro nobili ser Nicolao de Chanall, electo ambassiatori ad regem Portugallie, elongetur terminus ad respondendum per totam diem iouis proximam. De parte ... Alij. De non ... 21. Non sint ... O. (ASV, *Senato (Secreta)*, vol. 16, fl. 165 v.).

As incumbências do referido embaixador são minuciosamente indicadas pelo doge Francisco Foscari, em carta de 10 de Junho de 1445, com as instruções para Nicolau de Canale, a desembarcar pelo capitão das galés de Flandres em Cascais, donde ele se dirigirá a Lisboa, ao infante D. Pedro, regente do reino de Portugal, a significar-lhe que a sua embaixada visava aumentar a antiga amizade existente entre a corte portuguesa e a Senhoria de Veneza, na persuasão de que o bom tratamento dispensado pelos portugueses aos mercadores e navios venezianos e vice-versa continuaria a manter-se. Tendo o doge sido informado pelo capitão das galés de Flandres, no seu regresso de Lisboa, de haver o regente D. Pedro mudado de procedimento, Foscari atribuiu tal atitude ao facto de o embaixador português anteriormente enviado àquele sobre a questão da marca de Treviso, pelo imperador Sigismundo concedida outrora a D. Pedro (Cfr. os DOCS. 139 e 141 do nosso vol. 2), não ter sido atendido como ele desejava e, por isso encarrega Nicolau de Canale de explicar os motivos do seu procedimento, com justificação do direito que lhe assiste à dita marca. Para mais facilmente alcançar o seu intento, Foscari sugere-lhe disponha de dinheiro para compensar o infante português da soma que porventura ele houvesse dispensado na consecução do privilégio sobre a marca de Treviso. Recomenda-lhe

explicandis que in mandatis habebat, diem certam assignarem, eadem scripturis et rationibus ius vestrum circa marchionatum Taruisij copiose et eleganter, ut assolet, ostendere conatus est (2).

também que se entenda com el-rei de Portugal, com D. Afonso, duque de Bragança, com o arcebispo de Lisboa e sobretudo com o de Braga, D. Fernando da Guerra, pessoa de grande autoridade e influência no regente do reino, pois ele já em tempos se interessara deveras pelo assunto, em favor da República de Veneza. A missão do embaixador veneziano junto de el-rei de Castela respeitava à protecção concedida pelo mesmo aos piratas contra os navios de Veneza, nomeadamente contra Filipe de Canale, capitão de galés armadas contra certos piratas junto de Cartagena, aos quais aquele monarca dava guarida e fornecia víveres em seus portos. Antes de partir para esta missão, o embaixador devia informar-se do assunto junto dos mercadores venezianos em Cádiz e noutros lugares. E, depois de informado o regente português, ele devia partir com salvo-conduto e procurar justificar o procedimento do capitão. Tais instruções constam de documento do ASV., *Senato (Secreta)*, vol. 16, fl. 187 v., o qual será publicado oportunamente, no Suplemento de *Monumenta Henricina*.

(2) As razões e documentos apresentados pelo embaixador vêm indicados substancialmente nas instruções fornecidas pelo doge Francisco Foscari em carta de 10 de Junho de 1445, referida em a nota anterior, ou sejam a livre e imemorial posse da marca de Treviso e de outros lugares, reclamados pelo infante D. Pedro de Portugal, que, apesar do privilégio concedido pelo imperador Sigismundo, quando este se achava em guerra com o dito doge, — disposto, portanto, a intentar quanto pudesse contra ele —, quer durante o reinado de D. João I como depois, nunca se lembrara de apelar para tal concessão. Se isto não fosse bastante, o embaixador provaria o direito do doge por escrituras, privilégios e documentos. Praticamente, são as razões aduzidas já pelo mesmo Foscari em carta de 26 de Agosto de 1436 a Hermolao Donato, embaixador seu ao papa Eugénio IV, pelo qual fora informado do pedido dos embaixadores portugueses ao concílio de Basileia, os quais anteriormente passaram pela corte pontifícia, em Bolonha (Cfr. o DOC. 88 do nosso vol. 5). O doge ordenara-lhe comparecesse perante o sumo pontífice e lhe significasse a sua surpresa, não só pelo conteúdo do pedido, como pela proveniência do mesmo; admirara-se de que o infante D. Pedro formulasse tal reclamação, por contrária à grande amizade entre a casa régia portuguesa, especialmente desde D. João I, e Veneza, a qual o doge desejava prosseguisse com o então rei D. Duarte e com o próprio duque de Coimbra, aliás como Foscari patenteava concretamente, na recepção e trato honroso dispensados ao mesmo dito infante, a quando da sua passagem pela cidade e domínios de Veneza, sem se lembrar então de semelhante pedido; admira-se ainda deste, por ser notório que ele, doge, possuía a cidade de Treviso e suas fortalezas por justo e indiscutível direito, de forma a não poder satisfazer tal exigência; pelo que o papa devia persuadir os embaixadores portugueses de desistirem de tais diligências, pois inumeráveis eram as razões por que tal pedido não devia ser sequer formulado. Eis o documento respectivo:

M.cccc.xxxvj, die xxvij augusti. Quod viro nobili ser Hermolao Donato, oratori ad summum pontificem, scribatur ut infra. Recepimus litteras vestras, lalas xxiii instantis, cum inclusa supplicatione oratorum Portugalensium, per quam petunt Tarulium, etc., et recommendantes sapientiam et diligentiam vestram, vobis respondemus cum nostro consilio rogatorum et additorum, mandantes quatenus com-

Ego vero donationem eiusdem, quam sponte proprioque motu felicissime memorie Sigismundus imperator mihi concessit, sibi ostendi et quum die illa et quibusdam alijs dicta super re ad inuicem loqueremur, eum requisivi vt vestrarum scripturarum mihi copiam exhiberet et mearum suo arbitratu caperet, si luberet, arbitrans nihil honestius, nihil preclaris principibus aut libera re publica dignius quam ea, quorum inter amicos controuersia est, mature et grauiter examinari et exquiri vt, cui ius competit, tribuatur, ipse nihilominus continuo recusauit. Verumtamen, referebat quotiens mihi luberet et quibuscunque luberet se foret ostensurum.

Quumque propter copie defectum iurisperiti, qui mecum aderant, et alij quibus super hoc negotio scripsi, tam breui nec examinare nec discutere rem uoluerunt nec consonum rationi fuisse, que omnibus agendis exigit ut tempus, secundum agendorum qualitatem, accomodetur ydoneum, rem ita arduam et peringentem repente determinare, verum quia hanc longam tante rei moram necessariam illic oratori vestro graue fore intelligebam, tametsi uoluisset morari quantum mihi lubuisset se offerret, censui quod oportunius foret si rediret.

Nihilominus, illustrissime princeps, dominationi vestre gratias ago plurimas, cui placuit oratorem ita solennem, ita doctissimum mihi destinare et ius quod habere dicit notificare. Quamobrem eandem dominationem certam facio quod, summa cum diligentia, ius vtriusque nostrum

parere debeatis ad presentiam summi pontificis et sue beatitudini dicere qualiter nobis dedistis de supplicatione predicta notitiam quodque profecto admirati et merito sumus, tam respectu porrigentium talem supplicationem, tum etiam respectu eius quod postulatur. Nam, respectu porrigentium, miramur, quia hoc nobis non conuenire uidetur singulari beniuolentie optimeque amicitie quam continue tenuimus cum serenissima domo sua, et specialiter serenissimo domino .. genitore suo, ac tenemus et intendimus tenere cum presente domino rege et cum ipso domino duce, sicut per experientiam comprobauimus, dum transitum faceret per loca nostra et specialiter per hanc urbem nostram, quoniam ut scit eum illa honorificentia et affectione vidimus et tractauimus tractarique fecimus, uti nostre bone fraternitati et optime beniuolentie et caritati nobis visum est conuenire, atetique nobiscum pluribus diebus et nullam vnquam fecit nobis mentionem de re ista, quia nec conueniens nec iusta sibi uidebatur petitio nec ab eo citra etiam quicquam dixit. De re postulata miramur, maxime quia, ut notorium est toti mundo, ciuitatem Tarulianam et fortiticia sua iam tempore longissimo tenuimus iusto et indubitato iure, jta quod alicui non tenemus licite conuenire nobis mouere litem et ei maxime ob bonam amicitiam et beniuolentiam predictam nec conuenire juri et honori nostro tali petitioni respondere. Sed supplicamus beatitudini sue ut sua summa sapientia taliter dictos oratores alloquatur, quod huic rei silentium imponatur et aperte loquentes, pro certo credere non possumus quod de consensu prefati domini ducis hec materia moueatur. Nam, multe et infinite sunt rationes, per quas rationabiliter talem petitionem nobis facere non debebat. De parte ... Omnes alij. De nona ... 4. Non aint ... 1. (ASV., *Senato (Secreta)*, vol. 13, fl. 258).

examinare iubebo, et si forte ius haud competere mihi fuerit inuentum vel ita ambiguum quod discerni non posset nec intentionis est et etiam fuit huic negotio silentium imponere sempiternum, si contra iustitiam libere et expedite consequi ualerem, vt nouit Deus, renuerem; principibus maxime non omnia conceduntur, sed solum ea que a sanctissime iustitie cultu non sunt aliena, similiter et meis in testamento successoribus mandabo vt nullo quippe tempore hac pro re nec vobis nec vestris sint molesti.

Modo, quum lex vere amicitie requirat vt pari beniuolentia amicos diligamus, honestum, immo sanctum fore arbitror, si ius mihi competit, quod equa beniuolentie mensura erga me uos geratis. Boni enim et veri amici, quos et iustos et rectos esse oportet, non solum que amicorum sunt ea libere addent, ne inuenti fiant uel cupiditate ducti utilitatem que, vt hoc nomine rite fruatur, ab honestate separanda non est, vere amicitie anteponeere videantur, immo, si casus accederit, eis non minori studio quam sibi ipsis fauebunt, vt bona recuperare valeant que sibi quouis modo occupantur, quod si non fecerint, contra legem vere amicitie peccabunt.

Insuper orator vester a me quesiiuit deinceps erga vos et vestros quonam pacto me gererem. Jdcirco, dominationem vestram certifico quod, mediante Omnipotentis Dei gratia, serenissimus et excellentissimus dominus meus rex, omnes fratres mei et ego amice continuo et honeste, vt ab antiquo sumus soliti, nos geremus quousque huius negotij veritas mihi declaretur et declarata notificetur (3). Interim, tamen nos, in consuetu nostra beniuolentia perseverantes, ad nullam innouationem procedemus, nisi prius dominatio vestra sit aduisata. Post tamen aduisationem, spero in Domino talem ex nostra parte huic rei modum fore adhibendum et similiter ex vestra, quod non solum prisca nostra amicitia conseruabitur, sed etiam augebitur.

Ex ciuitate Colimbriensi septembris xx.^o, anno Domini M^o.CCCC^o. xxxv.^{mo}.

(as.) + Jfant dō p^o.

A tergo: Jllustrissimo principi et excellentissimo domino Francisco Foscari, Venetiarum prudentissimo duci, etc. (4).

(3) Este passo demonstra que, também el-rei D. Afonso V, como aliás já D. Duarte, e os irmãos do regente — segundo o próprio aqui declara — e, portanto, o mesmo infante D. Henrique se interessavam pelo assunto de Treviso e se achavam em boas relações com a República de Veneza, que, por intermédio de seus navios, muito auxiliara D. João I em seus contactos com o estrangeiro (Cfr. CONDE DE TOVAR, *Portugal e Veneza na Idade Média*, sobretudo a pp. 99-103).

(4) Cfr. também a carta do infante D. Pedro de 26 de Março de 1446 (o nosso DOC. 100).

45

25 SETEMBRO 1445

Memorando de el-rei D. Afonso V de Aragão a Fr. Vasco de Oliveira, comendador de Coimbra, conselheiro e embaixador seu às partes do Levante, sobre o que há-de dizer ao Mestre de Rodes acerca do convite recebido pelo dito monarca do mouro Otmen aben el Cabilu, senhor de terras em Síria, através do veneziano Marco, o qual lhe ofereceu entrada, socorro e ajuda para empresa naquelas partes, a ordenar-lhe oíça o referido Mestre e depois vá ao citado Otmen, observe cuidadosamente o país e assegure àquele a boa disposição do soberano de Aragão em aceder a seus desejos, depois de havida a necessária informação (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2698, fl. 108 r. e v.

Memorial e jnstruccion, por part del ssenyor rrey fecha a fray Vasco dOliuera, comendador de Cohimbre, consellero e embaxador del dicho ssenyor, de las cosas que ha de fazer en las partes de Leuante, por seruicio del dicho ssenyor.

Primerament, el dicho fray Vasco, como sera en Rhodes, saludara, de su parte, e dira al reuerend maestro, de parte del dicho ssenyor, las saludes acostumbradas e como el, dicho ssenyor, es dispuesto e presto todos tiempos complazerle en aquellas cosas que de el quisiessse nj demandasse que buenamente el dicho ssenyor pueda complazer.

Jtem, el dicho fray Vasco, dada al dicho reuerend maestro la letra de creença, la qual pora el traye, le explicara como el dicho ssenyor rrey lo enuja en aquellas partes e a el portaron como vn moro, sennyor de tierras en Suria, clamado Otmen aben el Cabilu, ha enujado al dicho ssenyor vno clamado venecianu Marco, con vna letra de creyença, en virtud de la qual es stado al dicho ssenyor dicho e declarado por el dicho venecianu que el dicho Otmen se offrece dar entrada, soccorro e ayuda

(1) Em 16 de Abril de 1449, Fr. Vasco de Oliveira, então dito ainda «comandador de Coymbra, dela Orden de Hierusalem», portanto comendador da Ordem Militar de S. João de Jerusalém ou do Hospital, foi enviado pelo rei de Aragão, como embaixador seu, ao de Portugal (ACA., *Cancillería Real*, Registro 2545, fl. 21).

al dicho ssenyor, si querra entrar en empresa de aquellas partes, sollicitando que a aqueste negocio sia prompto. E que el, dicho ssenyor, por aquesta razon, enuja a el en aquellas partes, por que conferezca con el dicho maestro e vey a que le pareçe de aquestas cosas e encara del orden como se deve tractar e enujar, pregant le, por part del dicho ssenyor, que loy qujera consellar e endreçar.

Item, mas le dira el dicho fray Vasco como, apries que por el dicho maestro le sera dado en aquesto consello, que qujere el dicho ssenyor que vaya a fablar con el dicho Otmen e con el conferezca e pratique de aquestas cosas e las constituezca segunt la disposicion que trobara en algun termjno, dando se esmjent de los lugares e disposiciones de aquellas partidas e de todas otras cosas necessarias.

Item, que, visto el consello e parecer del dicho maestro de Rhodes, todos tiempos faziendo e menjando aquestas cosas con cautela e buena discrecion, la qual el dicho ssenyor confia, jra el dicho fray Vasco al dicho Otmen e, por todos los camjnos e vias que fara, tendra bien smjent como sta e como sia constitujdo aquel pays.

Item, el dicho fray Vasco, como sera llegado al dicho Otmen, le dara la letra de creyença, la qual le traye, e, por parte del dicho ssenyor, le explicara primeramente devidas saludes; apries, como ha recebido su letra por venecianu Marcu e, por virtud de la dicha letra, e las cosas por parte suya dichas al dicho ssenyor, el es enujado alla, por conferir con el.

Item, mas le dira el dicho fray Vasco como el ssenyor rrey ha grant voluntat e buen proposito de tomar empresa en aquellas partes e que, offreciendose tiempo e oportuna disposicion, el, de buena voluntat, hi entenderja e que es mucho aconsoado quel dicho Otmen en aquesta parte tenga el proposito que ha enujado dezir. Por que lo priega que le qujera mostrar e fazer veer al oxo todas cosas por aquesta empresa necessarias a endreça del dicho fray Vasco, por que, vistas aquellas e bien reconocidas, ne pueda fazer relacion al dicho ssenyor veridica, discreta e primera.

Item, confortara lo dit Otmen en su proposito, prometiendole speranza quel dicho ssenyor, houlda jnformacion de buena disposicion e facilitat del negocio e que, mediante Dios, el lo pueda conduzir a fin, el dicho ssenyor se dispondra de continente andar e fara sus preparatorios, tales quel dicho Otmen conexera quel dicho ssenyor, con la ayuda todos tiempos de Dios, es pora poder fazer grandes fechos e actos dignos de reputacion, quales se pertenecen fazer por rreyes.

Jtem, apres fechas todas las dichas cosas, retornara el dicho fray Vasco al dicho ssenyor lo pus presto que le sia possible, por fazerle relacion de todas las cosas que haura fechas e vistas, con plena jnformacion. Rex Alfonsus.

Expeditum jn regijs felicibus
castris, apud Rochetam Ciujtelle,
die xxv°. septembris, anno M°.
cccc°. xxxv.º

Dominus rex mandavit michj,
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

46

25 SETEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Farinha, residente em Janeiro, termo da Covilhã, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 39.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Farinha, morador em Janeiro, thermo de Couilhã, besteiro da camara do jfante dom Enrrique, na forma costumada.

Dada em Cojnbra, xxv dias de setenbro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiijº Rb.

47

1 OUTUBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Jorge, residente em termo de Pombal, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 39 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Joham Jorje, morador em thermo de Ponbal, besteiro da camara do jfante dom Anrrique, na forma costumada.

Dada em a cidade de Cojnbra, primeiro dia doutubro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor de mjl iiij^o Rb.

48

2 OUTUBRO 1445

Carta do regente D. Pedro, a confirmar a Lopo da Cunha, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e a sua mulher Maria Gonçalves instrumento notarial de contrato e convenção feito por ambos sobre os bens por ela trazidos quando casaram e sobre as arras que ele lhe havia de dar por motivo do casamento (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 40 v.; em leitura nova, Estremadura, liv. 10, fl. 5 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta de confirmaçom e prouaçom uirem, [fazemos saber] que, da parte de Lopo da Cunha, fidalgo da casa do jfante dom Enrique, meu muyto prezado e amado thio, e de Maria Gonçalvez, sua molher, nos foy apresentado hũ estormento de conuenga, que foy fecto antre anbos, per rrazam dos beens que ela trouue consjgo, quando com el casou, e das arras que lhe el auja de dar, o q[u]al parecia ser fecto e sjnado per FernandAfonso, tabaliam em a cidade de Lixboa, do q[u]al o theor dele he este, que se adeante segue.

Segue-se a transcrição do contrato referido, de 18 de Agosto de 1445, — o nosso DOC. 36.

E, apresentado asy o dicto estormento, o dicto Lopo da Cunha nos pedio por merçee que, por moor firmidoem do dicto estormento, lho quisemos confirmar, per nosa carta.

(1) Cfr. também os DOCS. 61 e 67 do nosso vol. 8.

E, visto per nos seu rrequerimento com o dicto estormento e, quemdolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e aprouamos o dicto estormento e [o] confirmamos, outorgamos e rreteficamos pela gisa que fecto he, e queremos que se conpra e guarde asy tam conpidamente como em ele he conteudo, nom enbargando quaaesquer leys, djreitos canonicos como çiuées, hordenações e capitolos, foros, façanhas, oupinhões e grosas de doutores e outros quaaesquer costumes que em contrairo desto sejam feitos; os q[u]aaes todos e cada hũ delles e outros quaaesquer que hi aja, que esto, per algũa gisa, posom desfazer, auemos por nenhũs e os casamos e anulamos e jrritamos e queremos que nom ualham emquanto esta nosa confirmaçom, que asy fazemos do dicto estormento, poderiam, em algũa gisa, enbargar ou anular, porque asy he nosa merçee, sem outro enbargo. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nosa carta.

Dada em Cojnbra, dous dias doutubro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Anes a ffez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb. E eu, LopAfonso, scpriuam da puridade, a fiz scpreuuer e sobescpreuy.

49

2 OUTUBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio de besteiro da câmara a Álvaro Domingues, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em terra de Besteiros.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 41.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta dAlvaro Dominguez, morador em terra de Besteiros, besteiro da camara do jfante dom Anrique, meu thio. Priuilegio de besteiro da camara, na forma costumada.

Dada em Cojnbra, dous dias doutubro, per autorjdade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb.

50

6 OUTUBRO 1445

A rainha D. Maria de Aragão, em carta a mossem Vicente Climent, doutor em decretos e embaixador do rei aragonês na corte inglesa, entre outros assuntos, ordena-lhe comunique ao rei e ao cardeal de Inglaterra haver-se celebrado contrato matrimonial entre o rei de Castela e filha do infante D. João de Portugal, D. Isabel, donzela sábia e de grande fama (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 3038, fl. 134.

.
Be creem que nostre molt car cosí lo rrey e lo dit cardenal sien aui-
sats del matrimonj contractat per lo molt jllustre e nostre car frare lo
rrey de Castella ab vna filla del infant don Johan de Portugal, donzella
molt sauia e de gran fama; si no ho saben, auiatslos en, de part nostra.

.
Dada en Valencia, a vj dies doctubre del any M.cccc.xxxv. La Reyna.

51

11 OUTUBRO 1445

Havendo constado à rainha de Aragão que a infanta D. Joana de Portugal, filha da falecida D. Leonor, seria metida no mosteiro de S. Domingos de Toledo, privada de seus servidores, deixada só e sem qualquer subsídio de vida, ela ordena, em memorando a mossem Ramón Cerdán, seu embaixador a Castela, rogue ao respectivo monarca se digne prover às suas necessidades como provera às de sua mãe, pois seria desonra para ele deixá-la em tanta miséria.

ACA., Cancillería Real, Reg. 3038, fl. 137 v.

(1) Conquanto o contrato matrimonial em referência apenas se haja celebrado em 9 de Outubro de 1446 (Cfr. o nosso DOC. 188), o presente texto prova que já em 6 de Outubro do ano anterior estava o assunto resolvido. Realmente, as letras da dispensa pontifícia para o dito casamento foram passadas a 5 de Novembro de 1445 (Cfr. o nosso DOC. 62).

.
 Item, como la dicha senyora rreyna haya emtendido que la infanta de Portugal, que e en Castilla, serja metida en el monesterio de Santo Domingo e destitujda de todos sus serujdores e sola, con muy grant mjserja e sin darlj cosa alguna para viujr; el dicho mossen Ramon suplicara al dicho senyor rrey que sia su merced qujera proueyr a sus necessidades segunt prouedja a su madre, car, lexandola en tanta mjseria, no serja honra del djcho rrey. Prothonotarius.

.
 Dada en Valencia, a xj djas doctubre del anyo M.cccc.xxxv°. La reyna.

52

11 OUTUBRO 1445

Memorando da rainha D. Maria de Aragão, dado a seu emissário Ramón Cerdán, sobre o que há-de ponderar ao rei de Castela acerca dos servidores que foram da rainha D. Leonor de Portugal, parte dos quais o regente D. Pedro não admite no país, e lhes foram tiradas as moradias que haviam em Toledo, onde padecem grande pobreza; pelo que a dita rainha pede ao rei castelhano que torne a solicitar ao infante D. Pedro, cuja atitude comenta, receba aquele pessoal e lhe restitua os bens.

ACA., Cancillería Real, Registro 3185, fl. 132 r.-v.

Memorial de lo que, de parte de la serenjssima ssenyora rreyna dAragon e de las dos Sicilias ha a dir e explicar mossem Ramon Cerdan al muy jllustre senyor rrey de Castiella.

Primerament, le explicara como la dicha ssenyora ha ouido cartas de ciertos caualleros, gentiles hombres e duenyas que stauan con la rreyna de Portugal, que Dios haya, e apres son stadas e stan con la infanta su fija, notificandole en como el jnfant don Pedro de Portugal, jnstado por el dicho senyor que diesse lugar en que todos e todas tornassen en Portugal e le restituyesse lo suyo, que eil hauria enujado vna nomjna, por la qual declara nombradamente quales son aquellos que le plaze que tornen

e a los otros da negatiua, lo qual el dicho rrey les ha mandado notificar; que aquellos a quj da la negatiua se partan de allj e vayan a buscar sus partidos. E, de fecho, les han quitado las posadas que les hauian dado en Toledo e son en tanto extremo de pobreza, que ni son buenos pera curar e menos pera partir. E de aquesto sta la dicha senyora muy marauillada, por muchos sguardes; lo vno, por que no se sabe que estos hayan fecho tal errada, por que su peccado sea jrremissible, car, siguyendo la rreyna en tal tiempo e caso, ellos creyen façer bien, nj encara se veyra que, por esto, hayan fecha errada; car muller era de su rrey e senyor, que fue, e madre de su rrey e senyor, quj es. E, que no fues otra rreyna en qui esto no concorriesse, mas fuesse strangera, seruiendola en tal caso, les deuria seer reputado a generosidad de animo e gentileza. Sellent, secretarius.

Mas, que estos no son de tanto stado e manera que, stando en Portugal, pudiesen hazer al jnfante don Pedro danyo njn deseruicio; e tanto menos lo farian, quanto ell mas liberalmente se houiessse con ellos. Ante deue sperar que, pues sin obligacio, los mas dellos seguieron la rreyna e passaron los treballos que por ella han passado, solamente cuydando vsar de gentileza, mucho mas bien se hauran deuers ell, pues que exiliados los restituesce. Car, no es de presumjr que le sean desconoscidos de vn tal beneficio. Sellent, secretarius.

Jtem, paresce a la dicha senyora huna gran jnhumanjdat desterrar e ayrar duenyas e donzellas qui naturalmente no han defension nj pueden ne discorriendo por el mundo sin gran notamente e jnfamja de qui assi las fiziesse yr. E mas que la dicha ssenyora deasea reposo de Spanya e no querria que tantas voces clamassen deuant el ssenyor rrey su marido, el qual, ahun que por su hermana no houiessen sostenido tanto danyo, se moueria a compassion, e en sguart de Dios e en sguart del mundo. Por esto, lo rogara, de part de la dicha ssenyora, quanto con mayor affeccion pueda, que quiera tornar a enujar al dicho jnfante e encargarse con ell que, si por sguart de Dios como por su mismo honor, quiera dar lugar que todos ellos e ellas tornen e les faga restituir todo lo suyo, con que puedan passar. E, entretanto, que su ssenyoria no quiera sostener que ellos passen fretura de res, mas les mande tornar las posadas e donar pera que se mantengan. Car esto es obra de humanidat e bien pertenesciente a vn tan gran princep e rrey, como ell es. Car, trobandose en su rregno, ahun que fuessen jnfieles, trobandose en tanta pobreza, seria tenjdo de socorrerles. Sellent, secretarius.

El dicho mossen Ramon scriuira decontinent a la dicha ssenyora la repuesta e prouision que sobrello el dicho ssenyor fara.

[illegible][illegible][illegible]

1. Financing

2000

Illud: et videtur de fructu p[er]sonarum
nonnullarum de rebus non nullis.

Mas auant, lo rrogara que, como ya por otras letras lo ha enujado rogar e enujado a ell Sancho Çapata, quiera mandar soltar Rodrigo de Bosmediano e hauerlo por recomendado en restitution de lo suyo. Sellent, secretarius.

Esto mesmo rogara al condestable, car es cosa que la dicha ssenyora ha mucho a corazon e gelo terna a singular seruicio. Sellent, secretarius.

Datum Valencie, vndecima die octobris, anno a natiuitate Dominj millesimo quadringentesimo. xxxxb. La Reyna.

Domina regina mandauit mi-
chi, Bartholomeo Sellent.
Prouisa.

53

11 OUTUBRO 1445

Memorandô da rainha D. Maria de Aragão, a solicitar ao rei de Castela, seu irmão, dê pousadas gratuitas aos servidores portugueses de ambos os sexos que foram da rainha D. Leonor de Portugal e os trate favoravelmente e a pedir à priora do mosteiro de S. Domingos de Toledo, onde se encontra a infanta D. Joana de Portugal, a trate com a honra e reverência que lhe são devidas.

ACA., Cancilleria Real, Registro 3185, fl. 133.

Memorial de lo que, de part de la serenjssima ssenyora rreyna d'Arago e de Sicilia ha a dir e explicar mossem Ramon Cerdan a Pero Lopez de Ayala [e] a la prioressa de Sant Domingo de la ciudat de Toledo.

Primeiro dira, de part de la dita ssenyora, al dit Pero Lopez de Ayala que con ell, de part de sa senyoria, sia trames al jllustrissimo rrey de Castella, sobre alguns affers, entre los quals ha carrech dels affers dels portugueses e portuguesas que seruien a la jllustrissima rreyna de Portugal, de buena memoria, que den posadas als dits portugueses e portuguesas, francas, e los tracte fauorablament, car aço es honor e seruey

del dit rrey de Castella, e aço faça tro atant que lo dit rrey de Castella sobre aço haia respost al dit mossen Ramon del que li ha a dir sobre aço, de part de la dita ssenyora. Sellent, secretarius.

Ei, semblantment, parlara a la prioressa de Sant Domingo de Toledo, hon sta, de present, la jnfanta dona Johana de Portugal, filla de la dita rreyna, e la pregara, de sa part, que tracte la dita jnfanta ab la honor e rreuerecia ques pertany, attes lo deute qui ha ab lo dit rrey de Castella; car aço es seruey del dit rrey de Castella e faran gran seruey a la dita ssenyora, la qual molt li regraciara. Sellent, secretarius.

Datum Valencie, die vndecimo octobris, anno a natiuitate Dominj M.cccc.^{ma} quadragésimo quinto. La Reyna.

Domina regina mandauit mi-
chi, Bartholomeo Sellent.
Prouisa.

54

11 OUTUBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão a Pero López de Ayala, alcaide-mor de Toledo, de apresentação do seu emissário Ramón Cerdán, que lhe vai falar sobre os servidores portugueses da rainha D. Leonor de Portugal.

ACA., *Cancillería Real*, Registro 3185, fl. 133 v.

La rreyna dAragon, de Sicilia daca e de lla far.

Noble e amado e deuoto nuestro. Nos hauemos acomendado al amado e deuoto consellero e alguezir del senyor rrey e nuestro procurador general mossen Ramon Cerdan, cauallero, el qual embiamos al jllustrissimo rrey de Castiella, nuestro muy caro e muy amado ermano, que vos diga algunas cosas tocantes los portugueses e portuguesas que eran en seruicio de la jllustrissima rreyna de Portugal, nuestra muy cara e muy amada hermana, de buena memoria, e les quales son seruicio e honra del dito jllustrissimo rrey de Castiella.

Por que vos rogamos e encargamos muy streeytament que le dedes plena fe e creença al dito mossen Ramon e fagades lo que, de nuestra

part, vos dira, açi como si nos personalment vos lo deziamos. Car, como dito es, sera seruicio del dito rrey de Castiella, nuestro hermano.

Dada en Valencia, a .xj. de octubre del anyo Mil cccc xxxxb°. La Reyna.

Al noble, amado e deuoto	Domina regina mandauit mi-
nuestro Pero Lopez de Ayala,	chi, Bartholomeo Sellent.
alcalde mayor de Toledo.	Prouisa.

55

11 OUTUBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão à priora do mosteiro de S. Domingos del Real, de Toledo, onde se encontra hospedada a infanta D. Joana de Portugal, filha da falecida rainha D. Leonor, de apresentação do cavaleiro Ramón Cerdán, conselheiro e aguazil régio e seu procurador geral, o qual lhe vai falar da sua parte.

ACA., Cancillería Real, Registro 3185, fl. 133 v.

La rreyna dAragon, de Sicilia daca e dalla far.

Venerable religiosa e amada nuestra. Segunt hauemos entendido, la jllustre infanta de Portugal sta agora en vuestra posada; e, sobre algunas cosas tocantes a ella, hauemos jnformado el amado consellero e algoezir del senyor rrey e nuestro procurador general mossen Ramon Cerdan, caualler.

Rogamosvos por tanto dedes al dito mossen Ramon plena fe e creença en todo lo que, de nuestra part, vos dira, açi como si nos personalment vos lo deziamos.

Dada en Valencia, a .xj. de octubre del anyo mil.cccc xLv°. La Reyna.

A la venerable rreligiosa,	Domina regina mandauit mi-
amada e deuota nuestra la prio-	chi, Bartholomeo Sellent.
ressa del monasterio de Sancto	Prouisa.
Domingo del Real de Toledo.	

56

12 OUTUBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão a Fr. Pedro de Góis, Diogo Gonçalves e Diogo Alvares, a comunicar-lhes que envia Ramón Cerdán ao rei de Castela e lhe deu cargo dos assuntos da infanta D. Joana de Portugal, dos deles e dos dos servidores da falecida rainha, mãe daquela, como o próprio Ramón lhes dirá (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 3191, fl. 113 v.

La rreyna dArago e de Sicilia, etc.

Religioso, amados e deuotos nuestros. Nos embiamos al jllustrissimo rrey de Castiella, nuestro muy caro e muy amado ermano, sobre algunos afferes, el amado consellero e algozir del senyor rrey e procurador nuestro general mossen Ramon Cerdan, cauallero, e assi mesmo le hauemos dado cargo de los afferes de la jllustre infanta dona Johana de Portugal, nuestra muy cara e muy amada sobrina, e de vosotros e de los seruidores de la jllustrissima rreyna de Portugal, su madre, nuestra muy cara e muy amada ermana, de buena memoria e a quien Dios perdone, segunt el dito mossen Ramon, de part nuestra, vos dira. Rogamos vos le dedes plena fe e creença.

Dada en Valencia, a xij de octubre del anyo mil cccc xxxv°. La Reyna.

A los religioso e amados e deuotos nuestros fray Pedro de Goyos, Diego Gonçalves e Diego Alvarez.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent, ad relationem eius secretarij, Johanni de Campis.

(1) Fr. Pedro de Góis era filho do falecido prior do Crato D. Fr. Nuno Gonçalves de Góis e, como seu pai e seu irmão Fr. Fernando de Góis, fora adepto da rainha D. Leonor, com a qual deve ter seguido para Castela. Diogo Gonçalves é talvez Diogo Gonçalves Lobo, que fora vedor da citada soberana (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 63 e 64). Veja-se também o DOC. 71, relativo a Fr. Pedro e Fr. Fernando de Góis.

57

18 OUTUBRO 1445

Carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a Vasco Lourenço, morador na Castanheira, termo de Monforte do Rio Livre, parte do degredo a que ele fora condenado para o couto de Noudar, por crimes diversos.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 33 v.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justicas dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude,

Sabede que Uasco Lourenço, morador na Castinheira, termo de Monforte de Rioliure, na correçam de Trallos Montes, nos enviou dizer que elle fora presso em a dicta correçam, porquanto lhe fora posto que elle peitava a quem matasse hüu Aluaro Annes, o Moço, e que tolhia preudas aas justicas e que fora contra Lopo Esteuez, juiz da dicta villa, e que forçara hüa molher, a pessar de sseu marido, pella quall rrezom, elle fora degradado, por dous anos, pera Noudall, e que auja seis messes e mais que elle seruja o dicto degredo; poreu nos pedia de merçee que, porquanto elle era homem proue e gastara todo na cadea, que lhe rreleuasemos o mais tenpo que asy auja de serujr no dicto couto, por bem do dicto degredo.

E visto per nos seu dizer e pedir e querendolhe fazer graça e merçee pollo do jfante dom Henrrique, meu mujto amado e preçado tijo, que nollo por elle rrequere; teemos por bem e mandamos que, se asy he como elle diz, que ja serujo no dicto [couto] seis messes conthijnualmente, polla dicta rrezom, serujndo outros seis messes, que sera hüu anno, aue-moslhe por rreleuado o mais tenpo que assij avija de serujr e lhe damos autoridade que, acabado o dicto tenpo, elle possa hir ujuer honde lhe aprouger e por bem teuer.

E uos mandamos que o nom prendaees nem mandees prender nem lhe façaees nem mandees fazer mall nem outro nehüu desagisado, quanto he polla dicta rrezom; porquanto nossa merçee e vontade he de lhe rreleuarmos o mais tenpo, pollo do dicto meu tyo, como dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xbiij dias do mes de outubro. Elrrey o mandou per Gonçalo Fernandez, doutor em lex e corregedor da sua corte. Gil Rodriguez a fez. Era do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rb annos.

58

18 OUTUBRO 1445

Carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a Gonçalo Afonso, morador em Jou, um ano da pena a cumprir no couto do Sabugal, por dois homicídios, em razão dos muitos e bons serviços prestados pelo indultado em Ceuta, Tânger e noutros lugares (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 33 v., donde se reproduz.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 303-04.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes de Chaves, e a todos os outros juizes e justiças de nossos reinos a que esta carta for mostrada, saúde.

Sabede que Gonçalo Afonso, morador em Jou, thermo desa uija, nos enujou dizer que ell fora culpado em a morte d'Afonso Botelho e de Joham do Franco, que foram mortos em o dicto logo de Jou, e que, andando ele asy amorado, nos lhe perdoaramos a nosa justiça, [a] que nos por ello era obriguado, comtanto que fosse serujr em o nosso couto do Sabugal dous anos continuadamente, e que ora el, dicto Gonçalo Afonso, tijinha ja serujdo seis meses; que porem nos pedia por merçee que lhe rreleuasemos o mais tempo que asy auja de serujr em o dicto couto, por mujtos e boos serujçoos que nos tijinha feitos em Çepta e em Tanger e em outros mujtos lugares.

E, visto per nos seu dizer e pidir e, querendolhe fazer graça e merçee, polo do ifante dom Anrique, meu muyto prezado e amado tyo, que nolo por el rrequereo; teemos por bem e mandamos que, se asy he, que el ja serujo seis meses pola dicta rrazom, em o dicto couto do Sabugal continuadamente, serujndo outros seis em ho dicto couto, que sera hũ ano, auemollo por rreleuado o majs tempo que asy ouuera de serujr em o dicto couto.

E, acabado o dicto tempo, vos mandamos que o nom prendaes nem mandees prender nem lhe façaes nem consentaes fazer mal nem outro algũu desagisado, quanto he por a dicta rrezam. E, acabado o dicto

(1) Trata-se, porventura, do Gonçalo Afonso referenciado por ZURARA, *Crónica do conde D. Duarte de Meneses*, cap. 114.

tempo, ell posa uiuer onde lhe aprouer, porquanto nosa merçee e vontade he de lhe rreleuarmos o majs do dicto tempo, a rrequerimento do dicto meu thio, como dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xbiij dias doutubro. Elrrej o mandou, per Gonçalo Fernandez, doutor em leis e corregedor da sua corte. Gil Rodrguez a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij° Rb.

59

18 OUTUBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a João Afonso, irmão de Gonçalo Afonso, morador em Jou, o mais tempo da pena que devia cumprir pelo mesmo motivo da carta anteriormente lançada (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 33 v., — donde se reproduz.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 304.

Dom Afonso, etc.

Item, outra tal de Joham Afonso, seu jrmão, morador em Jou, de rreleuamento do majs tempo que tjnha por serujr polo mesmo fecto e clausola desta carta suso scprita, a rrequerimento do dicto jfante (2), propia forma, de verbo a verbo. Elrrej o mandou, per o sobredicto corregedor (3). Gil Rodrguez a fez.

Dada em Santarem, xbiij° dias doutubro. Ano do Senhor de mjl iiij° Rb.

(1) Cfr. o documento anteriormente lançado, da mesma data. É possível que se trate de um dos vários João Afonso, criados do infante D. Henrique, já documentados em nossos volumes anteriores.

(2) D. Henrique.

(3) Dr. Gonçalo Fernandes.

60

22 OUTUBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão à infanta D. Joana de Portugal, a dizer-lhe que não pode aceder ao que lhe escreveu sobre os portugueses, como verá por carta do bispo de Lérída, do que tem pena, mas não lhe é possível providenciar (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 3230, fl. 76.

La rreyna dAragon e de Sicilia, deça e della far, etc.

Jllustre infanta, nuestra muy cara e muy amada sobrina. Vuestra letra hauemos recebida, a la qual vos rrespondemos que sobre lo que nos scriuides de los portogalesos que con vos son, el venerable padre en Christo e amado consellero del senyor rrey e nuestro el vispe de Lerida vos scriue largament, remetiendolo a su letra, e sabe Dios que nos desplaçe, como segunt tenemos en la voluntat no hi podemos prouedir.

Dada en Valencia, a .xxij. dias doctobre del anyo M.cccc.xLv°. La Reyna.

A la jllustra dona Johana,
jnfanta de Portugal e del Algarbe,
nuestra muy cara e muy amada
sobrina.

Domina regina mandauit mi-
chi, Bartholomeo Sellent.
Prouisa.

61

3 NOVEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Freire, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Lisboa.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 2 v.

(1) Em memorando da rainha a seu marido, de 28 de Agosto do mesmo ano, se lê: — «Item, dira e explicara lo dit venerable abat (de Santa Creus) al senyor rrey les causes per les quals la dita senyora no pot reebre en son seruey les donzelles per les quals lo dit senyor rrey e per aquelles lo supplicara. Lan haya per escusada» (Reg. infracitado, fl. 70 v.). Cfr. a nota ao nosso DOC. 29.

Jtem, outro tall priuilegio de Gonçalo Freire, morador em a çidade de Lixboa, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dante em a dicta çidade, tres dias de nouembro, per autoridade do asenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Noosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rb.

62

5 NOVEMBRO 1445

Letras Precelsa dignitatis, do papa Eugénio IV, a conceder dispensa do impedimento de terceiro grau de consanguinidade, para casamento, a el-rei D. João II de Castela e de Leão e a D. Isabel de Portugal, filha do infante D. João, a pedido dos mesmos.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 377, fl. 264 v., — donde se reproduzem; AGS., *Patronato Real*, Legajo 49-29, insertas na acta do respectivo matrimónio, de 22 de Julho de 1447, aqui com a data de 19 de Janeiro de 1446; ANTT., *Reis*, liv. 1, fl. 53 v., com erros de cópia.

Publicada: por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.º 37 ao liv. 3; e por SUAREZ FERNANDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla*, pp. 277-79, as duas primeiras fontes citadas, com algumas incorrecções.

Eugenius, [episcopus, seruus seruorum Dei].

Carissimo in Christo filio Johanni, Castelle et Legionis regi illustri, et dilecte filie in Christo nobili mulieri Elisabeth, dilecti filij nobilis viri Johannis, jnfantis Portugalie nate, salutem [et apostolicam benedictionem].

Precelsa dignitatis apostolice potestas, que romane ad edificacionem corporis ecclesie singulari dono concessa pontificibus est, tunc salubriter administrari conspicitur, dum circa fideles, presertim generis prerogatiua clarentes et apostolice sedi deuotos, iuris temperato rigore, dispensationis accommode presidium impertitur, ut ipsorum status fidelium per amplius inde firmetur et tranquillitatis amminicula proueniant iugiter adoptata.

Cum itaque, sicut oblate nobis, pro parte vestra, petitionis series continebat, vos, qui tertio consanguinitatis gradu inuicem coniuncti estis

pro conseruandis inter Castelle et Legionis ac Portugalie regna necnon illorum habitatores et incolae pacis ac concordie [vinculis], insimul desideretis matrimonialiter copulari, pro dispensationis apostolice gratia, desuper humiliter supplicantes;

Nos, igitur, eximie quam ad nos et eandem sedem gerere noscimini deuotionis integritatem perstringentes, huiusmodi quoque supplicationibus inclinati, vobiscum, vt impedimento quod ex huiusmodi consanguinitate prouenit non obstante, matrimonium inuicem libere contrahere et in eo, postquam contractum fuerit, remanere, licite valeatis, auctoritate apostolica, tenore presentium, dispensamus, prolem ex ipso matrimonio suscipiendam legitimam nuntiantes.

Nulli ergo [omnino hominum liceat hanc paginam] nostre dispensationis et nuntiacionis [infringere uel ei ausu temerario contraire]. Si quis, [autem, hoc attemperare presumpserit, indignationem Omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursurum].

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno [incarnationis dominice] millesimo quadringentesimo quadragésimo quinto, nonas nouembris, pontificatus nostri anno quintodecimo.

63

24 NOVEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Álvaro Afonso, residente no Lourçal, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 92.

Dom Affonso, etc.

Jtem, priuilegio d'Aluaro Affonso, morador no Lourçal, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dado em Montemoor ho Nouo, xxiiij dias de nouembro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb.

3 DEZEMBRO 1445

Carta do regente D. Pedro, de perdão a mestre Rodrigo, cirurgião do infante D. Henrique e rendeiro das sisas em Leiria, pelas injúrias que proferira contra o juiz daquela vila.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 92, — texto que se reproduz; e liv. 27, fl. 92.

Publicada por SOUSA VITERBO, *Cirurgiões do Infante D. Henrique*, pp. 1-2.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiça dos nossos rregnos e a outros quaeesquer a que o conhecimento desto pertencer e esta nossa carta for mostrada, saude.

Sabede que meestre Rodrigo, ssolorgiam do jffante dom Anrrique, meu muíto preçado e amado thio, nos enujou dizer que podia auer dous messes que nom ousaua dhir a nossa villa de Leírea, honde era rrendeiro das nossas sisas, porquanto o juiz da dicta villa lhe mandara poer em pregom todos sseus beens, nom sseendo ell obrigado nem deuendo a nehüua pesoa em cousa algüua e que ell mandara dizer ao dicto juiz, com manencorea que dell tijna, por lhe asy mandar poer os dictos beens em pregom, que lho nom gradeça e lhe daua maa grado pello que lhe asy fazia; pella quall rrezom, elle nom ousaua nem ousa dhir a dicta villa, com temor de por ello sseer presso ou auer outra algüua pena, e que ssobrello sse rrecreo a ncs e lhe mandamos, ante que lhe desse-mos outro algüu liuramento, que trouesse contentamento da parte, o quall ell trazia e era ja dell perdoado e sseu amjgo, pedindonos por merçee que o rrelleuassemos daigüa pena, sse a por ello mereça, e perdoassemos as dictas palauras, que asy enujara dizer ao dicto juiz.

E nos, veendo o que nos asy dizer e pedir enujou, querendolhe fazer graça e merçee, sse asy he como ell diz e hi mais nom ha, visto as pallauros quaees ssom e contentamento da parte, teemos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça, a que nos, pella dicta rrezom, era theudo, contanto que pague trezentos rreaes brancos para a nosa chamçelaria, os quaees djnheiros logo pagou a Duarte Rodriguez, rreçebedor da dicta chamçelaria, a que os mandamos entregar, segundo dello fomos çerto, per sseu aluara.

Porem uos mandamos que o nom prendaes nem mandees prender, nem lhe façaaes nem consentaes fazer mall nem outro nenhũu desaguissado, quanto he pella dicta rrezom, ca nossa merçee e vontade he de lhe perdoarmos pella guisa que dicto he. Vnde al nom façades.

Dada em Torres Uedras, iij dias de dezembro. Elrrej o mandou, pello doutor Ruy Gomes dAluarenga, sseu vaassallo e do seu dessembargo e petições, e per Lujs Afonso, meestre escolla de Bragaa, a que esto mandou liurar. Afonso Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb.

65

7 DEZEMBRO 1445

Carta do regente D. Pedro, a aposentar Nuno Vicente, vassallo de el-rei e escudeiro do infante D. Henrique, residente na vila de Montemor o Novo, a pedido do dito infante, posto não tenha ainda a idade legal.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 61.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta ujem ffazemos [saber] que nos, querendo fazer graça e merçee a Nuno Ujçente, nosso uassallo, scud[ei]ro do jfante dom Enriqj, meu muyto prezado e amado thio, morador em esta ujlla de Montemoor ho Nouo, pollo do dicto jfante, que nollo por ele pedio e nos certifiquo[u] que he de jdade de ssessenta e çinquo anos; temos por bem e apoussentamollo, posto que lhj falleçem çinquo anos da jdade, nem asobre sua jdade mandamos tirar emqujriçom, como teemos hordenado.

E porem mandamos a todollos jujzes e justiça dos nossos rregnos e a outros quaaesquer ofiçaaes e pessoas a que o conhiçimento desto pertencer que ajaaes o dicto Nuno Uigente por pousado e lhe conprij e goardaae todollos priuilegios e liberdades e franquezas que am e agoardam aos dictos nossos uassallos que, per jdade e serujços, ssom pousados, sem outro embargo que a ello ponhaaes. Vnde all nom façades.

Dada em a dicta ujlla, bij dias de dezenbro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Martim Allueres a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rb anos.

18 DEZEMBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão a mossem Marim de la Miça, bailio geral do reino, a declarar-lhe que ele apenas tem cargo de administrar os rendimentos de Alcolea do presente e do futuro, pois os do passado serão recebidos pelo bispo de Lérida, que despendeu do seu em favor de pessoal da rainha D. Leonor de Portugal e da sua filha D. Joana (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 3046, fl. 93 r. e v.

Dona Maria, etc.

A los amados e fiels mossem Marim de la Miça, consellero del dito senyor rrey e nuestro e bayle general del rregno dAragon, e mossem Garcia de Vera e otro qualquier lugar tenjente suyo e ahun a qualesquier subdelegado o subdelegados por vos, dito bayle general o vuestro lugar tenjente, constetuydo o constituydor, embiado o embiador a la villa dAlcolea, por reger e admjnistrar aquella e la jurisdiccion, rendas, trabutos, fruytos, emolumentes, obuenciones e otros dreytos daquela, salut e dileccion.

Ya sia con otra letra nuestra, dada en Valencia, a .x. dias del present mes de deziembre, vos hayamos dada comission e poder bastant cerca el regimiento, collecta e recepcion de las ditas villa, rendas e otras cosas suso ditas; empero, no fue ne es jntencion del dito senyor rrey ne nuestra que recibaes ne vos empatxedes de las rendas, fruytos, emolumentes e obuenciones sino del tiempo present e venjdero, car del tiempo passado todo lo que es deujdo queremos que sea recebido por part del venerable padre en Christo e amado consellero del dito senyor rrey e nuestro, el bispe de Lerida, el qual de su propria prima ha bistraydas, de nuestro mandamjento, diuersas quantidades a famjliars de la rreyna dona Leonor de Portugal, de gloriosa memoria, hermana nuestra, e en necesidades de la jllustre dona Johana, filla suya.

Por tanto, vos dezimos, jnibimos e mandamos, de cierta sciencia e expressament, que en manera alguna non curedes ne vos entremetades de

(1) O prelado em referência é Garcia Aznarez, sobre quem se podem ver, entre outros, os DOCS. 121 a 125 do nosso vol. 7 e a anotação respectiva.

recebir, exhigir ne cullir sino los fruytos, rendas e dreytos deuidos e deuederos del dja auant que, en vjrtut de la dita nuestra comission, començastes vsar de aquella; car, de aquell dia açaga, queremos e ordenamos que todo quanto fue e es deujo de las ditas rentas, fruytos e otras cosas suso ditas sia recebido por el fiel nuestro en Johan Bosch, procurador del dito bispe de Lerida, abdicantes vos todo poder de fazer el contrario e decernjentes seyer casso e nullo, si alguna cosa, vitra lo que dito es, por vos sera presumjdo o attemptado.

Mandantes con la present, de cierta sciencia e expressament, dins jncurrimjento de la ira e jndignacion del dito senyor rrey e nuestra e pena de mil florines doro a los cofrens del dito senyor rrey, applicadores a los justicia, jurados, vniuersitat e singulares personas de qualquier ley, o stado sian de la dita villa e ahun otros qualesquier quj aihan responder e pagar algunos fruytos, rendas, trabudos, emolumjentos e otros qualesquier dreytos, del dito tiempo açaga que començastes vsar de la dita comission, fueron e son deujdos; que de aquellos respondan e satisfagan e aquellos paguen al dito Johan Bosch e no a vosotros ne alguna otra persona; al qual Johan Bosch aculljr, exhigir e recibir aquellas e fazer e fermar apocha e apoquas fin e diffinicion de aquellos e compellir e forçar qualesquier deuedores de aquellos, en juicio e fuera de aquell, e fazer todas otras cosas cerca las suso ditas e cada una dellas, con deppendientes, jncidentes e emergentes dellas, cometemos e comandamos al dito Johan Bosch las vezes del dito senyor rrey e nuestras, con la present.

Dada en Valencia, a .xviij. dias de deziembre en el anyo de la natiuidat de Nuestro Senyor mil cccc xxxv. La Reyna.

Domina regina mandauit michi,
Guillelmo Bernardo de Brugada.
Prouisa.

Carta da rainha D. Maria de Aragão a Gabriel Cogóls, cônego da sé de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alco-lea pague ao escudeiro português Cide de Sousa, familiar e doméstico servidor que foi da rainha D. Leonor de Portugal, 70 florins

de ouro de Aragão, para ajuda da viagem que ele vai fazer à corte do rei aragonês (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 3194, fl. 119 v.

Maria, Dei gratia regina, etc., locumtenens, etc. Dilecto nostro Grabieli Cogolls, presbitero, canonjco sedis Vicensis, salutem et dilectionem.

Dicimus et mandamus vobis quod de peccunijs admjnstracionis per vos, ex comjssione nostra geste, de redditibus, tributis, fructibus, emolumentis et obuencionibus ville Alcolegie, detis et soluatis dilecto et deuoto nostro Cide de Sousa, scutifero portugalensi, quj fujt famliaris seruitor et domesticus felicitis recordij Elionorjs, regine Portugalie, vel cuj voluerjt, septuaginta florenos aurj de Aragonja et justi ponderis, jn subsidium sumptuum viagij quod, de presenti, facit ad curjam domjn regis, apud regnum Sicilie citra farum residentis.

Et, jn eorum solucone, hanc recuperetis cum apocha de soluto. Mandantes cujunque magistro racionalj curje dicti dominj regis et nostre seu alij cujunque a vobis compotum audituro quod vobis ponente jn datis dictos septuaginta florenos ac restituente presentem cum apocha de

(1) Cide de Sousa é dito, pois, ex-servidor da falecida rainha D. Leonor de Portugal. Ignoramos em que data ele seguiu para Castela. Vemo-lo agora no Aragão, ao serviço do respectivo monarca, como consta do presente documento, do seguinte e do de 23 de Dezembro, adiante lançado. Julgamos tratar-se do homónimo «fidalgo de nossa casa (de el-rei D. Afonso V de Portugal) e capitam dos navios que ora mandamos a Guínea», para além do Rio de S. João, o qual em 27 de Fevereiro de 1453 acompanhou, em duas caravelas, Nuno Antunes de Góis, em viagem comercial; o qual Góis era então escudeiro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e levava regimento que, por ordem do monarca, lhe havia de dar Cide de Sousa (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 20 v.). Era este último irmão de Gonçalo de Sousa, comendador da Ordem de Cristo. Em 2 de Setembro de 1456 Cide de Sousa passou procuração, em Jaén, actual capital da provincia do mesmo nome, na Andaluzia, ao dito Gonçalo de Sousa e a Rui de Sousa, seu primo, para o seu casamento com Leonor Fogaça, filha de Rui Gonçalves, cavaleiro da Ordem de Santiago e comendador de Canha e de Cabrela, e de sua mulher Violante Fogaça, donzela da infanta D. Brites, mulher do infante D. Fernando, vizinhos aqueles do reino de Portugal. Cide de Sousa teve confirmação por D. Afonso V de Portugal do seu contrato de casamento em 26 de Janeiro de 1457, data em que o soberano o diz «fidalgo de nosa casa e veedor e contador da casa da rainha de Castella (D. Joana), mjnha muyto prezada e amada mulher» (ANTT., *Chancelaria cit.*, liv. 13, fl. 84 v.). O mesmo Cide figura também em lista de despesas do reinado do Rei Africano anteriores a 1474, com 70 dobras, para viagem a Castela (Cfr. JORGE FARO, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481*, p. 82).

soluto, eosdem septuaginta florenos jn vestro recipiat compoto et admjctat, omnj dubio qujescente.

Datum Valencie, xviiij die decembrjs, anno a natiuitate Dominj M cccc xxxxv. La Reyna.

Domina regina mandauit michi,
Guillelmo Bernardo de Brugada.

68

18 DEZEMBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão às autoridades marítimas do seu reino, a recomendar-lhes o escudeiro português Cide de Sousa, familiar e servidor que foi da falecida rainha D. Leonor de Portugal, o qual segue com a sua comitiva para o reino de Nápoles, em serviço de el-rei de Aragão.

ACA., Cancilleria Real, Registro 3194, fls. 119 v.-120.

Maria, per la gracia de Deu rreyna, etc., locumtenent, etc.

Als nobles, amats e feels nostres tots e segles gouernadors, visalmj-rals, capitans, patrons, sotspatrons, comjts e altres oficials e rregidors e ouydors de naus, galees, baleners, galiotes, bergantins, lenys e altres qualseuol naujlis sots qualseuol nom apellats, als quals les presents per-uendran, e altres subdits del dit senyor, salut e dileccio.

Certificam vos que per tal com Cide de Sosa, scuder, ço es gentil hom, lo qual fou famjliar e serujdor de la rreyna doña Elionor de Portugal, de gloriosa memorja, germana nostra, per afers tocants seruey del dit senyor rrey, va a la sua cort, resident en lo seu realme de Napols, hauem dat e atorgat saluu conduyt e gujatge pera ell e pera los quj ab ell jran fins, en nombre de Deu.

Per tal, vos dehim e manam, de certa sciencia e expressament, sot jncorrmjment de la jra e jndignacio del senyor rrey e nostra e pena de dos mjlja florins dor als cofreus del dit senyor rrey applicadors, que el dit Cide de Sosa e los quj en sa companya jran fins en lo dit nombre lextet anar, passar, tornar e nauegar saluament e segura, ab tots llurs coses e bens que ab si portaran, no consentins ne permetents que greuge, molestia, jnjurja, dan ne enbarch los sien fets, ans proueynt los, si lo

damanaran, a lur despeses, de segura passatge e conductio et en tota altra manera los seruets e seruar façats lo dit saluu conduyt e gujatge, sot las ditas penas, vltra las altres penas per furs, vsages, constitucions e diets, jnposats contra aquells quj los saluus conduyts e gujatges del dit senyor rrey e nostres presumeren violar.

Dada en Valencia, a xvij dies del mes de deembre, en lany de la natiuitat de Nostre Senyor M.cccc.xxxx cinch. La Reyna.

Domina regina mandauit michi.
Guillelmo Bernardo de Brugada.
Prouisa.

69

23 DEZEMBRO 1445

Carta da rainha D. Maria de Aragão a mossem Gabriel Cogolls, cônego da sé de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea, cuja administração tem tido, pague a Cide de Sousa, escudciro do reino de Portugal, familiar e servidor que foi da rainha D. Leonor, 70 florins de ouro de Aragão, para custear as despesas da viagem que ele vai empreender ao soberano aragonês.

ACA., Cancilleria Real, Registro 3046, fl. 94.

La rreyna. Mossen Gabriel. Manam vos que de les primes de la admnistracio que, per comissio nostra, hauets tenguda dels fruyts, rendes e drets de la vila dAlcolea, donets e paguets al amat e deuot nostre Cide de Sosa, scuder del rregne de Portugal, que fou famjliar e seruidor de la rreyna dona Leonor de Portugal, germana nostra, de bona memoria, setanta florins dor dArago e de just preç, en pago de les despeses del viatge que, de present, fa al senyor rrey.

E, en la paga, recobrets vna letra de .xviij. del present, solament signada de nostra ma, e apocha ab la present, car nos los vos farem pendre en compte.

Dada en Valencia, a xxiiij de deembre del any M.cccc xxxxv. La Reyna.

Al amat nostre mossen Gabriel
Cogolls, preuere e canonge de
Vich.

Domina regina mandauit michi.
Guillelmo Bernardo de Brugada.
Prouisa.

70

23 DEZEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Domingues, barbeiro, residente em Elvas, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 27.

Dom Afonso, etc.

Item, carta d'Afonso Dominguez, barbeiro, morador em Elvas, besteiro da camara do jffante dom Enrrique, na forma costumada.

Dada em Beja, xxlij dias [de] dezenbro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rrejemte, etc. Pedro de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjlil iiij^o Rb.

71

24 DEZEMBRO 1445

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rui Lopes, residente no Lourical, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 92 v.

Dom Afonso, etc.

Item, priuilllegio de Ruy Lopez, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique, morador no Louricall. Em forma.

Dada em Montemoor o Nouo, xxliij dias de dezenbro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rrejemte, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjlil iiij^o Rb.

72

3 JANEIRO 1446

Procuração passada pelo duque de Bragança a Gonçalo Pereira das Armas, do conselho de el-rei e cavaleiro da casa do referido duque, para ele o representar nas cortes de Lisboa de Janeiro de 1446, onde não lhe era possível comparecer e, em seu nome, propor a entrega do governo do reino a D. Afonso V, a quem prestaria homenagem e submissão pelo duque.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 5, — texto que se reproduz; em leitura nova, *Extras*, fl. 180 v.

Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 3, prova n.º 30 do livro 6, extraída da segunda fonte citada.

Saibham todollos muy altos, poderossos, nobres, senhores e todollos caualeiros, fidalgos e os egregios prellados, rrelligiossos e muy honrrados e de grande lealdade, conçelhos e pobões e sseus procuradores destes rregunos de Portugall e do Algarue de meu ssenhor elrey dom Afonso e lhes praza esguardar como eu, dom Afonso, filho do muy nobre e ssenpre uertuosso rrey dom Joham, da escrareçida memoria, duque de Bragança e conde de Barçellos e de Neiua e ssenhor de Penafiell etc que, por certas grandes neçesidades, negoços e ocupações a mym de pressente sobreuijntes, perssoalmente em as cortes que ora, com a ajuda do ssenhor Deus, ell, dicto meu senhor, entende fazer na ssua muy nobre e muy leal çidade de Lixbõa, nom posso sseer.

E, consijrando em como o poderosso Deus o fez em grande perfeiçom e o dotou de mujtas, espeçiaaes e excellentes uirtudes, nobre ssen-tido, entendimento e descriçom, as quaces a ell praza em elle acreçentar; o quall meu ssenhor ataa ora açerca de ssua pessoa, por sseer em jnfan-ça e meor dhidade, per o poderosso príncipe e ssenhor jfante dom Pedro, sseu thio e rregedor, foy muy encamjnhado em todos boons hussos e costumes e afastado de todos viços e sseus rregnnos pollo dicto ssenhor em djreito e justiça bem rregidos e guouernados e de sseus jmijgos bem defessos.

E, esguardando outrosy como ell, dicto meu ssenhor rrej, he ja em tall hidade que os djreitos querem que aja o rregimento e guouernança e monistraçom de sseus rregnnos, e asy foy jurado nas cortes que fizeram

em Torres Nouas (1), e elle he de taaes uirtudes e entendimento e descriçom que os rregera em djreito e justiça e geerall preitesia, humanal he todos obedeçerem a seu rrej naturall, aos quaees he deujda fieldade, obidiencia e ssobgeiçom; e, porque asy, per bem de diujdo e natureza e lealdade, ssom theudo e obrigado per sseus mandados me rreger e guouernar; oolhando eu todo e sentindo por grande seruico do Senhor Deus e proueito, honrra e enxalcamento dos dictos rregnnos e dos ssenhores, asy seculares como eclisiasticos, e dos sseus liaaes conçelhos e poboos el, dicto meu ssenhor rrej auer a guouernança e ademenistraçom delles, por a elle em espeçiall propria e naturalmente perteeçner, segundo dicto he.

Porem eu, como sseu jntimo, de todo animo sseu vassallo, obedeçendo a sseus mandados, comfiando da nobreza, descriçom e bondade do honrrado Gonçalo Pereira das Armas, do conselheo do dicto ssenhor rrej e caualheiro de mjnha cassa, o estabelleço e jnstitu e hordenio por meu çerto, lidemo e espeçial e avondosso procurador, e lhe dou e outorgo todo meu conprido poder que, por mym e em meu nome, pessoauelmente pareça nas dictas cortes perante o dicto meu senhor rrej e perante os dictos ssenhores, prellados e procuradores. E, por mym e em meu nome, outorgue e consenta e ponha todo rregimento, guouernança e conprida ademenistraçom, no alto e no baixo, em as mãos do dicto meu ssenhor rrej, asy das rrendas como de todollos dessembargos, tambem da justiça como da fazenda, pera daquy en diante liure e conpridamente em todo elle auer de rreger e menistrar em djreito e justiça, ssegundo ssua mercee for, os dictos sseus rregnnos, ssenhores, prellados, conçelhos e poboos, asy nas pessoas e jurdições como em quaeesquer outras coussas que a ello perteençom. E ponho e ey por posta toda a guouernança e rregimento em elle e comssento e outorgo que o aja asy e tam conpridamente como os muy nobres e exçeelentes e dalta memoria os rrex sseus anteçessores padre e auoos ssenpre ouerom e mjlor, sse mjlor ser poder.

E eu ey e pormeto dauer por rrato e grato e firme todas estas coussas ssusso dictas e cada hũa dellas e todo aquello que pello dicto Gonçalo Pereira, meu procurador, for fecto, dicto e procurado no que dicto he. E pormeto de me rreger e guouernar per mandados do dicto meu ssenhor rrej e lhe obedeçer como vassallo obediente he theudo a seu rrej naturall. E lhe peço por merçee que mande asy rregistar esto em a ssua chancelaria. E o dicto meu procurador peça dello hũu estormento e mais os que conprirem, pera guarda de mjnha honrra e estado.

Fecta e outorgada foy esta procuraçom em a villa de Chaues, dentro no castello do dicto logo, aos iij dias do mes de janeiro, era do naçimento

(1) Referência às cortes de Torres Novas de 1438, em que, por morte de el-rei D. Duarte, se marcou o Regimento do Reino. Cfr. o DOC. 96 do nosso vol. 6.

de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rbj annos. Testemunhas que foram pressentes: Fernam Pereira, fidalgo da casa do ssenhor duque, e Pero Teixeira, sseu veador, e frey Diego Gill dOrga, comendador d'Er-uções, e outros. E eu, Aires Gonçaluez, notairo publico geeral em a corte do dicto ssenhor rrej e em todos sseus rregnnos e por o dicto duque meu ssenhor em todas ssuas terras, coutos e honrras, que esto, per sseu mandado e outorgamento, escrepuy e aquy meu sinall fiz. que tall he.(2).

73

3 JANEIRO 1446

Carta do duque de Bragança a Gonçalo Pereira, procurador seu às cortes de Lisboa de Janeiro de 1446, com o que ali devia dizer ou fazer ler perante el-rei D. Afonso V sobre lhe ser entregue o governo do reino, nos termos do juramento prestado nas cortes de Torres Novas logo que atingisse 14 anos de idade, e ainda pelos motivos e nos termos que indica, ao qual presta homenagem e submissão.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 5, — texto que se reproduz; em leitura nova, *Extras*, fl. 180 v.

Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 3, prova n.º 30 do livro 6, extraída da segunda fonte citada.

Gonçallo Pereira.

Esto he o que direes ou farees leer nas cortes, pressente elrrej meu ssenhor, per poder da mjnha procuraçom que leuuaes.

Que aa ssua rreal senhoria praza ssaber que, nas cortes que sse fezerom em Torres Nouas, a outros ssenhores e a mym foy dado juramento que, quando elle fosse em hidade de quatorze annos, lhe entregassem sseus rregnnos e o rregimento. E, porque eu quero manteer meu jura-

(2) Sobre o assunto pode ver-se PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 87 e 89.

mento, quanto em mym he, eu lhe entrego o dicto rregimento e rregnnos e ssenhorio.

Que elle os aja rrealmente com efecto, ssem condigom nem cautella, asy como sse elle fosse dhidade de trinta annos. E que todallas coussas de justiça e de fazenda e o que dellas depender, asy da emmenta e passe como de quaesquer outras que os rreis passados ssohiam de dessenbargar que elle ho faça. E que elle de todollos djnheiros das rrendas que deue dauer dos dictos sseus rregnnos e ssenhorio faça como lhe prouuer e asy das villas e castellos, terras e teenças e offiços, benefícios e d[i]gnj-dades e todas as outras coussas.

E breuemente elle aja o senhorio de todos sseus ssobdictos e coussas que a ell perteençam ou perteençer deuem, tam conpridamente como as ouue sseu avoo e sseu padre e mjlhor, sse sse fazer pode; porque, mjlhor he de elle tomar atreuimento a rreger e dar, que sse fazer fraco, como ora ssom rreis e príncipes pello mundo, que nom vão ssenom per honde lhes dizem.

E porque, mujto alto e mujto poderosso príncipe e mujto escrareçido ssenhor, algüus poderiam dizer que a uossa hidade he muy pequena e uoso corpo nom poderia ajnda ssobportar tanto e algüas coussas que sse deueriam fazer nom sse fariam, mjlhor he nom sse fazerem e todo o poboo conpridamente rreconheçer a uos e nom a outrem, que sseerdes uos rrej e nom rregerdes nem uos pedindo merçes porque, nom uollas pedindo, nom uos teerom a obrigaçom e amor que deuem.

E espeçialmente que, nas coussas doujdossas, o ssenhor jfante dom Pedro com os do uosso conselho e presente vos, e doutra guissa nom, bem sse pode dessenbargar. E todauja dessenbargo nom sse passe que uos nom uejaaes. E, quando a coussa ou coussas forem tamanhas, os grandes do uosso rregno, que ssom muj leaaes e mujto amam uosso seruiço, sejam chamados, que ssenpre uos conselharom uerdadeiramente. E asy em uosso ssenhorio e rregimento nom auera erro.

Fecto em a mjnha villa de Chaues, iij dias do mees de janeiro, ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rbj annos.

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Henrique de Castela, a solicitar-lhe tome para o corpo da sua guarda Diogo de Tarazona, servidor que foi da rainha de Portugal, D. Leonor,

que o passou ao serviço do falecido infante D. Henrique de Aragão quando ela entrou em Castela (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 3040, fl. 165.

Muy jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado sobrnjo. Nos, la rreyna dAragon e de las dos Sicilias.

Apres deujda salutacion, vos certificamos [que] mossen Diego de Taraçona es stado crjado de la rreyna de Portugal, a quj Dios de santa glorja, la qual, apres de su venjda en Castiella, colloquo aquell en serujcio del infant don Enrich, que Dios haya (2). Et, segunt somos jnformada por personas dignas de fe, a cada uno dellos serujo lealment e con gran diligencia. Dessea muy mucho, de present, serujr a vos.

Et, por que speramos que como ha bien serujdo a los sobredichos rreyna e infante serujra no menos a vos, con diligencia e lealtat; vos rogamos afectuosament lo queraes thomar por vuestro serujdor, collocando aquell entre vuestras guardas, en lo qual nos fareys singular plazer, haujendo aquell por recomendado. Et sia, muy jllustre princep, nuestro muy caro e muy amado sobrnjo, vuestra buena guarda la Santa Trjnjtat.

Dada en Valencia, a tres de janero del anyo mil cccc.xxxxvj. Et por que conozcays a quanto lo he a voluntat, vos firmo esto de mj mano. La Reyna.

Al muy jllustre don Enrich,
princepe e primogenjto de Castella,
nuestro muy caro e muy amado
sobrino.

Domina regina mandauit
michj, Guillelmo Bernardo de
Brugada. Tradite in hac forma.
Prouisa.

Similes:

Petro de Giron, magistro Calatraue.
Johannj Pacheco, marques de Villena.

(1) Mais tarde fez D. Leonor o mesmo a quase todos seus servidores, por não poder sustentá-los: — «constrangida ja de grandes mjnças que a apertauam, soltou quasi toda a gente que tijna, emcomendando os filhamentos e viuendas de seus criados aaquelles ssenhores de Castella com que cada hñu mostraua teer mais contentamento de viuer» (PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 84).

(2) O infante D. Henrique de Aragão, irmão do rei aragonês.

75

4 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Diogo Alvares, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 2 v.

Dom Affonso, etc.

Jtem, priuilegio de DiegAluarez, morador em Crasto Marim, porquanto he beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dante em Santarem, iij dias de janeiro, per autoridade do asenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iij^{os} e Rbj.

76

4 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Aires Pires, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Marim.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 2 v.

Jtem, outro tall priuilegio dAirez Pirez, morador em Crasto Marim, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dante em Santarem, iij dias de janeiro, per autoridade do asenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iij^{os} e Rbj.

77

6 JANEIRO 1446

Carta da rainha D. Maria de Aragão a Gabriel Cogolls, cónego de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea dê a Fr. Pedro e Fr. Fernando de Góis, da Ordem do Hospital, os quais foram da casa da falecida rainha de Portugal, D. Leonor, 80 florins de ouro de Aragão, como subsídio da viagem que se propõem fazer até junto do rei aragonês (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 3046, fl. 98.

Maria, Dei gratia regina, etc.

Dilecto nostro Grabeij Cogolls, canonjco sedis Vicensis, salutem et dilectionem.

Decernimus et mandamus vobis quatenus de quibusvis peccuniis ad manus vestras peruentis seu peruenturis, ex administratione reddituum, fructuum et jurjum ville Alcollegie, detis et solutis religiosis et dilectis nostris fratribus Petro et Ferdinando de Goyos, Ordinjs Hospitalis Sancti Johannis Jherosolimjtanj, qui erant de domo felicitis recordacionjs Elinorjs, regine Portugalie, octoginta florenos aurj et recti ponderis de Aragonja, in subsidium viagij sumptuum quod impresenciarum ad dictum domjnum regem facere disponunt.

Nam, attento quod assignacio per dictum domjnum regem de quinque milje florenjs dicte legis super eius redditibus et jurjbus regnj Aragonum dicte regine quondam facta hijs non potest suppetere, oportet quod de dictis redditibus et juribus Alcollegie supleatur in dictis octoginta florenjs dictis fratribus, quibus dicta regina quondam admodum tenebatur. Et, in solucione dictorum Lxxx. florenorum, hanc recuperetis cum apocha de soluto. Mandantes cujunque magistro racionalj curje dicti dominj regis et nostre seu alij cujus a vobis compotum audituro quod vobis ponente in data dictos Lxxx florenos ac restituente apocham de eis cum presente, eosdem Lxxx. florenos in vestro recipiatis compoto et admjctatis.

Datum Valencie, sexta die januarij, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc xlvj. La Reyna.

Domina regina mandauit michj,
Guillelmo Bernardo de Brugada.
Prouisa.

(1) Cfr. a nota ao nosso DOC. 56.

78

8 JANEIRO 1446

Em memorando entregue pela rainha de Aragão aos seus embaixadores a Castela Ramón Cerdán e Dr. Miguel Gabrugada, atenta a compaixão dela pelos familiares e servidores da falecida rainha de Portugal, a mesma roga ao monarca castelhano se digne enviar embaixador ao duque de Coimbra e regente daquele reino, a pedir-lhe admita no país e a seu serviço os servidores da rainha D. Leonor e lhes restitua os bens (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 3038, fl. 181.

.
 Apres, los dits mossen Ramon e mjcer Miguel diran al dit senyor rrey la gran e congoxa compassion que la dita senyora reyna ha dels famjliars e serujdors de la rreyna de Portugal, que Deus haia; per ço, suplicaran al dit senyor rrey, de part de la dita senyora rreyna, que sia merce sua embiar embaxador e mjssatger seu al duch de Coymbre e regidor del regne de Portugal que vulla proueyr que los biens sien restitujs als dits serujdors e que segurament puxan tornar estar en ço de lur, car deu pensar lo dit duch que axi com son stats bons serujdors a la dita rreyna quondam, foren e serien al dit duch bons serujdors, si la sort los hi porta.

79

19 JANEIRO 1446

Carta da rainha D. Maria de Aragão à infanta D. Isabel, duquesa de Coimbra, a recomendar-lhe Francisco Manresa, que serviu a falecida rainha de Portugal e que vai buscar sua mulher

(1) Cfr. os nossos DOCS. 52 e 53.

e os poucos bens que ali lhe restam, e a rogar-lhe inste com o infante seu marido para que ele lhe dê alguma remuneração de tantos serviços pelo mesmo prestados e dos danos sofridos, pois a lealdade a seus senhores merece prêmio e não mal nem prejuízo (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 3191, fl. 161 v.

La rreyna dAragon, de Sicilia daca e dalla far, etc.

Jllustre infanta, nuestra muy cara e muy amada cosina. Francisco Ma[n]rressa, que ha seruido a la jllustrissima rreyna de Portugal, de loable memoria, nuestra muy cara e muy amada ermana, va a exj rregno, por traher aqua su muger e algunos pocos bienes que le han restado.

Rogamos e encarregamos vos por tanto, muy afectuosament, que hayades el dito Francisco por recomendado e fagays con el jllustre infant, vuestro marjdo, nuestro muy caro e muy amado prjmo, que haya alguna remuneracion de tantos seruicios que ha fechos e de los danyos que ha recebidos, car, por seyer leales a sus senyores, premjo ende mereçen e no mal nj danyo. Aquesto vos agradesceremos muy singularmente.

Dada en Valencia, a xviiiij de janero del anyo de mil cccc. xxxxvj. La Reyna.

A la jllustre doña Ysabel, infanta de Portugal, nuestra muy cara e muy amada cosina.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent. Prouisa.

Sub simili forma fuit scriptum al mestre dAlquantera.

(1) Em 22 de Dezembro de 1445 a mesma rainha endereçara carta ao lugar-tenente do baillo geral do reino de Aragão e aos jurados da vila de Alcolea, de apresentação e recomendação deste Francisco Manresa, pela soberana lá mandado para arrecadar os rendimentos em atraso da povoação que outrora pertenceram ao dote da duquesa de Coimbra (Cfr. o DOC. 122 do nosso vol. 3), depois à rainha D. Leonor (Cfr. o DOC. 4 do vol. 8), e, enfim, estavam agora a ser aproveitados em benefício da filha e servidores da falecida rainha de Portugal (ACA., Registro 3194, fl. 120 v.).

Francisco Manresa acompanhara a rainha D. Leonor a Portugal em 1428, fez parte da sua casa em nosso país, onde foi seu almoxarife, e com ela esteve até à sua morte. Aquela soberana nomeara-o alcaide de Alcolea e, atentos os poucos rendimentos do cargo, o ajudara da sua pobreza. Falecida a rainha, ele ficou sem recursos, até porque depois o rei de Aragão confiou a alcaldaria de Alcolea a Remlo de Funes (Cfr. o nosso DOC. 146, de 12 de Janeiro de 1447).

80

19 JANEIRO 1446

Carta da rainha D. Maria de Aragão a Ramón Cerdán, seu conselheiro e procurador em Castela, a recomendar-lhe o seu servidor e familiar Francisco Manresa, que na corte castelhana deve obter os documentos necessários para ir a Portugal buscar sua mulher e os poucos bens que ali lhe restam do tempo em que muito bem serviu a falecida rainha D. Leonor e por cujo serviço assaz perdeu, dada a maneira como o infante D. Pedro trata mal os ex-servidores da dita rainha.

ACA., Cancillería Real, Registro 3191, fl. 162.

La rreyna. Mossen Ramon. En Francesch Manresa, qui ha seruit grant temps a la jllustrissima rreyna de Portugal, de lohable memoria, nostra molt cara e molt amada germana, va e passa en Portugal, per portar sen la muller, la qual te en Portugal, e cobrar alguns pochs de bens que li han alla restats, remetem lo us per quel afronteu ab lo jllustrissimo rrey de Castella, nostre car frare, e ab lo constable, e li obtingau letres necessaries per al jnfant don Pedro, ab les quals puga anar e cobrar lo seu.

Aço vos recomanam tant com podem, car nos hauem rebut per seruidor e famjliar de nostra casa lo dit en Francesch Ma[n]resa, e ha molt e be seruit e assatz perdut per la dita rreyna de Portugal e certamente ha massa grant tort lo dit jnfant tractar axi mal los seruidors de la dita rreyna.

Dada en Valencia, a xviiiij de janero del any mil cccc. xxxxvj. La Reyna.

Al amat conseller e procurador nostre en lo rregne de Castella mossen Ramon Cerdan.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent. Prouisa.

23 JANEIRO 1446

Carta em nome de el-rei D. Afonso V com a resolução das cortes de Lisboa de Janeiro de 1446 sobre o regimento do reino continuur em mãos do regente D. Pedro e transcrição de procuração e carta do duque de Bragança, a propor a entrega daquele ao monarca, por ele haver atingido a idade de 14 anos e por outros motivos que aduz, ao qual presta homenagem e submissão por seu procurador Gonçalo Pereira das Armas.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 5, — texto que se reproduz; em leitura nova, Extras, fl. 180 v.

Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, t. 3, prova n.º 30 do liv. 6, extraída da segunda fonte citada.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que, estando nos em cortes, em a nossa muy nobre e muy leal çidade de Lixboa (1) ja asentado em nossa cadeira, e esso meesso os muyto honrrados jfante dom Fernando, meu muyto prezado e amado jrmão, e o jfante dom Anrrique, meus muyto prezados e amados tios, e o condeestabre e sseus jrmãos, meus muyto amados primos, e os outros condes e senhores e prellados e pobos de nossos rregnnos, chegou a nos Gonçalo Pereira com hũa carta aberta do duque de Bragança, meu tyo, sijpada per ell e asseellada do sseu sseello das ssuas armas. E pedionos, da parte do dicto duque, per poder de hũa procuraçom ssua que trazia, que mandasemos logo leer a dicta carta de praça, pressente todos, da quall procuraçom e carta o theor, de uerbo a uerbo, he este que sse segue.

Segue a transcrição da procuração e carta do duque de Bragança de 3 de Janeiro de 1446, — os DOCS. 72 e 73.

E, porquanto nos ja asy estauamos asentado e esso meesso os treas estados dos nossos rregnnos, cada hũu em sseu lugar; desy, porque tijnhamos ja detremjnadas algũas coussas que sse logo ally aujam de

(1) «Na sala grande dos paços». Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 87. Pode ver-se também o cap. 89 da mesma Crónica.

dizer; ouemos por escussado de sse entam ally leer a dicta carta (2). Mais, por satisfazermos ao que nos o dicto duque meu thio enujaua rrequerer, nos fazemos depois leer, pressente nos, em conselheiro, a dicta ssua carta; e asy a mandamos leer aos prellados e clerezia e aos procuradores das çidades e villas de nossos rregnns que vierom as dictas cortes, estando a todo pressente o dicto Gonçalo Pereira.

E, porque nos tijnhamos ja dada nossa detremjnaçom da maneira que sse auya de teer açerca de nossos rregnns e rregimento e do rregimento delles, a quall he bem conforme com ho rrequerimento e conselho que nos depois derom os trees estados dos dictos rregnns, ajnda que nos entendamos que por mujtas rrezões e por ho grande diujdo que o dicto duque comnosco ha, ell nos deue ssenpre conselhar bem. Porem, açerca desto, comsijrando nossa vontade e como sse acordam com ella os dictos trees estados que aquy ssom pressentes; nos avemos por mjlor e por mais serujço de Deus e nosso e bem de nossos rregnns a detremjnaçom que ssobreello teemos dada, a quall he que o jffante dom Pedro, meu muito preçado e amado thio e padre, seja curador nosso e mais que seja curador e rregedor por nos de nossos rregnns e ssenhorio; porque em outra maneira entendemos que mais seria destruiçom de nossos rregnns que boom rregimento delles. E, por o duque meu thio ssaber os rrequerimentos que nos o dicto Gonçalo Pereira fez em sseu nome e como vimos ssua carta e a detremjnaçom que ssobre todo demos, lho noteficamos per esta pressente, a quall sijnamos e mandamos sseellar do nosso sseello.

Dada em a nossa muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, xxliij dias de janeiro. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiiij^o Rbj annos. LopAfonso esto fez escrepuer (3).

(2) Embora esta carta tenha sido passada em nome de el-rei — o que habitualmente fazia o regente D. Pedro —, é possível que não àquele, mas ao dito regente do reino se deva a resolução de não apresentar em cortes a do duque de Bragança. Na missiva por D. Afonso V enviada ao rei de Castela após a morte do duque de Coimbra em Alfarrobeira afirma-se, a este propósito, que D. Pedro «teue tal pratica e maneira [...] que em hum dia nos leixasse o dito rregimento e loguo no seguinte dia lho tornassemos» (BNL, *Colecção Pombalina*, cód. 443, fl. 85, editada e comentada por MANUEL HELENO, *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*, pp. 31-39).

(3) Sobre o assunto deste documento e dos nele transcritos veja-se também LANDIM, *O Infante D. Pedro*, liv. 2, cap. 31, e liv. 3, cap. 1.

82

24 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Dias, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Santarém.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 4 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de Gonçallo Diaz, morador em Santarem, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dada em Lixboa, xxiiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rbj.

83

24 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Pires, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Velho.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 4 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta dAfonso Pirez, morador em Montemoor o Uelho, bees-teiro da camara do jfante dom Enrrique. Em forma.

Dada em Lixboa, xxiiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rbj.

84

24 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Vasco Esteves, beesteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Verde.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 4 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, carta de VaasquEsteuez, morador em Castro Uerde, beesteiro da camara do jfante dom Anrrique. Em forma.

Dada em Lixboa, xxliij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rbj.

85

24 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Afonso, beesteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Lisboa.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 4 v.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Joham Afonso, morador em a cidade de Lixboa, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique. Em forma.

Dada em Lixboa, xxliij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rbj.

86

28 JANEIRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a privilegiar Afonso Anes, de Mós, morador em termo de Leiria, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 15.

Dom Afonso, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A uos, juzees de Leirea e a todallas outras justyças dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, saude. Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Afonso Annes de Moos, morador em termo desa villa, porquanto he besteiro da camara do jfante dom Anrrique, meu mujto preçado e amado tyo; temos por bem e preuelygyamollo (1), que nom sirua nem vaa serujr per mar nem per terra, em paz nem em guerra, per nêhũa guisa e maneira que seja, saluo com o nosso corpo ou com o dicto jfante meu tyo ou com quem ell mandar e nom com outra pessoa, posto que ell aja nosso poder pera leuar homeens darmas, pyâees e besteiros.

Jtem, queremos que nom pague em nhûus pididos nem peitas, fintas nem talhas nem outros encargos nhûus que per esses conçelhos som ou forem lançados per quallquer guisa que sseja, nem vaa com pressos nem com djnheiros nem sirua em outros nêhûus encaregos deses conçelhos.

Jtem, queremos e mandamos que o dicto Affonso Annes, em tempo de paz ou tregoa, nom tenha caualllo nem outras armas, se as elle nom quisser teer, salluo ssua besta, pera nos seruir, posto que pera ello aja conthia.

E outrosy nom pousseem com ell em ssuas cassas de morada, adegas nem cauallariças nem lhe tomem suas bestas de ssella nem dalbarda, pam, vinho, rroupa, palha, llenha, galinhas nem outra nenhũa cousa do aseu contra sua vontade.

E outrosy ell possa trazer e traga armas quantas elle quiser per todo nosso ssenhorio, nom enbargando defesa ou defesas que sobre esta rrazom ajamos postas.

E mandamos a vos e a todallas outras nossas justyças a que esta carta for mostrada que a façaes conprir e a guardar pela guissa que em

(1) No ms. *preuelygyamollo*.

ella he contheudo; e, nom (2) querendo vos conprir, mandamos a qualquer tabaliam a que esta carta for mostrada que uos enpraze perante nos que, do dia que uos enprazar a quinze dias primeiros ssegujntes, pareçaaes perante nos per pessoa, a dizer quall he a rrezom por que lhe nom guardaes a dicta carta. Vnde al nom façades.

Dada em Lixboa, xxbiiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rbj.

87

28 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente nas Várzeas, termo de Leiria.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 18.

Dom Affonso, etc.

Jtem, priuilegio de JohanEannes, morador nas Uarzeas, termo de Leiria, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dado em Lixboa, xxbiiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rbj.

88

28 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Gregório Dias, residente nas Sarzedas, para tabelião do mesmo lugar, como o era Afonso Vasques, que renunciou ao cargo, segundo carta do infante D. Henrique.

(2) No ms. nos, por equívoco do copista.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 4 — donde se reproduz;
e liv. 34, fl. 35.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Gregorio Diaz, morador nas Çerzedas, em que o dam por tabaliam em o dicto logo, asy e pella guissa que o era Afonso Uaaquez, que o dicto ofigio tynha e rrenunçiou, ssegundo fez çerto per hũa carta do jfante do Anrrique, asijnada per elle e asseellada com ho sseu sseello. Em forma.

Dada em Lixboa, xxbiij dias de janeiro. Elrrej o mandou pello douctor Ruy Gomez, etc. Diego Afonso, por Gomez Borges, a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rbj.

89

28 JANEIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Ramos, beesteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Braga.

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 11 v.

Jtem, outra tall carta dAffonso Ramos, morador em Bragaa, beesteiro da camara do jffante dom Anrrique.

Dada em Lixboa, xxbiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a ffez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rbj.

90

1 FEVEREIRO 1446

Representação da cidade do Porto às cortes de Lisboa de 1446 para que todos os dinheiros que em seu termo se tirassem nas pregações para resgate dos cativos fossem guardados em mão de

dois ou três homens bons indicados pela cidade, cujos habitantes, na ida a Ceuta, algumas vezes eram cativados e lá jaziam agora três; pois o arcediago de Vila Nova não queria entregar mais que 200 dos 700 reais ali recolhidos para o dito resgate, dispondo dos restantes no que lhe aprouvesse; ao que anuiu o regente e ordenou o comunicassem ao prelado e, com sua autorização, se fizesse o peditório.

GHCP., Pergaminhos, liv. 4, doc. 32, carta original, em pergaminho, assinada pelo infante D. Pedro, — texto que se reproduz; e Livro B, fl. 264.

Referenciada no *Índice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 145.

Outrossi, ssenhor, nos teemos hordenado tirarem çertos homeens nas preegações pera os catiuos de terra de mouros, porquanto algũas uezes sse aqueeçe, neesta hida de Cepta, catiuaem algũos desta çidade, assi como ora jazem tres, por que esta cidade he obrigada por çerta rrançom pollos djnheiros que sse assi tirom.

E, pera comprimento da dicta rrançom, rrequeremos ao arçediagoo que nos mandasse [e] entregasse seteçentos rreaaes que, per seu mandado, tirarom hũu Pero Alcaide, em Villa Noua, e nom nos quer delles mais mandar dar que duzentos e dos outros quer fazer o que lhe aprouuer, segundo uossa ssenhoria veera, per hũu estormento de rrequerimento que lhe sobrello foi facto.

Ao qual pedimos que nos dees mandado per que todollos djnheiros que sse em nossos termos tirarem sejam postos em mão de dous ou tres homẽens bons que pera ello hordenarmos pera algũos catiuos, quando sse per rrançom ouuerem de tirar e que mandees ao dicto arcediago que entregue os que assi tem pera os dictos catiuos, o que uos teeremos em merçee.

Vosso rrequerimento auemos por sancto e boo uos teemos em seruiço uosso boo proposito. Porende, vos escolhee antre vos aquellas persoaas que, per bondade e condiçom, uos pareçerem que [e]sto saberom bem fazer e desi enlegeeos pera ello, fazendoo saber ao prellado. E, com sua auctoridade, tirem pera esto, soamente em essa cidade e seu termo. E o que estas persoaas assi tirarem nom sse despenda em outra algũa cousa, saluo em este rremjmento dos catiuos, en que sse comprende as sete obras de misericordia. E, quanto ao que he tirado, mandamos que sse entre-guem.

1 FEVEREIRO 1446

Capítulo geral das cortes de Lisboa deste ano, em que, por evitar os males que se indicam e por se encontrar o reino em paz com Castela como para melhor se manterem os tratos das pazes, se pediu a supressão das frontarias, o que foi concedido (1).

ANTT., *Suplemento de Cortes*, maço 4, n.º 43. Original, em pergaminho, com selo de cera, pendente de fita azul e branca.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e senhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que em as cortes que ora fazemos em esta nossa muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, per os procuradores das çidades e villas de nossos rregnos que a ellas veerom nos foram dados çertos capitolllos jeeraaes e ao pee de cada hũu lhes mandamos pôoer nossa rresposta, dos quaaes o theor dhũu delles he este que sse adiante segue.

Senhor, pois ao Senhor Deus prouue que, por vosso booo rregimento e gouernança, estes rregnos ssom postos em paz e em booo asseseggo com os rregnos de Castella e, por sse melhor manteerem os trautos das pazes, nos parece que he muyto vosso seruiço as frontarias, ao presemente, seerem de todo fora e os fidalgos cujos ssom os castellos leixem em ellos tal escudeiro ou pessoa que de dello conto e o guarde, como compre a uosso seruiço e rreguardo da honrra do dicto fidalgo. Porque, ssenhor, emquanto os dictos fidalgos esteuerem nas dictas fortelezas, he forçado de teerem jentes de toda naçom, dos quaaes delles ssom omeziados em graues mallefijos e outros trauctam de mercadarias de gaados e, com fauor dos dictos alcaides e fronteiros, os passom destes rregnos e os uão vender aos rregnos de Castella. E, por sse todo esto escusar e rroubos dhũus rregnos a outros, que por este aazo ueem, do que a uos sse rrecreçe grande desseruiço; pedem, ssenhor, aa uossa ssenhoria que tirees todollos os dictos fronteiros.

(1) Após a morte da rainha D. Leonor em Castela, no ano anterior, e, dadas as boas relações do infante D. Pedro de Portugal com D. Alvaro de Luna, o país considera-se em paz com o reino vizinho.

Praznos, quanto aas frontarias, que çessem por agora, segundo sse sempre costumou no tempo dos ssenhores rreis meu padre e auoo, cujas almas Deus aja, pois que, per graça de Deus, nossos rregnos som em assesego com nossos vezinhos. E quando algũu caso veer, per que sejam compridoiros, nos os hordenaremos sobrello em aquella maneira que virmos que he compridoiro. E quanto aos alcaides, mais lhe deuemos teer em seruiço de nos castellos viuerem, que de os leixarem, por hirem morar a outras partes.

Do quall capitollo Gastom della Ilha (2), procurador da çidade de Silues, nos pedio por merçee que lhe mandassemos dar o trellado delle pera a dicta çidade, porquanto sse emtende delle ajudar. E, visto per nos sseu rrequerimento, lho mandamos dar em esta nossa carta.

Dada em a çidade de Lixboa, primeiro dia de feureiro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrej e curador e rregedor por elle de sseus rregnos e ssenhorio. Pedro de Lixboa a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o e Rbj. E eu, LopAfonso, scpriuam da poridade do dicto ssenhor rrey, a fiz scpreuer.

(as.) + Jfant dõ p^o.

92

1 FEVEREIRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Lourenço, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Braga.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 11 v.

Jtem, outra tall como esta ssusso esprita, de Gonçallo Lourenço, morador em a çidade de Bragaa, beesteiro da camara do jfante dom Anrrique, etc.

Dada em Lixboa, primeiro dia de feureiro, per autoridade do dicto ssenhor rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rbj.

(2) Sobre Gastão de la Ilha cfr. o DOC. 27 do nosso vol. 7.

2 FEVEREIRO 1446

Carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Martins Laranjo, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Viseu.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 12 v.

Dom Affonso, etc.

A uos, juzzees da çidade de Vyseu, e a to[da]llas outras justiças dos nossos rreynos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que nos, querendo ffazer graça e merçee a Afonso Martijnz Larango, morador em essa çidade, porquanto he besteiro da camara do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tijo; temos por bem e priu[il]gyamollo que nom sirua nem vaa serujr per maar nem por terra, em paaz nem em guerra, per nehüu[a] guissa e maneja que seja, salluo com o nosso corpo ou com o dicto jffante meu tyo ou com quem ell mandar, e nom com outra pesso[a], posto que aja nosso poder pera lleuar homeens darmaas, pyãaees, besteiros.

Jtem, queremos que nom pague em nehüus pedydos nem peitas, tyntas nem talhas nem outros nehüus emcarregos que per esses conçelhos som ou forem lançados per quallquer guissa que seja, nem vaa com pressos nem com djnheiros nem sirua em outros emcarregos desses conçelhos.

Jtem, queremos e mandamos que o dicto Afonso Martijnz Larango, em tenpo de paaz ou tregoa, nom tenha cauallo nem outras nehüuas armaas, se as ell nom quiser teer, saluo sua bestaa, pera nos serujr, posto que pera ello aja conthya.

Outrosy, nom poussem com ell em suas cassas de morada, adegaas, nem caualaryças nem lhe tomem suas bestas de sella nem dalbarda, pam nem vynho, rroupa, palha, llenha, gallinhas nem outra nehüa coussa do seu contra sua vontade.

Outrosy, possa trazer e tragua armaas quantas ell quiser per todo nosso ssenhorio, nom enbargando defessa ou deffessas que sobre esta rrazom ajamos postas.

Mandamos a uos e a to[da]llas outras nossas justiças a que esta carta for mostrada que [a] faaçaes conprir e guardar e pella guissa que em ella he contheudo. E, nom a querendo uos conprir, mandamos a quallquer tabaliam a que esta carta for mostrada que uos enpraze

perante nos que, do dia que uos enprazar a qujuze dias primeiros seguintes, pareçaes perante nos [per] pesoa, a dizer quall he a rrazom por que lhe nom guardaees a dicta carta. Vnde all nom façades.

Dada em a cidade de Lixboa, ij dias de feureiro, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrey, e curador e rregedor por ell de seus rregnos e ssenhorio. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o e Rbj. Lopo Afonso, scripuam da puridade do dicto ssenhor rrey, a fez screpuer.

94

3 FEVEREIRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a doar a Gil Vasques, criado do infante D. Henrique, residente em Lagos, para ele e herdeiros, os bens móveis e imóveis que Vicente Domingues, mestre-escola da sé de Silves, legara em testamento, sem licença régia.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 10.

Dom Affonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem ffazemos ssaber que a nos he dicto que Viçente Domjnguez, mestre escolla que foy da ssee de Sillues (1), ante que ase ffinase, ffezera seu testamento, em o quall leyxara çertos beens moujs e de rrajz a Guiomar Gill, ssua mançeba; esso meesmo leyxou tambem a duas ffilhas della çertos beens, dizendo que lhos leixuaua porquanto as tjnha por ssollhada por dez annos, nom auendo hũu anno que com ell viuera. Os quaees beens, por assi leixar aa dicta Guiomar Gill e ssuas ffilhas, per djreito pertencem a nos e os podemos dar a quem merçee ffor.

E ora, querendo nos fazer graça e merçee a Gyll Uasquez, morador em Lagos, criado do jffante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tyo; temos por bem e ffazemoslhe merçee, liure e pura jrrreuogauell doa-

(1) No ms. *Silluas*.

com, antre os viuos valledoira, deste dia pera todo ssenpre, pera elle e pera todos seus herdeyros e ssoçassores que depos ell veerem, de todos os dictos beens, assi mouja como de rrajz, que asy o dicto Vigente Domin-guez leixou aa dicta Guilomar Gill e suas ffilhas.

E porem mandamos aos jujzes da dicta çidade de Sillues e a outros quaaesquer officiaaes e pessoas a que esto perteençer e esta carta for mostrada que, pressente os teedores dos dictos beens e partes a que pertencer, sse acharem que assi he como nos disseram e que por a dicta rrazom a nos pertencem de djreito, os ffaçam dar e entregar ao dicto Gill Uasquez ou a sseu çerto procurador. E lhos leixem teer e auer e lograr e possuir, vender, dar e trocar e escanbar e ffazer delles e em elles o que lhe aprouuer, como de ssua coussa propria e corporall posisom; porquanto lhe fazemos delles merçee e doaçom, como dicto he, sse a nos de djreito pertencem, por a dicta rrazom, e a outrem primeiramente nom ssom dados per nossa carta, dando apellaçom e agrauro aas partes, nos cassos que o djreito outorga. A quall merçee lhe ffazemos, comtanto que nom faça auença com as partes, ssob pena de perder esta merçee que lhe assi ffazemos, e a parte o preço que lhe por ello der. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta carta.

Dada em o Tojall, iij dias, de feuereiro, per autorjda[de] do ssenhor jffante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrey e curador e rregedor por ell de sseos rregnos e ssenhorio. Rodrigo Annes a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij e Rbj°. E eu, LopAfonso, scpriuam da poridade do dicto ssenhor, a ffiz screpuer.

95

3 FEVEREIRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a proibir que vão navios portuguezes às ilhas Canárias sem ordem ou licença do infante D. Henrique, sob pena da perda dos mesmos e das respectivas mercadorias, devendo os que lá forem pagar ao dito infante o quinto do que de lá tragam.

ANTI., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 17 v.

Publicada: por [COELHO], *Alguns documentos*, p. 9; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 445.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que a nos disse o jffante dom Henrrique, meu muyto preçado e amado thio, como lhe nos demos nossa carta que nehũas pessoas nom fossem aas terras de que elle mandou ssaber parte, que ssom aallem do cabo de Bojador, asy pera guerra como pera mercadarias, ssem ssua licença, e que daquello que dalla trouuessem, asy de mouros ou mouras ou quaeesquer outras coussas, lhe pagassem o quinto que a nos erom theudos de pagar; e esto pollas mujtas despesas que em ello mandou fazer, segundo em a dicta carta mais conpridamente era contheudo.

Outrosy, nos disse que, quando elle mandaua asy os dictos naujos aas dictas terras, passauam pollas jlhas de Canarea, em as quaees, por coussas que em ellas faziam como nom deujam, lhes enbargauam ssua hida e boom encamjnamento do que mandaua fazer, em o que elle rregebya grandes perdas e dessaujamento de ssuas armadas; e que, porquanto nos ssabiamos bem como nunca aquellas jlhas destes nossos rregnos forom naujos nehũus atees que elle alla mandou, nem agora geeralmente nom hiam lla ssenom os de ssuas armadas; e, por elle sseer o primeiro que destes nossos rregnos alla mandou, fazendo muy grandes despesas ssobre ello, asy como ora fezera, por ssaber parte das dictas terras daallem do cabo de Bojador, obrando ssenpre neello espezialmente por nos fazer seruiço e por honrra dos nossos rregnos; nos pedia por merçee que, asy por as despesas que fez como por sseus naujos e jente nom rreceber dapno nem torua em ssua hida, lhe mandassemos dar nossa carta per que nehũas pessoas nom vão aas dictas jlhas sem sseu mandado e que os que lla forem lhe paguem ho quinto do que dellas trouuerem, asi como das ssobredictas.

E nos, veendo sseu rrequerimento, o quall nos parece justo, ssendo certo como todo asy fez e faz por nosso seruiço e honrra de nossos rregnos, e por sseer asy ho primeiro que destes nossos rregnnos alla mandou e jssso meesmo sseermos em conheçimento das grandes despesas que fez em ello, e por esquiar de sseus naujos nom rreceberem perda nem a toruaçom sobredicta; a nos praz e queremos e mandamos que, em vida do dicto jffante meu thio, nehũas pessoas de nossos rregnnos nom vão aas dictas jlhas ssem ssua licença e mandado. E os que lla forem lhe paguem o quinto de quanto dellas trouuerem, asy como lhe teemos outorgado das dictas terras. E os que ssem sseu mandado passarem aas dictas jlhas percam pera o dicto jffante ho naujo ou naujos que leuarem e a mercadoria que trouuerem.

Porem, mandamos ao nosso corregedor da corte e a todallas outras nossas justiaças e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer per quallquer guissa que seja, que asy o conpram e façom conprir e guardar, asem algũa duujda nem embargo que a ello ponham. E os que o nom

conpirem ssejam çertos que lhe daremos por ello escarmento, como aaquelles que nom comprem nosso mandado. Vnde al nom façades.

Dada em a muy nobre e ssenpre leal çidade de Lixboa, tres dias de feureiro, per autcridade do ssenhor jfante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrey e curador e rregedor por ell de sseus rregnos e ssenhorio. Martin Aluarez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjjl iij^o Rbj. Joham de Lixboa a fez screpeuer.

96

6 FEVEREIRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a declarar isento de beesteiro do conto Rodrigo Anes, residente em Lisboa, a pedido de Rodrigo Esteves da Ortigueira, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, por ser criado daquele e haver estado consigo em Tânger, por homem de pé, e no palanque até o recolhimento.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 18 v.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, p. 309.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que nos, querendo fazer graça e merçee a Rodrigo Annes, morador em a nossa çidade de Lixboa, a rrequerimento de RodriguEsteuez da Ortigueira, caualleiro da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado thio, porquanto nos fez çerto que he seu criado e que esso meesmo foy com el a Tanger, por homem de pee, e esteue no palanque atee o rrecolhimento; teemos por bem e queremos que nom seja posto por beesteiro do conto e que, sse o ja he, que o tirem logo de beesteiro e ponham por elle outro que pera ello seja perteençente.

E porem mandamos aos veedores e procurador e juzzes e a outros quaesquer oficiaaes e pessoas a que esto perteençer que ajam o dicto Rodrigo Annes por escussado e rrelleuado do dicto encarrego de beesteiro e nom [o] costringam pera ello e lhe conpram e guardem e façom bem conprir e guardar em todo esta nossa carta per a guissa que em ella he contheudo e lhe nom vão nem consentam hir contra ella em maneira algũa, ssem outro enbargo. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, bj dias de feureiro, per autoridade do sseñhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiiij^o Rbj.

97

15 FEVEREIRO 1446

*Extracto de carta da rainha D. Maria de Aragão a seus embai-
zadores em Castela, Ramón Cerdán e Miguel Çabrugada, a deixar
à discrição deles as mercês atribuídas aos servidores da falecida
rainha D. Leonor de Portugal e da infanta D. Joana, sua filha,
quanto ao tempo e modo.*

ACA., Cancilleria Real, Registro 3048, fl. 16.

.
Item, quant als seruidors de la jnfanta e de la rreyna de Portugal
e de les merces qujls eren assignades, remetem la jnstancia a discrecio
vostra, quant venreis haia tiempo e manera, axi mateix dehimde les
coses particulars de que os donam carrech, ob les jnstruccions.

98

28 FEVEREIRO 1446

*Carta do regente D. Pedro, a relevar de infâmia Afonso Gon-
çalves Sequeira, residente em Nisa, o qual acabou de cumprir o
degredo a que fora condenado por ter dito palavras e razões contra
os infantes D. Pedro e D. Henrique.*

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 12.

Dom Affonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e
sseñhor de Çepta.

A quantos esta carta vyrem ffazemos saber que Affonso Gonçalluez
de Sequeira, nosso vassallo, morador em a vylla de Nysa, nos emvyou

dizer que elle fora presso e degradado e que paguase a Aluoro dAlmeyda, morador na dicta vylla, çinquo mjl rreaes, por que solicitara o fecto por que ell fora degradado e preso; e esto porque disera pallauras e rrazõees contra o jffante dom Pedro, rregente, e contra o jffante dom Enrrique, meus tyos, segundo na ssentença que contra elle fora dada majs conpri[da]mente era conhudo; pella qual rrazom elle fora degradado da dicta vylla e seu termo por dous annos.

O quall degredo elle manteuera; e que, nom embargando que elle thenha seu degredo acabado e seja de todo liure, diz que algũas pesoas lhe dizem e apoeem que ficou emfamez e que porem nom deuja sseer rregebydo a algũus auctos judiçiaaes nem extrajudiçiaaes nem aveer algũus ofiçios pubricos nem priuados, na quall cousa diz que rreçeberya agraue e semrrazom; e que porem nos pedya por merçee que lhe ouuesemos algũu rremedyo e o rrelleuasemos da dicta jffamia, posto que em ella encorreesee, em gujsa que lhe enpeçese em nehũa coussa.

E nos, vendo o que nos [a]sy dizer e pedjr enviou e querendolhe fazer graça e merçee, sse asy he como elle diz, que elle foy degradado e manteue o dicto degredo; temos por bem e rrelleuamollo da dicta enfamia, posto que em ella encorreesee per quall gissa que seja, e rrestjtujmollo a toda sua boa fama e honrra e nomeada, asy e pella guisa que o elle auia antes que a dicta ssentença contra ell fosse dada, per guisa que a dicta jnfamia lhe nom enpeeça em nehũa coussa que seja nem lhe enbargue allgũus autos judiçiaaes nem extrajudiçiaaes nem ofiçios pubricos nem priuados, assy como se nunca encorreesee em a dicta jnfamia. E, em temunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dante em a ujlla de Santarem, xxbiij dias do mes de feureiro. Elrrey o mandou per o doutor Ruy Gomez dAluarenga e per Lujs Martijnz, seus vasallos e do seu desenbargo e das patjçõees. Rodrigo Afonso a fez. Anno do nacimiento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^o Rbj annos.

Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilegiar Jusarte Fernandes, residente na vila de Santarém, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

Dom Affonso, etc.

Item, carta de Jussarte Fernandez, morador em a villa de Santarem, beesteiro da camara do jfante dom Henrique. Em forma.

Dada em Santarem, b dias de março, per autoridade do dicto ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o Rbj.

100

6 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rodrigo Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na Castanheira.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 33.

Dom Affonso, etc.

Carta de RodriguEannes, morador na Castanheira, beesteiro da camara do jffante dom Henrique. Em forma.

Dada em Santarem, bj dias de março, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o Rbj.

101

6 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Fernando Martins, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Novo.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 19.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Fernam Martijnz, morador em Montemoor ho Nouo, beesteiro da camara do jfante dom Henrique. Em forma.

Dada em Santarem, bj dias de março, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^o Rbj.

102

6 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilegiar Afonso de Lisboa, residente naquela cidade, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 50 v. Quem fez este resumo omitiu o assunto principal da carta régia, conservada apenas por ementa. Outra ementa, ainda mais resumida, de 1454, dada em Obidos, no liv. 10, fl. 68.

Dom Afonso, etc.

A uos, jujzes da nossa muy leall çidade de Lixboa, e a todallas outras justiaças de nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que nos, querendo fazer graça e merçee a Afonso de Lixboa, morador em essa çidade, porquanto he besteiro da camara do jffante dom Henrique, etc. Carta em forma.

Dada em Santarem, bj dias de março, per autoridade do senhor jffante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrey e curador e rregedor por ell de seus rregnos e ssenhorio. Pero Annes Rodrigo Annes (*sic*) a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^o e Rbj.

103

9 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Nuno Alvares, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Tomar.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 18.

Item, outra tall carta de NunAlvarez, morador em termo de Tomar, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, ix dias de março, per autoridade do sseñhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Rodrigo Annes Çopico a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iij^o Rbj.

104

10 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilegiar Vasco Afonso, residente na Ervedeira, besteiro da câmara do infante D. Henrique, nos termos da de Afonso Anes de 28 de Janeiro do mesmo ano.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 15.

Item, outra tall carta de Vaasco Affonso, morador na Eruedeira, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, x dias de março, per autoridade do sseñhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iij^o Rbj.

105

10 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Lopo Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente nas Gontijas, termo de Tomar.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 19.

Item, outra tall carta de LopAfonso, morador nas Gontijas, termo de Tomar, beesteiro da camara do jfante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, dez dias de março, per autoridade do sseñhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iij^o Rbj.

106

10 MARÇO 1446

Sumário da carta do regente D. Pedro, de privilégio a Lopo Afonso, beesteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Tomar.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 19.

Item, outra tall carta de Lopo Afonso, alfaiate, morador em Tomar, beesteiro da camara do jffante dom Henrique. Em forma.

Dada em Santarem, x dias de março, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij° Rbj.

107

19 MARÇO 1446

Carta do regente D. Pedro, a perdoar um ano de degredo a João Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, condenado por homicídio.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 58 v.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, vol. 1, p. 311. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, p. 529.

Dom Afonso, etc.

A todollos juizes e justiçaes de nossos rreinos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Joham Afonso, scudeiro do jfante dom Enriquj, meu amado e prezado thio, nos enujou djzer que, per nossa ssentença, fora degradado pera a nossa çidade de Çepta por dous anos, porquanto matara hũa moça em a nossa ujlla de Montemoor ho Nouo, per cajam, e que

hora auja hũu ano que elle mantijnha o dicto degredo; pidindonos por merçee que lhe rrelleuasemos ho houtro ano que ficaua.

E nos, uendo o que nos asy dizer e pidir enujou e querendolhe fazer graça e merçee, sse elle esteue ho dicto ano em Çepta; temos por bem e rrelleuamosilhe ho houtro ano que ficaua por serujr.

Porem, uos mandamos que o nom predaees nem mandees prender nem lhe façaaes nem consentaaes fazer mall nem outro nẽhũu desaguj-sado, quanto he por elle nom serujr ho dicto anno, porque nossa merçee e uontade he de lho rrelleuarmos, como dicto he, he de todo ser hũ e nom ser por ello mais presso. Vnde all nom façades.

Dante em a ujlla de Santarem, xix dias de março. Elrrey o mandou pello doutor Ruj Gomez dAluarenga e per Lujs Martijnz, sseus uassallos e do sseu dessenbargo e das pitições. Steuam Uaaz, por Rodrigo Afonso, a fez. Ano do nacimiento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o Rbj anos. E eu, Rodrigo Afonso, spriuam, a mandey spreuer ao dicto Steuam Uaaz e aquj sobspreuj per mjnha mãao. E, porque ao asinar desta carta, aquj nom hera o dicto doutor, mandou que passasse ssou per o dicto Lujs Martijnz.

108

22 MARÇO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João André, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Soure.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 25.

Dom Affonso, etc.

Item, carta de Joham Andre, morador em Soure, beesteiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, xxij dias de março, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o Rbj.

26 MARÇO 1446

Carta do infante D. Pedro, curador e regente do reino de Portugal, a Francisco Foscari, doge de Veneza: a comunicar-lhe que em Lisboa, onde há numerosos juriconsultos e como lhe havia prometido através do seu embaizador, mandara estudar, pelo colégio dos juristas, as letras da concessão da marca de Treviso que lhe fizera o imperador Sigismundo, a respectiva confirmação pelo actual rei dos romanos e ainda as cláusulas da concessão exigida durante anos pelo doge ao referido Sigismundo; a participar-lhe haverem os juristas portugueses, após cuidadoso estudo do assunto, chegado à conclusão de que o domínio da dita marca passara a ele, infante D. Pedro, sem embargo de este não haver assumido a posse corporal da mesma, e que tal concessão não pode ser revogada pela posteriormente obtida pelo doge; a apelar para a antiga amizade entre o doge e a corte de Portugal, na certeza de que este não só não reterá o que ao infante pertence, mas lhe dará auxílio e favor para a recuperação por ele dos bens por outrem retidos; a pedir-lhe, enfim, que, resistindo à cobiça de possuir o que não lhe pertence, dentro de seis meses, a contar da recepção da presente carta, o certifique, por escrito, das suas verdadeiras intenções (1).

ASV., I Commemorati, liv. 13, doc. 309, fl. 197 v. Original, em papel, assinado pelo infante.

(1) Sigismundo, grande figura e patrocinador do concílio de Constança (1414-18), cujas propostas de reforma de união da Igreja promoveu, entusiasta da guerra no Oriente, já se tinha evidenciado como rei da Hungria, nomeado em 1387, na guerra contra os turcos, durante o pontificado de Bonifácio IX, a partir de 1396. Após conflitos com a República de Veneza e tentativas de apaziguamento dos reis e eleitores germânicos, foi eleito imperador do Sacro Romano Império em 1410. Nesta qualidade, tomou parte também no concílio de Basileia, convocado por Eugénio IV, que veio a coroá-lo imperador dos romanos em 1433, e faleceu em Dezembro de 1437, um ano depois, portanto, da carta do doge de Veneza de 1436, relativa a pedido dos embaixadores portugueses ao dito concílio sobre a marca de Treviso, concedida por Sigismundo em documento de 22 de Janeiro de 1418, durante o concílio de Constança, onde o mesmo imperador foi presente (Cfr. os DOCS. 139 e 141 do nosso vol. 2 e o DOC. editado em a nota de pp. 70-71 do presente volume).

Francisco Foscari, eleito doge de Veneza em 16 de Abril de 1423, nas instruções

Illustis et magnifice princeps et amice carissime. Petrus, serenissimi principis et domini regis Portugallie et Algarbij curator dictorum-que regnorum curator et regens, continuum cum prosperis successibus incrementum.

Magnifice princeps, vt dominationi vestre nuper scripsi, me factum et per nuntium quem ad me destinastis quam citius ciuitatem applicui Vlixbonensem, vbi antiqua et diuina prouidentia copiosa multitudo vtriusque jurisperitorum perseuerat, illico literas concessionis imperialis marchie Taruisane, quas olim a felicis et gloriose recordationis domino Sigismundo habui (1), necnon et confirmatorias, quas in plena forma a serenissimo principe et domino rege romanorum semper augusto, qui nunc est, obtinui (2), dictorum collegio sapientum feci presentari, jntimatis

que deu, em 10 de Junho de 1445, ao embaixador Nicolau de Canale, lembra ter o imperador Sigismundo feito esta concessão de Treviso ao infante D. Pedro contra os seus direitos, por inimizade com Veneza (ASV., *Senato (Secreta)*, vol. 16, fl. 187 v., — texto a editar no Suplemento de *Monumenta Henricina*). O referido doge bem cedo se preocupou por anexar à República veneziana as terras circunvizinhas (Cfr. BAILLY, *Historia de Venecia*, p. 171) e, naturalmente, diligenciou fazer o mesmo à marca de Treviso. D. Pedro de Portugal, desde 1426 a 1428, auxiliou o imperador Sigismundo nas guerras por ele então travadas e, depois de se despedir do imperador, passou por Treviso, aonde chegou em Abril do segundo daqueles anos, e Veneza (Cfr. DOMINGOS MAURICIO, *O Infante D. Pedro na Austria-Hungria*, pp. 22-33). Significativo é, contudo, como aliás sublinha o doge Francisco Foscari, na já supracitada carta de 1436, que tendo sido o infante D. Pedro tão bem recebido nessa ocasião por si em Veneza, não se houvesse lembrado de advogar então os seus direitos à marca de Treviso.

(2) Existe de facto, o documento de confirmação da marca de Treviso ao infante D. Pedro pelo imperador Frederico, em 1443, obtida por João Teles, cava-leiro, e Brás Afonso, bacharel em direito canónico:

Fridericus, Dei gracia romanorum rex, etc. Notum facimus, tenore presentium, vniuersis quod, accedentes nuper nostre maiestatis presenciam strenuus Iohannes Tellez, miles, ac honorabilis Blasius Alfonsi, in iure canonico baccalarius, illustris infantis Petrij, ducis Cohimbrie, Teruisijque marchionis principis et consanguinei nostri carissimij procuratores et ambassatores serenitati nostre humiliter supplicarunt quatenus certas litteras per diue memorie Sigismundum antecessorem nostrum, tunc romanorum regem, eidem infantij Petro super marchionatu Teruisij concessas approbare, ratificare, confirmare ac ipsum infantem Petrum de dicto marchionatu cum omnibus iuribus et pertinencijs suis de nouo inuestire dignaremur. Quarum quidem litterarum tenor sequitur in hec verba (*Segue-se a transcrição do DOC. 139 do nosso vol. 2*). Nos autem, etsi vniuersorum fidelium quos Imperij Sacrij latitudo complectitur, felicibus profectibus gratis commodis et speratis augmentis fauorabiliter intendamus, ad illorum tamen profectus et comoda, diligentiorj studio, clemencijs inclinamur, quos tunc altitudo sanguinis cum meritum magnitudo ceteris anteposit. Ea propter, considerantes eiusdem infantis Petrij idemtitatem altj sanguinis, qua nobiscum natura coniunxit, ac generosum ortum regalis prosapie, quem clare memorie

viterius fideliter clausulis potioribus, de quibus confiditis, concessionis illius quam postea, per annos, ab eodem Sigismundo exigistis. Quarum siquidem literarum concessionis et secundum iura determinationem pro vtraque parte eisdem jurisperitis, sub eorum conscientijs testimonio et onere, sic commisi, veluti et ac si equa lance vestram causam cognoscerent esse meam. Quibus siquidem mora dierum congrua in consilio perseuerantibus, tandem per eum conclusum exstitit, dicti marchionatus dominium in me fuisse translatum, licet corporalis per me non fuisset apprehensa possessio, nec per vestram postmodum habitam concessionem (3), sicut non potuit, meam fuisse reuocatam.

Et quoniam, vir optime, de antiqua inter progenitores meos et dominationem ipsam consueta amicitia merito confido, quod non solum mea, preter et contra intentionem meam, minime retinere presumetis, sed ab alijs occupata vestris fauore et auxilio mihi, cum opus esset, redderentur. Ea re, vt nuper promisi, vestre et ipsius dominationis presidentia, his presentibus, que promissa sunt annunciare disposui, eam rogans et hortans ex affectu quatenus, deposita eorum concupiscencia, que contra legem Dei Omnipotentis per uos possideri nequeunt, infra menses sex, a die presentationis istarum decursuros, scriptorum vestrorum serie de intentione vestra me libeat serenare. Quod ad gratum et letum, vt arbitror, extimabo.

Datum in nobili villa Sancterensi, vigesimo sexto martij, anno Domini millesimo quadringentesimo quadragésimo sexto.

(as.) Jfant dō p°.

Iohannes, quondam Portugalle et Algarbij rex, post primam sobolem in medietate progeniuit, ac romanorum imperatoribus siue regibus vestris predecessoribus iurari sunt solita et prestarj et que in iuramento fidelitatis in corpore sacrarum legum inueniuntur expressa, sicut eum Deus adiuet et hec sancta eius euangelia, quocirca, vniuersis et singulis comitibus, nobilibus, militibus, clientibus, prouincialibus, vniuersitatibus, populis, communitatibus et inhabitatoribus dictj marchionatus Teruisanij harum serie mandamus quatenus infantj Petro predicto, tanquam eorum vero marchionj eiusque filijs et heredibus suis masculis et legitimis antedictis, in omnibus et per omnia, luxta tenorem preinsertum prefati Sigismundj litterarum, obediant, pareant et intendant, eisdem infantj Petro et heredibus suis prefatis ac eorum officialibus, gubernatoribus et rectoribus obedienciam et reuerenciam debitam prestant, de omnibus iuribus, oneribus et emolumentis dicti marchionatus integre respondentes, Imperij tamen Sacrj ac omnium prelatorum et quarumcunque ecclesiarum aliorumque iuribus in premissis omnibus semper saluis. Presencium, sub nostra maiestatis sigilli appensione testimonio litterarum. Datum in Nouaciuitate, Salzburgerensis diocesis, etc. (Publicada, com erros, por OLIVEIRA MARTINS, *Os Filhos de D. João I*, pp. 339-42).

(3) Não temos conhecimento de qualquer concessão feita ao referido doge pelo imperador.

A tergo: Jllustrj et magnifico domino Francisco Foscari, Venetiarum duci, amico suo carissimo (4).

110

31 MARÇO 1446

Carta do regente D. Pedro, a nomear Leonel Gil, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Lagos, em lugar de Alvaro Vieira, que ora matara Lopo Faleiro, escudeiro do mesmo infante, e andava homiziado.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 15.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que a nos disserom que Alvaro Vieira, scripuam das nossas sisas de Lagos, matou ora Lopo Faleiro, escudeiro do jffante dom Henrrique, meu muyto prezado e amado tic, por a quall rrezom he amoorado e nom pode serujr o dicto ofiço, como conpre a nosso seruiço.

E ora, querendo nos fazer graça e merçee a Lionel Gill, escudeiro do dicto meu thio, sse asy he como nos disserom; teemos por bem e damoslhe carregio de seruir o dicto ofiço enquanto o dicto Alvaro Vieira for omjziado por o dicto mallefiço; e, nom sse liurando ell desto ssem pena, por tall guissa que possa tornar ao dicto ofiço, fazemos delle merçee ao dicto Lionell Gill.

E porem mandamos ao nosso contador da dicta comarqua e aos rrendeiros ou rreçebedores que ora ssom e ao diante forem das dictas sisas e a outros quaesquer que esto ouuerem de ueer e esta carta for mostrada, que ajam, per a dicta guissa, o dicto Lionel Gill por scripuam das dictas sisas e outro nehũ nom e o leixem serujr e hussar do dicto ofiço e auer todallas prooes, rrendas e djreitos que a elle perteeçem, ssem lhe poerem ssobre ello outro algũu embargo. O quall Lionell Gill jurou em a nossa chancelaria aos ssantos auangelhos que bem e djrei-

(4) Cfr. o nosso DOC. 44, de 20 de Setembro de 1445, e ainda as notícias editadas por JÚLIO GONÇALVES, *O Infante D. Pedro as «Sete Partidas» e a génese dos Descobrimentos*, a pp. 201-02.

tamente e como deue obre e husse do dicto ofiço e guarde a nos nosso seruiço e ao poboo sseu djreito. Vnde al nom façades.

Dante em Santarem, xxxj dias de março. Elrrej o mandou per Lujs dAzeuedo, do sseu consselho e veedor da ssua fazenda. Afonso Uaasquez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiii^e Rbj.

111

2 ABRIL 1446

Procuração de el-rei D. João II de Castela, em versão portuguesa, passada a Garcia Sanchez de Valhadolide, para, em seu nome, tratar do casamento do monarca com a infanta D. Isabel de Portugal, filha do infante D. João, e a receber por esposa.

ANTT., Reis, liv. 1, fl. 52, — donde se reproduz.

Publicada por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova 37 do liv. 3, extraída do original, em pergaminho, maço de Escrituras Antigas, do Cartório da Casa de Bragança. Sumariada no *Quadro elementar*, t. 1, p. 343.

Dom Joham, pella graça de Deus rrey de Castella e de Liam e de Tolledo e de Galliza e de Seuilha e Cordoua e de Murça e de Jaem e do Algarue, dAliezira e senhor de Bizcaya e de Mullina.

Porque o matrimonio he hũu dos sete sacramentos e dos mais nobres e mais homrrados da samta madre egreja, como aquell que he o primeiro e foy feito e hordenado em o estado da jmnocemçia humanall, per Deus meesmo, em o parayso, o quall he fundamento da linhagem vmanall e conseruaçam e mantijmento e sustijmento do mumdo e faz viuer aos homeens vida hordenada e sem peccado, sem o quall os outros sete sacramentos nam podem seer mamtheudos nem guardados, do quall naçem mujtos e assignados beens, espiçialmente ffee e sacramento e linhagem, da quall linhagem jeerado e comçebido e naçido da samta hordem matrimoniall Nosso Senhor Deus he louuado e seruido e o mundo poborado.

O quall per nos comssijrado e esso meesmo porquanto he trautado esposoyro e casamento amtre nos e a jllustre e jmelita jffamte dona Jsa-bell, filha do illustre e imclito jffamte dom Joham de Portugall, cuja alma Deus aja, e, por rrezom do diuedo de sangue que amtre nos e o dito jffamte era, nos enviamos soplicar ao nosso senhor samto padre que

queyra despemssar comnosco e com a dita jllustre e jmlita jffamte dona Jsabell, pera que, mediante a graça de Nosso Senhor Deus e gloria e honor e alabamça sua e sua bençam, nos posamos contraer matrimonio e ella comnosco, em nome de Nosso Senhor Deus, a quall dita despemsaçam pollo dito nosso samto padre nos he outorgada e dada (1).

Poremde, nos, confiando da prudemça e legalidade de uos, nosso fiell e bem amado Garçia Sanchez de Valhadollide, nosso vassallo e guarda, per a presente vos damos e outorgamos liure, libero e comprido e abastante poder, segumdo em a millhor maneyra, via e forma que, pera valler e seer firme, o podemos e deuemos dar e outorgar de direito, pera que, por nos e em nosso nome, vos possades esposar e esposedes, per palla-uras de presente, taaes que fazem matrimonio, segumdo mamda a samta madre egreja de Roma, com a dita jllustre e jmlita jffamte dona Jsabell e nos outorgar e outorgades por seu esposo e legitimo marido e a rreçber e rrecebades por nos e em nosso nome e pera nos por nossa esposa e legitima molher. E nos, per a presente, des agora pera estomçe e dhi em diamte pera sempre, a rreçebemos por nossa esposa e legitima molher, segumdo e per forma e maneira que vos, por nos e em noso nome, a rreceberdes por nosa esposa e legitima molher e ella se outorgar por tall e nos rreçeba por seu esposo e legitimo marido.

Outrossy, possades prometer e outorgar, em nosso nome, que lhe daremos e comstituiremos as arras e dote que vos trauntardes e comcordardes e concluyrdes e outorgades, que lhe nos ajamos de dar e outorgar, por rrezom do dito matrimonio e casamento, e lhe possades obrigar e obriguedes, por penhor do dito dote e arras, quaaesquer nossas çidades, villas e lugares e terras e beens e rremdas e peitas e direitos. E esso meesmo lhe possades assignar, por nos e em nosso nome, quaaesquer çidades, villas e lugares de nossos rregnos e terras pera seu assemtamento, pera que o ella tenha e possua em sua vida, segumdo e per a forma e maneyra e com aquelles direitos e perteeenças e cousas e comdições e pautos e pusturas que a vos iusto for.

Outrosy, que nos lhe poeremos e mamdaremos assemtar em nossos liuros, pera seu mantijmento e de sua casa, hũu conto e trezemtos e çimquoemta mill marauidis em cada hũu anno pera em toda sua vida e lhe possades prometer e segurar e prometaaes e segurees, por nos e em nosso nome, que a teera e a vera, e nos faremos per tall maneira, que aja e tenha, pera em toda sua vida, o dito hũu conto e trezemtos e çimquoemta mill marauidis pera o dito seu mantijmento, e que lhe nom possa ser nem sera quitado o sobredito nem algũa cousa dello em toda sua vida, caso que nos passemos desta presente vida amte que ella.

(1) Cfr. o nosso DOC. 62.

E esso meesmo vos damos e outorgamos liure e liuero, bastamte poderio pera que, aalem desto, possades, por nos e em nosso nome, platicar, trautar e concluirir e outorgar e rregeber outras quaaesquer cousas, de quallquer natura, vigor e effecto, callidade que seiam e seer possam tocantes ao dito matrimonio e por causa e rrazam delle, assy as que nos ajamos de fazer e comprir, como as que, por parte da dita jllustre e jmelita jffamte dona Jsabell, se ajam de fazer e comprir; e possades fazer e outorgar e rregeber, por nos e em nosso nome, em esta rrazam, quaaesquer contrautos, pautos e obrigações, promissões e estipollações e cauções, com quaaesquer comdições e rrenumciações e firmezas e clausullas e sob quaaesquer pennas, segumdo e em a forma e maneyra que a vos uisto sera e peramte quallquer scpriuam e notayro pruuico, e fazedres em vossa alma juramento e juramentos que o nos teeremos e guardaremos e faremos e compriremos, segumdo em a maneyra e forma que vos, por nos e em nosso nome, o trautardes, comcludirdes, fezerdes e outorgardes e prometerdes e segurardes, jurardes, e rregeber esso meesmo, por nos e em nosso nome, as obrigações e contrautos e estipollações e prometimentos e cauções e juramentos que sobre ello vos forem feitos, assy polla dita jllustre e jmelita jffamte, como per outras quaaesquer pessoas de quallquer estado e comdiçom, preminemcia e dignidade que seiam.

E nos, des agora pera estomçe, seguramos e prometemos e juramos, em nossa pallaura e ffee rreal, de o guardar e comprir e fazer, segumdo e per a forma e maneyra que vos, por nos e em nosso nome, o fezerdes e comcludirdes e outorgardes e prometerdes e jurardes e de o aver por firme e estauell e valledoiro pera sempre jamais e de nom hir nem vijr nem passar contra ello nem contra cousa algũa nem parte dello, aguora nem em algũu tempo nem por algũa maneyra nem causa nem rrazom, sob obrigaçom de nossos beens, assy fiscaaes como patrimonialaes, que pera ello obrigamos, os quaaes vos, sobre rrezom do que dito he e sobre quallquer cousa e parte dello, possades obrigar.

E, em testemunho do quall, mandamos dar esta nossa carta, firmada do nosso nome e asseellada com o nosso scello, a quall outorgamos amte o nosso secretario e notayro pruuico e testemunhas ajuso escriptas, chamadas e rrogadas pera ello, que foi dada e feita e outorgada na çidade dAvilla, dous dias dabrill, anno do nascimento de Nosso Saluador Jhesu Christo de mill e iiij^o e Rbj annos. Testimunhas que presentes foram: dom Aluoro de Luna, meestre da hordem da cauallaria de Santiago, comdestabre de Castella, e Affomsso Perez de Viueyro, comtador moor do dito senhor rrey e do seu comsselho, e Pedro de Luxom, camareyro do dito senhor rrey, pera esto chamados e rrogados. Yo elrrey.

E eu, o doutor Fernam Diaz de Tolledo, ouidor e rreferendayro delrrey e do seu comsselho e seu notayro moor dos priuilegios rrodados e seu secretario, fuy presente amte a rreal magestade do dito senhor

rrey, com as sobreditas testemunhas, a todo o sobredito e cada cousa dello. E, per mandado e outorgamento do dito senhor rrey, a fiz escpreuer. Em testemunho de verdade, fiz aqui este meu signall. Fernandus, referendarius, doctor et secretarius. Registada.

112

16 ABRIL 1446

Carta do regente D. Pedro, a doar a Martim Anes, escudeiro, para sempre, todos os bens, móveis e de raiz, de Fernão Lopes, natural da cidade de Évora, e ainda os que devia herdar de Inês Eanes, sua avó, agora falecida, por ele haver estado no castelo do Crato em seu desserviço e ter seguido para Castela em companhia de Gonçalo da Silveira, onde ainda está e fala e obra contra o reino.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 79 v.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta ujem fazemos saber que a nos diserom que hũu Fernam Lopez, natural da çidade dEuora, esteue em o castello do Crato em nosso deseruyço, donde sse foy pera os rregnos de Castella, em companhia de Gonçallo da Silueyra, andando ssenpre la, como de fecto anda, fallando e obrando coussas em nosso deseruyço e contra nossos rreynos; por a qual rrazom, per bem da nossa hordenaçom, allem da pena corporall que por ello mereçe, todos sseus beens, asy mooues como de rrayz, que auia em nossos rreynos, perteeçem a nos e os podemos dar, de dereito, a quem nossa merçee for, e mais certos beens mooues e de rrayz que a elle, dicto Fernam Lopez, perteeçem per morte de Jnes Eannes, sua aavo, morador que foy em a dicta çidade dEuora, que sse ora finou.

E ora, querendo nos ffazer graça e merçee a Martim Anes, nosso escudeiro, de nosso moto proprio, liure uontade, çerta çiençia, poder assoluto, ssem nollo elle pidindo nem outrem por elle, sse asy he como nos disserom e que, por a dicta rrezom, os dictos beens perteeçem a nos de dereito; teemos por bem e fazemoslhe merçee, liure e pura, inrreuogauell doaçom, antre os uyuos ualledoyra, deste dia pera todo ssenpre, pera elle e todos sseus erdeyros e suçessores, açendentes e deçendentes, que depos el ujerem, de dollyos dictos beens, asy mooues como de rrayz que o dicto

Fernam Lopez auja em nossos rreinos e dos que asi herdou per morte da dicta Jnes Eanes, sua auoo.

E porem mandamos aos juzes da dicta çidade dEuora e a outros quaaesquer que esto ouuerem de uer e esta carta for mostrada que, sseendo os teedores dos dictos beens ou partes a que esto perteeçer çitados e ouujdos, ssegundo dereitamente deuem, assaibaes desto o çerto he hij per este fecto em diante como for dereito; e, sse achardes que asi he como nos diserom e que, por esto, os dictos beens perteeçem a nos e os podemos dar de dereito, o julgaae asi, per uossa ssentença. E sse os teedores dos dictos bens ou partes a que esto perteeçer per ella quiserem estar, fazee meter em posse delles o dicto Martim Anes ou sseu çerto procurador e lhós leixem teer e aueer e lograr e posujr, uender e dar e doar e trocar, escanbar, fazer delles e em elles o que lhe prouuer, como de sua coussa propia e corporall posissom; porquanto, lhe fazemos asi delles merçee e doaçom, como dicto he, o mais firmjmente que ser pode, sse a nos de dereito perteeçem e a outrem primeiramente nom ssom dados per nossa carta.

E sse os teedores dos dictos bens ou partes a que esto perteeçer apellarem da dicta uossa sentença, daylhes apellaçom e agrauo, nos cassos que o dereito outorga, goardandolhe ssobre ello sseu dereito conpridamente, como he hordenado, ssem outro algũ embargo que lhe ssobre ello sseja posto em nẽhũa maneira que sseja. E esta merçee lhe fazemos, contanto que nom faça auença com as partes ssem nossa liçença, sob pena de perder esta merçee que lhe asi fazemos e a parte o preço que lhe por ello der. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, xbj dias dabríl. Elrey o mandou, per Lopo dAlmeida, caualeiro de sua cassa e ueedor da sua fazenda. Afonso Uaaz a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rbj anos.

Carta do regente D. Pedro, de perdão, a rogo do infante D. Henrique, a Fernão Pais, escudeiro do comendador-mor da Ordem de Avis e criado que fora do prior de S. João, ido com a rainha-mãe para Castela, o qual ficara no castelo da Amieira com filho seu.

Dom Afonso, etc.

A todollos juzzes e justiaças dos nossos rregnos e a outros quaeesquer a que o conhecimento desto pertencer per quallquer guissa que seja [e] esta nossa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Fernam Paaez, escudeiro do comendador moor da hordem d'Avijs, nos envjou dizer que ell fora criado do prioll de Sam Joham, que se fora com a rrainha mjnha madre, cuja alma Deus aja, pera os rregnos de Castella e que elle ficara no castello d'Ameeira com hñu seu filho, que nos prouuesse de lhe perdoarmos, a rrogo do jfante dom Anrique, nosso muyto preçado e amado tijo, com condiçom que nom entrasse nem morasse em a terra do dicto priollado; e que, porquanto ell tinha hñua sua madre, a quall era ja muyto velha e tam fraca que nom poderia vijnr honde elle estaua pera o aveer de veer, que porem nos pedia de mercee que, a honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo, lhe alleuantasemos o dicto degredo. E nos, vendo o que nos asy dizia e pedia e querendolhe fazer graça e mercee, a honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo, lhe rrelleuamos o dicto degredo.

E porem uos mandamos que o [nom] prendaes nem mandes prender por ello nem lhe faças nem consentaes fazer mall nem outro algũu desaiguissado, quanto he polla dicta rrazom, qua nossa mercee e vontade he de lhe asy seer rrelleuado, como dicto he. Vnde all nom façades.

Dante em a nossa villa de Santarem, xxiiij dias dabril. Elrrey o mandou pello doutor Ruy Gomez d'Aluarenga e per Lujs Martijnz, sseus vassallos e do sseu desenbargo e das pitições. Bras Afonso a fez. Anno do nacimiento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^o e Rbj. E que, sem enbargo do dicto degredo, elle possa viuer e morar em quaeesquer çidades e vijllas e lugares do nosso ssenhorio honde lhe prouguer, em espeçial nas terras do dicto priollado.

114

1446

Nuno Tristão, nobre cavaleiro, criado desde pequeno na câmara do infante D. Henrique, sabendo como este demandava a terra dos negros e que algumas caravelas haviam ultrapassado já o Rio Senegal, em caravela armada e sem se deter em parte alguma, transpõe o promontório de Cabo Verde 60 léguas, salta com outros homens da companhia para batéis, sobem rio largo, em direcção a povoação sita à sua mão direita e são assestados por flechas ervaças, lan-

çadas por uns 70 ou 80 negros, em 12 pirogas, os quais assim matam 21 dos nossos, nomeadamente Nuno Tristão, João Correia, Duarte de Holanda, Estêvão de Almeida, Diogo Machado e outros escudeiros, peões e mareantes; sem possibilidade de levantarem as âncoras da caravela, pela multidão das setas dos negros, os sobreviventes cortam as amarras e aquella é conduzida a Portugal por Aires Tinoco, escrivão da mesma e moço da câmara do infante, o qual, após dois meses sem avistar terra, consegue trazê-la a Lagos.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 86, segundo o códice de Paris, fls. 137 v.-40 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 192 e 178-79; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 14.

Oo, e como acho em tam breues pallauras registado o rrecontamento (1) da morte de tam nobre caualleiro, como foe aqueste Nuno Tristam, cuja trigosa fim, no presente capitollo, fallar entendo! A qual, por certo, eu nom poderya passar sem lagrimas, se nom conhecesse, caasy per deunal consijraçom, a eternal folgança que recebe o sseu spritu. Ca, me parece que serya contado por enueioso antre os verdadeiros catholicos, se chorasae a morte daquelle que a Deus prouue fazer participador da sua jnmortalidade. E, certamente que assy como elle foe o primeiro caualleiro que, per sy, desse aquella honra a algũ outro em aquella terra, com cuja presa eu fiz começo deste liuro, assy quis que caasy o acabasse com sua morte, dando aa ssua alma deuinal a primeira seeda da celestial glorya, assy como primicias de todollos outros que, por seruico de Deus, em aquella terra fallecessem (2).

Ca, seendo este nobre caualleiro em perfeito conhecimento do grande desejo e voontade do nosso virtuoso princepe, como aquella que de tam pequena jdade se criara em sua camara, veendo como se trabalhaua de mandar seus nauyos aa terra dos negros e ajnda muyto mais auante, se o fazer podesse, ouuyndo como ja algũas carauellas passaram o rryo do Nillo (3) e as cousas que della diziam, parecendolhe que se elle nom

(1) Nas anteriores edições portuguesas da Crónica, por erro da «princeps», que as demais seguiram, ficou aqui *recordamento* em vez de *rrecontamento*, como se lê no manuscrito de Paris.

(2) O autor reporta-se ao cap. 13 desta mesma Crónica, onde contou como Nuno Tristão armou Antão Gonçalves cavaleiro (Cfr. o DOC. 140 do nosso vol. 7 e sobre Nuno Tristão, muito referenciado nesta obra de ZURARA, a nota 3 da p. 216 do dito volume).

(3) Ou seja o Rio Senegal, então suposto braço do Nilo.

fosse algũu daquelles spiciaaes de que o jffante seu ssenhor fosse seruido em aquella terra, de qualquer boa cousa que se em ella fizesse ou achasse, que elle non poderya receber nome de boo homem.

E porem fez logo hũa carauella, a qual armada, começou sua vyagem, nom fazendo algũa deteença em algũa parte, senom seguyr todaauya contra a terra dos negros. E, passando per o Cabo Verde (4), foe mais auante .Lx. legoas, onde achou hũu rryo, em que lhe pareceo que deuerya de auer algũas pouorações; pello qual, mandou lançar fora dous pequenos batees que leuaua, nos quaaes entraram .xxij. homeens, a saber, em hũu dez e no outro doze. E, começando assy de seguyr pello rryo auante, a maree crecia, com a qual foram assy entrando, seguindo contra hũas casas que vyam aa mão direita. E acertousse que, ante que saíssem em terra, sayrom da outra parte .xij. barcos, nos quaaes seryam ataa .Lxx. ou .Lxxx. guineus, todos negros e com arcos nas mãos (5).

E, porque a augua crecia, passousse aalem hũu barco dos guineus e pos os que leuaua em terra, donde começaram de asseetar aos que hyam nos batees. E os outros que ficauam nos barcos trigauanse quanto podyam por chegar aos nossos; e, tanto que se vyam acerca, despendyam aquelle mal auenturado almagem, todo cheo de peçonha, sobre os corpos dos nossos naturaaes. E assy os foram seguindo ataa chegarem aa

(4) O promontório do mesmo nome, no litoral senegalês.

(5) Numerosos autores procuraram localizar o rio em causa, em simples referência, em artigos ou em estudos mais ou menos exaustivos. Assim, pelo menos, ZURARA, MARTINHO DE BOÊMIA, JOÃO DE BARROS, ANTÓNIO GALVAO, O. DAPPER, CHARLES DE LA RONCIÈRE, ARMANDO CORTESAO, JOSÉ DE BRAGANÇA, JOÃO BARRETO, FONTOURA DA COSTA, DUARTE LEITE, MAGALHAES GODINHO, GAGO OOUTINHO, DIAS DINIS, TEIXEIRA DA MOTA, MORAIS TRIGO, OLIVEIRA BOLEO, JALME CORTESAO, DAMIAO PERES e LEON BOURDON, cujos estudos vão indicados ao fim deste volume, na Bibliografia Impressa. Localizado o referido acontecimento por BARROS no *Rio Grande* e identificado este com o *Geba* da actual Guiné Portuguesa por ARMANDO CORTESAO, opor-se-lia a tal identificação a referência de ZURARA, a situá-lo 60 léguas além do promontório do Cabo Verde, as quaes ultrapassariam em muito o citado *Rio Geba*; e, como o cronista exageraria todas as distâncias marcadas na *Crónica dos feitos de Guiné*, o rio em causa, com base no relato de MARTINHO DE BOÊMIA, ficaria na Gâmbia, onde TEIXEIRA DA MOTA o identificou com o *Salum*: — «Quanto a nós, cremos que o mais provável foi o navegador ter descoberto o *Rio dos Barbacins* — o *Salum* — e, prosseguindo para o sul, ter atingido o *Rio de Lago* ou de *Laco* — o *Jumbas* — que tem uma maior embocadura. Aí, ou num dos braços mais a meiodia — o *Banjala* ou o *Jinnak* — tentou subir o rio no batel, sendo então atacado, mas já em terras do *Nomimansa*». (*A descoberta da Guiné*, p. 62). Uma certeza parece definitivamente apurada neste problema, a de que Nuno Tristão não atingiu o *Rio Nuno* da Guiné ex-francesa, o qual, reconhecido muito depois da morte daquele, deve o nome a outro navegador, desconhecido.

carauella, que estaua fora do rryo, no mar largo, porem todos asseetados daquella peçonha, de guisa que, ante que entrassem, ficaram quatro mortos nos batees. E, assy feridos como hyam, atarom seus pequenos batees ao bordo de seu nauyo, começando de o aparelhar pera fazerem vyagem, veendo o perijoso caso em que estauam; mas, nom poderom alleuantar as ancoras, polla multidom das seetas de que eram combtidos, pollo qual, lhe foe forçado de cortarem as amarras, que lhe nom ficou algũa. E assy começaram de fazer vella, leixando porem os batees, porque os nom poderom guindar.

E assy que, dos .xxij. que saïrom fora, nom scaparom mais que dous, a saber, hũu Andre Dyaz e outro Alvaro da Costa, ambos scudeiros do jffante e naturaaes da cidade dEuora, e os dez e noue morrerom, porque aquella peçonha era assy artefficiosamente composta que, com pequena ferida soamente que auentasse sangue, trazia os homeens ao seu derradeiro fim (6). Ally foe morto aquelle nobre caualleiro Nuno Tristam, muy deseioso desta vida, porque nom ouuera lugar de comprar sua morte como vallente homem, e assy outro caualleiro que se chamaua Joham Correa e hũu Duarte dOllanda e Esteuam dAlmeida e Diego Machado, homeens fidalgos e mancebos, que o jffante criara em sua camara, e assy outros scudeiros e homeens de pee daquella meesma criaçom e desy mareantes e outra gente do nauyo. Abasta que foram, per todos, .xxj., porque de sete que ficaram na carauella, foram ajnda ferydos dous, em querendo leuantar suas ancoras.

Mas, quem querees que encaminhasse este nauyo pera fazer vyagem e se partyr dantre aquella maldicta gente? Ca, os dous scudeiros que dissemos que ficauam nom scaparom de todo daquelle perigoo; seendo feridos, chegarom acerca da morte, da qual jnfirmydade jouuerom bem .xx. dyas sem poder fazer nhũa ajuda aos outros que trabalhauam por

(6) A Crónica da Guiné apenas alude a André Dias e a Alvaro da Costa neste capítulo, onde os diz «ambos escudeiros do infante e naturais da cidade de Évora». Como servidores de D. Henrique, nenhum documento encontramos sobre eles nos registos da chancelaria régia. É possível, entretanto, que tivesse usado o segundo ou lhe houvessem dado os nomes de Alvaro da Costa, Alvaro Tristão e Alvaro Tristão da Costa. Nesta hipótese, a Alvaro Tristão da Costa, «escudeiro da casa do infante D. Henrique», já em 1432 se refere o DOC. 36 do nosso vol. 4; e, na suposição de também Nuno Tristão se denominar Nuno Tristão da Costa (cfr. a nota 3 da p. 216 do nosso vol. 7), sendo os dois elvenses, ao que parece, pode suceder que fossem parentes. Em carta régia de 6 de Outubro de 1463 foram doados os bens de Alvaro Tristão e de Pero Martins, este alcaide pequeno de Elvas, à viúva de Gil Eanes, Agueda Fernandes, residente em Elvas, e a seus filhos, entre os quais Alvaro da Costa (*Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 149 v.). Sobre Aires Tinoco pode ver-se o artigo, meramente literário, de FAUSTO DUARTE, *O Descobrimento da Guiné*. Aires Tinoco. Um herói ignorado.

encaminhar a carauella. Os quaaes nom eram mais de cinco, a saber, hũu grumete, assaz pouco auisado na arte do marear, e hũu moço da camara do jffante, que se chamaua Airas Tinoco, que hya por scriuam, e hũu moço guineu, que fora filhado com os primeiros que filharam em aquella terra, e outros dous moços assaz pequenos, que ueuyam com algũus daquelles scudeiros que ally fallecerom. Por certo, serya dauer compaixom de seu grande trabalho em aquella hora.

Elles, chorosos e atribullados polla morte de tal capitam e dos outros seus parceiros e amigos, desy temerosos de tam abominauees jmjgos como sentyam acerca de ssy, de cujas mortaaes ferydas, em tam breue spaço, tantos e taes homeens foram mortos, e, ssobretudo, acharem tam pequeno remedyo pera buscarem sua saluaçom; ca, o grumete, em que elles todos sua speranza tijnham, claramente confessou sua pouca sabedorya, dizendo como nom sabya rotear nem trabalhar acerca dello em cousa que aproueittasse, soomente que, se per outrem fosse encamy-nhado, que farya quanto podesse naquello que lhe mandassem.

Oo grande e supremo socorro de todollos deseparados e atribulados, que nunca desemparas aaquelles que te chamam em sua mayor neces-sidade, que ouuiste os clamores daquestes que gemyam a ty, firmando os olhos na alteza das nuueens, braadando que lhes acorresses; onde bem mostraste que ouuyas suas prezes quando, em tam breue, lhe enuyaste tua celestial ajuda, dando esforço e engenho a hũu tam pequeno moço, nado e criado em Oliuença, que he hũa villa do sertão, muy afastada do mar, o qual, auisado per graça deuinal, encaminhou o nauyo, mandando ao grumete que dereitamente seguisse o norte, abaixandosse hũu pouco aa parte do leuante, ao vento que se chama nordeste, porque ally entendya elle que jazia o rregno de Portugal, cuja vyagem elles seguyr deseia-uam (7)! E, em segujndo assy per sua vya, depois que foe passada hũa

(7) O jovem em referência é Aires Tinoco, portanto moço da câmara do infante, o qual ia por escrivão da caravela e fora nado e criado em Olivença. Os documentos que sobre ele encontrámos na chancelaria régia são todos posteriores à morte de D. Henrique, ou seja a 1460. São os seguintes: carta régia de 27 de Maio de 1466, a nomear Aires Tinoco, «caualeiro de nossa casa», para almoxarife de Estremoz (*Chanc. retrocit.*, liv. 14, fl. 85 v.); outra de 8 de Agosto de 1475, de privilégio pelo casamento de seus filhos (*Ibi*, liv. 8, fl. 10 v.); outra de 7 de Novembro do mesmo ano, a conceder ao dito, «caualeiro de mjnha casa», o hábito da Ordem Militar de Santiago e a tença de 12.000 reais pelos rendimentos régios de Elvas e Olivença, desde 1 de Janeiro seguinte e até lhe ser dada outra coisa (comenda) na referida Ordem, em satisfação dos seus serviços, conhecendo o monarca «os muytos seruiços que tem ffectos ao jffante dom Anrique, meu tijo, que Deus aja, e asy a mjn, depois do sseu falecimento, em todallas cousas de meu seruiço, de que me cu cy delle por muyto bem seruido» (*Ibi*, liv. 9, fl. 10 v.); enfim, outra de 3 de Junho de 1480, a ordenar lhe seja paga a tença citada pelo rendimento da marçaria da alfândega

parte do dya, foram veer Nuno Tristam e os outros feridos e acharonnos mortos, pollo que lhe foe necessaryo de os lançar ao mar. E foram, em aquelle dya, lançados .xv. e quatro ficauom nos batees e os dous lançaram no outro dya (8).

Este moço que disse era aquelle Airas Tinoco de que ja falley em cima, no qual Deus pos tanta graça que, per dous meses continuados,

de Olivença (*Ibi*, liv. 32, fl. 162 v). A Aires Tinoco se deverá, porventura, relatório utilizado por ZURARA, neste capítulo.

Desconhecemos qual fosse a naturalidade ou residência de João Correia, Duarte de Holanda, Estêvão de Almeida e Diogo Machado, — acima nominalmente citados pelo cronista e que não pudemos identificar documentalmente, — bem como a dos restantes escudeiros, peões e mareantes falecidos desta expedição de Nuno Tristão à costa guineense; contudo, sendo Tristão «da cidade de Elvas», segundo MUNZER, (Cfr. BASILIO DE VASCONCELOS, *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)*, p. 41, e o DOC. 188 do nosso vol. 7), Aires Tinoco oriundo de Olivença e alentejanos André Dias e Alvaro da Costa, é crível que predominasse a representação alentejana naquela infeliz expedição.

(8) A tragédia de Nuno Tristão e companheiros parece haver impressionado profundamente o infante D. Henrique e quem dela teve conhecimento, como se infere do cap. 88 da Crónica, não só pelo elevado número de mortos como pelo difficil regresso da caravela a Portugal, conduzida — segundo ZURARA — por jovens mais ou menos inexperientes. Já em 1946 sublinhámos que, em torno do acontecimento, se teceu, pelos fins do século XV, curiosa lenda com interferências da de Machim sobre a Madeira, a qual julgamos arquivada por MARTINHO DE BOEMIA (Cfr. *Congresso comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné*, vol. 1, pp. 57-58). GAGO COUTINHO entende que esta viagem se effectuou «na Primavera de 1446» e que ela constitui precisamente «uma prova técnica de que os «caravelistas do Infante», longe de terem navegado «a acertar», já em 1446 estavam familiarizados com as rotas indirectas atlânticas». E observa: «O facto concreto de a caravela, «segundo assy per sua vya», ter praticado uma navegação de «dous meses continuados» sem ver terra, passando, portanto, por fora da costa e das Canárias e Madeira e do arquipélago de Cabo Verde, prova-nos que fizeram navegação larga a contornar os ventos dentre norte e leste que dominam no Atlântico Norte. A análise das cartas de ventos diz-nos que, já iniciada a monção do sul, tiveram de ir passar com ventos variáveis a sul das ilhas de Cabo Verde, sem delas terem tido vista. Cortado o Mar do Sargão, e aproveitados os ventos dentre sudoeste e oeste, dominantes no Verão no Mar dos Açores, puderam passar-lhes pelo sul sem os avistarem. O pano reduzido que levavam largo e a época favorável do ano — foi depois, ainda em 1446, a viagem de Alvaro Fernandez a Guiné — permitiram àquelas sete almas levarem o navio a Lagos. Porém, tendo-se perdido também o piloto, este acontecimento náutico revela-nos que as viagens de retirada da costa da Guiné, seguindo em largo arco a rota indirecta, já em 1446 não eram mistério. Tanto o grumete como o escrivão conheciam essa rota e, assim, forçados pela necessidade, se atreveram a praticá-la. De sorte que, da fatal aventura de Nuno Tristão, não nos ficou só o descobrimento do Rio Grande, mas também uma confirmação de que aquele «mar de baga» da carta de Blanco, datada de 1436, já fora descoberta dos mareantes portugueses por essa época» (*Nuno Tristão e o Mar do Sargão*, pp. 1-3).

encaminhou a uyagem daquelle nauyo, doudosos porem qual serya sua fim. Ca, em todos aquelles dous meses nunca ouuerom nhũa vista de terra, na fim dos quaaes cobraram vista de hũa fusta, que era darmada, da qual se temerom muyto, pensando que era de mouros; mas, despois que souberom que era de hũu cossairo galego que se chamaua Pero Falcom, sobreueo em elles hũa noua ledice, e muyto mais quando lhe foe dicto que eram na costa de Portugal, atraues de hũu lugar do mees-trado de Sanctiago, que se chama Sines.

E assy chegarom a Lagos, donde sse foram ao jffante, contarlhe o forte aqueecimento de sua vyagem, apresentandolhe a multidom das frechas com que seus parceiros morrerom, de cuja perda o jffante ouue grande desprazer, porque caasy os criara todos; ca, posto que bem cresse a ssaluaçom de suas almas, nom pode scusar tristeza daquella humanidade que ante a ssua presença, per spaço de tantos annos, fora criada. E assy, como ssenhor que sentya sua morte seer em seu seruiço, teue despois special cuidado das molheres e filhos daquelles.

115

1446

João Gonçalves Zarco, capitão da ilha da Madeira, envia novamente Alvaro Fernandes, seu sobrinho, à terra dos negros, em caravela sua, ordena-lhe avance o mais possível e procure obter presa notável com que Zarco testemunhe a sua gratidão a D. Henrique por o haver criado; em viagem directa ao Cabo Verde, Alvaro Fernandes e companheiros seguem dali até o Cabo dos Mastros e ainda 110 léguas para lá do Cabo Verde, com algumas saídas em terra, donde, pela doença de Fernandes, ferido pelos negros com seta envenenada, regressam ao reino pela ilha de Arguim e Cabo do Resgate, apenas com 5 cativos, mas recebem 100 dobras de D. Pedro e mais 100 de D. Henrique, além de outras mercês, por haverem sido quem, naquele ano, chegou mais longe na tarefa do descobrimento marítimo.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 87, segundo o código de Paris, fls. 140 v.-42 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 179-80; e BARROS, *Asia*, déc. 1, liv. 1, cap. 14.

Hũa das cousas per que o nobre coraçom he conhecido assy he quando se nom contenta de pequenas cousas, buscando sempre melhorya, per que sua honra seia acrecentada antre os fectos dos nobres, assy na sua terra, como fora dela, o que justamente podemos dizer daquelle Joham Gonçalluez, capitam da jlha; o qual, nom seendo contente da outra vyagem que o sseu nauyo fezera, no outro anno aa terra dos negros (1), encaminhou outra vez denuyar alla aquelle meesmo Aluaro Fernandez, com sua carauella bem armada, encomendandolhe que todauya segulasse mais auante quanto podesse e que se trabalhasse de fazer algũa presa, cuja nouidade e grandeza podesse dar testemunho da boa voontade que elle auya de seruyr aquelle ssenhor que o criara (2).

Aluaro Fernandez tomou o fecto com boo encarrego, como aquelle que nom menos deselo tijna de chegar ao fecto do que o seu tyo encarregaua. O nauyo abitahado, fizeram vyagem directamente ao Cabo Verde, onde o outro anno tomarom os dous guineus de que ja fallamos em outro lugar (3), e dally passaram ao Cabo dos Matos (4) e fizeram ally pouso, por lançarem algũa gente fora. E, ssoomente por verem a terra, juntaronse sete, os quaaes postos na praya, acharom rastro de homeens, que hyam per hũu caminho; e, sseguindo em pos elles, chegarom a hũu poço, onde acharom cabras, as quaaes parece que ally leixarom os guineus, e esto, segundo penso, que serya porque sentiryam que hyam despos elles.

Ataally chegarom os christãaos, porque nom teuerom ousyo de seguyr mais auante. E, sseendo tornados a ssua carauella, acrecentarom mais em sua vyagem e, lançando seu batel fora, acharom em terra esterco dallifante de tamanha grossura, segundo juizo daquelles que o viram, como podya seer hũu homem; e, por lhe nom parecer lugar azado (5) pera fazer presa, tornaronse outra vez a ssua carauella. E, hindo assy per a costa do mar, nom passaram muytos dyas sairom outra vez em terra, na qual encontrarom hũa aldea, onde sairom os moradores della, come homeens que mostrauom que queryam defender suas casas, antre os quaaes vinha hũu bem adargado com hũa azagaya em sua mão; o qual veendo Aluaro Fernandez, parecendolhe principal daquelles, foe rrijaamente a elle e deulhe com sua lança tam grande ferida, que deu com elle

(1) No ano anterior, de 1445 (Cfr. o cap. 75 desta Crónica, em nossas pp. 40-43).

(2) Sobre Alvaro Fernandes veja-se a nota 1 das pp. 81-82 do nosso vol. 8.

(3) No supracitado capítulo 75.

(4) Cfr. a nota 5 ao dito capítulo, onde o Cabo dos Mastros já foi referenciado. Aqui, como lá, no manuscrito, *Cabo dos Matos*.

(5) O termo *azado*, do manuscrito de Paris, falta nas anteriores edições da Crónica.

morto em terra, e tomoulhe a darga e a azagaya, a qual trouue ao jffante com outras cousas, como ao dyante sera contado (6).

Os guineus, veendo aquelle morto, sobresseuerom de sua peleia, nem os nossos nom viram tempo nem lugar pera os tirarem daquelle temor, ante se tornaram a sseu nauyo; e, no outro dya, foram a terra, algũu tanto dally mais afastados, onde viram andar certas mulheres daquellas Guinees, as quaaes parece que andauam acerca de hũu esteiro, apanhando marisco, e tomarom hũa dellas, que serya de jdade ataa .xxx. annos, com hũu seu filho, que serya de dous, e assy hũa moça de xiliij^o, na qual auya assaz boa apostura de nembros e ajnda presença razoada, segundo Guinee. Mas a força da molher era assaz pera maraulhar, ca, de tres que se ajuntarom a ella, nom auya hi algũu que nom teuesse assaz trabalho, querendoa leuar ao batel; os quaaes, veendo a deteença que faziam, na qual poderya seer que sobrechegaryam algũus daquelles moradores da terra, ouue hũu delles acordo de lhe tomar o filho e leuallo ao batel, cujo amor forçou a madre de sse jr apos elle, sem muyta prema dos dous que a leuauam (7).

Dally seguirirom mais auante algũu spaço, ataa que acharom hũu rryo, no qual fezerom entrada com o batel, e em hũas casas que ally acharom filharom hũa molher (8); e, despois que a teuerom na carauella, tor-

(6) Já observámos, noutro lugar (*Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, p. 343), que não nos deu o cronista adiante, como promete, indicação destas coisas, — reservada possivelmente, para o vol. 2 da Crónica, segundo opina BOURDON em ZURARA, *Chronique*, p. 242, nota 3.

(7) Nestas sortidas em terra, parece notar-se certo retraimento dos nossos navegadores em enfrentarem os indígenas, motivado talvez pelo desaire sofrido pela expedição anterior, a de Nuno Tristão.

(8) Aqui, na identificação do rio, surge problema idêntico ao daquelle em que foram asseados Nuno Tristão e companheiros; porém, agora agravado, por haver dois pontos geográficos a localizar: o rio em que Alvaro Fernandes foi ferido e o limite máximo da sua viagem, por ZURARA situado este a 110 léguas a sul do Cabo Verde. Ao rio em causa deu BARROS o nome de *Tabite*, localizado pelas cartas de Luís Teixeira e de Albernaz, do século XVII, ao sul do Cabo de Sagres e por BOURDON identificado com o actual *Rio Forekaria*, «qui se trouve à quelques 130 lieues du cap Vert, alors que, selon ce que dit plus loin Zurara, le point extrême atteint par Alvaro Fernandes après avoir été blessé dans le fleuve en question n'en était éloigné que de 110 lieues, et se trouvait donc encore à environ 70 lieues au nord de la Sierra Leone» (*Chronique* cit., nota 4 da p. 242). Trata-se, porventura, do *Rio Caabite* de PACHECO PEREIRA (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 3) ou do *Rio de cabitos* de VALENTIM FERNANDES (*O Manuscrito*, p. 88), até porque, como é sabido, nos manuscritos da época facilmente se confunde o t com o c minúsculos. Ventilado o assunto modernamente por ARMANDO CORTESÃO, DUARTE LEITE, MAGALHÃES GODINHO, DIAS DINIS, TEIXEIRA DA MOTA, JAIME CORTESÃO, LEON BOURDON e DAMLÃO PERES, — todos, evidentemente, com a preocupação de contribuírem para a possível solução dos problemas, — parece prevalecer a derra-

narom outra vez ao rryo, com entençom de sobirem mais auante, pera trabalharem de fazer algũa boa presa. E, jndo assy seguindo sua vyagem, vierom sobre elles quatro ou cinco barcos de guineus, corregidos come homeens que queryam defender sua terra, cuja pelleia os do batel nom quiserom sperimentar, veendo a grande auantagem que os contrairos tijnham, temendo sobretudoo o grande perigoo que auya na peçonha com que tirauam.

E começaram de sse recolher o melhor que poderom pera seu nauyo; mas, veendo como hũu daquelles barcos se adyantaua muyto, voltaron sobre elle, o qual, tornando pera os outros, querendo os nossos chegar a elle ante que se acolhesse (9), porque parece que era ja afastado boa parte da companhia, chegousse o batel tanto, que hũu daquelles guineus fez hũu tiro contra elle e acertousse de dar com a frecha a Alvaro Fernandez, per a perna; mas, porque elle era ja auisado de sua peçonha, tirou aquella frecha muyto asinha e fez lauar a chaga com ourina e azeite, desy huntouha muyto bem com teriaga e prouue a Deus que lhe aproueitou, como quer que sua saude passasse per gram trabalho, ca certos dyas esteue em passo de morte.

Os outros da carauella, ajnda que seu capitam assy vissem ferido, nom leixaron porem de seguyr auante per aquella costa, ataa que chegarom a hũa ponta darea, que se fazia em dereito de hũa grande enseada, onde poserom seu batel fora, e foram dentro, pera veer a terra que acharyam; e, seendo a uista da praya, viram vijnr contra elles bem Cxx guineus, hũus com dargas e azagayas, outros com arcos. E, tanto que foram acerca da augua, começaram de tanger e bailar, come homeens afastados de toda tristeza. E os do batel, querendo scusar o conuite daquella festa, tornaronse pera seu nauyo. E era esto aallem do Cabo Verde Cx legoas. E toda sua rota he geeralmente ao sul.

E esta carauella foe mais longe este anno que todallas outras, pello qual lhe foe dado, de grado, duzentas dobras, a saber, cento que lhe mandou dar o jffante dom Pedro, que entom era rregente, e outras cento que ouuerom do jffante dom Henrique. E ajnda, se nom fora a jnfyrmidade d'Alvaro Fernandez, da qual foe muy apressado, a carauella seguira mais auante; porem, foelhe necessaryo de sse tornar daquelle postumeiro lugar que ja disse, vijndosse dereitamente aa jlha d'Ergym e dally ao Cabo

deira hipótese, a de TEIXEIRA DA MOTA: — «O rio onde o navegador foi atacado seria o *Rio Casamansa* e, a enseada final a extensa abra arenosa de *Varela*, que se alonga desde o Cabo Rôxo à foz do Cacheu» (*A descoberta da Guiné*, p. 283). Nesta hipótese, Alvaro Fernandes haveria sido o descobridor da Guiné Portuguesa actual, no ano de 1446.

(9) Aquil, nas edições anteriores e por erro de leitura ou má revisão na eprinceps, *recolhesse*, por *acolhesse*, como se lê no manuscrito.

do Resgate, onde acharom aquelle Ahude Meimom de que ja fallamos per vezes em esta storya (10). E, como quer que nom trouxessem turgimam, porem, assy per seus acenos ouuerom hũa negra, que lhe os mouros derom por algũs panos que trazyam (11). E, sse tam pouco nom fora, muyto mais poderom auer, segundo o desejo que os mouros mostrauom.

E dally fezerom sua vyagem pera o rregno, onde ouuerom as dobras que ja disse e mais outras mercees do jffante seu ssenhor que, com sua vijnda, foe muy allegre, pella auantagem que fezerom em sua jda (12).

116

1446

Apesar do receio causado no reino pela morte de Nuno Tristão e companheiros, nove caravelas, capitaneadas por Gil Eanes, Fernão Vilarinho, Estêvão Afonso, Lourenço Dias, Lourenço de Elvas, João Bernardes e por escudeiro do bispo do Algarve, partem de Portugal para a terra dos negros; na ilha da Madeira juntam-se-lhes mais duas, chefiadas por Tristão da Ilha e por Garcia Homem, dirigem-se todas à ilha de Gomeira e depois atacam, sem êxito, a ilha da Palma, donde regressadas as da Madeira e a de Gil Eanes, avançam as restantes 60 léguas para além do promontório do Cabo Verde, entram em rio largo, em que se perde a caravela do bispo do Algarve contra banco de areia, mas saltam alguns dos mareantes em terra e, em pugna com os indígenas, são mortos dois portugueses e três estrangeiros; pelo que regressam os nossos pela ilha

(10) Nos caps. 35 e 77 da Crónica (o primeiro a pp. 303-05 do nosso vol. 8).

(11) A propósito deste termo de *turgimão* ou *intérprete* o qual, no singular e no plural, figura repetidas vezes na Crónica, sublinharemos que já em 30 de Junho de 1425 el-rei D. Afonso V de Aragão conferia aquele cargo a Francisco Cosco para a ilha de Ibiza, nas Baleares, cujo diploma principia pelos dizeres seguintes: — «Nos, Alfonsus, etc. Cum accedat pluries quod, in insula Eulce, aduenjunt et multociens adducuntur sarracenj et non est allquis mediator seu torsimanus, de quo bene valeat confidj; confidentes ad plenum de fide, industria, sufficientia et legalitate vestri, fidelis nostri Francisci Cosco, habitatoris dicte insule Eulce, vos in mediatorem seu torsimanum in dicta insula elegimus», etc. (ACA., *Cancilleria Real*, Registo 3231, ff. 125 v.). No singular e no plural, o termo figura nos caps. 27, 28, 37, 75, 87, 88 e 94 da Crónica.

(12) Julgamos que difficilmente João Gonçalves Zarco podia oferecer ao infante D. Henrique, como desejava, mais agradável presente do que este avanço dos descobrimentos marítimos, effectuado sob a chefia de seu sobrinho e em caravela sua, armada à própria custa.

de Arguim e no Cabo do Resgate conseguem cativar 48 mouros, com que voltam ao reino, menos Estêvão Afonso, que vai à ilha da Palma e ali toma duas mulheres canárias.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 88, segundo o códice de Paris, fls. 142v.-15v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 180; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 14.

Como quer que as nouas da morte de Nuno Tristam posessem grande receo a muytas gentes do nosso rregno de quererem prosseguir a guerra que tijnham começada, ca dezyan hñus contra os outros que era muy doudiosa cousa cometer pelleia com homeens que tam claramente trazyam a morte consigo; porem, nom faleceo hi quem, com boa voontade, filhasse a empresa; ca, posto que o perigoo fosse tam manifesto, pera todo abastauam os corações daquelles que deseiauum cobrar nome de boos, e specialmente se mouyam a ello pollo conhecimento que auyam da voontade do jffante, veendo os grandes acrecentamentos que fazya aaquelles que se em ello trabalhauam, ca, segundo Vegecio, ally som os homeens fortes onde a fortelleza he gallardoadada (1).

E porem se mouerom em este anno certos capitães com noue carauellas, pera jrem em aquella terra dos negros, dos quaaes o primeiro foe Gil Eanes, caualleiro, morador na villa de Lagos. E o segundo hñu nobre scudeiro, criado na camara do jffante de moço pequeno, o qual era hñu mancebo muy ardido e nom menos acompanhado doutras muitas vertudes, cujos fectos acharees mais compridamente na Cronica do Regno, specialmente onde se falla das grandes cousas que se fizeram em Cepta; e este auya nome Fernam Valla-rinho (2). O terceiro era aquelle Steuam Affonso de que ja fallamos

(1) Informa BOURDON que debalde procurara em VEGECIO, *De Re militari*, esta máxima ou análoga.

(2) Nas restantes Crónicas de ZURARA não encontrámos o nome de Fernão Vilarinho, para cuja biografia podemos entretanto aduzir algumas achegas documentais. Julgamos tratar-se do Fernão Vilarinho, filho de Martin Vilarinho, frade do mosteiro de S. Salvador da Torre, e de Clara Anes, solteira, o qual foi legitimado por el-rei D. João I, em carta datada de Tui a 22 de Julho de 1436 (ANTT., *Chanc. de D. João I*, liv. 2, fl. 150 v.). Criado, pelo visto, desde miúdo, na câmara do infante D. Henrique, haverá sido seu moço da câmara e, em data desconhecida, tomou parte notável nos feitos de Ceuta, digna de ser registada na Crónica Geral do Reino, como aqui se afirma. Casado com Gulomar Simões, era, em 11 de Janeiro de 1457, escudeiro do infante D. Henrique, de quem então recebeu, de aforamento, por duas coroas anuais, para si, sua mulher e herdeiros, as azenhas henriquinas de S. Pedro,

em outros lugares desta nossa estorya, o qual leuaua sob sua capitanya tres carauellas (3). Ally era Lourenço Dyaz, de que ja falamos ante desto (4), e assy Lourenço d'Eluas e Joham Bernaldez, pilloto, que leuauam cada hũu sua carauella (5). E era ajnda em esta companhia hũa carauella do bispo do Algarue, de que era capitam hũu seu scudeiro (6).

As quaaes, por ordenança do jffante, se foram aa jlha da Madeira, pera receberem ally suas bitalhas. E da dicta jlha partirom com estas carauellas que de ca foram dous nauyos, a saber, hũu de Tristam, hũu daquelles capitães que ally morauom, de que elle meesmo leuaua capitanya, e outro em que era Garcia Homem, jenro de Joham Gonçalluez Zarco, que era o outro capitam (7). E assy, fazendo todos juntamente sua vyagem, chegarom aa jlha da Gomeira, onde poserom os xix canareos que foram leuados sobre segurança, como ja teendes ouuydo atras (8). E tomarom esso meesmo certos homeens que ally ficaram, assy da casa do jffante como da jlha da Madeira.

Nos, disserom aquelles dos nauyos contra os canareos daquella terra, queryamos tentar a jlha da Palma, pera veer se poderyamos fazer algũa presa, em que fizessemos seruico ao jffante nosso ssenhor, e queremos saber se, por nosso milhor auyamento, vos prazera de nos dardes algũus

no rio de Lagos (ANTT., *Guadiana*, liv. 3, fl. 59 v.). Falecido já o Navegador, Fernão Vilarinho recebeu de el-rei D. Afonso V as casas do infante D. Henrique em Lagos, em satisfação da dívida daquele de 44.750 reais brancos, pelo serviço que lhe prestara e ao monarca e ainda por haver sido o maior licitante das mesmas (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 114, e *Guadiana*, liv. 4, fl. 24 v., — editada por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos* vol. 1, pp. 469-70). Enfim, em 14 de Janeiro de 1466, Fernão Vilarinho houve também de el-rei aforamento da azenha de Arão, no termo de Silves, a qual lhe havia sido emprazada em três vidas pelo falecido infante D. Henrique (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 37, fl. 113 v., liv. 38, fl. 48, e *Guadiana*, liv. 4, fl. 59 v.).

(3) Nos caps. 19, 51 e 60 da Crónica, — a pp. 175-79 e 336-41 do nosso vol. 8, e pp. 7-11 do presente volume.

(4) Nos caps. 33, 52, 53, 59, 63 e 64 da Crónica, — a pp. 299-301 e 341-43 do nosso vol. 8, e pp. 14-15 do presente volume.

(5) Sobre Lourenço de Elvas, apenas neste lugar referenciado pelo cronista, não encontramos qualquer documento nos registos régios. A João Bernardes aludiu já a Crónica, nos caps. 19 e 21, — a pp. 175-79 e 182-84 do nosso vol. 8; e, como já sublinhámos em a nota da p. 173 do citado volume, João Bernardes, besteiro da câmara do infante D. Henrique e morador em Castro Marim, foi privilegiado pelo regente do reino em 27 de Agosto de 1445 (Cfr. o DOC. 38 do presente volume).

(6) Em 1446 era bispo de Silves, no Algarve, D. Rodrigo Dias, ex-deão de Braga, o qual, por direito, regou aquela diocese de 22 de Maio de 1441 a 26 de Janeiro de 1450 (Cfr. EUBEL, *Hierarchia catholica*, vol. 2, p. 237), embora, de facto, por opposição do regente D. Pedro, só tardiamente a haja ocupado (Cfr. os DOCS. 157 a 159, 193 e 194 do nosso vol. 7).

(7) Sobre Tristão da Ilha, Garcia Homem e João Gonçalves Zarco vejam-se as notas 5 da p. 297, e 9 e 11 da p. 340 do nosso vol. 8.

(8) No cap. 69 da Crónica, — a pp. 28-29 do presente volume.

de uos outros que nos queiram ajudar. Ja sabees, responderom os canareos per seus turgimãaes, que todo o que por seruigo do jffante for que o faremos com todo nosso poder. E bem he que foram assy todos aa dicta jlha, mas sua jda nom prestou nada, porquanto os canareos eram auisados, per vista que ouuerom da carauella de Lourenço Dyaz, que ally chegara ante algũs dyas.

E, depois de seu grande trabalho, que acerca dello ouuerom, visto como nom podyam fazer presa, tornaronse as duas carauellas da jlha e tambem Gil Eanes, aquelle caualleiro de Lagos. E os outros foram sua vyagem, atee chegarem allem do Cabo Verde Lx. legoas, onde acharom hũu rryo que era assaz de boa largueza, no qual entrarom com suas carauelas. Mas, nom foe aquella entrada muy proueitosa pera a carauella do bispo, porquanto se acertou de topar em hũu banco de area, de que abryo per tal guisa, que a nom poderom dally mais tirar; pero, scaparon as gentes com todallas outras cousas que lhes della prouue tirar (9).

Mas, enquanto se algũs em esto ocupauam, Steuam Affonso e seu jrmãao foram em terra, cujos moradores eram em outra parte; e, com entençom de os jr buscar, partiram dally, guyandosse per algũu sentido que auyam do rastro que achauam acerca do lugar. E, sseguinto assy per seu caminho algũa peça, disserom que achauam a terra com grandes sementeiras e muytas aruores dalgodom e muytas herdades sementadas darroz e assy outras aruores de desuairadas maneiras. E diz que toda aquella terra lhe parecia a maneira de pauues.

E parece que se adyantara DiegAffonso ante os outros e com elle .xv. daquelles que mais traziam o deseio prestes de chegar a algũu fecto, antre os quaaes era hũu moço da camara do jffante, que se chamaua Joham Villes, que antre aquelles hia por scriuam (10). E, entrando assy per hũu aruoredo de grande spessura, saïrom a elles, de reues, os guineus

(9) Discute-se a localização deste rio, que TEIXEIRA DA MOTA julga ser o Gâmbia (*Descoberta da Guiné*, pp. 283-91).

(10) Diogo Afonso, criado do infante D. Henrique, como se declara nos caps. 29 e 32 da Crônica, e referenciado noutros da mesma, teve nomeação régia, em 31 de Janeiro de 1452, para escrivão da Redinha e das sisas de Sosa e, em 1 de Fevereiro seguinte, para escrivão da coudearia da Redinha por cinco anos (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 141). João Viles apenas é citado neste capítulo da Crônica. Julgamos tratar-se do João Fernandes Vilas ou de Viles dos documentos, a quem el-rei D. Duarte, em 3 de Novembro de 1438, sendo ele escrivão do almoxarifado de Portalegre, doou 100.000 libras, por haver estado no cerco de Tânger, mercê que lhe foi confirmada pela regência do reino a 25 de Maio de 1439 (*Chanc. cit.*, liv. 19, fl. 1 v.), que em 6 de Abril de 1442 era escudeiro do infante D. Henrique e então nomeado juiz de Serpa (Cfr. o DOC. 209 do nosso vol. 7) e que em 29 de Maio de 1450 é dito cavaleiro da casa do citado infante, ao receber de el-rei, desde 1 de Janeiro anterior em diante, a tença anual de 2.857 reais brancos, no almoxarifado de Portalegre (*Ibá*, liv. 34, fl. 99 v.).

com suas azagayas e arcos, chegando-se a elles quanto mais podyam. E assy quis a uentura que, de sete que foram feridos, os cinco ficaram logo ally mortos, dos quaaes os dous eram portuguezes e os tres estrangeiros (11).

E, estando assy o fecto em este ponto, chegou Steuam Affonso com os outros que vijnham detras, o qual, veendo o perijgoso lugar em que eram, recolheos todos o milhor que pode, no qual recolhimento ouuerom assaz trabalho, ca os guineus eram muytos e com armas tam empeequees como veedes que eram aquellas que em tam breue matauam os homeens com ellas; onde receberam auantagem de louuor quatro mancebos, que foram criados na camara do jffante, dos quaaes o principal era aquelle Diego Gonçalluez, nobre scudeiro, de cuja vertude ja em outras partes leixamos fallado (12). Era o outro hũu Henrique Lourenço, tambem mancebo deseioso de fazer por sua honra. Hũu dos outros dous auya nome AffonsEanes e outro FernandEanes (13). E, tanto que foram em suas carauellas, teuerom seu conselho, no qual acordarom de sse tornar, visto como ja eram descubertos, e mais que tijnham seus nauyos empachados com as guarnições que tirarom da carauella do bispo.

Mas, que elles esto assy dissessem, eu me tenho mais que a principal causa de sua partida foe o temor dos jmjigos, cuja perijgosa pelleia era muyto de rrecrear a qualquer homem entendido, porque nom se pode chamar verdadeira fortelleza, sem outra mayor necessidade que elles tijnham, quererem tomar contenda com quem sabyam que lhes tanto dano podya fazer. Ally ficaram os corpos daquelles mortos antre a espessura daquellas aruores e as almas foram veer as cousas do outro mundo, as quaaes a Deus praza que, se ajnda nom som no sancto regno, que as leue pera sy. E, por piedade, uosoutros, que a christãa religiom

(11) No cap. 4 da Crónica, ZURARA, referindo-se ao infante D. Henrique, escreveu: — «Sua casa foe hũu geeral acolhimento de todollos boons do rregno e muyto mais dos estrangeiros, cuja grande fama fazia acrecentar muyto em suas despesas. Ca, comunalmente se achauam em sua presença desualradas nações de gentes tam afastadas de nosso huso, que casy todos o auyam por marauilha, dante o qual nunca nhũu soube partyr sem proueitosa bemfelturya». Neste cap. 88 e no 94 vemos os estrangeiros admitidos pelo infante em sua tarefa ultramarina. As condições postas aos mesmos por D. Henrique foram registadas por CADAMOSTO, *Viagens*, pp. 88-89.

(12) Criado na câmara de D. Henrique, pelo autor referenciado nos caps. 56-57 e 68 da Crónica, — a pp. 351-54 do nosso vol. 8, e pp. 1-2 e 22-27 do presente volume —, sobre o qual se pode ver a nota 5 da p. 353 aduzida.

(13) Apenas nomeados os três neste passo da obra. Em 1 de Julho de 1450 foi privilegiado Afonso Eanes, besteiro do infante D. Henrique, residente em Palhais (*Ibi*, liv. 34, fl. 182 v.); e, em 29 de Janeiro de 1453, foi aposentado homôlmo cozinheiro-mor do Navegador (*Ibi*, liv. 10, fl. 2).

manteendes, dizee senhas orações ca, rogando por elles, por vos meesmos requerees.

E, tornandosse as carauellas, como tijnham acordado, chegarom aa jlha d'Ergim, por se proueerem da augua que auyam mester. E dally ouuerom conselho de sse jr ao Cabo do Resgate, onde forom em terra, e acharom rasto de mouros. E, como quer que, por rezom da calma, sua jda em terra fosse muy perijgosa, consijrando como tornauam sem presa pera o rregno, forom costringidos de sse despoer ao perigoo, e desy começaram de sseguyr aquele rastro, entanto que, passadas duas legoas, chegarom aos mouros, onde, com seu pouco trabalho, tomarom delles Rviiij°. E dally acordarom de se vijnr dereitamente pera o rregno, como de fecto fezerom, soamente Steuam Affonso, que se veo aa jlha da Palma, na qual saindo em terra com a mayor parte daquelles que consigo leuaua e acertoussse de toparem logo com algũs canareos, dos quaaes filharom duas molheres, o que nom ouuera de passar sem grande e danoso retorno dos contrairos, ca uoltarom sobre os nossos que traziam a presa. E assy os cometyam de rrijo, que algũs hi auya que de boamente leixarom a parte daquelle gaanho a quem os segurara da perda.

Mas aquelle esforçado e boom scudeiro Diego Gonçalluez, nom se esqueecendo de sua fortelleza, muy rrijamente tomou hũa beesta das mãaos a hũu daquelles beesteiros que leuauom e assy meesmo o coldre com o almazem e meteosse antre os nossos, tirando aos canareos. E assy se trabalhou de empregar seus tiros, que em muy breue matou sete daquelles contrairos, antre os quaaes foe morto hũu rrey delles, o qual foe conhecido por hũa palma que trazia na mão, ca assy parece que he o costume antre elles, que o rrey aja aquella priminencia antre os outros. E, como veeades que antre todollos homeens he natural cousa que quando o principal fallece todollos outros se afastam, veendo aquestes como seu capitam era morto, cessarom de sua contenda, dando lugar aos nossos que se recolhessem; e assy vierom pera o rregno com sua presa, como quer que hũa daquellas canareas lhe morresse ante que saisssem do mar aa vila de Lagos.

117

1446

Obtida licença e ajuda do infante D. Henrique, Gomes Pires, patrão de el-rei, com mais 20 homens partem em duas caravelas para o Rio do Ouro, aonde em 1445 ficara de voltar para negociar com os mouros; avitualhadas aquelas na ilha da Madeira, abala Gomes Pires na mais pequena e confia a outra a João Gorizo,

moço da câmara do infante, que ia como escrivão; avança a primeira, atinge o Porto da Caldeira, na entrada do esteiro ou Rio do Ouro, onde debalde aguarda 21 dias a chegada dos mercadores mouros, após o que ataca povoação do fundo do mesmo esteiro e cativa 8 indígenas.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 89, segundo o código de Paris, fls. 145 v.-48 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 181; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

Vindo este anno de iiij^o Rvj, nembrouse Gomez Pirez do que leixara dicto aos mouros quando, no outro anno, chegara ao Ryo do Ouro (1). E, porque sem licença e ajuda do jffante nom podya passar em aquella terra, começou de o requerer que o encaminhasse como podesse passar onde aos mouros ficara que tornasse (2); e, leixando algũas outras razões que se ante elles passaram, o jffante lhe outorgou a licença e lhe fez prestes duas carauellas, a saber, hũa tilhada e outra de pescar (3), nas quaas eram .xx. homeens e com Gomez Pirez eram .xxj., antre os quaas era hũu moço da camara do jffante que se chamaua Joham Gorizo, o qual leuaua carregos de screuer todallas receitas e despesas dos mouros (4). E ja era cousa acustumada a todollos nauyos que o jffante mandaua, quando partyam deste rregno, jrem primeiramente aa jlha da Madeira, pera receberem suas bitalhas.

(1) Cfr. a nota 4 ao cap. 29 da Crónica, a p. 353 do nosso vol. 8, e ainda o cap. 63 da mesma, a pp. 11-13 do presente volume, onde se afirma que em 1445 Gomes Pires prometeu voltar em Julho ao Rio do Ouro.

(2) Nos termos do DOC. 62 do nosso vol. 8.

(3) Sobre estas caravelas podem ver-se: QUIRINO DA FONSECA, *A caravela portuguesa*, pp. 400-02; LEITÃO e LOPES, *Dicionário da linguagem da Marinha antiga e actual*, pp. 106 e ss.; e CARBONELL PICO, *A terminologia naval portuguesa anterior a 1460*, pp. 73 e ss.

(4) João Gorizo, de Gorizo ou ainda João Afonso de Gorizo aparece também como escrivão do infante D. Henrique nos anos de 1457 a 1460 e, como testemunha, no Escrito das Capelanias apenso ao derradeiro testamento henriquino (Cfr. SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 542, 570, 588 e 592). Por morte do Navegador e já em 7 de Julho de 1466, vemo-lo escudeiro da casa de el-rei D. Afonso V, que então o nomeou almoxarife de Beja (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14, fl. 113); e, em 18 de Outubro de 1471, sendo ele ainda escudeiro régio, almoxarife da dita cidade e genro de Mem Gonçalves, teve de el-rei carta de perdão (*Ibi*, liv. 17, fl. 93 v., e *Estremadura*, liv. 5, fl. 162). É possível que houvesse sido filho do João Afonso de Gorizo a que se refere o DOC. 43 do nosso vol. 3 e que a 9 de Maio de 1435 é dito cavaleiro (ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 118, maço 1, doc. 23).

E, tanto que ally chegarom, fallou Gomez Pirez com aquelle scriuam, dizendo como elle se querya logo partyr caminho do Ryo do Ouro, na carauella mais pequena, e que Joham Gorizo ficasse na outra, recebendo essas cousas que auya de leuar, e que quando ja chegasse, teerya elle seu trauto acertado com os mouros. Partida assy a primeira carauella, chegarom aa entrada do Ryo do Ouro, onde sobresseuerom sobre suas ancoras algũu spaço. Vaamos, disse Gomez Pirez contra aquelles que leuaua, ao cabo deste rryo, onde eu fiquey no outro anno aos mouros que fosse fazer a mercadarya, ca nom auemos pera que estar aquy, pois que os mouros nom parecem.

E, sseguindo sua vyagem pera alla, chegarom a hũu porto que se chama o Porto da Caldeyra, no qual lançaram suas ancoras (5). E, porque os mouros ouuessem sentido de sua vijnada, no outro dya que ally chegarom Gomez Pirez mandou fazer hũa fumaça em hũu outeiro que estaua junto com o porto. E, porque vyo que nom vijnham em aquelle dya, mandou fazer outra e assy outras, de noite e de dya, ataa que, passados tres dyas, os mouros começaram de vijnr, com os quaaes Gomez Pirez começou de fallar per seus entrepetadores, requerendolhe que fezessem ally trazer algũus guineus, pollos quaaes lhe daryam troco de pano (6). Nos, responderom elles, nom somos mercatores nem os teendes aquy acerca, ante som pella terra dentro, a trautar suas mercadaryas; como quer que se o elles soubessem, muyto se trabalharyam por vijrem aquy, ca som homeens abastantes, assy de guineus como de ouro e doutras algũas cousas, de que poderiees seer bem contentes.

Pois, disse Gomez Pirez contra algũus daquelles, que lhes rogaua que os fossem chamar e que lhes darya certo preço por ello; mas os mouros recebeerom (7) o preço, fingendo que os hyam chamar, e, aa

(5) Segundo BOURDON (em ZURARA, *Chronique*, p. 249, nota 4), o *Porto da Caldeira*, topónimo incontestavelmente de origem portuguesa, ou *Puerto de la Caldera* corresponde ainda hoje à parte nordeste do fundo do Rio do Ouro. A propósito observa RUMEU DE ARMAS: — «Desde 1441 a 1446 se llevan a cabo (os os pilotos portugueses) otra serie de expediciones de penetración interior, al mismo tiempo que, con independencia de ellas, proseguia el periplo africano. El objetivo de casi todos estos viajes politico-comerciales era la ensenada de Río de Oro. Entre estas empresas de exploración o reconocimiento terrestre se pueden señalar las de Antão Gonçalves, en 1441 y 1443, respectivamente; la de este mismo capitán junto con Gomes Pires y Diego Afonso en 1445; la cuarta, de Antão Gonçalves, em 1446, y la de Gomes Pires en este mismo año» (*España en el Africa atlántica*, tomo 1, p. 82). A conclusão do autor, em seguida a estes dizeres, é que não nos parece provável, como observámos já noutro lugar (Cfr. a nota da p. 181 do nosso vol. 8).

(6) Gomes Pires, patrão de el-rei, já em 1444 negociara com pano no Rio do Ouro (Cfr. a nota 1 ao DOC. 152 do nosso vol. 8).

(7) No ms. *receberom*.

fim, nunca se dello quizerom empachar, entanto que Gomez Pirez aguardou ally per spaço de xxj. dyas. E em tamanha fiança se poyam os mouros com elles, que de boamente se metyam cinco e seis na caraueilla. E entretanto sobrechegou a outra, em que hya Joham Gorizo, que ficara na jlha. Passados os xxj. dyas, veendo Gomez Pirez como lhe os mouros bulrauom e que nom queryam jr chamar os mercadores, disselhes que ateely os teuera seguros, em nome do ssenhor jffante, sseu ssenhor, e que, pois elles nom trautauom verdade, que, dally auante, se guardassem delle, auendo o sseguro por acabado.

E assy lançou logo fora todollos que tijna na caraueilla; desy fez vela, afastandosse dally quatro legoas contra a outra parte do rryo (8), onde estando no outro dya que ally chegara, vyo como vijnham dous mouros contra a rribeira, os quaaes, per seu mandado, em breue foram filhados. Gomez Pirez fallou com elles a de parte, preguntandolhes se sabyam nouas dalgũus outros mouros que ally fossem acerca. Sabemos, responderom elles, que dez som jdos a hũa jlha que esta no cabo deste rryo (9) e que, hi preto, esta hũa pouoraçom em que auera quareenta ou cinquenta almas. Hora pois que assy he, disse Gomez Pirez contra Joham Gorizo, fazeeuos prestes seis de uosoutros e tomaae hũu desses batees e saij em terra, em busca daquelles mouros que me este diz que foram aa jlha, e auisaaeuos, disse elle, que tenhaaes maneira de os filhardes ante que se lancem a augua, porque ey nouas que todos som muy grandes nadadores e poderuoshyam scapar, se dello nom fossees auisados.

Partironse assy aquelles e Gomez Pirez fez aparelhar outro batel, no qual meteo xj homeens consigo e sahio em terra, onde lhes fallou em esta guisa: amigos, bem veedes como somos vijndos a esta parte principalmente por fazer seruiço a Deus e desy ao senhor jffante nosso ssenhor, nom sem proueito de nosso retorno. E, porque soube que em direito daquella jlha, a que tenho enuyados aquelles outros nossos parceiros, sta hũa aldea, em que auera quareenta ou cinquenta almas, antre os quaaes, por muytos que hi aja de pelleia, seram de xx ataa xxv, e bem creio que,

(8) Gomes Pires, como também já observou BOURDON, dirige-se assim para a entrada do esteiro do Rio do Ouro, dito por DUARTE PACHECO PEREIRA à «maneira de lago», centrado por «hũa jlha», tendo aquele de comprido «quatro ou sinco legoas» e a entrada sul muito baixa (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 23). Cfr. também *O Manuscrito*, p. 40, onde tão-pouco se dá nome ao ilhéu em causa, mas em que se afirma que «no ylheo que tem o rryo fez despois o jffante (D. Henrique) hũa torre, que esta oje neste dia», portanto ainda no século XVI. O ilhéu é identificado por BOURDON com o actual *Horné* (*Chronique* cit., p. 250, nota 2). A mesma jlha ou ilhéu, também sem o nomear, alude ainda o Roteiro editado em *O Manuscrito*, p. 214.

(9) A referida em a nota anterior.

se a elles formos como deuemos, que faremos em elles presa sem grande nosso perigo; porem, meu conselho he que nos vaamos logo a ellas, porque, se algũ dos da jlha scapar, nom possa dar nouas de nossa vijnda, pella qual se possam auisar e fogyr. Esto vos faço saber como homem que quer vosso conselho e prazimento.

Pera que he, responderom os outros, mais falla nem conselho, senom hij com Deus pera onde quiserdes e nos vos seguiremos, como he rezom; ca, pera hũu homem de tal autoridade como vos e que tantas cousas perij-gosas teendes vistas e passadas no mar e fora delle, escarnho serya pensar algũ de nos de correger no que uos teuessees determinado. E, lei-xando assy aquestes em sua boa determinaçom, fallemos dos seis que forom aa jlha, os quaaes poserom toda sua força em remar seu batel, por chegarem aaquela jlha ante que a maree vazasse, porque os mouros, de baixa mar, se podyam bem sayr (10).

E, sseendo acerca della, acordarom que quatro saisses fora e dous fossem no batel ao longo da terra, por tal que se os mouros se quysessem lançar a augua, que os podessem bem tomar e que, se er (11) compriase de saltarem fora, pera ajudar seus parceiros, que o podessem fazer. E, jndo assy os quatro per terra, ouuerom os mouros vista delles e, ou por seerem homeens esforçados ou por entenderem que tijnham auan-tagem, forom logo contra os christãaos, remessando suas azagayas nom muy longe delles, as quaaes lhes forom recebidas nos scudos, e desy vie-rom aa pelleia, na qual se os quatro tijnham auantajadamente com elles; mas os dous que eram no batel viram muy bem o trabalho de seus parceiros e saltarom em terra, pera os ajudar, cuja vijnda foe aos con-trairos causa de veencimento, começando logo de se retraer, ataa que se desposerom de todo a fogyr. E de dez que os mouros eram, os dous que se quiserom lançar a augua, ou por nom saberem bem nadar ou por outro algũ empacho, forom logo afogados.

E porque os christãaos viram que se lançaum a augua, saltarom em seu batel e, assy dentro como fora, tomarom os oito. E, teendos assi atados, disse Joham Goryzo contra os outros, vaamos a terra contra onde vimos jr Gomez Pirez no outro batel; ca, certamente elle, que logo partyo despos nos, nom foe al senom que quis entretanto dar na aldeia que lhe os mouros disserom que ally estaua e, pois nos ja teemos acabado nosso encarrego, vaamollos ajudar, ca perventura lhe sera necessario ou siquer ao menos sentiram nossas boas voontades. E esto dizia Jhoam

(10) «Dans le nord-ouest de l'île Herné, — informa BOURDON — il existe en effet des bas-fonds guéables à marée basse» (*Lug. cit.*, nota 3).

(11) Este advérbio *er* do manuscrito, por *alida*, *também*, etc., falta nas ante-riores edições da Crónica.

Gorizo, porque quando elles hyam pera a jlha, bem viram o outro batel a uyagem que leuaua. O qual conselho todos ouuerom por boo. E, levando estes agora jr a sseu caminho contra onde Gomez Pirez vay, fallemos do acontecimento dos outros.

118

1446

Gomes Pires e companheiros saltam em aldeia do Rio do Ouro, onde tomam 21 indigenas e depois mais 31, noutra povoação do mesmo esteiro.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 90, segundo o código de Paris, fls. 148-49.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 181; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

Tornando agora ao feito de Gomez Pirez, ajamos aquelle conselho por acabado e tenhamos que vão seu caminho, guyandosse per aquelles mouros, per cuja lingua se mouerom partyr de seu nauyo. E foe assy que, jndo elles ia acerca donde lhe disserom que a aldeia estaua, viram os mouros como sahyam de seu alloiamento, os quaaes veendo Gomez Pirez braadou rrijamente aos outros que os seguissem. Corree, disse elle, ca toda nossa vitorya esta na ligureice de nossos pees, segundo veedes que se os jmjgos começam daparelhar. O qual mandado era sobeio nas orelhas daquelles que, ajnda se a primeira pallaura nom dezia, ja elles eram antre os mouros. E, chamando Santyago e Portugal, em muy breue saltarom em meyo da aldeia onde, no primeiro golpe, prenderom .xxj. daquelles, antre homeens e molheres e moços; pero, creo que os mais seryam daquelles que nom podessem fogyr, ca dos doze christãos que ally chegarom, quatro se apartarom a correr tras aquelles que fogyam, cujo trabalho prestou pouco, ca nunca poderom chegar a elles, pera os filhar, ataa que lhes a força começou de fallecer, e encaminharom de sse tornar.

E elles, contentes de sua vitorya, tornandosse pera seus nauyos, chegarom aos outros que vijnham pera os ajudar, e ajuntousse ally hũa ledice caasy por jgual; porque cada hũus em sua parte eram contentes da uitorya que receberam e muyto mais porque fora sem algũa sua perda. E assy foram pera seus nauyos, onde repousarom com essa vyanda que

tijnham, apresentando hũus aos outros com boas voontades, como se faz em taaes lugares onde sobrechegam semelhantes encontros. E, porque se diz, em comũu prouerbyo, que homem pobre com pouco se allegra, Gomez Pirez nom se quis de todo leixar em repouso com esta vitorya, contentandosse do que ja tijnha. Mas, entretanto os outros estauam em seus fallamentos, apartou hũu daquelles mouros, preguntandolhe se sabya parte dalgũa pouoraçom que preto esteuesse. O qual lhe respondeo que nom sabya senom hũa, mas que era dally seis legoas, na qual auerya bem cento almas. Pois, disse Gomez Pirez, assy podem seer iij.^o, ca todauya jremos a elles, pois ja neste mester estamos. E assy de supito, mandou fazer vella, fazendo guyar seus nauyos contra onde o mouro mostraua que a aldea jazia.

E quando sentyo que serya ja quatro legoas donde ante partira, fez lançar seu batel em terra com .xvij. homeens, daquelles que sentyo que milhores e mais despachados eram, e os tres leixou em guarda das carauellas. Desy, fez poer o mouro por guya dyante. E, porque parece que hyam de noite e o mouro nom sabya bem o certo onde a pouoraçom jazia, soamente quanto esmaua o geito, passauam ja por ella, se nom fora o ladrado de hũu cam, per cuja voz sentiram o lugar onde os mouros jaziam, e voltaram sobre elles; mas, quando ja chegarom a aldea, começaua damanhecer, de guisa que parte dos mouros eram ja partidos pera fora. Empero, com seu acostumado apellido, chegarom sobre o lugar e, sem nhũa defesa que os mouros posessem sobre ssy, prenderom .xxxj. E esto creio que serya porque parece que os mayores e princypaes eram ja fora e os outros que ficarom eram velhos e molheres e moços, aos quaaes logo preguntaram que era dos outros que se dally partiram. Som, disserom elles, daquy tres legoas, contra a praya do mar, onde forom em busca de mantijmento, pera sy e pera nos.

Hora que sera, disse Gomez Pirez, ca minha entençom he que nos vaamos a elles ca, pois ja despostos somos a este trabalho, erro serya nom lhe darmos fim; porem, comece algũa cousa, se a trazees, per que recebaaes algũu descanso, e tomemos algũu daquestes que nos encaminhe pera onde aquelles mouros estam. Bem ouue hi algũus que quizeram de boamente folgar, se os nom forçara o empacho do capitam e doutros algũus que acordauom com a ssua tençom. Tomaae, disse Gomez Pirez contra Joham Fernandez — aquelle boo scudeiro de que ja fallamos que andara sete meses em aquella terra (1) —, dous homeens desta companhia e encaminhaae estes mouros pera os nauyos e nos jremos em busca dos outros que daquy partiram ante que oje chegassemos.

(1) Cfr. os caps. 29, 32 e 77 da Crónica.

119

1446

Quando João Fernandes, João Bartolomeu e Lourenço Eanes conduziam os cativos das aldeias do Rio do Ouro para os navios, depararam com cinco mulheres, que aprisionam e juntam àqueles.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 91, segundo o códice de Paris, fl. 149 r. e v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 181; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

Indo assy Joham Fernandez sua vyagem, com seus prisoneiros ante ssy, nom muyto seguro de achar algũs contrairos que perventura lhe fizessem perder sua presa, sguardando pera todallas partes, porque a terra era chãa, acertousse de veer ao longe cinco pessoas que vijnham contra elle, de cuja vista foe muy allegre, porquanto lhe pareceo que se vijnham dereitamente a elle; porem, começou de consijrar em ello. Hora, disse elle contra os outros, vos ja veedes aquelles mouros como se veem dereitamente a nos? Elles me parece que som cinco e nos somos tres, dos quaaes he necessaryo que hũu de nos guarde os presos.

Vos, Joham Bertollameu, disse elle, ficaae com elles detras e LourencEannes e eu jremos aaquelles que veem, e vaamos logo dereitamente de rostro a elles; porque quanto mais arredados daquestes pelleiarmos, tanto sera mais nossa auantagem, porque poderya seer que se mes-turaryam com aquestes que teemos e serya aazo de sse soltarem algũs. E em esto começaram de seguyr dereitamente aaquelles que vijnham, pensando que eram mouros de pelleia, o que acharom muyto pello contrairo, ca todas cinco eram molheres, as quaaes receberam com leda vontade, como cousa que tam sem trabalho acrecentaua em seu cabedal; desy leuaronnas com os outros a sseus nauyos.

120

1446

Gomes Pires e outros, que haviam abalado em busca de novas aldeias do Rio do Ouro, aprisionam mais 7 indígenas que, com os anteriores, perfazem a soma de 79 almas, para cujo alojamento se desfazem da carga de sal que tinham levado, e, fálhos de mantimento, especialmente de água, regressam a Lagos, em cujo termo, na Mezilhocira, se encontrava o infante D. Henrique.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 92, segundo o códice de Paris, fls. 149 v.-50 v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 182; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

Seguyo assy Gomez Pirez sua vyagem, segundo ouuystes que dissera aos outros, depois que chegarom a aldea. E, sseendo ja afastado per boo spaço do lugar donde fizeram a presa, vyu hũu mouro que vijnha en cima dhũu asno, o qual parece que partira donde os outros mouros ficaram. E, tanto que o mouro ouue vista dos nossos, lançousse de seu asno e começousse de tornar, correndo pera onde leixara os parceiros. E porque a terra era chãa e o mouro vijnha folgado e ouuera vista de muy longe donde os nossos vijnham, e com todo esto os christãaos, que eram muy trabalhados, pollo grande trabalho e perdimento de sono que ouuerom dous dyas auya, nom o poderom seguyr. Empero, leuauanno ante a uista o mais que podyam; porem, aa fim, ouueronno de perder, nom quedando por jssso dandar sua vya direita, ataa que chegarom aas casas de hũa aldea, onde parece que outros mouros estauam, na qual nom acharom algũa pessoa. E jsto serya ja hora de terça (1).

E, esguardando assy pella charneca quanto podyam deuisar, viram jr os mouros que dally partirom. E assy como estauom cansados, enca-minharom empos elles spaço dhũa legoa e mea, onde foram dar com elles no mar, acerca do qual se colherom a hũas rochas muy grandes que ally auya, trabalhandoosse porem os nossos de os buscar; mas, pero muytos fossem, por aazo da graueza do lugar, nom poderom cobrar mais de sete. E assy em este trabalho andarom aquelle dya todo, atee preto da noite;

(1) 9 horas da manhã.

mas, sobre todo seu cansaço, sentyam muyto a fame e sede, pera que nom tijnham nhũu remedyo. E, sseendo ja buscados todos aquelles lugares que sentyam aazados pera algũus jazerem, acordarom de ase tornar. E bem he que algũus disserom que serya boo conselho de ficarem ally delles aquella noite, pera veer se sahyam os mouros que jaziam escondidos; pero, nom ouue hi tal que se atreuesse a ficar, tanto sentyam seus corpos postos em fraqueza, ante determinarom todos de se tornarem pera suas carauellas.

E, ssegundo parece que se quis Nosso Senhor Deus nembrar de sua fraqueza e ordenou que encontrassem, naquelle caminho per onde hyam, dous camellos sellados, que foe grande remedyo pera seu descanso; ca se reuezauam em elles, atee que chegarom a sseus nauyos, onde acharom que tijnham ja de presa .Lxxix. almas. No outro dya, foe acordado antre elles que, porquanto seus nauyos nom podyam aloiar tantos mouros, por aazo do sal que leuaram deste rregno, e esto a fim de fazerem salga nas pelles dos lobos marinhos, quando outra presa nom podessem cobrar ou perventura entrar no resgate com os mouros, que lançassem todo aquelle sal fora, como de fecto fezerom (2). E quiserom ajnda partyr, pera jr correr outra costa; e, por aazo da tormenta que lhes sobreueo, determinarom de enseuar ally seus nauyos, por que se podessem milhor reparair aa fortuna do mar, quando tornassem.

E, acabados seus nauyos de correger, apartou Gomez Pirez hũu daquelles mouros, por saber parte onde auerya ajnda outros mouros que podesse filhar. E, ja seia que lhe o mouro dissesse onde estauam algũas aldeas e elles fossem a ellas, passandosse aa parte do sul, nom acharom em ellas nhũu mouro nem mouro nem outra criatura. E assy andarom per certos lugares, per onde o mouro sentya que os acharyam, ataa que de todo sentirom que os mouros eram auisados e que serya trabalho

(2) A abundância de lobos marinhos cu seja de focas no Rio do Ouro e a exploração da pele e óleo das mesmas pelos navegadores henriquinos alude a Crónica também nos capítulos 10 a 12, 78 e 93. É possível que se destinasse aquele óleo às saboarias do infante D. Henrique, espalhadas pelo país, como se documenta na presente colectânea; pois ele teve o exclusivo do fabrico e venda do sabão no reino. Ao sal apenas se alude neste capítulo, o qual era utilizado na salga das peles em referência e mesmo na venda dele aos indígenas africanos, que tanto o apreciavam, sobretudo os do interior do continente, onde circulava por moeda. O sal não constituía mercadoria defesa pelos textos conciliares e pontifícios para terra de infiéis; contudo, vemos que, em 25 de Maio de 1438, el-rei D. Duarte autorizou o levassem a terra de mouros em troca de pão, por em Lisboa haver mingua deste (Cfr. SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, vol. 1, p. 393). Sobre o sal, como riqueza económica do nosso país, são notáveis os estudos de VIRGINIA RAU, nomeadamente *A exploração e o comércio do sal de Setúbal e Rumos e vicissitudes do comércio do sal português nos séculos XIV a XVIII*.

perdido andarem ally mais em sua busca. Porem, acordarom de sse tornar pera o rregno, visto como lhe os mantijmentos falleciam, specialmente a augua, de que naquella terra nom podyam auer outro refresco. E assy enderençarom sua vyagem, ataa que tornarom a Lagos, em cujo termo o jffante estaua, em hũu lugar que se chama a Mexilhueira (3).

121

5 MAIO 1446

Carta do regente D. Pedro, a nomear Fernão Pires para juiz das sisas da vila de Penamacor e termo, a pedido de Lopo da Cunha, fidalgo da casa do infante D. Henrique (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 42.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Fernam Pirjz, portador da pressente, pello de Lopo da Cunha, fidalgo da cassa do jffante dom Henrrique, meu mujto prezado e amado tyo, que nollo por ell pedio; teemos por bem e damollo por juiz das nossas sisas da villa de Penamaquor e sseu thermo, porque nos dise-rom que o nom tijna nhũu per nossa carta.

Porem, mandamos aos rrendeiros ou rreçebedores que ora ssom e ao diante forem das dictas sisas e a outros quaeesquer que esto ouuerem de ueer que o ajam por juiz das dictas sisas, como dicto he, e o leixem serujr e hussar do dicto ofício, sssem outro nhũu embargo que a ello ponhaaes. O qual Fernam Pirjz jurou em a nossa chancelaria aos santos auangelhos que bem e dereitamente, como deue, obre e husse do dicto ofício e guarde a nos nosso seruício e ao poboo sseu djreito. Vnde al nom façades.

Dada em Santarem, b dias de mayo. Elrrej o mandou per Lopo dAlmeyda, caualleiro de ssua cassa e veador da ssua fazenda. GonçalEannes a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rbj.

(3) Ou seja Mexilhoeira Grande, freguesia do concelho de Portimão, a 8 quilómetros desta vila e a 10 de Lagos, cuja igreja tem belo pórtico lateral manuelino.

(1) Sobre Lopo da Cunha cfr. os DOCS. 61 e 67 do nosso vol. 8 e 36 e 48 do presente volume.

122

8 MAIO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, carpinteiro, residente em Coimbra.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 45.

Dom Affonso, etc.

Jtem carta de JohanEannes, carpenteiro, morador em Cojnbra, bees-teiro da camara do jffante dom Henrrique. Em forma.

Dada em Santarem, biij dias de mayo, per autoridade do asenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Pedro de Lixboa a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iii^o Rbj.

123

12 MAIO 1446

Carta do regente D. Pedro, de perdão a Diogo Gil, criado do infante D. Henrique, o qual fora condenado por ferimento (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 40 v.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes da nosa çidade dEuora, e a todollos outros jujzes e justiça dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Diogo Gill, criado do jffante dom Anrrique, meu muyto prezado e amado tyo, e filho de hũu Bertollameu Gill, escudeiro, morador que foy em essa mesma, nos enujou dizer que avija peça de tenpo que elle ouuera hũu arroydo com hũa Breatiz Lourenço, no quall lhe dera hũa ferida e querellarra do dicto seu padre e delle; e que ella fora sãa

(1) Sobre Diogo Gil vejam-se a nota da pág. 125 e os DOCS. 76, 207, 208 e 212 do nosso vol. 8.

da dicta ferida e conhecera que ella fora culpada no dicto arroydo, rreconciliara com elle e com o dicto seu padre e lhe perdoara todo o djreito que contra elle tynha, apresentando presente nos hñu estormento de perdam que lhe a dicta Breatjz Lourenço e EsteuEannes, seu marido, mandarom dar, o quall parecia ser fecto e assignado per Aluoro Annes, noso vasallo e tabaliam por nos em essa çidade; e que o dicto seu padre se finara da ujda deste mundo e que elle andaua por ello homjziado, com temor da nosa justiça; pedindonos por merçee e a honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo que lhe perdoasemos a nosa justiça, se nos a ela, por a dicta rrazom, era theudo.

E nos, vendo o que nos asy dizer e pedir enviou com o dicto estormento de contentamento; querendolhe fazer graça e merçee, aa honrra da morte e paixom de Nosso Senhor Jhesu Christo, vijsto o casso quall foy e o contentamento das partes; temos por bem e perdoamoslhe a nosa justiça se a nos ell, por a dicta rrazom, era theudo, comtanto que paguase mjll rreaaes; e, porquanto os elle logo pagou e emtregou a frey Rodrigo, noso esmoller, a que os mandamos rreceber, pera delles fazer o que lhe por nos he ordenado, segundo dello fomos çerto per seu aluara, assignado per sua mão.

Porem, uos mandamos que o nom prendaes nem mandes prender nem faças nem consentaes fazer mall nem outro nhñu desaguisado, quanto he por a dicta rrazom; porquanto nossa merçee e vontade he de lhe perdoarmos, como dicto he. Vnde all nom façades.

Dante em a nosa vijlla de Santarem, doze dias do mes de mayo. Elrrey o mandou, per o doutor Ruy Gomez dAluarenga e per Lujs Martijnz, seus vasallos e do seu desenbargo e pitições. Afonso Annes a fez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o e Rbj.

124

12 MAIO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Lançarote, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, para coudel da vila de Lagos e termo, por cinco anos, como o fora Diogo de Calvos (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 49 v.

(1) É Lançarote da Liha, sobre o qual se podem ver a nota das pp. 45-46 do nosso volume anterior e as numerosas referências que ali se lhe fazem, localizadas pelo respectivo Índice Analítico.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Lançarote, caualeiro da cassa do jffante dom Henrique, em que o damos por coudell em a villa de Lagos e sseu termo, da fectura desta carta ataa çinquo annos, asy e polla guissa que o dhi foy Diego de Caluos e o foram os outros coudees que ante elle foram. Em forma.

Dada em Santarem, xij dias de mayo, per autoridade do ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc. Martim Aluarez a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiiij^o Rbj.

125

16 MAIO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear João da Fonseca, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Proença, para coudel em Castelo Branco, Monsanto, Penamacor, Segura e Idanha, como o era Diogo Dias, também escudeiro do dito infante (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 44.

Dom Affonso, etc.

Jtem, carta de Joham dAfonseca, escudeiro do jffante dom Henrique, morador em Proença, em que o dam por coudel em Castell Branco e em Monsanto e Penamocor e em Segura e em Hidanha, asy e pella guissa que o era Diego Diaz, escudeiro do dicto jfante, e o foram os outros coudees que ante elle foram. E esto da feitura da pressente ataa çinquo annos. Em forma.

Dada em Santarem, xbj dias de mayo, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Martim Aluarez a fez. Ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiiij^o Rbj.

(1) Diogo Dias havia sido nomeado para o cargo em 8 de Maio de 1441 (Cfr. o DOC. 154 do nosso vol. 7, e também, em 14 de Junho de 1442, para coudel de Sazedas e Sobreira Formosa, por 5 anos (*Ibi*, p. 324).

126

3 JUNHO 1446

Carta do regente D. Pedro, de quitação a D. João Manuel, bispo de Ceuta, pelo dito infante mandado em 1443 à corte pontificia, do que recebeu e despendeu, nomeadamente com as letras relativas à concessão do Mestrado de Santiago, dispensa do casamento do infante D. Fernando e de apropriação à diocese de Ceuta dos bens desanezados das de Tui e de Badajoz (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 54, — donde se reproduz; em leitura nova, *Extras*, fl. 100 v.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 1, pp. 322-24. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, Suplemento ao vol. 1, p. 530.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta de quitaçom virem fazemos saber que, em o anno passado de quatroçentos quarenta e tres, nos mandamos aa corte do santo padre dom Joham, bispo da nossa çidade de Çepta, por coussas que conpriam a nosso seruiço e bem de nossos rregnos.

E alla rreçebeo, per nosso mandado, mjl seteçentos e çinquenta ducados de camara, a saber, trezentos e vinte ducados em Brugees, de Frolentim, per letara de canbo de Tropell (2), jenoos, mercador, estante em a nossa çidade de Lixboa; e mill çento oyntenta ducados em Roma, de Phelipe de la Luna, per letera de cambo do dicto Tropell, que hia pera o bamco de Amtonyo de Paçes; e duzentos e çinquenta ducados dos monjes de Frolença, dos dinheiros que lhe foram dados em guarda, em tenpo delrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja. Dos quaees se mostra ffazer estas despessas que se adiante seguem.

Jtem, despendeo, nas letaras da despensaçom do mestrado de Santiago e da danaxaçom de Çepta (3), mjl e trezentos e çinquenta ducados de camara e dez bajocas, a saber, mjl ducados de Ueneza, que ~~ase~~ dijz que som mjl e çinquenta e sete ducados de camara e dez bajocas, que

(1) Sobre D. João Manuel vejam-se os DOCS. 130-33 do nosso vol. 8 e as notas das pp. 197 e 205-07 do mesmo volume.

(2) E Tropell de Vivaldo, como consta de carta de 4 de Agosto seguinte, publicada por AZEVEDO, *Obra e tomo cit.*, p. 329.

(3) Cfr. os DOCS. 107-08 e 125 do nosso vol. 8.

montou em aquello que ouue o santo padre, por a dita despensaçom, e çem ducados, que deu ao Mourenensy, por seu trabalho, por com boa deligencia solicitar o que a esto compria; e çento e seis ducados, que deu [de] expedir as bullas da enexaçom; e quinze ducados, que deu por a lletara da despensaçom do cassamento do jfante dom Fernando, meu muyto prezado e amado irmão; e saseenta e çinquo ducados, que deu os quarenta de taixamento do mestrado, e vijnte que deu ao taixador, por lhe nom ser leuado taixa de quatro mjl ducados, em que o dicto mestrado he posto, de que vijinha, [de] despendiçom, çento e vinte ducados e çinquo do prerregisto e outras coussas meudas, que as dictas lletaras pertenciam, e dous ducados, que deu ao secretario do duque de Bergonha, meu muyto prezado e amado tyo, por as letaras que fez, e çinquo ducados aos porteiros do papa.

Item, despendeo, na demanda que ouue com os monges de Frolença, sobre as pagas dos djnheiros que a nos avijam de fazer, onze ducados.

Item, tomou quinhentos e quorenta e noue ducados pera seu mantimento e de tres emcavalladuras que lhe forom hordenadas, per nosso aluara, fecto em Sintra, xbj de julho da dicta era de quatroçentos R^{ta} iij, desoyto dias de dezenbro da dicta era, em que chegou a Bruges, segundo dello ffomos çerto, per estormento que dello trouue, ataa biij dias de dezembro de quatroçentos quarenta e quatro, que partio de Roma, a rrazom de meo ducado por dia, a sua pessoa, e de tres terços de ducado por dia, pera as emcaualladuras, a terço de ducado a cada hũu por dia.

Item, tomou, per compra de hũua besta pera elle e tres pera tres encaualladuras, que lhe fforom hordenadas per o dicto nosso aluara, çincoenta ducados, a saber, xx ducados per hũua besta pera elle e trinta ducados peras dos outros, contando a dez ducados a cada hũu.

Item, pera seu corregimento, que lhe foy hordenado per o dicto aluara, quarenta e cinco ducados.

Item, tomou pera uestido dos seus, que lhe foy hordenado per o dicto aluara, R ducados.

Item, tomou pera sy çem ducados, que lhe mandamos dar de graça, per nosso aluara, fecto a xbij de julho de iiij^o Riiij.

Item, deu, per nosso mandado, de frete da carraqua em que foy da dicta çidade de Lixboa ataa Bruges, segundo he contheudo no sobredicto aluara, vijnte ducados.

Item, deu, de passagem de hũua carraca, em que veo de Sagona ataa Callez, doze ducados.

Item, despendeo, em mantjmento de quatro messes e meo, que andou na dicta carraca, os quaees se começaram a xxij dias de janeiro de iiij^o Rb e se acabaram em xx dias de mayo, que emtrou em Purtugall, segundo mostrou per scriptura publica, quarenta e noue ducados e meo, contando a sua pessoa, por mes, cinco ducados, aos seus tres homens dous ducados.

Jtem, deu, de passagem da barca que o trouue de Callez ataa Crasto Marim, noue dobras.

Jtem, despendero de seu mantjmento, no dicto tenpo, duas dobras.

E asy se mostra seer moor a despessa que a rrecepta quinhentos e dezasete ducados e meo e dez bajocas, dos quaees lhe demos nosso desembargo pera a nossa allfandega da dicta cidade de Lixboa, do rrendamento della deste anno pressente.

E, porquanto nos deu boom conto de todo aquello que se asy mostra que por nos rregebeo e despendero, o damos por quite e liure, deste dia pera todo senpre, da sobredicta contya, que asy rregebeo.

E porem, mandamos aos veeadores da nossa ffazenda, contadores, ofiçiaes e pessoas e a outros quaeesquer a que o conhecimento desto pertencer e esta carta de quitaçom for mostrada, que nunca, em nehũu tenpo, costringuam o dicto bispo e seus herdeiros por nehũa coussa do que dicto he; porquanto os damos por quites e liures dello, deste dia pera todo senpre. E, em testemunho dello, lhe mandamos dar esta nossa carta de quitaçom.

Dante em Aurantes, iij dias de junho, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrej e curador e rregedor por ell de seus rregnos e ssenhorio. Afonso Vaasques a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^o e Rbj annos. E eu, Martijm Gill, a fiz scpreuer. Nom seia duujda na antrelinha onde djz jtem, que tomou pera vjst[id]o dos seus, que lhe foi hordenado per o dicto aluara R ducados. E eu, scpriuam, a fiz, por fazer verdade. Borges.

127

10 JUNHO 1446

Pleno poder passado por el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão D. João, rei de Navarra, para ele o representar junto de D. Afonso V de Portugal e do infante D. Pedro, regente do reino, na renovação da aliança outrora feita pelos infantes aragoneses com el-rei D. João I e o infante D. Duarte, seu filho primogénito (1).

ACA., *Cancillería Real*, Registro 2654, fl. 57 v.

(1) Cfr. o DOC. 33 do nosso vol. 4.

Posse attributum illustrissimo regi Nauarre, super noua confederatione, fienda jnter dominum regem, ex vna, et regem et infantem Portugalie, ex altera partibus.

Pateat vniuersis quod nos, Alfonsus, etc., quamquam nobis jura et precipua quidem est cunctos christiane religionis principes in pace amicitiaeque tenere ex nobisque nichil defficit quin cum ipsis vijs omnibus concludatur, cum his tamen potissimum fedus contrahimus qui nobis affinitatis vel consanguinitatis gradu aliquo sunt coniuncti, vt pro conseruanda vicissim amicitia hinc necessitudo hinc fides confederacioque laborent.

Jntendentes jccirco cum illustrissimo et carissimo nepote nostro Alfonso, rege Portugalie, cumque illustri infante Petro de Portugalia, eius patruo, eam amicitiam, confederacionem et intelligenciam habere quam cum illustrissimo quondam Johanne rege Portugalie, diui recordij, patre et fratre eorumdem habebamus, ne fedus cum genitore contractum in uano defficere videatur, quod alias censebamus non oportere, his respectibus decernimus exequendum; non valentes tamen id personaliter efficere, prout decet, eam nos personam super horum executione exquirere opportuit que hec et maiora experta negocia vices nostras suppleat in eisdem. De vobis itaque illustrissimo principe Johanne, Dei gratia rege Nauarre, fratre et locumtenente generali nostro carissimo, cuius periciam et industriam in similibus et magis arduis negocijs effectu et opere deprehensas pluries habuimus, sic plenissime confidentes vt vestra, vbi intercessus habetur, nobis ipsi videamur interesse, onus huius jniende confederacionis et amicitie vobis soli pre cunctis ceteris jmpnere et committere volumus.

Tenore igitur presentium, de certa nostra sciencia et expresse, vobis, dicto illustrissimo regi Nauarre, fratri et locumtenenti generali nostro carissimo, licenciam, auctoritatem, facultatem et posse plenissimum damus, concedimus et tribuimus vosque absentem tanquam presentem commissarium et procuratorem nostrum facimus, constituimus et creamus generalem et specialem ad subscripta, quod possitis et libere valeatis, pro nobis et nomine nostro, cum dicto rege Portugalie et infante Petro de Portugalia vel eorum altero, similem intelligenciam, amicitiam et confederacionem quam cum dicto quondam rege Portugalie, genitore et fratre ipsorum, habebamus perpetuam vel ad tempus jnire, facere, finire, concludere et firmare juxta scilicet modum, formam, condiciones et pacta in dictis intelligencijs et confederacionibus, quas cum dicto recolende memorie genitore dicti illustrissimj regis Portugalie habebamus contenta et expressa, hoc tamen excepto quod in eadem per vos nostro nomine firmanda seu concludenda intelligencia siue liga aut confederacione hec insuper condiciones et pacta apponantur, videlicet quod nec per vos,

dictum carissimum fratrem nostrum, nostro aut proprio vestro nomine, nec per dictum illustrissimum regem Portugalie aut infantem Petrum, eius patrum, in dictis intelligencia, amicitia et confederacione iniendis excipi possit serenissimus rex Castelle quodque nostri parte excipiantur illustrissimus Mediolanensium dux, illustris dux et comune Janue nostrique omnes consanguinei et affines et eorum regis et infantis parte excipi habeant rex Anglie et alter alius quem voluerint, dum tamen non sit ipse serenissimus rex Castelle, possitis et libere valeatis quascunque fideiussiones, penas, cautelas et securitates in predictis necessarias facere, apponere et firmare ac de eis pacisci et promittere ac in animam nostram, si opportuerit, jurare vel, si vobis melius expedire videbitur, penas, cautelas, fideiussiones et securitates appositas in dictis amicitia, intelligencia et confederacione cum dicto quondam rege Portugalie, eorum genitore et fratre, per nos habitas vel eis similes in predictis intelligencia, amicitia et confederacione cum ipsis rege Portugalie et infante Petro de Portugalia iniendis, vt prefertur, apponere, facere et firmare. Et demum possitis et valeatis alia omnia et singula facere in predictis et circa ea que necessaria fuerint et expediant queque nos faceremus facereque possemus et deberemus, si predictas intelligenciam, amicitiam et confederacionem cum ipsis rege et infante contingeret personaliter nos tractare. Quoniam nos, super predictis omnibus et singulis, juxta prescriptum modum et formam iniendis, tractandis et concludendis et alijs inde resultantibus, dependentibus, emergentibus et connexis vices, locum, auctoritatem et posse nostrum vobis, dicto illustrissimo fratri, damus, jmpertimur et committimus per presentes, cum ampla, libera et generali potestate.

Et insuper promittimus et pollicemur vobis, in nostri regia bona fide, ac etiam juramus ad Domjnum Deum et eius sancta quatuor euangelia, tactis per nos corporaliter eorum sacrosanctis scripturis, nos semper habere ratum, gratum, firmum, validum et acceptum id totum, si quid et quicquid per vos, dictum illustrissimum fratrem nostrum, in vim potestatis, commissionis et facultatis nostre huiusmodi super premissis et quomodolibet premissorum, cum dictis rege Portugalie et infante Petro de Portugalia vel eorum altero, factum, initum, concordatum, juratum et conclusum fuerit quomodolibet, siue gestum, et nullo vnquam tempore reuocare nec eis contraire, jn totum vel in partem, sub bonorum nostrorum omnium obligatione.

Quod est datum et actum in Castellonouo Neapolis, die decima mensis junij, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc.^{mo} xxxvj.^o, regnorum nostrorum xxxj.^o, huius vero regni nostri Sicilie citra farum anno duodecimo.

Signum Alfonsi, etc., qui predicta concedimus, firmamus et juramus huicque instrumento publico sigillum nostrum secretum apponi iussimus jmpendenti. Rex Alfonsus.

Testes sunt, qui premissis interfuerunt: Matheus Puiades, thesaurarius generalis, Johannes de Copons, legum doctor, negotiorum curie promotor, milites, et Guillelmus Puiades de thesauraria, consiliarij domini regis predicti.

Signum mei, Arnaldi Fonolleda, secretarij serenissimi domini regis predicti eiusque auctoritate notarij publicj per totam terram et dominationem suam. Qui, de ipsius mandato, premissis interfui eaque scribi feci et clausi. Corrigitur in lineis vicesima sexta huius et in secunda linea firme dicti domini regis nostrum secretum.

128

27 JUNHO 1446

Carta do regente D. Pedro, a perdoar a Josepe Contador, judeu de Avis, a fuga da cadeia onde se achava detido, sob acusação de praticar física e cirurgia sem licença, segundo denúncia feita por Lopo Fernandes, porteiro do infante D. Henrique.

ANNT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 58.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes da uilla d'Auzj e a todollos houtros juizes e justiça dos nossos rreinos e a outros quaeesquer a que o conhiçimento desto perteeçer a que esta nossa carta for mostrada, ssaude.

Sabede que Jossepe Contador, judeu, morador em essa mesma, nos emujou djzer que Lopo Fernandez, porteiro do jfante dom Enriquj, meu mujoy prezado e amado thio, dera delle enformaçom que hussaua de ffisiqua e çollorgiam ssem pera ello teer licença e que houuera aluara de mestre Johane pera nos que, sse achado fosse que asy era, que o preen-dessees e da quadea pagasse quatro marquos de prata, ssegundo mandaua a nossa hordenaçom ssobre ello fecta; e que, per bem do dicto aluara, o coregedor da nossa corte o mandara prender e que, por nom jazer em prissom perlongada, gastando ho que auja, fugio da dicta cadeia ssem a britando nem saltando per cima de castello, assajndo per a porta da cadeia nem leuando fferros nem houtras prissões; polla quall fugida, elle andaua amorado, com temor da nossa justiça, e que nos pidia por merçee que lhe perdoassemos a nossa justiça, sse nos a ella, per rrazom da fugida da dicta prisom, hera thiudo.

E nos, uendo o que nos asy djzer e pidir emujou e querendolhe ffazer graça e merçee, sse asy he como el djz e hi mais nom ha e elle nom britou cadea nem ssaltou per cima de muro nem de torre de menagem; temos por bem e perdoamoslhe a nossa justiça a que nos, per rrazom da ffugida da dicta prissom hera thiudo, contanto que sse lljure per sseu djreito do mallefício em que o asi culpam. E aja pera ello carta de ssegurança, da dada desta a qujnze djas. E, nom ho ffazendo elle asy, esta carta lhe nom ualha; e, fazendo elle asy, uos ho nom prendades nem mandees preender nem lhe ffaçaes nem comssentaes por ello ffazer mall nem houtro nehũu dessagujssado, quanto he polla fugida da dicta prissom, que nossa merçee he uontade he de lhe perdoarmos, como dicto he. Vnde al nom ffaçades.

Dante em a nossa ujlla dEstremoz, xxbij dias de junho. Elrey o mandou per Lujs Martijnz, sseu uassallo e do sseu dessenbargo e das pitições, e per Pero Lobato, licenciado em lex, houtrosy sseu uassallo e do sseu dessenbargo e juz dos sseus fectos. Afonso Annes a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rbj anos.

129

15 JULHO 1446

Letras Circa statum, do papa Eugénio IV, dirigidas a mestre Vasco Pereira, clérigo bracarense e notário apostólico, a dar-lhe poderes para urgir o pagamento das rendas atrasadas ou roubadas à câmara apostólica, com licença para proceder contra os recalitrantes (1).

AV., Reg. Vat., vol. 378, fl. 231.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilecto filio nostro magistro Valasco Pereyra, clerico Bracarenensis diocesis, notario nostro, salutem, etc.

Circa statum ecclesiarum et ecclesiasticorum beneficiorum omnium nostra prouisione, auctore Domino, prospere dirigendum, sollicitis, cum opus esse sentimus, inuigilamus studijs et illorum necessitatibus, in eo

(1) Cfr. também o DOC. 131, de 13 de Setembro seguinte.

potissime ut quibusuis sublati dispendijs debitorum ac vtilium rectorum sufulta presidijs, ad altissimi laudem ac gloriam, salubribus iugiter proficiant incrementis, apostolice interponimus providencie partes.

Cum jtaque, sicut nonnullorum fidedignorum relatione percepimus, in quampluribus regni Portugalie et alijs temporali dominio carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, ipsius regni regis illustris, subiectis ciuitatibus et diocesibus, ordinariorum locorum negligencia seu incuria ac temporum malicia causantibus, nonnullae laicales [persone] aliqua etiam curata beneficia, sub colore seu pretexto de illis quibusdam presbyteris seu clericis qui eis nullatenus seu mjnus debite in diuinis deseruiunt ac illorum fructuum, reddituum et prouentuum modicam partem percipiunt, quedam vero ecclesiastica, etiam curata seu alias incompatibilia beneficia ecclesiastica obtinentes et per huiusmodi perniciosam viam plura incompatibilia beneficia insimul, absque dispensatione aliqua, detinere non uerentes, alia curata seu alias incompatibilia, sub colore seu pretexto collationum, de illis presbyteris seu clericis eorum amicis vel progenitoribus, qui similiter modicam partem fructuum, reddituum et prouentuum sic collatorum beneficiorum huiusmodi perficiunt, nonnullae quoque alie ecclesiastice persone auaricie, que est ydolorum seruitus, finem non ponentes ac varijs et exquisitis vijs de elemosinis pauperum et patrimonio Ihesu Christi djtari improbe cupientes, aliqua beneficia ecclesiastica etiam dispositioni apostolice generaliter reseruata, pretexto collationum sibi de eis auctoritate ordinaria factarum, licet de facto indebite (2), occupare et occupata detinere presumunt, in non modicum ipsorum beneficiorum ac camere apostolice preiudicium, detinentium, quoque huiusmodi animarum periculum ac perniciosum exemplum et scandalum plurimorum;

Nos, huiusmodi perniciosiis nisibus obuiare et super hijs predictorum beneficiorum statui ac indemnitatibus salubriter prouidere volentes, sperantes quoque quod tu, quem nuntium nostrum ad regnum prefatum destinamus, scies, voles et poteris, auctore Domino, plurimum proficere in premissis, ac omnes et singulas collationes et prouisiones de quibusuis beneficijs, sub coloribus factas huiusmodi, necnon quecunque jnde secula, prout sunt, irrita et jnania nulliusque roboris fore censentes et, in quantum opus sit, auctoritate apostolica, tenore presentium, reuocantes, cassantes et annullantes, data tibi auctoritate apostolica, omnes et singulos, tam laicales quam ecclesiasticos, seculares et ordinum quoruncunque regulares, cuiuscunque status, gradus, ordinis vel conditionis fuerint, quos beneficia huiusmodi, sub coloribus seu pretexto antedictis, duntaxat indebite occupata, detinere, ad tui noticiam quandocunque peruenerint, vocandi ad tuam presentiam et contra eos et ipsorum quemlibet sunmarie,

(2) No ms. *indebita*.

simpliciter et de plano, sine strepitu et figura iudicii, sola facti veritate inspecta, etiam per edita publica, locis affigendis publicis partibus illis vicinis, de quibus verisimilis sit conjectura quod ad noticiam sic citatorum et monitorum peruenire valeant, procedendi necnon eos citandi et monendi illisque, sub excommunicationis, suspensionis et interdicti aliisque sententijs, censuris et penis, quas ipsi et quilibet eorum, si monitionibus et mandatis tuis huiusmodi realiter et cum effectu non paruerint, ipso facto incurrant, quatenus infra certum terminum peremptorium competentem, quem eis et eorum cuilibet ad hoc duxeris profugiendum, laici videlicet, et tam illi quibus collata fuerunt, quam alie persone ecclesiastice detinentes predicta (3), per eos detenta beneficia huiusmodi realiter et omnino dimittant et de fructibus, redditibus et prouentibus per eos ex beneficijs detentis predictis, male perceptis, fructuum, reddituum et prouentuum camere prefate in illis partibus collectoribus vel succollectoribus integre, seu prout cum eis concordare potuerint, satisfaciant.

Alioquin omnes et singulos detentores predictos, eisdem monitionibus et mandatis tuis predictis non parentes, sententias prefatas incurrasse, quouis appellationis submoto obstaculo preuio, declarationis ministerio publice nuntiandi et faciendi ab alijs nuntiari ac ab omnibus artius euitari, etiam ubi, quando et quotiens tibi visum fuerit expedire, donec et quousque, spiritum assumentes consilij sanioris, prefatis monitionibus et mandatis tuis huiusmodi paruerint cum effectu et absolutionis a sententijs predictis beneficium necnon alias integram reconciliationis gratiam a nobis vel dicta sede seu etiam a te, cui etiam super hijs plenariam concedimus facultatem, meruerint obtinere.

Et nihilominus omnia et singula beneficia occupata predicta, cum cura vel sine cura, quecunque, quotcunque et qualiacunque, etiam si canonicatus et prebende, dignitates, personatus, administrationes vel officia in cathedralibus aut metropolitanis vel collegiatis et dignitates ipse in cathedralibus etiam metropolitanis post pontificales maiores seu collegiatis ecclesijs principales fuerint et ad dignitates, personatus, administrationes vel officia huiusmodi consueuerint, qui per electionem assumi eisque cura imineat animarum ac dispositioni apostolice generaliter vel specialiter quouis modo reseruata sint, alijs personis ydoneis, quibus tibi videbitur, cum omnibus iuribus et pertinentijs suis conferendi et de illis prouidendi, inducendi quoque per te vel alium seu alios dictas personas, quibus ea contuleris, vel procuratores ipsarum pro eis in corporalem possessionem beneficiorum collatorum iurisque et pertinentiarum predictorum, et defendendi inductos, amotis quibuscumque illicitis detentoribus ab eisdem, ac faciendi personas, quibus eadem contuleris, vel dictos pro-

(3) No ms. *predicte*.

curatores pro eis ad beneficia collata huiusmodi, ut est moris, admitti necnon illis de eorundem beneficiorum fructibus, redditibus, proventibus, iuribus et obuentionibus vniuersis integre responderi, contradictores quoque [et rebelles per censuram ecclesiasticam et alia juris remedia, appellacione postposita, compescendo, inuocato ad hoc, si opus fuerit, auxilio brachij secularis].

Non obstantibus tam felicis recordationis Bonifacii pape viij, predecessoris nostri, et de duabus dictis jñ concilio generali quam alijs quibuscunque constitutionibus apostolicis necnon statutis et consuetudinibus ecclesiarum, in quibus huiusmodi beneficia forsan fuerint, contrarijs, iuramento, confirmatione apostolica vel quacunque firmitate alia roboratis; aut si aliqui super prouisionibus sibi faciendis de huiusmodi vel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus speciales vel generales dicte sedis vel legatorum eius litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reservationem et decretum vel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus personas ipsas, quibus dicta beneficia contuleris, in assecutione beneficiorum collatorum huiusmodi, volumus anteferri, sed nullum per hec eis, quoad assecutionem beneficiorum aliorum, preiudicium generari; seu si locorum ordinarijs et dilectis filijs capitulis ecclesiarum, in quibus huiusmodi beneficia forsan fuerint, vel quibusuis alijs communiter vel diuim ab eadem sit sede indultum, quod ad receptionem vel prouisionem alicuius mjnime teneantur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi vel excommunicari non possint, quodque de huiusmodi vel alijs beneficijs ecclesiasticis, ad eorum collationem, prouisionem, presentationem, electionem seu quanuis aliam dispositionem, communiter vel separatim expectantibus, nulli valeat prouideri per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem, et quibusuis alijs liciteris, priuilegijs ac indulgencijs apostolicis, quoruncunque tenorum existant, per que, presentibus non expressa vel totaliter non inserta, effectus earum impediri valeat quomodolibet vel differi et de quibus quoruncunque totis tenoribus debeat in nostris litteris fieri mentio specialis; aut si prefate quibus beneficia huiusmodi contuleris persone presentes non fuerint ad prestandum, de obseruandis statutis et consuetudinibus ipsarum ecclesiarum, in quibus huiusmodi beneficia forsan fuerint, solitum iuramentum, dummodo, in absentia sua, per procuratores ydoneos et, cum ad ecclesias ipsas accesserint corporaliter illa prestant, plenam et liberam, auctoritate presentium, concedimus potestatem et insuper volumus tibi, eadem auctoritate, concedimus quod citationes, monitiones et processus huiusmodi, si prefatis detentoribus personaliter nequeant intimari, per edita publica, in locis affigenda (4)

(4) No ms. *effigienda*.

publicis et vicinis, de quibus sit verisimilis coniectura quod ipsi citationes, monitiones et processus ad dictorum detinentium citandorum et monendorum noticiam pervenire valeant, facere possis, quodque huiusmodi citationes, monitiones et processus, sicut premititur, publicati et facti prefatos detinentes, perinde arctent ac si eis insinuati et intimati personaliter ac principaliter extitissent; non obstantibus omnibus supradictis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis ceterisque contrariis quibuscunque seu si detinentibus supradictis vel quibusvis alijs, communiter vel diuisim, ab eadem sede indultum existat, quod extra vel ultra certa loca ad iudicium euocari seu quod interdicti, suspendi vel excommunicari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi mentionem.

Volumus, autem, quod de beneficiorum, que per te, vigore presentium, conferri contigerit, et personarum quibus illa contuleris nominibus ac cognominibus proprijs necnon de diebus collationum (5) huiusmodi gentes dicte camere, vel collectores seu succollectores prefatos, quantotius certificare tenearis, presentibus post sex menses, a die tui ingressus in regnum Portugalie computandos, minime valituris.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo quadragesimo sexto, idibus iulij, pontificatus nostri anno sexto decimo.

130

12 SETEMBRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a dispensar de aposentadoria mestre Moussem, residente em Évora, físico do infante D. Henrique, a pedido de D. Margarida de Vilhena (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 63 v.

Achando-se esta cópia, única conhecida, bastante grialhada, reconstituímos o documento sobre carta de el-rei D. Afonso V de 15 de Março de 1450, a qual segue os termos da presente, posto a ela se não refira, e donde extraímos as palavras incluídas entre colchetes.

(5) No ms. *collationum*.

(1) Sobre este mestre Moussem cfr. o DOC. 96 do nosso vol. 8.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta ujrem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e mercee a mestre Moussem, morador em a cidade dEuora, fisico (2) do jfante dom Enrique, meu mujto prezado e amado tio, a rrequjrimto de dona Margarida de Ujlhana (3), que nollo por elle pidio; teemos por bem [e queremos que, posto que nos] ou a rrainha mjnha molher, que ssobre todas amamos e prezamos, e jfantes meus jrmãos e tios ssejamos em a dicta çidade, que lhe nom poussem em suas cassas de morada, adegas nem cauallariças, nem tomem (4) dellas rroupa de cama, alfaias de cassa nem outra algũa coussa do sseu contra sua uontade, ssaluo ueendo ssobre ello nosso espicial mandado per que, ssem embargo desta nossa carta, poussem com o dicto mestre Moussem, e doutra guissa nom.

E porem mandamos aos nossos poussentadores e ao da rrainha e jfantes meus jrmãos e tios e apoussentador da dicta çidade e a outros quacesquer ofiçiaaes e pessoas a que o conhiçimento desto pertecer ou esta carta for mostrada, que ajam, daqui en diante, o dicto mestre Moussem por escussado do que dicto he e lha cunpram e goardem e façam bem conprir e goardar pola gujssa que em ella he conthiudo, porque asi he nossa mercee, ssem outro embargo.

Dada em Estremoz, xij dias de ssetenbro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregente, etc. Lourenço Abul a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^a Rbj annos.

131

13 SETEMBRO 1446

Letras Tam multís, do papa Eugénio IV, dirigidas a Vasco Pereira, a dar-lhe poderes para receber, em Portugal, a dízima destinada ao pagamento das despesas com a guerra contra os turcos e muçulmanos.

AV., Reg. Vat., vol. 378, fl. 293.

(2) No ms. *fissoco*.

(3) Supomos tratar-se da mulher de Martim Afonso de Melo, filha de Rui Vasques Coutinho e de D. Branca de Vilhena, aia da rainha D. Leonor (Cfr. BRAAM-CAMP FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, tom. 1, 2.^a ed., p. 425).

(4) No ms. *tomam*.

Eugenius episcopus, seruus seruorum Dei.

Dilecto filio magistro Valascho Pereyra, notario nostro, salutem, etc.

Tam multis pridem tam magnisque laboribus et impensis vnionem grecorum et orientalis cum ecclesia occidentali quesiuimus ac tandem, concedente Domino, perfecimus ut nulla sit orbis christianj pars, in qua cuiuspiam dubium esse credamus tantum Dei ueri honorem nostras et romane ecclesie erarij facultates plurimum exhausisse, quanquam uero reconciliatio, quam postmodum, per Dei misericordiam, fecimus armenorum, jacobinorum, georgianorum, maronitarum (1), ethiopum et demum regni Bosnensis ad uerum sincerunq[ue] fidei catholice cultum, nec m[en]iores nec pauciores quam grecorum unio labores habuerit et impensas, alijs tamen quadriennio anteacto pro causis fidei et populorum christifidelium tutela et conseruatione prope maioribus grauati fuimus laboribus et expensis, dum dissidentes et maximis inter se odijs exacerbatos regni Ungarie principes et barones, misso bone memorie cardinali Sancti Angeli, apostolice sedis legato, ad pacem primum perduximus et postea suasionibus, auxilio et consilio impulimus ut aduersus turchos, impiissimos Christi hostes, bellum illud susciperent gloriosum in quo, licet carissimi in Christo filij nostri regis Pollonie et dicti cardinalis casus sit secutus, maximis tamen et raro alias auditis stragibus turchi ipsi adeo sunt debilitati ut, post amissas et christianis quorum fuerant relictas multas latissimasque prouincias, in extremis nunc Europe partibus se contineant, nostrorum qui eis nunciantur exercituum apparatus continuo formidantes.

Nam, cum classem nostram, anno nunc tertio, maximis erarij nostri sumptibus et quorundam christifidelium auxilijs, legato apostolice sedis venerabili fratre nostro Francisco, episcopo Portuensi, cardinali Venetiarum et sancte romane ecclesie uicecancellario, ad partes Constantinopolitanas missam, preter eorum opinionem uiderint per maris mauri circuitum ad Danubii ostia et per mille passuum millia in ipso Danubio, ad terras quas occupant penetrasse, et hungaros transsiluanosque christianos nostros ad arma capienda sollicitasse, quid faciant dubij, in fugam multo quam in defensionem, procliuiiores esse videntur. Vnde nos, ne tantam bene gerende rei tam maxime oblatam occasionem deseramus, sed potius in Deo nostro confisi viriliter aggrediamur, predictam classem et quantum supperent facultates solito maiorem parere dispositi, non ualentibus ferre nostris et romane ecclesie humeris tantum onus, auxilia prelatorum, principum et aliorum christifidelium, presertim illorum qui in prima armanda (2) classe non contribuerunt implorare decreuimus.

(1) No ms. *maronistarum*.

(2) No ms. *armada*.

Jta, quidem tibi, quem ad regnum Portugalie, pro nostris et romane ecclesie negotijs et hac etiam pro causa destinamus, de fratrum nostrorum sancte romane ecclesie cardinalium consilio et assensu, tenore presentium, committimus et et mandamus quatenus vnam integram decimam omnium reddituum et prouentuum ecclesiarum et bonorum in dicto regno consistencium ab omnibus et singulis patriarchis, archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus ceterisque prelati et ecclesiasticis personis, secularibus et regularibus, exemptis et non exemptis, ordinum quoruncunque huiusmodi redditus et prouentus in dicto regno obtinentibus, cuiuscunque prehemencie, dignitatis, status, religionis, ordinis vel condicionis existant, quibus aut eorum alicui nulla priuilegia aut indulgentias, sub quacunque verborum forma vel expressione concessa, quoad hoc, uolumus suffragari, preterquam a venerabilibus (3) fratribus nostris sancte romane ecclesie cardinalibus huiusmodi redditus et prouentus in dicto regno obtinentibus, qui nobiscum assidue, indefessis laboribus, onera vniuersalis ecclesie sortiuntur, necnon a dilectis filijs Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani magistro, prioribus, preceptoribus et fratribus, qui contra hostes fidei christiane exponunt jugiter se et sua, quos cardinales, magistrum, priores, preceptores et fratres a prestatione huiusmodi decime, necnon quatuor ordines mendicantium et ordinem seruorum Beate Marie exemptos etiam volumus et immunes, soluendam infra terminum de quo tibi videbitur ac exigendam et colligendam, secundum constitutionem super talibus in concilio Vienensi editam et in auxilium dicte classis armande conuertendam, auctoritate nostra, hac vice dumtaxat, secundum taxationem decime illarum partium imponas.

Nos, enim, si impositionem huiusmodi per te fieri contingat, tibi, per te vel alium seu alios clericos, dumtaxat fideles et ydoneos, per te ad id deputandos, huiusmodi decimam, ut prefertur, a singulis patriarchis, archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus, prepositis, decanis, prelati ceterisque personis ecclesiasticis huiusmodi eorumque ecclesijs, monasterijs, prioratibus aut beneficijs alijs vel ordinibus exemptis et non exemptis predictis, communiter vel diuisim, eadem auctoritate, petendi, exigendi, percipiendi et leuandj ac de perceptis et leuatis quousvis soluentes in toto vel in parte quittandi et absoluendi, contradictores [et rebelles per censuram ecclesiasticam et alia juris remedia, appellatione postposita, compescendo] omniaque alia et singula, in premissis et circa ea quomodolibet necessaria sint oportune faciendi, gerendi et exercendi plenam et liberam concedimus, tenore presentium, facultatem.

Non obstantibus tam concilij Constanciensis quam alijs apostolicis

(3) No ms. *venerabilis*.

constitutionibus ac exemptionibus, immunitatibus, libertatibus, priuilegijs et alijs quibuscunque concessionibus et gratijs quibusuis patriarchis, archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus, prepositis aut personis alijs ecclesiasticis huiusmodi seu eorum monasterijs, prioratibus aut ecclesijs vel ordinibus, communiter vel diuisim, per sedem apostolicam vel alias quouismodo concessis, etiam si de illis eorumque totis tenoribus presentibus habenda fuerit mentio specialis, que ipsis, quoad hoc, uolumus nullatenus suffragari, necnon tam felicitis recordationis Bonifatii pape viij, predecessoris nostri, qua cauetur ne aliquis, extra suam ciuitatem vel diocesim, nisi in certis exceptis casibus et in illis vltra vnam dietam a fine ipsius diocesis, ad iudicium euocetur, seu ne iudices, a sede deputati predicta, contra quoscunque procedere aut alij vel alijs vices suas committere aut vltra vnam dietam a fine diocesis earundem trahere quouismodo presumant, quam de duabus dietis, in concilio generali editis, ceterisque contrarijs quibuscunque, aut si eisdem patriarchis, archiepiscopis, episcopis, electis, abbatibus, prioribus, prepositis, decanis ceterisque personis ecclesiasticis huiusmodi seu eorum monasterijs, prioratibus aut ecclesijs alijs vel ordinibus, communiter vel diuisim, a dicta sit sede indultum quod ad solutionem decime huiusmodi vel alterius subsidij mjinime teneantur et ad id compelli aut quod interdici, suspendi vel excommunicari aut extra vel ultra certa loca ad iudicium euocari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de verbo ad verbum de indulto huiusmodi et eius toto tenore necnon proprijs ipsarum personarum, monasteriorum, prioratum, ecclesiarum et ordinum ac quibusuis alijs priuilegijs, indulgentijs, exemptionibus et litteris apostolicis personis, dignitatibus aut ordinibus, generaliter vel specialiter, sub quacunque forma vel expressione verborum, a memorata sede concessis mentionem.

Volumus, autem, quod, iuxta ordinationem dicti Viennensis concilij, calices, libri et alia ornamenta ecclesiarum diuinis officijs deputata et reliqua, ex causa pignoris vel alias, occasione dicte exactionis, nullatenus capiantur, distrahantur nec etiam occupentur; quodque persone inhabiles et impotentes ad prestationem huiusmodi subsidij nullatenus debeant aut possint compelli vel quoquomodo coartari; quodque abbates, priores, prepositi, decani et alij prelati ceteraque persone ecclesiastice, etiam monasteriorum, prioratum, ordinum et aliarum ecclesiarum huiusmodi, ad soluendum interim decimam aliam teneantur aut prestandum quoduis subsidium prelati ecclesiasticis vel principibus secularibus aut cuiuis alteri, quacunque conditione vel causa, mjinime teneantur nec ad id per quempiam minis valeant aliquatenus compelli vel quomodolibet molestari.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno, etc., millesimo quadringentesimo sexto, jdibus septembris, pontificatus nostri anno sexto decimo.

132

13 SETEMBRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a doar ao infante D. Henrique, enquanto for mercê de el-rei, as casas de Lisboa, a quinta de Carnide e os quartos do Lumiar que do monarca trouzera Maria Anes, viúva de Gonçalo Pires.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 77 v., texto que se reproduz; em leitura nova, *Místicos*, liv. 3, fl. 138 v.

Dom Afonso, polla graça de Deus rrej de Purtugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee ao jffante dom Anrrique, meu muyto preçado e amado tyo, teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos (1), daqui en diante, emquanto nossa merçee for, as cassas que ssom em a çidade de Lixboa que de nos trazia Maria Annes, que foy molher de Gonçalo Pirez, e esso meesso a nossa quintaa de Carnijde e os quartos que auemos dauar no Lumjar, que tambem de nos trazia a dicta Maria Annes.

E porem mandamos aos veedores da nossa fazenda e contadores e a nosso tesoureiro moor e ao almoxarife do nosso almazem em a dicta çidade e a outros quaeesquer a que o conhecimento desto perteençer e esta carta for mostrada que metam em posse das dictas cassas e quintaa e quartos o dicto meu tyo ou seu çerto rrecado e lhe leixem todo auer, fazendolhe acudyr com as rrendas e nouydades dellas, asy e tam conpridamente como a nos de directo perteençem e as nos aueryamos sse sse por nos rrecadasem; porquanto nos praz que o dicto meu tyo aja asy todo emquanto nossa merçee for, como dicto he. O quall tesoureiro ou almoxarife do almazem faça, em cada hũu anno, rregistar esta carta em os liuros do dicto thesouro e almazem, por sse ssaber de como o dicto jfante, meu tyo, esto de nos traz. E elle tenhaa, pera sua guarda.

Dada em Estremoz, xiiij dias de setenbro, per outoridade do ssenhor jfante dom Pedro, curador do dicto ssenhor rrey e curador e rregedor por ell de asseus rregnos e ssenhorio. Martim Gill a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjil e quatroçentos e quoreenta e seis.

(1) Em *Místicos* faltam de nos.

133

28 SETEMBRO 1446

Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe que Pedro Martins, deão da sé de Viseu, possa ter outros beneficios, mesmo incompatíveis e com cura de almas. Concedido por três anos.

AV., Reg. Suppl., vol. 413, fl. 131.

Supplicat sanctitati vestre deuotissimus eiusdem sanctitatis et sancte romane ecclesie necnon quondam clare memorie Johannis regis Portugalie filius, infans Henricus, dux Visensis, quatenus sibi, in personam dilecti suj Petrj Martinj, decanj ecclesie Visensis, specialem gratiam facientes, cum eodem Petro ut decanatum ecclesie Visensis, quj curatus et dignitas maior, post pontificalem, ac electius inibi existit, etiam vnum aliud seu, absque illo, duo alia quecunque curata seu alias inuicem incompatibilia beneficia ecclesiastica, etiam si dignitates et maiores seu principales ac personatus, administraciones vel officia, etiam curata et electiua, in cathedralibus et metropolitanis seu collegiatis ecclesijs, aut etiam cum vna maiorum seu principalium dignitatum huiusmodi parrochialis ecclesia uel eius perpetua vicaria fuerint, dummodo due parrochiales ecclesie non existant, recipere et, quandiu uixerit, retinere libere et licite possit cum clausula illa omnia ac alia per ipsum, imposterum obtinenda incompatibilia simul uel successiue simpliciter uel, ex causa permutationis, dimictendj et, eorum loco, alias similia uel dissimilia, etiam ad eius vitam retinendj, etc., dispensare dignemini, de gratia speciali. Non obstante quod decanatum predictum, cuius sexaginta ac canonicatum et prebendam ecclesie Portugalensis, quorum decem, necnon Sancte Ouaye de Truice et beate Marie de Saa, Tudensis diocesis, sine cura ecclesias, quarum viginti librarum Turonensium paruorum, fructus, etc., communi extimatione valorem annum non excedunt, obtinet ac gratia expectatiua, si quam habet, in cancellaria declaranda, et cum alijs non obstantibus et clausulis oportunis.

Concessum ad triennium, jn presentia domini nostri pape. Johannes Zamorensis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto kalendas octobris, anno sextodecimo.

28 SETEMBRO 1446

Carta do regente D. Pedro, a aprovar, em nome de el-rei, o acordo em que assentaram em Coimbra os infantes D. Pedro e D. Henrique e o duque de Bragança, com aprazimento da infanta D. Isabel, viúva do infante D. João, sobre o casamento de D. Isabel e D. Brites, filhas deles, respectivamente com el-rei D. João II de Castela e com o infante D. Fernando de Portugal, irmão do monarca.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 80, — donde se reproduz; *Místicos*, liv. 1, fl. 47 v. Publicada por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.º 45 do liv. 3, extraída de *Místicos*.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos ssaber que ante nos, com autoridade do jffante dom Pedro, meu tyo e padre, que ssobre todos amamos e prezamos, nosso curador e curador e rregedor por nos de nossos rregnos e ssenhorio, e o duque de Bragança, nosso prezado e amado thio, foy fecta concordança, na cidade de Cojnbra, aos vijnte e oyto dias de ssetembro, ano de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiijº e Rbj, com çertos capitollos perteençentes ao cassamento que, com a graça de Deus, espera de sseer ante o jffante dom Fernando, nosso mujto prezado e amado jrmão, e dona Briatiz, filha do jffante dom Joham, nosso tyo, da gloriosa memoria, que Deus aja, e da jfante dona Jssabell, nossa mujto prezada e amada thia, da quall o theor tall he.

Foy acordado per o ssenhor jffante dom Pedro, rregente, etc., com o ssenhor jffante dom Henrique e com o duque de Bragança, prazendo aa ssenhora jffante dona Jssabell, molher do jffante dom Joham, cuja alma Deus aja, esto que sse segue.

Primeiramente, que a ssenhora dona Jsabel, ssua primeira filha, casse com o ssenhor rrey de Castella e lhe ham de sseer dados com ella, em dote, çem mjl florijs douro, per esta gulssa: os quareenta mjl ha logo daver o ssenhor rrey de Castella, quando cassar; os quaees nosso ssenhor elrrej lhe da com ella liberamente; e os ssasseenta mjl lhe dam per elle de sseer dados aa morte da dicta madre della, por logo a dicta dona Jsabell rrenunçar o dereito da herança que, per cassamento de ssua madre spera auer ou sseus desçendentes e a que lhe, per morte do dicto sseu padre, perteeçe. Por os quaees saseenta mjl florijs elrrej nosso ssenhor ha de fazer obrigaçom ao ssenhor rrey de Castella e dos dictos ssasseenta

mjl florijs que asy elrrej nosso ssenhor ha de pagar ao dicto ssenhor rrey de Castella.

Faz logo merçee de primeyro ao ssenhor jffante dom Fernando, sseu jrmãao, e a dona Briatiz, filha do dicto jffante dom Joham, jrmãa da dicta ssenhora dona Jssabell, que espera, com a graça de Deus, sseer cassada com o dicto jffante dom Fernando. Aa quall ha de vijr a herança da dicta ssua jrmãa, per morte da dicta ssua madre, per a desposiçom do condestabre sseu visauoo, per esta maneira: que, morrendo a dicta dona Briatiz com filho ou filhos do dicto jffante dom Fernando, que a dicta herança, despois da morte da dicta jffante e do dicto jffante, fique aos dictos filhos ssucesiue, ssegundo a dicta desposiçom; e, falecendo ella ssem filhos ou descendentes delles ou com filhos e morrendo depois da morte della, que a dicta herança fique e aajam aquelles a que a dicta desposiçom do conde he hordenado, pagando aquelle a que a dicta herança veer despois da morte da dicta jffante ou de sseus herdeiros, ao dicto ssenhor jfante dom Fernando os dictos trijnta mjl florijs, de que lhe elrrej nosso ssenhor fez merçee.

E, sse perventura a dicta herança, por parte do ssenhor rrey de Castella, for mais stimada dos dictos sasenta mjl florijs, em tall guissa que, per bem da dicta suma, nosso ssenhor elrrej faça ao ssenhor rrey de Castella obrigaçom em mayor conthia, ho a que assi veer a dicta herança pagara ao dicto ssenhor jffante dom Fernando ameatade de todo o en que ella for stimada por parte do dicto ssenhor rrey de Castella e o por que nosso ssenhor elrrej lhe fezer obrigaçom, porque da outra meatade faz doaçom o dicto rrey nosso ssenhor aa dicta dona Briatiz.

E, morrendo o dicto ssenhor jffante dom Fernando ssem filho ou filhos dantranbos ou sse aertando que, per morte de cada hũu delles ou per outro quallquer casso, elles nom cassassem, que todauja o dicto ssenhor jfante dom Fernando ou sseus herdeiros ajam o que dicto he, per os herdeiros da dicta jffante, sseendo elle ou sseus herdeiros theudos de tomarem e rregeberem, em paga ou em parte de paga, do suso dicto, qualquer diujda que for achada que elrrej nosso ssenhor deue aa dicta jfante e ao dicto duque ou a cada hũu delles ou a sseus herdeiros, teendo o dicto ssenhor jffante dom Fernando ameatade da dicta herança despois da morte da dicta jffante em penhor, ataa lhe sseer pago todo o que dicto he, ssem descontar em ello coussa das noujdades que ouuer.

Fecto em a cidade de Cojnbra, vijnte e cyto dias do mes de ssetenbro, anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^o e Rb.

E, porque nos foy rrequerido, por parte da dicta jfante, em nome da dicta dona Briatiz, ssua filha, como ssua tetor que he, e do dicto duque, sseu avoo, que louuassemos e aprouassemos e confirmassemos a dicta concordança, prometendo nos, aa boa fe, como rrey que ssomos,

de a manter, conprir e guardar em todo e per todo e em cada parte, nom vijndo contra ella nem coussa della, per nos nem per outrem, nem consentindo nem dando fauor nem ajuda a nenhũa perssoa, de quallquer estado e condiçom que seja, posto que a nos seja chegada em quallquer graao de diujdo, de vijr contra ella, ante a defensaremos e ajudaremos a defender, quanto em nos leal e uerdadeiramente for.

E nos, veendo asi a dicta concordança, fazemolla leer, presente o dicto jffante dom Fernando, nosso mujto prezado e amado jrmãao, ao quall preguntamos sse lhe prazia consentir e estar em ella. E elle disse que sy, per autoridade do dicto jfante dom [Pedro] etc., seu titor legitimo e datiuo, que presente estaua. E, vista a vontade e conssemtimento do dicto meu jrmãao e querendo satisfazer aos dictos rrequerimentos, porque o entendemos asy por nosso seruico e bem e honrra das dictas partes, aprouamos, confirmamos e louuamos a dicta concordança e cada parte della. E prometemos aa boa fe, como rrey que ssomos, de a manter, conprir e guardar e ajudar a manter e fazer conprir, asy e pella guissa que nos, por parte da dicta jfante e duque, em nome da dicta dona Briatiz, he pedido e rrequerido.

Pero, queremos que, nom embargante esto, que, ao tempo que o dicto matrimonio antre o dicto jfante e dona Briatiz rrezoadamente deua sseer consumado, nos e a dicta jffante e duque possamos aqerca da dicta concordança rreformatar e rrenouar os dictos capitollos em ella contheudos e outros quaeesquer que nos, emssembra, bem parecer pera boo enca-mjnhamento do dicto cassamento. E de todo lhes mandamos asi dar nossa carta patente, hũa e mujtas, sse lhe conprirem, ssob nosso sijnull e sseello e sijnull do dicto jfante dom Pedro, meu thio e padre, etc.

Rodrigo Annes a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iij^o e quarenta e sseis. LopAfonso, scpriuam da poridade do dicto ssenhor rrey, a fez scpreuer. Nom seja duujda na antrelinha honde diz per morte da dicta ssua madre, que eu, escpriuam, o corregy, por uerdade.

135

5 OUTUBRO 1446

Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe dispensa para João Afonso, clérigo de Évora, de nove anos de idade, poder receber canonicatos e prebendas nas igrejas catedrais ou metropolitanas. Concedida.

Supplicat sanctitati vestre deuotissimus eiusdem sanctitatis et sancte romane ecclesie filius, infans Henricus, dux Visensis, quondam Johannis regis Portugalie natus, quatenus sibj specialem gratiam facientes, jn personam dilectj sui Johannis Alfonsi, clerici Elborensis, in nono sue etatis anno constitutj, cum eodem Johanne ut, defectu etatis huiusmodi non obstante, canonicatus et prebendas jn cathedralibus seu metropolitaniis ecclesijs, si sibj alias canonice conferantur aut eligatur seu assumatur ad illa recipere et retinere, libere et licite possit et ualeat, jn quantum si opus est, dispensare et indulgere misericorditer dignemini, defectu predicto necnon constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac regulis cancellarie eiusdem sanctitatis ceterisque jn contrarium facientibus non obstantibus quibuscunque et cum clausulis opportunis.

Concessum, jn presencia domini nostri pape. Johannes Zamorensis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, tercio nonas octobris, anno sextodecimo.

136

5 OUTUBRO 1446

Letras Vite ac morum, do papa Eugénio IV, dirigidas a João Afonso, clérigo eborense, a dispensá-lo do defeito de idade, para poder receber quaisquer conezias e prebendas, inclusivamente de igrejas catedrais, a pedido do infante D. Henrique.

AV., Reg. Lat., vol. 428, fl. 26.

Eugenius, etc.

Dilecto filio Johanni Alfonsi, clerico Elborensi, salutem, etc.

Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut te specialibus fauoribus et gratijs prosequamur.

Hinc est quod nos, qui dudum inter alia volumus quod etas quatuordecim annorum requiratur, in canonicatibus et prebendis cathedralium ecclesiarum obtinendis, et cuiquam in minori etate gratia desuper pro tempore facta esset nulla, uolentes te, qui, ut asseris, in nono tue etatis anno constitutus existis, premissorum meritorum tuorum intuitu

ac pro quo etiam dilectus filius nobilis vir infans Henricus, dux Visensis, nobis super hoc humiliter supplicauit, fauore prosequi gratioso, ipsius ducis ac tuis in hac parte supplicationibus inclinati, tibi ut, alio non obstante canonico, quoscunque cathedralium uel metropolitanarum ecclesiarum canonicatus et prebendas, si alias tibi canonice conferantur uel eligaris ad illos, recipere et retinere libere liciteque valeas, voluntate priori ac quibuscunque alijs constitutionibus apostolicis necnon ecclesie uel ecclesiarum, in qua seu quibus huiusmodi canonicatus et prebende forsitan fuerint, iuramento, confirmatione apostolica uel quauis alia firmitate roboratis, statutis et consuetudinibus ceterisque contrarijs nequaquam obstantibus, auctoritate apostolica, tenore presentium, de specialis dono gratie, indulgemus, prouiso quod canonicatus et prebende predicti debitum propterea non fraudentur obsequijs, seu eorum congrue supportentur onera consueta.

Nulli, ergo, etc., nostre concessionis infringere, etc.

Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo quadragésimo sexto, tertio nonas octobris, anno sexto decimo.

137

7 OUTUBRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Diogo Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Faro.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 95.

Dom Afonso, etc.

Item, carta de Diego Fernandez, escud[ei]ro do infante dom Enriquj, em que o dam por scriuiam das sisas de Faarom asi como o era Gomez Afonso, que o dicto ofiço tinha. Em forma.

Dada em a cidade dEuora, ssete dias doutubro. Elrey o mandou per Lujs dAzeuedo, do asseu conselheiro e ueedor da sua fazenda. Afonso Uaaquez a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rbj annos.

138

9 OUTUBRO 1446

Contrato de casamento celebrado em Évora, entre el-rei D. João II de Castela e a infanta D. Isabel, filha do falecido infante D. João de Portugal, representado o monarca castelhano por Garcia Sanchez de Valladolid, guarda, embaixador e procurador daquele soberano, por diligência do regente D. Pedro, com consentimento do duque de Bragança, avô da nubente, e da mãe desta, a infanta D. Isabel, e anuência do infante D. Henrique.

ANTT., Reis, liv. 1, fl. 52, — donde se reproduz.

Publicado por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.º 37 do liv. 3, extraído do original em pergaminho, maço de Escrituras Antigas, do Cartório da Casa de Bragança, naturalmente o exemplar destinado ao avô da nubente. Sumariado no *Quadro elementar*, t. 1, pp. 344-46.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos acordamos, per comsselho e autoridade do alto, jllustre e magnifico príncipe jffamte dom Pedro, duque de Coymbra e senhor de Montemoor, nosso mujto prezado e amado tio e padre, nosso curador e curador e rregedor por nos de nossos rregnos e senhorio, seer fecto, firmado e celebrado, com a graça de Deus, matrimonio, segumdo mamdamento e hordenamça da nossa madre e samta egreja de Roma, amtre o muy alto e mujto exçelente e mujto poderoso príncipe dom Joham, per graça de Deus rrey de Castella e de Liom, etc., nosso mujto prezado e amado jrmão, tio e amigo, de hũa parte, per ho homrrado caualleiro Garcia Sanchez de Valhadollide, sua guarda, como seu embaxador e procurador sofficiente pera ello, per vertude e poder de hũa procuraçom que nos mostrou, firmada pollo dito rrey, seu senhor, e seellada do seu verdadeiro seello, sobscrita per o doutor Fernam Diaz, ouuydor e rreferendairo do dito rrey e do seu comsselho, e per poder de hũa letra apostollica de nosso senhor o padre samto Eugenio quarto, presidente que ora he na egreja de Deus, escprita em purgaminho e em latim, seellada com o sello pemdemte do chumbo, em fios de seeda collorada e amarella, das quaaes o theor, de verbo a verbo, adiamte he escprito.

Segue-se a transcrição da procuração, em português, de D. João II Castela, de 2 de Abril de 1446, — o nosso DOC. 111 —, e da bula

Precelsa dignitatis, de *Eugénio IV*, de 5 de Novembro de 1445, — o nosso DOC. 62.

E, da outra parte, a jllustre e alta e esclareçida primçesa dona Jsabell, nossa muyto prezada e amada prima, filha do alto e jllustre primçipe e magnifico jffamte dom Joham, da esclareçida memoria, cuja alma Deus aja em seu santo parayso, per autoridade e comssetimento expresso do jllustre e magnifico primçipe dom Affonso, duque de Bragança e comde de Barçellos, seu avoo, e da illustre e alta primçesa jffante dona Jsabell, madre da dita primçesa dona Jsabell, nossos muyto prezados e amados tio e prima. O quall matrimonio acordamos ser assy feito, firmado e celebrado amtre as ditas partes, por seruiço de Deus e nosso e homrra e comseruaçam de nosso rreal estado e bem assy das ditas partes primçipaaes, com çertas clausullas e capitullas adiante declarados, em esta forma que sse segue.

Primeyramente, he acordado que, em nome da Santa Trimdade, seja feito com toda sollelnnidade e celebrado matrimonio, segumdo horde-namça e mamdamento da santa egreja de Roma, amtre o dito muy esclareçido primçepe rrey de Castella e de Liam, nosso tio, per o dito seu procurador, e a dita muy jllustre primçesa dona Jsabell, com as clausullas, pautos e comueenças adiante escriptas, comuem a saber. Que nos, dito rrey de Portugall e do Algarue, etc., damos e constituimos, em dote, com a dita primçesa dona Jsabell, nossa prima, ao dito rrey de Castella, nosso tio, quoremta e çimquo mil florijs douro do cunho dAragom, que montauam em todo o soldo e rreguardo do que ouueram dauar todallas jemtes, assy de cauallo como de pee, que, per nosso mamdado, foram em companhia do comdestabre de Portugall, nosso muyto prezado e amado primo e jrmãao, em ajuda e fauor do dito rrey de Castella, nosso tio, a seus rregnos, o anno que passou de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e quoremta e çimquo, assy do numero da jemte que o dito rrey de Castella, nosso tio, nos emuiou rroguar que lhe emuiassemos, como de toda a outra jemte, assy de cauallo como de pee, que aalem do dito numero, quer per nosso mamdado quer per sua vomtade, foram aos rregnos de Castella o dito anno, em companhia do dito comdestabre, nosso primo, em seruiço do dito rrey de Castella, nosso tio (1).

Pollo quall dito soldo o dito rrey, nosso tio, em parte delle, he theudo e obrigado de pagar a nos e, na outra parte delle, pera comprimento de toda a dita soma, he obrigado a o pagar a algũus fidalgos e caualleiros e naturaas destes nossos rregnos, segumdo mais compri-

(1) Cfr. os DOCS. 189 e 190 do nosso vol. 8 e RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 85 e 87.

damente Le comtheudo nas obrigações e rrecados e comtas que na dita rrezam passaram; a quall dita ssoma e comthia dos ditos quoremta e çimquo mill florijs douro foy comcertada amtre nos e o dito rrey de Castella, nosso tio, montar na ssoma de todo o dito solldo e rreguardo, posto que mais ou menos em ell montasse. E nos praz e outorgamos e queremos que em esta ssoma fique pera todo tempo. E foy acordado, amtre nos e o dito rrey de Castella, per o dito seu procurador, que numqua em algũu tempo cada hũu de nos, ditas partes, possa dizer comtra a dita ssoma e comcordamça, porque a nos e ao dito rrey praz que a dita ssoma, dos ditos quoremta e çimquo mill florijs, seja sempre aviida por boa e verdadeira, ajmda que no dito solldo e rreguardo mais ou menos possa montar, per outra quallquer comta que sobrello possa seer feita per outro algũu modo e maneyra que seer possa.

Os quaaes ditos quoremta e çimquo mill florijs nos prometemos que, do dia que o casamento, per pallauras de presentemte, for feito ataa vinte dias primeyros seguimtes, outorgaremos e conheçeremos aver em nos rreçebidos, damdo por nenhũus e avemdo por quebramtadas as obrigações e rrecados que sobre a dita rrezam passaram e as entregaremos com cartas de pago e de quitamento, taaes per homde o dito rrey de Castella, nosso tio, seia dellas liure e quite aa dita primçesa dona Jsabell demtro nos ditos vinte dias, pera que as ella entregue e entregara, rrealmente e com effecto, ao dito rrey de Castella, nosso tio, do dia que com ella comssumar o matrimonio e ella for entregue das çidades de Soria e Çidade Reall e villa de Madrigall e assemtamento de marauidijs adiante declarados, que lhe per o dito rrey, nosso tio, ha de seer dado e posto, por rrezam do dito casamento, ataa vinte dias primeiros seguintes (2).

E aconteçemdo, o que Deus nom mamde, que amte que o dito matrimonio seia comssumado, seia departido, per morte de cada hũu dos ditos rrex, nosso thio, e primçesa, nossa prima, ou per outra algũa maneyra, em tall caso o dito dote nom passara a outra pessoa, mas as obrigações delle, que ssom os ditos quoremta e çimquo mill florijs do dito ssolldo, sse tornaram e ficaram a nos e ficara em sua força e vigor, assy como sse o dito matrimonio nom fosse feito nem outorgadas as ditas cartas de pagamento e quitaçom e que ell, dito rrey de Castella, nosso tio, em caso que sse obriga a rrestituir e pagar o dito dote aa dita primçesa dona Jsabell, em este caso nom fique obrigado a lho pagar, pois que nom passa a ell e ell nos fica obrigado por ell e a nossos naturaaes.

Item, que o dito rrey de Castella, nosso tio, comstitujra e dara, em arras, aa dita primçesa dona Jsabell, por homrra de sua pessoa, quinze

(2) Cfr. o DOC. 141.

mill florijs douro em ouro, do crunho dAragom, os quaaes, seemdo o dito matrimonio comsumado, ella avera em todo caso pera ssey e pera seus herdeiros.

Item, que em todo caso que comsumado o dito matrimonio amtre as ditas partes, seja fijmdo ou separado, a dita primçesa e os ditos seus herdeiros ajam todo o dito dote e arras compridamente, sem algũ fallegimento, pera de todo fazer ou fazerem liuremente o que lhes prouuer. E que, pera pagamento das ditas arras e rrestituicòm do dito dote, o dito rrey de Castella, nosso tio, lhe obriga loguo e da, em premda por ello, a sua çidade de Soria, que he dentro em seus rregnos, com todos seus lugares e terras e termos e com todollos direitos e peitas hordinarias e jamtares e padroados das egreias perteeçmentes ao senhorio da dita çidade, que aa coroa rreall perteeçmem, e com toda a jurdiçam çiuell e crime, alta e baixa, mero e misto jimperio, assi como ouuerom as outras rrainhas no lugar ou lugares que lhes dados erom, per rrezam de seus casamentos, e tam compridamente como o dito rrey, nosso tio, ha e melhor, se o melhor poder aver, saluo aquellas cousas que sam tam comjuntas aa coroa e estado rreall dos rrex e rregnos de Castella, que numqua ouuerom nem foram dados nem possuidos aas outras nem pera outras rrainhas de Castella que ataaqui foram, em os lugares e terras que lhes dadas foram, per rrazam de seus casamentos.

A quall çidade lhe fara rrealmente e com effeito emregar, do dia que ella, dita primçessa, com a graça de Deus, chegar aa corte do dito rrey, nosso tio, ataa quoremta dias primeiros seguimtes, com todollos ditos lugares, terras e termos, rremdas e direitos e jurdiçam; as quaaes ella avera liuremente em toda sua vida ou os ditos seus herdeiros, ataa que compridamente de todo seja paga do dito dote e arras, sem descontando cousa algũa do primpipall, por que lhe a dita çidade e rremdas seraa obrigada e empenhada, porquanto o dito rrey de Castella, nosso tio, lhe faz logo graça e merçee de todallas ditas rremdas e direitos e jurdiçam e padroados e a seus herdeiros, ata seer de todo compridamente paguado o dito dote e arras, segumdo dito he.

Item, quanto perteeçme aa eramça que a dita primçesa dona Jsabell herdou, per falleçimento do dito jffamte dom Joham, seu padre, e bem assy o que espera dauar e soçeder, per falleçimento da jffamte sua madre, o dito rrey de Castella, nosso tio, leixou dello o carrego a nos e aa jffamte sua madre e aos jfantes dom Pedro e dom Hamrique e ao duque de Bragamça que a fizessemos avalliar, segumdo vissemos e nos prouguesse. E per nos he visto e acordado que a dita primçesa dona Jsabell aja, polla dita heramça que assy herdou do dito jffamte seu padre e bem assy pella que espera dauar e herdar per falleçimento da dita sua madre, sasemta mill florijs douro, do crunho dAragom, ao tempo dora corremtes, de justo peso e vallor.

Poremde, nos prometemos e outorgamos que, seemdo a dita primçesa dona Jsabell viua, ao tempo do fallecimento da dita jffamte sua madre, que lhe daremos e paguaremos ou aos seus herdeiros descendentes, nom seemdo ella viua, os ditos sasemta mill florijs, des ho dia que a dita jffamte falleçer ata dous annos primeiros seguintes. E por que mais segura seja da dita paga, nos obrigamos que, do dia que a dita jffamte dona Jsabell, madre da dita primçesa dona Jsabell, finar, demtro de seis meses primeiros seguintes nomearemos aa dita primçesa dona Jsabell ou a seus herdeiros lugar ou lugares nossos que seiam em nossos rregnos, que valham a dita comthia, pera lha pagar demtro em os ditos dous annos; e, nom lha paguando em aquell prazo, que demtro em ell lhe mamdaremos entregar e entregaremos ou a quem seu poder ouuer, rrealmente e com effecto, os taaes lugares, pera que os tenha ou seus herdeiros descendentes, sse ella viua nom for, em premda e por penhor dos ditos sasemta mill florijs. E, ataa seer delles pagada, tenha e aja e leue, ou os ditos seus herdeiros descendentes, as rremdas e fruitos e direitos e jurdiçam ao senhorio delles pertemçentes, sem descontar por ello cousa algũa do principall, porque a nos praz assy e fazemos aa dita primçesa dona Jsabell e, por seu fallecimento, aos ditos seus herdeiros descendentes pura e simprez doaçam de todo ello.

E, depois de pagada, ella ou seus herdeiros descendentes, dos ditos sasemta mill florijs, que tall lugar ou lugares com suas pertemças fiquem liuremente a nos e aa coroa de nossos rregnos e que o dito rrey de Castella, nosso tio, rreçebendo os ditos sasemta mill florijs, obrigara aa dita primçesa dona Jsabell, pera a paga e rrestituçam delles, lugar ou lugares que valham a dita comthia, pera lha restituir e tornar, ou a seus herdeiros, separado o matrimonio de quallquer guisa que seja. Dos quaaes lugar ou lugares ella cobrara logo a posse, ao tempo do apenhamento, em tall forma que lhe nom seja neçessaria tomar depois outra, e elrrey avera, em sua vida, os fruitos e rremdas e jurdiçam e senhorio delles; e, morto elle, ella, sem outra çitaçam nem amtrepellaçam de perssoa nenhũa, avera os ditos lugares e fruitos e nouos e rremdas e jurdiçom e padroados, sem descontar, ou seus herdeiros, assy e pella forma que he acordado que os aja da çidade de Soria, porquanto ho dito rrey, nosso tio, lhea faz pura e simprez doaçam do que dito he. A quall villa o dito rrey, nosso tio, declarara ao tempo que ouuer dauer os ditos sasemta mill florijs e depois que a dita primçesa dona Jsabell ou seus herdeiros forem paguados dos ditos sasemta mill florijs, que ao dito rrey fique liuremente o dito lugar.

Jtem, que, falleçemdo o dito rrey de Castella, nosso tio, primeiro deste mundo que a dita primçesa dona Jsabell e ella se queyra sair fora dos ditos rregnos de Castella sem liçemça do rrey que a esse tempo

em elles rregnar, ou casar outra uez, o que Deus deffemda, ella nom sera portanto desapoderada da dita çidade de Soria nem dos ditos seus lugares e terras e termos e direitos e rremdas e jurdiçam, ajmda que ouuesse guerra amtre os nossos rregnos e os de Castella, per qualquer maneira que seer podesse, o que Deus deffemda, nem por outra qualquer cousa que lhe seia dita nem cuidada, mas teera e avera todo liuremente, ataa que seja compridamente paga de todo o dito dote e arras, ou, falleçemdo ella, seus herdeiros o averam, como suso dito he, e tambem nom sera desapoderada dos lugares que lhe forem lançados a penhor pollos sasemta mill florijs que ha dauar por sua herança. E, quando sse a dita primçesa partir quiser pera estes nossos rregnos ou pera outra qualquer parte, per falleçimento do dito rrey, nosso tio, ella nom sera poremda rretheuda nem lhe poerom embargo algũ em suas cousas, mas que liuremente e sem outro comtradiçimento o possa fazer a qualquer tempo que lhe prouuer, ajmda que guerra seja amtre os ditos rregnos.

Jtem, que o dito rrey de Castella, nosso tio, assignara logo aa dita primçesa dona Jsabell, por camara e pera seu assentamento, a Çidade Reall e a villa de Madrigall, que ssom em os ditos seus rregnos, com seus lugares e terras e termos e jurdiçom çiuell e crime, alta e baixa, mero e misto jperio, e com todallas peitas e direitos e jamtares e outros quaaesquer direitos e padroados de egreias, perteemçentes ao senhorio da dita çidade e villa e suas terras e lugares e cada hũu delles, os quaaes lhe da assy e pella guisa que as outras rrainhas de Castella ouuerom os lugares que lhe foram dados por rrezom de seus casamentos, e tam compridamente como as o dito rrey, nosso tio, ha e melhor, se melhor podem aver, saluo aquellas cousas que sam tam conjuntas aa coroa e estado rreall dos rrex e rregnos de Castella, que nunca ouuerom nem foram dadas nem possuidas aas outras nem por as outras rrainhas de Castella que ataaqui foram em os lugares e terras que lhes dadas foram por rrezam de seus casamentos. As quaaes çidade e villa com as ditas rremdas, jurdiçom e padroados, a dita primçesa avera em toda sua vida, assy em vida do dito rrey, nosso tio, como depois de seu falleçimento, se acomteger elle primeiro morrer, por tall que ella sse possa melhor ssosteer e soportar seu rreall estado em os ditos rregnos, contanto que ella nom case mais e viua onestamente, segumdo que a seu rreall estado perteemçe, nem saya dos ditos rregnos sem liçemça do rrey que a esse tempo em elles rregnar, e que ella, em seu tempo, nom possa vender nem emalhear nem trocar a dita çidade e villa e lugares com suas perteemças nem cousa dello em outra algũua pessoa sem autoridade do dito rrey, nosso thio, mas que, per falleçimento da dita primçesa, a dita çidade e villa, com seus direitos e pertemças, fiquem liure e desembargadamente ao rrey que em esse tempo for nos rregnos de Castella e aa sua coroa rreall.

Item, que o dito rrey de Castella, nosso tio, mamdara assemtar em seus liuros aa dita prinçesa, em cada hũu anno, que aja em toda sua vida, pera soportamento de seu rreall estado, hũu conto e trezentos e çinquemta mill maraudijs, os quaaes lhe mamdara, em cada hũu anno, liurar honde lhe seiam bem pagos, de tall guisa que ella seja delles comtemte, os quaaes maraudijs ella avera compridamente em sua vida, ajmda que o dito rrey, nosso tio, falleça desta vida primeyramente que ella, nom casamdo ella outra uez e viuemdo honestamente nem saymdo dos ditos rregnos sem liçemça do rrey que a esse tempo nelles rregnar, como suso dito he. Os quaaes ditos maraudijs lhe seram assemtados e os ditos lugares entregados rreallmente e com effecto, do dia que a dita prinçesa, com a graça de Deus, chegar aa corte do dito rrey de Castella, nosso tio, ataa quaremta dias primeiros seguitmes, segumdo que suso dito he, na entrega da çidade de Soria, que lhe hade seer apenhada pella rrestituiçam do dote e pagamento das arras, como suso ja he declarado.

Item, que falleçemdo a dita prinçesa dona Jsabell ante que seja paguada do dito dote e arras, em todo caso seus herdeiros, assi abintestado como per testamento, ajam compridamente as ditas rremdas e jurdiçom e direitos e padroados ao senhorio da dita çidade de Soria pertemçentes, ataa que lhe seja feita paga do dito dote e arras, os quaaes direitos e rremdas e jurdiçom e senhorio auerom assy e pella guisa que as ha dauar a dita prinçesa dona Jsabell em sua vida, e esso meesmo aquello que lhe dado for a penhor pellos sasemta mill florijs que ella ha dauar por sua heramça, ao falleçimento da dita jffante sua madre, segumdo ja suso he declarado, no capitollo que desto falla.

Item, que sera dado emxouall com a dita prinçesa dona Jsabell, segumdo o que a nos bem parecer comcordamte com ho estado do dito rrey de Castella, nosso tio, o quall lhe seraa dado ao tempo que ella for aos ditos rregnos, o quall emxouall lhe nom sera comtado em dote nem ell seera, em algũu tempo, obrigado aa rrestituiçam delle, mas seraa sempre seu e em seu poder della, pera em todo tempo ella poder despoer delle o que lhe prouuer, segumdo hordem e forma de direito, e assy de todallas cousas que a dita prinçesa dona Jsabell comssiguo leuar e ouuer despois que for em Castella, assi mouell como rraiz.

Item, que tanto que a dita prinçesa dona Jsabell, com a graça de Deus, for em os ditos rregnos de Castella, ella seja avuda e assy bem tratada como sse fosse naturall delles e que aja todollos priuilegios e liberdades, preminemçias que ataa o presente ouuerom as rrainhas que amtella foram em elles, assy naturaas como nam naturaas, e per direito e costume deuem aauer, e que os seus offiçiaaes e seruidores ajam todallas liberdades, priuilegios e direitos que damtigiamente ouuerom todollos

offiçiaaes e seruidores das outras rrainhas que ataa o presente foram nos ditos rregnos.

Item, que do dia que a dita primçesa dona Jsabell emtrar nos rregnos delrey de Castella dentro de trinta dias primeiros seguintes, elle, dito rrey, a rreçeba, por moor avomdamento, em façe de egreja, com aquella sollemnidade que a casamentos de semelhantes senhores perteeçem.

Item, o dito embaixador e procurador do dito rrey de Castella, nosso tio, prometeo, em nome do dito rrey, per juramento dos samtos euangelhos, que do dia que o rreçebimento, com a graça de Deus, for feito per elle, dito embaixador, com a dita primçesa dona Jsabell ataa oitemta dias primeiros seguintes, ho dito rrey de Castella nos enviara, por moor avomdamento e firmeza, tres cartas de seu verdadeiro signall e seelladas com o seu seello do chumbo e aprouadas pello primçepe seu filho e per os prellados e grandes do rregno, segumdo se costumam de aprouar os sollemnes priuillegios e cartas que os rrex de Castella, em semelhantes casos e grandes fectos costumaram de fazer e dar, assy que rrealmente e com effecto nos seiam entregues, per que o dito rrey e o dito seu filho e prellados e grandes louuaram e aprouaram, confirmarom toda esta comcordança e capitollos em ella comtheudos.

E ell, dito rrey, nosso tio, por ssi e seus sobçessores, prometera, per juramento dos santos euangelhos, corporallmente tamgidos com suas mãos, e por sua ffe rreal, que os comprirom e guardarom e faram cumprir e guardar em todo e cada cousa, bem, fiell e verdadeiramente, a todo seu comprido poder. E, nom nos emuiamdo assy as ditas tres cartas dentro nos ditos oitemta dias, logo por esse meesmo feito emcorrera e emcorra em penna de çem mill dobras de bamda douro da moeda agora corrente, pera nos; e, pera pagamento da dita penna de çem mill dobras, prometeo e outorgou que nos ouuessemos por ella e em preço della a sua villa de Touro, que he dentro em seus rregnos, com todas suas rremdas e direitos, padroados e jamtares e jurdiçam çiuell e crime, alta e baixa, mero e misto jmperio, e com todos seus termos e terras e lugares perteeçentes ao senhorio della e com seu castello e fortelleza; e, sseemdonos pagadas as ditas çem mill dobras de penna, que nos lhe leixassemos liure e desembargadamente a dita villa, com todos os ditos seus direitos e fortelleza, e, a dita penna pagada ou nom, este contrauto e cada parte delle fique sempre em sua força e firmeza, assy e tam compridamente como sse a dita penna nom fosse pagada. E, posto que nos assy a dita villa ajamos, ella sempre seja do senhorio de Castella, e, ajmda que caso ouuesse que fosse guerra amtre estes rregnos e os de Castella, o que Deus deffenda, a dita villa com todas suas pertemças e fortelleza nos nom possa seer tomada nem tirada nem por outra algũa cousa, ataa nos seerem dadas as ditas çem mill dobras, nom sendo da dita villa e fortelleza feita guerra notoriamente ao dito rrey ou aos seus naturaas,

nem nos possa seer aposta compenssaçom dos fruitos e rremdas que della ouermos, pois que a avemos em preço das ditas çem mill dobras de penna.

Item, quanto he aas pessoas que a dita primçesa hade levar coms-sigo e os offiçiaaes que sse hamde poer em sua casa e pera seu serviço, he acordado que possa levar comssiguo a Castella, que amdem com ella, hũa dona e quatro ou çimquo domzellas e que as mais, aalem destas, que pera seu serviço comprirem, o dito rrey de Castella, nosso tio, a proueera como comuem a seu rreal estado. E esso meesmo quanto aos offiçiaaes e seruidores menores, assy de homeens como de molheres, que ella leue comssigo destes nossos rregnos aquelles que lhe forem compri-doyros e de os offiços aas perssoas, assy portuguezes como castellãaos, quaaes lhe mais prouuer, porque, sse ouerem de poer dous rreposteyros da camara, que o dito rrey, nosso tio, possa poer hũu delles e, sse mais forem os ditos rreposteiros, a esse rrespeito.

Item, quanto aos offiçiaaes mayores, por a parte da dita primçesa dona Jsabell he sopricado ao dito rrey de Castella, nosso tio, por ella ao presente nom aver conhecimento da terra nem das pessoas, que, por hũu anno ou dous, sse nom posessem offiçiaaes em elles, porque em este tempo a dita primçesa podera conhecer a terra e os costumes della e saber a quem milhor e pera serviço do dito rrey, nosso tio, e seu se deuem dar. E o dito rrey outorgou que lhe plazia por hũu anno. Poremde, o dito Garçia Sanchez, em nome do dito rrey seu senhor, outorga e promete que seeram os ditos offiçiaaes sospemdidos por hũu anno e sse nom proueera delles nem dalgũ delles a pessoa algũa demtro no dito anno; e, sse depois do dito anno passado, se acomteçerem poher, que sse ponham per o dito rrey, nosso tio, com acordo da dita primçesa ou per ella, com acordo do dito rrey. E, porquanto a ella he neçessario e lhe comuem logo teer quem aja de veer e proueer sua fazemda e terras e poer pera ello offiçiaaes, sem os quaaes sua fazemda nam sera rregida nem prouiuda, porem o dito Garçia Sanchez, em nome do dito rrey, seu senhor, outorgou que em quallquer tempo a dita primçesa possa proueer a quem sua merçee for dos offiços de chamçeller moor e thesoureiro e despensseiro moores e contador moor, que ssom offiços que prinçipallmente perteeçem aa fazemda e feitos de sua casa, e que o dito rrey, nosso tio, se lhe prouuer, possa poer outros tres offiçiaaes doutros tres mayores offiços, quaaes quiser, contanto que nom seiam camareyro moor ou rreposteiro moor. E os offiços que hamde seer avudos por mayores, per acordo e determinaçom do dito rregente, nosso mujto preçado e amado tio e padre, etc., e do dito embaixador, ssom estes, ajuso escriptos. Primeiramente moordomo; item, camareiro; item, rreposteiro; item, copeiro; item, alcayde; item, allguazill; item, chamçeller; item, porteiro; item, contador; item, capellam; item, thesoureiro e despensseyro; item, cauallariço; item, azemelleiro; item, pousemtador, mayores. E todollos outros offi-

çios seiam avudos por pequenos, em os quaaes a dita primçesa dona Jsabell possa poer offiçiaaes, assy portuguezes como castellâaos, quaaes lhe mais prouuer, segumdo dito he.

Item, aconteçemdo, o que Deus nom queira, que o casamento amtre o dito rrey de Castella e a dita primçesa dona Jsabell nom seja fecto per pallauros de presente ou, seemdo assy fecto, ell falleça ante que seia comssumado, o que a Deus nom plaza, em taaes casos e cada hũu delles foy acordado que a dita herança que a dita primçesa dona Jsabell ouue per morte do dito jffamte seu padre e bem assy a que espera dauer per morte da dita jffamte sua madre, fique liuremente com a dita primçesa dona Jsabell, assy e tam compridamente como sse as numqua ouuesse rrenunçiado. E os ditos sasemta mill florijs fiquem a nos, pera os darmos ao jffamte dom Fernamdo, meu mujto preçado e amado jrmãao, e a dona Briatiz, jrmãa da dita primçesa dona Jsabell, em casamento, casamdo ambos, como com a graça de Deus espero de seer.

As quaaes clausullas e capitollos e cada hũu delles, quanto a nos tamge e perteeemçe de comprir e guardar, prometemos, por nossa ffe rreal, e juramos ao signall da samta vera cruz e aos santos euangelhos, com nossas mãaos corporallmente tamgidos, por nos e por nossos soçesores, que teeremos, compriremos e guardaremos e faremos teer, comprir e guardar em todo tempo bem, fiell, leall e verdadeiramente, çessante toda arte e maao emgano, assy e tam compridamente como em ellas e cada parte dellas he comtheudo, sem falliçimento algũu, e que nom comssemtiremos nem daremos fauor algũu, ajuda nem comsselho a algũa pessoa, de qualquer estado, priminemçia que seia, ajmda que a nos seja mujto comjunta em qualquer graao de diuedo, parentella ou comsamguinidade, pera contra elles nem parte delles vijr, de fecto nem de direito, em juyzo nem fora delle, em pruuico nem em escomddido, por qualquer cousa ou rrazam, passada, presente ou futura, de qualquer comdiçom ou callidade que seja ou seer possa, ajmda que tail seja que, ao presente, pollo entemddimento dos homeens, nom possa seer alcançada; e, fazemdo nos o comtrayro de todallas ditas cousas ou cada hũu dellas, que, per esse meesmo feito, emcorramos em penna e paguemos aa outra parte que comprir e manteuer todo o dito contrauto, por penna e em nome de penna, çimquoeenta mill escudos de nossa moeda, de boo ouro e justo peso ou çimquoeenta mill dobras de bamda, de boo ouro e justo peso do cunho do dito rrey de Castella da moeda corrente; a quali penna, paguada ou por pagar, o dito contrauto fique sempre e em todo caso em todo seu vigor e virtude, sem algũu fallecimento.

E bem assy o dito Garçia Sanchez, caualleiro, como embaixador e procurador do dito rrey de Castella, nosso mujto preçado e amado jrmãao, tio e amigo, seu senhor, prometeo, por elle e em seu nome, por ell e por seus soccessores, e jurou no signall da samta vera cruz e aos santos euam-

gelhos, com suas mãos corporalmente tamgidos, que ell, dito rrey, seu senhor, e seus soçessores teerom, comprirom, manterom e guardarom todallas ditas clausullas e capitollos e cada hũa delles, qumto a ell tange e perteeçe de guardar e comprir bem, fiell, leall e verdadeyramente, a todo seu leall e verdadeyro, comprido poder, sem algũu falleçimento, assy e tam compridamente como em elles he comtheudo, çessamte toda arte e maao emgano, e que nom dara fauor, ajuda nem comsselho a algũua pessoa, de qualquer estado e comdiçom que seia, assy e pella guisa que per nos he jurado, em as cousas que a nos tange de jurar e guardar, como suso dito e declarado he. E, fazendo elle o comtrayro de todallas ditas cousas ou cada hũa dellas, que, por esse meesmo feito, emcorra em penna e pague aa outra parte que comprir e mamteuer o dito contrauto, por penna e jmteresse, aalem das outras pennas em çima, nos outros capitollos comtheudas, çimquocenta mill dobras de bamda, de boo ouro e justo peso da moeda ora corremte. E esta penna nom sse emtemda no capitollo homde falla das cartas que ha de trazer, comfirmadas per o primçepe, porque tem penna espiçiall; a quall penna, pagada ou por pagar, o dito contrauto fique sempre em todo caso em todo seu uigor e virtude, sem algũu fallecimento. E, por mayor firmeza deste contrauto, assy nos, por nossa parte, como o dito caualleyro, em nome do dito rrey, seu senhor, como seu embaixador e procurador soffçiemente, de nosso moto proprio, poder absolluto, çerta çiemçia, suplimos qualquer falleçimento de sollemnidade, de fecto e de direito, que em este contrauto falleça, pera firme seer, que queremos e mandamos que elle, nom embargamte ello, seia assy firme e vallioso, como sse os ditos falleçimentos em elle nom ouuesse falleçidos. Os quaaes falleçimentos de sollemnidade, assy de fecto como de direito, todos aqui avemos por expressos e expressamente por especificados e declarados, da nossa çerta çiemçia e proprio moto e poder absolluto, assy como sse aqui fossem singullarmente especificados e declarados. E esto fazemos, porque o emtemdemos assy, por serviço de Deus e bem e homrra das partes. E, em testemunho desto, mandamos fazer esta nossa carta.

Dada em a nossa nobre e leall çidade dEuora, nos paaços da praça da dita çidade, em que a esse tempo pousauamos, noue dias doutubro, anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e quoremta e seis. A quall carta outorgamos, presente Lopo Affonso, nosso escpriuam da puridade e notayro jeerall em nossa corte e em todos nossos rregnos e senhorio, e presente as testemunhas ajuso escpritas, que pera esto foram chamadas e rrogadas, a saber: Martin Affonso de Miramda, rricomem e do nosso comsselho, e Gomçallo Pereyra, do nosso comsselho, e Luis dAzeuedo, veedor da nossa fazemda e do nosso comsselho, e Hamrrique Pereyra, nosso guarda, e Luis Piriz, nosso capellam moor, e outros.

11 OUTUBRO 1446

Carta do regente D. Pedro, de perdão a Pedro Bom, escudeiro do infante D. Henrique, por ele haver estado em arruado que Fernando Afonso Colaço, residente em Santarém, houvera com sua irmã, mulher de Martim de Almeida.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 79.

Dom Afonso, etc.

A todos los juizes e justiças dos nosos rregnos a que esta carta for mostrada, saude.

Sabede que Pero Boom, scudejro do jfante dom Enrique, nos enujou dizer que elle esteuera de presente no arrojdó que Fernando Afonso Colaço, morador em a ujlja de Santarem, ouuera com sua jrmã, molher de Martim dAlmeida, come scripuam que erra entom, en logo de seu padre, esto a requerimento de FernandAfonso, por dar fe e testemunho do que se hi pasase, e que fora despois requerido que testemunhase em o dicto fecto, e que ell dera, por testemunho, o que se hi se prouara que se pasara antre elles, entendendo que o podija fazer, sem sendo elle en conhecimento do que se depois hi fezera, o que nos ouueramos por mall fecto; per a quall razam nos o mandaramos prender e que elle ouuera dello notiçija e se amorara por ello e que, andando amorado, lhe fora aposto que elle emadira em hũa carta de segurança hũu aluara, em que erra preso por ser em o dicto fecto, pera della gouujr, como seguro. E que, como quer que a tall adiçam na dicta carta fose fecta, o dicto preso nam gouujra della e, preso, sse ljurara e fora solto per ssentença, por ser achado por sem culpa; pedjndonos por merçe que lhe perdoasemos nosa justiça, a que nos ele, por a dicta razam, hera teudo.

E nos, ujsto seu requerimento e ujsto o quaso quall he e a enformaçam que disto auemos, querendolhe fazer graça e merçe, a onra da morte e payxam, temos por bem e perdoamoslhe a nosa justiça, a que nos elle [era teudo], por razam do dicto testemunho e em adiçam da dicta carta, em que o asy culpam, contanto que elle uaa estar, per seu corpo, ao noso couto de Aronches por tres anos compridos. E, pera aderençar sua fazenda, lhe damos despaço, da dada desta nosa carta a dous meses primeiros segujntes, em o quall tempo mandamos que ande seguramente per todos nosos regnos e senhorio e que nam seja preso nem acusado,

quanto he por a dicta razam, contanto que nam entre em o lugar honde foy fecto o dicto malaficijo. E, acabados os dictos dous meses, elle, ataa tres djas primeiros segujntes, se apresente pessoalmente em o dicto couto, perante ho alcaide delle, ao quall nos mandamos que o faça sepreuer no liuro dos emprazados que pera elo he fecto. E o dja que se hescreuer, que, dhi em deante, lhe nam seja dada lçença a hir pera houtra parte, saluo como nos priuilegios do dicto couto he conteudo. E, nam se asentando elle em o dicto dija e nam morando os dictos tres anos, esta carta lhe nam ualha; e, fazendoo elle asy, mandamos que, dhi en deante, posa ujuer e morar em o dicto logo de Santarem hou onde elle quiser, em nosos regnos, e nam seja por ello mais preso nem acusado.

Dada em a çidade dEuora, onze dias doutubro. Elrrey o mandou, per o doutor Aluaro Martijnz, do seu desenbargo. Rodrigo Afonso a fez. Ano de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^o Rbj anos.

140

27 OUTUBRO 1446

Sumário de carta do regente D. Pedro, a conceder a Pedro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, possa andar em besta muar.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 98.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem ffazemos saber que nos, querendo fazer [graça] e merçee a Pero Esteuez, scudeiro do jffante [dom] Anrrique. Carta que ande em besta muaar. Em fforma. Vnde al nom façades.

Dada em a cidade dEuora, xxbij dias doutubro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, etc. Dinis Afonso a ffez. Anno de Noso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o e Rbj.

27 OUTUBRO 1446

Carta de quitação do regente D. Pedro, passada a el-rei D. João II de Castela, de 45.000 florins de ouro de Aragão, soma em que, segundo os dois convieram, importava o soldo a pagar pelo rei castelhano a Portugal, em razão da ajuda militar que, no ano anterior e sob a chefia do condestável do reino, lhe fora prestada contra os infantes aragoneses, e agora convertida em dote da infanta D. Isabel, filha do infante D. João, matrimoniada com o referido soberano de Castela (1).

ANTT., Reis, liv. 1, fl. 58, — donde se reproduz.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos traotamos, com autoridade do jmelito e esclarecido primçepe, magnifico jffamte dom Pedro, nosso mujto prezado tio e padre, nosso curador e curador e rregedor, por nos, de nossos rregnos e senhorio, casamento amtre o mujto alto e mujto exçelente primçepe, mujto poderoso dom Joham, per graça de Deus rrey de Castella e de Liom, etc., nosso mujto preçado e amado jrmão, tio e amigo, e a mujto alta e mujto exçelente primçesa e mujto virtuosa rrainha dona Jsabell, sua molher, nossa mujto amada e prezada prima.

E, amtre as outras cousas que, por nossa parte, foram prometidas, no contrauto feito sobre o dito casamento, assy he que nos dariamos, em dote, com a dita rrainha dona Jsabell, nossa prima, ao dito rrey de Castela, nosso tio, quarenta e çimquo mill florijs douro do cunho dAragom, que montarom, per verdadeyra comta, feita per nos e o dito rrey de Castella, em todo o soldo e rreguardo do que ouuerom dauer todallas jementes, assy de cauallo como de pee que, per nosso mandado, foram em companhia do comdestabre de Portugall, nosso mujto amado e prezado primo e jrmão, em ajuda e fauor do dito rrey de Castella, nosso thio, a seus rregnos, ho anno que passou de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e quoremta e çimquo annos, assy do numero

(1) Cfr. os DOCS. 189 e 190 do nosso vol. 8 e RUI DE PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, caps. 85 e 87, onde, por sinal, o autor transformou em 100.000 os 45.000 florins constantes deste documento e do respectivo contrato de casamento, de 9 de Outubro de 1446, — o nosso DOC. 138.

da gente que o dito rrey de Castella, nosso tio, nos enviou rrogar que lhe enviassemos, como de toda a outra gente, assy de caualllo como de pee que, aalem do dito numero, quer per nosso mamdado, quer per sua vomtade, foram aos rregnos de Castella o dito anno, em companhia do dito comdestabre, nosso primo, em seruico do dito rrey de Castella, nosso tio, pollo quall dito solldo o dito rrey, nosso tio, em parte he theudo e obrigado de pagar a nos; e, na outra parte delle, pera comprimento de toda a dita soma, he obriguado a o pagar a algũs fidallgos e caualleiros naturaaes destes nossos rregnos, segundo mais compridamente he comtheudo nas obrigações e rrecados e comtas que na dita rrazom passaram.

E porque, no contrauto fecto sobre o dito casamento, nos prometemos ao dito rrey de Castella que do dia que o casamento fosse celebrado per pallauras de presente, amtre elle e a dita rrainha dona Jsabell, sua molher, atee vinte dias primeiros seguintes, nos lhe dariamos quitaçom de toda a dita comtia dos ditos quoremnta e çimquo mill florijs, em tall guisa que elle fosse delles quite e liure, segundo no dito contrauto mais compridamente he comtheudo; e porque, outrossy, o dito casamento ja, polla graça de Deus, he celebrado per pallauras de presente, amtre as ditas partes, querendo nos satisfazer, dentro no termo dos vinte dias, ao que assy no dito contrauto prometemos, quitamos ao dito rrey toda a dita comtia dos ditos quoremnta e çimquo mill florijs, em que nos assy era obrigado polla dita rrezom e comta, amtre nos e elle verdadeiramente feita, como dito he.

A quall quitaçam queremos e mamdamos que seja logo entregue aa dita rrainha dona Jsabell, dentro dos ditos vinte dias, que prometemos que lhe fosse entregue, pera a ella entregar ao dito rrey de Castella, seu marido, do dia que o matrimonio amtre elles for comssumado e ella for entregue das çidades de Soria e Çidade Reall e villa de Madrigall e assentamento de marauidijs que lhe pollo dito rrey, nosso tio, ha de seer dado e posto, por rrezam do dito casamento, ataa vinte dias primeiros seguintes, segundo mais compridamente he comtheudo no contrauto feito do dito casamento.

E porque, outrossy, nos prometemos, no dito contrauto do casamento, que, dentro dos ditos vinte dias, contados do dia que o dito casamento fosse celebrado per pallauras de presente amtre as ditas partes, nos dariamos aa dita rrainha as ditas obrigações dos ditos quoremnta e çimquo mill florijs, em que nos o dito rrey assy era obrigado, como dito he; querendo satisfazer ao que assy prometemos, mamdamos que logo, durando o tempo dos ditos vinte dias, lhe sejam entregues, pera as ella, per ssy meesma, entregar ao dito rrey de Castella, seu marido, depois que o dito matrimonio amtre elles for comssumado, como dito he.

E aconteçendo, o que Deus nom queira, que, per algũu caso de quallquer guisa que acontecer possa, o dito casamento falleça ante que sela amtre elles comsumado, em tall caso, queremos que ella, dita rrainha, torne e entregue e rrestitua a nos todallas obrigações e esta quitaçom em aquella forma que lhas agora mandamos entregar, sãas, boas e verdadeiras, sem outra viollaçom ou comrrompimento em ellas feito, pera nos dellas podermos husar assy e tam compridamente como sse as a ella nom ouuessemos dadas nem entregadas nem feita doaçam dos florijs em ellas comtheudos ao dito rrey de Castella, em dote, com ella, dita rrainha, sua molher, nem lhe ouuessemos delles dada quitaçom; porque com este emtemdimento e comdiçom demos os ditos florijs, em dote, ao dito rrey com a dita rrainha, e lhes damos a dita quitaçom e mandamos dar e entregar as ditas obrigações aa dita rrainha, como suso dito e declarado he.

E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, signada per nos e asseellada com ho nosso seello do chumbo e assignada per o dito jffamte dom Pedro, meu tio e padre e rregemte, feita em a nossa çidade dEuora, nos paaços da praça em que pousamos, vimte e sete dias doutubro, anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e cccc e quoremta e seis. A quall carta outorgamos presente LopAffomssso, nosso escpriuam da poridade e notayro moor pubrico jerall em a nossa corte e em todos nossos rregnos e senhorio, e presente as testemunhas ajuso escprias, que pera esto foram rrogadas, chamadas, a saber: Gomçallo Pereyra e o doutor Ruy Fernamdez, do nosso comsselho, e dom Dieguo de Castro e Hamrrique Pereyra, nosso guarda, e Joham Vaasquez dAlmadaa, veedor de nossa casa, e outros.

E eu, sobredito LopAffomssso, scpriuam da puridade do dito senhor rrey e notairo moor e pruuico em sua corte e jeerall, per sua rreall autoridade em todos seus rregnos e senhorio, que, per mandado do dito ssenhor rrey, a todo esto presente fuy, estipullante e aceptamte, como pessoa pruuica, por todollos presentes e aussemtes, a que todo este negocio, em parte ou em todo, ao presente ou ao diamte, pode ou podera pertemçer per quallquer guisa que seja. E esta quitaçom mamdey fazer, per mão de fiell escpriuam, e aqui sobescpreuj e fiz meu signall pruuico.

Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a rogar-lhe transforme em vitalícia a graça concedida, a seu pedido, em 28

de Setembro anterior, a Pedro Martins, deão da sé de Viseu. Concedida vitaliciamente (1).

AV., Reg. Suppl., vol. 413, fl. 278 v.

Beatissime pater.

Licet deuotissimus eiusdem sanctitatis et sancte romane ecclesie filius (2), clare memorie Johannis regis Portugalie filius Henricus infans, dux Visensis, ut eadem sanctitas cum deuoto vestro Petro Martini, decano ecclesie Visensis, quod cum decanatu ecclesie predicte, qui curatus et inibi dignitas maior post pontificalem est, vnum aliud beneficium ecclesiasticum seu alias quecumque duo curata seu alias incompatibilia beneficia, etiam si dignitates, etiam maiores uel principales, aut personatus, administraciones uel officia, etiam curata et electiua, in metropolitanis et alijs cathedralibus uel collegiatis ecclesijs seu vna earum cum reliqua seu parrochialis ecclesia, etc., fuerint, cum potestate permutandi, quociens vellet, quoad uiueret, retinere posset, dispensaret, petitum fuerit, per signaturam tamen petitioni desuper eiusdem sanctitatis porrecta[m], que est concessum ad triennium, etc., petita huiusmodi nullatenus venire seu per sanctitatem vestram concessa fuisse videntur. Et ut dictus Petrus, ex petitione huiusmodi, fructuum se gaudeat reportasse optatum, supplicat eidem sanctitati vestre infans et dux prefatus quatenus apostolicas super dicta petitione conficiendas litteras, iuxta petita huiusmodi, seu saltem quoad vnam parrochialem ecclesiam cum dicto decanatu, ita quod ipse Petrus decanatum et parrochialem ecclesiam, si sibi illa canonice conferatur huiusmodi, quoad uiixerit, cum potestate illos, quociens uoluerit, pro alijs similibus uel dissimilibus beneficijs, etc., insimul retinere valeat expediri mandare gratiose et cum non obstantibus et clausulis in dicta petitione contentis et oportunis.

Concessum ad vitam, in presenciam domini nostrj pape. Johannes Zamorensis.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quarto kalendas nouembris anno sextodecimo.

(1) Cfr. o DOC. 133, de 28 de Setembro anterior.

(2) Aquil, no ms. *filius Henricus*.

143

1 NOVEMBRO 1446

Carta do infante D. Henrique, a doar a Bartolomeu Perestrelo, cavaleiro de sua casa, e a seus descendentes para sempre, a capitania da ilha do Porto Santo nos termos na mesma doação indicados (1).

ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 85, texto que se reproduz; inserta nas cartas de transmissão da mesma capitania aos herdeiros do donatário, na *Chancelaria de D. João III*, liv. 25, fl. 137; em leitura nova, *Ilhas* fl. 94 v.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 449.

Eu, o infante dom Henrique, regedor e governador da hordem da caualaria do meestrado de Noso Senhor Jhesu Christo, duque de Ujseu e ssenhor de Coujlhãa, faço saber a quantos esta mjnha carta virem e o conhecimento dello pertencer, que eu dou carrego a Bertollameu Peroes-

(1) Bartolomeu Perestrelo, descendente de Italianos, tomou parte na segunda viagem de João Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira à ilha do Porto Santo, na década de 1420-30, onde lançou coelhos, que proliferaram rápida e abundantemente, em prejuízo das culturas dos primeiros colonizadores (Cfr. ZURARA, *Crónica... de Guiné*, cap. 83, a pp. 358-62 do nosso vol. 2, e DAMIÃO PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 2.ª ed., pp. 65 e ss.). Em 8 de Junho de 1431, el-rei D. João I aforou «hũas casas que elle (monarca) ha em Lixboa, na Rua Nous, a par da Horta da Herua, a Bertolameu Palastrello, caualleiro, e a Margarida Martijnz, sua molher, e a outra pesoa que o postumeiro delles nomeasse» por 80 libras da moeda antiga, anualmente (ANTT., *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 128 v.); e nas cortes de Lisboa de Dezembro de 1439 foi procurador, por Bragança, o cavaleiro Bartolomeu Perestrelo (Cfr. o texto da p. 21 do nosso vol. 7). Parece referirem-se os dois citados documentos ao mesmo individuo e cavaleiro e também ao primeiro capitão do Porto Santo; mas, em tal caso, acha-se errada a afirmação de DIAS LEITE, que dá o dito capitão matrimoniado, em primeiras núpcias, não com Margarida Martins, do documento de 1431, mas «com Bretiz Furtada de Mendonça, de que não houve filho barão, senão tres filhas»; e, em segundas núpcias, com Isabel Moniz, de quem ele teve só um filho, varão, Bartolomeu Perestrelo II (*Descobrimento da Ilha da Madeira*, p. 111).

O segundo casamento do primeiro capitão do Porto Santo com Isabel Moniz é confirmado documentalmente, por exemplo pela carta henriquina de 17 de Maio de 1458, data em que o Navegador declara aquele falecido e que, por sua morte e devido ao filho dele ter apenas de 7 para 8 anos de idade, a mãe deste, Isabel Moniz, e o irmão dela, Diogo Gil Moniz, venderam a capitania em causa a Pedro Correia, fidalgo da casa do infante D. Henrique e genro de Bartolomeu Perestrelo I, — por

trelo, caualleiro de mjnha casa, da minha (2) hilha do Porto Santo. Que elle, dicto Bertollameu Perestrello, a mantenha por mjm, com justiça e djreito; e, morrendo elle, a mjm praz que sseu filho primeiro ou segundo, se tall for, tenha carreggo polla gisa suso dicta; e asy de deçendente [em deçendente] (3), per linha djreita. E, semdo em tall hidade o dicto seu filho que a nom posa reger, eu ou meus herdeiros poeremos hi quem a rega, atee que elle seja em hidade pera a reger.

Item, me praz que elle tenha, em esta sobredicta ylha, a jurdiçom, por mjm e em meu nome, do ciuell e crime, rresaluamdo morte ou talhamento de nembro, que esto venha perante mjm. Porem, sem embargo da dicta jurdiçom, a mjm praz que todos meus mandados e coreiçom sejam hi conpridos, asy como em cousa propria mjnha.

Outrosy, me praz que o dicto Bertollameu Peroestrello aja pera sy todollos moynhos de pam que ouuer na dicta ylha de que lhe asy dou carreggo e que nengem nom faça hi moynhos senom elle ou quem lhe aprouer; e esto se nom entemda em moo de braço, que a faça quem qujser, e nom moendo a outrem, nem atafanas, senom elle ou quem lhe aprouer.

Item, me praz que aja, de todallas serras da agua que hi fezerem, de cada hũa hũu marco de prata, em cada hũu anno, ou seu çerto uallor ou duas tabuaas cada somana, das que costumarem serar, paguando porem a nos o dizimo de todallas dictas serras, segundo pagom das outras cousas o que fezer a dicta serra; e esto aja tambem o dicto Bertollameu Peroestrello de quallquer engenho que se hi fezer, tiramdo vieiros de ferarias ou outros metaaes.

Item, me praz que todollos fornoos* de pam em que ouuer poya sejam seus; porem, nom embargo que quem qujzer fazer fornalha pera seu pam que a faça e nom pera outro nehũu.

casado com sua filha Iseu Palestrela, segundo o informe de DIAS LEITE —, pela tença anual de 10.000 reais, allás doada por D. Henrique a Pedro Correia e liquidada a favor do referido menor, — disposição então confirmada, na citada carta henriquina, e depois por D. Afonso V, em 17 de Agosto de 1459 (Os dois documentos, extrahidos da chancelaria afonsina, publicados por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, pp. 548-50 e 557, respectivamente).

Em 1473, Bartolomeu Perestrello II, ao mesmo tempo que solicitou cópia da carta do infante D. Henrique de 1446, a que vimos a anotar, reclamou a posse da capitania do Porto Santo contra Pedro Correia, com base na referida carta henriquina de 1446, de doação da dita capitania a Bartolomeu Perestrello, seu pai, e sucessores, a qual lhe foi concedida pela sentença régia de 15 de Março do dito ano (ANTT., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 85, e *Ilhas* fl. 93 v.). E a referida capitania do Porto Santo veio a ser confirmada sucessivamente à família dos Perestrellos, por via masculina directa, pelos monarcas subsequentes (Cfr., por exemplo, os documentos do ANTT., *Chancelaria de D. João III*, liv. 25, fl. 137).

(2) No ms. *minha por minha*.

(3) Como na doação da capitania a Tristão, — o DOC. 71 do nosso vol. 7.

Item, me praz que, teemdo elle sall pera vemder, que o nom posa vemder outro senom elle, damdoo elle a rrezom de meo leall de prata allqueire ou sua djreita vallya e mays nom; e, quando o nom teuer, que o vemdam os outros da hylha a sua vontade, ataa que o elle tenha.

Outrosy, me praz que, de todo o que eu ouuer de remda na dicta ylha, que elle aja de dez hũu e o que eu ey dauar na dicta ylha e he contheudo no forall que pera ello mandey fazer (4). E per esta gisa me praz que aja esta remda seu filho ou outro seu desçendente per linha djreita, que o dicto carrego teuer.

Item, me praz que elle posa dar, per suas cartas, a terra desta ylha ffora pollo forall da ylha a quem lhe aprouuer, com tall comdiçom que aquelle a que derem a dicta tera a aproueyte atee çinquo anos; e, nom a aproueitando, que a posa dar a outrem. E, depois que aproueitada for e a lheixar por aproueytar atee outros çinquo anos, que yso meemos a posa dar. E esto nom enbarga a mjm, se hi ouuer terra por aproueitar que nom seja dada, que eu a posa dar a quem mjnha merçee for, e asy me praz que a de asseu filho ou herdeiros e desçendentes que o dicto carego teuerem.

E, per esta presente, encomendo e rogo a todollos meus herdeiros e soçesores que despos mjm vierem ajam por firme esta mjnha carta e a conpram e façom conprir e gardar em todo e per todo e pella gisa que em ella he conthudo, porque eu fiz esta merçee ao dicto Peroestrello por elle ser o primeiro que, per meu mandado, a dicta ylha pobrou e por outros muitos seruiços que me fez; pollo quall ffiz a dicta merçee a elle e a seus herdeyros e soçesores, segundo dicto he.

E mais me praz que os dictos vezinhos posam vemder suas herdades aproueitadas a quem lhe prouuer.

Outrosy, me praz que os gaados brauos posam matar os da hilha sem auer hi outra defesa, resaluando o gaado que amda nos hilhecos ou outro algũ lugar çarrado, que o lance hi o ssenhorio.

Em testemunho de verdade, lhe mandey dar esta mjnha carta, asynada de mynha mão e asellada do meu seelo das mjnhas armas.

Dada em a mjnha Ujlla, primeiro dia do mes de nouenbro. Gill Fernandez a fez. Ano do naçimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rbj anos (5).

(4) Desconhecido este foral. Cfr. a nota da página 99 do retrocitado volume.

(5) Em 4 de Março de 1418 era prior da Igreja de Santa Marinha, em Lisboa, e Vigário Geral Rafael Perestrelo (Pallastrello), data em que o mesmo, por se achar vaga a diocese, emittiu sentença sobre pertencerem ao mosteiro de S. Vicente de Fora as dízimas do Casal Ventoso (ANTT., *Colecção Especial*, caixa 140, maço 1, doc. 14).

144

9 NOVEMBRO 1446

Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe letras apostólicas em que se declare que Afonso Pires ou Pires, clérigo da diocese de Lisboa, estudante em Sena, onde deve demorar anos, foi dispensado de ilegitimidade e que lhe fora concedido pudesse receber benefício eclesiástico curado antes dos 23 anos de idade, a fim de continuar os estudos. Concedido.

AV., Reg. Suppl., vol. 413, fl. 179 v.

Beatissime pater.

Alias sanctitas vestra, ad supplicationem domini [Henrici], infantis regnj Portugalie, cum deuoto oratore uestro Alfonso Petrj, clerico Vlixbonensis diocesis, qui in vicesimo seu vicesimo primo uel circa sue etatis anno constitutus existit, ut quamprimum vicesimum tercium dicte etatis annum attigerit, beneficium ecclesiasticum curatum, etc., recipere et retinere posset gratiose dispensarij concessit, prout in supplicatione desuper signata plenius continetur.

Verum, pater sancte, jdem Alfonsus (1) defectum natalium patitur de presbytero genitus et soluta, super quo cum eo olim dispensatum est, prout lacius in cancellaria declarabitur, et de quibus quidem defectu natalium ac dispensacione nulla in dicta supplicatione mentio facta fuit. Quare, pro parte dicti infantis, in fauorem prefati Alfonsi, qui Senis litterarum studio insistit ac illuc, concedente (2) Domino, per plures annos continue intendit ad finem ut commodius se in huiusmodi studio sustentare valeat, sanctitati vestre humiliter supplicatur quatenus litteras apostolicas super dicta supplicatione conficiendas cum expressione defectu[s] natalium ac illius dispensacionis huiusmodi expediri mandare dignemini, de gratia speciali. Non obstantibus premissis ceterisque contrarijs quibuscunque et cum clausulis oportunis.

Concessum postquam, etc., jn presencia domini nostri pape. Johannes abbas.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, quinto jdis nouembris anno sextodecimo.

(1) No ms. *Antonius*, com indicação de erro.

(2) No ms. *concubito*, com indicação de erro, pelo copista.

145

4 JANEIRO 1447

Tendo-se oferecido o duque de Borgonha ao rei D. Afonso V de Aragão para o harmonizar com o infante D. Pedro de Portugal, o Magnânimo põe as condições seguintes: que, antes de mais nada, sejam todos os servidores da falecida rainha D. Leonor de Portugal, sua irmã, fugidos de Portugal admitidos no país e reintegrados em seus bens, ofícios, dignidades, benefícios e respectivos frutos; que todos os bens de que fora expoliada a dita rainha, dinheiro, pratas, jóias, roupas e rendimentos de suas terras, desde o dia em que lhe foram subtraídos até o da sua morte, sejam entregues ao soberano de Aragão, para ele socorrer os servidores da referida rainha e satisfazer os encargos desta; enfim, que a infanta D. Joana de Portugal, filha da citada D. Leonor, a qual esta lhe recomendara antes de falecer, lhe seja confiada para, a seu tempo, a matrimoniar convenientemente (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 2699, fl. 57 v.

Memorial per lo serenissimo ssenyor rrey dArago e deles dues Sicilies, etc., acomanat als mgnifich mossen Francesch dArino, caualer, conseller e vxer darmes, e a Garcia Montanyes, sotsmontero maior del dit ssenyor, deles coses que han a fer ab lo jllustrissimo duch de Borgunya, al qual lo dit ssenyor los tramet embaxadors seus.

E per que lo dit mossen Gilabert de Lannoy, per part del dit jllustrissimo duch de Borgunya, explica e dix al dit ssenyor que lo dit duch de bona voluntat se jnterposaria en concordar les differencies que son entre lo dit ssenyor e lo jllustre jnfant don Pedro de Portugal, diran los dits embaxadors, per part del dit ssenyor, al dit jllustrissimo duch que lo dit ssenyor sera be content que ell, dit duch, se jnterpose en concordarlos; pero lo aulsaran que la jntencio del dit ssenyor es que en qual-seuol concordia que seguís, primer e ans de totes coses, tots los seruidors

(1) Cfr. os DOCS. 177, 181, 182 e 186-88 do nosso vol. 8 e os DOCS. 53, 78 e 79 do presente volume, entre outras cartas da rainha D. Maria aqui editadas.

dela jllustrissima dona Elionor, de bona memoria rregina de Portugal e germana del dit ssenyor qui son stats foragitats del rregne de Portugal e son stats leuats lurs bens sien restituïts, tornats e reintegrats en lo dit rregne e en tots lurs officis, dignitats, beneficis e bens quels sien stats leuats e tots los fruyts daquells.

Jtem, que tots los bens que foren leuats ala dita jllustrissima rreyna, peccunia, argent, joyes e altres qualseuol bens e robes e encara totes les rendes e jntroïts deles terres que ala dita jllustrissima rreyna eren obligades, del dia que la dita jllustrissima rreyna fou priuada dela dita possessio de aquelles fins al dia dela sua mort, sien restituïdes íntegrament al dit ssenyor, per que puxa satisfïer als seruidors daquella e complir e pagar los carrechs a que la dita rreyna era tenguda.

Jtem, que la jnfanta dona Johana de Portugal, filla dela dita rreyna, e la qual la dita rreyna, ans dela sua mort, lexa e acomana al dit ssenyor, li sia íntegrada, per que, venint lo cas, la puxa col·locar en matrimonj, tal qual a aquella se pertany e, complintse aquestes coses per part del dit jnfant don Pedro de Portugal, sera content lo dit ssenyor de venir a concordia sobre les dites diferencies.

.
Expeditum jñ regijs felicibz castris, jñ Silua Passaranj, de provincia Campanie Rome, die iiij. januarij, anno a natiuitate Domini M.cccc.xxxxbij.º.

Dominus rex mandauit michi
Arnaldo Fonolleda.
Prouisa.

146

12 JANEIRO 1447

Carta da rainha D. Maria de Aragão a el-rei seu marido, a pedir-lhe reconduza D. Francisco Manresa no cargo de alcaide de Alcolea, que lhe havia sido dado pela falecida rainha D. Leonor de Portugal e o monarca outorgara a outrem, sendo aquele pobre e havendo servido a dita rainha dedicadamente até à sua morte, nomeadamente como seu almoxarife em Portugal, e lhe conceda mais alguma ajuda (1).

ACA., Cancilleria Real, Registro 3048, fl. 99 r. e v.

(1) Cfr. os nossos DOCS. 79 e 80 sobre este Manresa.

Molt alt ssenyor. Entrels altres serujdors de la rreyna dona Leonor de Portugal, de bona memorja, en Franchesch Manresa, portador de la present, quj, per vostra gracia, fou fet de casa sua, en lo temps que la dita rreyna passa en Portugal e continuament, fins a la mort, stigue en son seruey e fou almoxerjff seu en aquell regne, es romas desfet e destroujt e foragitat de tots sos bens.

E, per ço, la dita rreyna matexa, apres que fou foragitada del dit regne, lo prouehj del alcajdju de Alcoleia. Et, por que loffici era de poca valor, la dita rreyna de sa pobresa lj ajudaua; ara, apres sa mort, lj ha falljt lo dit sostenjment e encara lo dit offici, per tal com vostra senyoria ha prouehit daquell mossen Remjro de Funes. Sia merce vostra que axi com vostra excellencia ha be acostumat girar la cara als altres serujdors de vostres germans, la vullats girar a aquest, car no se que de mjseria e pobresa de serujdor se deia hauer mes compassio que de aquest, quj no ha cosa en lo mon de que puxa [viure] ne tan poch offici ne remey algu, sino mendicar.

E, per ço, vostra merce nol deu lexar perjr, majorment que es persona disposta a regir offici e serujr, e tornarlo en lo dit offici, quj no val res al dit mossen Remjro; ab poca ajuda que lj fos feta, lj darja sostenjment, de que vostra altesa haura merit e honor e yo lo haure a gracia singular a vostra magestat, la qual Nostre Senyor exalte e mantenga longament.

Scrita en Barchinona, a xij dies de janero del any mil cccc.xxxvii.

Senyor. Vuestra humjl mul-
ler, qujs se comana en vostra gra-
cia e merce, la Reyna.

Domina regina mandauit mi-
chj, Guillelmo Bernardo de Bru-
gada.

Prouisa.

147

13 JANEIRO 1447

Excertos de carta de quitação do regente D. Pedro, passada a Diogo Gonçalves Bocarro, recebedor do almoxarifado de Beja, relativa ao ano de 1439, com lançamentos respeitantes ao infante D. Henrique, a pessoal dele e à armada de Tânger.

ANTT., Guadiana, liv. 4, fl. 64.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta que quitaçam virem fazemos saber que Dioguo Gomçalvez Bocarro, noso vasallo, morador em a villa de Beja, teue cargo, per noso mandado, de rregeber as nosas rremdas e direitos do almo-xarifado de Beja o anno pasado de iiij^o xxxix[....].

E tres comtos e quynhemtas mil liuras a Gomçallo Pacheco, tesou-reiro das cousas de Çepta, pera compra de carnes [....]. E duzentas e dez mil liuras a Joham Afonso, escudeiro do jfante dom Emrrique, meu muito amado e preçado tio, de graça [....]. E seis comtos e seisçentas e quinze mil e quinhentas e çimcoenta e tres liuras aos hor-fãos da dita villa e comarqua (de Beja), que lhes mandamos pagar da terça parte do pam, dinheiros, prata e ouro que lhes foy tomado pera armada de Tanager [....]. E çento e coremta e nove mil e seisçentas e uimte e çimco lyuras a Joham Afonso, escudeiro do jfante dom Emrrique, meu mujto preçado e amado tyo, de graça [....]. E trezentas e çimcoenta e tres mil e quynhemtas liuras ao dito jfante dom Emrrique, meu tyo, em parte de paguo das quatroçentas e çimcoenta e oyto mjl e quinhentas liuras que o dito anno lhe hy foram desembar-guadas [....].

Dada em a çidade dEuora, a xiiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jfante dom Pedro, rregemte, etc. Afonso Vaasquez a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rbij annos.

148

18 JANEIRO 1447

Carta do regente D. Pedro, a privilegiar João Lourenço Ramalho, morador na vila de Alcôcovas, besteiro da câmara do infante D. Henrique.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 86.

Dom Affonso, etc.

A uos, jujzees das Alcaçauas, e a todallas outras nossas justças dos nossos rregnos a que esta carta ffor mostrada, ssaude.

Sabede que nos, querendo ffazer graça e merçee a Joham Lourenço Ramalho, morador em essa villa, porquanto he besteiro da camara do

iffante dom Hemrryque, meu muyto prezado e amado tijo; temos por bem e priuilegiamolloy, que nom sirua nem vaa serujr per maar nem per terra, em paz nem em guera, per nehũa guissa e maneira que seja, ssaluo com o nosso corpo ou com o dicto jffante, meu tijo, ou com quem elle mandar, e nom com outra pessoa, posto que aja nosso poder pera leuar homens darmas, piãaes e beesteiros.

Jtem, queremos que nom pague em nehũs pedijdos nem peitas, fintas, nem talhas nem em outros algũs encarregos que per esses congelhos som ou forem llançados per quallquer guissa que seja, nem vaa com preasos nem com djnheiros nem sirua em outros algũs encarregos desses congelhos.

Jtem, queremos e mandamos que o dicto Joham Lourenço, em tenpo de paz ou tregoa, nam tenha caualllo nem outras armas, se as ell [nom] quiser teer, saluo sua beesta, pera nos servir, posto que pera ello aja conthia.

Outrosy, nom pousem com elle, em suas cassas de morrada, adegas nem cauallaryças nem lhe tomem suas bestas de ssella nem dalbarda, pam, vinho, roupa, palha, galinhas nem outra nehũa coussa do seu contra sua vontade.

Outrossy, elle possa trazer e traga armas quantas ell quiser per todo nosso senhorio, nom enbargando defessa ou defessas que sobre esta rrazom ajamos postas.

E mandamos a uos e a todallas outras nossas justiças a que esta carta for mostrada que a façaes conprir e goardar pella guissa que em ella he contheudo; e, nom a querendo conprir, mandamos a qualquer tabaliam a que esta carta for mostrada que o emplace perante nos que, do dia que for enprazado a quinze dias primeiros seguintes, pareçaaes perante nos, per perssoa, a dizer quall he a rrazom por que lhe nom conprijs a dicta carta. E al nom façades.

Dada em a nosa çidade dEuora, xbiij dias de janeiro, per autoridade do ssenhor jffante don, etc. Vasco Abull a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^o e Rbij annos.

Sentença definitiva do infante D. Henrique, como regedor da Ordem de Cristo, dada em pleito movido pelo comendador de Castro Marim, Diogo Lopes das Fustas, contra o arrais de Lagos, Martim

Vicente Garrido, por este não haver pago à Ordem certos direitos de trigo com que passara duas vezes pela foz do rio Guadiana.

ANTT., Gaveta 17, maço 7, n.º 15, original. Em papel branco, grosso, escrita sobre três páginas de uma folha com mancha de água. Na quarta página o selo do infante D. Henrique e, ao fim do documento, sua assinatura.

Publicada e comentada por DIAS DINIS, *Regimento*, p. 341, e novamente em seus *Estudos Henriquinos*, vol. 1, pp. 82-84. Sumariada em SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, Suplemento ao vol. 1, p. 531.

Eu, o jffante dom Henrrique, rregedor da ordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Uyseu e ssenhor de Couylhãa, ffaço saber a uos, GillEanes, juz dos ffectos que perteençem aa ordem e aalcaydarya em a mjnha villa de Crasto Marjm, e a quaeesquer outros a que o conhecimento desto perteençer que perante mjm ffoy ordenado hũu ffecto antre partes, a saber, Diego Lopez das Fustas, comendador em a dicta uylla, como autor, da hũa parte; e da outra Martim Vicente Garydo, morador em Lagos, como rreeo; dizendo ho dicto autor, em sua auçam, que era verdade que eno mees de julho, aos xxj dias da era de iiiiº Rbj anos, que o dicto rreeo trouxera pollo rrio dOdyana hũu barco, do quall elle era arraaez, em que trazia çinquo moyos de trigo, pasando pola ffooz do dicto rrio sem ho fazer saber a elle, dicto alcaide, nem lhe pagando seu djreito, ssegundo he costume e he contheudo em seu forall; e que, depois desto, ho dicto rreeo trouuera outra vez ho dicto barco polo dicto rrio, leuando em elle sete moyos de trigo e, pasando pola ffooz, como da primeira, sem ho fazer saber nem pagar djreito nem obedecer aa ordem, segundo dello ho dicto autor ffora çerto per hũu aluara, asinaado per Lyonell Gill, escriuam da sisa de Lagos, onde ho dicto barco portou com o dicto pam.

O quall aluara per ho dicto Diego Lopez ffoy mostrado, no quall ffazia meençam que polo ljuro delrey se mostraua que Martim Vicente Garydo trouuera, aos xxb dias de julho, çinquo moyos de trigo de Sam Lucar dAlcoutim, a saber: do dicto rreeo, hũu moyo e cincoenta e hũu alqueires e meo; e do ffilho de Bra[n]ca Garçia, hũu moyo e Rb alqueires; e de Joham Monsim, hũu moyo e xxb alqueires. E iso meesmo se mostra polo dicto aluara que, a quatro dias dagosto da dicta era, que o dicto rreeo trouxera, no dicto barco, sete moyos de trigo, a saber: sete quarteiros do dicto rreeo, e dAluoro Fernandez Ameyxeiro outros sete quarteiros; e do ffilho da dicta Branca Garçya, tres quarteiros e sete alqueires e meo; e de Joham Monsim, noue quarteiros e sete alqueires e meo.

Os quaees se mostraua polo dicto aluara vijrem dAlcoutim, dando ho dicto autor ajnda majs, em ajuda de seu petitorio e aluara, hũa ssen-

tença delrey, na quall fazia meençam que, vista hũa enquiriçam que se ja sobre outro semelhante caso tirou, elrey com os de seu conselho acordaram e detremynaram que a ordem de Christos e seus comendadores do dicto logo de Crasto Marjm ajam a trijntena do pam que veer polo rrio dOdiana, asy de Serpa e Beja e Mertola e dos outros logares pera ho rrey no do Algarue etc. (1); mostrando majs ho dicto autor hũa verba contheuda no fforall, a quall ffazia meençam que, se algũs nauyos leuam algũas mercadarias polo dicto rrio em que elrey aja djreito, sonegadas, que o dicto nauyo se perca e a dicta mercadarya e o arraaez seja preso (2); pedjndo o dicto autor contra o dicto rreeo que, pois elle era arraaez do dicto barco e pasara com o dicto pam per duas vezes pola dicta ffooz sem o mandar fazer saber nem pagar seu djreito, que o nauyo que asy era achado lhe ffosse entregue com seus aparelhos em dobro ou seu justo preço, porquanto sse duas uezes perdeu, e mais os dictos doze moyos de trigo que no dicto barco passaram.

Na quall auçam assy posta, ho dicto rreeo rrespondeo que verdade era que elle trouera o dicto barco com ho pam per duas vezes, vijndo com ele aquelles que no dicto pam tijnham parte, ssegundo se contem no aluara do escriuam da sisa, e que elles todos fornyçiam per sy, e que Joham Monsim, cujo o dicto barco era, forneçia por seu barco, sem leuar majs frete; e que quando elle, rreeo, a primeira vez pasara, que ele disera ao dicto Joham Monsjm que ouira dizer que o dicto comendador auya dauar ho djreito do pam que asy pasaua e que, porque o barco era seu, elle lhe disse que maneira em ello teenrya quando outra vez ala tornasse, e que o dicto Joham Monsjm lhe disera que ele tornasse sem rreeço, que quem pagasse dhũa vez pagarya da outra, que elle ho tiraria a saluo; e que por esto elle, dicto rreeo, tornara outra uez la polo dicto pam e que o nom fezera saber pera pagar aa ordem seu djreito, por aquelo que lhe o dicto Joham Monsim disera.

E, posta asy a dicta auçam polo dicto autor e contestada pollo dicto rreeo; e, visto ho rrazoar dhũa parte e da outra, ouue ho dicto fecto por concurso e sobre a concursum dey hũa sentença, que tall he. Visto este ffecto e o que se per ele mostra: e, visto como ho dicto rreeo ffoy no

(1) Alusão, porventura, à sentença de el-rei D. Fernando, de 4 de Agosto de 1380, em pleito movido pelo comendador de Castro Marim, Vicente Martins Leitão, contra Sanco (?) Vital, rendeiro do almoxarifado da mesma povoação, e contra outras pessoas, que embargavam àquele a percepção pela Ordem de Cristo da trinta do pão e da dixima do pelce (ANTT., *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 2, fl. 67 v. Publicada por DIAS DINIS, estudos supracitados).

(2) Não encontramos tal disposição nem no foral afonsino de Castro Marim nem no dionisino. Tratar-se-á de foral desconhecido, dado pela Ordem de Cristo, no qual se reservaram determinados direitos a el-rei?

dicto barco por arraaez e pasou pola ffooz do dicto rrio com o dicto pam, sem ho fazer saber nem pagar ho dereito aa ordem, ssegundo he custume; e, uista a verba do foral e o que sse em ella contem; e, ujsto ho contheudo na ssentença delrey, alegada polo dicto autor; e, ujsto ho confesso do dicto arraaez, em sua rreposta; per sentença diffinitiva (3) julgo que o dicto arraaez pague dous barcos tam boons como aquelle que asy pasou pola dicta ffooz com os aparelhos que leuaua ou o que veer em juzo de dous homeens boons que o dicto barco com seus aparelhos poderya em dobro valer, e majs dous moyos e trinta e sejs alqueires e meo de trigo, que se mostra que no dicto barco trouue, e cond[eno]ho nas custas. E fazee veender e rrematar tantos beens do dicto rreeo, per que o dicto autor aja o que dicto he e majs de custas, a saber: do ffecto e desta sentença Rj rreaaes, e do sseelo della xxiiij, que pagou na mjna chancelaria (4). E fazee asy conprir sem outra duuyda nem embargo.

Fecta em Estonbar, aos xx dias do mes de janeiro. Gill Fernandez a ffez. Era do Senhor de mjll iiij^{os} Rbij anos.

(as.) J.d.a.

150

25 JANEIRO 1447

Carta do regente D. Pedro, a confirmar a Gonçalo Anes, criado do infante D. Henrique, a de el-rei D. Duarte de 26 de Janeiro de 1436, de nomeação de juiz e contador em terra de Seia e seus termos.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 87 v.

(3) Repare-se na expressão henriquina: *sentença diffinitiva*, ou seja em última instância, e portanto sem apelação. É provável que já o feito tivesse corrido na primeira instância, em Castro Marim, onde Gil Eanes era *juiz dos ffectos que pertencem a ordem e aalcaydarya*, como se afirma ao princípio do documento; mas também é possível que ele tenha sido submetido logo e directamente ao infante, havendo o julgamento decorrido em Estómbar, segundo cremos, donde a sentença está datada.

(4) O selo desta sentença é o selo grande das armas do infante D. Henrique, o qual se vê aplicado na quarta página do documento. Dele pagou o réu 24 reais e da sentença 41 na *mjna chancelaria* — diz D. Henrique — ou seja, segundo cremos, na chancelaria da Ordem de Cristo, de que ele era Governador.

Dom Afonso, etc.

A uos, juizes, uereadores e omeees boos de Sea e a outros quaeesquer que esta carta ujrem fazemos saber que Gonçalo Annes, criado do ifante dom Enrique, meu mujto prezado e amado tio, nos mostrou hũa carta delrey meu ssenhor e padre, cuja aalma Deus aja, da quall o teeor tall he.

Segue-se a transcrição da carta eduardina de 26 de Janeiro de 1436, — o DOC. 97 do nosso vol. 5.

Dizendonos o dicto Gonçalo Anes que, porquanto nom tijna nosa confirmaçom do dicto ofiçio, que uos lhe nom queriees consintir que delle husasse e lho defendiees; que nos pidia por merçee que lha confirmassemos.

E nos, ueendo o que nos asi djzia e pidia, querendolhe fazer graça e merçee; teemos por bem e confirmamoslhe o dicto ofiçio e mandamos que usse delle asi e pella guissa como husou ataa morte delrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja em sua gloria, e como em esta carta he conthiudo, ssem outro nehũu embargo que lhe sobre ello sseja posto em nẽhũa guisa que seja. Vnde all nom façades.

Dante em a nosa çidade dEuora, xxb dias do mes de janeiro. Elrey o mandou pollo doutor Ruj Gomez dAlluarenga e pello doutor Pero Lobato, sseus uasallos, anbos do sseu dessenbargo e das pitições. Afonso Annes a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o Rbij.

151

23 MARÇO 1447

Capítulo especial das vilas do Algarve, apresentado pela de Tavira em cortes, a solicitar que os rendeiros do verde da almo-taçaaria sejam dispensados de servirem em Ceuta e noutros lugares no ano em que houverem o dito arrendamento, o que lhes é concedido (1).

ANTT., *Guadiana*, liv. 4, fl. 69.

(1) O capítulo que transcrevemos parece referir-se às cortes de Lisboa de 1446.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue, sseñhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, em as cortes que fizemos em a nosa muy nobre e leal çidade de Lixboa ho anno de iiij^o Rbj annos e em as que ora fizemos em esta çidade dEuora (2), pellos procuradores de Taura, que as ditas cortes uieram, nos foram dados çertos capitollas espeçiaes damballas vezes, dos quaces o theor dalgũs, com nosas rrepostas que a elles demos, o theor he este que se ao diamte segue.

Senhor, a uosa merçe sabera que estas uillas do Algarue nam tem senam as rremdas do uerde dalmotaçaria; e porque, sseñhor, algũs rremdeiros lamçam sobre ellas, os costrangem que vão seruir a Çepta e a outros luguares, em guisa que, por jso, perdem esas prouezas que tem e fogem das terras. Seja uosa merçe mandardes que, quando taes rremdeiros teuerem as rremdas, que nam sejam costrangidos por aquel anno, ataa seu tempo acabarem, e em esto nos farees merçe.

Reposta. A nos apraz, em cada hũu lugar dese rregno, auermos por escusado, daquy em diamte, de hir seruir a Çepta nem a outras partes hũu homem que for rremdeiro das ditas rremdas, e esto ho anno que as asy teuer rremdadas e majs nam.

Dada em a nossa çidade dEuora, a xxiiij dias de março, per autoridade do sseñhor jfante dom Pedro, etc. Vasco Abul a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^o Rbj annos (3).

152

1447

Atenta a dificuldade em se commerciar no Rio do Ouro, porventura em razão dos indigenas lá aprisionados no ano anterior por Gomes Pires, em 1447 ordena o infante D. Henrique se expre-

(2) Parece haver equívoco na redacção deste período, pois as cortes de Évora foram em 1442 e 1444 e as de Lisboa em 1446, às quais se seguiram as de Santarém de 1451 (Cfr., por exemplo, FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 3, p. 75).

(3) SILVA MARQUES editou os capítulos do Algarve destas cortes relativos ao comércio de exportação e à navegação (*Descobrimientos portugueses*, vol. 1, pp. 451-52).

rimente o tráfico por Messa, ponto frequentado com êxito pelos mercadores castelhanos, nomeadamente por Marcos Cisfontes, aonde o infante manda caravela de Diogo Gil, seu escudeiro, em que também seguem Rodrigo Eanes e João Fernandes, que lá fica algum tempo, e onde conseguem resgatar 51 guinéus por 18 mouros; no mesmo ano tornam ao Rio do Ouro Antão Gonçalves, mal recebido dos naturais, e ainda caravela de Jorge Gonçalves, que se limita a recolher óleo e peles de foca.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 93, segundo o códice de Paris, fls. 150 v.-52 r.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 182; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

No outro anno, que era do nascimento de Christo de liij^o Rvij, consijrando o jffante como os mouros nom queryam no Ryo do Ouro entrar em trauto, pera a qual cousa, posto que algũa voontade teuessem, minguarya de todo, por causa dos mouros que foram filhados per Gomez Pirez, como largamente teendes ouuydo (1), quis prouar se perventura se poderya esto milhor auyar, trautando per aquelle lugar que se chama Meça (2). E, porque ajnda podesse daquella terra auer milhor noticia,

(1) Nos caps. 89 e 92 da Crónica, — em nossas pp. 156-60 e 163-65.

(2) *Meça*, *Messa*, *Massat* ou *Massa* actual, praça de comércio do Sus, no Marrocos meridional, frequentada então por mercadores castelhanos e genoveses e habitada por tribo berbere. Referiu-se-lhe PACHECO PEREIRA: — «Em Meça sam tres luguares, que estam no sertão, fora da ribeira do mar hũa legua, pouco mais ou menos, e todos tres por hum nome se chamam Meça, e estes sam asaz ricos e aquy he ho derradeyro luguar e a segunda parte do rreyno de Feez...» (*Esmeraldo*, liv. 1, cap. 20). Também a colectânea de VALENTIM FERNANDES ajuda àquella povoação marroquina: — «Meça, villa muy grande de mouros, e jaz em hũu ryo grande, porem nom entram naujos, por ser baixo. Aquil ha grande tracto de mercadoria de barbaros e alarves, aquil estam genoueses mercando. Por este ryo abaixo vem muyto ouro, cera, corame de vacas e bodes, lacar e anyil» (*O Manuscrito*, p. 39). Sobre Messa podem ver-se especialmente os estudos de RUMEU DE ARMAS, *España en el Africa Atlántica*, pp. 23-24, e também de ROBERT MONTAGNE, *Costumes et légendes de la côte berbère du Maroc*, e *Une tribu berbère du sud Marocain: Massat*, na rev. *Hespérie*, tomo 4, 1924, pp. 101-14 e 357-76, respectivamente, já aduzidas pelo primelro autor citado.

É de RUMEU DE ARMAS o comentário seguinte, que se nos afigura vir a propôito: — «A partir de 1446, los portugueses se desentien den por completo de la zona costera africana comprendida entre el cabo de Bojador y Río de Oro y, si se quiere, hasta el mismo cabo Blanco, para concentrar sus miras en la faja litoral situada al sur de este límite geográfico. Las razones son múltiples. La primera, el vertiginoso ritmo a que se estaban realizando los descubrimientos africanos, que impulsa y

porem mandou logo fazer prestes hũa carauella de hũu seu scudeiro, que se chamaua Diego Gil, o qual era homem que o tijinha muyto bem seruydo na guerra dos mouros, assy per mar como per terra (3).

E, teendo assy encaminhado, soube parte como hũu mercador de Castella, que se chamaua Marcos Cisfontes, tijinha daquelle lugar xxvj. mouros ja resgatados, pera se darem por certos guyneus. E, por que seu nauyo podesse teer algũa causa em sua jda, fez saber ao dicto mercador que, se lhe prouuesse, que lhe seryam leuados seus mouros aaquelle lugar, naquella carauella que assy tijinha encaminhada, comtanto que lhe desse certa parte do que lhe sobreuiesse do resgate. E, por dizer verdade, nom era tanta a esperanza do proueito daquelles, quanto o jffante era contente, por duas razões: a primeira, por teerem milhor aazo de poder veer a terra e saber per que maneira entrariam no trauto da mercadarya; e a ssegunda, por trazerem della aquelles guineus, creendo que receberiam a ffe de Christo. Muyto prouue aaquele mercador de semelhante partido como lhe o jffante cometer enuyaua.

E porem foe logo a carauella auyada e a carrega recebida, seguindo sua vyagem dereitamente a Meça, onde muyto fallarom em seu trauto, mas nom poderom acertar nhũa cousa. Se querees, disse Joham Fernandez, — aquelle scudeiro que ficara os sete meses antre os mouros de Zaara, como ja teendes ouuydo (4), — contra Diego Gil e RodriguEanes, outro scudeiro que o jffante la enuyaua, pera acertar aquelle trauto, e assy a hũu castellão mercador que ally era, pera resgatar os mouros, sairey em terra, pera encaminhar este resgate. E, tomando sua segurança, foe antre elles, onde trautou per tal guisa, que fez trazer aa carauella cinquenta e hũu guineus, pollos quaaes foram dados xvij^a mouros. E assy aconteceu que o vento saltou tam rrijo, da parte do sul, que, per força, lhe fez levantar vella e tornaronse pera o rregno. Ally foe trazido ao jffante hũu lyam, que elle despois enuyou a hũu lugar de Jrlanda que se chama Galueu (5), a hũu seu seruidor que moraua em aquella terra,

arrastra a los navios a situarse siempre en vanguardia, dejando a espaldas lo cono- cido y trillado. La segunda, la pobreza de los arenales saharianos, su escasa den- sidad de población y el carácter feroz e indómito de sus habitantes, que de rechazo atrae a los lusitanos hacia la Guinea por antonomasia, desde cabo Blanco a cabo Catarina, con sus comarcas más ricas, densas y sumisas» (*España cit.*, pp. 84-85). Interessa particularmente a leitura das pp. 19 a 32 do obra retrocitada, pelo que respeita a dados históricos, geográficos e etnográficos das zonas marroquina e saha- riana na época.

(3) Referências já nos caps. 37, 38 e 42 da Crónica, — a pp. 308-14 do nosso vol. 8.

(4) Cfr. os caps. 34 e 77 da Crónica, — a pp. 302-03 do retrocitado volume e as pp. 160-62 do presente.

(5) Por *Galway*.

porque sabyam que nunca semelhante em aquella parte fora visto (6). E Joham Fernandez ficou assy atee que outro nauyo tornou por elle.

E em este anno meesmo (7) tornou Antam Gonçalluez ao Ryo do Ouro, por veer se poderya encaminhar os mouros que tornassem ao trauto, onde sua jda ouuera de seer muy perijgosa; ca, seendo sobre ancora en cima do Ryo (8), os mouros foram logo na rribeira, antre os quaaes era hũu que bem mostraua que antre elles tijna ssenhoryo, do qual Antam Gonçalluez recebeo segurança, auisandoo, porem, que nom segurasse dos outros senom emquanto elle fosse presente. E assy foe que, seendo aquelle mouro dally afastado, porque ja os outros mouros mostrauam sinal de fiança aos christãos, quis Antam Gonçalluez sayr em terra, pensando porem que o mouro que o segurara primeiro serya presente; e, tanto que foe acerca da terra, nom veendo ally aquelle capitam ou ssenhor dos contrairos, non quis sayr fora.

Empero, porque nom podya bem fallar com elles, seendo afastados, fez chegar o batel muyto acerca da praya, onde os jmijgos bem mostraram o engano que traziam encuberto, remessando suas azagayas, come homeens que queryam mostrar a mortal jmijzade que aos nossos auyam. E breuemente que, se nom fora o grande ardimento dAntam Gonçalluez, ally fizera elle fim com todollos que com elle estauam, fazendo muy rrijamente vogar seu batel a fora, a qual cousa se nom podya fazer senom muy trabalhosamente, polla multidom das azagayas que cahyam sobre elles. Empero, prouue a Deus que sayrom dally, leixando algũs daquelles mouros feridos, e dos christãos foe hũu de tal guisa ferido, de que, a poucos dyas, fez sua fim, vjndo ja o nauyo per o mar.

E em este meesmo anno (9) foe la outra carauella, de hũu seruidor do jffante, que se chamaua Jorge Gonçalluez (10), na qual foram elle

(6) Parece que era então relativamente vulgar o leão em certas regiões marroquinas. Referindo-se, porquanto, a colectânea de VALENTIM FERNANDES a Anafé, actual Casablanca, diz: — «Anaffee, cidade despouorada (depois que, em 1468, o infante D. Fernando, pai de el-rei D. Manuel, a tomou aos mouros), de fremosos edificios e muy fremosa e de boom parecer e foy em outro tempo muy poderosa e agora he feita habitaçam de bestas feras e lyões» (*O Manuscrito*, p. 35).

(7) De 1447.

(8) BOURDON afirma que Antão Gonçalves alcançou sem dúvida o Porto da Caldeira, como fizera Gomes Pires no ano anterior, segundo o cap. 89 da Crónica, — em nossas pp. 156-60 (Em *Chronique*, p. 256, nota 7).

(9) De 1447.

(10) É esta a única referência da Crónica a Jorge Gonçalves, servidor do infante, o qual não conseguimos identificar seguramente na documentação conservada na chancelaria afonsina, por ela se referir a vários individuos. Trata-se, porventura, do Jorge Gonçalves casado com irmã do cantor régio Estêvão Anes que em 4 de Agosto de 1434 teve de el-rei D. Duarte dispensa de aposentadoria, privilégio confirmado pela regência em 10 de Janeiro de 1439, diploma em que ele é dito

e outro e trouxerom do Ryo do Ouro muyto azeite e pelles de lobos marinhos. E em este capitollo fazem fim as cousas deste anno, do qual nom achamos outros feitos que de contar seiam.

153

1447

O estrangeiro Valarte, após alguma convivência com o infante D. Henrique, solicita-lhe autorização para ir à terra dos negros e é enviado por aquele ao Cabo Verde com cartas para o respectivo rei ou «bor», a convidá-lo a associar-se ao de Portugal na guerra contra os mouros, pois constava ao infante ser ele cristão, leva em sua companhia pelo menos Fernando Afonso, cavaleiro da Ordem de Cristo, e dois intérpretes indígenas; após viagem longa e difícil, atingem a referida zona, cujo rei lhes é dito achar-se mui distanciado, em guerra com outro senhor, e, depois de alguns dias de contacto amistoso com os naturais, Valarte aproxima-se imprudentemente da praia, em batel, que é lançado fora pelo mar, e os seus ocupantes assaltados pelos indígenas, dos quais apenas um escapa, a nado, e Fernando Afonso retira com a caravela para o reino.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 94, segundo o código de Paris, fls. 152 r.-56 r.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 182-84; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 15.

Spargendosse a fama deste facto pellas partes do mundo, ouue de chegar aa corte delrey de Dinamarca e de Suecia e Noroega (1). E como veedes que homeens nobres se entremetem de quererem veer e saber semelhantes cousas, acertousse que hũu gentil homem da casa daquele principe, cobijoso de veer mundo, ouue sua licença e veo a este rregno. E, andando per tempo em casa do jffante, hũu dya lhe veo a pedyr que fosse sua mercee de lhe armar hũa carauella e de o encaminhar como

«meestre do nosso barenel de Sam Jorge» (ANTT., *Chanc. de D. Afonso* V, liv. 18, fl. 49 v.).

(1) Cristóvão III de Baviera, por cuja morte, ocorrida a 6 de Janeiro de 1448, os ditos reinos se separaram durante anos.

fosse a terra dos negros. O jffante, como era ligeiro de mouer a qualquer cousa em que a algũ boom podesse fazer honra ou acrecentamento, mandou logo armar hũa carauella o mais compridamente que se pode fazer, dizendo que se fosse ao Cabo Verde e que vissem se poderyam auer segurança do rrey daquella terra; porquanto, lhe fora dicto que he muy grande ssenhor, mandandolhe suas cartas e que esso meesmo lhe dissessem algũas cousas da sua parte, por seruizo de Deus e da sua sancta ffe. E esto porque lhe affirmauam que era christãao.

E a conclusom de todo era que, se assy fosse, que a ley de Christo tijna, que lhe prouuesse seer em ajuda da guerra dos mouros dAfrica, na qual elrrey dom Affonso, que entom rregnaua em Portugal, e elle, em seu nome, com os outros seus vassallos e naturaaes continuadamente trabalhauom (2). Todo foe prestes muyto asinha. E aquelle scudeiro, que se chamaua Vallart (3), metido em seu nauyo e com elle hũu caualheiro da Ordem de Christus, que se chamaua FernandAffonso, que era criado e feitura do jffante, o qual elle mandaua em aquella carauella — porquanto Vallarte era estrangeiro e nom sabya tam bem os costumes e maneira da gente —, que encaminhasse os mareantes e as outras cousas que perteciam aa gouernança do nauyo e ajnda casy por embaixador,

(2) Alguns críticos portugueses modernos, neste e noutros capitulos da *Crónica dos feitos de Guiné*, até por menos informados da identidade biográfica dos navegadores nela referenciados, têm querido ver na palavra *infante*, quando desacompanhada de nome, o infante D. Pedro, regente do reino na menoridade de D. Afonso V. Como tais interpretações foram já concreta e proficientemente refutadas pelo Prof. BOURDON (em ZURARA, *Chronique de Guinée*, «passim»), abstenmo-nos de perder tempo com o assunto, ao anotarmos os diversos capitulos da Crónica. Aqui, o citado anotador francês observa: — «On sait pourtant que l'infant Dom Henrique avait, pour ainsi dire, reçu délégation du Roi et du Régent pour tout ce qui concernait les affaires africaines au sud du cap Bojador» (*Chronique*, p. 258, nota 1). Tenha-se em conta o DOC. 62, de 22 de Outubro de 1443, do nosso vol. 8. Demais, o infante em causa manda com Valarte «um cavaleiro da Ordem de Cristo», «criado e feitura do infante», denominado Fernando Afonso. Parece bastariam estas indicações do cronista para ver que se trata de súbdito de D. Henrique, regedor e governador daquela Ordem desde o ano de 1420. Efectivamente, Fernando Afonso, criado do infante D. Henrique, foi nomeado em 13 de Fevereiro de 1445 coudel de Gouveia (Cfr. o DOC. 168 do nosso vol. 8); o mesmo ou homónimo almoxarife do dito infante em Tomar teve licença régia, em 13 de Agosto de 1454, para andar em besta muar pelo reino (*Chanc. de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 15); enfim, Fernando Afonso, sendo escudero do infante D. Henrique em 5 de Outubro de 1456, houve carta de perdão, por haver morto, em Lagos, o eborense Diogo Gonçalves Coroado (*Ibi*, liv. 13, fl. 36).

(3) No manuscrito de Paris da Crónica aparecem as formas *Vallart* e *Vallarte*; em BARROS, *Balarte*, o qual o diz dinamarquês; em MARTINHO DE BOÊMIA, *Abelhardt*, e di-lo sueco. R. HENNIG, *Terrae incognitae*, IV, 1939, pp. 131-37, cit. por BOURDON, identifica o navegador em causa, que supõe dinamarquês, com *Wøllert*.

se sse acertasse de veerem aquelle rrey, leuando pera ello dous naturaaes daquella terra, por turgymaaes (4). Empero, a capitanya principalmente (5) era de Vallart.

E assy seguiram per sua vyagem, despois de grandes trabalhos que ouuerom no mar, que, passados seis meses do dya que primeiro partiram de Lixboa, chegarom aa jiha da Palma, que he na terra dos negros, acerca do Cabo Verde (6). Onde, teendo seu conselho sobre a maneira que, dally auante, auyam de teer, segundo os regimentos que leuauam do jffante, fezerom despois vella pera dyante, porque ajnda aquelle nom era o porto onde elles auyam de teer assesego. E, sseendo a fundo da ponta, em hũu lugar que antre os naturaaes daquella terra he chamado Abram (7), ally fezerom lançar seu batel fora em terra, no qual sayu Vallart com algũus outros, onde acharom ja muytos daquelles negros, dos quaaes Vallart requereo que lhe dessem hũu e que elle lhe darya outro, pera auer antre elles segurança, per que podessem auer suas fallas; cuja reposta foe que tal cousa nom era em elles de fazer sem autoridade de hũu caualleiro que ally estaua caasy como gouernador daquella terra, que auya nome Guitenya; o qual, tanto que soube semelhante requerimento, veo ally e proutelhe muyto de outorgar o que Vallart requerya.

E, tanto que hũu daquelles negros foe na carauella, FernandAffonso, que sabya milhor nossa linguagem portuguees, começou de fallar com elle, dizendolhe assy: o por que requeremos tua vijnda a este nauyo foe por que digas, per nossa autorida[de], a teu ssenhor como nos somos de hũu grande e poderoso principe da Espanha, que he na fin do poente, per cujo mandado aquy vijmos, pera fallar da sua parte ao grande e boo rrey desta terra, fazendolhe leer hũa das cartas que leuauam, a qual lhe foe declarada per hũu de seus entrepetadores, pera o dizer assy

(4) Apesar do que declara o cronista no final do capítulo anterior, esta expedição deve pertencer ainda ao ano de 1447 e não ao de 1448, como observa BOURDON, que sublinha também: — «J'ajoute que le chapitre 95 relate un événement qui se rapporte également à 1447. A mon avis, la dernière phrase du chapitre 93 pourrait avoir été empruntée à l'ébauche du second livre de la chronique d'Afonso Cerveira, tandis que, pour les chapitres 94 et 95, Zurara aurait eu recours à d'autres sources» (*Chronique*, p. 258, nota 3). Afigura-se-nos que se poderá explicar o facto pela simples alteração da ordem primitiva dos capítulos da Crónica. De resto, se ainda então os reinos da Dinamarca, Suécia e Noruega se achavam juntos, como parece dever deduzir-se da abertura do capítulo, o facto ocorria no ano de 1447.

(5) Nas anteriores edições da Crónica está aqui *principal*, por má leitura ou má revisão do manuscrito de Paris.

(6) Trata-se da ilha de Gorée. Sobre esta ilha da Palma cfr. VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 70-71.

(7) No ms. chamada por *chamado*. Parece dever situar-se Abram entre a ilha de Gorée e o estuário do Jumbas (Cfr. TEIXEIRA DA MOTA, *A descoberta da Guiné*, p. 494 e BOURDON, *Chronique*, p. 258, nota 5).

saquelle caualleiro que o ally enuyara. Quanto, disse elle, se uos querees principalmente veer boor (8), que he o nosso grande rrey, nom podees, pollo presente, auer seu recado; porquanto he certo que he muy alongado daquy, onde anda guerreando a hũu outro grande ssenhor, que lhe nom quer obedecer.

E, se ainda fosse em sua casa, disse FernandAffonso, em quantos dyas podyam jr a elle com nosso recado e esso meesmo tornar com a rreposta? De seis ataa sete dyas serya a mayor tardança, respondeo o guineu. Pois, disse FernandAffonso, sera bem que digas a esse caualleiro com que viues que mande la hũu homem com seu recado, fazendolhe saber todo o que te ja disse. E, sse o teu ssenhor assy fizer, fara grande seruico ao seu rrey e proueito a ssua terra. Hora, disse o guineu, eu direy todo muy bem a Guitanye. Entom lhe fizeram apresentar vyanda, de que elle comeo e beueo; desy, deronlhe hũa carta daquellas que trazyam, que mostrasse a sseu ssenhor, na qual lhe dissesse que dizia aquello que lhe elles disserom, e que esso meesmo a lleuasse, por sinal damizade.

Mas, ja quando aquelle guineu foe leuado a terra, onde estaua o caualleiro que o enuyara, hi era outro semelhante, que auya nome Satam, e outro que se chamaua Minef, que pouco auya que ally chegara, cuja fealdade era extrema; ca, segundo disserom aquelles que ally eram, nom se podya pintar cousa mais fea nem seu corregimento nom era grande testemunha de sua honra, ca assaz mal corregido pareceo ally; empero, de mayor poder era que algũu dos outros (9). E, entretanto aquelle guineu fallaua com o caualleiro a embaixada que leuaua, o batel estaua acerca da praya, sperando reposta, a qual era muy trabalhosa de auer, por causa dos guineus, que eram tantos sobre aquelle que vijinha da carauella, com entencom de saberem o que dizyam e esso meesmo veer a carta que trazya, que os caualleiros eram postos em grande trabalho, por os afastar dally.

E, finalmente, nunca em aquelle dya se pode auer reposta; como quer que o caualleiro se metesse na augua assaz pera fallar com os do batel, tanta era a multidom dos guineus, que nunca o leixarom acabar, leixando todo pera outro dya, no qual o batel, muyto cedo, foe em terra. Forem, ja hi era o caualleiro, em hũa almaadya, na qual quisera jr aa carauella; mas, quando vyu que hia o batel, tornousse a terra e fezlhe trazer hũa

(8) O facto de ZURARA chamar aqui *bor* a rei da região indica tratar-se do país dos jalofoes, entre o Cabo Verde e o rio Jumbas, cujos chefes, aliás numerosos, assim eram denominados: *Bor-ba-cin*, *Bor-Damel*, *Bor-Salum*, etc. (Cfr. TEIXEIRA DA MOTA, *Obra cit.*, pp. 302-04).

(9) Não se tratará de feiticeiro negro, cujas feições deformadas e trajes pitorescos e exóticos tanto impressionaram os navegadores, como aliás também BOURDON sugere?

cabra e hũu cabrito e cuzcuz e papas com manteiga e pom com farinha e spigas e hũu dente dallyfante e semente de que faziam aquelle pam e leite e vinho de palmas (10). E aconteceu de sseer ally vijndo, em aquella noite, hũu caualleiro que se chamaua Amallam (11), que fora filho de hũu tyo daquelle Guitanye, per cuja mercee elle recebera aquella terra, o qual parece que quisera fallar aos do batel, mas o guineu nom lho quis consentyr, dizendo que nom era rezam, teendo elle semelhante cousa começada; por cuja rezom, auisou os nossos que se tornassem e que trouxessem aquellas cousas pera seu refresco e que, despois de comer, fizessem a uolta e que, entretanto, aueryam elles seu conselho.

Mas, se ante eram em deuiso, por fecto da falla, muyto mais o foram sobre a tarde. E, porque a nos conuijnrya fazer grande prolixidade, se ouuessemos de contar pello meudo quantas maneiras se teuerom antre hũus e os outros sobre esta falla, abaste que este caualleiro Guytanye foe per vezes aa carauella, jndo em hũa almaadya e leuando quatros consigo. E fallou com os nossos sobre a mercadarya, dizendo que elle abastaua pera todo trautar; porquanto, aquelle rrey boor, quando daua terra a algũu caualleiro, podya fazer em ella como elle meesmo e assy qualquer cousa que fizesse, elle a auya por bem feita. Os nossos disserom que nom traziam mandado de fazer nhũa cousa, atee que primeiro fallassem aaquelle rrey. E ssobre esto passaram muitas razões, cuja conclusom foe que elle mandarya todauya a casa delrrey, com seu recado.

E, entretanto sperauam pollo messegeiro que alla era, aquelle Guitanye hia seguramente ao nauyo, leuando daquelle milhor vyanda que tijnhã e dentes dallyfantes e assy outras algũas cousas, e elle esso meesmo recebendo conuites e pano com outras joyas que lhe os nossos dauam, mostrando seer muyto contente de sua conversaçom. E hũu dya lhe vierom a rrogar que lhes ouesse hũu ellifante morto, pera lhe tomarem a pelle e os dentes e os ossos com algũã parte da carne; ao que respondeo o guineu que sem grande trabalho se poderya auer. Pois, disse Vallart, se nos vos esto encaminhardes, per qualquer de nos ambos que ca torne

(10) Também VALENTIM FERNANDES alude ao *cuscus*, ainda hoje usado na Africa negra com o mesmo nome (Cfr. *O Manuscrito*, pp. 51 e 68). Observa aqui o Prof. BOURDON: — «Ces deux textes (de V. FERNANDES) concernent, l'un l'Adrar mauritanien, l'autre le pays oulof. Il s'agit ici, non pas évidemment de couscous de blé, comme dans l'Adrar, mais de couscous de sorgho. Cf. A. Leriche, *Le Couscous, sa préparation*, in *Notes africaines*, octobre 1949, p. 106-107, et R. Ricard, *Études hispano-africaines*, Tétouan, 1956, p. 201-206» (Em *Chronique*, p. 260, nota 3).

(11) TEIXEIRA DA MOTA, *A descoberta da Guiné*, p. 301, relaciona Amallam com Malam, mandinga e também nos idiomas vizinhos. «Il s'agit — segundo BOURDON, *loc. cit.* — d'un terme d'origine arabe très largement répandu à travers toute l'Afrique Occidentale».

auerees hũa tenda de pano de linho, na qual se possam alioiar de xxv ataa xxx. homeens, tam leue, que hũu a possa levar ao pesçoço.

Muytas vezes hyam os nossos a terra com elle e per seu chamado, nom que esteuessem tam acerca que os podessem filhar. E acertouse, hũa vez que, seendo o batel acerca da praya, que, com o golpe do mar, tocou em seco, de que aquelles que estauam em elle foram muy toruados; a qual cousa, sentida pello caualleiro, disse que esteuessem seguros, porquanto aquelles todos eram seus e que lhe nom faryam nhũu desprazer. E assy que em todo aquelle caualleiro guyneu se mostraua homem verdadeiro. Mas a fortuna, algũas vezes ajudada pello maaõ conselho dos homeens, ordenou o ffeito per tal guisa, que nom poderom os nossos auer fym de tam blando começo.

E foe assy que, seendo aquelle Guitanye em busca do ellefante, como tijna prometido, Vallart, come homem de pouca descriçom, quis sayr hũu dya em terra, porquanto parece que auya peça que o chamauam. E bem he que lhe foe dicto primeiramente que scusasse aquella jda e, todauya, quis sayr fora, como aquelle a que a fortuna chamaua pera veer a hora de seu grande trabalho. E, sseendo acerca de terra, pareceo hi hũu negro, que trazia hũa cabaça com vinho ou augua, fingendo que lha querya dar, e Vallarte disse aos que remauam que se chegassem. E, como quer que algũus lhe dissessem que nom era siso semelhante chegada, todauya ouuesse de fazer o que elle mandaua, com grande dano de todos; ca, chegando o batel de ceauoga, foram tanto acerca da terra, por tomar a cabaça ao negro, que tocou o batel.

E, em estando Vallart oolhando pera hũa soma de gente daquelles negros que jazyam aa ssoombra de hũa aruore, hũu dos torgimãaes que leuauam, que se chamaua Affonso (12), fez que querya tomar a cabaça e leyxousse escorregar fora, e os outros, veendo aquesto, querendo tornar o batel atras, sobreueo hũa onda e botouho de todo fora; onde os negros muy rrijamente acodirom todos de roldom sobre o batel, remes-sando suas azagayas, assy que, de quantos saïrom da carauella daquella vyagem, nom tornou ao nauyo mais que hũu, que se lançou a nado; mas dos outros nom achamos que fim ouuerom, porquanto aquelle que veo nadando diz que nom vyu matar mais que hũu e que, per tres ou quatro vezes que oolhou pera detras, sempre vyu Vallart estar asseentado sobre a popa do batel.

Empero, ao tempo que screuyamos esta estorya, vierom ao poder do jffante algũus catiuos naturaes daquella parte, que disserom que em hũu castello muyto afastado pello sertão esteuerom quatro christãos, dos quaaes ja hũu era finado, mas que os tres ficauam ajnda viuos; pello

(12) Decerto negro baptizado em Portugal, como observa BOURDON.

qual algũs teuerom, segundo os sinaaes que o negro daua, que seryam aquelles (13). E, consijrando FernandAffonso tam afortunado aqueecimento e como nom tijnha batel com que mais podesse tornar em terra, pera saber parte dos outros, fez leuantar suas ancoras e tornouosse pera o regno.

154

1447

Moradores de Lagos, mediante contrato em dinheiro com D. Henrique, vão pescar com êxito ao Cabo dos Ruivos, onde são surpreendidos, perseguidos e alguns feridos sem gravidade pelos naturais; e, neste mesmo ano de 1447, por necessitar de alguma das ilhas Canárias para prossecução dos seus feitos, o infante toma, de arrendamento, a de Lançarote, cedida por seu dono, micer Maciot, na qual coloca, por capitão, o nobre cavaleiro Antão Gonçalves, que ali demora algum tempo, em benéfica administração da mesma.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap 95, segundo o códice de Paris, fl. 56 r. e v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 99-100 e 184-85; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, liv. 1, cap. 12.

Tanta husança ayam ja os moradores de Lagos em aquella terra dos mouros, que nom tam soamente se ayam por contentes de jrem a ella, pera guerrearom os seus moradores, mas ajnda ouue hy algũs que se nom contentarom de pescar nos lugares acostumados per seus padres e auos e tentarom de jr pescar aos mares daquella costa, pedindo licença ao jffante, com certo prego que lhe por ello prometerom, que os leixasse la passar e ordenar sua pescarya, o que creoo que nom fosse em vão

(13) Em carta de 12 de Dezembro de 1455, Antonio Usodimare, ao voltar da Gâmbia, alude a compatriota existente naquela região, o qual ele julgou pertencer à galé dos Vivaldi (Em R. CADDEO, *Le Navigazioni atlantiche d'Alvise da Cà da Mosto, Antoniotto Usodimare e Nicoloso da Recco*, Milano, 1929, pp. 153-55). O VISCONDE DE SANTAREM, na 1.ª edição da Crónica da Guiné, e TEIXEIRA DA MOTA admitem tratar-se de companheiro de Valarte (*A Descoberta da Guiné*, pp. 306-07).

requerido; ca, bem he de cuidar que algũs daquelles que ante la passaron viram o mar assy acompanhado de pescado, per que se mouerom fazer tal requerimento.

Concertados, porem, com o jffante em certa cantidade de djnheiro que lhe auyam de dar pollo dereito que lhe hi sobreviesse, encaminharom sua jda, nauegando per sua vyagem, atee que chegarom a hũu lugar que se chama o Cabo dos Ruyuos (1), onde começaram de ordenar sua pescarya, de que achauam muy grande abastança. E, estando assy per algũs dyas e teendo boa parte de pescado seco e outro sobre seus perchees, pera o secar, sobrechegarom os mouros, muy queixosos de tal atreuimento e por pouco que nom matarom os pescadores, o que de fecto fizeram, se nom fora a boa deligencia que poserom em seu recolhimento, de guisa que, aa fim, tornarom toda sua jra sobre o pescado que estaua stendido pera secar; o qual spedaçarom com suas armas, nom com menos sanha do que fizeram aos contrairos, se os poderom percalçar. Dous daquelles pescadores foram feridos em aquelle recolhimento, nom porem de perigosas feridas, mas taaes de que em breue guarecerom, e tornaronse pera sua villa, nom arreprendidos da vyagem, ca assaz trazyam de guanho, no pescado que ja ante tijnham seco e empilhado em seu nauyo, cautellosos do caso que se lhe ao dyante recreceo.

E em este anno, deseando o jffante de prosseguyr muyto mais sua primeira teençom, visto como pera os fectos vijrem a milhor perfeiçom lhe era necessaryo algũa das ilhas de Canarea, contrautou com aquelle mice Maciote, de que ja fallamos que auya o ssenhoryo da ilha de Lançarote, que lha leixasse (2). O qual, satisfecto per mercee ou preço ordenado

(1) Hoje *Cap Garnet* (Cfr. TEIXEIRA DA MOTA, *Topónimos de origem portuguesa*, pp. 64-66), onde o autor sublinha ser este capítulo da Crónica a «única fonte onde encontramos o nome primitivo de *Cabo dos Ruyuos*», que deve ter-se formado por extensão de *Angra dos Ruyuos*, logo ao sul, «mas parece não ter sido usado depois».

(2) Algumas notas sobre o intrincado e, em certos pontos, deveras nebuloso problema da posse das Canárias no século XV, ambicionadas por franceses, castelhanos e portugueses. De 1402 a 1405, a expedição franco-normanda de Gadifer de la Salle e Jean de Béthencourt conquista as ilhas de Lançarote e de Forteventura. Em 15 de Dezembro de 1405 Béthencourt regressa definitivamente a França e deixa aquelas ilhas confiadas ao sobrinho Maciot de Béthencourt, que conquista parte da ilha do Ferro. Em 15 de Novembro de 1418, Maciot vende os seus direitos das referidas ilhas ao nobre andaluz conde de Niebla, mas continua a administrá-las. As pretensões portuguesas ao arquipélago, que parece datarem, no século XV, pelo menos dos anos de 1415-16 (Cfr. o DOC. 113 do nosso vol. 2), acentuam-se e definem-se concretamente quando, em 1424, o infante D. Henrique manda a expedição de D. Fernando de Castro contra a Grã-Canária, decerto no intuito de ali estabelecer base para os seus projectos dos descobrimentos marítimos no litoral fronteiro (Cfr. o DOC. 51 do nosso vol. 3). Em 1430, Niebla trespassa os seus direitos às ilhas de

cada hũu anno, leixou a dicta jlha com todo seu senhoryo ao jffante (3); da qual fez principal primeiro capitam aquelle nobre caualleiro Antam Gonçalvez, o qual, em seu nome, foe tomar a posse da dicta jlha, onde

Lançarote e Forteventura ao sevilhano Guillén de las Casas, filho de Afonso de las Casas. Este último havia recebido em 1421 de el-rei de Castela permissão para conquistar e reduzir à fé católica as ilhas de Grã-Canária, Tenerife, Gomelra e Las Palmas, licença sancionada pelo árbitro político da época, o papa Martinho V, em 2 de Maio daquele ano (Cfr. os DOCS. 8 e 9 do nosso vol. 3). Mas Guillén de las Casas invade a ilha de Lançarote, prende Maclot e detem-no cativo na ilha do Ferro, entre 1430 e 1434. Maclot é libertado por ordem do infante D. Henrique de Portugal, talvez pela expedição portuguesa de 1434, denunciada pela súplica de el-rei D. Duarte de Agosto de 1436 (o DOC. 129 do nosso vol. 5), e trazido ao nosso país. Em 15 de Setembro deste ano de 36, o papa Eugénio IV concede ao soberano português a conquista das ilhas Canárias não pertencentes a cristãos (DOC. 137 do retrocitado volume); mas, por motivo da reacção de el-rei de Castela, em 6 de Novembro seguinte o pontífice declara nula a concessão que fizera ao de Portugal, na medida em que ela prejudique os direitos do reino vizinho (DOC. 143 do dito volume), o que Eugénio IV sublinha também a D. Duarte em carta particular (DOC. 144 do mesmo volume). Sucede-se, em 27 de Agosto de 1437, a longa exposição jurídica do bispo de Burgos ao dito papa, em defesa dos direitos de Castela ao arquipélago das Canárias (o DOC. 57 do nosso vol. 6), questão que com a da conquista de África pelos portugueses vem talvez a subir ao concílio de Basileia, que se inclina para Castela (DOCS. 19 e 79 a 83 do nosso vol. 6). Em 1445, Guillén de las Casas troca os seus direitos sobre as Canárias por certos herdamentos e possessões com o cavaleiro sevilhano Fernán de Peraza, que ali envia poderosa frota. Em 1446 o infante D. Henrique volta a preocupar-se com as Canárias, como se infere do cap. 84 da Crónica e do diploma de 3 de Fevereiro do mesmo ano, em que lhe foi concedido o exclusivo da navegação para aquele arquipélago (Cfr. o DOC. 95 do presente volume). E o Navegador, «ya que no ha obtenido la soberanía, se conforma con el señorío y, de momento, con el de una sola isla» (PEREZ EMBID, *Los descubrimientos en el Atlántico*, p. 148, cuja obra e respectiva bibliografia se devem consultar para os factos que não conseguimos provar documentalente). Vejam-se também os caps. 79 a 82 da *Crónica dos feitos de Guiné*, não reproduzidos nesta colectânea por dizerem respeito sobretudo à etnografia do arquipélago das Canárias no século XV.

(3) Não se conhece o texto do contrato entre D. Henrique e Maclot, que deve ter sido firmado em 1447: — «Anno de 1447, comprou o jffante dom Anrrique esta ilha (de Lançarote) de misser Macloth, filho de mossen Joham de Betancor, frances. E, satisfeyto o preço della por cada anno, leyxou o senhorio della ao jffante e se foy pera a ilha de Madeyra, pera sua filha» (VALENTIM FERNANDES, *O Manuscripto*, p. 100, e o cap. 79 da *Crónica dos feitos de Guiné*). A carta henriquina de 9 de Março de 1448 constituirá apenas ordem de pagamento da renda respectiva a Maclot, porventura decorrido um ano sobre o contrato respectivo (Cfr. o DOC. 174 do presente volume).

Sobre Maclot (diminutivo de Mathieu, Mateus) de Béthencourt e família podemos aduzir alguns dados concretos, que não temos visto aproveitados. Extraímos do testamento de D. Maria de Béthencourt, mulher de Rui Gonçalves da Câmara, do conselho de el-rei e capitão pelo duque de Viseu da ilha de S. Miguel, Açores, e filha do dito Maclot, o qual foi escrito no convento de S. Francisco do Funchal pelo

esteue per algũs tempos, animando os seus moradores a sseruiço e obediencia de seu senhor, com tanta benignidade e doçura, que em muy breue tempo foe conhecida sua vertude (4).

franciscano Fr. António da Ponte em 9 de Fevereiro de 1491, e ainda de apenso ao mesmo, de 25 de Novembro de 1493, redigido, achando-se a dita D. Maria enferma na sua casa de Vila Franca do Campo, ilha de S. Miguel, pelo seu confessor franciscano Fr. Henrique. Destes documentos consta que Maciot foi casado com senhora cujo nome se não indica, que ela faleceu e foi sepultada na ilha de Lançarote, Canárias, e que houve o casal duas filhas, ou seja a citada D. Maria e uma outra, cujo nome não consta, e que não teve a primeira descendência mas a segunda houve dois filhos: Henrique, falecido já em 1491, ao que parece, e Gaspar de Béthencourt, um dos testamenteiros e herdeiro da referida sua tia. No testamento, D. Maria mandou lhe levantassem sepultura ou «moymento» no convento de S. Francisco do Funchal e «dentro nele se lamsarra ha mynha hosada he heso mesmo se lãosara hem ho dyto moymento ha osada de meu pay (de Maciot), que Deus haya, que hesta dentro no dyto moesteyro, e tãobem mãodo a meus testamentayros que mãodem ha ylha de Lãosarote pela hosada de mynha may, que Deus haya, he que a lãosem dentro no dyto moymento com ha hosada de meu pay e mynha» e ainda a do seu sobrinho Henrique de Béthencourt. Na dita sua capela e dos seus ordena se ponham as armas de seu pai, Maciot: — «escudo e cota darmas e bãodeira quoadrada, e isto porquãoto hele he da lynchagem dos rreys de França, e tãobem lhe porão hum ball em que estem as dytas armas; has quais armas são hum leão rrompente com hũa flor de lys, e me porão has dytas armas em o meu mujmento de pedra, no lugar homde mylhor paresão e seyão bem habertas, pera daly se renouarem e tirarem pera has bameleiras e escudo de meu pay. E, darredor do muymento, me porão meu letreiro, segundo virem meus testamenteiros que se deue poer». Cremos, porém, que não chegou a erguer-se, na igreja do convento de S. Francisco do Funchal, o túmulo da dita filha de Maciot, visto, dois anos depois, no supracitado apenso a seu testamento, ela haver mandado «que meu corpo seja emterado hem a ygreja do arcamjo São Mygell (Açores), hem ho abito de São Francisco, e depois dos dias de Ruy Gonçalvez da Camara, meu marydo, mãodo que seja deytada mynha osada com seu corpo domde quer que ele jouuer» (ANTT., *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 11, n.º 1, traslado do século XVI, em papel, do testamento e do apenso ao mesmo). Sobre o assunto podem ver-se também: ROSA OLIVERA, *Los Bethencourt en las Canarias y en America*; MICHEL MOLLAT, *La place de la conquête normande des Canaries (XV^e siècle) dans l'Histoire Coloniale Française*; e ALVAREZ DELGADO, *Primera conquista y cristianización de la Gomera*. Estes autores, nem os nacionais — que nos conste — não tiveram conhecimento do valioso testamento de D. Maria de Béthencourt e do respectivo apenso.

(4) Antão Gonçalves (sobre ele, além dos numerosos capítulos da Crónica em que é referenciado, podem ver-se as notas 2 da p. 211 do nosso vol. 7, e 1 da p. 74 do vol. 8) tomou posse da ilha de Lançarote em data ignorada e não sabemos provar que com ele haja ido Álvaro Dornelas, como temos visto afirmado. O que diz VALENTIM FERNANDES, ao falar da ilha de Gomeira, é: — «Anno de 1448 o jffante dom Anrrique mandou hũa armada a esta ilha e, por capitam, a Aluaro Dornellas, que conquistou ametade della, per força darmas» (*O Manuscrito*, p. 104). D. Henrique teria colocado em Lançarote, além do capitão, «alcalde e escribano e recabador de los derechos de la Isla [...] todos portugueses» (SERRA RAFOLS, *Los portugueses en Canarias*, pp. 28-29). Desconhecemos a base histórica de PEREZ

155

20 ABRIL 1447

Carta passada em nome de el-rei, a conceder ao infante regente D. Pedro para sempre isenção do pagamento de dizima de todo o pão, vinho, peixe, madeira e demais coisas trazidas ao reino pelos moradores da sua ilha de S. Miguel, Açores, a fim de ela ser bem povoada (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 2, fl. 196 v., — donde se reproduz; *Ilhas*, fl. 26 v., com variantes gráficas.

Publicada: no *Arquivo dos Açores*, vol. 1, pp. 6 e ss.; por VELHO ARRUDA, *Colecção de documentos*, p. 123; e por SILVA MARQUES, *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, p. 453.

Dom Affonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, queremdo fazer graça e mercee ao ffante dom Pedro, meu mujto prezado e amado tyo e padre, nosso curador e curador e rregedor por nos de nossos rregnos e senhoryo, por teer azo de ell poder melhor emcaminhar como a sua jlha de Sam Migueil seia bem pouorada;

Temos por bem e qujtamos, deste dia pera todo senpre, a todosos moradores que ora viuem e moram e morarem, daquy em diante, em a dicta jlha, a dizema de todo o pam e vinho e pescados e madeyra e legumes e de todalas outras cousas que nella ouuerem e trouuerem a estes nossos rregnos, por quallquer gujsa.

EMBED, ao asseverar que «después de dos años de gobierno portugués en Lanzarote los pobladores de la Isla expulsan al gobernador Antão Gonçalves, y resisten luego, con toda fortuna, la reacción de éste, que había acudido a la hostilidad abierta» (*Obra supracit.*, p. 149), pois isto está em opposição completa ao que diz ZURARA neste capitulo e se poderá inferir também do capitulo 79 da mesma obra.

(1) Sobre o descobrimento e início da colonização dos Açores pode ver-se DAMIAO PERES, *História dos Descobrimientos Portugueses*, 2.^a ed., pp. 73 e ss. No cap. 83 da *Crónica... de Guiné* (reproduzido e anotado a pp. 358-62 do nosso vol. 2), ZURARA, ao aludir a duas ilhas do referido arquipélago, informa: — «E hũa daquestas começou o ffante dom Pedro de mandar pouorar com prazimento de seu jrmão. E seguyusse sua morte em breue, pello quall ficou despois ao ffante dom Henrique. E a esta posera o ffante dom Pedro nome a jlha de Sam Miguel, pella singular deuaçom que el sempre ouera em aquele sancto». No cap. 125 da *Crónica de el-rei D. Afonso V*, RUI DE PINA diz o motivo daquela devoção do duque de Coimbra ao arcanjo S. Miguel.

E porem mandamos aos nossos veedores e prouedores da nossa fazenda e contadores e almoxarifes e aos rreçebedores e rremdeiros da dita dizema e a outros quaaesquer ofiçiaaes e pessoas a que o conhecimento desto pertencer e esta carta ou trelado della em publica forma, feita per autoridade de justiça, for mostrada, que ajam asi por qujte a dita dizema aos moradores da dita jlha pera senpre, como dito he, e os nom costringuam nem demandem por ella e lhas cunpram e guardem e façam bem conprir e guardar esta carta como em ella he contheudo, sem outro embargo que lhe sobre ello seia posto. E, em testemunho desto, por sua guarda e segurança, lhe mandamos dar esta carta, asinada per nos e assellada com o nosso sello do chumbo.

Dada em a nossa çidade de Lixboa, xx dias dabrill. Pero de Lixboa a fez. Anno do Senhor Jhesu Christo de mjl e iiij^o Rbij. LopAffonso esto fez scpreuer.

156

21 ABRIL 1447

Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a Diogo Lopes de Figueiredo, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Silvares, freguesia de Silgueiros, termo da dita cidade, de 3 casais com suas pertenças, transcritos de livro de tombo do mesmo cabido, pelo foro anual de 14 libras da moeda antiga, pagas às terças do ano, e dois capões, pelo Natal.

ADV., Pergaminhos do cabido, maço 45, n.º 1. Original em pergaminho, destinado ao referido Diogo Lopes de Figueiredo.

Jhesus.

Saibham quantos este estormento dencartamento virem como, no anno do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçentos e quareenta e sete annos, vijnte e hũu djas do mes dabrjll, dentro no coro da see da çidade de Viseu, em presença de mjm, Joham Lourenço, puurico tabaliam por nosso ssenhor elrrey em essa meesma e sseus termos, e das testemunhas que adjante ssom escriptas, estando hy juntos em cabydoo os muyto honrrados ssenhores Gonçallo Gonçalvez e GonçallEannes e Rodrigo Afonso e Afonso Viçente, bachaler em degradedos,

e Luis Annes, doudor, e Martim Gonçalves, todos cooigos da dicta see, pareceu hy, de presente, Diego Lopez de Figueiredo, escudeiro do sse-nhor jffante dom Anrique, morador em Siluares, da freyguisia de Sirgueiros, per o quall foy apresentado hũ estormento deprazamento, que parecia seer fecto e asynado per Rodrigo Annes, tabaliam que foy da dicta çidade, do qual o theor tall he.

Saibham todos que nos, dom Joham Pirez, chantre, e o cabydoo da see de Vjsseu encartamos a vos, Alvaro Gill Ferram, escudeiro, e a uossa molher Margarida Gonçalves, moradores em Siluares, termo da dicta çidade, a saber tres cassaaes com todas suas perteenças, que o dicto cabydoo ha no dicto logo de Siluares, que he na freyguesia de Sirgueiros, a saber: o casal em que morou Martim Pirez e o em que ora mora Gonçalo Dominguez e o cassall em que morou Janeiro e o cassal em que morou Antonino Lourenço; que os ajaaes em vosas vidas e nom mais, ssob tall preito e condiçom que vos pobredes os dictos casaes per lauradores que em elles morem e adubem as cassas delles e rreparem de pedra e de madeira e de madeira e de todo o outro adubyo que lhes mester fezer, per tal guissa que mjlhorem e nom pejorem, e os laurem e fruytem e que as herdades dos dictos cassaaes andem senpre juntas e nom sse mesturem com outras nhũuas herdades de fora dellas e dedes ende, de rrenda, em cada hũ anno, pollos dictos casaes ao dicto cabydoo dez libras de djnheiros portugueses, por dia de Natall e hũ par de capões e começardes de fazer a dicta paga primeiramente por dja de Natall primeiro segynte, que sera na era de mjll e quatroçentos e vijnte e hũ annos, e dhy em djante asy por o dicto dja de Natall; e vos nom venderedes o dicto encartamento e, sse o vender quiserdes, ffazer dello ante ssaber ao dicto cabydoo sse o quer tanto por tanto; e, sse o nom quiser, venderdello a tall pessoa que nom seja de mayor condiçom que vos e que seja obediente com a dicta rrenda ao dicto cabydoo. E, morto vos e a dicta vossa molher, os dictos casaes ficarem liures e desenbargados ao dicto cabydoo com todas as benefectorjas e milhorjas ssem vosso embargo. E obligamos os beens da mesa do dicto cabydoo a vos liurar o dicto encartamento de qualquer embargo que vos ssobrelle ssahjr por essa rrazom. E o dicto Alvaro Gil, por ssy e por a dicta sua molher, consen-tyo no dicto encartamento e obligoussse, per sy e per todos sseus beens, a pagar a dicta rrenda ao dicto cabydoo e a teer as condições em elle contheudas. Fecto foy no coro da dicta ssee, xbj dias de nouembro era de mjll iiij^{te} e vynte anos. Testemunhas: Giral Dominguez, meo cooigo do dicto logo, e Gill Rodriguez, porteiro do dicto coro, e outros. E eu, Rodrigo Annes do Porto, tabaliam delrrej na dicta çidade, que este stormento scpreuj e aqui meu synall fiz, que tall he.

O quall estormento asy apresentado, os dictos ssenhores cooigos disseram que elles nouamente encartauam ao dicto Diego Lopez, que

presente estaua, e pera a primeira molher que ouuer e pera hũ sseu filho e neto dantre anbos e, nom auendo filho nem filha nem neto nem neta, pera duas pessoas, hũa em pos outra, quaaes elles em ssuas vidas ou aa ora de ssuas mortes nomeassem, a saber, os dictos tres casaaes no dicto encartamento contheudos com as herdades que a elles perteençiam, contheudas em hũ liuro de tonbo, escripto per o dicto Gonçalo Anes, cooigo, das quaaes o teor tall he.

Item, outro casal que chamom do Ribeiro, que tem hũa quintãa çarrada com tres cassas do dicto casal, parte com o rribeiro e com ljinhar de Lo[po] Diaz, leua dous alqueires e meo.

Item, hũa leira, ao Castinheiro do Chão, parte com vynha de Lopo Diaz e com hũa ssua leira, leua quatro alqueires.

Item, outra na Estercada, parte com Aluaro Ferrom e com cassal do cabydoo que traz Affonso da Serra, leua hũu alqueire.

Item, outro nas Trauessas, parte com Aluaro Ferram e com Lopo Diaz, leua dous alqueires.

Item, outro no Tojal, parte com o cassal que traz Affonso da Serra e com Vaasco Paaez, leua quatro alqueires.

Item, aa lauoir de Sampaayo, parte com o rribeiro e com prado do cabydoo suprascripto, leua oyto alqueires.

Item, o talho do Barreiro, que parte com o camynho do moyinho e com herdade que foy vynha da Ortigeira, leua hũu alqueire e meo.

Item, a meatade de todãa quintãa e de todallas cassas della telhadas, em que vyyja Lopo Diaz, a quall meatade he de contra fundo e a de Lopo Diaz contra çima.

Item, a meatade de todo o cortynhal e aruores que jazem arredor das cassas da dicta quintãa, a saber, as de contra as cassas de fundo he do dicto cabydoo e o de contra çima de Lopo Diaz e de sseus herdeiros.

Item, tres casaaes emcabeados, a saber, hũu que jaz junto com a dicta quintãa, em que esta hũa cassa com sua anteporta e pardeeiros derribados, parte com Lopo Diaz e com curral de Vaasco Paaez.

Item, hũa vynha tras as cassas, cauadura de sseis homeens, parte com Aluaro Ferrom e com carreira da eigreia, da trynta almudes de vynho.

Item, hũu ljinhar junto com aldea, parte com Aluaro Ferram e com Vaasco Paaez, leua dous alqueires em ssameadura.

Item, hũa leira na Estercada, que parte com cassal que foy de Margarida Anes.

Item, outro no Tojal, que parte com Pedro de Cassal Meyão e com Gonçalo Lourenço.

Item, outras duas leiras no Castinheiro do Chão.

Item, outra junto com a vynha.

Item, o prado de Sampaayo.

Jtem, o baçello do Barreiro.

Jtem, hũu casall que trazia Affonso da Serra, tem hũa quintãa çarada e hũu çeleiro e hũa corte.

Jtem, hũa vynha ao Barreiro, que parte com Lopo Diaz e com o rregueengo, caadura de sseis homeens, da çinquenta almudes.

Jtem, hũu ljnhar tras as cassas, que parte com Lopo Diaz e com o rribeiro, leua dous alqueires e meo.

Jtem, duas leiras na Esterçada, parte hũa com Vaasco Paez, de duas partes, e a outra esso meesmo, leuam anbas quatro alqueires.

Jtem, hũa herdade aa Fonte dos Sapos, parte com Aluaro Ferram e com Lopo Diaz e Santa Cruz, leua dez e seis alqueires.

Jtem, na Ribeira hũa ssoma dherdade, parte com o monte daaquem e daalem do rryo e jazem dentro tres leiras de rregueengo e duas dAluaro Ferram, e as do Ferram leuam sete alqueires e as do rregueengo quatro e as do cabydoo quareenta e oyto.

Jtem, a vynha da Pedra, parte com Lopo Diaz e com Esteuam Ribeiro, leua ssete homeens.

Jtem, duas leiras no Tojall, partem com Lopo Diaz, de duas partes, e com baçello de Joham de Parada.

Os quaaes cassaaes e vynhas e herdades contheudas no dicto tonbo lhes asy encartauom como dicto he, ssob tall preeito e condiçom que o dicto Diego Lopez e as pessoas depos elle fizessem morar e pobrar os dictos casaes de caseiros e lauradores e fizessem correger e laurar as dictas herdades e casaes e vynhas susso dictas e fizessem em todo toda benefectorja, de guissa que todo mjlhorasse e nom peiorase e que dessem de rrenda, em cada hũu anno, ao dicto cabydoo, quatorze libras da moeda antiga sinprezmente e dous capões, por Natall, e os djnheiros aas terças do anno, Natal e Pascoa e Sam Joham Bautista.

E que, sse vender quisessem este encartamento, tanto por tanto ante ao dicto cabydoo que a outrem. E, sse el conprar nom quisesse, que o vendessem aa tal pessoa de que o cabydoo bem podesse auer ssua rrenda e nom fosse pessoa poderossa nem daquellas que o direito defende em tall casso. E, ao ssaymento das dictas pessoas, que este encartamento com toda sua benefectorja ficasse liure e dessembargado ao cabydoo, sem outra contenda, e que obligaua os beens da messa do dicto cabydoo de lhes fazerem de paz este encartamento de qualquer embargo que ssobreille saisse por a sua rrazom.

O quall encartamento lhes asy faziam, como dicto he, ssob tal condiçom que, sse fosse achado que hy auja outras herdades ou cassas o vynhas aalem das sussodictas que pertencessem ao dicto cabydoo, que as metessem em este encartamento ao dicto Diego Lopez; e que esso meesmo que, sse fosse achado que o dicto Diego Lopez leuaua algũu erro em este encartamento dallgũas herdades que fossem da sua herança

ou cassas ou vynhas, que as ouesse e esto lhe nom fizesse perjuizo. E o dicto Diego Lopez, em seu nome e das pessoas sussodictas, consentio no dicto encartamento pella guissa susodicta e obrigou sseus beens movys e rrajz de teer e guardar e conprir as condiçoens suso scpritas e de dar e pagar, em cada hũu anno, a dicta penssom e rrenda ao dicto cabydoo pella guissa que dicto he.

E pedirom senhos estormentos, anbos dhũu teor, e este he o do dicto Diego Lopez, que foj fecto e outorgado dia, mes e era e lugar sobredictos. Testemunhas: Aluaro Gil de Pouoljde e Gonçalo Gil do Rego e Joham Anes, meo cooigo, prior do Heruedal, e outros. E eu, Joham Lourenço, tabaliam sobredicto, que a todo esto de presente fuj e este estormento, per outorgamento das partes em el contheudas, scpreuj e aqui meu synal fiz, que tall he (*Sinal do notário*).

157

2 MAIO 1447

Carta de escambo, feita em Pombal por Fernão Vasques, ali tabelião pelo infante D. Henrique, pela qual o mosteiro e convento da Batalha dá a Lopo Pires e a sua mulher Maria Lionardes, lá moradores, pedaço de terra situado no Souto de El-Rei e recebe outro nos Enxofrais, ambos no termo da dita vila.

ANTT., *Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 218.

Saibam quantos esta carta descanbo virem como, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e quarenta e sete anos, dous dias do mes de mayo, em Ponball, nas moradas de Gomez Abade, estando hi o mestre frey Joham Martijnz, prioll do mosteiro da Batalha, em presença de mym, tabeliam, e testemunhas adiante escriptas, mostrou hũa procuraçom escripta em papell, da quall o teor tall he.

Segue-se procuração passada a Fr. João Martins, prior do mosteiro da Batalha, pelo dito mosteiro, em 13 de Agosto de 1445.

E, apresentada asy a dicta procuraçom e leuda, como dicto he, o dicto prioll em ella conteudo disy que elle, per poder da dicta procuraçom,

em nome do dicto moesteiro e conuento, daua descanbo e nome descaibo, a Lopo Pirez e a sua molher Maria Lionardez, moradores em Ponball, hũu pedaço de chãao que ora jaz em mato, que o dicto moesteiro ha em termo da dicta ujlã, onde chamam o Souto dElrrey, que parte com Rodrigo Aluarez Machado e com o dicto Lopo Pirez e pello camjinho dos Ereeos e pello monte e com outros que de direito deua de partir.

E o dicto Lopo Pirez e sua molher deram, descanbo e em nome descanbo, ao dicto moesteiro, pello que dicto he, hũu chãao que elles am em termo da dicta ujlã, onde (1) chamam os Enxofraees, que parte com Lopo Botelho e com Afonso Çoudo e, pello rrio e pella estrada, com quemquer que [de] direito deua de partir. O quall lhe dauam com todas suas entradas e ssaidas, direitos e perteenças, e que façam delle e em elle todo o que lhe prouguer, como de sua coussa propia. E, per esta carta, mandaram, asy hũus como os outros, que cada hũus tomem logo posse e ssenhorio do que asy ficam em escanbo, ssem outra ordem e figura de juízo. E ficaram hobrigados, asy hũus como os outros, de o defender e emparar, em juízo e fora delle, de quemquer que lhe ssobre ello embargo poser, sso pena de o compoerem em dobro, com todas suas bemeitorias e custas e despesas que ssobre ello fizeram, ssobrigaçom dos beens do dicto Lopo Pirez e sua molher, que pera ello obrigaram. E o dicto prioll obrigou os beens do dicto moesteiro a manteer e comprir o que dicto he. E, em testemunho dello, mandaram seer factas senhas cartas, anbas dhũu teor, que foram factas dia, mes e era susso escripta.

Testemunhas: Afonso Gill, tabaliam, e Gomez Abade, moradores na dicta ujlã, e outros. Eu, Fernam Vaasquez, puurico tabaliam em Ponball pello jfante dom Anrrique, meu senhor, que esta carta escriptuj pera o dicto moesteiro e em ella meu signall fiz, que tall (*Sinal do notário*) [he].

xx rreais pagou.

158

3 MAIO 1447

Carta de João Gonçalves Zarco, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, regedor por ele no Funchal e seus termos, a conceder terra na mesma ilha da Madeira a Gil Gonçalves e a seus descendentes, visto o anterior donatário a não haver aproveitado.

(1) No ms. *ende, por onde*.

ANTT., *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 1, n.º 1. Original, em pergaminho.

Publicada por SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, vol. 1, p. 453.

Saibham quantos esta carta de fyrmidam vjrem como eu, Joham Gonçalluez Zargo, caualeiro da casa do jfante dom Anrique e rregedor por ho dicto ssenhor em a jlha da Madejra, em ho Fonchall e seus termos, dou e conffyrmo, deste dja pera todo senpre, a Gill Gonçalluez, morador em a jlha, hũa terra pera a elle auer de aprouejtar. E parte, da hũa parte, com terra de Afonso Gill e, da outra parte de çima, com terra de Joham Cohelho, da parte de çima, e com terra de Qujstouam (1) Gonçalluez e com rrybeiro que uem de casa d'Aluoro Esteuez e com ho arife que esta abaixo da terra de Njcolho (2) Annes e com outras confron-taçõ[e]s que com derejto deua partjr.

A quall terra lhe heu dou e conffyrmo deste dja pera todo senpre, pera elle e pera todos seus fylhos e netos e pera quantos deles decenderem. Que elles a posam vender e dar e doar e aforar e fazer della e em ella asy como de sua cousa propea, com esta condjçam: que elle, nom aprouej-tando (3) a dicta terra da fejtura desta carta a tres annos, que ho senho-riho o de a quem lhe aprouer (4) e por bem teuer; e com esta condjçam, que elle nom faça e de camjnho per a dicta terra, se conprir, per que se ajam de syrujr hos ujzinhos e moradores da dicta jlha (5). E lha dou, a dicta terra, porquanto a tinha dada e aquelle que a eu dej nom ha qujs aprouejtar nunca, que pode auer sete ou oito annos. Eu mando aquelles que depos mjm veherem e meu cargo teueherem que guardem e mante-nham esta carta de fyrmjdám, asy e pella gujsa que em ella he continhuda.

Fecta em a jlha da Madejra, tres djas do mes de maiho, era do naçi-mento de Noso Senhor Jhesu Christo de mjll e iiij^e e Rbij annos. E eu, Joham Annes, tabeliam em a dicta jlha por ho jfante dom Anrique meu ssenhor, que esta carta de fyrmjdám espreu j e aquj meu ssynall fyz, que tall he (*Sinal do notário*).

(as.) Zargo (6).

(1) Por *Christouam*.

(2) Por *Nicolau*?

(3) No ms. *aprouentando*.

(4) No ms. *aprougrer*.

(5) Do contexto parece deduzir-se que está acima o nom a mais ou então que falta palavra em segulda a *faça*, tal como *dujda* ou equivalente.

(6) Conquanto pareça dever ler-se esta assinatura *Zargo* (cfr. o «fac-simile» que damos deste documento), noutros textos coevos, diplomáticos e narrativos, lê-se

159

6 MAIO 1447

Contrato do matrimónio de el-rei D. Afonso V com D. Isabel, filha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, senhor de Montemor e regente do reino, no qual o monarca louva, aprova e confirma o seu casamento com a dita senhora, doa a esta, por câmara, vitaliciamente, as terras que a falecida rainha D. Leonor, sua mãe, houvera em matrimónio, por assentamento anual 1.165.000 reais brancos, pagos pela sisa dos panos de Lisboa, e, por arras, 20.000 escudos de ouro, a liquidar pelos rendimentos das ditas terras e assentamento (1).

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 5 v., — texto que se reproduz; *Reis*, liv. 1, fl. 33 v.; *Místicos*, liv. 2, fl. 16; e *Gaveta* 17, maço 1, n.º 12, fl. 4 v., cópia em papel, do século XVI.

Publicado por CAETANO DE SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova 10 do livro 4, extraído de *Místicos*.

Dom Affonso, per graça de Deus rrey de Portugall e do Algarue e ssenhor de Cepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, consijrando nos em como, per graça de Deus, he cellebrado matrimonjo, per pallauras de pressente, segundo ordenança e mandado de nossa madre e santa igreja de Roma, antre nos e a mujto alta e muj exçellente princessa e muj esclareçida e muj uirtuosa ssenhora a rrainha dona Jssabell, mjnha mujto amada e mujto prezada esposa, filha do alto, illustre e magnjfico príncepe jffante dom Pedro, duc de Cojnbra e ssenhor de Montemoor,

Zarco. Sobre o particular veja-se a nota 11 da p. 340 do nosso vol. 8. Fr. MANUEL DA ESPERANÇA, referindo-se a João Gonçalves Zarco, observa também: — «cujo apelido *Zarco* cuido alguns ser alcunha por ter os olhos azues, & em demazia claros, ou por haver morto hum Mouro do mesmo nome, o que eu tenho por fabula. E muito menos deve hoje sua grave descendência a quem se inclina mais a esta opinião, do que ao Cronista do Reino (*Monarch. Lusit.*, p. 5, l. 17, c. 2), o qual mostra ser apelido antigo, & de gente muito nobre» (*História Serafica*, 2.ª parte, liv. 11, cap. 29, p. 593).

(1) Segundo PINA, o casamento de el-rei D. Afonso V com a infanta D. Isabel foi celebrado neste Maio de 1447, em Santarém (*Crónica de elrei D. Afonso V*, cap. 88). O cronista não indica o dia, que não deve ter sido o do presente instrumento, redigido em Lisboa, como do mesmo consta.

nosso mujo amado e prezado padre e thio, curador e curador e rregedor por nos em nossos rregnos e ssenhorio;

Consijrando outrossy como, atee o presente, antre nos e ella, dicta ssenhora, nunca foy fecto alghũu contraucto sobre ou per rrazam do dicto matrimonjo, per que ella fosse dotada dalghũu dote, que a nos per ella ou outrem em seu nome fosse dada ou promjtida, pera soportamento do cargo do dicto matrimonjo, nem outrossy fosse a ella dada proujsom de alghũas terras ou ujllas, que ouesse por camara em sua ujda, nem outrossy segurança dasseentamento de certas rrendas de dñheiros que ouesse em cada hũu anno, em sua ujda, pera soportamento de seu rreal estado, como todo esto dantijgamente ouueram as rrajnhas que nos tenpos passados foram em estes rregnos, nem per que outrossy ajamos a ella promjtidas alghũas arras, por onrra de sua perssoa, no caso que o dicto matrimonjo aconteça seer separado, per fallecimento nosso; as quaaes coussas, per ussança jeerall, guardada per todas partes do mundo antre os príncepes christãos de semelhante estado, espicialmente em estes rregnos, sempre foram custumadas, em semelhante caso, de se prometerem dhũa parte aa outra;

Porende, querendo nos esto proueer, como he rrazam, consijrando primeiramente aqerca dello o serujço de Deus e desy os mujtos e grandes e estremados serujços que, nos tenpos passados, com grande lealdade, auemos rreçebidos e, ao presente, rreçebemos em cada hũu dia e ajnda esperamos rreceber ao diante do dicto jffante dom Pedro, nosso padre e thio, etc., por conseruaçom de nossa perssoa e exalçamento de nosso rreal estado e bem assy grande honrra e proueito de nossos rregnos e senhorio; consijrando outrossy como Nosso Senhor Deus, por sua sancta merçee, doctou de mujtas, grandes e estremadas uirtudes a dicta ssenhora rrainha, por as quaaes, com grande rrazam, a deuemos sobre todas sempre muito grandemente prezar e amar uerdadeiramente;

De nosso proprio moto, çerta sciencia, poder abssolluto, sem nos ella ou outrem em seu nome, por sua parte, esto rrequerer, louuamos, aprouamos e confirmamos o dicto matrimonjo, asy antre nos e ella fecto e çellebrado, per mandamento e despenaçom e confirmaçom de nosso ssenhor o santo padre Eugenio quarto (2). E esto ffazemos por as rrazões susso dictas e ajnda por os grandes diujdos que antre nos e ella a Deus prouee seerem, nom enbargando quaaesquer lex jnperiaes ou ordenaçoes de nossos rregnos ou qualquer ussança, asy jeerall como espECIAL, que a esto, em parte ou em todo, seja contraira, porque as rrazões susso dictas e cada hũa dellas nos constangem naturalmente pera o assy fazermos.

(2) Cfr. o DOC. 217 do nosso vol. 7.

E, querendo outrossy proueer a ela, dicta ssenhora rrainha, açerca das terras e ujllas que as rrajnhas destes rregnos, nos tenpos passados, em elles costumaram auer por camaras, por rrazam de seus matrimonjos, e bem asy açerca do asentamento de çertas rrendas de djnheiros que, per semelhante gujssa, costumaram teer, pera soportamento de seus rreaaes estados; outorgamos, queremos e mandamos que a dicta ssenhora rrajnha aja, por rrazom do dicto matrimonjo, em toda sua ujda, todallas terras e ujllas que a rrajnha dona Lianor, mjnha mujto amada e prezada madre, ssenhora da louuada memoria, a que Deus de o seu santo paraisso, ouue e posoio, por rrazom de seu matrimonjo, depois que, per graça de Deus, foy rrajnha destes rregnos e em elles ujueo (3).

As quaaes ujllas e terras nos queremos e mandamos que a dicta ssenhora rrajnha aja em toda sua ujda, con toda sua jurdiçom alta e baixa, ciuell e crime, mero misto (4) enperio, com todollos padroados das egrejas que ha em as dictas terras que a nos de djrecto perteeçam e bem assy todallas rrendas e djrectos rreaaes que as dictas ujllas e terras rrrenderem per qualquer guissa que seja e com todas prerrogatiuas e pri-ujlegios, graças e liberdades que aa dicta ssenhora rrainha, mjnha madre, foram outorgadas em qualquer tempo do mundo e mjlhor, se as ella mjlhor poder auer.

E queremos que ella possa pôer, de sua mão e em seu nome, ouujdor, que ouça e desenbargue todollos fectos das dictas ujllas, asy ciueis como crimes, e bem asy taballianes, os quaaes se chamem seus, e per sua autoridade façam todallas escripturas pubricas que a seu officio perteeçam, as quaaes coussas o dicto ouujdor e tabalianes faram assy e tam conpridamente como costumaram de fazer ouujdores e tabalianes das outras rrajnhas que foram nos tempos passados em estes rregnos, espicialmente no tempo da dicta ssenhora rrajnha mjnha madre, depois que delles foy rrajnha. E bem assy queremos que possa hi pôer de sua mão todollos outros officiaaes que ella entender que som conpridoiros pera rrequerer e rrecadar todollos djrectos que em ellas auer possa, asy e tam conpridamente como nos fazemos e fazer podemos nas nossas terras, que se por nos e em nosso nome correm.

(3) Vejam-se o contrato matrimonial da rainha D. Leonor de Aragão, de 16 de Fevereiro de 1428, e a respectiva reforma, de 4 de Novembro do mesmo ano, — os DOCS. 91 e 128 do nosso vol. 3. As vilas em referência são Alvaizere, Sintra, Torres Novas, Torres Vedras, Alenquer e Obidos, nos termos da carta de el-rei D. Duarte de 11 de Janeiro de 1435 — o DOC. 60 do nosso vol. 5 —, às quais o regente D. Pedro adicionou Aldeia Galega, ao doá-las a D. Isabel, sua filha, em 19 de Março de 1445, um mês depois de falecida, em Toledo, a rainha D. Leonor (Cfr. o DOC. 174 do nosso vol. 8).

(4) No ms. *justo por misto*.

E, quanto he ao asentamento e certas rrendas de djnheiros que as rrajnhas, nos tempos passados, costumaron dauar em estes rregnos, pera soportamento de seus rreaes estados, outorgamos, queremos e mandamos que a dicta ssenhora rrajnha aja de nos, por asentamento, em cada hũu ano, per toda sua ujdá, hũu mjlhom e çento e sesenta e cinco mjll rreaaes da moeda que ora corre, a saber, de trinta e cinco libras o rreal, porquanto fomos çerto que o mjlhom e quinze mjll rreaaes auja, em asentamento, a dicta ssenhora rrajnha mjnha madre, por caussa de seu casamento, e os çento e cinquenta mjll lhe acrescẽtamos pera seus ujstidos de panos douro e de seda, que a dicta ssenhora rrajnha, mjnha madre, auja do thesouro do ssenhor rrey meu padre. Os quaaes djnheiros lhe ja teemos asentados dentro em esta cidade, na sissa dos panos.

E querendo outrossy proueer aa dicta ssenhora rrajnha açerqua das arras que semelhantes prĩncessas e senhoras, em tall casso, costumaron dauar por honrra de suas persoas, no casso da separaçom de seus matri-monjos, outorgamos, queremos e mandamos que, separado o dicto matri-monjo, per seu fallcimento da ujdá deste mundo, em tall casso, seus erdeiros ajam de nos ou de nossos sobçesores, segundo o caso acoateçer, por arras e em nome darras, ujnte mjll scudos douro, da moeda ora corrente em estes nossos rregnos, dos quaes ella podera despoer a todo tenpo, como lhe aprouuer. E estes ujnte mjll escudos douro queremos e mandamos que lhe sejam pagos per as rrendas das dictas ujllas e asentamento que lhe asy ja teemos posto e asentado, como dicto he. As quaaes rrendas todas e asentamento, per fallcimento da dicta ssenhora rrajnha, os seus officiaaes que pera ello forem postos aueram asy e tam conpridamente como os a dicta ssenhora em sua ujdá ouuer. E nom serem desapoderados dellas per alghũu casso que acoateçer possa, atee seerem conpridamente pagados os ujnte mjll escudos pera os entregarem a seus testamenteiros ou a quem ella pera ello ordenar, pera os despender segundo a ordenança que ella, dicta ssenhora rrajnha, em sua ujdá, pera ello ordenar e desposer, a toda sua vontade.

As quaaes cousas e cada hũa dellas pormetemos e juramos, per nossa fe, como rrey catollico, por nos e por todos nossos sobçesores que ao diante em quallquer tenpo forem, de as guardar, conprir e manter e, de fecto, realmente conpriremos e guardaremos e faremos conprir e guardar bem e fiell e uerdadeiramente, a todo nosso conprido poder, cesante toda arte e maaõ engano. E nom darremos fauor, ajuda nem conselho a alghũa pessoa, de quallquer estado e condiçom e prĩmjnencia que seja, ajnda que a nos seja mujto conjunta em quallquer graao de djujdo ou parentesco que seer possa, pera contrauijnr, em parte ou em todo, de fecto nem de directo, em jujo nem fora delle, em puurico nem ascondido, daqui en diante, pera todo senpre jamais, por alghũa coussa

ou rrazom passada, presente ou futura, de qualquer natura, qualidade ou condiçom que seja ou seer possa, ajnda que tall seja que, ao presente, per ho entendimento dos homeens, nom possa seer alcançada, porque nossa teençom e vontade enteiramente he que todallas dictas coussas lhe sejam conpridas e guardadas em todo tenpo, asy e tam conpridamente como em esta nossa carta he contheudo.

E prometemos ajnda e juramos, em nossa fe, que nunca o enpetramos nem lhe pediremos beneficio de rrestituiçom, outorgado per directo aos meores de uijnte e cinco annos, pera desfazer alghūs promjtimentos por que depois, ao diante, em alghũu tenpo, se achem lessos ou dapnificados, nem outro qualquer priuyllegio ou beneficio, jeerall ou espiciall, outorgado aos meores de uijnte e cinco annos ou aaos rrex, como pessoas puuricas e em directo priuyllegiadas; porque nos, de nosso proprio moto, certa sciencia e poder, asy ordenairo como absolluto, rrenunciamos todos os dictos priuyllegios e beneficios. E queremos, outorgamos e mandamos, por nos e por todos nossos sobçesores que ao depois forem, que nos ou elles nunca ussaremos de taaes beneficios e priuyllegios, asy per directo outorgados ao meor de ujnte e cinco annos ou a rrey, assy como rrey, per que as coussas todas susso dictas e cada hũa dellas jamais em alghũu tenpo possam seer quebrantadas, ujolladas ou corronpidas, ante as faremos sempre todas manteer, conprir e guardar, asy e tam conpridamente como ssusso he declarado.

E, por maior firmeza de todo o ssusso dicto, de nosso proprio moto, certa sciencia, poder absolluto, assy como rrey, soprimos qualquer falchecimento de sollenidade, de fecto ou de directo, asi jeerall como espicial, que em esta nossa carta falleça, per cujo falccimento em alghũu tenpo ella possa seer rretrautada, cassada, jrritada ou anjchellada, porque queremos e mandamos, como dicto he, que tall falccimento ou falccimentos nom sejam enbargantes a esta nossa carta com todallas coussas em ella contheudas, e senpre, em todo tenpo jamais, seja firme, rrata e ualliossa, asy como se os dictos falccimentos ou cada hũu delles em ella nom ouuesse. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta, firmada do nosso uerdadeiro signall e sellada com o nosso seello do chunbo.

Dante em a muj nobre e senpre leall cidade de Lixboa, bj dias do mes de maio. Joham Gonçalluez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iiij^o Rbij.

160

6 JUNHO 1447

Sumário de carta do regente D. Pedro, de legitimação de Catarina Vasques de Góis, filha de Alvaro de Góis, cavaleiro da casa do infante D. Henrique e comendador de Puços, e de Clara Dias, solteira.

ANTT., *Legitimações*, liv. 2, fl. 94 v.

Dom Afonso, etc.

Jtem, outra tall de Caterina Vaasquez de Guoces e filha d'Alvaro de Guoces, caualeiro da casa do jffamte dom Amrrique, meu muyto prezado e amado tyo e comendador de Puços (1), e de Clara Diaz, molher solteira, ao tempo de sua nacementa. Em forma.

Dada em Lixboa, a seis dias de junho, per os sobreditos desembargadores (2). Rodrigo Afonso a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatroçemtos Rvij.

161

14 JUNHO 1447

Letras Religionis zelus, do papa Nicolau V, dirigidas a João Gonçalves de Madalena, cônego regrante de Santa Cruz de Coimbra, a conceder-lhe, a pedido do infante D. Henrique, possa receber benefício com cura de almas ou sem ela, dos que costumam ser governados pelos mosteiros de S. Vicente de Fora, na diocese de Lisboa, e S. Pedro de Folques, na diocese de Coimbra, ambos de cônegos regrantes de S. Agostinho, contanto que não sejam priorados nem preposituras conventuais.

AV., *Reg. Lat.*, vol. 434, fl. 148.

(1) Puços era comenda da Ordem de Cristo (Cfr. as pp. 147 e 156 do nosso vol. 1).

(2) Dr. Rui Gomes de Alvarenga e Dr. Pero Lobato, segundo o documento anteriormente lançado no referido livro de legitimações.

Nicolaus, etc.

Dilecto filio Johanni Gundissalvi de Magdalena, canonico monasterij Sancte Crucis extra muros Colimbienses, ordinis Sancti Augustini, salutem, etc.

Religionis zelus, vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et virtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut tibi reddamur ad gratiam liberales.

Hinc est quod nos te ab omnibus et singulis excommunicacionis, suspensionis et interdicti aliisque sentencijs, censuris et penis ecclesiasticis in te, ex quibuscumque causis, a iure uel ab homine quomodolibet latis et promulgatis et quibus apostolica uel alia quauis auctoritate, forsan innodatus existis, quoad effectum ex presentibus sortiendum absoluentes ac, premissorum meritorum tuorum intuitu, specialem tibi, pro quo dilectus filius nobilis vir Henricus, dux Visensis, asserens te dilectum suum fore, nobis super hoc humiliter supplicauit, gratiam facere uolentes, beneficium ecclesiasticum, cum cura uel sine cura, per Sancti Vincencij de Fora (1), Vlixbonensis, uel Sancti Petri de Folques, Colimbiensis, diocesis, ordinis Sancti Augustini monasteriorum canonicos gubernari solitum, etiam si prioratus uel prepositura existat, dummodo prioratus uel prepositura huiusmodi conuentualis non fuerit.

Cuius quidem beneficij fructus, redditus et prouentus, si beneficium ipsum in partibus in quibus antiqua taxatio decime ad medietatem eiusdem taxationis est reducta sexaginta, si uero in alijs partibus fuerit octoginta librarum turonensium paruorum, secundum taxationem decime huiusmodi, ualorem annuum non excedant, ad dilectorum filiorum priorum et conuentuum monasteriorum predictorum, per priores gubernari solitum, collationem, prouisionem, presentationem seu quamuis aliam dispositionem, communiter uel diuisim, pertinens, si quod uacat ad presens aut cum vacauerit, quod tu, per te uel procuratorem tuum, ad hoc legitime constitutum, infra vnus mensis spacium, postquam tibi uel eidem procuratori uacatio illius innotuerit, duxeris acceptandum, conferendum tibi, post acceptacionem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentijs suis, donacioni apostolice reseruamus, districtius inhibentes eisdem prioribus et conuentibus ne de beneficio huiusmodi interim, etc., ante acceptacionem eandem, nisi postquam eis constiterit quod tu, uel procurator predictus, illud nolueritis acceptare, disponere quoquomodo presumant, ac decernentes te fore quam primum, uigore presentium, beneficium huiusmodi similiter paci-

(1) No ms. *Foro*.

fice assecutum (2), de monasterio Sancte Crucis extra muros Colimbienses dicti ordinis, cuius canonicus et, ut asseris, ordinem ipsum expresse professus existis, ad illud ex Sancti Vincencij uel Sancti Petri monasterijs prefatis, per cuius canonicos beneficium huiusmodi regi consueuerit, auctoritate apostolica, transferendum teque in eo recipiendum in canonicum et in fratrem ac sincera ibidem in Domino caritate tractandum ac ex nunc irritum et inane, si secus super hijs, a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari.

Non obstantibus felicis recordationis Bonifacij pape viij, predecessoris nostri, et alijs constitutionibus et ordinationibus apostolicis, necnon monasteriorum et ordinis predictorum iuramento, confirmatione apostolica seu quacunque firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus contrarijs quibuscunque. Aut si pro alijs, in dictis Sancti Vincencij et Sancti Petri monasterijs, scripta forsan apostolica sint directa. Seu si aliqui, super prouisionibus sibi faciendis de huiusmodi uel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus, speciales uel generales, apostolice sedis uel legatorum eius, litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reseruacionem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus, preterquam huiusmodi beneficia, auctoritate nostra expectantibus te, in beneficijs huiusmodi assecutione, uolumus anteferri, sed nulum per hoc eis, quoad assecutionem beneficiorum aliorum, preiudicium generari.

Aut si prioribus et conuentibus prefatis uel quibuscumque alijs, communiter uel diuissim, a dicta sit sede indultum quod ad receptionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli non possint quodque de huiusmodi uel alijs beneficijs ecclesiasticis, ad eorum collationem, prouisionem, presentationem seu quamuis aliam dispositionem, coniunctim uel separatim spectantibus, nulli ualeat prouideri, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali uel speciali, cuiuscunque tenoris existat, per quam, presentibus non expressam uel totaliter non insertam, effectus huiusmodi gratie impediri ualeat quomodolibet uel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit, in nostris litteris, mentio specialis. Seu si hodie, pro alio uel alijs, super equali uel equalibus gratia seu gratijs de simili beneficio, ad collationem, prouisionem, presentationem seu quamuis aliam dispositionem priorum et conuentuum predictorum, communiter uel diuissim, pertinentes litteras nostras duxerimus concedendas. Nos enim, tam illas quam presentes effectum sortiri uolumus, quacunque constitutione apostolica contraria non obstante.

(2) No ms. *assecutus*.

Nulli, ergo, etc., nostre absolutionis, reservationis, inhibitionis, constitutionis et uoluntatis infringere, etc.

Si quis, etc.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo quadragésimo septimo, decimo octauo kalendas juliij, anno primo.

162

14 JUNHO 1447

Letras Hodie dilecto, do papa Nicolau V, dirigidas ao bispo de Bazas, França, e aos juizes eclesiásticos de Lisboa e Coimbra, a comunicar-lhes o conteúdo das precedentes letras Religionis zelus e a ordenar-lhes que, por si ou por outrem, as façam cumprir.

AV., Reg. Lat., vol. 434, fl. 149.

Nicolaus, etc.

Venerabili fratri episcopo Vasatensi et dilectis filiis Vlixbonensi ac Colimbriensi officialibus, salutem, etc.

Hodie dilecto filio Johanni Gundissalui de Magdalena, canonico monasterij Sancte Crucis extra muros Colimbrienses, ordinis Sancti Augustini, specialem gratiam facere uolentes, beneficium ecclesiasticum cum cura uel sine cura, per Sancti Vincencij de Fora, Vlixbonensis, et Sancti Petri de Folques, Colimbriensis, diocesum, dicti ordinis monasteriorum, canonicos gubernari solitum, etiam si prioratus uel prepositura ad dilectorum filiorum priorum et conuentuum Sancti Vincentij et Sancti Petri monasteriorum, per priores gubernari solitorum, predictorum collationem, prouisionem, presentationem seu quamuis aliam dispositionem communiter uel diuisim pertinens, si quod vacabat tunc aut cum vacaret, quod dictus Johannes, per se uel procuratorem suum ad hoc legitime constitutum, infra certi tunc expressi temporis spacium acceptaret, conferendum eidem Johanni, post acceptationem huiusmodi, cum omnibus iuribus et pertinentijs suis donacioni apostolice reseruauimus, prout in nostris inde confectis litteris plenius continetur.

Quocirca, discretioni vestre, per apostolica scripta, mandamus quatenus vos uel duo aut vnus vestrum, si et postquam littere predictae uobis presentate fuerint, per vos uel alium seu alios, beneficium huiusmodi per nos, ut premititur, reseruatum, si tempore huiusmodi nostre reservationis vacabat aut postea vacauit aut cum vacauerit, eidem Johanni, post acceptationem predictam, cum omnibus iuribus et pertinencijs supradictis, auctoritate nostra, transferre et assignare curetis, inducentes eum uel procuratorem suum, eius nomine, in corporalem possessionem beneficij iuriumque et pertinenciarum predictorum et defendentes inductum ac facientes ipsum Johannem uel procuratorem predictum ad beneficium huiusmodi, ut est moris, admitti ipsumque, quamprimum beneficium huiusmodi fuerit pacifice assecutus, de dicto monasterio Sancte Crucis, cuius dictus Johannes canonicus et, ut asserit, ordinem ipsum expresso professus existit, ad illud ex Sancti Vincentij uel Sancti Petri monasterijs predictis, per cuius canonicos beneficium ipsum gubernari consueuerit, iuxta decreti nostri, in dictis litteris expressi, tenorem, eadem auctoritate, transferatis ipsumque in eo recipi faciatis in canonicum et in fratrem ac sincera in Domino caritate tractari sibi que de ipsius beneficij fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuentionibus vniuersis integre responderi.

Non obstantibus omnibus que in dictis litteris uolumus non obstat. Seu si prioribus et conuentibus prefatis uel quibusuis alijs, communiter uel diuissim, a sede apostolica indultum existat, quod interdicti, suspendi uel excommunicari non possint, per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem. Contradictores per censuram ecclesiasticam, etc.

Datum [Rome, apud Sanctum Petrum, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo quadragésimo septimo, decimo octauo kalendas julij, anno primo.]

163

12 JULHO 1447

Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, empraza a João Eanes, escudeiro do Navegador, e a Brites ou Beatriz Gonçalves, sua mulher, em três pessoas, pelo foro anual de 150 libras da moeda antiga, à razão de 500 libras por uma, casas régias da Rua Nova, em Lisboa.

ANTT., Estremadura, liv. 7, fl. 32 v.

Dom Afonso, etc.

A uos, Gomçallo Afonso, almoxarife do nosso almazem em a çidade de Lixboa, e ao scpriuam desse officio ou outros quaaesquer que depos uos veerem por nossos almoxarifes e scpriuãaes, saude.

Sabede que, da parte do jfante dom Emrique, meu tio, etc., nos foy falado que hũu Aluaro Pirez, morador que foy em essa çidade, que foy criado delrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aia, trazia aforadas hũuas nossas casas, que sam em essa çidade, no começo da Rua Noua, da parte da ouriuzaria, que partem, de hũa parte, com casas de Luis Alvarez, çirheiro, e, da outra, dAzmã Alvarez, çinteiro, e, das costas, emtestam na judaria da dita çidade e, da outra, com rrua pruuica da Rua Noua, em uida de çertas pessoas, por çento e çimquoemta liuras da moeda amigua, de foro, em cada hũu anno, a rrezam de quinhentas liuras por hũa, as quaaes pessoas espiraram per morte do dito Aluaro Pirez, que se ora finou; ficam as ditas casas a nos, pera as emprazarmos a quem nossa merçee for. Pedimdonos o dito meu tio que emprazasemos as ditas casas a Joham Eannes, sseu escudeiro, e a Briatiz Gomçalluez, sua molher, em vida de tres pessoas, por as çento e çimquoemta liuras de moeda amiga, a rrezam de quinhentas liuras por hũa, de foro, segundo as de nos o dito Aluaro Pirez trazia, sem mais amdarem em pregam.

E nos, visto seu rrequirimento e queremdolhe fazer graça e merçee, pello do dito meu tio, que nollo por elle pedio; tecmos por bem e emprazamoslhe as ditas casas, scm mais amdarem em pregam, segundo nossa hordenamça, as quaaes casas emprazamos ao dito JohanEannes, em sua vida delle e da dita Briatiz Gomçalluez, sua molher, e doutra pessoa, quall o pustumeiro delles nomear ao tempo de sua morte, com estas comdições. Que elles e a terçeira pessoa que assy nomearem nos paguem, de foro, em cada hũu anno, çento e çimquoemta liuras da moeda amigua, a rrezam de quinhentas liuras por hũa, ssegundo nossa hordenamça, que sam outras tamtas quantas nos pagaua o dito Aluaro Pirez em cada hũu anno, de foro. E que elles as façam e rrefaçam e adubem e corregam de todo o que lhes comprir e fezer mester, aa sua custa, posto que pereçam per augua ou fogo ou per terremotos ou per outro quallquer caso fortuito, cuidado ou nom cuidado, que avijr possa, e com comdiçam que elles, ditos JohanEannes e Briatiz Gomçalluez, sua molher, nem a terçeira pessoa que elles nomearem as nam possam vender nem dar nem doar nem em outras pessoas emlhear nem poer sobrellas outro foro pera jgreja ou moesteiro ou algũa pessoa, a menos de o fazerem saber a uos ou a quallquer nosso almoxariffe que depos vos uier.

E quando de nos ouuerem comsentimento, que entam as vendam a tal pesoa ou pesosas que a nos paguem liuremente nossa pensam, comtanto que nam seja caualeiro nem fidalguo nem escudeiro de linhagem

nem clereguo nem frade nem homem nem molher de rrellegiam nem dona uiuua, e que paguem a nos a quorentena do preço por que as asy venderem, per tal guisa que sempre a nos fique de auermos nas ditas posições o direito senhorio; e, fallecendo as ditas pessoas, que emta fiquem as ditas casas liuremente, com todas suas bemfeitorias, melhoradas e nam peioradas, a coroa dos nossos rregnos e pera nos e nossos soçesores dellas fazermos o que nossa merçee for, e majs com todallas outras clausollas e comdyções com que de nos trazia as ditas casas o dito Aluaro Pirez.

O qual JohamnEanes e Briatiz Gomçaluez, sua molher, se obriguaram, pre sy e per seus beens e da terceira pessoa que o postumeiro delles asy nomear, a comprar e manter este aforamento e dar e pagar a nos, em cada hũu anno, ou a nossos soçesores, as ditas çemto e çimcoemta liuras da moeda amtgua, a rrezam de quinhentas liuras por hũa, aos tempos e pella guisa que nollas paguaua ho dito Aluaro Pirez, ou aquello que mandarmos que se paguem pellos aforamentos e emprazamentos feitos pella dita moeda amtgua.

E porem uos mandamos que metaaes loguo em posse das ditas casas o dito JohamnEannes e Briatiz Gomçaluez, sua molher, com todas suas bemfeitorias que em ellas ouuer e fazee (1) rregistar esta nossa carta em o uosso liuro dos proprios, pera em cada hũu anno pera nos rrecadardes o dito foro, e lhe cumpraes e guardees esta nosa carta e façaes comprar e guardar, asy e pella guisa que em ella he comtheudo. E os sobreditos JohamnEannes e Briatiz Gomçaluez, sua molher, e a terceira pessoa que o postumeiro delles nomear a tenham, pera sua guarda.

Dada em Simtra, doze dias do mes de julho. Elrrey o mandou per Lopo dAlmeida, caualeiro de sua casa e veedor de sua fazemda. Amtam Gomçaluez a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^o Rbij annos.

Acta do matrimonio celebrado na vila de Madrigal, diocese de Avila, entre D. João II, rei de Castela e de Leão, e D. Isabel, filha do falecido infante D. João de Portugal, nos paços régios da dita vila, perante D. Pedro de Castilla, tio de el-rei e bispo de Palência,

(1) No ms. *fazer*.

sendo também presentes D. Vasco Perdigão, bispo de Évora, e D. Luís Coutinho, bispo de Coimbra, o Dr. Fernando Diaz de Toledo, notário-mor de Castela e do conselho de el-rei, D. Alvaro de Luna, mestre de Santiago e condestável de Castela, bem como outros mui ilustres senhores (1).

AGS., Patronato Real, Legajo 49-29. Original, em papel, do próprio Fernando Dias de Toledo, com seu sinal e assinatura, — donde a reproduzimos.

Publicada, com omissão de algumas palavras, por SUÁREZ FERNÁNDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla*, pp. 278-81. Sumariada no *Catálogo V. Patronato Real* do Archivo General de Simancas, t. 1, p. 561.

Jn Dey nomjne, Amen.

Sepan quantos este publico instrumento vieren, como en la villa de Madrigal, de la diocesis del obispado de Aujla, sabado, veynte e doss dias del mes de jullio, año del nascimjento de Nuestro Señor Jhesu Christo de mjl e quatroçientos e quarenta e siete años, este dia, dentro en los palacios donde posa, en la dicha villa, el muy alto e muy esclarecido príncipe e muy poderoso rrey e señor, nuestro señor el rrey don Juan de Castilla e de Leon, que Djos mantenga e dexe beujr e rregnar por luengos tiempos e buenos, a su santo seruicio.

Estando y presentes el dicho señor rrey et otrosy la muy alta e muy yllustre pringesa e jnfante la sseñora doña Ysabel, fija del muy yllustre príncipe jnfante don Juan de Portogal, cuya anjma Dios aya; et estando y grand copia de personas eclesiasticas e caualleros e escuderos e fijos dalgo e dueñas e donsellas e otras muchas personas, asy clerigos como legos, en tanto numero, que estaua llena de gente vna grand sala de los

(1) Este casamento foi negociado em 1445, entre o regente de Portugal, D. Pedro, e D. Alvaro de Luna, condestável de Castela e então o verdadeiro senhor daquele reino, embora contra a vontade do rei castelhano, que parece preferia a filha do soberano francês. (Cfr. *História de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, p. 180). A respectiva bula de dispensa data de 5 de Novembro do dito ano, — o nosso DOC. 62. Em 2 de Abril de 1446, D. João II de Castela passou procuração, em Avila, a García Sanchez de Valhadolide para ele, em seu nome, tratar do referido matrimónio e receber a princesa D. Isabel de Portugal, o que teve effeito pelo contrato matrimonial de 9 de Outubro do mesmo ano, assinado em Évora (Cfr. o nosso DOC. 111). Em Maio de 1447, feitas em Lisboa e em Coimbra solenes festas de despedida à filha maior do falecido infante D. João, ela seguiu por Pinhel para Castela (Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 87). Emfim, em 22 de Julho de 1447 foi D. Isabel recebida em matrimónio por el-rei D. João II de Castela, em Madrigal de las Altas Torres, diocese de Avila, segundo consta do presente documento, contando então o monarca 42 anos de idade.

dichos palacios; los quales todos eran allj venjdos e ayuntados, por mandado del dicho señor rrey, para ser presentes a los bienaventurados desposorios del dicho señor rrey con la dicha señora princesa e infante doña Ysabel;

En presençia de m[er]ito, el doctor Ferrnando Diaz de Toledo, notario e secretario apostoljco e del consejo del dicho señor rrey e oydor e rreferendario e secretario e su notario mayor de los preujllejos rrodados, et de los testigos deyuso escriptos, que a esto fueron presentes, llamados e rrogados; el rreuerendo padre jn Christo don Pedro, tio del dicho señor rrey, obispo de Palençia e oydor de l[a] avdiencia del dicho señor rrey e del su consejo, que y estaua presente, mostro e publico y luego [leo] vna bulla apostoljca de dispensacion, escrita en pergamjno de cuero e bullada e sellada segund la costumbre de la corte de Roma, su thenor de la qual es este que se sigue.

Segue-se a transcriçãõ da bula Precelsa dignitatis, do papa Eugénio IV, de 5 de Novembro de 1445, — o nosso DOC. 62, aqui com a data errada de 19 de Janeiro de 1446.

Et, asy mostrada e publicada la dicha bulla de dispensacion, luego el dicho señor obispo de Palençia, premjsa la deujsa rreuerençia, tomo las manos al dicho señor rrey et asy mjemo a la dicha señora princesa e infante, e el dicho señor rrey puso en los dedos de las manos de la dicha señora princesa (2) çiertos anillos e sortijas de oro, diziendo e dixo el dicho señor obispo estas palabras materiales: Vos, muy alta e muy yllustre e muy exelente señora princesa e infante doña Ysabel, fija del muy yllustre príncipe el señor infante don Juan de Portugal, que Dios aya, vos otorgades por esposa e muger legitima del muy alto e muy esclareçido príncipe e muy poderoso rrey e señor, nuestro señor el rrey don Juan, que aqui esta presente, rregnante bienaventuradamente en los rregnos de Castilla e de Leon et en los otros sus rregnos e tierras e señorios e lo tomades e resçebydes por vuestro esposo e legitimo marido, por palabras de presente, tales que fazen matrjmonjio, segund manda la santa eglesja de Roma? Et luego la dicha señora princesa e infante respondio e dixo que sy et que se otorgaua e otorgo por muger legitima del dicho señor rrey don Juan et lo tomaua e rresçebya por su esposo e marido legitimo, como dicho es, et consentia e consintio luego en continente, de su propia e libre voluntad, en el dicho desposorio e casamjento.

(2) Aqui, no manuscrito, por equívoco, *manos del dicho señor rrey*, o que não faz sentido; pelo que corrigimos o passo para *manos de la dicha señora princesa*, regulando-nos pelo contexto.

Et asy mjsmo el dicho señor obispo pregunto e dixo al dicho señor rrey: Vos, muy alto e muy esclarecido príncipe e muy poderoso rrey e señor, nuestro señor el rrey don Juan de Castilla e de Leon e de los otros vuestros rregnos e señorios, que aqui estades presente, vos otorgades por esposo e marido legitimo de la muy alta e muy exçelente e muy yllustre príncesa e infante la señora doña Ysabel, que aqui esta presente, e la rresçebjdes por vuestra esposa e muger legitima, por palabras de presente, tales que fazen matrimonio, segund manda la santa eglesia de Roma? Et luego el dicho señor rrey rrespondio e dixo que sy e que se otorgaua e otorgo por esposo e legitimo marido de la dicha señora príncesa e infante doña Ysabel e que la rresçebia e rresçibjo por su esposa e legitima muger, como suso dicho es, e consentia e consintio en ello, de su propia e libre voluntad, en el dicho desposorio e casamiento.

Et, fechos los dichos desposorios en la manera que dicho es, el dicho señor obispo dixo que la gracia e bendición de Nuestro Señor Dios, Padre e Fijo e Espiritu Santo descendiese sobre los dichos nuestros señores rrey e rreyna, su muger, por que sienpre le siruan e fagan las cosas a el plazibles e bjuan bjenaventurada e luengamente, por muchos tiempos e buenos, al su santo seruicio e ayan en vno fruto e bendición e fijos catolicos e caualleros de Nuestro Señor Jhesu Christo, pugnadores por la santa fee catoljca, e que dilaten el culto djujno e los termjnos del christianjsmo (3). Et luego rrespondieron los que y estauan amen, amen. Et asy quedaron desposados, por palabras de presente, como dicho es, los dichos nuestros señores el rrey don Juan e la rreyna doña Ysabel, su muger, de lo qual todo en como paso el rreuerendo padre jn Christo don Vasco, obispo de Euora, que y estaua presente, por parte de la dicha rreyna, nuestra señora, pjdio a mj, el dicho doctor e notario e secretario, que lo diese asy signado con mj signo a la dicha rreyna, nuestra señora, et que rrogaua e rrogo a los presentes que fuesen dello testigos.

A lo qual todo fueron presentes, por testigos, los nobles e magníficos señores don Alvaro de Luna, maestre de la Orden de la caualleria de Santiago e condestable de Castilla e conde de Santesteuan e señor del Infantadgo, et don Yñigo Lopez de Mendoça, marquez de Santillana e conde del Real e señor de Mendoça e de la Vega, et don Gutierre de Sotomayor, maestre de la Orden de la cauallerja de Alcantara, et los rreuerendos padres jn Christo don Vasco, obispo de Euora, e don Luys, obispo de Coynbra, et don Diego Perez Sarmjento, conde de Santa Marta e adelantado mayor del rregno de Gallizia, et don frey Gonçalo de Qui-

(3) No manuscrito *christianjsimo*, por *christianismo*, segundo cremos, de forma que emendámos

roga, prior de la Orden de Sant Juan en los rregnos de Castilla e de Leon, e Ruy Diaz de Mendoça, mayordomo mayor del dicho señor rrey, et el rreuendo don Gonçalo de Bjuero, electo de la eglesja de Salamanca, todos del consejo del dicho señor rrey, et don Aluaro de Castro e don Diego de Castro, su hermano, et Garcia Sanchez de Valladolid, cauallero e guarda del dicho señor rrey, et otros muchos caualleros e escuderos e çibdadanos, en grand numero (*Sinal do notário*).

Et yo, el dicho doctor Fernando Diaz de Toledo, secretario e notario apostolico e del conseio del dicho señor rrey e su oydor, rreferendario e secretario e su notario mayor de los prijuillegios rrodados, fuy presente ante la rreal magestad del dicho señor rrey e de la dicha señora rreyna, a todo lo suso dicho... (4) lo fize escriu jr et lo signe de mj signo acostumbrado, en fe e testimonio de verdat.

(as.) Fernandus, secretarius et notarius apostolicus, auditor et referendarius et regius consiliarius.

165

25 JULHO 1447

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, dirigida ao papa Nicolau V, ao rei D. Isaac, por graça de Deus Preste João das Índias, filho de David, senhor das tábuas do monte Sinai e da Etiópia, rei dos reis, e a outras personagens abaixo indicadas, a recomendar-lhes arauto de el-rei D. João de Navarra, seu irmão (1).

ACA., Cancilleria Real, Registro 2538, fl. 137 v.

Pro Libertate, eraldo. Sanctissime, etc. Accedit jmpresenciarum ad sanctitatem vestram Libertas, eraldus jllustrissimj principis Johannis, regis Nauarre, fratris nostri carjssimj, vestre tantum sanctitatis visende

(4) Aquil, roto o papel.

(1) Inserimos este documento por dirigido também ao Preste João das Índias ou rei da Etiópia, com quem o infante D. Henrique desejava entrar em contacto (Cfr. ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 16, — a pp. 75-78 do nosso vol. 8). Sobre o Preste João e suas relações com os papas e os soberanos aragoneses no século XV podem ver-se os DOCS. 140 do nosso vol. 2 e 99 a 101 do vol. 3 bem como a respectiva anotação e ainda o estudo de DE WITTE, *Une ambassade éthiopienne a Rome en 1450*. D. Isaac reinava já na Etiópia em 15 de Maio de 1428 (Cfr. o DOC. 100 do nosso vol. 3).

gratia, juxta eius officij morem et consuetudinem, quem nos, jnter alios suj ordinjs viros, tum propter bonos mores, tum propter eius et dicti fratris nostrj singularia jn nos merjta atque officia precipue carum habemus. Erit igitur nobis gratissimum si eum, nostra causa, jta benigne ac liberaliter suscipiens, tractauerjtisue vt plane cognoscat commendacionem hanc nostram apud eandem sanctitatem vestram magno sibi vsuj et ornamento fuisse.

Datum Tibure, die xxv.º julij, x.ª jndiccione (2). Rex Alfonsus. Eiusdem sanctitatis vestre humilis, etc.

Sanctissimo ac beatissimo
domino nostro pape.

Dominus rex mandauit mihi,
Francisco Martorell.
Prouisa.

Sub similj forma, mutatis mutandis, fujt scriptum sequentibus:

Emjnentissimo et jnujctjssimo monarche domino Ysaach, Dei gratia presbjiro Johannj Yndiarum, filio Daud, domino tabularum montis Sinay Ethiopieque, regi regum, tamquam fratrj nostro carjssimo.

A lo jllustrissimo principe Abuysaach Jacmac, grande soldano de Babilonja, etc (3).

Serenissimo principi et excellentissimo domino . . , Dei gratia romanorum jmperatorj semper augusto, consangujneo nostro carissimo.

Serenissimo principi et excellentissimo domino J[ohanni], Dei gratia regi Chiprj, etc., consangujneo nostro carissimo.

Jllustrj et magnifico viro . . , disposto Moree, amjco nobis specialissimo.

Spectabili et magnifico viro . . , comjti Rocharum, deuoto nobis plurimum sincere dilecto.

Spectabili et magnifico viro . . , comiti Jaffe, nobis plurjmmum sincere dilecto.

Reuerendissimo in Christo Patrj . . , patriarche Indiarum, deuoto nobis plurjmmum sincere dilecto.

(2) A 10.ª indição corresponde ao ano de 1447.

(3) Em 30 de Maio anterior o mesmo soberano aragonês endereçara carta ao sultão grande de Babilónia, príncipe Abuysaach Jacmac, também abaixo referenciado, a rogar-lhe não fizesse guerra ao reino de Chipre e a dizer-lhe que vai mandar-lhe embaixada (ACA., Reg. 2538, fl. 122 v.). É possível se refira o presente documento ao mesmo objectivo.

Reuerendo et religioso viro fratrj Johanni de Lansticho, magistro Rhodi, amjco nostro carissimo.

Venerabilj et religioso viro . . , magno baiulo Alamanje, deuoto nobis plurimum sincere dilecto.

Venerabili et religioso viro . . , comendatorj de Leon, deuoto nobis plurimum sincere dilecto.

Al venerable religioſ e amat conseller nostre frare Raphael, capelano, prior de Cathalunya.

Reuerendo in Christo patrj . . , archiepiscopo Rhodi, deuoto nobis plurimum sincere dilecto.

Venerabili et religioso viro . . , senescalco Rhodi, deuoto nobis plurimum sincere dilecto.

166

2 SETEMBRO 1447

Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a João Antão, criado do infante D. Henrique, residente na dita cidade, de casas, cortinhal e poço na Rua da Regueira, da mesma povoação, pelo foro anual de 45 soldos da moeda antiga, pagos às terças do ano, e dois capões, pelo Natal (1).

ADV., Pergaminhos do cabido, maço 16, n.º 50. Original em pergaminho, destinado ao cabido.

Jhesus.

Saibham quantos este estormento dencartamento virem como nos, Joham Nunez, thesoureiro, e o cabydoo da çidade de Viseu, sseendo juntos en cabydoo, encartamos a uos, Joham Antom, criado do jffante dom Anrrique, morador na dicta çidade, que presente estaaes, e aa uossa molher, Jnes Affonso, e pera hũu vosso filho e neto dantre anbos e, nom auendo filho nem filha nem neto nem neta, pera duas pessoas, hũa empos outra, quaaes vos, em vossas vidas ou aa ora de vossas mortes, nomeardes,

(1) Talvez o João Antão recebedor do bispado de Viseu em 25 de Setembro de 1441 (Cfr. a p. 265 do nosso vol. 7) ou o mercador a que se referem os DOCS. 120 e 179 dos nossos vols. 4 e 7, respectivamente.

a saber, hũas cassas que nos auemos na Rua da Regueira, em fronte da albergarja de Sam Mjgel, com seu cortinhal e poço, asj e pella guissa que o trazia Afonso Anes, vosso sogro; e parte, da hũa parte, com cassas que foram de Pero Fernandez, porteiro, e com outra cassa do cabjdo que deu a albergarja e com cassa de Joham de Gomjraaes e, da outra, com cassa de Caterina Domjnguez, moleceira, e pella rrua puurica; e o cortinhal e poço parte com outro cortinhall da dicta Caterina Dominguez e com Joham Vaasquez, çapateiro, e com hũa leira de Joham de Viseu que esta tras as casas que traz Affonso Anes, albardeiro, sob tall precito e condiçom, que vos e as pessoas depos vos corregaas e apostees e façaas e rrefaçaas as dictas cassas de pedra e telha e madeira e de todo outro adubio que mester ouuerem e façaas em ellas toda benfectorja, de guisa que mjlhorem e nom pejorem; e darees, de rrenda, em cada hũu anno, ao dicto cabydoo quareenta e çinquo ssoldos da moeda antiga sinprezmente e dous capões por Natall, e os djnheiros aas terças do anno, a saber, Natall e Pascoa e Sam Joham Bautista. E, sse vender quiserdes este encartamento, tanto por tanto, antes ao dicto cabydoo que a outrem. E, sse el conprar nom quiser, que o vendaaes aa tal pessoa de que el possa bem auer sua rrenda e nom sseja pessoa poderossa nem daquellas que o direito defende em tal casso. E, se o venderdes, que pagees a quarta parte da uendagem ao cabydoo; e, ao ssaymento das dictas pessoas, que o dicto encartamento com toda sua benfectorja fique liure e dessenbargado ao cabydoo, ssem outra contenda. E obligamos os beens da nossa messa de vos fazermos de paz este encartamento de qualquer enbargo que vos sobrelle sahir por a nossa rrazom, sob pena de uollo conpoermos com o dobro.

E eu, dicto Joham Antom, que presente estou, em meu nome e da dicta mjnha molher e pessoas suso dictas, consento no dicto encartamento pella guissa suso dicta e obligo todos meus beens, asy movijs como rraiz, de teer e guardar e conprar as condiçoes suso escriptas e de dar e pagar, em cada hũu anno, a dicta penssom ao dicto cabydoo polla guissa que suso dicto he. E pedirom senhos stormentos, anbos dhũu theor. E este he o do cabydoo, que foy fecto e outorgado na dicta cidade, dentro na crasta velha da dicta ssee, aos dous dias de ssetenbro era do nasçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll iij^{os} Rbij annos. Testemunhas: Joham de Viseu e Afonso Pirez, porteiro da maça do dicto cabydoo, e Aluoro Diaz, meo cooigo, todos moradores em essa meesma, e outros. E eu, Joham Lourenço, puurico tabaliam por nosso ssenhor elrrey em a dicta çidade e termos della, que este stormento, per outorgamento dos sobredictos screprej e aqui meu synal fiz, que tall he (*Sinal do notário*).

167

14 SETEMBRO 1447

Alvará do infante D. Henrique, a ordenar aos juizes da sua vila de Pombal tirem inquirição a respeito de certos bens que ele deu a Iria Anes e dos quais o mosteiro da Batalha se julga dono (1).

ANTT., Mosteiro da Batalha, llv. 4, fl. 202.

Juizes da minha villa de Poonball.

O jfante dom Anrique uos faço saber que o prioll do mosteiro da Batalha veeo a mym e contoume como era agrauido, per bem de hũa carta minha que passou, per que mandaua manteer em posse a Eirea Anes, hij morador, de certos beens que ssam dados ao dicto mosteiro.

E, porque a mym nom praz que, neeste ffecto, sse faça ssenom o que for djreito; porem, uos mando que, per emquiriçom, ssaibaaes logo parte quem era em posse dos dictos beens, ante que fosse a dicta minha carta, e que enviees asy todo declarado per escriptura prubica, aqui, a minha villa de Soire, pollo Sam Mateus. E dizee aa parte que sse algũu djreito ou escriptura tem por ssua parte, que venha ao dicto tempo perante mym, pera os anbos ouujr e fazer comprimento de djreito.

Fecto em a Granja, xiiij° dias de setenbro. Joham de Moraes a fez, 1447.

168

19 SETEMBRO 1447

Inquirição a respeito de certos bens que Iria Anes possuía, tirada a pedido de Fr. João Martins, mestre em teologia, prior do mosteiro da Batalha, e ordenada pelo infante D. Henrique, pela

(1) D. Henrique diz «da minha vila de Pombal», por ela ser comenda da Ordem de Cristo, de que era o infante administrador e governador (Cfr. os DOCS. 15, 21, 23, 73 e 74 do nosso vol. 1).

qual, depois de interrogadas as testemunhas, se manda que a mesma Iria Anes, compareça diante do dito infante com as escripturas de seus bens.

ANTT., Mosteiro da Batalha, liv. 4, fl. 202.

Senhor. Affonso Vallente e Gil Lourenço, escudeiros, juizes da nossa villa de Poonball. Fazemos saber aa uossa mercee que per frey Joham Martijnz, mestre em tollesia, prioll do mosteiro de Santa Maria da Batalha, nos foy apressentado hũu nosso aluara, per o quall, em comprimento delle, fizemos esta obra a quall vay aa uossa merçee, a quall esse adyante segue:

Anno do naçjmento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iiijº Rbij anos, xb dias do mes de ssetembro, em Poonball, na praça, perante Gil Lourenço e Affonso Vallente, escudeiros, juizes da dicta villa, en presença de mym, Affonso Gill, tabeliam em a dicta villa por meu senhor o jfante dom Anrrique, e testemunhas adyante escriptas, pareço frey Joham Martijnz, mestre em tollissya e prioll do mosteiro de Santa Maria da Batalha. E apressentou aos dictos juizes e per mym, dicto tabeliam, leer fez, hũu aluara do dicto senhor, asynado per elle, segundo pareça, que tall he.

Segue-se o alvará do infante D. Henrique aos juizes da sua vila de Pombal,— o documento anterior.

E, apressentado asy o dicto aluara como dicto he, o dicto prioll pedio aos dictos juizes que lho comprissem como em elle he contheudo. E os dictos juizes, visto o dicto aluara, disseram que eram prestes de o comprir. E mandauam que esse comprisse como em elle era contheudo. E que mandauam ao dicto prioll que lhe trouessee as testemunhas, que elles prestes estauam de as perguntar e fazer aquello que lhes per o dicto senhor era mandado. E lhe mandaram que as fizesse vijr segunda feira e que, emtam, as perguntariam com o dicto tabeliam e fariam o que fosse djreito.

Testemunhas: Fernam Uasquez, tabeliam do publico, e Lopo Homem e Gomez Anes e Joham Barão e outros. Eu, Affonso Gill, tabeliam, que esto escriptuj.

E depois desto, xbiijº dias do dicto mes de ssetenbro, em a dicta villa, os dictos juizes, presente mym, dicto tabeliam, perguntaram estas

testemunhas que ase seguem, as quaes foram apresentadas por parte do dicto mosteiro.

Jtem, Martim Anes, morador Tras os Matos, termo da dicta villa, jurado aos santos euangelhos e preguntado sse sabia quem estava de posse do dicto cassall, segundo no dicto aluara he contheudo, disse que o que desto sabya era esto: que podia auer sette ou oyto annos que o prouencial da Hordem de Sam Domingos, como procurador do mosteiro da Batalha, lhe arrendou o dicto casall por noue anos; e que elle, per bem do dicto arrendamento, ell estaua de posse do dicto cassall e o lauraua e aproueitaua e daua dell a rraçam a Gomez Anes, procurador do dicto mosteiro, cada hũu ano, atee ora esta noujdade, que veeo hũua carta do dicto senhor, per a quall lhe foy entregue aa dicta Eirea Anes e ffoy entregue della, e que desto all nom sabya.

Jtem, Gomez Anes, abade, morador em a dicta villa, jurado aos santos euangelhos e preguntado sse sabya quem estaua de posse do dicto cassall, segundo no aluara do dicto senhor ffaz mençom, disse que sabya que pode auer quatro ou cinco annos, elle, testemunha, como procurador do prioll do mosteiro da Batalha, hija partijr o dicto cassall ao casseiro. E da rraçam que ao dicto mosteiro aconteçia, daua elle, testemunha, aa dicta Eirea Anes, çerto pam que lhe o dicto prioll mandaua dar, atee esta noujdade dora, que veeo hũua carta do dicto senhor, per a quall foy entregue aa dicta Eirea Anes a rraçam do dicto cassall. E desto all nom sabya.

E depois desto, xix dias do dicto mes de asetenbro da dicta era, em a dicta villa, o dicto Affonso Vallente, juiz, presente mym, dicto taballiam, preguntou estas testemunhas que ase adyante seguem, as quaes foram apresentadas da parte do dicto mosteiro.

Jtem, Joham Pirez, morador na Gollpelheira, termo da dicta villa, jurado aos santos euangelhos e preguntado sse sabya quem estaua de posse do dicto cassall, segundo no aluara do dicto senhor faz mençom, disse que sabya que podia auer çinco ou seis annos que elle, testemunha, vijo hijr Gomez Abade, como procurador do prioll do mosteiro da Batalha, per duas ou tres vezes, partijr o pam do dicto cassall. E que o tragia Martim Anes de mão dos frades do dicto mosteiro. E que, depois que tjnha partjdo, que daua, do dicto pam, aa dicta Eirea Anes e que o mais que ssobejaua que o guardaua o dicto Gomez Anes. E que senpre, des o dicto tempo atee esta noujdade, os frades estauam de posse do dicto cassall e que o dicto senhor lhe mandou dar ssua raçom. O quall pam, ell, testemunha, per mandado dos juizes da dicta villa, partjo. E desto all nom disse.

Jtem, Rodrigo Anes, morador Tras os Matos, termo da dicta villa, jurado aos santos euangelhos e preguntado sse sabya quem estava de posse do dicto cassall, segundo no dicto aluara do dicto senhor faz mençom,

disse que sabya que Martim Anes, irmãao delle, testemunha, vijo laurar o dicto cassall por dos frades e estava de posse dell. E que ouujo dizer que Gomez Abade, em nome do dicto prioll, hija partijr o dicto pam ao dicto cassall e que daua dell aa dicta Eirea Anes. E que, em esta noujdade, o dicto senhor mandou hũa carta per que a dicta Eirea Anes ouuesse a rraçom do pam do dicto cassall. E que desto all nom sabya.

E logo, no dicto dia, na dicta villa, na praça, perante o dicto Affonso Vallente, juiz, pareceo a dicta Eirea Anes per sy. E logo o dicto juiz asynou termo aa dicta Eirea Anes, que pressente estaua, que quinta feira primeira sseguijnte, dia de Sam Mateus, pareça perante o dicto senhor jfante, segundo em o dicto aluara faz mençom, e que todallas escripturas que teuer que as leue e vaa perante o dicto senhor com o dicto prioll rresistar o sseu djreito. E mandou a mym, tabeliam, que tralladasse a dicta emquiriçom e a çarrasse e sseellasse pera a enviar ao dicto senhor, segundo no dicto aluara he contheudo.

Testemunhas: Joham Pirez e Rodrigo Anes, moradores em termo da dicta villa, e outros. E eu, Afonso Gill, tabeliam em a dicta villa por o jfante dom Anrique, meu senhor, que esta emquiriçom escripuj e comertey com o rreginal com Gil Lourenço, juiz, e aqui meu synall fiz, que tal he (*Sinal do notário*).

Gil Lourenço.

Santa Maria intercede pro me. Pagou xiiij rreaais.

169

22 OUTUBRO 1447

Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juizes da vila de Pombal, pela qual manda meter em posse do Casal da Capelaria, termo da mesma vila, Fr. João Martins, prior e procurador do mosteiro da Batalha.

ANTT., *Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 223. Original, em pergaminho, o qual teve selo de chapa no verso.

Eu, o jffante dom Anrique, duque de Uiseu e ssenhor de Couilhãa, ffaço saber a uos, juizes da minha villa de Poonball, que eu vy as scripturas que ho meestre frey Joham Martijnz, prioll de Santa Maria da

Vitoria, portador da pressente, me mostrou, por parte do dicto mosteiro, ssobre a comenda que ora auja com Heirea Anes, viuua, morador no Casall da Capellaria, termo da dicta villa, e vy a enquiriçom que jso meesmo tirastes, per meu mandado, ssobre ello, e achey per todo seer o dicto casall do dicto mosteiro e que ha muito que esta em posse delle.

E, porque minha merçee he seerlhe fecto conprimento de dereito, uos mando que metaees logo o dicto mosteiro em posse do dicto cassall e o tenhaees e mantenhaees em ella como senpre esteue, ssem lhe sseer em ello posto embargo. E quanto he aa booa molher, eu mandey ao dicto prioll e mosteiro a maneira que com ella ajam de teer, como entendy por rrazom e dereito. E sse, depois que ora ella esta na posse, que ouue per meu aluara, ella vendeo o dicto casall ou o trocou ou escanbou ou fez quallquer outro moujmento ou enouaçom, aueo por nhũu. E fazee dar e entregar a dicta posse ao dicto mosteiro, como dantes tijnha e em ella estaua.

E sse algũu djreito eu tenho no dicto casall, eu o demito de mym e o dou liuremente ao dicto mosteiro, asy e pella guisa que a mjm dello possa perteeçer. E, porem, lhe dey esta carta, assijnada per mym e sseel-lada de meu seello.

Fecta em Soure, xxij dias de outubro. Antom Diaz a fez. 1447.

Pagando o dicto casall ssenpre aa hordem de Christo o direito que pagam os casaees que teem os outros lauradores da terra.

(as.) J. d. a.

Ao fundo: Eu, mestre Joham Martijnz, prior do dicto mosteiro, andando cum Eria Anes em preyto, em Soure, perante o dicto ssenhor, ella, dicta Eria Anes, fez filho adoptiuo a Diego Aluarez, estallejadeyro, e nom lhe ualleo escriptura que emtom fizesse, posto que em ella reuo-gasse espcialmente as nossas.

170

24 OUTUBRO 1447

Posse dada a Fr. João Martins, prior e procurador do mosteiro da Batalha, do Casal da Capellaria, termo da vila de Pombal, por Afonso da Perna, mordomo da mesma vila, em nome do juiz e perante Afonso Gil, tabelião do infante D. Henrique na dita vila.

ANTT., *Mosteiro da Batalha*, liv. 4, fl. 223 v. Original, em pergaminho.

Saibham quantos este estormento virem que, vjnte e quatro dias doytubro, ano do nacjmento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e iij^o Rbij anos, em Poonball, junto com a jgreia de Sam Martjnho, perante Gil Lourenço, juiz da dicta villa, presente mym, Affonso Gill, tabeliam em a dicta villa por o jfante dom Anrrique, meu senhor, e testemunhas adiante escriptas, hy pareço mestre frey Joham Martijnz, prioll do mosteiro da Batalha, e apresentou perante o dicto juiz e per mym, dicto tabeliam, leer fez esta carta, desta outra parte escripta. A qual, asy leuda e probicada, o dicto prioll pedio ao dicto juiz que lha comprisse. E, em comprimento della, o metesse em posse do dicto cassall pera o dicto mosteiro. E o dicto juiz, vista a dicta carta e em comprimento della, mandou a mym, dicto tabeliam, que com Affonso da Perna, moordomo da dicta villa, fossemos ao dicto cassall e metessemos o dicto prioll pera o dicto mosteiro em posse do dicto casall, segundo na dicta carta he contheudo. Testemunhas: Lopo Botelho e Gomez Abade e Fernam Vaasquez, tabeliam, e outros.

Jtem, no dicto dia, na Capellaria, termo da dicta villa, no dicto cassall, contheudo em esta carta, presente mym, dicto tabeliam, o dicto Affonso da Perna, mordomo, per esta carta e mandado do dicto juiz, meteo de posse o dicto prioll do dicto cassall, conuem a ssaber, çarrando as portas das cassas e fechandoas com o farrolho e com chaue e tomando a telha do telhado das dictas cassas e terra e herua e rramo dhũa figeira e entregando todo ao dicto prioll. E disse que, per ally, o metia em posse do dicto casall e de todo aquello que a ell pertencia.

E o dicto prioll, em nome do dicto mosteiro, tomou logo a chaue e desfechou as portas, abrindoas e çarrandoas, e disse que ell recebia em sy a posse do dicto cassall e das terras e aruores delle e de todo o que a ell pertencia fazendo o dicto prioll... a dicta Eyrea Anes, que presente estaua, que se ella qujsese... e asseu vestido e o que lhe comprisse; ou, asse quisesse hijr pera a dicta villa, que lhe daria todo o que o dicto cassall rrendesse; ou, se quisesse estar no dicto casall, que lhe daria... e vestido, como lhe soyam dar; e todo esto pollo amor de Deus e por esmolla, entregandolhe a chaue da casa em que a dicta Eyrea Anes mora, que esteuesse em ella, em nome do dicto mosteiro. E de como o dicto mordomo, per a dicta carta e mandado do dicto juiz, meteu em posse do dicto casall e ell, dicto prioll, entregaua aa dicta Eirea Anes a dicta chaue, pedio hũu estrumento.

Testemunhas: Gomez Abade e Joham Gonçalluez e Martim Anes, moradores Tras os Matos, e Joham Oleiro, o Moço, e Rodrigo Anes, moradores em Abeull, e outros. E eu, sobredicto tabeliam, que a todo esto presente foy e este strumento de posse escripuj e aqui meu synall fiz, que tall he (*Sinal do notário*).

Santa Maria intercede pro me.

25 OUTUBRO 1447

Emprazamento pelo mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, a Pero Delgado, escudeiro, criado do infante D. Henrique, e a Margarida Gonçalves, sua mulher, de casas na dita cidade, à Fonte dos Cavalos, com a condição de eles lhe adicionarem outro andar, de sorte que se possa ver o mar, pelo foro anual de 56 libras antigas dos alfonsins e 2 galinhas, pagas ao oficial da vestimenta do referido mosteiro, em duas prestações, por Páscoa e Natal.

ANTT. Colecção Especial, parte 1, caixa 126, maço 2, doc. 9. Original, em pergaminho.

Em nome de Deus, amem.

Saibham os que este contrauto denprazamento virem que, na era do nacemento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil e quatrocentos quarenta e sete anos, vijnte e cinco dijas doutubro, em a cidade de Lixboa, no mosteiro de Sam Vicente de Fora, a saber, na casa do cabidoo, estando hj, em cabidoo e cabidoo fazendo, os honrrados coonjgos desse meesmo, convem a ssaber, Diego Gill, prioll da capeela do dicto mosteiro, procurador gereal do ssenhor dom Joham, priol moor, e do conuento, segundo sse contem em procuraçom ssoficiente, scripta e assignada per mym, tabeliam adeante scripto, sofficiente pera o que sse segue;

E outrossy, estando hi Joham Gill, logoteente do priol clasteiro, e Joham Diaz e Nicolao Mealha, Vasco Vicente e Gonçalo Uasquez, Aluaro Afonso e Uaasco Fernandez, coonjgos do dicto mosteiro, en presença de mym, Aluaro Afonso, tabeliam pubrico por autoridade delrey em a dicta cidade, e testemunhas adeante scriptas; logo per os ssobredictos foy dicto que, ueendo elles e consirando seruigo de Deus, proll e homrra do dicto mosteiro e conuento, contanto que prouuesse ao dicto ssenhor dom Joham, priol moor, enprazauam, como logo enprazarom, a Pero Delgado, que presente estaua, escudeiro, criado do ssenhor jfante dom Anrrique, e a Margarida Gonçalluez, ssua mulher, esta que ora elle ha, em vida delles anbos, marido e molher, e dhũa pessoa, qual o postumeiro deles nomear, tanto e mais nom, hũas casas que o dicto mosteiro ha em a dicta cidade, aa Fonte dos Caualos, conuem a ssaber, loia e sobrado, todas de fundo acima, que partem com casas do dicto mosteiro que traz Afonso Anes, escudeiro, e, da outra parte, com adega grande do dicto

moesteiro, e de todas outras partes com casas do dicto mosteiro e, de diante, com rrua publica.

As quaes casas lhe enprazaram, com tal preito e condiçom, que o dicto Pero Delgado e sua molher, doie a dez anos, façam em as dictas casas outro sobrado alto, de guisa que sse possa uer o mar, aas ssuas proprias custas e despesas delles, Pero Delgado e ssua molher. E, doie em diante e des o dicto tempo en diante, as dictas casas sseerem senpre em casas fectas, melhoradas e nom peioradas e mantheudas, fectas de paredes de pedra e cal, telha e madeira grossa e delgada e pregadura, posto que pereçam per qualquer caso fortoyto que lhes auenha. E dem e paguem, em cada hũ ano, eles, Pero Delgado e ssua molher e pessoa, de renda e penssam, em paz e em saluo, no dicto mosteiro, ao official da vesterja, cincoenta e seis libras antigas dos alfonssajs, e pagas por a dicta moeda a quinhentas desta corrente, como elrrey manda e mandar ao diante por taas enprazamentos, e mais duas galjnhas rrecebondas, pagada esta contija e galjnhas em duas pagas cada ano, conuem a ssaber, a metade da contija com as galjnhas por dia de Pascoa de Resurreiçom primeira que uem, que sera no ano quatrocentos e quarenta e oyto, e a outra metade da dicta contija por dija de Natal en que sse começara ho ano quatrocentos e quarenta e noue, e assy dhj en diante, em cada hũ ano.

E eles, Pero Delgado e ssua molher e pessoa, nom aueram poder de partyr as dictas casas nem alhear nem uender, dar nem doar a nhũa das pesoas em direito defesas, ssaluo sempre juntamente e enteiramente andarem em hũa pessoa, melhoradas e nom peioradas e acrecentadas de bem em melhor. E, sse peruentura as quiserem uender ou lhas quiserem uender, per qualquer diujda que façam, elles, Pero Delgado ou ssua molher ou pessoa, a qualquer ssenhor ou pessoa, que sse nom possam uender sem primeyro o fazerem ssaber ao priol do dicto mosteiro e conuento, pera se as quiserem, tanto por tanto, quanto delas derem, de comprar com o dicto encarrego e menos a meetade do preço que por elas derem; e, nom as querendo o dicto ssenhorjo, a saber, priol e conuento, auer, que entom sse possam uender a tal pessoa que nom seia poderosa nem das em direito defesas, mais seia tal pessoa per que o mosteiro e conuento possam auer sem contenda, cada ano, sseu foro e penssam de djnheiros e galjnhas, aos tenpos ssuso declarados, e que faça os adobljos e compra os encarregos ssuso dictos e que do preço por que as dictas casas forem uendidas o mosteiro e conuento aja a meetade em saluo, sem outra contradicòm.

E eles, coonigos, obrigarom os beens do dicto mosteiro a teerem e manterem este contrauto, em vidas dos dictos Pero Delgado e ssua molher e pessoa, e lhes ljurarem e defenderem e enpararem as dictas casas de quemquer que lhas demande ou enbargue, so pena de custas

e despesas que por ello rreceberem, e com dez rreaes brancos ora correntes, em cada hũ dia, de pena.

E o dicto Pero Delgado, a todo presente, tomou e rreçeebo em ssy as dictas casas, denprazamento, em ssua vida e da dicta sua molher e pessoa, ssob todalas clausulas e condições ssuso dictas e cada hũa delas, as quaes se obrigou conprir e manteer e fazer os dictos adobijos e o dicto sobrado ataa o dicto tenpo e o dar fecto e manteer as dictas casas sempre fectas em casas melhoradas e acrecentadas e nom peioradas, como dicto he, e pagar cada ano ao dicto officio da uesterja a dicta penssam de djnheiros e foro de galjnhas, en paz e em ssaluo, no dicto moesteiro, aos tenpos ssuso dictos, como dicto he, so pena de custas e despesas que o dicto moesteiro por ello rreceber, e com outros dez rreaes brancos em cada hũ dia, de pena, per seus beens e da dicta sua molher e pessoa, mouees e rraiz, auudos e por auer, que pera elo obrigou, desaforandose e quitandose de toda ley, foro e hordenaçom, cartas e aluaraaes despaço e priujlegios delrrey e rreynha e jffantes, que pera esto lhes nom ualha[m] a elles, Pero Delgado e ssua molher e pesoa, saluo pagarem e fazerem as dictas benefectorjas e conprirem todo o que dicto he, sso a dicta pena.

Esto outorgarom e pedirom senhos contrautos. Testemunhas, que presentes foram: Bras Uasquez, morador na do Madeireiro, termo da dicta cidade, e Vaasco Gonçalvez Rasteiro, criado do dicto prioll da capeela, e Pero Leitom, tesoureiro na egreja de Santo Steuam, e Uasco Uicente, escolar, e Rodrigo Cenheiro, escolar, e ffrey Aluaro, porteiro do dicto moesteiro, e outros.

E depois desto, aos vijnte e sete dias de dezenbro, anno quatroçentos e quarenta e oyto, no dicto moesteiro, ho dicto ssenhor dom Joham, prioll moor, que presente staua, outorgou este contrauto, que lhe foy leudo de verbo a uerbo, e deu a ele sua autoridade e consentimento que ualha como sse em elle contem, em as dictas tres vidas. Testemunhas: Vaasco Meendez, moedeiro, e Aluaro Diaz, escudeiro, moradores a Santo Andre, e JohanEanes, creligo, capelam nas capeelas delrrey don Afonso. E eu, Aluaro Afonso, tabeliam publico por autoridade delrrey em a dicta cidade, que este contrauto e outro tal, anbos dhũ theor, screpuj. Este he pera o dicto moesteiro. E, em testemunho de uerdade, assigney aqui per minha mão, de meu publico signal, que tal he (*Sinal do notário*).

Pagou Pero Delgado deste contrauto, com rregistro, quarenta rreaes.

172

23 NOVEMBRO 1447

Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juizes e câmara de Coimbra, a declarar que, em virtude dos privilégios da Ordem de Cristo, os caseiros encabeçados que ela tem em Químbres, termo daquela cidade, são escusados dos encargos e servidões do concelho.

ACMC, *Cartas originais dos Infantes*, doc. 13. Original, em papel. Sumariada nos *Índices e summaries dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, fasc. 1, p. 37.

Juizes, uereadores, procurador e homees boons da muy nobre çidade de Coynbrá.

O jffante dom Anrrique enuio muito saudar. Façouos saber que Joham Affonso de Moraaes, scudeiro do ssenhor rregente meu jrmãao, o portador da presente, veeo a mym e me contou que, ssem embargo de uos outro dia escpreuer sobre os caseiros que a hoordem tem em Quimbres, termo dessa çidade, que o dicto Joham Afonso traz, como per bem dos priuilegios que da dicta hoordem ssom escussos dos encarguos e seruidões do concelho, os mandauees costranger e que derees aa carta que uos açerca dello escpreuy, em rreposta, que os queriees veer, pera serdes çertos se era assy. E me pidyo que lhos mandasse dar, pera uollos auer de mostrar.

E porque, ao presente, o tonbo delles nom he em minha casa e esta no conuento da mjnha villa de Tomar, mandolhe dar esta carta, per a quall uos faço çertos que os dictos prjuilegios escusam e liberdam os caseiros que em casaaes da hoordem ssejam encabeçados de seruirem em os dictos carregos nem serem costrangidos pera nehũuas seruidões que ao concelho perteeçam e rrealmente os rreleua delles e doutros muytos.

E, porquanto os sobredictos casaaes ssom da dicta hoordem e tem nelles ascos caseiros encabeçados; porem, uos encomendo e rroguo que os nom mandees costranger pera que em elles ajam de serujr, ante, por contenpraçom minha, uos praza lhos guardardes e fazerdes guardar, nom lhes fazendo nem consentindo seer fecta nehũua ssemrrezam nem desaguizado. E, aalem de lho asi fazerdes, por serdes a ello theudos, eu, da mjnha parte, uollo gardeço e terrei em serujço.

Scprita em Soire, xxiiij dias de nouenbro 447.

(as.) J. d. a.

Fora: Por o jffante dom Anrrique, duc de Uiseu e ssenhor de Couj-lhãa. Aos juizes, uereadores, procurador e homeens boons da çidade de Coynbra. Joam Afonso de Condeixa.

173

1 MARÇO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Fernando, seu filho e duque de Calábria, ao conde de Ariano, a mossem Corella, mossem Olzina e D. Arnau Fonolleda, a solicitar-lhes se interessem, junto de el-rei de Aragão, seu marido, pelo portador D. Francisco Manresa, muito necessitado e constante servidor que foi da falecida rainha D. Leonor de Portugal, onde foi seu almoxarife, para que aquele lhe distribua algum officio ou graça em sua corte ou reino, como fez com os servidores de seus irmãos (1).

ACA., Cancilleria Real, Registro 3272, fls. 12 v.-13.

La rreyna dArago e de Sicilia deca e della far, etc.

Jllustre duch, nostre molt car e molt amat fill. Entrels altres seruidors de la rreyna dona Elionor de Portugal, de bona memorja, en Francesch Manresa, portador de la present, fou seruidor de la dita rreyna fins a la mort continuament e stigue en son seruey e fou almoxerif seu en aquell rregne, es romas desfet e destroujt e foragitat de tots sos bens. E, per ço, la dita rreyna, de sa pobresa lj ajudaua; ara, apres sa mort, lj ha fallit lo dit sostenjment. E, per ço, scriujm al ssenyor rrey lj placia que axi com ha girada la cara a tots los seruidors de sos germans, la vulla a ell girar e socorrerlj, com sia sens partit algu de que puga passar sa vida.

E, perque crehem esser obra meritorja, ne scrjujm a vos, pregant, encarregant vos quey vullau treballar e ajudar ab lo dit senyor lj do algun offici o gracia o alguna collocacio en sa casa o en lo rregne, car es persona disposta e de bona conuersacio. Aço vos reputarem a

(1) Sobre D. Francisco Manresa cfr. os DOCS. 79, 80 e 146.

gran complacencia. Saludau nos la duquesa vostra muller. Si vos e ella voleu algunes coses de la part de ca, scrjujtnos ab fiança.

Dada en Barchinona, lo prjmer dia de març del any mil cccc.xxxxbiij. La Reyna.

Al jllustre don Ferrando dArago, Sellent, secretarius.
 duch de Calabrja, nostre molt car e Prouisa.
 molt amat fill.

Sub similj forma fujt scriptum jnfrascriptis:

Al comte dAriano.
 A mossen Corella.
 A mossen Johan Olzina.
 An Arnau Fenolleda.

174

9 MARÇO 1448

Carta do infante D. Henrique, a ordenar a João Afonso Malheiro, seu almoxarife na ilha da Madeira, a seus sucessores e bem assim aos herdeiros dele, infante, paguem anualmente 20.000 reais brancos ao cavaleiro micer Maciote e a seus filhos e herdeiros, pela cedência que ele lhe fizera, enquanto lhe aprouvesse, do senhorio e rendimentos da ilha de Lançarote, Canárias, de cuja defesa e amparo o infante assumira a responsabilidade e ainda a obrigação de manter o referido anual no caso de castelhanos, franceses ou outras gentes se apoderarem dela (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 242 v.

Publicada: por [RAMOS COELHO], *Alguns documentos*, p. 12; por SERRA RAFOLS, *Los portugueses en Canarias*, ap. 2; e por SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, vol. 1, p. 457.

(1) A propósito, transcrevemos do testamento de D. Maria de Béthencourt, filha de Maciot e mulher de Rui Gonçalves da Câmara, do conselho de el-rei e capitão pelo duque de Viseu da ilha de S. Miguel, Açores, de 9 de Fevereiro de 1491, redigido no Funchal já depois do falecimento do dito Maciot: — «Item, peso por merce ha elrrey e ao duque, nosos senhores, que, por meu faleymmento e do dito Ruy Gonçalvez, capitão, meu marydo, dem has saboaryas de toda esta yiha da Madeira, segumdo has hora ho dito meu marydo e eu temos, ha Guaspar de Betãocor, meu

Eu, o jffante dom Hamrrique, rregedor e gouernador da cauallaria da hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Viseu e asenhor de Couilhãa, faço saber a vos, Joham Affonso Malheiro, meu almoxarife na minha jlha da Madeira, e ao escpuiam desse offiço e a quaaesquer outros meus almoxarifes e escriptuãaes que depois de vos hi vierem que miçer Maçote, caualleiro, o portador da presente, me tem ora dada toda a sua rremda e senhorio que elle avia e poderia aver em a sua jlha de Lamçarote, que he em Canaria, e esto emquanto a elle aprouguer; e que eu lhe de e mande pagar nessa dita minha jlha, polla dita rremda e senhorio, em cada hũu anno, a elle ou a seus filhos e herdeiros, falleçemdo elle desta vida presemte, vinte mill rreaes brancos.

E porem vos mamdo que, desta Pascoa que ora vijra da era ajuso escpita, dees e paguees ao dito miçer Maçote ou, per sua morte, aos ditos seus filhos e herdeiros, a qualquer delles a que esto pertemçer, os

sobrinho. E esto rrequiero e peso aos ditos senhores, da parte de Deus, que dem has ditas saboaryas ao dito Guaspar de Betãocor, meu sobrinho, porquãoto he neto de meu pay, micy Myçote, que Deus aja, porquãoto estas saboaryas houue o dito meu marydo por huns vinte myl rreaes que o dito meu pay, mycl Miciot, tinha nesta ylha da Madeira, por hum contrauto que ho ymfante dom Anrrique, que Deus aja, tinha feito com ho dito meu pay pela ylha de Lãosarote, que era de meu pay, de yuro, pelo qual ho dito ymfante dom Enrrique lhes tinha dados hos ditos vinte myl reaes de yuro, nesta ylha da Madeira; e, tãoto que se ho ymfante finou, ho dito meu marydo se contrauto com ho ymfante dom Fernãodo, que Deus haja, que houue has ditas saboaryas pelos ditos vynte myll rreaes». E, no apenso ao mesmo testamento, datado de Vila Franca do Campo, Ilha de S. Miguel, Açores, em 25 de Novembro de 1493, a mesma D. Maria tornou ao assunto: — «Jtem, prymeiramente diguo que meu marydo, Ruy Gonçalvez da Camarra, e eu temos hora a saboarya da ylha da Madeira, a qual ho senhor yfante dom Fernãodo, que Deus aja, deu ao dito meu marydo, de yuro, pera filhos e netos e desemdentes por lynha direjta, em pagamento de vynte myll rreaes que ho yfante dom Amrrique, que Deus aja, hera hobrygado de dar, em cada hum ano, pera ele, filhos e netos e descendentes da lynha direjta a micy Miciote de Betãocor, meu padre, de compra de hũa ylha de Lãosarote, que ho dyto meu padre vemdeo e trespassou ao dito senhor jfante dom Amrrique; hos quays vynte myll de juro, por morte do dito meu padre, ho dito Ruy Gonçalvez de Camara, meu marydo, e heu socedemos e, em pagamento dos ditos vinte myll rreaes, ho senhor jfante dom Fernãodo deu ha dita saboarya ao dito meu marydo e a mym, de juro, pera filhos e netos e quãotos de nos desemdeçem. E, por que hesta eramsa a mym he aos que de mynha linhagem desemderem, por descarguo de minha comeliamsya, diguo e declaro que nomeyo por meu erdeiro na dita saboarya a Gaspar de Betãocor, meu sobrynho, filho de mynha jrmam e neto do dito micy Miciote de Betãocor, meu padre. He peso por merce a elrrey, noso senhor, e ao duque, meu senhor, que, por compryr verdade e justissa a que hobrygados são e por descarguo das allmas dos senhores yfantes, queyrão dar e comffirmar ha dita saboarya ao dito Guaspar de Betãocor, meu sobrynho» (ANTT., *Convento de Santa Clara do Funchal*, maço 11, n.º 1, em cópia do século XVI). Cfr. também a nota 3 ao cap. 95 da Crónica da Guiné, em nossas pp. 233-34.

ditos vinte mill rreaes que lhe assi mamdo dar por toda a sua rremda e senhorio da d[i]ta sua jlha de Lamçarote, e assi dhi em diamte em cada hũu anno, emquanto a elle aprouguer eu assi aver a dita sua rremda e senhorio ou prouguer, depois de seu fallecimento, ao dito seu filho e herdeiros a que as ditas rremdas e senhorio da dita jlha de Lamçarote pertemçer.

Empero, sse sse acomteger, depois que a dita jlha for em meu poder, que ella fosse, per força ou per direito, tomada de castellãaos ou françeses ou algũuas outras gentes, que eu todavia, sem embargo de ella seer perdida, seia obrigado e theudo de mandar pagar ao dito miçer Maçote ou a seus herdeiros os ditos vinte mill rreaes em cada hũu anno; porquanto, eu tomo a dita jlha em minha deffensam e a emtendo, com a graça de Deus, de deffemder e emparar de quaaesquer que, de feito ou de direito, queiram fazer contra ella algũa offensa ou a queyram comquistar per quallquer guisa que seia. E, nam a deffemdendo eu nem emparamdo, seemdo perdida depois que eu della for em posse, que seia obrigado de pagar os ditos vinte mill rreaes ao dito miçer Maçote ou a seus herdeiros depois de sua morte, como dito he.

E mamdo aos meus herdeiros e soçessores que depois de mim vierem e a dita minha jlha da Madeira herdarem, que cumpram e guardem este contrauto, mandamdo pagar, em cada hũu anno, ao dito miçer Maçote e, depois delle, a seus herdeiros, os ditos vinte mill rreaes, fazemdo lhe assi sempre dello, em cada hũu anno, muj boom pagamento, sem duujda algũa nem embargo. E o dito vosso escprium rregiste esta carta em seu liuro e fique ao dito miçer Maçote, por sua guarda e pera per ella aver seu pagamento em cada hũu anno. E vos cobrarees conheçimento das pagas que lhe fezerdes. E mamdo aos contadores que vollo rreçebam em despesa.

Feita em Euora, noue dias de março. Joham Baldaya a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e iiij^{to} Rblij annos.

E estes vinte mill rreaes suso escriptos lhe pagarees todos em dinheiros ou naquellas cousas que o dito miçer Maçote lhe prazera tomar em pago delles, pollo preço que la vallerem, de que elle seia comtemte.

Carta de el-rei D. Afonso V ou passada em seu nome pelo regente do reino, a confirmar, a rogo de D. Isabel de Urgel, duquesa

de Coimbra, a carta de el-rei D. João I de 20 de Março de 1429, de aprovação do contrato do seu casamento com o infante D. Pedro.

ANTT., *Místicos*, liv. 3, fl. 260 v.

Dom Affonso, pella graça de Deus, etc., emsibra com minha molher, a rainha dona Isabell, que sobre todas amamos e preçamos, e com o iffante dom Fernando, meu muyto prezado e amado jrmão.

A quantos esta carta virem fazemos saber que a muyto homrrada e muyto virtuosa iffante dona Isabell, duquesa de Coymbra e senhora de Montemoor, minha muyto prezada e amada tia e madre, molher do muyto homrrado iffante dom Pedro, duque de Coymbra e senhor de Montemoor, meu muyto prezado e amado tio e padre, nosso curador e rregedor por nos de nossos rregnos e senhorio, nos apresentou hũa carta do muy alto e muy excellent senhor elrey dom Joham, meu avoo, de gloriosa memoria, cuja alma Deus aja, da quall o theor tall he.

Segue-se a transcrição da carta de D. João I de 20 de Março de 1429, —o DOC. 137 do nosso vol. 3.

A quall carta assy apresemhada, a dicta iffante nos pedio por merçee que lha confirmassemos assy e pella guisa que em ella he comtheudo.

E nos, veemdo seu dizer e pedir, de nossa çerta çiemçia e poder absoluto, teemos por bem e confirmamoslha e louuamos e aprouamos e rretificamos as cousas em a dicta carta comtheudas e prometemos de as comprir e guardar bem, fiell e verdadeyramente pera sempre jamais o que pellos sobreditos meus avoo e padre, cujas almas Deus aja, foi confirmado e aprouado. A quall aprouaçam, firmamento e confirmaçam prometemos de comprir e guardar, com os capitullos em ella comtheudos, e que nom vijremos contra elles nem cada hũu delles em algũu tempo nem daremos aazo, comsello nem fauor, per nos nem per outrem, em pruuico nem escomdido, directamente nem jmdirectamente, que venham contra elles em nehũa guisa e maneyra, ante os avemos por bem firmados, louuados e outorgados, os quaaes confirmamos e aprouamos per a guisa e modo suso dito e declarado. E, [em] testemunho desto, lhe mandamos assi dar esta nossa carta, assignada per nos e aseellada do nosso seello do chumbo e assignada esso meesso pellos sobreditos rainha e iffante dom Fernando e aseellada dos seus seellos.

Escripta na nossa çidade dEuora, dez dias de março. Joham Gommalluez a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Ihesu Christo de mill e iiij^o Rblij.

176

25 MARÇO 1448

Carta do infante D. Henrique, a conceder a pensão anual e perpétua de 10 marcos de prata sobre os rendimentos da ilha da Madeira, para manutenção da cadeira de prima de teologia, pagos em duas prestações, Natal e Santa Maria de Março, ao lente respectivo, com as obrigações seguintes: leccionar aquela disciplina na Universidade; fazer a oração de Sapientia no começo do ano lectivo; celebrar missa e pregar na igreja da Graça de Lisboa no dia de Santa Maria de Março e ainda na do mosteiro do Salvador, no dia de Natal; encomendar a alma do infante nessas ocasiões, nomeadamente na festividade de Março, que devia ser assistida por todos os lentes e estudantes, em razão das casas que D. Henrique doara à Universidade.

AUC, Gaveta 2, maço 3, n.º 55, original em pergaminho com o selo grande das armas do infante, em papel e cera sobre pedaço de pergaminho, pendente aquele de estreita tira do mesmo material. Em seu verso, por letra cursiva da época: «Aos xxblij. de março de 1448 foy presentada a vniversidade esta carta / per frey Afonso, bacharel e confessor do jfante dom Henrique». Deve tratar-se do dominicano Fr. Afonso Velho. Publicada por JOSE MARIA RODRIGUES, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, p. 502; e por J. DE CARVALHO, *Aditamentos*, p. 723.

Referenciada: por LETTÃO FERREIRA, *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*, parte 1, n.ºs 789 e 790; por THEOPHILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, t. 1; por MARIO BRANDÃO e M. LOPES DE ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra*, p. 128; e por MOREIRA DE SA, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, pp. 68-70.

Em nome do Padre e Filho e Esprito Santo, Trijndade perfeecta e hũu ssou Deus, Nosso Senhor, e da bemaventurada Virgem Maria, minha Senhora, Madre de Deus.

Eu, o jfante dom Henrrique, gouernador da hordem da caualaria de Noso Senhor Jhesu Christo, duque de Viseu e ssenhor de Couilhã, filho do muito alto e mũy poderoso, ssenpre uençedor elrrey dom Joham e da rrainha dona Felipa, cujas almas Deus aja.

Esguardando como a uida deste mundo he principallmente pera gaança e grorea do outro e como antre as perfeitas obras e mais açeitas ante Deus e fim e fundamento de todas as outras vertudes he a fe, ssem a quaall nom pode homem prazer a Deus; porem eu, por saluamento da

minha alma, me praz de manter a cadeira da prima da tiolisia da çidade de Lixboa, por a quaall dou, em cada hũu anno, pera sempre, dez marcos de prata (1). A quaall me praz que aja, asy em minha vida como depois, per meus herdeiros, os quazes herdarem a minha ilha da Madeira despos my, pera sempre (2).

(1) No século XIII, em Portugal como fora do reyno, houve aulas de teologia nos conventos dos dominicanos e dos franciscanos, frequentadas por seculares. No de S. Francisco de Lisboa já em 1277 existia escola de teologia (Cf. FELIX LOPES, *Escolas públicas...*). Fundado o Estudo Geral ou Universidade de Lisboa, em 1290 por el-rei D. Dinis, o papa Nicolau IV, ao aprová-la, pela bula *De statu regni*, de 9 de Agosto do mesmo anno, proibiu que nela se ensinasse teologia: *facultate quacunque theologica dumtaxat excepta* (ANTT., *Bulas*, maço 12, n.º 2, publicada em *Monarchia Lusitana*, parte 5, Appendice, Escritura 24; cópia de 1471, editada no *Livro Verde*, p. 3). A este propósito, podem ver-se as considerações de *Mon. Lus.*, parte cit., liv. 16, cap. 74. Em razão disso, em seus Estatutos de 15 de Fevereiro de 1309, pelo menos, ordenou el-rei D. Dinis que fosse a teologia ensinada nos conventos dos dominicanos e franciscanos (ANTT., *Chanc. de D. Fernando*, liv. 1, fl. 8, texto publicado parcialmente em *Mon. Lus.*, parte cit., Append., *Escrit.* 25; e, completamente, no *Livro Verde*, p. 20. Encontra-se também no *Livro dos privilegios*, fl. 2v. e 12v.). A bula *Ad studium* de Gregório XI, de 7 de Outubro de 1377, autorizou, porém, que na Universidade de Lisboa se conferissem graus em todas as disciplinas aprovadas pela Igreja (*Livro dos privilegios*, fl. 72v., publicada no *Livro Verde*, p. 126). Em virtude dela e em data ignorada se começou a leccionar teologia na própria Universidade de Lisboa, onde já existia a faculdade respectiva em 25 de Outubro de 1400 (Cfr. *Livro dos privilegios*, fl. 113, public. no *Livro Verde*, p. 179). A nova faculdade, no que respeita à remuneração do lente ou lentes, viveria dos rendimentos das igrejas anexas à Universidade, como as restantes, a menos que continuasse gratuita durante algum tempo, nas casas ou à conta dos referidos congregantistas.

(2) El-rei D. Duarte, por carta de 26 de Setembro de 1433, doara ao infante D. Henrique as ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta com seus direitos e rendimentos, em *todos los dias de sua vida* (DOC. 81 do nosso vol. 4), disposição confirmada pelo regente D. Pedro, em carta de 1 de Junho de 1439, e por D. Afonso V, em diploma de 11 de Março de 1449 (DOC. 136 do nosso vol. 6 e S. MARQUES, *Descobrimientos*, vol. 1, p. 464); e da mesma supradita data é outra carta eduardina, a doar à Ordem de Cristo o espiritual do referido arquipélago, a pedido de D. Henrique, doação confirmada por D. Afonso V em 11 de Março de 1449 (DOC. 82 do nosso vol. 4 e *Descobrimientos*, vol. cit., p. 464). Sendo, pois, a concessão da temporalidade da Madeira apenas vitalícia, como é que dispõe aqui, nesta sua carta de 1448, o Navegador dos rendimentos daquela ilha para depois da sua morte, pelos seus herdeiros, em favor da Universidade? Cremos tê-lo feito nos termos do alvará de D. Duarte de 7 de Março de 1436, pelo qual o monarca confirmou o primeiro testamento henriquino da mesma data em benefício de seu sobrinho, então adoptado por filho, o infante D. Fernando, ainda nos bens que D. Henrique tivesse à hora da morte da coroa do regno (DOC. 102 do nosso vol. 5).

Em data e documento desconhecidos, mas porventura já de 1460, foi o Navegador compelido por el-rei D. Afonso V a ceder-lhe a temporalidade das referidas ilhas, como se deduz da sua carta de 18 de Setembro de 1460, e parece que nos termos da Lei Mental: *pera elle* (Afonso V) *e todos seus herdeiros legítimos e socesores*

E, por esta carta, peço por merçee a eirrey meu ssenhor e asy aos outros rrex que depois elle vierem que o mandem asy comprir como em esta carta he conteudo, descarregando minha conçiência e emcarregando as suas, sse o asy nom fazerem comprir. E este encargo lhe peço por merçee que filhem; porquanto o estudo he seu. E rrogo e encomendo ao que for proueedor do Estudo que lho rrequiera, sse algũ embargo hy

unjuoraaas destes rregnos, que apos elle ueerem, per linha direita e soçassom legitima (cfr. o documento em DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. 1, p. 182); ou, como D. Henrique sublinhou em seu derradeiro testamento, de 28 de Outubro de 1460: ... e a filha da Madeira e as outras cousas que lhe (a el-rei) prouue de querer que ficassem pera sua coroa e de seus sobcessores (*Ibi*, p. 162). Nestes termos, curou o infante de assegurar, uma vez mais, à Ordem de Cristo, em sua citada carta de 18 de Setembro de 1460, a espiritualidade do arquipélago da Madeira, alegando que ainda lhe não havia passado carta dela.

Perdido, assim, pelo D. Henrique o domínio temporal da Madeira, ao menos juridicamente, logo no outono de 1460, ele viu-se obrigado a recorrer aos rendimentos eclesiásticos da ilha — a dízima —, regida e segura pelo Direito Canónico, para poder manter a cadeira de prima da Universidade. De sorte que, por esse motivo, a sua carta de 1448, que vimos anotando, no respeitante à remuneração do lente de prima de teologia, foi modificada em documentos henriquinos do outono do ano de 1460, do mesmo passo que subiu o infante para 12 os 10 marcos de prata de 1448, a pagar numa única prestação, pelo Natal. Eis os textos a que nos referimos, dispostos por ordem cronológica.

Na citada carta de 22 de Setembro de 1460:

Porende, eu mando e ordeno, rogo e encomendo a todollos meestres e gouernadores que depois de mim a esta hordem de Christus vierem que, por ha primeira renda dos dizimos que ha dicta hordem haa na mjnha ilha da Madeira pera sempre, em cada hũ anno, por dia de Natal, mandem dar e deem ao leente da theologia da cadeira da prima o Estudo da cidade Lizboa doze marcos de prata, pollos quaaes hos leentes que ha dicta cadeira teuerem ham de fazer estas cousas ajuso scriptas [...] (*Ibi*, p. 185).

No apenso de 13 de Outubro de 1460 a seu derradeiro testamento e anterior a este:

— Item, ordeno e mando que o leente da thtolisia da cadeira da prjma aja, en cadhũ anno pera sempre, doze marcos de prata, por a primeira rrenda dos dizimos que a ordem de Christos ha na filha da Madeira, pollo quall faram o principio no Estudo e diram certas mjeas e preeguações, segundo faz decraçom na carta mjnha que lhe dello leixo; e esto em rrememrança da doaçom que lhe fiz das casas em que esta o dicto Estudo (*Ibi*, p. 166).

Parece que el-rei D. Afonso V permitira a D. Henrique utilizar os rendimentos da temporalidade do arquipélago da Madeira, assim como outros, em vida e durante três anos após sua morte, para liquidação de dívidas e outras despesas obrigatórias, como deverá deduzir-se deste passo do último testamento henriquino, de 28 de Outubro de 1460:

— Item, a eirrej meu ssenhor prouue de me dar as rrendas que delle tenho, dellas em merçee e dellas em mjnha vida, por tres annos depois de mjnha morte, pera descarreguamento de mjnha conçiência, as quaaes rrendas som as que se seguem, a saber: ho meu asentamento e as saboarias e as filhas da Madeira e Porto

ouuer, em gisa que, por mingoa de rrequerimento, sse nom leixe de fazer. E, quando o elle nom rrequerer, rrogo e encomendo aos rreitores que elles sejam rrequeredores dello.

E esta prata sera dada a meetade della por dia de Natall ao que for leente da dicta prima, sem hir aa mão do rreçebedor; e a outra meetada lhe sera dada por dia de Santa Maria de Março. E os encarregos que asy ha de teer este leente por isto que lhe asy mando dar: leera ora de prima todalas lições, ssegundo custume do Estudo, e dira, a festa de Sancta Maria de Março, missa e pregaçam em Santa Maria da Graça (3), aa quaall missa ham de hir todoslos leentes e escolares encomendar minha alma a Santa Maria, asy em minha vida como depois de minha morte, pollas cassas do Estudo que lhes dey (4).

Sancto e a Desserta e Gujnea com suas ilhas e toda sua rrenda e o quinto das enzaueguas e as curujnas e Lagos e Ahuor (Ibi, p. 160).

Falecido o Navegador em 13 de Novembro seguinte e, conhecido o facto do deserdamento do sobrinho e filho adoptivo D. Fernando, este deve ter impugnado o derradeiro testamento de D. Henrique, redigido sob pressão do irmão e rei D. Afonso V (Cfr. DIAS DINIS, *Reflexos políticos*, a pp. 213 e ss. do supracitado estudo); de maneira que, praticamente, houve o monarca reinante de reconhecer e de executar o testamento henriquino de 1436. Pois, apesar de o infante D. Fernando haver obtido do irmão, logo em 3 de Dezembro de 1460, o arquipélago da Madeira (Em SILVA MARQUES, *Descobrimientos*, vol. 1, pp. 593-94), manteve-se a disposição da carta henriquina de 22 de Setembro anterior, sobre ser a cadeira de prima de teologia paga não pelos rendimentos civis ou da temporalidade da ilha, mas pelos eclesiásticos ou dízima percebida all pela Ordem de Cristo, como consta da bula *Apostolice sedis providentia* de Xisto IV, de 21 de Agosto de 1472, (Em RODRIGUES, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, p. 506), a qual D. Afonso V teve de impetrar, certamente, por tratar-se do aproveitamento de rendimentos eclesiásticos para a Universidade, não sancionado pelos pontífices. Mais tarde, el-rei D. Manuel, em seus Estatutos universitários, mandou que pelos 12 marcos de prata doados por D. Henrique fossem pagos, anualmente, ao lente de prima de teologia 30.000 reais.

(3) Na escritura henriquina de doação de casas à Universidade, de 12 de Outubro de 1431 — o DOC. 3 do nosso vol. 4 —, manda-se que esta missa do dia da Anunciação de Nossa Senhora seja em louvor da Mãe de Deus e solenemente oficiada e a pregação em latim. A igreja referenciada neste passo é a do mosteiro dos eremitas calçados de S. Agostinho ou de Nossa Senhora da Graça, sede de uma das actuaes freguesias da cidade de Lisboa, do título de S. André e Santa Marinha ou da Graça (Cfr. SAMPAIO RIBEIRO, *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*).

(4) Alusão à retrocitada escritura henriquina. J. M. RODRIGUES, *O Infante*, p. 492, sublinha: «— E o primeiro prestito da Universidade que apparece mencionado nos documentos». Com a transferência da Universidade para Coimbra por D. João III, como os agostinhos não tinham all casa, o monarca ordenou que esta proclamação e cerimónia se effectuassem em Santa Cruz, vindo a passar depois para o Colégio agostiniano (Cfr. TEIXEIRA, *Prestitos*; PURIFICAÇÃO, *Chronica dos Eremitas*, fl. 218 v., e LEITÃO FERREIRA, *Noticias Chronologicas*, p. 367).

Outrosy, dira mais a missa e preguçam que dizem na confrarea do Salvador (5); e fara o principio, cada anno, que sse ha de fazer no conpeço do Estudo (6). E neestas preegações e em este principio, logo como tomar a teina, pidira da minha parte, por amor de Deus, a todalas pessoas que hy esteuerem que, por minha alma e daquelas que eu soom teudo, digam logo assehas orações *Pater noster* e *Ave Maria*. E elle me encommende asy da sua parte (7).

Outrosy me praz, e asy o mando, que, sse este leente da prima errar algũa liçam das que he teudo de leer, assegundo custume, que pague por ella duas oitauas e mea de prata. E rrequiera o bedell esta prata e a de a algũs escolares proues de tiolisia, por amor de Deus. Porende, o dicto leente, se for acupado de doença ou doutro algũu casso que os escolares da dicta tiolisia vejam que seja rrazoado, elle possa poer outro por sy. E sseja tall de que os escolares sejam contentes (8).

Outrosy, sse nom quiser dizer o principio, quate outro que o faça; pore, que sseja tall de que os rreitores e leentes se contentem. E, sse o nom possen, sseja costringido por o bedell que entrege seis onças de prata, para catar outro que o por elle diga. E, quando ho nom acharem por este prego, tomem os rreitores algũu da Oniuersidade que seja perteençente e o costringam que o faça e denlhe estas seis onças. E, sse nom disser quada hũua das dictas duas missas e preegações, pagara, por quada missa e preegaçam, cinco onças, pera sse catar por elle outro que as diga. Porende, sse elle outro achar que seja perteençente, a prazimento

(5) O mosteiro em referência é o das freiras dominicanas do Salvador (Cfr. FR. LUIS DE SOUSA, *História de S. Domingos*, e também Soror MARIA BAPTISTA, *Livro de Fundação do Mosteiro do Salvador da Cidade de Lisboa*). Sede da antiga freguesia, a Igreja, secularizada e sita no Largo do Salvador, não perdeu exteriormente o aspecto de edificio religioso (Cfr. SILVA, *As Freguesias de Lisboa*, p. 45).

(6) Este «começo do estudo» ou oração de *Sapientia*, como se diz modernamente, manteve-se como obrigação nos Estatutos da Universidade de 1559, 1591 e de 1597 (liv. I, tit. 13.º) e «parece que só terminou pelo decreto de 20 de setembro de 1844» (RODRIGUES, *loc. cit.*, nota 2). As demais obrigações aqui impostas por D. Henrique, «tambem consignadas nos estatutos manueis e nos philippinos (liv. I, tit. 13.º e 14.º)», conservaram-se em vigor com poucas modificações, até 1790» (*Ibidem* e TELXEIRA, *Prestitos*, *cit.*, pelo autor). Cfr. também, SERAFIM LEITE, *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)*, pp. 28-32.

(7) O passo é muito semelhante aos das 15 Cartas Testamentárias do Infante D. Henrique redigidas no outono de 1460 e editadas na íntegra por DIAS DINIS, *Estudos Henriquinos*, vol. cit., pp. 171 a 211.

(8) De sublinhar a importância dada aqui e em sua carta de 23 de Agosto de 1443 pelo infante aos escolares ou estudantes de teologia da Universidade em relação ao respectivo professor ou lente, quanto a ele fazer-se substituir ou faltar às aulas.

dos rreitores e leentes, posa o contentar e digaas por elle. E estes costringimentos fara o bedell e faram a ello dar enxuaçam os rreitores.

E esta hordenança sseja asy fecta pera todo senpre, mentres que ouuer Estudo Jeerall em Lixboa. E quando ho hy nom ouuer ou for espagado, por rrazam de pestenença ou de guerra ou doutro casso, que o Estudo nom leer aos tenpos que deue, esta prata sseja dada ao que teuer encarrego de Santa Maria de Beleem por o meestre ou gouernador da hordem de Jhesu Christo; a quall prata fara cantar em missas de quada anno por a minha alma e daquelles que eu ssoom teudo (9). E, tornando depois o Estudo a seu estado, tornesse esto aa hordenança ssusso escripta. E, por rectidom dello, mandej fazer esta carta, asinada de minha mão e asseclada do meu seelo, a quall mandey dar ao dicto estudo. E outra ssemelhante mandey lançar no cartareo do conuento de Tomar.

Carta fecta em Villa Franca de Xira, xxv dias de março. Afonso Çerueira a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mill iiij centos xLviij anos.

(as.) J. d. a.

177

29 MARÇO 1448

Letras Digna reddimur, do papa Nicolau V, dirigidas ao Vigário e demais religiosos franciscanos espanhóis das ilhas Canárias, a conceder-lhes, a seu pedido, entre outras graças, possam receber casa em lugar marítimo do reino de Portugal, à semelhança da que têm em Sanlucar de Barrameda, na Andaluzia, para lá morarem e donde se abasteçam de azeite.

(9) No sítio do Restelo, em Belém, então termo da cidade de Lisboa, e em data desconhecida, mas anterior a 14 de Outubro de 1459, o infante D. Henrique fundara igreja, dedicada a Santa Maria, para assistência religiosa aos marítimos. Erecta em paróquial e anexada à Ordem de Cristo pela bula *Inter caetera* de Pio II, daquela data (Em SILVA MARQUES, *Descobrimientos* vol. 1, pp. 562 e ss.), foi doada pelo infante à mesma Ordem em carta de 18 de Setembro de 1460 (*Ibid.*, pp. 578-79). Cfr. também RIBEIRO, *Do sítio do Restelo*, e a bibliografia ali aduzida. A igreja henriquina de Santa Maria de Belém é anterior à conquista de Ceuta, portanto ao ano de 1415? ZURARA (*Crónica da tomada de Ceuta*, cap. 36) parece dar a entender que não, se bem que outra conclusão se poderia tirar do cap. 46 da mesma crónica. Porém, como ambos os passos datam do ano de 1450, época de redacção da obra, apenas se conseguirá inferir ser a fundação do templo em causa anterior a 1450.

Reproduzimo-las de WADDINGUS, *Annales Minorum*, 3.^a ed., t. 12, p. 567, por não se haverem encontrado nos registos do Arquivo do Vaticano, e cujas omissões de texto vão indicadas por pontuado; também editadas, com as mesmas omissões, no *Bullarium Franciscanum*, Nova Series, t. 1, pp. 601-02.

Nicolaus, etc.

Dilectis filiis vicario et fratribus insularum dispersarum Canarie, Ordinis Fratrum Minorum de Observantia, etc.

Digna reddimur attentione solliciti, illa ad exauditionis gratiam admittere vota, per que religio propagari conspicitur et divinus cultus salubriter adaugetur.

Cum itaque..., licet quamplures zelo devotionis accensi, cupientes, ob frugem melioris vite, ad vestrum Ordinem Fratrum Minorum transire..., in insulis Canarie consistentibus, permanere summopere desiderant, tamen, pro eo quod tu, in aliena Provincia, extra dictas insulas ut plurimum commoraris, sic transire et vivere cupientibus, licet id a te humiliter requirant, habitum per fratres dicti Ordinis gestari solitum exhibere et ab eis professionem per dictos fratres emitti solitam regulares recipere non potes; quodque fratribus in predictis insulis commorantibus, ob defectum victualium, plurimum necessarium esset, in regno Portugalie, aliquem locum maritimum..., in quo aliqui ex eisdem fratribus morari et ad fratres in insulis commorantes necessaria transmittere valerent, ac, sicut eadem petitio subungebat, in predictis insulis oleum non reperitur; pro parte tua, nobis fuit humiliter supplicatum...

Nos igitur, attendentes multiplicem fructum, quem fratres dicti Ordinis, sub predicta observantia viventes, ubilibet in Dei ecclesia et presertim in dictis insulis dietim afferunt et sunt verisimiliter allaturi, ac, propterea, illa tibi et successoribus tuis Vicariis Vicarie dictarum insularum, juxta morem dicti Ordinis, qui erunt pro tempore, ac eorum locatenentibus predictis concedere volentes, per que commodius et laudabilius in Domino possitis, in dictis insulis, jugiter proficere incrementis; huiusmodi supplicationibus inclinati, tibi et successoribus ac locatenentibus predictis, etiam in alternis Provincia seu diocesi extra Vicariam huiusmodi, omnes et singulos ad te et illos venientes recipiendi ipsisque habitum exhibendi et ab eis professionem huiusmodi admittendi necnon ad predictas insulas tecum aut secum ducendi et transmittendi ac tibi et successoribus atque locatenentibus predictis unum locum, in regno Portugalie, si illud vobis, pia christifidelium largitione aut alias concedatur, ad instar vel ad similitudinem loci maritimi de Sanlucar, in regno Castelle consistentis, reci-

piendi, et in eo tu et dicti successores ac locatenentes cum aliquibus ex fratribus predictis morandi et inhabitandi necnon quibuscumque incolis et habitatoribus dictarum insularum ad Christi fidem pro tempore conversis et aliis in ipsis insulis pro tempore commorantibus, quod in quodagesimalibus et aliis jejuniorum diebus, lacticiniis uti libere et licite possint, concedendi plenariam... licentiam concedimus pariter et facultatem, iure... salvo. Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii pape viij... quibuscumque.

Nulli ergo...

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno incarnationis dominice, M.CCCC xLvij, iv kalendas aprilis, anno secundo.

178

4 ABRIL 1448

Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, de apresentação e recomendação do seu arauto Catalunha, que manda para assistir às festas das bodas régias (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 2539, fl. 134.

Serenissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino. Nos, elrrey dAragon e delas dos Sicilias, etc., vos embiamos mucho a saludar, como aquell por quien querriamos todo bien e toda honra. Serenissimo rrey, nuestro muy caro e muy amado sobrino. Nos embiamos, de presente, ala jllustre S. V. el amado e feel eraldo nuestro Cathalunya, a visitar la famosa et jnclita fiesta de vuestras bodas, el qual vos rogamos quanto mas affectuosament podemos que, por contemplacion noestra, lo querays hauer en special recommendacion, fauorindo e tractandolo asi liberalmente como, en semexante caso, tractariamos los voestros.

(1) Conquanto o casamento de el-rei D. Afonso V tenha sido celebrado em 6 de Maio de 1447 (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 36), parece pois que as solenes festas da boda apenas tiveram lugar no ano seguinte. No manuscrito segue-se carta de recomendação do mesmo arauto à rainha de Aragão e à rainha, príncipe e princesa de Navarra.

Datum en el noestro campo del Albarese de Aquaujua (2), a iiij dias de abril M.cccc.xxxxbiij. Rex Alphonsus.

Dirigitur serenissimo regi
Portugallie.

Dominus rex mandauit mihi,
Matheo Johannj.
Prouisa.

179

4 ABRIL 1448

Cartas de el-rei D. Afonso V de Aragão, de apresentação e recomendação de arauto seu aos infantes D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando, ao duque de Bragança, à duquesa de Coimbra, ao condestável D. Pedro, aos condes de Ourém, de Abranches, de Marialva e de Odemira, o qual se dirige a Portugal.

ACA, Cancillería Real, Registro 2539, fl. 135.

Elrrey, etc.

Magnifico, espectral conde. Embiamos de presente a V. M. eraldo noestro, a visitar vuestro magnifico stato, secundo la costumbre de suo officio, el qual, entre los otros de suo officio, hauemos muy caro. Rogamos portanto quanto mas affectuosamente podemos que, por noestra contemplacion, lo querays hauer en special recomendacion, fauorindo e tractandolo asi liberalmente como, en semexanto caso, nos tractariamos los vuestros.

Datum en el noestro campo del Albarese de Aquaujua, a iiij dias de abril del anyo M.cccc.xxxxbiij. Rex Alphonsus.

Dirigitur don Alfonso, comite
dOreyzh.

Dominus rex mandauit mihi,
Matheo Johannj.
Prouisa.

(2) O soberano aragonés, no desenvolvimento da sua campanha de Itália, achava-se nesta data em Albarese, perto de Grosseto, onde passou o mês de Abril de 1448 (Cfr. GIMENEZ SOLER, *Itinerario del Rey don Alfonso de Aragón y de Nápoles*, p. 251).

Sub simili forma et mandato scriptum fuit omnibus jnferius scriptis:

Infanti don Ferdinando, primogenito.
 Infanti don Petro, duci de Coimbre.
 Infanti don Enrique, duci de Viseu.
 Don Alfonso, duci de Bragança.
 Don Petro, commestabulo Portugallie.
 Don Alvaro Vays, comiti da Brenges (1).
 Don Vasco Ferrandez, comite de Marialba.
 Ducisse de Coymbra.
 Don Sancti de Llorogñe, comiti Mire (2).

180

2 MAIO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, a legitimar Antão Dias, escrivão da câmara do infante D. Henrique, filho de Diogo Lourenço, cônego de Braga, e de Margarida Gil, solteira ao tempo do nascimento do legitimado.

ANTT., *Legitimações*, liv. 2, fl. 97 v.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que nos, querendo fazer graça e merçee a Amtam Dijaz, scpriuam da camara do jffante dom Amrryque, meu muyto prezado e amado tyo, filho de Dioguo Lourenço, conego de Bragaa, e de Margaryda Gill, molher solteira ao tempo de sua naçemça; de nossa çerta sciemça e poder absoluto que auemos, despemsamos com elle e legitimamollo e abilitamollo e fazemollo legitimo. E queremos e outorgamos que elle aja e possa auer todallas homrras, priuilegios e liberdades e dignidades e offiços, tambem pruiocos como priuados que, de feito e de dereito, auer poderia, assy como se de legitimo matrimonio nado fosse.

(1) D. Alvaro Vasques de Almada, conde de Abranches.

(2) D. Sancho de Noronha, 1.º conde de Odemira.

E que, outrossy, possa auer e erdar os beens de seus padre e madre e doutras quaaesquer pessoas que lhos derem e leixarem per quallquer guissa que seja, assy per testamentos como per condeçilhos e per outra quallquer maneira de doaçam.

E que, outrossy, possa sobçeder abimtestado ao dito seu padre e que as ditas pessoas e quaaesquer outras lhe possam fazer quaaesquer doaçoões, tambem amtre viuos come *causa mortis*, assy puras como comdiçionaaees, e que elle as aja e possa auer, assy aquellas que lhe forem feitas tambem por nos, como per outras quaaesquer pessoas.

E que, outrossy, possa sobçeder em moorgados e quaaesquer outras eramças e dereitos que lhe forem dados e leixados per quallquer guissa per aquelles que pera ello poder ouuerem, comtamo que nom sejam beens nem terras que pertemçam aa coroa do rregno.

Outrossy, queremos e outorgamos que, per esta legitimaçam, o dito Antam Dijaz aja a nobrezia e priuilegio della que, per direito comũ e ordenaçam e hussamças dos nossos rregnos, auer deueria, assy como se de legitimo matrimonio nado fora, nom embargamdo quaaesquer lex, degredos, costumes, constituçõões, foros, façanhas, openjõões de doutores e quaaesquer outras coussas que esta legitimaçam poderiam embargar e anullar, posto que taaes sejam de que em esta despensaçam deuesse seer feita expressa mençam; os quaaes aquy avemos por expresos e nomeados.

E queremos que em ella nom ajam lugar, porque nossa temçam he de legitimarmos o dito Antam Dijaz o mais fortemente que o elle pode e deue seer, pella guissa sussodita, nam embargamdo que nom seja pedida per o dito seu padre nem per aquelles a que a dita legitimaçam pode ou poderia fazer ao diamte perjuizo, nom embargamdo todos os dereitos e coussas sussoditas que esto poderiam embargar, o que lhe assy fazemos per merçee espeçiall.

E soprimos todo faleçimento de solenjdade que, de feito e de direito, for necesareo pera esta legitimaçam firme seer e mais valler; empero, nom he nossa temçam que, per esta legitimaçam, seja feito nhũu perjuizo a algũus herdeiros lidemos, se os hi ha, e a outras quaaesquer pessoas que algũu direito ajam nos ditos beens e coussas que lhe assy forem dados e leixados. E, em testemunho desto, lhe mandamos dar esta nossa carta.

Dante em Santarem, a dous dias de mayo. Elrrey o mandou pello doutor Pero Lobato, seu vassallo, e pello doutor Beleago, dayam da Guarda, ambos do seu desembargo. Afomso Eanes a ffez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e liij^o Rviiij^o.

181

1448

Zurara assevera terem vindo das partes da Guiné ao país, até esta data, 927 almas, cuja maior parte ingressou no caminho da salvação; o autor encerra aqui o volume primeiro da Crónica, por haver assumido o governo do reino D. Afonso V, e promete outro volume, que atinja o fim dos feitos do infante D. Henrique, embora depois daquele ano eles hajam assumido mais carácter comercial do que, propriamente, bélico.

ZURARA, *Crónica dos feitos de Guiné*, cap. 96, segundo o códice de Paris, fl. 157 r. e v.

Podem ver-se também: VALENTIM FERNANDES, *O Manuscrito*, pp. 185-86; e BARROS, *Ásia*, déc. 1, llv. 1, cap. 15.

Cynco razões pus no começo deste liuro, per que o nosso magnanimo principe foe mouido a mandar seus nauyos tantas vezes sobre o trabalho desta conquista (1). E porque das quatro me parece que vos tenho dado abastoso conhecimento, nos capitollos onde fallay da deusam daquellas partes do Oriente (2), ficame pera dizer da quinta rezom, poendo certo numero aas almas dos jnfiees que daquellas terras vierom a esta, per vertude e engenho do nosso gloryoso principe. As quaaes, per conto, achey que foram noucentas e vijnte e sete, das quaaes, como primeiro disse, a mayor parte foram tornadas ao verdadeiro camjnho da saluagom (3).

(1) Cfr. o cap. 7 da Crónica.

(2) Tais capitulos não se conservam no manuscrito de Paris da Crónica, não constam do resumo da mesma concluído por VALENTIM FERNANDES a 14 de Novembro de 1506 (Cfr. *O Manuscrito*, p. 186) nem se inferem da *Ásia* de JOÃO DE BARROS, que se vê ter seguido muito de perto o manuscrito de ZURARA, ademais de o citar. Por outra parte, a idela de partes do Oriente a que se alude pelo menos nos caps. 2, 62 e 96, corresponde, por vezes, apenas às vizinhanças do rio Senegal, considerado então braço do Nilo, portanto à costa ocidental africana (Cfr. BOURDON em ZURARA, *Chronique de Guinée*, p. 47, nota 1, e p. 264, nota 4).

(3) Foi já observado por DUARTE LEITE que, somando os cativos enumerados nos diversos capitulos da Crónica como vindos a Portugal, se obtêm menos de 850. O facto podia ter explicação nos capitulos em falta no códice de Paris da

7 **11** **12** **13** **14** **15** **16** **17** **18** **19** **20** **21** **22** **23** **24** **25** **26** **27** **28** **29** **30** **31** **32** **33** **34** **35** **36** **37** **38** **39** **40** **41** **42** **43** **44** **45** **46** **47** **48** **49** **50** **51** **52** **53** **54** **55** **56** **57** **58** **59** **60** **61** **62** **63** **64** **65** **66** **67** **68** **69** **70** **71** **72** **73** **74** **75** **76** **77** **78** **79** **80** **81** **82** **83** **84** **85** **86** **87** **88** **89** **90** **91** **92** **93** **94** **95** **96** **97** **98** **99** **100**



Hora veede qual serya o numero da geeraçom que se daquestes podya seguyr ou qual filhamento de cidade ou villa podya seer de mayor honra que aquesta de que ataagora tenho scripto; ca, leixando estas e as que dellas decenderom e, ataa fim do mundo, podem decender, outras muytas mais vierom despois, segundo no liuro seguinte podees saber, ca nos foe necessaryo fazer aquy fim, nos fectos deste anno do nacemento de Christo de iiij^o. Rviiij (4); porquanto, a este tempo, ouue elrey dom Affonso de Portugal, quinto quanto ao nome e duodecimo (5) no numero do senhoryo, enteiramente o rregimento de seus regnos, seendo ja em jdade de dezassete annos, casado com a muyto virtuosa e jllustrissima princesa rreynha dona Jsabel, que foe filha do jffante dom Pedro, duque de Coimbra e ssenhor de Montemoor, que, nos annos passados, gouernara o rregno em nome delrey, segundo em algũa partes desta estorya leixamos fallado e como, muyto mais perfeitamente, acharees na Cronica Geeral do Regno (6).

Consihrando que, assy como todallas outras cousas caasy começauam entom com a nouidade do rregedor, assy nos pareceo rezom que começassem todollos liuros de seus fectos e storyas. E desy, por nos parecer razoado vellume aqeste que ja teemos scripto, fizemos aquy fim (7), como dicto he, com entençom de fazermos outro liuro, que chegue ataa fim dos fectos do jffante, ajnda que as cousas seguintes nom foram trautadas

obra (Sobre estes pode ver-se DIAS DINIS, *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, pp. 340-43). Sucede, porém, como já sublinhou D. LEITE, que em carta de 2 de Setembro de 1448 el-rei D. Afonso V afirmou que «trouuerom della (Guiné), per uezes, mais de mil corpos denflees presos» (Cfr. o nosso DOC. 193, erradamente datado em D. LEITE, *Acerca da «Cronica dos feitos de Guiné»*, p. 162, e em *Chronique de Guinée*, p. 265, nota 1, de 25 de Setembro). Referindo-se a seus descobrimentos marítimos, em carta de 26 de Dezembro de 1457, o infante D. Henrique não indica o número de inflees cativos vindos das partes de Guiné, limitando-se a dizer: — «prouue a Nosso Senhor de me dar certa emformaçom e sabedoria daquellas partes, des o dito Cabo de Naam ataa passante toda a terra de Berberia e Nubio e assi mesmo per terra de Guínea bem trezentas legoas, de honde ataora, assi no começo, per guerra, como despois, per maneira de trauato de mercadoria e resgates, he vindo aa cristendade muj grande numero de inflees catiuos, do quall, dando grandes lououres a Nosso Senhor, a moor parte som tornados aa sua sancta fee» (ANTT., *Livro dos Mestrados*, fl. 151, — em S. MARQUES, *Descobrimientos*, vol. 1, pp. 544-45).

(4) Alusão ao volume segundo da Crónica, que havia de principiar portanto nos feitos daquelle ano de 1448. Sobre o assunto podem ver-se: DIAS DINIS, *Obra supracit.*, pp. 401-04; BOURDON, *Chronique*, p. 24; e TORQUATO DE SOUSA SOARES, *Acerca da chamada «Crónica dos feitos de Guiné» de Gomes Eanes de Zurara*.

(5) No ms. duodecimo.

(6) Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 88.

(7) Este capítulo é pois o derradeiro da primeira parte da *Crónica dos feitos de Guiné*, cuja segunda se desconhece, se é que foi redigida.

com tanto trabalho e fortelleza como as passadas; ca, depois deste anno auante, sempre se os feitos daquellas partes trautarom mais per traustos e e aueças de mercadarya, que per fortelleza nem trabalho das armas (8).

182

5 JUNHO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Pedro, duque de Coimbra e regente de Portugal, a solicitar-lhe a liquidação ao vassallo e servidor seu Pero Lopez de certos dinheiros que lhe são devidos pela causa e razões constantes de carta do rei de Portugal e que, atentas a distância e idade do destinatário, lhe pede os receba e envie pelo criado do dito infante João Sala, seu óptimo servidor.

ACA., Cancelleria Real, Registro 3272, fl. 40.

La rreyna dAragon e de Sicilia daca e dalla far, etc.

Jllustre jnfant, nuestro muy caro e muy amado primo.

A nuestra excellencia es stada mostrada vna carta del jllustrissimo rrey de Portugal, nuestro muy caro e muy amado sobrino, por part de Pero Lopez, vassallo e seruidor nuestro, con la qual paresce, por la causa e razon en aquella contenida, el dito rrey le manda dar ciertos dineros que le son devidos. E, hasta aqui, por seyer tan lexos e veyo e mal dispuesto, no los ha recobrados ne podido yr alla, por recobrarlos. E, por esto, a gran supplicacion suya, hauemos rogado e encargado a vuestro criado Johan Sala que les deua recapdar e enuiar al dito Pero Lopez.

Por que vos rogamos e encargamos, muy affectuosament, que dedes orden e manera que el dito Johan Sala, el qual se lieua la dita carta e procura del dito Pero Lopez e otras scripturas fazientes por la dita deuda, cobre la dita quantidat e la pueda enuiar al dito Pero Lopez, segunt es

(8) Ao período de descobrimento propriamente dito ou de «guerra», como lhe chamou o Navegador no período transcrito em nossa nota 3, seguiu-se o de «trauto de mercadoria e de resgates», no dizer do próprio infante, com base no castelo de Arguim, mandado erguer pelo mesmo precisamente por esta época de 1448 (Cfr. V. FERNANDES, *O Manuscrito*, p. 44).

dito. E haiades por bien recomendado el dito Johan Sala, el qual se muestra vuestro buen seruidor. E sea, jllustre jnfant, nuestro muy caro e muy amado primo, la Santa Trinidat vuestra guarda. Scriuiendenos con fiança las cosas que vos sean plazientes.

Dada en Barchinona, a v. dias de junjo, anyo mil cccc. quarenta ocho. La Reyna.

Al jllustre jnfant don Pedro de Portugal, duch de Cohimbre, rregient el rregno de Portugal, nuestro muy caro e muy amado primo.

Domina regina mandauit michj, Bartholomeo Sellent. Prouisa.

183

7 JULHO 1448

Súplica do infante D. Henrique e dos habitantes da vila de Marvão, dirigida ao papa Nicolau V, a impetrar licença para fundarem convento franciscano próximo daquela vila, sob a invocação de Nossa Senhora da Estrela, por ali se terem operado muitos milagres e não haver igreja nem oratório nesse lugar.

AV., Reg. Suppl., vol. 428, fl. 162 v.

Beatissime pater.

Cum prope villam de Maruam, Egitanienſis diocesis, Altissimus, sua ineffabili prouidentia, visibus humanis, meritis gloriosissime Virginis Marie, pene innumerabilia miracula demonstrare hiis temporibus fuerit dignatus demonstretque in dies, in quodam vicino dictę ville loco, in quo nec ecclesia nec oratorium fundata comperiuntur, ac proinde deuotissimus vestre sanctitatis et sanctę romane ecclesię filius Henricus, dux Visensis et jnfans Portugalie, etc., necnon homines et commune dictę ville, hiis miraculis moti ac zelo deuotionis quam ad ipsam beatissimam Dei genitricem Mariam gerere comprobantur, de bonis a Deo sibi collatis cupiant in ipso loco, in quo eadem apparuerunt et apparent miracula, cenobium vnum cum ecclesia et aliis officinis, pro vsu et habitatione fratrum ordinis minorum, erigere et construere, seu erigi et construi facere, si modo ad id sedis apostolice interueniat auctoritas, pro parte ducis et communis ac populi predictorum, ad pedes sanctitatis vestre

humiliter recurrendo, supplicatur quatenus, eorum tam pio proposito affectu beneuolo annuentes sibiue specialem gratiam facientes, eisdem cenobium et conuentum aut domum atque locum fratrum predictorum cum ecclesia, campanili, dormitorio, ortis, ortalicijs et aliis officinis necessarijs, sub vocabulo Beate Marie de Stella, construere et edificare atque eiam erigere, seu construi, edificarj seu erigi facere libere et licite valeant, jta quod fratres inibi degentes pro tempore, cum eorum membris et seruitoribus, etc., omnibus et singulis priuilegijs, prerogatiuis, fauoribus, antelacionibus et indulgencijs, immunitatibus quoque ac libertatibus quibus alia dictorum fratrum per orbem (1) cenobia, domus, conuentus et loca vtuntur et gaudent, seu vti et gaudere possunt quomodolibet, vti valeant pariter et gaudere dignemini, nunc de gracia speciali.

Non obstantibus constitutionibus et ordinacionibus apostolicis ac ordinis prefate statutis et consuetudinibus ceterisque in contrarium facientibus quibuscunque, cum clausulis necessarijs et opportunis.

Fiat ut petitur.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, nonis juliij, anno secundo.

184

7 JULHO 1448

Letras Fidelium vota, do papa Nicolau V, dirigidas ao official provisor da diocese egitaniense, a conceder licença ao infante D. Henrique e ao povo de Marvão para edificarem o oratório de Nossa Senhora da Estrela junto da mesma vila e poderem entregá-lo aos franciscanos, sem prejuízo dos direitos paroquiais (1).

AV., *Reg. Lat.*, vol. 454, fl. 242, — donde se reproduzem.

Publicadas: parcialmente, em WADDINGUS, *Annales Minorum*, t. 12, 3.^a ed., p. 572; no *Bullarium Franciscanum*, Nova Series, vol. 1, p. 619; e por Fr. JERÓNIMO DE BELEM, *Chronica* cit., p. 51.

(1) No ms. *vrhem*.

(1) Aludem à fundação e história deste convento franciscano de Nossa Senhora da Estrela de Marvão, actual Aailo junto da mesma vila: Fr. FERNANDO DA SOLEDADE, *Historia Serafica Cronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, parte 3, Lisboa, 1705, pp. 53-59; Fr. DANIEL DOS REIS, *Memorias / Da Santa Provincia dos Algarves da Ordem Serafica / Anno de 1746. / Memorial quarto*,

Nicolaus, etc.

Dilecto filio officiali Egitaniensi, salutem, etc.

Fidelium vota, ex quibus sacre religionis diuiniq[ue] cultus speratur augmentum, ad exaudicionis gratiam libenter admittimus eaque fauoribus prosequimur opportunis.

Sane, pro parte dilectorum filiorum nobilis Henrici, ducis Visencis et infantis Portugalie, necnon hominum et communis ville de Maruan, Egitaniensis diocesis, peticio continebat quod, cum in quodam vicino dicte ville loco, in quo nec ecclesia nec oratorium fundata comperiuntur, Altissimus, sua ineffabili prouidencia uisibus humanis, meritis gloriose Virginis Marie, pene innumerabilia miracula, hijs in temporibus, demonstrare dignatus fuerit de presentique demonstret, ipsique dux, homines et commune, occasione huiusmodi moti ac zelo deuocionis, quam ad eandem Beatam Mariam gerere comprobantur, accensi, de propria salute recogitantes terrenaq[ue] in celestia et transitoria in eterna felici commercio commutare cupientes, in dicto loco vnam domum cum ecclesia, campanili, campana, cimiterio, domibus, ortis, ortalitijs et alijs necessarijs officinis, pro vsu et habitatione fratrum minorum sub regula Sancti Francisci degentium, de bonis a Deo sibi collatis de nouo construere et edificare, seu construi et edificari facere proponant, si ad id eis sedis apostolice suffragetur auctoritas. Quare, pro parte ducis, hominum et communis predictorum, nobis fuit humiliter supplicatum ut domum huiusmodi, sub nomine et vocabulo eiusdem Beate Marie de Stella, in loco predicto construendi et edificandi licenciam concedere de benignitate apostolica dignaremur.

Nos, igitur, qui religionis et cultus huiusmodi augmentum, nostris in temporibus, studijs querimus indefessis, ipsorum ducis, hominum et communis in hac parte supplicationibus inclinati, discrecioni tue, per apostolica scripta, mandamus quatenus, si est ita, dictis duci, hominibus et communi domum huiusmodi, vt prefertur, pro vsu et habitatione dictorum fratrum, iuxta ordinis eiusdem sancti obseruanciam degentium, jure tamen parrochiali et quolibet alio in omnibus scriptis saluo, fundandi et construendi necnon fratribus ipsis domum eandem, postquam constructa et erecta fuerit, inhabitandj, auctoritate nostra, licenciam largiaris, non obstantibus felicis recordationis Bonifacij pape viij, predecessoris nostri, et alijs constitutionibus apostolicis contrarijs quibuscumque.

no ANTT., *Livraria*, ms. n.º 1911, fls. 147-63; Fr. JERONYMO DE BELEM, *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves*, parte 2, Lisboa, 1753, pp. 48-61; e LARANJO COELHO, *Terras de Odiana* (*Subsidios para a sua história documentada*), em «O Instituto», vol. 70, pp. 395-408, 465-78 e 502-511.

Nos, autem, si concessionem huiusmodi per te, vigore presentium, fieri contigerit, fratribus, qui in domo ipsa pro tempore residebunt, ut omnibus et singulis priuilegijs, exemptionibus, libertatibus, gratijs et indultis, quibus alij fratres eiusdem ordinis sub huiusmodi regula degentes eorumque domus quouis modo gaudent et vtuntur, vti et gaudere valeant, auctoritate apostolica, tenore presentium, indulgemus.

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, anno incarnationis dominice millesimo quadringentesimo quadragésimo octauo, nonis iulij, anno secundo.

185

11 JULHO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, a aprovar todos os actos da regência do infante D. Pedro, seu tio, durante a menoridade do monarca (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 2, fl. 19, — donde se reproduz; e *Extras*, liv. 1, fl. 179.

Publicado o texto da segunda fonte citada por MOREIRA DE SA, *Alguns documentos*, pp. 63-66.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que nos, comsiramdo em como a hordem da natureza da a toda criatura seer obriguada aquelles de que rreçebe bemfeitoria, seruiço ou outra algũa ajuda, segumdo a callidade das pessoas, e que, se esto comumente todos deuem e sam theudos de guardar e comprir, muyto majs os príncepes e rrey, dos quaees proprio deue seer nam somente bem fazer e acreçemtar com merçes, homrras, dinidades, ofiços e conseruar em seus estados os que lhes seruiços fazem, mas ajmda todos seus sobditos e naturaees.

Porem, esguardamdo nos como somos theudo os grandes trabalhos, periguos, mouimentos, escandallos e debates em que nossos rregnos foram postos depois da morte do muyto alto e muyto exçelente príncepe e da gloriosa memoria elrrey meu ssenhor e padre, cuja alma Deus aja,

(1) Pode ver-se também a referência elogiosa ao infante-regente D. Pedro no contrato de casamento do monarca, de 6 de Maio de 1447, — o nosso DOC. 150. Veja-se ainda a carta régia de 15 de Setembro de 1448, — o DOC. 198.

e como sem nossos mereçimentos o piadoso Deus, por sua jmfimda misericordia, e per a boa gouernança, sabedoria, descriçam e muy grandes trabalhos, asy corporaes como do espiritu, do meu muyto preçado e muyto amado thio e padre e jfante dom Pedro, duque de Coimbra, ssenhor de Montemor, sendo noso tetor e curador, os ditos nossos rregnos e senhorio, jentes e naturaes delles sam em boom asoseguo, paz e comcordia, nam somente amtre sy, mas ajmda com seus comarquãaos, que sam fora dos sobreditos trabalhos e periguos, do que ao Senhor Deus damos muytas graças;

E, esguardando, outrossy, a boa, fiel, leal e verdadeira delligência que o dito jfante teue açerqua da criação, asy minha como de meus jrmãos e jrmãs, comseruaçam e acreçemtamento de nosso rreal estado e de nosas rremdas e dereitos e a boa e verdadeira emtemçam sua, em a gouernança dos ditos nosos rregnos e senhorio, asy em os defendendo de algũs que, com corruta emtemçam, se mouiam a nos querer fazer guerra, como em amenistrando aos nosos subditos e naturaes cumprimento de justiça, segumdo a callidade dos tempos; por todas estas cousas e rrazões, conheçemos que lhe somos muyto teudo e obrigado e lho esperamos rrecobrar com perpetuu, leal e verdadeiro amor, acreçemtando, segumdo nosso poder, em seu estado e de seus filhos e herdeiros. E, porque homde elle deuia de seer guallardoado de nos, como dito he, pellos muy grandes, singulares e dignos de muy grande louuor seruigos que delle rreçebemos, algũs moudos, perventura, com emtemçam nam direita, peruerso proposito e maa zello, poderiam, em algũu tempo, poer duuida açerqua das cousas ou algũua dellas que pello sobredito jfante, asy como noso titor e defensor de nossos rregnos e senhorio, foram feitas, por nos e em nosso nome;

Portanto, nos, de nosso moto proprio, çerta çiência, poder absolluto, louuamos, aprouamos, rreteficamos e afirmamos e auemos por firmes e estaues pera todo sempre, por nos e por todos nossos herdeiros e soçesores e por os ditos nossos rregnos e senhorio, jentes e naturaes delles e sobditos, todallas cousas feitas pollo dito jfante em nosso nome, asy doações de terras, ofiços, denidades, benefiços, quimtaas, como outras quaeesquer merçes, asy perpetuas como temporaees, de qualquer camtidade, callidade, comdiçam que sejam, e a quaeesquer pessoas de qualquer comdiçam e estado, asy como se per nos feitas fosem. E prometemos de dar confirmações dellas aquelles a que feitas sam, se as pedirem.

Outrosy, aprouamos e rreteficamos, firmamos e auemos por bem postas todallas penas, asy corporaes degredos, comfiscações de beens e doações delles, como outras quaeesquer e de qualquer callidade e maneyra que sejam, que per o dito jfante ou per seu mamdado foram postas a quaeesquer pessoas de qualquer estado, preminência, callidade e comdiçam que sejam, todas as auemos por firmes e estaues, asy e

per a guisa que postas foram. E, porquanto, segundo os trabalhos que aos ditos nossos rregnos uieram, como ja em çima fazemos mençam, foy neçesario ao dito jfante, por noso serviço e defensam dos ditos nossos rregnos e senhorio, fazer muytas e grandes despesas, asy em ajuntamentos de jentes, em gouernamça de nosa casa e corte e de meu jrmão e jrmãs e sua casa delle e em outras muytas cousas que lhe foy neçesario de, em noso nome, fazer, segundo acostumarom os de que deçedemos;

Porem, nos, em noso nome e de todollos nosos herdeiros e soçesores e dos ditos nossos rregnos e senhorio, de noso poder absolluto, moto proprio, çerta çiência, louuamos, rretificamos, aprouamos e auemos por bem feitas todallas despesas que per o dito jfante e de seu mandado foram e sam feitas, asy neçesarias como proueitasas e volluntarias como de qualquer callidade e comdiçom, cantidade que sejam; e queremos e outorguamos que os sobredito jfante e seus herdeiros e soçesores nam sejam theudos de dar comta de cousa algũa que por nos e em nosso nome aministrase, rregebese, dese, doase, despendese, per sy ou per nossos ofeçiaees ou per outra qualquer guisa que seja, porque nos auemos todo por bem feito, firme e estauel, como dito he. E damos o dito jfante e todos seus herdeiros e soçesores, terras, luguares, beens e cousas por quites e liures pera todo sempre.

E prometemos, em nosa fee rreal, que guardaremos e compriremos em todo e per todo o que dito he e que numca demandemos o dito jfante nem seus herdeiros e soçesores em juyzo nem fora delle, pello que dito he nem comsemtiremos que elles nem todos os sobreditos sejam sobre ello mollestados nem emquietados, de feito nem de direito, em juizo nem fora delle, nem daremos pera ello fauor, ajuda ou conselho, çesamte todo emguano, cautella e simullaçam e toda outra qualquer cousa de qualquer natura, misterio, uigor, callidade e efeito que podese embargar e perjudicar ao que dito he. E prometemos e outorguamos per firme estiullaçam, em noso nome e de nossos herdeiros e soçesores, ao dito jfante açeptamte, em seu nome e de seus herdeiros e soçesores e de todollos sobreditos, que teremos, compriremos, guardaremos e faremos, a todo noso leal e verdadeiro poder, teer, comprar e guardar bem, fiel, leal, verdadeiramente todo o que dito auemos.

E mandamos a todollos nosos corregedores, juizes, alcaides, meirinhos e a quaesquer outras justiças de nosos rregnos e senhorio e aos nosos veedores da fazemda e contadores e a outros quaesquer ofeçiaees e pesosas a que o conheçimento do que suso dito he per qualquer guisa que posa pertemçer, a que esta nosa carta for mostrada ou o trellado della em pruuica forma, que a cumpram e guardem e façam comprar e guardar asy e pella guisa que em ella he comtheudo, e nam vão ao comsemtam hir contra ella, em parte nem em todo. E queremos e outor-

guamos, de nosso rreal poderyo, absolluto, moto propio, erta çiemçia, que as sobreditas cousas e cada hũa dellas valham asy e per a maneyra que em çima dito auemos, nam embarguante nossa jdade e quaeesquer lex, degrataees, hordenações, openiões de doutores, estatutos, custumes, façanhas e outros quaeesquer dereytos, asy canonicos como çiujs, asy escriptos como nam escriptos, de qualquer nome que possam seer chamados, que contra esto fallem e o que dito he ou cada hũa das suas partes, per qualquer guisa posam contradizer, os quaees dereitos auemos aquy todos por expresos e expresamente espeçificados e declarados. E, sem embargo delles e cada hũu delles, queremos e outorguamos, de nossa erta çiemçia, moto propio e poder absolluto, como dito he, soprimido qualquer defeito, asy de dereito como de feito, que aquy falleça, que todo seja firme e estauel e valledoiro, por aguora e por todo sempre jamajs, segundo e pella forma que suso dito he. E, por firmidõe dello, mandamos seer feita esta carta, sinada per nos e asellada do nosso sello do chumbo.

Dada em a nossa nobre e leal villa de Santarem, xj dias de julho. Joham Gomçaluez a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o e Rbiiij annos.

186

[JULHO 1448 — AGOSTO 1449] (1)

Carta do grande humanista italiano coevo Poggio Bracciolini, secretário pontifício, membro da cúria romana desde o pontificado de Bonifácio IX e redactor de algumas das letras ponti-

(1) THOMAS TONELLI, *Poggii Epistolae*, vol. 2, p. 372, nota 2, diz que as cartas, a partir da XXX.^a (a dirigida ao infante D. Henrique é a XXXV.^a), todas sem data, foram provavelmente escritas entre o mês de Agosto de 1448 e Julho de 1449. A disposição das cartas, segundo o códice da Biblioteca Riccardiana de Florença, tem todos os visos de ser cronológica. Ora, logo a seguir à carta dirigida ao infante, temos (fl. 200-220 v.) uma endereçada *Petro de Noxeto, secretario apostolico*, datada *In bibliotheca mea Terrenoue, die vijij Augusti 1449* e outra (fls. 220 v.-21) *Domino Cardinali Aquilegensi*, escrita *In Terra noua, die x^a augusti 1449*. A carta ao infante D. Henrique foi escrita, sem dúvida, na cúria romana antes de Poggio empreender viagem à sua terra natal de Terranuova, não muito longe de Arezzo, e de escrever as sobreditas cartas. Pelo que bem poderíamos situar a carta ao infante D. Henrique antes de Agosto de 1449, indicando, como data extrema, o mês de Julho. Aachamos preferível, contudo, indicar o mês de Agosto, visto não sabermos exactamente quando Poggio deixou Roma. Na sua edição, TONELLI não seguiu

fícias então concedidas a Portugal, endereçada ao egrégio e famoso príncipe D. Henrique, duque de Viseu, a congratular-se com ele pelos êxitos excepcionais, nunca antes conhecidos de imperadores nem de reis, dos seus descobrimentos marítimos, por mares ignotos e tempestuosos e por terras invias e afastadas, povoadas de gentes selvagens e ferozes, às quais nunca ninguém se atrevera a chegar, com lutas navais em que fizera cativos, a caminho do meio-dia de África e alcançados os etíopes, e também em lutas contra os infiéis, por seu glorioso pai iniciadas e por ele herdadas e continuadas, erguendo-se assim, em celebridade, acima dos próprios Alexandre e César, dominadores de terras conhecidas, e a exortá-lo a que prossiga em tão gloriosos feitos, que lhe hão-de garantir, neste mundo, fama e vitória e, no outro, o prémio divino (2).

À risca o cód. 759 da Biblioteca Riccardiana, mas teve-o em grande conta, indicando-o, com muita razão, como principal. Várias cartas, de entre as imediatamente precedentes à dirigida ao infante D. Henrique, a seguir à de 6 de Maio de 1447, escrita ao juriconsulto *Benedicto Aretino*, em que se fala da eleição de Nicolau V (pp. 340-41), são do mês de Junho de 1448, todas datadas de Roma. É possível, dado o número das cartas sem data que vêm a seguir, fosse a do infante escrita realmente nos fins do mês de Julho ou em Agosto de 1448; mas, para maior segurança, preferimos indicar como termo de partida o mês de Julho de 1448 e, como limite máximo, Agosto de 1449.

(2) Poggio Bracciolini nasceu em Terranuova no ano de 1380. Fez os estudos superiores no Estudo de Florença, tomando contacto com os maiores literatos do tempo, como Leonardo Aretino, Guarino Veronese, Carlos Aretino, Ambrósio Traversari, Francisco Barbaro e o chanceler Coluccio Salutati, que exercerá a sua influência para o fazer entrar no meio cultural da cúria romana, no tempo de Bonifácio IX. Começou a carreira de curial pelo ofício de escritor das letras apostólicas, o qual exerceu durante os pontificados de Bonifácio IX até Nicolau V, por espaço, portanto, de mais de quarenta anos, como ele próprio diz, ao deixá-la, aos 72. Era já secretário pontifício quando acompanhou João XXIII ao concílio de Constança. Grande amigo do célebre jurista cardeal Francisco Zabarella, chamado Cardeal de Florença, morto durante o concílio, a 28 de Setembro de 1417 tocou a Poggio a sorte de pronunciar o discurso fúnebre. Quando em 1434 Eugénio IV fugiu de Roma, Poggio calu prisioneiro dos soldados que assediavam o palácio pontifício. Conseguiu libertar-se, a troco de grande soma de dinheiro, e continuou a servir a cúria pontifícia. Na idade de 53 anos, em 1435, casou com uma jovem de Florença, de quem teve seis filhos. Em 1453, era nomeado chanceler da República Florentina. Morreu a 30 de Novembro de 1459, com 79 anos de idade.

Poggio é autor: da *Historia Florentina*, que abrange os anos de 1350 a 1450; da *Historia disceptiva convivialis*, dedicada ao cardeal Próspero Colonna; do *De Nobilitate* ou diálogo entre Poggio e seus interlocutores Niccolò Niccoli e Lourenço de Médici; da *De Infelicitate principum*, diálogo com Carlos Aretino, Niccolò Niccoli e Cosimo de Médici, escrita em 1440, a flagelar os vícios dos príncipes e dedicada ao cardeal Perentucell Tomás de Sarzana, futuro papa Nicolau V; do *De varietate fortunae*, diálogo terminado em 1447, sobre as vicissitudes políticas da Itália nos fins

FLORENÇA, Biblioteca Riccardiana, códice 759, fls. 219-220 v., — donde se reproduz; BAV., *cód. Ottob. lat.* 2251, fl. 156; BNP., *cód. lat.* 14.394; PRAGA, *cód. I. C. 3.*

Publicada pelo cardeal ANGELO MAI, Prefeito da Biblioteca Apostólica Vaticana, em *Spicilegium Romanum*, t. 10, Roma, 1844, pp. 254-56; e por TOMMASO TONELLI, *Poggii Epistole*, vol. 2, Florentiae, 1859, pp. 379-82.

Devemos a presente transcrição e a respectiva e erudita anotação ao Dr. P. António Domingues de Sousa Costa, O. F. M., ilustre Decano da Faculdade de Direito do Pontifício Ateneo Antoniano, de Roma, a quem as agradecemos.

do século XIV e princípios do XV; do *De miseria humana conditionis*, de 1445, com considerações interessantes sobre a história dos homens e dos tempos; do *An seni sit uxor ducenda*, dedicado a Cosimo de Medici, em forma de diálogo com Niccolò Niccoli e Carlos Aretino, a propósito do seu matrimónio em avançada idade. Escreveu ainda *Ara medica* e *In laudem Legum*, dois pequenos opúsculos, com reflexões sobre ciências, em que eram exímios dois grandes amigos seus, o médico Nicolau de Folinho e o famoso jurista Benedito Accolti. Um ano antes de morrer, compôs *In laudem matrimonii*, trabalho enviado ao papa, aos cardeais e amigos, sobre o valor e bens do casamento. Contra alguns religiosos escreveu, nos fins de 1447, o *Diálogo contra a hipocrisia*, como redigira, em 1440, 1444 e 1447, o *Liber Facetiarum* ou colecção de anedotas, algumas das quais sobre pessoas da cúria, sem exceptuar o próprio papa. Numerosas são as suas *Invectivas* contra Lourenço Valla, contra o antipapa Félix V (Amadeu de Sabóia), Tomás de Riete, Jorge Trapezunzio, etc. As traduções do latim e do grego, respectivamente de Diodoro Sículo, *História* de Heródoto e *Ciropédia* de Xenofonte, etc., são de relevante valor. Da máxima importância o seu *Epistolário*, com missivas e respostas a papas, cardeais, arcebispos, bispos, reis e príncipes, literatos, humanistas, homens de ciência, etc.

No que se refere a Portugal, além desta carta ao infante D. Henrique, são muito interessantes, pela sua vivacidade, as dirigidas ao *Valasco Portugalensi* em 1436 e 1437, o qual deve ser identificado com o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, embaixador de el-rei D. Duarte ao concílio de Basileia e, durante algum tempo, professor de Direito Civil em Bolonha, conforme provámos em livro pronto há anos para o prelo: *Humanismo e Juristas Portugueses do século XV no Concílio de Basileia — Ferrara — Florença*, com o sub-título *Relações de humanistas italianos com o advogado consistorial Dr. Vasco Rodrigues*, com o Dr. Afonso Rodrigues Garcia, professor na Universidade de Lisboa, e com o Dr. Vasco Fernandes de Lucena, embaixador de D. Duarte, e posição de Portugal no Concílio de Basileia-Ferrara-Florença. E portugueses também deviam ser, como aí provamos, o destinatário *Alfonso* e o *clarissimus Valasacus tuus* (talvez o Dr. Vasco Rodrigues de Lisboa, famoso advogado consistorial) da carta de 20 de Setembro de 1441, a felicitar o primeiro, por ele haver encontrado livros de autores clássicos no mosteiro de Alcobaça.

Para mais completa informação sobre a vida e obras de Poggio Bracciolini, cfr.: GUIGLIELMO SHEPHERD, *Vita di Poggio Bracciolini*, trad. de TOMMASO TONELLI, Firenze, 1825; DOMENICO BACCI, *Poggio Bracciolini nella luce dei suoi tempi*, Firenze, 1959, e, do mesmo, *Cenni biografici e religiosità di Poggio Bracciolini*, Firenze, 1963.

Henrici, duci Visensi (3)

Sj forte mirum tibi uidebitur, princeps egregie, me, hominem ignotum tibi longeque remotum, hanc ueluti superuacaneam scribendi curam sumpsisse, id tribuas velim uirtuti tue, que, longe lateque diffusa, me impulit animumque prebuit ut te ad id, meis uerbis, hortarer, ad quod tua te sponte, nullo impulsore, uideo proficisci. Nam, Ciceronis est sententia tanti esse uirtutem, ut ea preditos, etiam quos nunquam uidimus, diligamus. Sicut autem ij qui in stadio cursu contendunt, persepe acclamantium uocibus excitantur, itidem ego mea cohortatione euenturum existimo, quamuis breuis futura sit, ut paulum te impellat spiritusque adiciat ad ea gesta prosequenda, que ultro egregia uirtute animi nullis hominum cohortationibus incepisti. Sunt maxime extollendi qui, suo ingenio freti, prout tibi contigit, ad uirtutum opera feruntur. Sed et ipsi quoque ampliore laudem suam afficiunt, si non aspernentur, aut contemnant eorum consilia, quorum uerbis ad uirtutis perseverantiam commonentur.

Audiui iam dudum a pluribus mihi familiaritate coniunctis portu-gallensibus (4), cum de tuis actis quererem, te, magnitudine quadam

(3) Assim no cód. 959, fl. 219, da Biblioteca Riccardiana de Florença, que é o melhor de quantos se conhecem, como expressamente declara TOMAS TONELLI, *Ob. cit.*, vol. 1, p. IX. O cód. *Ottob. lat.* 2251 não indica o destinatário. Possivelmente o *ms. lat.* 14.394 da Biblioteca Nacional de Paris também traz o título ou indicação do destinatário, porque TOMAS TONELLI (*Ob. cit.*, p. IX), além do códice principal da Biblioteca Riccardiana, serviu-se, em grande escala, do manuscrito de Paris e dá-nos como princípio da carta, a seguinte saudação: *Poggius pl. sal. dicit Henrico duci Visensi*.

(4) Em Outubro de 1448 estava em Roma a embaixada de obediência, enviada por D. Afonso V de Portugal ao novo papa Nicolau V, constituída pelo prior do Hospital, João de Ataíde, pelo cavaleiro de Coimbra e conselheiro régio Diogo Soares de Albergaria, pelo Dr. João Fernandes da Silveira, por Mestre Lourenço Vasques, de Évora, professor de teologia, e por Luís Pires, capelão-mor. Não deviam ter sido estes os informadores de Poggio, mas talvez houvessem sido ocasião da carta e eles fossem os portadores da mesma ao infante D. Henrique. O bispo do Porto e cardeal D. Antão Martins de Chaves, — falecido em 1447 e um dos eleitores no conclave que elegeu Nicolau V, bem conhecido de Poggio, que a ele se refere em carta dirigida ao Dr. Vasco Fernandes de Lucena —, o advogado consistorial Dr. Vasco Rodrigues e outros portugueses que então viviam na cúria ou até o franciscano professor de teologia na Universidade da cúria pontifícia Fr. André do Prado, é que deviam ter informado Poggio dos descobrimentos e feitos do infante D. Henrique (Cfr. o nosso DOC. 212). Aliás, D. Henrique era já bem conhecido nos meios eclesiásticos da cúria pontifícia, como o demonstra claramente o facto de ele haver sido um dos votados para papa, em Novembro de 1439, durante o concílio de Basileia, que elegeu o antipapa Félix V (Cfr. ANTONIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, O. F. M., *A Expansão portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique*, pp. 4-5).

animi motum et uirtutis ueluti stimulo incitatum, cum certis triremibus, per ultima maris oceani nauigasse littora eoque progressum quo nullum ex priscis, neque imperatorem neque regem, aut audiuius aut legimus penetrasse. Nam, et Affrice meridiem uersus transisse terminos et usque ad ethiopes peruenisse tradunt. Que res non solum miranda est, propter uastos oceani maris impetus, exestuantesque tempestatum fluctus, sed etiam propter eorum, que de ijs locis feruntur, nouitatem, omnium laudibus celebranda. Gloriosum quippe uideri debet te unum tanti animi, tante uirtutis consiliiue fuisse, ut que nulli hactenus aut ingredi aut tentare sint ausi, tu solus ignota maria, inuisas regiones, incognitas atque efferas nationes, immanes gentes, in ultimis finibus extra anni solisque uias, constitutas, ad quas nullus antea patuit accessus, nauali bello, laccssieris multosque inde abduxeris captiuos.

Magna profecto expeditio et ingentem laudem merita. Quid enim prestabilius quam tantum animi robur atque amplitudinem in te fuisse ut inportuosa litora, tempestuosum mare, efferas nationes, ab omnique cultu remotas, non solum adire ausus fueris, quod ipsum ingentis est consilij, sed armis etiam primus omnium gentium superaris. Nam, si eorum, qui proximas expugnant gentes, sepius laudantur gesta, quanto illa magis, que aduersus nationes tanto maris terrarumque ambitu disiunctas ac remotas aguntur, sunt extollenda!

Alexander Macedo terrarum orbem suis uictorijs lustrauit, sed eas prouincias locaque aggressus est, ad quas plures antea accesserant. Tua uero uirtus ad eas se oras orbis extendit, ad quas nemo ante te se legitur penetrasse. Cesar Gallias subegit, Britanniam perdomuit, Germaniam laccssiuit; at, prouincias armis deuicit, partim notas, partim romano imperio propinquas. Tua uero classis eas circuit partes que neque cognite erant neque aditu faciles, et, propter maris gentiumque barbararum formidinem, nauigantibus suspecte. Sed omnes difficultates, omnes labores, omnia pericula tua fortitudo animi superauit eaque effecit, que sint eternam tibi laudem paritura.

Sapientissimus ac fortissimus olim princeps Portugalie, parens tuus, hanc tibi preclarissimam omnium reliquit hereditatem, arma contra infideles capiendi. Ipse enim, singulari uirtute animi peditus, ceteris christianis regibus in salute fidelium oscitantibus, solus ob egregiam uirtutis prestantiam Africam, ingenti classe, aggressus, profligatis hostibus, Septam, maritimam ac populosissimam urbem, expugnatam, ui cepit, que adhuc a uobis in saracenorum faucibus detinetur. Hec tu, preclarissimi parentis gesta imitatus, non solum portionis regni, sed laudis quoque heredem te relictum existimasti, paterneque glorie famam, tuis operibus auctam, ad posteros demandasti. Verum, cum hec, tanquam primitie futurorum ijs qui maiora a te expectant, esse uideantur, hortor excellentiam tuam, ut nequaquam gestis rebus acquiescas, sed ampliora que-

dam superesse putes, quorum tibi palma et uictoria reservatur. Neque enim uirtus tua his que cepisti contenta esse debet, sed traducere omnes tuas curas, omnes cogitationes, omnes uires ad subigendas eas gentes, in quarum uictoria et laus hominum sequitur et apud Deum sempiternum premia comparantur. Christiani enim principis officium esse debet ut aduersus infideles, aduersus hereticos, contra fidei hostes arma conuertat, Christi fidelium sanguini parcat. Que qui agunt, pietate et gloria insignes euadunt. Quod si, ut cepisti, imitari uolueris, reliquos principes fama et rerum gestarum laude superabis.

187

7 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida à câmara municipal do Porto, a censurá-la porque, depois de ele haver assumido o governo do país, os oficiais da mesma comentavam fora da câmara os feitos do reino e mandavam ler, nas pregações, as suas cartas, as do infante D. Pedro e doutro qualquer senhor, posto não respeessem à cidade, alvoroçando assim a população e intrometendo-se no que lhes não pertence; ordena-lhes ainda não lhe escrevam sobre o assunto, a ele reservado bem como a seu Conselho, e que nada deliberem sem a presença de todos os camarários nem excluam das sessões qualquer pessoa, como lhe constava se fizera.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 11 v., em transcrição coeva, da câmara, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 257. Sumariada no *Índice chronologico dos documentos da Câmara da cidade do Porto*, p. 147.

Juizes, uereadores, procurador e homeens boos. Nos, elrey, uos enuyamos muyto assaudar.

Fazemosuos ssaber que a nos diserom que, depois que nos ffilhamos o rregimento de nossos rregnos, vosoutros, ofeçjaees desa çidade, audauees ffazendo conselhos per allgûas casas ffora da camara della, ffalando em factos que perteeçem aa gouernança dos dictos rregnos. E, por qualquier carta que hi uaj, asy nossa como do jffante dom Pedro, meu muyto preçado e amado tyo e padre, ou doutro allgûu ssenhor, posto que a esa çidade

nem a outros nom perteeça, a mandaees lleer em pregações e fações andar aluoroçada a jente, mostrando que querees tomar cuidado das cousas que se per nossos rregnos ffazem.

E, porque esto a vos nom perteeçe, ssoomente a nos, que ssomos rrey e ssenhor, e per cuja determnação semelhantes fectos som determjar, segundo se senpre costumou ffazer pellos rreis que antes nos foram; porem, uos mandamos que uos nom enpachees de taees fectos, que a vos nom perteeçem, nem nos escreuaees sobre elles nem a outra allgũa pessoa que seja, em nome da dicta çidade. E leixae o carregio a nos e proueeremos sobrello, com conselho dos ssenhores e grrandes do noso conselho ou com quem nossa merçee ffor, pera rremediar mos como entendermos por nosso seruiço. E nom uos estendaees mays do que vos e vossos antecessores estendestes nos tempos dos rreys meu auoo e padre, cujas allmas Deus aja.

Outrosy, uos mandamos que nom dees a eixucação nñhũa coussa de grrande sustança sem todollos ofeçjaees desa çidade nem deitees ffora da camara della nñhũas pesoas, como nos derom a entender que o ffa-zijees; porque, como esa çidade e os moradores della ffosem ssenpre muyto llaees a nos e a nossos antecessores, nom nos apraz que de nñhũu morador della se prosuma o contrairo, emquanto hi nom ouuer rrazom por que se deua de teer, porque seria enjuria a elles, o que nos nom deuemos consentir de a nñhũu ser ffecta contrarrazom em nossos rregnos.

Escprita em Santarem, a bij dagosto. Lujs Eannes a fez. Ano do Senhor de 1448. E eu, Ruy Galuom, secretario do ssenhor rrey, que esta carta fiz escrever.

188

9 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida ao duque de Bragança, em resposta ao que lhe mandara dizer por intermédio de Rui Borges, cavaleiro de sua casa, a comunicar-lhe que lhe praz vá à cidade do Porto fazer o saímento ao cardeal e ainda todas as vezes que quiser, como antes fazia.

GHCP, *Veracões de 1448-49*, fl. 8, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 258. Sumariada no *Índice chronologico... da Camara da cidade do Porto*, p. 147.

Honrrado duque, tyo e amygo. Nos, elrrey, uos emuyamos muyto ssaudar, como aaquell que muyto amamos e prezamos.

Fazemosuos ssaber que uymos o que nos emuyastes dizer per Ruy Borjas, caualeiro de nosa casa, se nos prazeria de vossa uynda aa nossa çidade do Porto, pera ffazerdes o saymento ao cardeall (1) e eso meesmo todalas uezes que a vos aprouese de a ella uyrdes, asy como ssenpre fferezee, quando uos prazija ou era conpridoiro A nos praz delo e asy o podees ffazer todalas uezes que uos prouuer.

Escprita em Santarem, ix dias dagosto. Ruy Galuom a fez. Era 1448.

189

12 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a recomendar-lhe vivam socegradamente, sem fazerem inovações uns contra os outros.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 7, em transcrição da época, — donde se reproduz. Foi apresentada na sessão de 19 de Agosto por Aires Gonçalves, escrivão da câmara do duque de Bragança.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 259.

Sumariada no *Índice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 147.

Regedores, procurador e homeens boos. Nos, elrrey, uos enujamos muyto saudar.

Fazemosuos ssaber que, por serujço de Deus e noso e bem e aseseço de vosoutros, nosso povoo, nos praz que, daquy en dyante, ujuasee asesegadamente, ssem ffazendo ennouaçõeos hñus contra os outros. E os que nossos hofiçyos teem os siruom segundo conpre a nosso serujço, nom se enpachando dos fectos da çidade nem ssuas rrelaçõeos, pera auerem denuolluer nem deneficar com elles nêhñas outras pesoas.

(1) Talvez alusão ao cardeal D. Antão Martins de Chaves, que fora bispo do Porto, falecido em Roma a 11 de Julho de 1447 (Cfr. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, t. 2, pp. 503-04 e a bibliografia ali aduzida).

Porende, uos mandamos que, daquj em dyante, esta maneira tenhaes ssem o contrayro dello ffazerdes em cousa allgũa.

Escrita em Santarem, xij dias dagosto. Pero Gonçalluez a fez, 1448. E eu, Ruy Galluom, secretario do ssenhor rrey, que esta carta fiz escreuer.

190

12 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a agradecer-lhe o bom acolhimento das coisas que, por seu serviço, lhe mandara dizer por meio de Rui Borges, cavaleiro de sua casa.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 7 v., em transcrição da época, — donde se reproduz. Apresentada na sessão de 19 de Agosto por Aires Gonçalves, escrivão da câmara do duque de Bragança.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 259.

Regedores, procurador e homeens boos. Nos elrrey uos enuyamos muyto ssaudar.

Fazemosuos ssaber que Ruy Borjas, caualeiro de nossa casa, nos dise que elle uos disera allgũas cousas que erom serujço de Deus e nosso e bem de vosoutros. E a rreposta que a ello destes era que uos prazya ffazerdes o que uos elle da nossa parte rrequeria; e, de vossa teençom ser tall e assy obrardes, muyto uollo grradeçeremos e teeremos em serujço.

Escrita em Santarem, xij dias dagosto. Pero Gonçalluez a fez. Era 1448. E eu, Ruy Galluom, secretario do ssenhor rrey, que esta carta fiz escrepuer.

191

12 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a dizer-lhe que lhe apraz que todos os criados e servidores do duque de Bragança que vivem na cidade gozem do trato, honras e liberdades que até aí usufruiram.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 7, em transcrição da época, — donde se reproduz. Foi apresentada na sessão de 19 de Agosto por Aires Gonçalves, escrivão da câmara do duque de Bragança.

Publicada por MAGALHÃES BASTO, *Límiar da tragédia*, p. 260.

Sumariada no *Índice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 148.

Regedores, procurador e homeens boos. Nos elrrey uos enuyamos muyto ssaudar.

Fazemosuos ssaber que a nos praz que todos os criados e serujdores que em esa nossa çidade uyuem do duque de Bragança, meu muyto preçado e amado tyo, sejam em ella bem trautados e viuom em aquellas honrras e lliberdades que ataaquy em ella ujuerom, segundo sseus jguaees.

Porem uos encomendamos e mandamos que asy o ffaçaees, sem ffaçando allgũa outra emnouaçom açerca delles. E, de o asy fazerdes, sseede çertos que nos prazera muyto e uollo teeremos em serujço.

Escprita em Santarem, xij dias dagosto. Pero Gonçalluez a ffez. Era do Senhor de 1448. E eu, Ruy Galluom, secretario do ssenhor rrey, que esta carta ffiz escpreuer.

192

14 AGOSTO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida aos regedores, procurador, fidalgos, cavaleiros, escudeiros e homens bons das cidades e vilas, aos quais acautela para que se não repitam os alvoroços e revoltas que, poucos dias antes, houve no reino, para que não acatem ordens de precaução militar senão dadas por cartas régias autênticas nem velem nem rondem a cidade ou fechem as portas dela e o avisem do que succeder contra a paz e concórdia, que deseje manter no país.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 10 v., em cópia coeva da câmara do Porto, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHÃES BASTO, *Límiar da tragédia*, p. 260.

Sumariada no *Índice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 148.

Regedores, procurador, ffidallgos, caualeiros, escudeiros e homeens boos. Nos, elrey, uos anuyamos muyto ssaudar.

Fazemosuos ssaber que, por aazo dallgũs aluoroços e rreuoltas que podem acontecer de se ffazerem em nossos rregnos, como poucos dias ha sse ffezerom, o que per nẽhũa maneira, com a grraça de Deus, nom entendemos consentir, ante os arredaremos e desujaremos a todo nosso poder, por nossa terra estar em paz, concordia e aseseço, como nosso dessejo he, asy como todo boo rrey e ssenhor deue ffazer.

E, porque poderia sseer que, uyndo ssemelhante caso, allgũs ssenhores uos poderiam escreuer e mandar ssuas cartas e rrecados que uos ffezesses prestes, com uossos caualllos e armas, pera nos auerdes de serujr, o que por mũy mall fecto aueríamos, assy por serujço de Deus e nosso, como por a perda e ttrabalho de uosoutros, nosso povoo, que mais teemos uontade de conseruar e viuerdes em todo boo aseseço que pollo contrayro.

Porem uos mandamos que, daquj em dyante, nẽhũs de vos, por cartas nem mandados que uejaes dos dictos ssenhores nem doutras allgũas pessoas de callquer estado e condiçom que sejam, nom obedeçaeas a elles nem ssaiases ffora de vossas cassas pera nẽhũa parte, ssoomente per nossas cartas e mandados, como vosso rrey e ssenhor que somos, quando as ujrdes asijnadas per nos e asseeladas do nosso sseelo; porque outra nẽhũa pessoa em nossos rregnos nom tem poder de uos ssemelhantes coussas mandar. E, sse despois que uos esta nossa carta ffor dada, allgũs dos dictos ssenhores ou pessoas vos enujarem carta ou rrecado, tanto que a lleerdes, ssem per ella coussa allgũa obrardes, logo nolla enujaae, pera a ueermos e mandarmos a maneira que se neello, por nosso serujço, aja de teer.

Outrosy, a nos ffezerom entender que, por aazo dos dictos aluoroços e rrumores, allgũas çidades e ujllas se uelauom e rrolldauom, fechando as portas dellas, como se em guerra esteuesemos, o que por mũy mall fecto auemos.

Porem uos mandamos que, daquy en dyante, vos nom embarguees de mandardes vellar nem rrolldar esa çidade nem fechar as portas della sem nosso espeçjall mandado, per nossas cartas, asynadas per nos e asseeladas do nosso sseello, tendo aquella maneira que açerca dello tynhees nos tenpos passados, sem ffazendo algũa outra ennouaçom nem aluoroço. E, de o asy ffazerdes, conprirees a obrigaçom que nos deuees, como uerdadeiros sobdictos e leeaes vasalllos. E, ffazendo o contrairro, nos tornaremos a vos e vos daremos aquellas penas e escarmentos que mereçem aquelles que desobedeçem a mandado de seu rrey e ssenhor.

Escpita em Santarem, xiiij dagosto. Dyego Affonso a fez. Era 1448. E eu, Ruy Galuom, secretario do ssenhor rrey, que esta carta fyz escreuer.

193

2 SETEMBRO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a do regente D. Pedro de 22 de Outubro de 1443, do exclusivo da navegação e comércio para lá do Cabo Bojador e de isenção do pagamento do quinto e dizima do que de lá trouzessem o infante ou quem ele mandasse ou autorizasse a ir (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 2, fl. 26.

Pequenos extractos em SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, vol. 1, p. 458.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber como o jfante dom Amrrique, meu muyto preçado e amado tyo, emtendendo que fazia seruiço a Nosso Senhor Deus, e a nos, se moueo a mandar seus nauios a saber parte da terra que era allem do Cabo do Bojador, porque, atees emtam, nam auia ninguem na christimidade que dello soubese parte, nem sabiam se auya alla pauraçam nem dereitamente nas cartas do marear nem mapamundo nam estauam debuxadas senam a prazer dos homeens que as faziam, des o dito Cabo do Bojador por diamte.

E, por seer cousa duuydosa e os homeens se nam atreuerem de hir, mandou alla muytas vezes, ata que soube parte da dita terra, e lhe troueram della, per uezes, mais de mil corpos demfiees presos. E mandou dello fazer carta de marear. E nos disse que sua vomtade era de mandar seus nauios mais adiante, saber parte da dita terra. E que nos pedia por merçee que lhe dessemos nossa carta que nenhũu nam fosse aquellas terras sem seu mamdado e liçemça, asy pera guerra como pera mercadorias, e que daquelles que elle asy mandase ou dese liçemça, lhe desemos o dereito do quinto ou dizima do que della trouuessem, segundo a nos pertemçese.

E, porquanto somos çerto do suso escripto e da gramde despesa que feita tem e emtemde de fazer, defendemos que, em vida do dito meu tyo, nenguem nam pase allem do dito Cabo do Bojador sem seu mandado e liçemça; e os que passarem nos praz que percam pera o dito jfante meu tyo ho nauyo ou nauyos que asy la forem e todo o que della trouuerem.

(1) Conquanto a não cite, a presente carta é reprodução quase textual da do regente D. Pedro de 22 de Outubro de 1443, — o DOC. 62 do nosso vol. 8.

E mandamos ao nosso corregedor da corte e a todallas nossas justias que asy o cumpram sem nenhũa duuida nem embargo que a ello ponham; e, fazendo o contraíro, sejam çertos que tornaremos a ello, como aos que nam cumprem mandado do seu rrey e ssenhor.

E, por lhe darmos ajuda ao que asy tem compeçado e por lhe quermos fazer graça e merçee; teemos por bem e lhe damos, daquy em diamte, emquanto nossa merçe for, o quimto e dizima do que asy della trouerem os ditos nauyos que elle la mandar ou por sua liçença forem.

E porem mandamos ao nossos almoxarifes das nossas alfandeguas que cumpram e guardem esta nossa carta segumdo nella he comtheudo e per nos he mandado e leixem auer e rrecadar os ditos direitos a quem o dito jfante dom Amrique meu tyo mandar.

Damte em a nossa muy noble e muy leal çidade de Lixboa, a dous dias de setembro. Ellrrey o mandou. Martin Gil a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iiij^o e Rviiij^o. annos.

194

2 SETEMBRO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique, a pedido deste, a carta do regente D. Pedro de 27 de Outubro de 1443, de doação do Cabo de Trásfalmemar, no Algarve, e uma légua de termo (1).

ANTT., *Místicos*, liv. 2, fl. 201 v., — donde se reproduz.

Publicada no *Arquivo Histórico da Marinha*, vol. 1, pp. 165-66.

Dom Afonso, etc.

A quantos esta carta virem fazemos saber que o jffante dom Amrique, meu muyto prezado e amado tio, nos disse que elle emtemdia de fazer çerta pouoraçom ou pouorações çercadas, ao Cabo de Trásfalmemar, e que lhe dessemos lugar a ello e que lhe dessemos o dito Cabo e hũa legoa arredor delle, de termo.

(1) Segue a do regente D. Pedro de 27 de Outubro de 1443, — o DOC. 63 do nosso vol. 8.

E, nos, vemdo o que nos assy pedia e auemdo[o] por nosso seruiço, lhe damos o dito Cabo com o dito termo pella guissa que tem o nosso castello e villa de Couilhãa, rresaluando que nom possa vender a nhũa pessoa e que depois de sua morte fique a nos, ficando nos ou nossos herdeiros obrigados a rrefazer a quem o dito jffamte leixar em seu testamento todallas despessas que formos certo que elle fizer nas fortalezas e pouoraçam da dita villa, e nos praz que aja o dito termo pella guissa que nos por elle he demandado.

E outrossy nos praz que elle ponha foro ao dito lugar ou lugares, aquelle que por bem teuer, e que aja todollos direitos do dito lugar ou lugares, rresaluando pera nos as dizimas de todallas cousas que vierem de fora do rregno, que se tirem per mar ou per terra do dito lugar hou logares pera nossos rregnos, as quaaes queremos que logo aly sejam rreçebidas per nossos almoxarifes, e que dem certos rrecados pera aquelles lugares a que vão, como ja pagaram a dizima, e que lhe nom seja mais demandada, porque nossa merçee he como alla pagarem, nom a pagarem em outras partes.

E mais nos praz das cousas que trouuerem pera o dito [lugar], pera despessa dos moradores delle, que nom paguem nhũa dizima e ajmda que hij descarregem algũs nauios com mercadorias, nom paguem dizima e as posam leuar seus donos pera homde lhes prouuer, saluante se de hi forem tiradas per mar ou per terra pera os ditos nossos rregnos, como dito he; e, jmdo pera fora dos rregnos, que nom paguem nada.

E esso mesmo nos praz, pollo bem e pouoraçam do dito lugar, que os que hij morarem sejam escusados e liberdados, segumdo som escusados os dAlcaçoua de Lixboa, rresaluando hos emcarregos que lhe o dito jffamte quiser dar, por seruiço de Deus e nosso e de nossos rregnos e proll delles. E que esto nom faça perjuizo a nossos priuilegios, porque queremos que todo seja feito assy como elle hordenar. E de toda cousa que se hy vender ajamos nossas sissas, rrecadadas per nossos offiçiaaes, segumdo se faz nos outros lugares de nossos rregnos.

E nos praz que o dito jffamte aja toda a jurdiçam do dito lugar ou lugares e todollos outros direitos, rresaluando pera nos a correiçam e a mor alçada, segumdo se faz no dito lugar de Couilhãa e nas outras suas terras, e as dizimas e sissas, como dito he, e que sejam rrecadadas per nossos offiçiaaes, pella guissa suso dita. E, por çertidãao dello, lhe mandamos dar esta nossa carta, assynada per nos e assellada do nosso sello do chumbo.

Dante em a nossa muy nobre e sempre leall çidade de Lixboa, a dous dias de setembro. Elrrey o mandou. Martim Gill a ffez. Anno do Senhor de mjl e iiij^o Rviiij.

195

5 SETEMBRO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a comunicar-lhe que Filipe Anes, corregedor que ora é da comarca, leva ordem sua para serem substituídos os escrivães das câmaras com mais de três anos de serviço, como manda a Ordenação, e que substituam Alvaro Gil, que há mais de três anos exerce o cargo de escrivão da câmara do Porto, por Afonso Vasques de Calvos, criado do duque de Bragança (1).

GHCP., *Verenças de 1448-49*, fl. 14, em cópia coeva da câmara, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHÃES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 261.

Sumariada no *Índice chronologico dos documentos...* da *Camara da cidade do Porto*, p. 148.

Regedores, jujzes, procurador, conçelho e homens boos. Nos, elrrey, vos enujamos mujto saudar.

Fazemosuos saber que Filipe Annes, corregedor que orra he dessa comarca, leua nosso rregimento que ande per as cidades e ujllas dessa coreiçam; e onde achar que a escpriuães das camaras dos conçelhos que aja tres anos que tenham o dicto ofiço que os tire e rrequiera e mande aos dictos conçelhos que ponham outros por tres anos, como a Ordenaçam de nossos rreynos sobresto fecta quer que sejam. E, porque a nos he dicto que Alvaro Gil, escpriuam da camara desa çidade, ha mujto mais dos tres anos que tem o dicto carrego e, per bem do rregimento que o dicto nosso corregedor sobrello leua, nom ho terra mais.

Porem uos rrogamos, emcomendamos que, por o nosso, queiraes dar o dicto ofiço [a] Affonso Vasquez de Caluos, criado do duque de Bragança, meu mujto amado e preçado tjo, vosso vizinho, que he tal pessoa que o sabera bem serujr, e farnosees em ello prazer e serujço e coussa que uos mujto gradeceremos.

Escprita em a çidade de Lixboa, b dias de setenbro. Pero Gonçalluez a fez, 1448. Eu Ruy Galuam, sacratario do ssenhor rrey, que esta carta fez escpreuer.

(1) No DOC. 144 do nosso vol. 6 figura um Alvaro Gil, mercador na cidade do Porto.

196

5 SETEMBRO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, endereçada à câmara do Porto, a dizer-lhe que é seu serviço não ser tirado de alcaide pequeno da cidade Diogo Lourenço, por ser bom escudeiro e com o qual devem estar contentes.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 15, em cópia da câmara, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 262.

Sumariada no *Índice chronologico dos documentos... da Câmara da cidade do Porto*, p. 148.

Rejedores, juizes, vereadores, procurador, concelho e homens boos. Nos, elrrey, uos enujamos muito saudar.

Fazemosos saber que auemos por nosso serujço nom seer tirado dalcaide pequeno desa cidade Diego Lourenço, porquanto temos, por certa emformaçam, que he boo escudeiro e tal de que deuees de seer contente.

E, porque cremos que de todo o que a nos aprouger vos seres contentes e uos rrogamos, emcomendamos que, pollo nosso, nom lhe tirees o dicto carrego e lhe leixees hussar delle como ora faz, sem lhe em ello seer fecta outra algũa ennouaçam, porque sede certos que, de o asy fazerdes, muito uollo gradeçeremos e terremos em serujço.

Escrita em a cidade de Lixboa, b dias de setembro. Pero Gonçalluez a fez, de 1448. E eu, Ruy Galuam, sacratario do asenhor rrey, que esta carta fiz escreuer.

197

11 SETEMBRO 1448

Escambo feito por João Esteves, solteiro, escudeiro, criado do infante D. Henrique e pazeiro em seus paços de Lisboa, de casa térrea na freguesia do mosteiro de S. Vicente de Fora, daquela

cidade, por outro edificio térreo do dito mosteiro, sito à Porta do Muro, entre aquele mosteiro e o de S. Agostinho (1).

ANTT., *Colecção Especial*, parte 1, caixa 118, maço 2, n.º 12. Original, em pergaminho, destinado ao contratante João Esteves.

Em nome de Deus, amem.

Saibham os que esta carta descaynbo e por escaynbo virem em como, [no] anno do nacimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quatrocentos quarenta e oyto anos, honze dias do mes de ssetenbro, em a cidade de Lixboa, no moesteiro de Sam Vicente de Fora, conuuem a ssaber, na casa do cabidoo, estando hj em cabidoo, juntos per quanpãa tanjuda, segundo sseu boo custume, o muyto honrrado ssenhor dom Joham, priol moor, e todolos coonjgos desse meesmo pera o que sse segue;

En presença de mym, Aluaro Afonso, tabaliam publico por autoridade delrey em a dicta cidade, e testemunhas adeante scriptas, logo hj pareço Joham Esteueez, escudeiro, criado do ssenhor jffante dom Anrique e sseu paaceiro nos seus paaços da dicta cidade. E logo elle, come homem assolteiro que disse que era, sse contrautou e conueo com os dictos ssenhor prioll e coonjgos per esta guisa. Elle, Joham Esteueez deu, em escaynbo e por escaynbo, ao dicto ssenhor priol e coonjgos, pera o dicto moesteiro, pera ssempre jamais, hũa casa terreea, que elle disse que auja em a dicta cidade, na freguesija do dicto moesteiro de Sam Vjcente, que parte com casas dAluaro Nunez, escudeiro, e da outra com casas de Joham Domjnguez, pescador, e com rrua publica; a qual casa elle, dicto Joham Esteueez, disse que ouuera per titulo de compra de Maria Uaasquez, molher que foy de Joham Esteueez, beesteiro, morador em a dicta cidade, aa porta dAlfama, segundo mostrou logo per carta ffecta e assignada per mym, tabaliam, a qual contaaua sseer ffecta a catorze dias de dezenbro, ano quatrocentos quarenta e ssete; a qual carta elle logo entregou em mãaos do dicto ssenhor priol e coonjgos, na quall carta fazia mençom que a dicta casa era forra e jsenta.

E porem elle, Joham Esteueez, disse que daua, como logo deu, ao dicto moesteiro de Sam Vicente a dicta casa, em scaynbo, com todas suas entradas e ssaidas, dereitos e perteenças e logramentos della, forra e jsenta. E rrenunciou logo de ssy todo o direito e domjnjo, auçom, posse e proprie-

(1) Este João Esteves, paaceiro dos paços do infante D. Henrique, figura também, como testemunha apenas, em prazos do dito mosteiro de S. Vicente, feitos a Lopo Vasques e a Vicente Costas, em 6 e 11 dos mesmos mês e ano (*Colecção Especial*, parte 1, caixa 116, maço 1, doc. 29, e caixa 117, maço 1, doc. 57).

dade que taa ora na dicta casa ouue; e o demetio e pos em mãos do dicto priol e coonjgos. Que a ajam doie em deante, eles e o dicto moesteiro pera senpre, francamente, e façam dela e em ella toda sua ljure uontade, como de ssua cousa propria, forra e jsenta possisam, nom foreira nem obrigada a algũa pessoa. E que o dicto priol e conuento a possam auer e lograr e pessoyr pera ssempr e a aforar e enprazar e uender, dar e doar, trocar e scaynbar e fazerem della e em ella todo o que lhes prouuer, como de ssua cousa propria e jsenta possisam.

E, per esta carta, disse o dicto Joham Steueez que metija de posse da dicta casa o dicto moesteiro, priol e conuento; e que elles, prioll e conuento, per ssy e per quem lhes prouuer, sem outra autoridade de justiça, tomem posse da dicta casa. E sse obrigou elle, Joham Esteueez, per seus beens, assy mouees como rrayz, auudos e por auer, a ljurar e defender e enparar a dicta casa aa dicta hordem, de quemquer que lha demande ou enbargue, sso pena de todas custas e despesas, perdas, daptos e jnteresses que o dicto moesteiro e hordem por ello rrecebesem com dobro do preço que a dicta casa ual e pode ualer e ssob a pena adeante scripta.

E logo os dictos ssenhor prioll e coonjgos rreceberom e acceptarom em ssy a dicta casa e disserom que, consirando elles seruigo de Deus, prol e honrra do dicto moesteiro e conuento, dauam, como logo derom, em escaynbo e por escaynbo, ao dicto Joham Esteueez hũa casa terreea que ora o dicto moesteiro ha em a dicta cidade, na freguesija do dicto moesteiro, hu chamam a Porta do Muro, camjnho que uay do dicto moesteiro pera Santo Agostinho, que parte com casa de Pero Lourenço, capelam do papa, e com casas do dicto moesteiro de Sam Vicente, que traz Joham Pirez, homem braceiro, a qual casa he terreea, forra e jsenta, nom thuda nem obrigada a nhũa pessoa.

E porem disserom os dictos prioll e coonjgos que rrenunciouam, como logo rrenunciouam e demetirom de ssy todo direito e auçom, posse e propriedade, senhorio, parte e quinhom que taa ora ouuerom na dicta casa e ssuas perteenças e o demetirom logo e poserom em o dicto Joham Esteueez. Que o aja elle e todos seus herdeiros e ssobcessores que despos elle vierem. Que façam della e em ella todo o que lhe prouuer, assy como de ssua cousa propria e jsenta possisam e a possam uender, dar e doar, trocar e escaynbar e fazer della e em ella como lhe prouuer. E, per esta carta, o meterom de posse da dicta casa e ssuos logramentos e mandarom que o dicto Joham Esteueez, per ssy e por quem lhe prouuer e a todo tempo que qujser, per esta presente publica carta, tome e possa tomar e rreter em ssy pera sempre a posse rreal, actual e corporal possisam da dicta casa, sem outra autoridade de justiça nem fegura de juizo.

E disserom elles, priol e coonjgos, que obrigauam, como logo obrigaram os beens do dicto moesteiro e hordem, mouees e rraiz, auudos e por auer, a sseerem autores e defensores contra qualquer ou quaaesquer

pessoa ou pessoas que algũu embargo ponham ao dicto Joham Esteueez e herdeiros e ssobcessores ssobre a dicta casa, ssob pena do dobro que ual e de todas custas e despesas que por ello o dicto Joham Esteueez e seus herdeiros e ssobcessores por ello rreceberem e sso a pena adeante scripta.

E elles, dictos priol e coonjgos e Joham Esteueez, todos juntamente outorgaram este contraucto descaynbo em todo e per todo; e prometerom de nunca virem contra elle, em parte nem em todo, em algũu tempo, em juizo e fora delle, sso pena de pagar a parte que comtra esto for aa parte que esto manteuer, por pena e em nome de pena, dapnos e jnteresse, dez mil rreeaaes brancos; e, pagada a pena ou nom, todauja este contrauto asseer ssempre em toda ssua força, desaforandosse todos e quitandosse de toda ley e hordenaçom e exeições, que pera esto lhes nom ualha.

Esto outorgaram e pedirom ssenhos contrautos. Testemunhas que presentes foram: Pero Lourenço, capelam do papa, e Joham Uasquez, morador na Charneca, termo da dicta cidade, e Vicente Costas, cirieiro, morador na freguesija do dicto moesteiro, e Joham Afonso, escudeiro, morador em a dicta cidade, a Villa Noua, e outros. E eu, Alvaro Afonso, ssobredito tabaliam publico, por autoridade delrrey em a dicta cidade, que esta carta descaynbo e outra tal, anbas dhũu th[e]or, screpuj. Esta he pera o dicto Joham Esteueez. E, em testemunho de uerdade, assigney aqui per mjnha mão, de meu publico signal, que tal (*Sinal do notário*) he.

Pagou deste contrauto e doutro tal, que ouue o moesteiro, e outro tanto de rregistro çem rreeaaes.

198

15 SETEMBRO 1448

Carta patente de el-rei D. Afonso V, a ordenar aos detentores de castelos, vilas, lugares, officios ou bens que lhes tivessem sido dados desde o falecimento de seu pai até à sua ascensão ao governo efectivo do reino, compareçam perante ele, pessoalmente ou por procurador, até 20 de Outubro seguinte, com os respectivos títulos de posse, pois lhe consta que muitas pessoas foram deles esbulhadas unicamente por serem servidoras e adeptas da rainha sua mãe e devem ser repostas nos direitos de que injustamente foram privadas, como os próprios lhe requereram (1).

(1) Observaremos que, em 6 de Maio de 1447, el-rei D. Afonso V se referira elogiosamente à administração do regente D. Pedro, a qual veio a aprovar directamente

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 17, em cópia coeva, da câmara do Porto, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Límiar da tragédia*, p. 262.

Sumariada no *Índice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 149.

Dom Affonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta vjrem fazemos saber que a nos he dicto e auemos por çerta e uerdadejra enfformaçom que, despojs do desfaleçimento do muíto esclareçido e vertuosso rrey meu ssenhor e padre, da gro-riossa memoria, a que Deus de o sseu santo parayso, algüus sseus criados e outros sseus serujdores e bem assy da rrajnha, mjnha senhora e madre, muj conprida de uertudes, que Deus aja em sua sancta groria, e doutros grandes de nossos rregnos da ssua ualia e acostamento, foram priuados injustamente de sseus castellos, villas e lugares e offçios que tinham e aynda lhes fforam tomados sseus beens que aujam, asy moujs como de rraiz, sem teendo ffecta coussa algüa per que taees penas ouuessem de padeçer, senom soamente por seerem a serujço da dicta senhora rrainha ou dalgüus outros da ssua uallia e acostamento, rrequerindonos os dictos priuados e denjficados que lhes proueessemos de justiça e nom consentissemos que taees agrauos lhes ffossem fectos; pois que nom aujam ffecta coussa algüa per que o mereçesem. E, porque nossa teençam e voontade he, com a graça de Deus, de cuja mão teemos o rreal estado de mjinstrar geeralmente justiça em todo casso a todos nossos ssobdictos e naturaees e a outros quaeesquer, e muíto em espiciall aos criados e serujdores dos dictos senhores meu padre e madre e sobdictos.

Mandamos a todos aquelles que teuerem castellos, villas e lugares, offçios ou beens que lhes ffossem dados per priuaçom que delles foy ffecta a cada hñu dos sobredictos despojs do desfaleçimento do dicto rrey meu ssenhor e padre, atee que, per graça de Deus, ouuemos o rregimento de nossos rregnos ou os agora tenham per a uja e manejsa ssuso dicta, que venham perante nos, per sy ou per sseus çertos procuradores auondossos, atee vjnte dias do mes doitubro que uem da presente era, e tragam consygo as cartas e autoridades que ouueram dos dictos offçios e beens

na carta de 11 de Junho de 1448 (Cfr. os DOCS. 159 e 185). Havendo surgido, porém, reclamações das pessoas esbulhadas de bens e cargos, por affectas à rainha D. Leonor ou desafectas ao regente do reino, o monarca passou estouttra carta. Como execução da mesma, apenas conhecemos o alvará do corregedor de Entre Douro e Minho, o documento seguinte, de 28 de Setembro de 1448. Infelizmente, desapareceram os livros do registo da chancelaria régia deste ano bem como os de 1447 e 1449.

e per que lhe asy fforam dados, pera ueermos e sabermos como lhes dados fforam pera, sse conpridoyro ffor, os ouujrmos com os dictos denjficados sobre o que dicto he. E ssejam çertos que, nom vjndo ao dicto termo os que assy as dictas coussas pesueem, per sy ou per sseus çertos procuradores, e as dictas cartas e autoridades, como dicto he, nos, aa sua rreuillia, mandaremos logo entregar os dictos castellos, villas e lugares, offjçios e beens aaquelles que acharmos que delles fforam priuados ssem rrazam ou ssem desmereçimento, como dicto he.

E, sse pella ventura os dictos denjficados ou parte delles a nos ueerem ante do dicto termo e qujserem sseer ouujdos e os dictos sseus auersairos, nos teemos ja mandado a Lopo dAlmeyda, veedor da nossa fazenda, a que demos carrego desto ouujr e desebargar, que os ouça e desebargue como lhe per nos he mandado, ssem outra fegura de juizo, soomente sabuda a uerdade do ffecto, e de sobre ello ffjnal desebargo com nossa autoridade; e, sse peruentura algũs dos que asy os dictos offjçios e beens ouueram fforem ffora dos nossos rregnos nos, a rrequjrimiento dos dictos denjficados, mandaremos proueer sobre ello com direito e justiça.

E, sse algũs dos sobredictos foram priuados de comendas, denjidades ou benefjçios no dicto tenpo jnjustamente, como dicto he, elles poderam vjir a nos quando lhes prouguer e nos daremos hordem em breue como ajam conprimento de justiça, encomendando aos prellados a que desto com direito perteençer o conheçimento que, somareamente, sem outra sollenjdade de juizo, os façam rrestitujr a suas comendas, denjidades e benefjçios, guardando soomente aquello que, per nçisysdade e rrigor de direito, sse nom possa escusar, em tal gujssa que estes denjficados ssejam rreleuados de sseus agrauamentos.

E, porque ao diante sobre esto nom possa vjir algũa duujda e algũas das dictas partes nom possam açerqua do que auemos hordenado allegar jnnorança, mandamos fazer dello çertas cartas patentes, todas de hũu theor, pera algũas çidades, villas de nossos rregnos, as quaees mandamos que ssejam proujçadas nas prjncipaees e puuricas praças e audiências dellas.

E, tanto que asy fforem proujçadas, mandamos que esses juizes desas audiências as ffaçam logo trelladar ao scpriuam da camara, em o ljuro da uereaçom. E, como asy forem trelladadas, ffaçamnas pregar nos pelourinhos das dictas çidades e villas e apregoar que nom sseja nemhũu tam ousado que as tire dhi ssem nossa autorjdade, so penna de morrer por ello. E, ffecto asy todo esto, nollo façam logo ssaber, per secriptura puurica, sem outra delonga nem enbargo que a ello ponham. E hũus e outros al nom ffaçades.

Dada em Lixbõa, xb dias de setenbro. Ruy Dijaz a fez. Anno de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjll e quatroçentos e quorenta e oyto.

Por letra de outra mão: Eu Affonso Vaasquez de Caluos, que este trallado proujce e conçertey com a dicta carta, asyney aquy, por nom seer duujda.

(as.) Affonso Vasquez.

199

28 SETEMBRO 1448

Alvará de Filipe Anes, corregedor por el-rei na comarca e correição de Entre Douro e Minho, a ordenar aos tabeliães da cidade do Porto e termo, em nome de el-rei, lhe levem a Arcuzello todas as denúncias, querelas e inquirições que tenham de quaisquer pessoas e ainda as inquirições sobre pessoas que disseram ou fizeram alguma coisa contra o serviço e estado de el-rei, sob pena de 1.000 reais para a chancelaria régia.

GHCP., *Vereações de 1448-49*, fl. 15 v., em cópia coeva da câmara do Porto, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHAES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 264.

Sumariada no *Índice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 149.

Tabaliaes da cidade do Porto e seus termos. Filipe Anes, escollar em direito, escudeiro e uassallo delrrey e corregedor por elle em a comarca e correiaçam dAntre Doiro e Mjnho, uos mando, da parte do dicto ssenhor que, visto este aluara, me tragaes [a] Arcuzello todollos estados e denunciações e querellas e emqujrições que tendes de quaesquer pessoas de qualquer estado e condiçom que sejam.

Esso medes me mandares todallas enqujrições que foram tiradas contra algũas pessoas que disserom ou fezerom ou ordenarom algũas cousas contra seruiço e estado delrrey nosso ssenhor. E, se tiradas nom sam, vinde auissados que dees rrazam por que as nom tirastes ou posestes em estado, segundo que fazees em outros casos mais pequenos.

Em esto nom ponhaes duujda nem tardança. E, fazendo uos o contraíro, por o presente uos ey por condanados a cada hũu em mjl rreaes pera chancellaria do dicto ssenhor. E, por nom alegardes jnorança, mando ao escpriuam da camara dessa cidade e ao escpriuam da chancellaria que o rregistem em seus liuros.

Fecto em Arcuzello, xxblij de setenbro de 1448.

200

8 OUTUBRO 1448

Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear o duque de Bragança para seu fronteiro-mor em todos os lugares das comarcas de Entre Douro e Minho e Trás os Montes e a ordenar lhe obedçam (1).

GHCP., *Verenças de 1448-49*, fl. 26v., em cópia coeva da câmara do Porto, — donde se reproduz.

Publicada por MAGALHÃES BASTO, *Limiar da tragédia*, p. 264.

Sumariada no *Índice chronologico dos documentos... da Camara da cidade do Porto*, p. 150.

Dom Afonso, pella graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e ssenhor de Çepta.

A quantos esta carta uirem fazemos ssaber que nos, confiando da grande lealdade, bondade, discriçom do duque de Bragança e conde de Barcellos, meu mujto preçado e amado tio; entendendoo por nosso seruiço, lhe cometemos e damos encarrego de nosso fronteiro moor em todollos lugares das nossas comarcas dAntre Doiro e Mjnho e Tralosmontes.

E porem mandamos a todollos fidalgos, caualeiros e escudeiros, alcaides e omeens darmas, coudees e aos corregedores e juizes e justiças, conçelhos e omeens boons e a todollos outros das dictas comarcas que así o ajaaes por noso fronteiro moor e em ellas lhe obedçaaes em todo o que deuees e uos el da nossa parte diser, nas cousas que ao dicto encarrego perteeçerem e uos ajuntees com ele ou com quem uos el mandar, cada uez que uos per el ou per sseu mandado for dicto e rrequerido por nosso seruiço, fazendo e conprindoo así todo o que ele diser e acordar que ~~ase~~ faça por boa garda e defenssom dessas comarcas e frontaria, así conpridamente como ho fariees por nossa pessoa meesma, estando nos hi de presente. E lhe seiaees em elo bem prestes, diligentes, segundo nos de uos fiamos que o farees, como leaaes e boos uassalos e naturaes, por nosso seruiço e por nossa terra ser bem gardada e defessa.

E outrosi damos todo nosso conprido poder e mandado espeçial ao dicto duque de Bragança, meu muito preçado e amado tyo, que, chamando

(1) Sendo uso, no país, nomearem-se fronteiros-mores apenas quando perigava a manutenção da paz por interferência bélica iminente do país vizinho, é possível que a presente nomeação — e porventura outras não documentáveis — fossem motivadas pela desconfiança de intervenção castelhana em Portugal.

elle ou mandando chamar os alcaides dos castelos das dictas comarcas dAntre Doiro e Mjinho e Tralasmontes ou algũu delles, que uenham ou uão a sseu mandado, que elles ho façam e conpram logo, leixando taes pessoas em sseu nome nos dictos castelos que os gardem como deuem. E tambem os dictos alcaides como aquelles que em seus nomes ficarem siguam, por nosso seruço, aquello que lhes per elle ou per suas cartas ffor declarado. E, sse acontecer de elle, ante desto ou depois, querer jr entrar e ueer as dictas fortezeas todas ou cada hũa em espeçial, que os alcaides que delas forem lhes abram e ho rreçebam em ellas, no alto e no baixo, com quantos ele quiser. E ho leixem hi estar ou quaeesquer fidalgos ou gentes darmas que ele hi leixar por nosso seruço, emquanto a el aprouguer e aos tenpos que ele dentro esteuer ou leixar outras pessoas em ellas. Nos encarregamos ao dicto duque de Bragança, meu muito preçado e amado tio, das dictas menajeens e auemos por quites dellas os dictos alcaides, mostrando eles, per suas cartas ou per escriptura pruuica, como ele entrou ou leixou as dicas pessoas dentro, em os dictos castellos ou castello, per bem deste nosso poder.

E, outrosy, mandamos aos dictos alcaides que lhe mostrem todollos almazeens e lhe leixem tomar armas algũas, sse lhe conprirem, contanto que os alcaides das fortezeas ou fortezeza donde as toma rreçebam delle seus aluaras de confissom, asijnados per sua mão, do que así leuam, pera lhas depois rrequerir ou mostrar como lhe foram leuadas.

E mandamos outrosi aos dictos nossos corregedores e juizes e justiças dessas comarcas que uão ou estem com elle ou sem ele, como lhe per elle da nossa parte ffor dicto e mandado, por nosso seruço, a algũus lugares das dictas comarcas; e esso meesmo que façam jr os dictos caualleiros, fidalgos, çidadãos e conçelhos e omeens darmas e beesteiros e homeens de pee que nas dictas comarcas ouuer. E que o conpram e ffaçam así ssem tardança tanto que per elle ou da sua parte pera ello forem rrequeridos, como dicto he. E ho eleam de todo o que lhes asy em esto falar e diser. E tambem mandamos a todollos dictos coudees das çidades e ujllas e lugares, julgados, terras, coutos, honrras que façam apurações das jentes que hi ouuer e uão com elas ou com parte delas onde quer e como lhes per el ou da sua parte for dicto e mandado e seiam a todo bem prestes e diligentes. E, por sse esto melhor conprir, nos mandamos e damos lugar e poder nosso asoluto ao dicto duque de Bragança meu tio que, sse algũus forem negregentes ou desobidientes aos seus mandados ou daquelles a que ell cometer ou der carrego dalgũas das ssobredictas coussas por nosso seruço, que elle lhes possa poer aquellas penas que ele uir que em tal casso sse mereçe dar.

Outrossi, sse ele, ssobredicto duque de Bragança, achar que algũas pessoas dos nossos rregnos fazem ou fezerem algũas rrepresarias ssem autoridade de justiça ou os daalem esso meesmo querem fazer aca, pro-

ueia ho trauto da paz e nossa ordenaçom e a garde e ffaça gardar em todo. E em o que achar duujdosso façanollo ssaber, pera lhe mandarmos a maneira que aja de teer.

Dante em a nossa muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, oito dias doutubro. Pero de Lixboa a fez. Anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mjl iij^o Rblij^o anos. E eu, Ruy Galuam, secretario do ssenhor rrey, que esta carta fiz escpreuer. ElRej.

201

14 OUTUBRO 1448

Bula Apostolicae sedis, de Nicolau V, a conceder o priorado do Crato a João de Ataíde e a declarar nulos quaisquer direitos que sobre ele se arrogue D. Henrique de Castro, com a condição de este receber a pensão anual a que se reporta a bula Religionis zelus, do mesmo dia e ano.

AV., Reg. Vat., vol. 387, fl. 250.

Nicolaus, etc.

Ad futuram rei memoriam.

Apostolice sedis providentia circumspecta ad ea libenter intendit per que prioratibus, preceptorijs et alijs beneficijs ecclesiasticis, secularibus et quorunvis ordinum etiam militiarum regularibus (1), omnibus sublati ab eis sinistris et dispendijs quibuslibet, vtiliter et salubriter valeat provideri, illosque gracioso favore prosequitur quos ad id propria virtutum merita laudabiliter reconducunt.

Dudum siquidem, felici recordationis Eugenius papa iij, predecessor noster, prioratum sancti Johannis de Crato, Elborensis (2) diocesis, Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani, cum illum per cessum uel decessum quondam Nunijs Gundisalvi de Goyes, tunc in humanis agentis et eum obtinentis, vacare contingeret, collationi et dispositioni sue

(1) No ms. *regiaribus*.

(2) No ms. *Alborensis*.

per quasdam [litteras] reseruauit, decernens ex tunc irritum [et inane quidquid super his a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari]. Et deinde, dicto prioratu, per obitum ipsius prioris, qui extra romanam curiam diem clausit extremum, vacante, prefatus predecessor de illo dicto filio Henrico de Castro, tunc laico Vlixbonensis diocesis ac, ut asserebat, vna cum dilectis filiis magistro prefati (3) Hospitalis necnon conuentu Rhodi Hospitalis eiusdem sub regulari habitu Altissimo famulari cupienti, ex nunc pro fratre ipsius Hospitalis expresse professo se gerenti, per alias [litteras], sub certa forma graciouse prouideri mandauit; ac postea, per eundem predecessorem accepto quod dictus Henricus prioratui predicto, illius tunc per eum possessione non habita, ac omni iuri sibi in illo seu ad eum competenti sponte et libere cedere proponebat, prefatus predecessor tunc, ad supplicationem carissimj in Christo filij nostri Alfonsi, regis Portugalie et Algarbij jllustris, tunc asserentis quod ipse dictum prioratum, qui sibi in magna pecuniarum summa tunc obligatus erat, ab huiusmodi obligatione liberaret, si de illo dilecto filio Johanni de Atayde, tunc fratri domus de Thomar, militie Yhesu Christi, Vlixbonensis diocesis, prouideretur, etiam per alias suas litteras dedit venerabili fratri nostro episcopo Lamecensi (4) ac duobus alijs suis in hac parte collegijs, eorum proprijs nominibus non expressis, inter alia in mandatis ut ipsi, vel duo aut vnus eorum, ab eodem Henrico uel procuratore suo legitimo resignationem huiusmodi, si illam in eorum manibus facere vellet, auctoritate apostolica, reciperent et admitterent, illaque recepta et admissa prioratum predictum, siue per cessionem uel obitum huiusmodi uel alias quouismodo tunc vacaret, prefato Johanni, eadem auctoritate, conferrent et assignarent eunque de domo ad Hospitale huiusmodi transferrent, necnon sibi regularem habitum, per fratres ipsius Hospitalis gestari solitum, exhiberent; et deinde ipse predecessor, motu proprio, alijs suis litteris, prefatum Henricum, tunc laicum dicti prioratus, tanquam per obitum Nunij huiusmodi tunc vacantis, administratorem (5) fecit, constituit et etiam deputauit, illius curam, regimen et administrationem sibi in spiritualibus et temporalibus plenarie committendo, necnon prouisiones, commissiones et mandata quecunque, si qua per eum uel dictam sedem facta pro alijs quomodolibet appareret, ex certa scientia, cassauit et annullauit ac successiue, per alias suas litteras, dictum prioratum eidem Henrico, postquam professionem per fratres Hospitalis huiusmodi emitti solitam emisisset, pro collato haberi et de illo prouisum fore censuit.

(3) No ms. *prefatis*.

(4) No ms. *Lamecensi*.

(5) No ms. *administrationem*.

Et postremo, pro parte dicti Henrici, eidem predecessori exposito quod dilectus filius Johannes de Coelho, frater dicti Hospitalis, omni iuri, quod sibi in prioratu ipso seu ad eum quomodolibet tunc competeat, sponte et libere cessaret, quodque dilectus filius Johannes de Lanstico, etiam tunc prefati Hospitalis magistri, eundem prioratum ipso Henrico, etiam preteritum aliarum sibi directarum ipsius predecessoris litterarum, contulerat et de illo etiam prouideret, et quod ipse Henricus, tempore sibi factarum posteriorum collationis et prouisionis prefatarum, dicti Hospitalis frater non erat, idem predecessor tunc, litteris Johanni de Atayde concessis predictis per eum, ut dicitur, tunc cassatis et annullatis, alijs suis litteris voluit ac dicto Henrico concessit quod singule ei concessae littere prefate ab earum data valerent plenamque roboris firmitatem obtinerent, perinde in omnibus et per omnia ac si, tempore data earum, ipse (6) Henricus dicti Hospitalis frater fuisset et professionem predictam emisisset, prout in singulis litteris ipsis plenius continetur.

Cum autem, sicut exhibita nobis nuper, pro parte dicti Johannis de Atayde, peticio continebat, dilectus filius Gometius (7) Pelagij, canonicus Vlixbonensis, cui venerabilis frater noster Johannes Visensis, tunc Lamecensis (8) episcopus, vnus ex tribus executoribus litterarum Johanni de Atayde concessarum huiusmodi, super hijs commiserat (9) vices suas, earum litterarum (10) preteritum, licet dictus Henricus cessionem aliquam non fecisset, ipsum prioratum cum omnibus iuribus et pertinencijs suis prefato Johanni de Atayde contulerit et de illo etiam prouiderit, ac dictus Johannes de Atayde, qui predictarum sibi concessarum litterarum (11) obtentu de domo prefata ad predictum Hospitale translatus fuit quique habitum per ipsius Hospitalis fratres gestari solitum huiusmodi suscepit, dictum prioratum assecutus, illum, ex tunc, per quatuor annos uel circa tenuerit et possederit, teneat et possideat de presenti, ipsum prioratum in spiritualibus et temporalibus multipliciter meliorando, ac, ex certis causis credatur quod littere Henrico concessae predictae suum integre sortiri effectum ipseque Henricus dicti prioratus possessionem non nisi cum magnis litibus, dissentionibus et scandalis assequi poterit et forsitan nunquam assequetur, sicque fructus, redditus et prouentus prioratus huiusmodi, qui ad impugnationem infidelium et alias ad ipsius Hospitalis religionis utilitatem deputati fore noscuntur, in litigijs consumerentur ac prefatum Hospitale sibi debita responsione poterit defraudari, in non modi-

(6) No ms. ipsi.

(7) No ms. *Goruetius*.

(8) No ms. *Lamacensis*.

(9) No ms. *commiserat*.

(10) No ms. *litteras*.

(11) No ms. *litterarum*.

cum Hospitalis et, qui illius notabile membrum existit, prioratus eorundem preiudicium atque dampnum;

Nos, premissa omnia eque et debite compensantes et ne illorum occasione discordie, controuersie ac forsan scandala et pericula, etiam in ipsorum Hospitalis et prioratus preiudicium atque dampnum, de cetero proueniant, quantum nobis ex alto conceditur (12), prouidere cupientes, ac regis et infantis nobis super hoc humiliter supplicantium ac Johannis de Atayde predictorum in hac parte suplicationibus inclinati, et premisis et ex certis alijs iustis et rationabilibus causis, quas presentibus haberi volumus pro expressis, auctoritate apostolica et ex certa scientia, tenore presentium, causas et lites, si que inter Johannem de Atayde et Henricum prefatos uel alios quoscunque, super dicto prioratu aut eius occasione, etiam ex apostolicis commissionibus, coram quibuscunque iudicibus, in dicta curia uel extra eam forsan pendent indecise, ad nos harum serie aduocamus et penitus extinguimus, necnon tam Henrico, ut premittitur, quam alias forsan sibi uel quibusuis alijs, cuiuscunque gradus, status, dignitatis, ordinis uel conditionis fuerint personis, per predecessorem ac magistrum et conuentum prefatos, uel eorum aliquem, ac per nos super dicto prioratu et eius occasione concessas atque factas litteras, commissiones, collationes, prouisiones et concessionem omnes et singulas necnon per illas habitos processus, quorum omnium et supra narratarum litterarum tenores, ac si de uerbo ad uerbum inserti forent, ac dictarum litium et causarum status similiter presentibus haberi uolumus pro expressis et quecunque inde secuta reuocamus, cassamus et annullamus ac pro nullis et infectis haberi, necnon Henrico, cui propterea super fructibus, redditibus et prouentibus prefati prioratus, quandoque annuam pensionem, annis singulis, persoluendam, hodie, per alias nostras litteras, sub certis modo et forma, reseruare, constituere et assignare intendimus, et alijs personis prefatis super ipso prioratu perpetuum silentium imponimus omnemque inhabilitatis et infamie maculam, siue notam, per ipsum Johannem de Atayde, premissorum occasione quomodolibet contractam, penitus abolemus, necnon omnia et singula ab eo, in regimine et gubernatione dicti prioratus, alias rite gesta atque facta approbamus et confirmamus fructusque per eum ex dicto prioratu perceptos sibi plenarie et libere remittimus ac sibi, etiam de regali prosapia procreatus existit, alias apud nos de religionis zelo, uite ac morum honestate alijsque probitatis et virtutum meritis multipliciter commendato, horum intuitu, specialem gratiam facere volentes, prioratum predictum, cuius fructus, redditus et prouentus quatuor milium librarum Turonensium parvorum, secundum communem estimationem, valorem annuum, ut asseritur, non

(12) No ms. *altro condere*.

excedunt, siue per obitum Nunij aut resignationem Johanis de Coelho, uel nostras reuocationem et cassationem huiusmodi, siue alias quouismodo, aut ex alterius cuiuscunque persona vacet, etiam si tanto tempore vacauerit quod eius collatio, iuxta Lateranensis statuta concilij, ad sedem prefatam legitime deuoluta ipseque prioratus, specialiter alias uel generaliter dispositioni apostolice reseruatus, ac dignitas generalis curata et electiua, et forsitan alias qualificatus existat et a quouis loco dependeat, ac super eo inter aliquos alios lis, cuius statum etiam presentibus haberi volumus pro expresso, in dicta curia uel extra eam pendeat indecisa, cum omnibus iuribus et pertinentijs supradictis, eidem Johanni de Atayde conferimus et de illo etiam prouidemus, decernentes prout est irritum et inane [quidquid super his a quoquam, quauis auctoritate, scienter uel ignoranter, contigerit attemptari].

Non obstantibus quibusuis priuilegijs, litteris et indultis per eandem sedem, sub quibusuis formis aut uerborum expressionibus, et cum huiusmodi uidelicet quod illis, etiam per alia ipsis specialiter et expresse derogantia litteras et priuilegia, nisi sub certis formis plene ac signanter et debite specificatis et declaratis, nullatenus derogari possit, necnon alijs presentium derogatorijs clausulis quibuslibet, Hospitali, magistro, conuentui et prioratui prefatis, seu in eorum fauorem, ex quibusuis causis, etiam motu proprio et ex certa scientia, olim concessis seu factis, quorum omnium tenores, ac si de uerbo ad uerbum inserti forent, etiam huiusmodi presentibus haberi volumus pro expressis; necnon pie memorie Bonifacij pape viij, predecessoris nostri, et alijs apostolicis constitutionibus ac prefati Hospitalis iuramento, confirmatione apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis stabilimentis, usibus et consuetudinibus ceterisque contrarijs quibuscunque. Aut si aliqui, super prouisionibus sibi faciendis de prioratibus huiusmodi, speciales uel alijs beneficijs ecclesiasticis in illis partibus generales prefate sedis uel legatorum eius litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reservationem et decretum, uel alias quomodolibet sit processum, quibus omnibus prefatum Johannem de Atayde, in assecutione dicti prioratus, volumus anteferri, sed nullum per hoc eis, quoad assecutionem preceptoriarum siue prioratum uel beneficiorum aliorum, preiudicium generari. Aut si prefatis magistro et conuentui uel quibusuis alijs, communiter uel diuisim, a dicta sit sede iudulum, etc., usque mentio specialis.

Volumus, autem, quod presentes littere ac in eis contenta per nos facta et concessa premissa omnia et singula perinde valeant ac si illa motu proprio emanassent. Et nichilominus venerabilibus fratribus Zamorensi et Colimbriensi ac Lamecensi (13) episcopis mandamus quatenus

(13) No ms. *Lamacensi*.

ipsi uel duo aut vnus eorum, per se uel alium seu alios, prefatum Johannem de Atayde, uel procuratorem suum, eius nomine, in corporalem possessionem prioratus iuriunque et pertinenciarum predictorum inducant, auctoritate nostra, et defendant inductum, amoto exinde quolibet detentore, ac facientes ipsum Johannem de Atayde, uel dictum procuratorem pro eo, ad prioratum huiusmodi, ut est moris, admitti sibiue de illis fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuentionibus vniuersis integre responderi, non obstantibus supradictis, aut si magistro et conuentui prefatis uel quibusuis alijs, communiter uel diuissim, ab eadem sede indultum existat quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint, per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, contradictores, etc.

Nulli, ergo, etc., nostre, etc.

Datum Rome, apud Sanctam Potentianam, anno, etc., millesimo quadringentesimo quadragésimo octauo, pridie idus octobris, pontificatus nostri anno secundo (14).

202

14 OUTUBRO 1448

Bula Religionis zelus, de Nicolau V, dirigida a João de Ataíde, prior do Crato, a provê-lo no sobredito priorado, com a condição de ele e sucessores pagarem a Henrique de Castro a pensão vitalícia anual de 100.000 reais brancos, a pedido de el-rei e do infante D. Pedro.

AV., Reg. Vat., vol. 387, fl. 248.

Nicolaus, etc.

Dilecto filio Johanni de Atayde, priori prioratus de Crato, Elborensis diocesis, Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani, salutem, etc.

(14) D. Henrique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, havia sido nomeado prior do Crato pelas letras *Dum concessimus*, de 18 de Março de 1443 (o DOC. 13 do nosso vol. 8). Sobre o mesmo pode ver-se ANASTASIO DE FIGUEIREDO, *Nova História da Militar Ordem de Malta*, parte 1, p. 58, e parte 3, pp. 37 a 47, 55 e ss. e 91.

Religionis zelus, uite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et uirtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut ea tibi fauorabiliter concedamus que tuis commoditatibus fore conspiciamus oportuna.

Cum itaque hodie, nos, de prioratu de Crato, Elborensis diocesis, Hospitalis Sancti Johannis Jerosolimitani, qui generalis dignitas ac forsane curata et electiua existit, tunc certo modo vacante, tibi prouidendum ac etiam dilecto filio Henrico de Castro, fratri dicti Hospitalis, pensionem annuam centum mille regalium albarum monete, illarum precium super ipsius prioratus fructibus, redditibus et prouentibus qui quatuor milia librarum Turonensium paruorum, secundum communem estimationem, valorem annuum, ut asseritur, non excedunt, sibi, quoad uixerit uel ad certum tunc expressum tempus, per te uel successores tuos pro tempore existentes dicti prioratus priores, in certis loco et terminis ac sub censuris et penis tunc expressis, annis singulis, integre persoluendam (1), reseruandam, constituendam et assignandam duxerimus, prout in diuersis alijs nostris desuper confectis litteris plenius continetur;

Nos, qui dudum inter alia statuimus et ordinauimus quod nullus in antea, vigore cuiuscunque expectatiue gracie, quodcunque beneficium ecclesiasticum dispositioni apostolice generaliter reseruatum, etiam si alias sub huiusmodi gracia comprehendi uidetur, acceptare uel de illo sibi prouideri facere posset siue deberet, decernentes (2) irritum et inane quicquid secus contigerit attemptari, tibi qui, ut etiam asseritur, de regum prosapia procreatus existis ac professionem per fratres ipsius Hospitalis emitti solitam regularem emisisti, ut pensionem huiusmodi commodius persoluere ualeas de alicuius subuentionis auxilio prouidere necnon premissorum meritorum tuorum intuitu ac consideratione carissimj in Christo filij nostri Alfonsi, Portugalie et Algarbij regis jllustris, necnon dilecti filij nobilis viri Petri, ducis Colimbriensis, regni Portugalie et Argarbij jnfantis, pro te eorum dilecto nobis super hoc humiliter supplicantium, gratiam facere specialem [volentes], ex bauilijs, preceptorijs, commendis et domibus prefati Hospitalis, vbilibet infra dictum regnum consistentibus, vnam, duas, tres, quatuor, quinque seu plures bauiliam, preceptoriam, commendam siue domum, aut bauilias, preceptorias, commendas uel domos cuius seu quorum fructus, redditus et prouentus mille librarum Turonensium paruorum, secundum communem estimationem valorem annuum non excedunt, etiam si illa uel ille camera seu membrum aut camere uel membra alicuius uel aliquorum loci seu locorum dicti Hospitalis aut generaliter uel etiam per litteras nostras specialiter dispositioni apostolice seu nostre

(1) No ms. *persoluenda*.

(2) No ms. *decernens*.

apostolice sedis collationi quomodocunque reseruata uel reseruata extiterit (3) uel extiterint, ad dilectorum filiorum magistri prefati Hospitalis ac conuentus Rodi Hospitalis eiusdem et aliorum quorunlibet collationem, prouisionem, commissionem, presentationem seu quanuis aliam dispositionem communiter uel diuisim pertinentem seu pertinentes, si qua uel si que vacat seu vacant ad presens, aut cum vacauerit seu simul uel successiue vacauerint, quam seu quas tu, per te uel procuratorem tuum ad hoc legitime constitutum, infra vnus mensis spacium postquam tibi uel eidem procuratori vacatio illius uel illarum innotuerit, duxeris acceptandam uel acceptandas, conferendam seu conferendas, tibi cum omnibus iuribus et pertinentijs suis donationi apostolice reseruamus, districtius inhiibentes magistro et conuentui supra dictis ac illi vel illis, ad quem uel ad quos bauiliarum, preceptoriarum, commendarum ac domorum predictarum collatio, prouisio, presentatio seu queuis alia dispositio communiter uel diuisim pertinet, ne de bauilia, preceptoria, commenda seu domo aut reseruatis bauilijs, preceptorijs, commendis seu domibus huiusmodi interim etiam ante, nisi postquam eis constiterit, quod tu uel procurator predictus illam vel illas nolueritis acceptare, disponere quoquomodo presumant ac decernentes ex nunc, etc.

Non obstantibus nostris predictis et quibuscumque alijs constitutionibus et ordinationibus apostolicis ac dicti Hospitalis iuramento, confirmatione apostolica uel quacunque firmitate alia roboratis statutis, stabilimentis et consuetudinibus ceterisque contrarijs quibuscunque, aut si aliqui super prouisionibus sibi faciendis de bauilijs, preceptorijs, commendis et domibus huiusmodi in illis partibus speciales uel generales apostolice sedis uel legatorum eius litteras impetrarint, etiam si per eas ad inhibitionem, reseruationem et decretum uel alias quomodolibet sit processum, seu si magistro, conuentui et alijs predictis, communiter uel diuisim, a prefata sit sede indultum quod ad receptionem uel prouisionem alicuius minime teneantur et ad id compelli non possint quodque de huiusmodi bauilijs, preceptorijs et domibus, ad eorum collationem, prouisionem, commissionem, presentationem seu quanuis aliam dispositionem, coniunctim uel separatim spectantes, nulli ualeat prouideri per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, et qualibet alia dicte sedis indulgentia generali uel speciali, cuiuscunque tenoris existat, per quam presentibus non expressam uel totaliter non insertam effectus huiusmodi gratie impediri ualeat quomodolibet uel differri et de qua cuiusque toto tenore habenda sit in nostris litteris mentio specialis.

(3) No ms. extiterint.

Et insuper, ut presentium litterarum effectum celeriore sequi valeas, volumus necnon apostolica auctoritate, ex certa scientia, tibi concedimus quod nulla, per nos vel sedem eandem, tam dilecto filio Guillelmo de Lanstico, senescalco (4) prefati Hospitalis, quam alijs quibuscumque personis, cuiuscumque gradus, status, nobilitatis, ordinis vel conditionis, etiam si in processibus diligentiores ac in milicia Sancti Johannis Hierosolimitani antiquiores fuerint et diutius illi in domo Rhodi ipsius militie personaliter seruerint, in genere vel in specie, sub quibuscumque formis aut verborum expressionibus et cum quibuscumque, etiam individualium, et quod illis per alias litteras et privilegia apostolica, nisi sub certis formis, nominationibus et declarationibus, plene, signanter et debite expressis et expeditis, derogari nequeat vim et effectum (5) habentium, et alijs derogatorijs necnon formarum earundem prohibitorijs ceterisque presentium effectui preiudicialibus clausulis necnon irritantibus decretis, etiam regis et ducis prefatorum vel aliorum quorumlibet, aut alio quocumque intuitu vel respectu, aut motu proprio et sub maiori vel pari data, concessa hactenus, vel in posterum concedenda gracie, littere, prerogative, antelationes, exceptiones, declarationes, suspensiones et indulta, uniones, annexiones, incorporaciones, ac de baillijs, preceptorijs, commendis siue domibus huiusmodi primo vacaturis speciales reservationes, ac de illis dilecto filio Johanni (6) Fernandi de Archa, fratri militi dicti Hospitalis, seu cuicumque alteri, etiam maioris status seu conditionis, conferendis, mandata quorum videlicet concessorum necnon infra dictorum litterarum, privilegiorum et indultorum omnium tenores, ac si de verbo ad verbum inserti forent, presentibus haberi volumus pro expressis, tibi in baillie, preceptorie, commende seu domus, reservatarum baillarum, preceptoriarum, commendarum vel domorum huiusmodi seu alicuius earum assecutionem aliquo preiudicare seu aliquod preiudicium afferre possint seu debeant, quoniam quod tu, quo ad presentium litterarum totalem consequendum effectum, Guillelmo et cuilibet ex illis personis predictis preponi et anteferi quodque etiam libere et licite bailliam, preceptoriam, commendam seu domum, aut reservatas baillias, preceptorias et commendas vel domos huiusmodi, si tibi, vigore presentium, conferatur vel conferantur, una cum dicto prioratu, qui olim quinque cameras habere consuevit, licet ultra tres presentialiter non habeat, recipere, ac duas, quoad uixeris, in supplementum duarum camerarum ipsi prioratui, ut prefertur, deficientium necnon reliquias reservatarum baillarum, preceptoriarum, commendarum seu domorum prefatarum, donec et quousque pensio predicta dura-

(4) No ms. *senescalco*.

(5) No ms. *affectum*.

(6) No ms. *Johannis*.

uerit, retinere possis et valeas, eadem apostolica auctoritate harum serie indulgemus, necnon etiam te ac prioratum predictum necnon illam uel illas ex bauilijs, preceptorijs, commendis ac domibus, quam seu quas, vigore presentium, assecutus fueris, necnon illorum et cuiuslibet ipsorum bona omnia et singula, etiam donec et quousque pensio antedicta durauerit, ab omnibus et singulis extraordinarijs duntaxat inpositionibus (7), collectis, subsidijs et alijs oneribus, tam per sedem quam per magistrum et conuentum prefatos coniunctim seu diuisim aut alias quomodolibet et quibusuis etiam urgentibus causis Hospitali prefato ac illius et dicte milicie prioratibus, bauilijs, commendis, preceptorijs, domibus in hijs locis et fratribus hactenus impositis et im posterum (8) imponendis, auctoritate apostolica, ex certa scientia, per huiusmodi presentes, penitus eximimus et totaliter liberamus ac exempta et libera ex nunc fore decernimus et declaramus, non obstantibus premissis omnibus ac quibusuis alijs priuilegijs, litteris et indultis, etiam cum clausulis premissis similibus aut maioribus, milicie, Hospitali, prioratibus, bauilijs, commendis, preceptorijs, domibus, locis, magistro, conuentui et fratribus predictis olim concessis ceterisque contrarijs quibuscunque.

Et nichilominus, venerabilibus fratribus nostris Zamorensi (9) et Colimbriensi et Lamecensi (10) episcopis per apostolica scripta mandamus quatenus ipsi vel duo aut vnus eorum, per se uel alium seu alios, bauiliam, preceptoriam, commendam seu domum aut reseruatas bauilias, commendas, preceptorias uel domos huiusmodi, cum vacauerit (11) seu vacauerint, ut prefertur, cum omnibus iuribus et pertinentijs suis tibi, post acceptationem predictam, eadem auctoritate nostra, conferant et assignent, inducentes te, uel procuratorem tuum tuo nomine, in corporalem possessionem bauilie, preceptorie, commende seu domus aut reseruatarum bauiliarum, commendarum, preceptoriarum uel domorum iurisque et pertinentiarum predictorum, et defendentes inductum ac facientes te, uel dictum procuratorem per te, ad huiusmodi bauiliam, preceptoriam, commendam uel domum seu reseruatas bauilias, preceptorias, commendas uel domos, ut est moris, admitti tibi que de illius uel illarum fructibus, redditibus, prouentibus, iuribus et obuentionibus vniuersis integre responderi, aut si magistro, conuentui et alijs collatoribus prefatis ab eadem sede indultum existat quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint per litteras apostolicas non facientes plenam et expressam ac de uerbo ad uerbum de indulto huiusmodi mentionem, contradictores, etc.

(7) No ms. in positionibus.

(8) No ms. imposterum.

(9) No ms. Zomorensi.

(10) No ms. Lamecensi.

(11) No ms. vacarit.

Nulli, ergo, etc., nostre reservationis, inhibitionis, constitutionis, voluntatis, concessionis, indulti, exemptionis, liberationis, decreti, declarationis et mandati infringere (12), etc.

Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctam Potencianam, anno, etc., millesimo quadringentesimo quadragésimo octavo, pridie idus octobria, pontificatus nostri anno secundo (13).

203

14 OUTUBRO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão, expedida de Perpilhão, a recomendar aos reis e rainhas de Castela, Portugal e Navarra e duque e duquesa de Coimbra o barão austriaco Jorge de Volrestorf e o Dr. Ulderico Riedrer, embaixadores de Frederico, rei dos romanos, a Portugal aonde vêm ver as irmãs do soberano daquelle país com uma das quais o referido monarca deseja contrair matrimónio (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 3272, fls. 59 v.-60.

Muy alto princep, etc. Nos, la rreyna dAragon, etc.

Muy alto principe, etc. Los noble, amados e deuotos nuestros mjcer Jordi de Volrestorf, baron del Ducat dAustria, e maestro Vldarico Riedrer, licenciado en cascun dreyto, embaxadores trametidores por el jllus-

(12) No ms. *infringeri*.

(13) Sobre este Fr. João de Ataíde, filho do 1.º conde de Atougula, D. Alvaro Gonçalves de Ataíde, e D. Guilomar de Castro, sucessor de D. Henrique de Castro no priorado do Crato, pela resignação deste, pode ver-se ANASTASIO DE FIGUEIREDO, *Nova Historia da Militar Ordem de Malta*, parte 3, pp. 37 e ss., 54-61, 91 e 93.

(1) D. Leonor, filha de el-rei D. Duarte, nasceu em Torres Vedras a 18 de Setembro de 1434, casou em 9 de Agosto de 1451 com o imperador Frederico III, imperador da Alemanha, e veio a falecer em Neustadt em 3 de Setembro de 1467. Sobre aquella princesa pode ver-se a bibliografia aduzida por FORTUNATO DE ALMEIDA, *História de Portugal*, t. 2, p. 93, nota 1. Os quatro documentos de 1448 que ora revelamos e editamos antecipam assim as diligências do referido imperador para o seu matrimónio com a infanta portuguesa.

trissimo princep don Fredrich, rrey de los rromanos, etc., son stados al dito ssenyor rrey, marido e ssenyor nuestro muy caro, e apres aqui, a nos, por certifficarnos com el dito jllustrissimo rrey de los rromanos los tramete al dito jllustrissimo rrey de Portugal, nuestro muy caro e muy amado sobrino, por veyer las jllustras hermanas suyas, con vna de las quales ha gran affeccion de tractar matrimonio.

E, por quanto los ditos embaxadores deuan passar per exos vuestros rregnos; rrogamos, muy affectuosament, a vuestra excellencia que aquellos fagades buena recepcion e los tractedes e fagades tractar segunt por vuestra honor se pertanesce. E sea, muy alto princep, nuestro muy caro e muy amado hermano, vuestra curosa guarda la Sancta Trinjdad.

Dada en Perpenyan, a xliij dias doctubre, anyo mil cccc xxxviiij. La Reyna.

Al muy alto e princep nuestro muy caro, muy amado ermano, don Johan, por la gracia de Djos rrey de Castella e Leon.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.

Sub simili forma, mutatis mutandis, fuit scriptum:

Al muy alto princep don Alfonso, por la gracia de Dios rrey de Portugal.

Jtem, regi Nauarre.

Jtem, jllustre duch de Cohimbre.

Jtem, jllustrissime Johanne, regine Castelle.

Jtem, jllustrissime Ysabelj, regine Portugalie.

204

14 OUTUBRO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão, a recomendar os mesmos embaixadores de Frederico, rei dos romanos, a reis e a príncipes e a mandar às autoridades aragonesas dêem todas as facilidades aos ditos, na sua passagem por terra e por mar, com a respectiva comitiva, e todas as dispensas tributárias.

ACA., Cancilleria Real, Registro 3272, fl. 60r.-v.

Serenissimjs jllustrissimjsque regibus, consanguineis et amjcis nostrjs carissimjs. Maria, Dei gracia, etc., salutem et prosperorum successuum jncrementa. Reuerendis quoque ac venerabilibus jn Christo patribus, jllustribus, magnjficis, spectabilibus, nobilibus et egregijs fidelibusque et dilectis nostris, quibuscumque ecclesiarum prelatjs, principi]bus, ducibus, marchionjbus, comjttibus, baronibus, vnjuersitatibus officialibusque et subditis dicti dominj regis, ad quem seu quos presentes peruenjnt, salutem, dilectionem, gratiam nostram et bonam voluntatem.

Cum spectabiles et magnifici viri, consiliarij et oratores jllustrissimj Frederici quarti, romanorum regis semper augusti, fratris nostri carissimj, Georgius de Volrestorf, ducatus Austrie baro, et Vldaricus Riedrer, juris ciujlis doctor, gracia nonnullorum negociorum dicti jllustrissimj romanorum regis pertractandorum, ad nonnullos principes se conferre et proficisci, vestrorum regum et principum ceterorumque amjcicias rogamus, ex corde, alijs vero dicimus et mandamus quatenus cum oratores predictos, presencium exhibitores, per regna, ciuitates, castra, villas et loca ac territoria, portus, pontes et passus vestre vel nostre dicionj subiecta, tam per terram quam per mare vel aquam dulcem, jre, transire, nauigare et jn eis esse, morari et jnde ab eis recedere et exire, pertractandorum contigerit, cum eorum familja, equjtaturjs, auro, argento, jocalibus, vestibus alijsque bonjs et rebus libere, tute, sine aliqua dacijs, gabelle, passagij et alterius cuiusujjs jurjs solucione permjctatis et, si opus fuerit, eis proujdeatis de securo et saluo conductu, dicti jllustrissimj romanorum regis et nostri jntuhitu et amore, quoniam hec res nobis erit gratissima, et viceuersa, ad omnja vestra beneplacita nos promptissimam reperietis. Jn cuius rey, etc.

Datum Perpinjanj, die xiiij^a. octobris, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc^o.xxxviiij^o., regnjque dicti dominj regis Sicilie citra farum anno xiiij^o, aliorum vero regnorum xxxliij^o. La Reyna.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.

Prouisa.

205

14 OUTUBRO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão, a conceder ao barão Jorge de Volrestorf, a seu pedido, que, em nome do rei aragonês e seu, ele atribua a três senhoras nobres austríacas, por ele esco-

lhidas, a empresa aragonesa da estola e jarra e delas receba o juramento de cumprir os respectivos estatutos e que possam usar as insígnias próprias nos dias e festas costumados.

ACA., Cancillería Real, Registro 3272, fl. 60 v.

Nos, Maria, etc. Quia vos, magnificus et spectabilis vir Georgius de Volrestorf, baro ducatus Austrie, orator serenissimj principis Frederici, romanorum regis semper augusti, fratris nostri carissimj, nostre maiestati humjliter suppljcastis, vt, cum nonnulli nobiles mulieres dicti ducatus Austrie cupiant emprisia regia stole et jarre jnsignjri, vobis licenciam et facultatem dictam emprisiam eis dandi concedere dignemur; nosque, huiusmodj supplicationjbus, tam vestri quam ipsarum mulierum jntujtu, annuentes, serie cum presenti, vobis, de cuius fide et prudencia ac prime confidimus, licenciam concedimus et plenariam facultatem vt, nomine, pro parte dicti serenissimj dominj regis, virj et dominj nostri carissimj vice et nomine, tribus nobilibus mulieribus, quas eligeritis et voluerjtis, dictam regiam emprisiam stole et jarre tribuatis et concedatis et ab eisdem recipiatis iuramentum de seruandis capitulis dicte amprisie, juxta ipsorum seriem et tenorem; volentes et concedentes eisdem quod, data per vos eis dicta emprisia, eam portent diebus et festis consuetis, gaudcant et vtantur prerogatiuis, priuilegijs, honoribus, fauoribus et prehemjnencijs quibus ceteri dictam emprisiam portantes gaudere et vti consueuerunt. Super quibus vobis commjctimus vices regias atque nostras plenarie cum presenti. In cuius rey, etc.

Datum Perpinjanj, die xliij^a. octobrjs, anno a natiuitate Dominj millesimo cccc^o. quadregesimo octauo. La Reyna.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.

Prouisa.

206

14 OUTUBRO 1448

Carta da rainha D. Maria de Aragão ao bailio e cobrador do imposto régio de Le Boulon (Rossilhão) e ao vice-chanceler de Gerona, a declarar dispensados dos impostos régios o barão Jorge

de Volrestorf e o Dr. Ulderico Riedrer, embaixadores de Frederico, rei dos romanos, em viagem para Portugal.

ACA., *Cancillería Real*, Registro 3272, fl. 61.

La rreyna. Batle e leuder. Los spectables, noble, amats e deuots nostres mjeer Jordi de Volrestorf, baro del ducat dAustria, e mestre Viderico Riadrer, licenciat en cascun dret, embaxadors e oradors tramesos per lo jllustrissimo princep don Frederich, rrey dels rromans, son passats per lo ssenyor rrey e per nos e van en Portugal. Desijam e volem molt que passen e vagen ben fauorjts e tractats.

Per ço, vos manam, molt stretament, que nj per dret de morbat nj de leuda nj altra qualseuol, los sia fet empaix o contrast algu, ans sien be per vos e altres ben tractats e fauorjts. E en aço no haia falla, com axi vullam se fassa, auisant vos que si lo contrarj sera per vos altres fet, al tornar que faran de la part daça, los ho farem tornar tot jntegrament.

Dada en Perpinya, a xiiij. dies de octubre, any Mil .cccc. quaranta vuyt. La Reyna.

Als feels nostres lo batle e leuder de la leuda rreal en Al Uolo.

Domina regina mandauit michi, Bartholomeo Sellent.

Sub similj forma fuit scriptum vicecancelario Gerundie.

207

29 OUTUBRO 1448

Letras Vite ac morum, do papa Nicolau V, dirigidas a Lourenço Abul, cônego da sé de Lisboa e secretário de el-rei D. Afonso V, a conceder-lhe algumas conezias e prebendas nas dioceses de Évora e Lisboa, com os rendimentos respectivos, a pedido de el-rei, da rainha e dos infantes D. Pedro e D. Henrique.

AV., *Reg. Vat.*, vol. 386, fl. 163.

Nicolaus, etc.

Dilecto filio Laurentio Abul, canonico Vlixbonensi, salutem, etc.

Vite ac morum honestas aliaque laudabilia probitatis et uirtutum merita, super quibus apud nos fidedigno commendaris testimonio, nos inducunt ut tibi reddamur ad gratiam liberales.

Dudum siquidem, uidelicet sub data decimo octauo kalendas iulij pontificatus nostri anno primo, tibi de uno Vlixbonensis et alio Elborensis ecclesiarum canonicatibus, cum reseruatiōe totidem inibi prebendarum ac dignitatis, personatus, administrationis uel officij alicuius earundem ecclesiarum, etiam si ad illam, illum uel illud consueuisset quis per electionem assumi eique cura immineret animarum, necnon prestimoniorum, prestimonialium (1) portionum uel simplicium beneficiorum in eisdem ecclesijs ac Vlixbonensi et Elborensi ciuitatibus et diocesisbus consistentium, vnus, duorum, trium, quatuor aut plurium cedentis (2) uel decedentis aut cedentium uel decedentium, seu illa alias quomodolibet dimittentis uel dimittentium ipsarum ecclesiarum canonici uel canonico- rum, aut in ecclesijs, ciuitatibus et diocesisbus predictis beneficiati seu beneficiorum uacantium seu uacaturarum uel uacaturorum, per alias nostras litteras prouidimus gratiose, certis desuper executoribus deputatis, prout in eisdem litteris plenius continetur.

Cum autem, sicut accepimus, tu, occasione diuersarum antelationum [et] prerogatiuarum plerisque expectantibus, etiam sub quouis nomine per nos concessarum, celerem dictarum litterarum non posse consequi speres effectum, cupientes igitur ut dicte littere amplius sint tibi fructuose teque, premissorum meritorum tuorum intuitu necnon consideratione carissimi in Christo filij nostri Alfonsi, Portugallie regis jllustris, pro te, dilecto secretario (3) suo, et per eundem regem ad nos, cum ipsius regis oratoribus destinato supplicantis fauore prosequi gratie potioris uolentes, necnon omnia et singula beneficia ecclesiastica, cum cura et sine cura, que ex quibusuis apostolicis dispensationibus obtines et expectas, quecunque, quocunque et qualicunque sint, eorumque fructuum, reddituum et prouentuum ueros ualores annuos, huiusmodi dispensationum tenores presentibus pro expressis habentes, uolumus et apostolica tibi auctoritate concedimus quod, in assecutione canonicatum et prebendarum, dignitatis, personatus, administrationis et officij necnon prestimoniorum, portionum et beneficiorum predictorum ac cuiuslibet eorum, que

(1) No ms. *prestimonialium*.

(2) No ms. *cedentes*.

(3) No ms. *secretario*.

uigore prefatarum litterarum, ut prefertur, pro tempore expectas, omnibus et singulis ac illis prorsus similibus prerogatiuis, antelationibus, declarationibus, exemptionibus, priuilegijs et indultis per nos personis ecclesiasticis, tam per regem predictum quam per carissimam in Christo filiam nostram Elizabeth, reginam Portugallie jllustrem, quam etiam per dilectos filios nobiles uiros Petrum et Henricum, Portugalie jnfantes, auctoritate nostra, ad ecclesiastica beneficia usque ad certos illorum tunc expressos, numeros nominandis, sub clausulis etiam presentium forsan (4) derogatorijs, per nos quoad ipsorum beneficiorum assecutionem nuper concessis ac forsan (5) de cetero concedendis, non solum uti et gaudere possis sed quod etiam nulla per nos uel sedem predictam quibus [libet] personis, cuiuscunque gradus, status, ordinis uel conditionis, etiam si familiares nostri, continui commensales in certo cancellarie apostolice libro de mandato nostro descripti aut palatij causarum apostolici audictores actu sua officia in romana curia pro tempore exercentes, ac canonicatus, prebendas, dignitates, personatus, administrationes et officia necnon prestimonia, portiones et beneficia, sub pari uel minori data, etiam motu proprio, auctoritate nostra, pro tempore expectantes, necnon in processibus (6) diligentiores fuerint, in genere uel in specie, sub quibusuis formis aut uerborum expressionibus aut cum quibuscunque etiam indiuiduarum ac aliarum derogatoriarum clausularum quarunlibet, et etiam quod illis per alia queuis apostolica litteras et priuilegia etiam eis expresse derogantia, nisi sub certis formis plene, signanter, nominatim et expresse specificatis et declaratis, derogari nequeat neque derogatum fuisse aut esse pro tempore noceri possit uim et effectum habentium et alijs derogatorijs necnon formarum earundem, siue ille seruante fuerint siue non, prohibitorijs ceterisque effectui presentium preiudicialibus clausulis, etiam motu predicto aut regis, regine et jnfantium predictorum necnon locorum ordinariorum uel alicuius eorum seu aliorum quorunlibet aut meritorum uel seruitiorum impensorum seu laborum et expensarum susceptorum aut iurium, etiam pro sedandis litibus sublatorum uel resignatorum uel alio quouis intuitu seu respectu concessa hactenus uel imposterum concedende gratie, littere, prerogatiue, antelationes, declarationes, exceptiones, facultates, priuilegia et indulta ac speciales de dictis canonicatibus, dignitatibus, prebendis (7), personatibus, administrationibus et officijs necnon prestimonijs, portionibus et beneficijs, etiam specialiter et nominatim, per nos, pro tempore, facte reservationes, etiam cum decretis irritantibus, quorum omnium tenores ac

(4) No ms. *foram*.

(5) No ms. *foram*.

(6) No ms. *improcessibus*.

(7) No ms. *brebendis*.

si de uerbo ad uerbum inserti forent, presentibus haberi uolumus pro expressis quoad litterarum predictarum tibi concessarum, plenarie sortiendum effectum (8), aliquid preiudicare seu aliquod preiudicium afferre ualeant aut debeant, quinyo quod tu, in assecutione canonicatum, prebendarum, dignitatis, personatus, administrationis et officij necnon prestimoniorum, portionum et beneficiorum huiusmodi, tam forsan (9) nominandis per regem, reginam et infantes huiusmodi, quam etiam familiaribus nostris et auditoribus et alijs personis predictis omnibus et singulis preponi possis et etiam anteferri, non obstantibus premissis ac constitutionibus et ordinationibus apostolicis necnon omnibus illis que in dictis litteris uolumus non ob stare ceterisque contrarijs quibuscunque.

Nulli ergo, etc., nostre uoluntatis et concessionis, etc.

Si quis, autem, etc.

Datum Rome, apud Sanctam Potentianam, anno incarnationis domine milesimo quadringentesimo quadragésimo octauo, quarto kalendas nouembris, pontificatus nostri anno secundo.

208

12 NOVEMBRO 1448

Concórdia celebrada entre o infante D. Pedro, ex-regente do reino, e o duque de Bragança, por diligências de el-rei D. Afonso V e preparada pelo infante D. Henrique (1).

(8) No ms. *effectu*.

(9) No ms. *forasam*.

(1) Ao presente documento alude PINA, sem declarar, porém, que esta composição fora preparada pelo infante D. Henrique (*Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 93). Em carta de 30 de Dezembro do mesmo ano ao conde de Arraiolos, o infante D. Pedro refere-se a esta concórdia, passo em que faz o comentário seguinte: — «Ei vos crede verdadeiramente que elles nom se moueram a hordenar ha concórdia na forma em que vinha com boa emtemçam nem tinham tam boa vontade de seremos comcordados como a eu tinha; soamente por me tentar e tomarem algũu achaque contra mim» (Cfr. o DOC. 211). Também à mesma se reportou, em 1449, el-rei D. Afonso V, no Memorando destinado ao rei de Castela e ao duque de Borgonha, dizendo, a propósito: — «Mas, posto que o jfante (D. Pedro) ascy leixasse, segundo a mostrança de fora, nom leixou porem as gentes nem armas nem os aparelhos de guerra que prestres tinha nem desuestio a indinação que no coração trazia nem prepozito de proseguir o que ascy contra nos imaginara» (BNL, *Colecção Pombalina*, cód. 443, fls. 85 e ss., editado e comentado por MANUEL HELENO, *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*).

ANTT., *Gaveta 14*, maço 8, n. 1. Original em pergaminho. Ao fundo esteve o selo régio pendente; à esquerda e à direita dele, sobre pedaços de pergaminho ligados ao documento por tiras do mesmo, estiveram os selos dos dois litigantes, os quais calram ou foram arrancados, vendo-se agora apenas os respectivos suportes. Os textos do infante D. Pedro e do duque são seguidos das respectivas assinaturas autógrafas, mostrando-se a do primeiro tremida ou nervosa; lançados lado a lado, o texto do duque ocupa posição um pouco inferior em relação ao do infante. Cfr. o «fac-símile» que damos do documento.

Publicada: por SOUSA, *Provas da História Genealógica*, prova n.º 31 do liv. 6; e por MOREIRA DE SA, *Alguns documentos* p. 67 e também em «fac-símile». Sumariada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, t. 3, p. 756.

Dom Afonso, per graça de Deus rrey de Portugal e do Algarue e sseñhor de Çepta.

A quantos esta carta virem fazemos saber que, porquanto ho jmiijo auerssairo de geeraçom humanal sempre he pemssosso e emclinado pera a desuiar e rremouer do boo e verdadeiro prepossito pera que foy per graça e emfluencia deuinal criada, e rreduzilla ao sseu maaõ pemssamento e caminho, per que ofemda o Senhor Deus, que a fez e criou de nhũa cousa, aa ssua semelhança, pera fim e perfeiçom de todo bem.

E porem, husando elle de ssua falsa meestria, semeou, nom ha multos dias, escandallos e discordias antre o jffante dom Pedro, duque de Cojmbrã e sseñhor de Montemoor, meu muito amado e prezado tio, e o duque de Bragança e comde de Braçellos, meu bem amado e prezado tio. E, pero a causa e ffundamento de que os dictos escandallos e discordias proçederom nom seja de tam grande sustamça que rrazoadamente deusessem antre elles longamente durar; consijramdo nos como, duramdo per algũ tempo, que muito perllomgado nom fosse, ligeiramente poderiam vijr a tam alto graao de desacordo que nom poderia ao depois, sem gram defeculidade, sser trazido a boom assesego; acordamos e determinamos de mandar sobrelo o jffante dom Hemrrique, duque de Uiseu e sseñhor de Couilhã, meu muito prezado e amado tio, ao dicto jffante dom Pedro, pera trautar antre elle e ho dicto duque, meus tios, como cessassem dos dictos hodos e escandallos e fossem rreduzidos a uerdadeiro amor e afeiçom em que eram ante delles, comfiando da grande bomdade e vertuosa desposiçom do dicto jffante dom Hemrrique, com graça de Deus, obraria açerca dello como os dictos negoçios, com sua bõa delligencia e discriçom, çedo veessem a bõa perfeiçom.

O qual se ouue tam vertuosamente em o dicto trautamento que, com a ajuda do dicto Senhor, que em breue tempo trouue todo a booa conclusom, o que lhe teemos em grande e ssemgullar seruiço, que lhe sempre conheceremos. E a conclusom dos dictos negoçios ffoy: que o dicto jffante dom Pedro e duque, meus tios, nos scpreuerom, cada hũu per

suas cartas, como lhes prazia ledamente, por nos fazerem prazer, de lleixarem e poerem todo o dicto fecto e suas depemdiças (2) em nossas mãas, pera nos em todo darmos aquella terminaçon que sentirmos por nosso seruiço, com rreguardo de suas homrras e estados, o que lhes muito gradeçemos.

E, comsijrando nos, açerca dello, principalmente o seruiço de Deus e nosso e desy boom e paçifico assesego de nossos rregnos; acordamos e detreminamos de mandar aos dictos meus tios que assy elles, principaaes, como todollos de ssua parte e acostamento, daqui em diamte, sejam booms e verdadeiros amigos, assi como rrequere[m] os grandes diuedos que a Nosso Senhor Deus prouue amtre elles seerem, rremouendo damtre assy todo rrancor, hodio e escandallo e outra algũa malqueremça, de qualquer maneira, comdiçom, vigor e callidade que seja, e amtre elles aja aconteçida; porque nos queremos que todo seja damtre elles quite e arrincado, assy e tam compridamente como sse, de fecto, todo ou parte dello nunca amtre elles ouuesse aconteçido, porque amtre aquelles que ssam conjuntos em grande diuedo e uerdadeiro amor nom he comtado por bem rrequerersse emenda derro e emjuria que amtre elles seja passada. Ca disseram os sabedores que a uertude do boo diuedo e verdadeiro amor he conheçida e honestamente louuada quando ho erro e emjuria amtre os parentes e amigos he graçiosamente rrelleuada. E esto nos prazeria seer assy fecto por o assestirmos e emtemdermos muito por seruiço de Deus e nosso e boo assesego de nossos rregnos, como dicto he.

E, porquanto os dictos meus tios deuem bem entemder que, per aquy, suas homrras e estados sam en todo comseruados, posto que amtre elles algũs erros ou escandallos ouuessem passados, mayormente que amtre elles nom ha aconteçida cousa algũa atee o presente, se bem consijrado for, tam graue e de tam grande escandallo, segundo nosso juizo, que com justa rrazom nom deuan auer por bem o que assi per nos he acordado, quanto mais pois he tanto nosso seruiço, e que assi a nos como a todollos boons de nossos rregnos he cousa bem conheçida; e porem lhes mandamos, assi como a nossos naturaaes e leaes vassallos que, tanto que lhes esta nossa carta patente, per nos firmada e ascellada com nosso seello do chumbo, ffor mostrada, a compram e goardem per assy, assy e tam compridamente como em ella he conthiudo, sem contradizendo, em algũu tempo jamais, per assy nem per outrem, per algũa causa ou rrazom, passada ou presente, de qualquer maneira, callidade ou comdiçom que seer possa, ajmda que tal amtre elles aja aconteçida que ao presente nom possa vijr aa memoria ou rrenembrancha de cada hũu delles, e ffaçam comprir e goardar bem, fiel, leal e verdadeiramente,

(2) Pendências.

seçante toda arte e maao engano, a todos aquellos que de ssua parte e acostamento forem e que nunca lhes daram fauor, ajuda, comsselho nem consentimento, em pubrico nem ascondido, per que, per assi ou per outrem, possam contra ella hir, em todo ou em parte dello, jamais em algũu tempo, sseendo çertos que, se o assy fezerem, nos faram em ello grande e ssengullar seruiço e lhes faremos por ello grandes merçees, assi como o caso o rrequere. E, fazendo o contraíro, o que Deus defemda nem creemos que façam, polla grande confiança que em sua lealdade teemos, a nos serija por ello grande desprazer.

E porque cada hũu delles, ao diamte, nom possam açerca do comthiudo em esta carta allegar jnnorância, mamdamos que lhes seja presentada pessoalmente, em presença de Ruy Galuam, nosso sacretario e notairo pruuico, pera cada hũu delles seer em verdadeiro conheçimto de todo aquello que per nos assi he acordado e nos dar ffe de como lhes foy presentada e a rreposta que a ello derem. E, por maior firmeza, mamdamos a cada hũu delles que assijnem aqui, por assy e por todos seos parentes, alliados e de ssua parte, segundo na presente he contiuido. E, em testemunho desto, mamdamos fazer esta nossa carta, sijnada per nos e asseellada com nosso seello, como dicto he.

Damte em a muy nobre e muy leal çidade de Lixboa, xij dias de nouenbro. Vaasquo Abul a fez. Anno de Nosso Senhor Ihesu Christo de mil e iiij^o e Rbiiij^o (3).

E eu, Ruy Galuom, sacretario do ssenhor rrey, que esta carta fiz escreuer.

(as.) ElRey . . .

Eu, o jffante dom Pedro, duque de Cojmbra e ssenhor de Montemoor, prometo de manter e goardar, quanto em mim ffor, assi por mym como por meus filhos, diuedos, liados e chegados, todo o que per elrrej meu ssenhor, per esta sobredicta carta, me he mamdado, damdo sobrelo aquella ffe que em semelhantes casos se rrequere, por cuja firmeza aquy, de minha mão, sijney e do sseello de minhas armas mandey asseellar.

Damte em a dicta çidade de Lixbõa, dia e mes e anno suso scrito.

(as.) Jfante dõ p.^o

Eu, dom Afonso, duque de Bragança e conde de Braçellos, prometo de manter e goardar, quanto em mym for, assi per mim como per meus

(3) As palavras que se seguem são em letra de outra mão, decerto de Rui Galvão, tendo sido escrito o texto da carta régia e das duas declarações que se lhe seguem por Vasco Abul. Cfr. o nosso «fac-simile», em que a assinatura do duque de Bragança está demasiado sumida.

filhos, diuedos, liados e chegados, todo o que per elrey meu ssenhor, per esta sobredicta carta, me he mamdado, dando sobrello aquella ffe que em semelhantes casos se rrequere, por cuja firmeza aqui de minha mão sijney e do sseello de minhas armas mandey asseellar.

Damte em a dicta çidade de Lixboa, dia, mes e anno suso scrito.

Nom seja duueda na antrelinha onde diz per esta sobredicta carta, porque eu, Ruy Galuom, sacretario susso dicto, o corregey, por seer uerdade (4).

(as.) Ho ducq̃.

209

4 DEZEMBRO 1448

Carta do infante D. Henrique, a dar de arrendamento a Martim Gomes Leitão, vedor da fazenda de Ceuta, o reguengo da Tojosa, no termo de Santarém.

ANTT., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 75, inserta na carta de confirmação do mesmo rei, de 28 de Junho 1451.

Publicada por AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais*, t. 2, pp. 8-9. Sumariada por SILVA MARQUES, *Descobrimentos*, Suplemento ao vol. 1, pp. 532-33.

Eu, o jfante dom Anrique, ducque de Uisseu e ssenhor da Cuuilhãa, faço saber a vos, Joham Uasquez, almuxarife delrrej meu ssenhor do çeeleiro do pam em Santarem, e ao escpriuam de uosso ofício e asy aos almuxarifes e escpriuãees que depos uos vierem, que eu arrendey hora e hey por arrendado em Martim Gomez Leitom, veedor da fazenda de Çepta, ho rreeengo da Tojossa que he em thermo dessa villa, por hoyteenta moyos de trijo de saseenta alqueires o moyo, por treze annos primeiros seguintes, per esta guissa, que elle aja o dicto rreeengo deste janeiro de iij^o Rix que ora vem atee janeiro da era de iij^o Lxij, em guissa que elle aja os dictos treze anos (1) enteiros com treze nouidades.

O quall rreeengo lhe eu assy arrendo e dou por os oyteenta moios de trijo, por çertos dñheiros que de mjm ha dauar, conuem a saber, por

(4) Este período em letra de Galvão, que assim ressaltou as ditas palavras, sobrepostas à linha por V. Abul.

(1) No ms. moyos.

quoreenta mjl rreaes, que ha dauar de mantimento de seu ofiço en cadhûu ano, e por Çb que lhe eu deuja de teença de seu casamento e mantijmento do dicto ofiço, per esta guissa, Rb rreaes da teença [de] tres anno[s] passados de seu casamento atee janeiro de iiij^o Rix, das mjl e quinhentas corroas que auja dauar do conde [de] Marialua com sua molher, que lhe eu por ello fiquy [de] pagar; e os Lx^{ta} rreaes de mantimento do dicto seu ofiço que lhe asy deuja, segundo thijnha [per] meus aluares e sse rronperom perante mym, contandolhe por alqueire de trigo a dez rreacs.

Porem vos mando que, deste janeiro que ora vem de Rix en diante atee era de seseenta e dous annos, lhe leixees auer e rrecadar e rregeber o dicto rregeengo asy e per a guissa que o vos auces e rrecadaees em cadhûu anno pera meu senhor elrrej e pera mym, auendo elle todollos proueitos e proees e rrendas da segunda e meças que em o dicto rregeengo, en cadhûu ano, ouuer, segundo que o ham os rrendeiros e he custume de se arrendar; e per esta medes eu dou lugar e poder ao dicto Martim Gomez que elle arremde o dicto rregeengo a quem elle quiser e por bem teuer, asy por hûu anno como por quanto lhe a elle aprouguer atee os dictos treze annos, e que aquelle ou aquelles a que o asy arrendar ajam asy enteiramente todos os priuilegios e franquezas e liberdades que ham os rrendeiros delrrej meu ssenhor e meus, com as condiçöes que sse arrendauam em cadhûu ano o dicto rregeengo, segundo que he custume de sse fazer. E esto conpriy asy e guardaee, ssem outro nêhûu embargo que lhe sobre ello ponhaees, porquanto asy he minha merce e me praz de o fazeredes. E esta carta darrendamento rregiste uosso escpriuam em sseu liuro e elle guardea pera per ella auer sua pagua, em cadhûu anno. Auee dell conhecimento e mando aos contadores que uollo leuem em despesa.

Fecta em Soure, iiij^o dias de dezembro. Gonçallo de Moura a fez. Ano de Nosso Senhor de mjl iiij^o Rbii^o. E eu, Joham Lourenço, escpriuam da fazenda, que a fiz escpreuer.

Extracto de carta da rainha D. Maria de Aragão, escrita de Perpinhão ao conselheiro e seu tesoureiro D. Galcerán Oliver, a dizer-lhe constar que o infante D. Pedro de Portugal teria entrado em Castela e que havia grande divisão entre os reis de Castela e

de Portugal, o que não é verdade; entretanto, que ele espalhe o boato, menos a el-rei seu marido, a não ser que este lho ordene, mas sempre com cautela, para que não se diga que se procede astuciosamente (1).

ACA., Cancillería Real, Registro 3227, fl. 34 v.

Creem sentit haurets les fames que alguns han volgudes sembrar, ço es que lo infant don Pedro de Portugal seria entrat en Castella e encara com seria gran diuisio seguida entre lo rrey de Castella, nostre car frare, e lo rrey de Portugal. Tot aço coses dites contra veritat. E, que sia axi, experiencia, que es mare de totes coses, ho mostra. E are, derrerament, ho hauem volgut sentir per mossen Ferrando de Riaça, quj, en aquesta hora, es arribat de Valencia. Diu que tal cosa nos recita en totes aquelles parts, ans se diu lo contrarij.

Aço volem hauer dit, per que vos ho sembrets en aquelles parts on vos semblara, no empero al asenyor rrey, si donchs ell personalment no us ho demanara. E, en tal cas, hi porets dir lo demunt dit, asseruant, en aço, aquella cautela ques pertany, affi que nos pogues dir que stuciosament se diu.

211

30 DEZEMBRO 1448

Carta do infante D. Pedro ao conde de Arraiolos, seu sobrinho, vindo de Ceuta para harmonizar aquele infante com el-rei, a expor-lhe toda a campanha de que tem sido alvo, a fim de ele se orientar e aconselhar o monarca sobre o assunto (1).

(1) É possível que houvesse fundamento para este boato, não em entrada do infante D. Pedro, duque de Coimbra, em Castela, mas na fuga de seu filho e condestável D. Pedro para Valência de Alcântara (Cfr. o cap. 108 da *Crónica de el-rei D. Afonso V*, de PINA).

(1) D. Fernando, 3.º conde de Arraiolos, filho segundogénito do 8.º conde de Barcelos e 1.º duque de Bragança, havia sido nomeado pelo infante D. Pedro, como regente do reino, em 1445, para capitão e regedor de Ceuta (Cfr. os nossos DOCS. 24, 25, 31, 32 e 34. A par desta versão dos acontecimentos pelo infante D. Pedro pode ver-se a de el-rei D. Afonso V, no seu memorando de 1449, escrito após a morte do

BNP., *Fond Portugais*, n.º 20, fl. 80, cópia do séc. XVI, em papel, — texto que se reproduz; BNL., *Cód. alcobacense*, 297, fl. 92, em cópia de meados do séc. XVI, com pequenas variantes, porventura atribuíveis a liberdade do copista.

Publicada: com falhas e incorrecções por SOUSA, *História Genealógica*, t. 5, p. 120 (1.ª ed.), p. 71 (2.ª ed.); e por MOREIRA DE SA, *O Infante D. Pedro e a crítica*, p. 12, em edição da primeira fonte citada.

Muito honnrado comde, sobrinho amigo. Ho jfante dom Pedro vos emuiu muito saudar, como aquelle que muito amo e que queria que Deus desse boa honnra e vida.

Porquanto vos sois vindo a estes rreinos por mandado de elrrey meu ssenhor, do que a mim muito praz, porque, segundo ho que de vos sempre conheçi e conheço e se de vos espera, som muito certo que conselhaires ao dito ssenhor aquello que ssãamente entenderdes por homrra de sua pessoa e estado, bem e a proueito de seus rregnos e naturaes delles, ho que, em tal tempo, bem simtirees seer asaz neçesario; e, porque sei que em estes feitos muytos vos faram emformações de desuairadas maneiras, segundo as paixões que cada hũu segue; hũus vos quereram mostrar que as cousas que comtra mim sam feitas e se fazem nom foram nem sam feitas sem terem causa pera asi serem ordenadas; e outros, por cuidarem que, por suas falsas palauras, vos ham de comueter a vos fazerem emtemdes que suas obras foram taees como deuiam e, por desejarem seruiço delrrei meu ssenhor e que comtra mim nom tem culpa algũa, mostrando que minhas culpas foram e sam taees que justamente he feito contra mim ho que asi fizeram; e tambem outros, por cuidarem que me escusam, vos diriam alguas cousas nom asi como passaram. Portamto, comsirei, ajmda que minhas hobras dem de mim asaz craro testemunho daquelles que, verdadeiramente e com sãa vomtade, dellas querem ser em perfeito conhecimento, de vos escpreuer aqui decraradamente e comtar verdade, por vossa emformação.

Ho fundamento e proseguimento destes feitos he ho que por mim e comtra mim he obrado. Rogamduos, como sobrinho amigo em que ey

ex-regente do reino e destinado ao rei de Castela e ao duque de Borgonha, — cit. em a nota 1 ao DOC. 208. Depois, restam-nos as versões tardias e nem sempre imparciais de RUI DE PINA, de DUARTE NUNES DE LEO e de GASPAR DIAS DE LANDIM. Infelizmente, para a reconstituição dos factos, falta-nos a documentação coeva quase na totalidade. Já em 1904 BRAAMCAMP FREIRE sublinhou não ter encontrado vestígios do livro de registo da Chancelaria de D. Afonso V do ano de 1447, que já em 1529 faltava o do ano de 1448 e que do de 1449 apenas parecem subsistir três cadernos: no liv. 34, fl. 10, no liv. 20, fl. 37 e no liv. 37, fl. 1 v. (*A Chancelaria de D. Afonso V, no Arquivo Histórico Português*, vol. 2, p. 481).

grande confiança, que esguardeis bem todo e, husando de vossa costumada bondade e liberdade em dereitamente conselhar, sejaes avisado que vos nam mudem, por fauor ou temor, de vosso justo proposito e bom nome que sempre tuestes e obray açerca destes feitos com todo bom e proueito remedio, segundo virdes que he compridoiro a seruiço de Deus e delrrei meu ssenhor e homrra de sua pessoa e estado e bem e proueito de seus rreinos e boa paz e asessego delles.

Muito homrrado e mujto amado ssobrinho. Nom curo de fazer aqui mençam dos feitos do começo de meu rrigimento e de como me ouue em elle, asi em a criaçam delrrei meu ssenhor e de seus jrmãos e em a prouemça de sseus rregnos, mantendoos em justiça ho melhor que podia, segundo a calidade e neçesidade dos tempos, e como em a prouemça de sua fazemda, pospoemdo todo meu jnterese e proueito; porque de todas estas cousas aues comprida emformaçam, asaz seria sobejo escpreuerullo. E prouesse a Deus que todos hos do rreino, em espiçial elrrei meu ssenhor, ouuesse[m] asi comprido conhecimento de meus seruiços e trabalho como ho vos aues. Eu seria asaz contente e bem creio que me nom daria[m] ho galardam que me dam.

E de eu asi ter o dito rregimento, segundo bem sabees, algũs nam eram contentes: os hũus com emueja, outros por se nom fazer delles comprimento de direito e justiça, ajnda que asaz craro he que, se nom fazia delles asi comprimento como era rrazam e segundo ho rrequeriam seus feitos, [era] por eu majs nom poder, pollo qual me nom tenham boa vomtade; e, posto que de mim rreçebesem mercees e acreçentamento de homrras e dinidades, asaz me foram e sarão jmgratos, buscando e procurando comtra mim quanto mall e quamta deshommra podiam, no modo que sse segue e em outras mujtas maneiras.

Primeiramente, buscaram todas praticas que poderam, fazendo amtre si comfrradações e ratos, como me fosse tirado o dito rregimento; e, porque com verdade contra mi[m] nom podiam, trabalharom sempre mentiras e falsos testemunhos como poeriam amtre elrrey meu ssenhor e mim algũa deuisam e sospeita. E tamto, que fezerão emtemder a elrrey meu ssenhor que eu nunca lhe auia demtregar ho rregimento de seus rregnos, que sempre ho auia de trazer em meu poder, alegamdolhe, per testemunhos collorados como melhor podiam, algũas pallauras que diziam que eu dissera, per que mostraua nom ter emtemçam de lhe o dito rregimento emtregar.

E a verdade açerca desto he que, porque eu avia por çerto que algũus amdauam naquelles ratos, eu dizia per vezes, asi como hũua vez em Euora, que eu sabia bem parte dos ditos ratos em que algũos asi amdauam, mas que eu tinha ho rregimento da mão delrrey meu ssenhor e que, quando elle quiesse, que eu lho deixaria liuremente, com muj boa vomtade; mas que, pollo daquelles que em os ditos ratos amdauam, que ho

nom deixaria. E elles affirmauam que eu que dizia que por cousa que fosse, que nunca ho leixaria. E asi como esto, asi rretorçiam qualquer cousa que eu dizia ou fazia a seu maaos proposito, por fazerem entemder ao dito ssenhor que aquella era ha minha emtemçam.

E tanto continuaram em esto os que me assi desejauam, per si e per seus ministros e aderentes, que fizeram com o dito ssenhor que me rrequerresse o dito rregimento. E foy amtreille e mim conçertado que pera o mes doutubro que ora passou, que emtam era por vir, elle tomasse sua molher e casa e que eu lhe entregasse emtomçe o dito rregimento, com aquellas festas e solenidade que em tal caso sse rrequeria. E, pera se aue-rem de fazer as ditas festas, mandara o dito senhor por mujtos panos douro e seda e por mujtos outros guarnimentos e cousas pera taes feitos neçesarias.

Sos que amdauiam em os ditos tratos, ajmda que desto aviam conhecimento, nom quizeram ser contentes que, com homrra do dito ssenhor e minha, eu ouessee de lleixar o dito rregimento; amtes em Santarem tanto ho oueram de seguir com suas pallauras e aficados rrequirimentos, damdolhe ha emtemder que nom deuia de fiar de mim em nenhũa maneira, emtanto que, porque ho nom podiam mouer a seu proposito, que lhe dissee ho arcebispo de Lixboa, que hahi era vimdo pera os ditos tratos, que a elle era neçesario tomar logo seu rregimento, porque ajmda que elle quisesse que eu rregesse, que ho duque vosso padre e o conde dOurem, vosso jrmão, e elle e outros algũs que lho nom comsentiriam. E como esto disse ao dito senhor, assi lhe disse outras cousas que comtra mjm e meu estado e homrra tinham trautadas e tambem as disse a outros algũs que mas logo disseram. E, por o dito arcebispo decrarar as cousas que comtra mim tinham trautadas, eu quisera proçeder comtra elle, como era rrazão; e emtomçe escpriui a algũas cidades como elle aquello dizia que tinham trautado comtra mim, segumdo majs compridamente verees pollo trellado da dita carta, que vos na presente emuiu.

E em tal maneira combateram o dito ssenhor, que o oueram dem-dinar do seu proposito e lhe fizeram emtemder que deuia de ter em mim sospeita e que nom deuia de confiar de mim. E o dito senhor, por suas jmortunidades e continoados rrequirimentos, ouue de comsentir ao que lhe rrequereram. E hũu dia diseme que sua vontade era de auer de rreger seus rregnos e que lhe prazia de lhe eu entregar ho rregimento que delle tinha. E, uemdo seu rrequirimento, como quer que bem conheçesse que era fumdado de nouo comselho e nam com aquelle rresguardo que açerca de minha homrra se deuia de ter, como aquelle que de muj leall e verdadeiro amor ho sempre amey, lhe rrespomdi que era mujto ledo de comprar seu rrequirimento e que logo seria prestes de lho entregar.

E, vemdo ho rrequirimento do dito ssenhor e como era asi de sospeita e comtra ho que como tinha trautado; e, sabemdo que algũus lhe faziam

esto rrequerer e que nom lhes prazia de se comprir ho casamento damtre o dito senhor e a senhora rrainha minha filha, pidilhe por merçe que, pojs que lhe asi prazia de me anticipar ho tempo das festas de seu casamento, que lhe prouuease casar e rregeber seu rregimento, o qual lhentregaria tam pacífico e em tal maneira que, ajudando Deus, nom tinha outro trabalho, saluo manter seus rreinos em justiça e direito. E elle me outorgou que lhe prazia.

E, depois desto, nom sendo desto contentes, fizeram ho dito ssenhor mudar deste proposito, fazendolhe de mim grande sospeita e que todavia nom casase, ata que primeiro lhe nom entregasse o dito rregimento, sobre o qual foy algũa deferença. E, vindo eu como esto assi amdaua, como aquelle que de cautella, de mallicia ou emgano nunca husey, dise que, pojs lhe asy prazia, que era dello muyto contente. E emtam pus em suas mãos o dito rregimento, amte que lhe fizessem suas benções, sem cautella ou contradição algũa. E assi compridamente lhe entreguei o dito rregimento que, nem em feitos de justiça nem de fazenda, nom me quis majs entremeter, posto que presente fosse; e tanto que muitas cartas e desembargos que eu desembargara e eram feitos nom os quis majs asinar. E esto sabem bem os officiaes e todos hos que eram presentes na corte.

E, sendo asi o dito ssenhor entregue do dito rregimento, hos que procurauam que ho eu leixasse logo começaram de mostrar ho fim por que ho faziam. E logo o duque meu jrmão, vosso padre, trasnoutando asi como se ouuesse de fazer algũa grande caualgada, se vejo de Chaves a çidade do Porto, tendo ja em ella homens darmas escondidos, lançando fora della muj desomrradamente hos meus que hi viuiam, assi como se fossem malfeitores. E esto mesmo mandou fazer em Guimarães e em Ponte de Lima, deribando as casas de Lionel de Lima, por ser meu seruidor, asi como se fosse[m] de tredo. E quando os lançaua fora das villas, chamaualle tredores, vellando e rroubando as villas e castellos sem causa e sem rrezam, assi como se tuiesses jniguos no regno. Mandoume esso mesmo prender a minha terra Joham Soarez de Paiua, meu caualleiro, leuando asaz desomrradamente, porque diziam que rreteuera hũu dia seu moço destribeira.

E o comde dOurem, vosso jrmão, com seus aderentes teue pratiga [de] (2) Castella em tal guisa, que fez elrrey meu senhor lhe foy fallar a Torres Nouas. E alli fizeram seus conselhos, segundo ja tinham praticado, dando a emtemder ao dito ssenhor que eu ho queria todavia trazer em meu poder, ajmda que elle nom quisesse, e outras cousas asaz desonestas conselhamdolhe. E assi foy per elles determinado que

(2) Como se lê no cód. 297 da BNL., acima citado.

nom tornasse a Santarem, omde ficaua a asenhora rainha e toda sua corte. E quando nom poderam acabar com elle que o fizessem, fizeram que lhes promettesse que, como chegasse a Santarem, que logo me mandasse que em outro dia partisse de sua corte.

E, crendo que eu faria açerca dello algũa rregistamçia, fizeram logo hir escondidamente os vassallos de Torres Nouas armados aquella noyte a Santarem e tambem fizeram vijr algũs do termo de Santarem e doutras partes. E, sendo eu bem çerto do que o dito senhor trazia hordenado de Torres Nouas, amte que mo elle mandasse, eu lhe pidi licença pera me uir pera minhas terras, o qual ma outorguou sem outra rresistẽcia, por ho assi trazer determinado que mo auia de mandar.

E, porque ao tempo que elrrey meu senhor comprio os quatorze anos e lhe eu entreguey, nas cortes de Lixboa, seu rregimento, elle me deu hũa carta per que aprouaua todo ho que eu por elle e em seu nome fizera em seus rregnos; e, quando lhe entreguei o dito rregimento, elle me disse, em Santarem, que me queria dar outra tal carta doutorga e aprouação, a qual feita elle teue em seu poder bem dez dias e, ella examinada e auido sobrello seu comsselho, ha asinou e mandou asellar, prometendo em ella, por sua fee rreal, que auia todo por firme ho que por mim feito hera, segundo majs compridamente verees pello trellado della, que na presente vos emuio (3).

E, vendo eu como os ditos feitos assim mal começauam e como alli viera aquella gemte armada e como o comde vosso jrmãao se fizera prestes com armas e vellaua Ourem e Porto de Moos, eu mandey perçeber algũs meus pera ho dia de minha partida, pera se auerem dhir comigo. E assi, per esta guisa e com este gallardam, parti da corte do dito senhor; e, logo de Tomar, mandey tornar aquella jente que comigo vinha.

E, vimdo aquem de Tomar, ouue hũa carta, per que me çertificauam que ho duque vosso padre passaua poderosamente por minhas terras e que mandaua que, ha çerto dia, lhe tiuesse prestes de jamtar em Auellãs; pello qual, eu mandey avisar algũs meus que se viessem pera mim, porque lhe emtemdia de comtrariar a passagem per semelhamte maneira. E logo naquelle mesmo dia, fuy çertificado que nom era asi, pello qual logo espiui aos que mandaua chamar que nom viessem; e tanto, que algũs oueram primeiro as cartas que nom viessem que as do chamamento.

E, como eu fuy fora da corte do dito senhor, logo se vieram a ella vosso jrmão e o comde dom Samcho e o a[r]çebispo de Lixboa e outros algũs de sua vallia e começaram de mostrar, per obra, a causa por que

(3) Cfr. o DOC. 185, passado, realmente em Santarém a 11 de Julho de 1448. Não encontramos, porém, a idêntica carta de 1446 aqui citada, à qual também alude DIAS DE LANDIM, *O Infante D. Pedro*, liv. 2, cap. 31.

se moueram a esto procurar, a quall he por seu jnteresse e destroyçam minha e dos meus, emquanto podem. E fizeram logo com elrey meu senhor que mandasse que nehũ nom fosse a meu chamado; e, posto que o mandado fosse jeral, nom sse prouicaua senam homde auia algũs meus. E bem se mostraua que ho dito mandado sentndia somente a mim; porque, ajmda que algũs fossem pera outros senhores, nom lho rrepremdiam nem lhe faziam nojo algũu por ello e com os meos se praticaua mujto pello contrairo.

E, por eu nom auer algũas armas de Lixboa, que me eram necessarias, defemderam que nom tirassem armas algũas da dita çidade e que as nom vendessem. E esta defesa havia lugar em mim e nos meus e nam nos outros, porque outros liurementemente comprauam e compram as armas e as leuam por omde lhes praz, sem lhe ser contradito. E porque doua escudeiros de minha casa senhos arnesees da dita çidade ouuerom, logo lhos tomaram e foram dados asi como se foram tomados ha jnigos.

E des que os sobredictos foram na corte, continuando seu maaõ começo, conselharão a elrey meu sseñhor e lhe deram e lhe fizeram tomar tanta sospeita contra mim e contra os meus, que lhe disseram que nom tinha rremedio senam tirar todos os ofiços que os meus tinham em sua corte e em seus rregnos. E foram logo lamçados fora dos ofiços os meus criados que amdaum em sua casa; e esto com asaz mujta jmfamia delles e assi, pello conseguinte, foy feito aos outros meus criados per todo ho rregno.

Continuando o duque vosso padre no que começou, fez tirar todos os ofiços das çidades e villas dAmtre Douro e Minho e poer outros de nouo, seus criados; e esto por hũu seu corregedor que fez hijr aquella comarca e fez çarar portas e postigos das ditas çidades e villas, selamdoas e rroidamdoas, assi como fosse guerra com Castella. E esto todo afim de darem a emtender ao dito senhor que todo esto se fazia por seu seruiço e por que elle tomasse de mim sospeita.

E, vellamdosse elles assi e rroidamdo, fizeram com o dito sseñhor que mandasse cartas a todas as minhas villas que se nom vellassem nem fossem a meu chamado (4); e, posto que as ditas cartas fossem ao Porto ou a outros algũs lugares, nom curauam dellas e nom cessauam de fazer todo ho contrairo, que manifestamente se mostraua que tudo era per elles praticado, e a defesa era posta somente a mim e aos meus.

Continoamdo os sobreditos em seu maaõ proposito e temção, fizeram contra certos meus criados e seruidores tirar jnquirições e deuassas, perguntando cousas do tempo da rrainha dona Lianor, açaz bem desculsar; porque, alem de o fazerem contra os meus, faziam em ello pouco seruiço

(4) Cfr. o DOC. 192, de 14 de Agosto anterior.

ao dito senhor e, se bem comsirado fosse, ante lhe faziam grande deseruiço (5).

E emademdo de mal em peor, assi fizeram deuassar comtra mim, perguntando se sabiam quem fizera a peçonha com que mataram elrey Duarte e o jfante dom Joham, meus jrmãos, e a rainha dona Lianor; e esto todo comtra mim. E assi perguntauam outras cousas que seriam longo de contar. E, por fazerem estas cousas segundo suas danadas e curritas emtemções, hordenaram pera (6) ello emqueredores e ofiçiaes, notoriamente a mim e aos meus jmigos sospeitos. E nom se pode negar que grande parte das testemunhas eram jmduzidas e peitadas pello que as aprezentaua e praticado todo com ellas ho que aviam de dizer. E parte dellas eram jmigas e sospeitas e outras faziam ho que lhe mandauam, com medo.

E quando ho jfante dom Amrrique, meu mujto amado e prezado jrmão, chegou a corte, hũu dia achou as jmquirições ter a elrey meu ssenhor na mão e leram por ellas algũa cousa, estando de presente ho Camello, que era emqueredor (7), e lhe disse que nom mandara tirar jmquirições sobre os feitos passados, dizendo a meu jrmão que das ditas jmquirições numca curaria nem proçederia por ellas contra algũu. Assi tambem ho emuiou dizer a mim.

E depois lhe fizeram fazer ho contrairo, porque por ellas prenderam muitos e outros, por temor, andauam dellas afuguentados e parte dos que foram presos sam julgados pollo doutor Rui Fernandez, sendo seu jmigo capital (8). E assi poderes por esto conhecer com que zello e emtemçam estes procurauam que elrey ouuesse seu rregimento.

Nam contentes ajmda desto, hordenauam que elrey meu senhor rreprouasse e anullasse a mayor parte das cousas per mim feitas, fazem-dolhe per mujtas vezes quebrantar sua fee rreal, suas cartas, sinaes e sellos, nom soomente na carta que a mim deu, em que todo aprouou, mas em outras mujtas, em espicial assi como no ofiço dÁlres Gomez e de LopAffomsso, os quaes lhe deu per suas cartas asinadas per elle e aselladas do seu sello, depojs que seu rregimento teue, e fezeramilhas quebrar (9).

(5) Cfr. os DOCS. 198 e 199.

(6) No ms. *pella*.

(7) Supomos tratar-se de Gonçalo Gonçalves Camelo, retirado de chanceler da Casa do Cível de Lisboa pelo regente do reino em 26 de Fevereiro de 1445, porque «nos praz que o majs nom tenha, avendoo asy por nosso seruiço», para lá colocar o Dr. João Fernandes, «nosso criado» (ANTT., *Chanc. de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 69).

(8) Talvez o jurista referenciado em PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 6, o qual era do desembargo régio.

(9) A Aires Gomes da Silva, antigo conselheiro do infante D. Pedro, o qual o acompanhou ao estrangelro de 1425 a 1428, por ele nomeado depois regedor da

Continuando em suas boas praticas, deram a entemder ao dito senhor que todos os que em meu tempo foram comendados ou os beens confiscados por algũs malifiços que cometeram, que todo foy jnjustamente feito; e hordenaram hũa nova pratica e nouo direito, nom semdo hos posoimtes çitados nem ouidos. E, posto que o fossem, quanto cada hũu pidia, tanto lhe julgauam. Elles eram os pididores e as testemunhas e, de como sse aulam em ello ho juiz que pera esto ordenarã, porque he craro, nom hey pera que o dizer, nom damdo lugar a algũu que rrefrescasse seu direito, fazendo contra elles e seus beens emxuacões muj deshordenadas.

Ordenaram outrossi que elrey meu senhor mandasse secretamente a algũs fidalgos, que sabiam que meus amigos e seruidores eram, que me nom viessem ver nem fallar, posto que o[s] mandasse chamar. Fezeram com o dito ssenhor que me degradasse, que nom emtrasse em sua corte sem seu espicial mandado.

E, depojs desto, ordenaram hũa forma de comcordia amtre mim e o duque vosso padre, a qual me elrey meu senhor mandou asinada per si e asellada do seu sello, mandamdo em ella a mim e ao duque que, posto o odio e maa vomtade, que fossemos amigos (10). E vos crede verdadeiramente que elles nom se moueram a hordenar ha comcordia na forma em que vinha com boa entemçam nem tinham tam boa vomtade de seremmos comcordados como a eu tinha; soomente por me temtar e tomarem algũu achaque comtra mim.

E, pera esto, nom acharam quem emular sobrello senam dom Fernando e Rui Galuam, que me desamauam (11); e, porque eu aquillo soube, eu escripiui a elrey meu ssenhor, pidimdo-lhe de merçe que nam mandasse a mim semelhantes homeens que, ajmda que eu fizesse todo ho bem do mundo, elles o rreportariam sempre pello contrairo. E o dito senhor nom quis mudar seu proposito. Foime per elles presentada a dita comcordia e outorgueia e firmeia segundo me foy mandado. E o que eu rreeçeaua dos ditos embaixadores bem sse mostrou per obra, des que tornaram a corte.

E, por vos conheçerdes a entemçam como sse hordenaua a dita com-

comarca do Porto e ainda regedor da Casa do Cível de Lisboa, aludem numerosos documentos dos nossos volumes anteriores; Lopo Afonso fora nomeado por D. Pedro escrivão da puridade de el-rei em 1 de Maio de 1445, para afastar do cargo Nuno Martins da Silveira (*Chanc. e Hv. cit.*, fl. 48 v. e CONDE DE TOVAR, *Estudos Históricos*, t. 3, pp. 122-23).

(10) E o nosso DOC. 208. Cfr. também PINA, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 98.

(11) Ou sejam: D. Fernando de Castro, o Cegonho, filho de D. Alvaro Pires de Castro e governador da casa do infante D. Fernando, o qual em 1437 tomara parte no cerco de Tânger e faleceu solteiro e sem filhos; e Rui Galvão, secretário régio, sobre o qual se pode ver a nota 1 da p. 206 do nosso vol. 6.

[illegible]

Let $y \vdash$



[Handwritten text, likely a letter or document fragment, written in cursive script.]

[illegible]

cordia, em partindo os ditos embaixadores pera vir a nos, tinham escriptas cartas de precebijmentos e mandammas aos fidalgos, alcaides dos castellos, vassallos e besteiros que estuessem perçebidos com armas e cauallos pera guerra; e esto nam escrepueram a mjm nem a meu filho. Mandaram esso mesmo vellar castellos e villas.

E tendo eu e crendo que, por obedecer e me someter a todo o que me o dito ssenhor mandaua, ajmda que fosse com grande abatimento de minha homrra, por ho elle aver por seruigo de Deus e seu e bem de seus rregnos, estes mouimentos cesariam e os dapnos aueria[m] algũu rre-pairo e emme[n]da e, segundo o que vejo e se cada dia majs faz parecer que, por assi sermos comcordados, que nom ouue hi assesego, em tal maneira que o dito ssenhor me mandou, per Diogo da Silueira, hũa creança com hũa escripto, asynado por sua mão, de tantas emnouações aqerca de mim, que nom sey homem que o veja tirando de si toda afeição, que nom aja por grande mal taes cousas me serem mandadas, nom esguardando a pessoa que sam e o que com mujtas rrazões me deue de ser guardado; que, se o guardassem, nom me degradariam ou defemderiam que nom saisse de minhas terras, segundo majs compridamente veres pollo trellado da dita carta e rreposta que sobrello dey e vos ja emujej (12).

Fazem esso mesmo com elrey que mande aos fidalgos que vem de sua corte, ajmda que tenham comigo afeição, que, posto que venham por aqerca domde eu estou, que me nom fallem. Nam vos faço aqui mençam das praticas e deferemças e modos nom acostumados em Portugal que ase tem na corte, asi em seus conselhos e conselheiros e em todos os outros feitos, asi da fazemda como da justiça, porque, pojs em esta terra soes e, a Deus mujtos lououres, soes mujto sesudo e descreto, conheçeres bem todo e quanto he seruigo de Deus e delrey e de seus rregnos.

E continuando outrossi em suas boas obras, por me fazerem desomrra, tiraram o castello de Lixboa ao comde dAbranches, o qual se tinha feitos seruigos a estes rreinos e aos rreis delles, per que lhe esto deuesse de ser feito, vos o sabeis; deramlhe por elles, e em espiçial pollo que agora fez em Çeita, ho guallardam que dam a mjm de meus seruigos e trabalhos (13).

E por confirmaçam de sua boa vomtade, ho comde dOurem, vosso jrmão, rrequereo agora a elrey meu senhor, presente os do seu conselho, que lhe desse ho oficio do comdestabrado de meu filho, dizemdo que lhe

(12) Cfr. PINA, *Crónica de el-rei D. Afonso V*, cap. 93.

(13) A D. Alvaro Vasques de Almada, amigo dedicadissimo de D. Pedro, até à morte com ele em Alfaroelra, havia aquele nomeado alcaide-mor do castelo de

pertemça; e o dito ssenhor ho pos em comselho, pera auer de rresponder ao dito rrequirimento.

Muito homrrado sobrinho, comde amigo. Ho que principalmente danou este feitos foy e he quererem, em estes rreinos, husar das praticas de Castella e todos por seu proueito e por cada hũu leuar sua enxavata (14); e Portugal, segundo bem sabes, nom he pera soportar esto; e, se esta pratica vay adiante, segundo se ora começa, nom creio que seja mujoy seruiço delrey meu ssenhor nem proueito de seus rregnos.

E os que em estes feitos amdã, pollos leuarem adiante, trabalharam e trabalham, quanto podem, por poerem diuisam amtre elrey meu ssenhor e mim, fazemdolhe que tome de mjm algũas sospeitas, por elles, por esta guisa, auerem e fazerem ho que quiserem. E tantas foram suas sutis praticas em ello com os aficados e continuados rrequirimentos que, per força, fazem mudar o dito senhor de sua boa natureza e jmcinano a seu proposito; e, o pior que he, porque o nom podem mouer com verdade, asacamme quantos falsos testemunhos podem e em tal maneira lhõs affirmam que, per força, lhe fazem cremte o que querem, e o mal que he que, posto que algũs sejam comprendidos em elles, nom lhe dam escramento algũu.

E per esta guisa lhe affirmam que eu tomara o Porto e que açalmaua castellos e fortezas e que mandaua por jemte a Castella contra seu seruiço e que meu filho tomara Moura e Serpa e que fazemos e dizimos outras mujtas cousas em seu desseruiço, as quaes sam muj grandes mintiras (15). E porque estes que estas cousas asacam sam bem ouuidos e lhes fazem merçes, nom ha rremedio que çesem estes dapnos, se Deus nom proue de rremedio, por sua misericordia.

Sentimdo eu, mujoy amado sobrinho, como estes feitos hiam mal emcaminhados, trabalheime, per mujtas vezes, de emular a elrey meu ssenhor mesejeiros com minhas cremças, escpreuendolhe cartas, notificandolhe comprjdamente todas as cousas que sentia por seruiço de Deus e seu e bem e assego de seus rreinos, escusamdome do que contra mim lhe diziam, justificamdome asi, ao de Deus como ao do mundo, quanto pude, pidindolhe por merçe que lhe prouesses paçificar sua vomtade e obrasse, aqerca de mim e dos meus, como era rrazão, affirmandolhe quanto era seu leal seruiço e como nom tinha quem tam verdadeiramente ho

Lisboa, em vez de D. Afonso de Cascals, em 5 de Abril de 1440, aliás contra a vontade da cidade (Cfr. o DOC. 63 do nosso vol. 7). Desconhecemos o feito aqui referenciado.

(14) Alusão, decerto, do infante à luta das casas influentes de Castela pelo poder (Cfr. *Historia de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*, t. 15, pp. 194 e ss.).

(15) Cfr. PINA, *Crónica cit.*, cap. 108, sobre a acção do condestável D. Pedro no Alentejo.

amasse como eu nem quem tam grandemente e tam lealmente seruisse, alegandolhe pera ello todas as cousas que me pareciam ser compridoyras; e, com todas minhas abastanças e sobeja paciência, vejo pouco proueito nem rreapairo a estes rreinos. E o pior que he, que nom vejo costança nem firmeza nem cousa que sse faça, diga ou prometa; e nom somente no que sse diz per pallaura, mas no que sse daa per sinal e sello e nom soamente no que se diz e promete aos pequenos, mas no que sse promete aos maiores. Nom curo de vos escpreuer os emxemplos dello, porque craramente os saberes assy, em a corte como fora della.

Muito homrrado e mujto amado sobrinho. Por me crarificar mais e justificar com elrrey meu ssenhor, porque elle me escpreueo per sua mão, per ho meu confessor, que a elle emuiey (16), èu se eu quisesse emmen-dar alguas cousas, que todo se faria como eu quisesse; e eu lhe emuiey pidir por merçe que me decrarasse que era o que queria que eu fizesse e do que quiria que me eu guardasse e que todo o que comuiesse fazer a homem de meu estado que o faria. A esto nom me rrespondeo cousa algũa e desta vos rrogo, em espiçal, que me ajaes a rreposta do dito ssenhor.

Muito amado sobrinho. Escpreuiuos assi breuemente estas cousas como passaram pera vossa emformaçam, como dito he, e por saberdes minha vomtade, a qual, sem duuida, he desejar rreposou e assego dos trabalhos que tenho pasados por seruiço delrrey meu senhor, se mo quiserem dar. E bem deuees de crer que quem tanto trabalhou por assego e defemssam destes rreinos como eu, com tam pouco proueito como dello tirey, que vos afirmo que, des que da corte parti, sempre viuy dempres-tado, nom deuia desejar vellos em rreuolta e trabalho, o que me mujto cobiçam algũs (17); pero, se tanto trabalharam por elles como elrrey meu ssenhor e padre, que Deus aja, e seus boons e leaes seruidores, outra maneira teriam em ello.

Por comcrusam deste escprito, mujto amado sobrinho, eu vos peço e emcomemdo que, por a obrigaçam que vos deues a Deus e a elrrey meu senhor e a esta terra, de uossa natureza e por amor que me temdes e eu a vos, husamdo de vossas virtudes e bomdade e liberdade que sempre tiuestes em comsselhar, vos praza trabalhar por boom assego destes rreinos e proueitosso rremedio delles, nom comssetindo ser emganado per temor ou fauor, segumdo que mujtos agora fazem; e, alem de em ello fazedes o que deuees a Deus e ao mundo e de guardardes vossa homrra

(16) Talvez o dominicano Fr. João Verba (Cfr. DIAS DINIS, *Quem era Fr. João Verba e Ainda sobre a identidade do Frei João Verba*).

(17) Sendo D. Pedro duque de Coimbra e senhor de Montemor o Velho e dis-pendo, entre outros rendimentos, de tantas terras suas, como Cernache, Condeixa, Pereira, Anobra, Penela, Tentúgal, Mira, Aveiro, Avelãs de Cima, etc., parece exage-rada esta sua afirmação.

e fama, sem duvida sede certo que averees por ello boom guallardam de Deus. E eu, da minha parte, vollo gradeçerey, como he rrezam.

Esprita em Cojnbra, aos xxx dias de dezembro de 1448.

212

1448? (1)

Prólogo do Horologium fidei ou explanação teológica, em forma de diálogo, entre o autor, Mestre Frei André do Prado, e o infante D. Henrique, sobre o Símbolo dos Apóstolos, a pedido daquele infante, no qual o referido teólogo franciscano enaltece o amor do Navegador pelas ciências, como nova glória e espelho dos príncipes, em perscrutar as maravilhosas obras de Deus e das coisas da terra, realizando o infante o que para seus ilustres antecessores era escondido, como estudioso persistente e sagaz dos astros e coisas difíceis, poderoso nas guerras e conquistas de terras e em desvendar os mares.

BAV., Vat. Lat., cód. 1068, fl. 1, em transcrição e anotação do R. Dr. António Domingues de Sousa Costa, O. F. M., Professor e Decano de Faculdade de Direito do Pontifício Ateneo Antoniano de Roma.

Publicado por FELIX LOPES, *A volta de Fr. André do Prado* (Século XV), pp. 122-23.

Incipit horologium fidei, editum a magistro Andrea de Prato, ordinis fratrum minorum, provincie Portugalie (2).

(1) Quando em 1450 Frei André do Prado, vigário provincial da Observância Franciscana, enviava relação do Capítulo celebrado em Santarém a 10 de Fevereiro desse ano a Frei Angelo de Perúcia, vigário geral da Observância (publicada por CELESTINO PIANA, *Silloge di documenti dall'archivio di S. Francesco di Bologna*, pp. 35-36), contava uns 65 a 70 anos. Por isso, supomos que o seu *Horologium fidei* foi composto alguns anos antes. Cremos até que Frei André do Prado teria sido um dos informadores portugueses do famoso humanista Poggio Bracciolini, quanto aos descobrimentos e feitos do infante D. Henrique, a que o humanista e secretário pontifício se refere na carta de 1448 (o DOC. 186 do presente volume). Pelo que não será ousado colocar a composição do *Horologium Fidei* pelo ano de 1448.

(2) Frei André do Prado, aqui designado como pertencente à Ordem de S. Francisco e à província portuguesa da mesma Ordem, nasceu na cidade de Évora, como ele próprio declara noutra obra, escrita como bacharel em teologia, em 1416, no

Illustrissime ac magnifice, princeps, ducum permaxime noua gloria, mirabilium Dei operum exquirendi et rerum in terris speculum; vtinam simili speculo sic adamando ciencias cuncti fulgerent mortalium principes, vna cum proceribus et reliqua plebeorum turba, vt status humane conditionis feliciora temporum cursibus susci-peret incrementa.

Princeps magnissime. Post mei, tam parvi hominis, humilimam recommendationem, ad pedes inclinaturn necnon paratum obsequendi affectum vestre dominacioni semper premissum. Paucis reuera, prepotens princeps, elapsis diebus, me vestri inexistente presencia, expulsis vtique mortalium curis, quorum indefessis vigiliis viri illustris animus vndique agitari non dubium est, jñ exsequendis denique, que perillustres antecessores vestros latere, nullum mortalium dignum negare arbitror, jñ astris videlicet cognoscendis ardua, jñ acquirendis terris grandia, jñ gerendis bellis strenua, jñ maria perlustrando forcia, cunctaque, sagacitate mjrabil, strenuitate laudabili, prestanciam vestram, diuino munere, actingera, maiores nostri dignum fore laudauere.

Colégio de S. Clemente de Bolonha, em cuja Universidade estudou, juntamente com outro português e franciscano, Frei Pedro Alvares, também seu companheiro de estudo em Paris, os quais, em Novembro de 1422 (Frei André era já licenciado em teologia e Frei Pedro Alvares bacharel) mostravam interesse pelo movimento da Observância franciscana em Portugal. Foram ambos capelães do Colégio de S. Clemente de Bolonha pelo menos durante o ano académico 1414-15, contra a vontade de alguns dos colegas, por se tratar de religiosos. O litígio deu ocasião aos maiores louvores a Frei André do Prado, então regente da cátedra de teologia no referido Colégio e considerado um dos mais notáveis bacharéis de toda a Universidade. Tinha ele então para cima de trinta anos, porque era já sacerdote e bacharel em teologia. Consequentemente, o seu nascimento em Évora, a cuja Custódia franciscana pertencia, deve collocar-se no último quartel do século XIV, não antes de 1380.

Aparece na cúria pontifícia, como professor de teologia no respectivo Estudo Geral ou Universidade, em 1425 e 1426, durante o pontificado de Martinho V, e ali exerceu mais de uma vez o cargo de procurador de alguns portugueses, sobretudo do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra, inclusivamente por incumbência do infante D. Duarte, que o enviou ao papa Martinho V em Dezembro de 1429. Documento de Janeiro de 1430 sobre a missão do nosso franciscano na cúria pontifícia em nome do arcebispo di-lo natural de Évora. Conhecemos documentação relativa ao seu officio de procurador também durante o pontificado de Eugénio IV, precisamente em Setembro de 1434. A sua presença na dita cúria ou em Itália nesse período talvez seja indicação indirecta de que o múnus de professor na Universidade da cúria pontifícia continuava. Ignoramos quando regressou a Portugal, onde estava com certeza nos princípios de 1450, como vigário provincial dos Observantes franciscanos portugueses, tendo participado no Capítulo de Santarém de 10 de Fevereiro desse ano. Com uns 65 a 70 anos de idade que então contava, a sua vida terrena, segundo cremos, não deve ter-se prolongado por muitos mais anos (Cfr. ANTONIO DOMINGUES DE SOUSA COSTA, O. F. M., *Mestre Frei André do Prado, desconhecido escotista português do século XV, professor nas Universidades de Bolonha e da Cúria Romana, na Revista Portuguesa de Filosofia de 1967*).

Quorum cura perplexus, fidei anchora firmatus, vestra perlustris celsitudo mjchi ut suo dignabatur imperare quatenus de fidei articulis nonnulla respondendo, mjnime recusare vellem. Sed, profecto genus hominum conspicio esse vnjcum et studiorum sciencias esse plurimas, quibus aliquid extenso oracionjs conflatu laudatur. Pertimesco itaque in tali et tanto congressu minjme laudari, quoniam materia difficilis, jgnorancia probabilis, cum tenuissimus sistat spiritus, quem rudis genujt etas, indocilis reuera natura rerumque quasi omnium inexperientia et ab theologie sacratissima sciencia permaxime alienum. Ex quorum omnium experientia, non laudis avditus, quinyimo obiurgacionis introitus immjnere aspicio.

Et quoniam vestre indicioni celsitudinis negare non audeo quidquid iniungitis, ante omnia tamen propulsare intendo labentis ipsius nature adiutorium, illumque per omnia inuocare quem celum, terra, mare rerumque natura, latebre tartaree, demones et omne plasma omnium creatorem merjto inuocat illumque contremescit et adorat. Quidquid per me, inuultilem homuncium, fieri debere non solum inducit sanctorum scriptura verum ex congruo deponit in hac re tam ardua, quam pro presenti, superna permjssione, agredior apostolorum videlicet symbolum, gratia cuius anima insignitur, quatinus eternam vitam feliciter adipisci valeat. Lubeat ergo mj optime principum, vellitis (3) operam dare circa ea que nostra uersatur intencio (4).

(3) No ms. *vollitis*.

(4) Frei André do Prado, além do *Horologium Fidei*, escreveu a obra intitulada *Liber Distinctionum*, a pedido de colegas de estudo ou de ensino, entre os quais Frei Pedro Alvares. Trata-se de obra de inspiração escotista, baseada sobretudo em Escoto, Francisco de Malrois, Bonet, etc. Terminou-a nas férias de 1416, no Colégio de S. Clemente, onde havia completado o curso de bacharel sentenciário. Tanto JACINTO SBARALEA, *Supplementum et castigatio ad Scriptores trium Ordinum S. Francisci a Waddingo aliisque descriptos*, Romae, 1908, p. 55, n.º 297, como ATANASIO LOPEZ, *Los estudios en España desde el resurgimiento de la Observancia hasta la Bula de Unión de León X*, fundados precisamente no prólogo da obra, dizem ser o autor um franciscano de Évora. Erroneamente BARTHOLOMAEUS ROTH, O. F. M., *Franz von Mayronis*, O. F. M., pp. 124-126, decerto por não ter notícia da localização da cidade de Évora, atribuiu o *Liber Distinctionum* a franciscano inglês, ou seja a Tomás Foxal (*Johannes Anglicus*). O documento de Janeiro de 1430 que publicamos em *Mestre Frei André do Prado*, a dizê-lo natural de Évora, e a documentação por nós editada naquele estudo e pelo P. CELESTINO PIANA, O. F. M., *Nuove ricerche su le Università di Bologna e di Parma*, pp. 348-53, sobre a presença de Frei André do Prado no Colégio de S. Clemente de Bolonha, onde precisamente nesse tempo foi escrito o *Liber Distinctionum*, dão-nos a certeza da identificação do autor com Frei André do Prado.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA

Registam-se aqui as fontes manuscritas aproveitadas e citadas nos documentos e notas do presente volume, por ordem alfabética das terras em que se encontram os arquivos respectivos, com indicação das secções, caixas, maços, volumes, livros e fólios.

BARCELONA

Archivo de la Corona de Aragón

Cancillería Real, Registros: 2538, fls. 122 v. e 137 v.; 2539, fls. 134 e 135; 2645, fl. 21; 2654, fl. 57 v.; 2698, fl. 108 r.-v.; 2699, fl. 57 v.; 3038, fls. 104 r.-v., 108 v.-09, 134, 137 v. e 181; 3040, fl. 165; 3041, fls. 174 v. e 175; 3046, fls. 93 r.-v., 94 e 98; 3048, fls. 16 e 99 r.-v.; 3185, fls. 132 r.-v., 133 e 133 v.; 3191, fls. 113 v., 161 v. e 162; 3192, fl. 66; 3193, fls. 60-61; 3194, fls. 119 v. a 120 v.; 3227, fl. 34 v.; 3230, fls. 61, 70 v. e 76; 3231, fl. 125 v.; 3272, fls. 12 v.-13, 40, 59 v.-60, 60 r.-v. e 61; e 3372, fls. 12 v.-13.

COIMBRA

Arquivo do Câmara Municipal

Cartas originais dos Infantes, doc. 13.

Arquivo da Universidade

Gaveta 2, maço 3, n.º 55.

Livro dos privilégios, fls. 2 v., 12 v., 72 v. e 113.

FLORENÇA

Biblioteca Riccardiana

Códice 759, fls. 219-220 v. e 221.

LISBOA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Bulas, maço 12, n.º 2.

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 3, fl. 20 v.; liv. 5, fls. 2 v., 4, 4 v., 5, 10, 11 v., 12, 12 v., 15, 17 v., 18, 18 v., 19, 25, 33, 40 v.; 42, 44, 45, 49 v., 50 v., 54, 55 v., 58, 58 v., 61, 63 v., 77 v., 79, 79 v., 80, 86, 87 v., 95 e 98; liv. 8, fls. 10 v. e 114; liv. 9, fls. 2, 10 v., 81 v. e 149 v.; liv. 10, fl. 131; liv. 11, fls. 42 e 75; liv. 12, fl. 141; liv. 13, fls. 36 e 84 v.; liv. 14, fls. 85 v. e 113; liv. 15, fl. 15; liv. 17, fl. 93 v.; liv. 18, fls. 37 v. e 49 v.; liv. 19, fl. 1 v.; liv. 20, fl. 37; liv. 24, fl. 67 v.; liv. 25, fls. 27, 29, 31 v., 33 v., 36, 36 v., 37 v., 38, 39, 39 v., 40, 40 v., 41, 42, 42 v., 50, 69, 89 v., 92 e 92 v.; liv. 26, fls. 43 v. e 166; liv. 28, fl. 59 v.; liv. 30, fls. 48 e 57; liv. 32, fl. 162 v.; liv. 33, fls. 42 v., 81 v. e 85; liv. 34, fls. 5 v., 10 v., 99 v., 114 v. e 182 v.; liv. 37, fls. 1 e 113 v.; e liv. 38, fl. 48.

Chancelaria de D. Fernando, liv. 1, fl. 8; e liv. 2, fl. 67 v.

Chancelaria de D. João I, liv. 1, fl. 161 v.; liv. 2, fl. 150 v.; e liv. 4, fl. 128 v.

Chancelaria de D. João III, liv. 25, fl. 137.

Colecção Especial, parte 1, caixa 116, maço 1, doc. 29; caixa 117, maço 1, doc. 57; caixa 118, maço 1, doc. 23 e maço 2, n.º 12; caixa 126, maço 2, doc. 9; e caixa 140, maço 1, doc. 14.

Convento de Santa Clara do Funchal, maço 1, n.º 1; e maço 11, n.º 1.

Estremadura, liv. 5, fl. 162; liv. 7, fl. 32 v.; e liv. 10, fl. 5 v.

Extras, liv. 1, fls. 100 v., 179 e 180 v.

Gavetas: 14, maço 8, n.º 1; 17, maço 1, n.º 12, fl. 4 v. e maço 7, n.º 15.

Guadiana, liv. 3, fl. 59 v.; liv. 4, fls. 24 v., 59 v., 64 e 69.

Ilhas, fls. 14, 26 v., 93 v. e 94 v.

Legitimações, liv. 2, fls. 94 v. e 97 v.

Livraria (Manuscritos), códices 358 e 359, e códice 1911, fls. 147-63.

Mestrados, fl. 151.

Místicos, liv. 1, fls. 47 v., 242 v. e 260 v.; liv. 2, fls. 16, 19, 26, 196 v. e 201 v.; e liv. 3, fls. 138 v., 242 v. e 260 v.

Mosteiro da Batalha, liv. 4, fls. 202, 218, 223 e 223 v.

Suplemento de Cortes, maço 4, n.º 43.

Reis, liv. 1, fls. 33 v., 52, 53 v. e 58.

Biblioteca Nacional

Códice Alcobacense 297, fl. 92.

Colecção Pombalina, códice 443, fls. 85 e ss.

Livro dos sumários das escrituras da Ordem de Nosso Senhor Jhesu Cristo, parte 2, fls. 28-29.

PARIS

Bibliothèque Nationale

Cód. lat., 14.394.

Fond Portugais, n.º 20, fl. 80.

Manuscrits portugais, Cód. 41, fls. 94 v. a 101 v., 105 v. a 152 v., 129 r. e v. e 135 v. a 157 v.

PORTO

Gabinete de História da Cidade

Livro B, fl. 264.

Pergaminhos, liv. 4, doc. 32.

Vereações de 1448-49, fls. 7, 7 v., 8, 10 v., 11 v., 14, 15, 15 v., 17 e 26 v.

PRAGA

Códice I. C. 3.

ROMA

Bibliotheca Apostolica Vaticana

Códice Ottoboniense Lat. 2251, fl. 156.

Vat. Lat., códice 1068, fl. 1.

Archivio Segreto Vaticano

Regestum Lateranense, vol. 428, fl. 26; vol. 434, fl. 148-49; e vol. 454, fl. 242.

Regestum Supplicationum, vol. 413, fls. 131, 179 v., 183 v. e 278 v.; e vol. 428, fl. 162 v.

Regestum Vaticanum, vol. 377, fl. 264 v.; vol. 378, fl. 231 e 293; vol. 386, fl. 163; e vol. 387, fls. 248 e 250.

SIMANCAS

Archivo General

Patronato Real, legajo 49-29.

VENEZA

Archivio di Stato

I Commemoralli, liv. 13, doc. 274, fl. 175, e doc. 309, fl. 197 v.
Scnato (Secreta), vol. 13, fl. 258; e vol. 16, fls. 165 v. e 187 v.

VISEU

Arquivo Distrital

Pergaminhos do Cabido, maço 16, n.º 50; e maço 45, n.º 1.

BIBLIOGRAFIA IMPRESSA

Exaram-se aqui os nomes completos dos autores e os títulos das obras citadas no presente volume; para os autores portugueses, por ordem alfabética do último apelido; para os estrangeiros, segundo o uso das respectivas nações. Adiciona-se mais alguma bibliografia, relativa aos assuntos e problemas ventilados nos textos e nas notas. Tenha-se em consideração a aduzida nos volumes anteriores.

AGUIAR, Fernando de. — *Breve memória sobre a terceira residência de Zarco na Madeira*. No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 7, Funchal, 1949, pp. 31-48.

ALMAGIA, Roberto. — *Le Scoperte dei portoghesi in Africa e la Cartografia Italiana dei secoli XV e XVI*. No «Congresso do Mundo Português», vol. 3, Lisboa, 1940, pp. 469-76.

ALMEIDA, Fortunato de. — *História de Portugal*, t. 2, Coimbra, 1923, e t. 3, Coimbra, 1925.

— *História da Igreja em Portugal*, t. 2, Coimbra, 1910, e t. 3, parte 1, Coimbra, 1912.

ÁLVAREZ DELGADO, Juan. — *Primera conquista y cristianización de la Gomera*. Algunos problemas históricos. — No «Anuário de Estudios Atlánticos», n.º 1, Madrid-Las Palmas, 1955, pp. 445-92.

— *El Episodio de Iballa*. Na rev. retrocit., n.º 5, 1959, pp. 255-374.

ARCHER, Maria. — *Quando os portugueses chegaram aos «Rios da Guiné»*. Em «O Mundo Português», vol. 13, 2.ª série, Lisboa, 1946, pp. 29-37.

ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS. *Catalogo V. Patronato Real (834-1851)*, t. 1, Valladolid, 1946.

ARQUIVO Histórico da Marinha, vol. 1, Lisboa, 1933-36.

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho. — *V Centenário do descobrimento dos Açores. Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores, precedido de um ensaio crítico por...* Ponta Delgada, 1932.

AZEVEDO, Pedro de. — *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Coimbra, 1915 e 1934, 2 vols.

AZEVEDO (Pedro A. de) e BAIÃO (António). — *O Archivo da Torre do Tombo*. Sua historia, corpos que o compõem e organização. Lisboa, 1905.

BACCI, Domenico. — *Poggio Bracciolini nella luce dei suoi tempi*. Firenze, 1959.

— *Cenni biografici e religiosità di Poggio Bracciolini*. Firenze, 1963.

BAPTISTA, Soror Maria. — *Livro da Fundação do Mosteiro do Salvador da Cidade de Lisboa e de alguns casos dignos de memoria que nelle aconteceram*. Lisboa, 1618.

BARRETO, João. — *História da Guiné (1418-1918)*. Lisboa, 1938.

BARROS, João de. — *Ásia*. Década Primeira. Coimbra, 1932.

BASTO, Artur de Magalhães. — *Limiar da tragédia. Reflexos no Porto das vésperas de Alfarocheira*. Separata da «Revista de História», vol. 13, Lisboa, 1925, pp. 241-71.

BAYLLY, Auguste. — *Historia de Venecia*. Barcelona, 1963.

BEAUJOUAN (Guy) et POULLE (Emmanuel). — *Les origines de la navigation astronomique aux XIV^e et XV^e siècles*. Em «Le navire et l'économie maritime du XV^e au XVIII^e siècle», Paris, 1957.

BELÉM, Fr. Jerónimo de. — *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves, da regular Observancia do Serafico Padre S. Francisco, em que se tracta da sua origem, progressos e fundação de seus conventos*. Lisboa, 1750-58, 4 partes.

BOEMIA, Martinho de. — *De prima inuentione Gujnee*. Em O Manuscrito «Valentim Fernandes», Lisboa, 1940, pp. 187-200.

BOLEÃO, José de Oliveira. — *Viagens de descobrimento e exploração nas costas da Guiné*. No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vol. 1, Bissau, 1946, pp. 713-28.

BONNET Y REVERÓN, Buenaventura. — *Las Canarias y la conquista franco-normanda. I. Juan de Bethencourt (Estudio crítico)*. La Laguna de Tenerife.

— *Las Canarias y la conquista franco-normanda. II. Gadifer de la Sallc*. La Laguna de Tenerife, 1954.

— *La supuesta expedición de Alvaro Guerra a Lanzarote*. Na «Revista de Historia», La Laguna, 1945, pp. 186-92.

BRAGA, Joaquim Theophilo Fernandes. — *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*. Tomo 1, 1289 a 1555, Lisboa, 1892.

BRAGADIN, Commandant M. A. — *Histoire des Républiques Maritimes Italiennes Venise-Amalfi-Pise-Gênes*. Paris, 1955.

BRAGANÇA, José de. — *Introdução e Notas a GOMES EANES DA ZURARA, Cronica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, Porto, 1937.

BRANDÃO, Fr. Francisco. — *Qvinta parte da Monarchia Lvsytana*. Lisboa, 1650.

BRANDÃO (Mário) e ALMEIDA (Manuel Lopes de). — *A Universidade de Coimbra*. Esboço da sua história. Coimbra, 1937.

BULLARIUM Franciscanum continens constitutiones, epistolas, diplomata Romanorum Pontificum. Ed. Ulricus Hüntmann, O. F. M. Nova Series, t. I (1431-1455). Ad Claras Aquas (Quaracchi), prope Florentiam, 1929.

CADAMOSTO, Luís de. — *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa, 1948.

CADDEO, Rinaldo. — *Le navigazioni atlantiche di Alvise da Ca' da Mosto, Antoniotto Usodimare e Niccoloso da Recco*. Na colecção «Viaggi e Scoperte dei navigatori ed esploratori italiani», vol. 1, Milano, 1928.

CARTA (Uma) do capitão Zarco, da collecção de documentos do mosteiro de Santa Clara (3 de Maio de 1447). No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 4, Funchal, 1934-35, pp. 176-77.

CARVALHO, Joaquim de. — *Aditamentos e Notas a FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra.* Primeira parte, 2.^a ed., Coimbra, 1937.

— *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV.* Vol. 1 (e único), Coimbra, 1949.

CENIVAL (Pierre de) et MONOD (Théodore). — *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal par Valentim Fernandes (1506-1507).* Paris, 1938.

[COELHO, José Ramos]. — *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas.* Lisboa, 1892.

COELHO, Possidónio Mateus Laranjo. — *Terras de Odiana. — Subsídios para a sua história documentada.* Em «O Instituto», vol. 63, Coimbra, 1921, pp. 257-63.

CONGRESSO comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné. Lisboa, 1946, 2 vols.

CORTESÃO, Armando Zuzarte. — *Subsídios para a História do Descobrimento da Guiné e de Cabo Verde.* No «Boletim da Agência Geral das Colónias», Ano 7, Lisboa, 1931, pp. 3-39.

— *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* (Contribuição para um estudo completo). Lisboa, 1935, 2 vols.

— *Onde era o Cabo dos Mastros dos nossos antigos navegadores.* No «Boletim da Agência Geral das Colónias», ano 2, Lisboa, 1926, pp. 40-45.

— *História do comércio da Guiné.* Na rev. cit., Lisboa, 1928, pp. 285-331.

— *Os quatro períodos ou escolas da cartografia portuguesa.* Nos «Anais do Club Militar Naval», t. 63, Lisboa, 1933, pp. 135-43.

CORTESÃO, Jaime. — *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, Lisboa, s. d.

COSTA, Abel Fontoura da. — *Vila do Infante, antes Terça Nabal e Sagres depois*. No «Arquivo Histórico da Marinha», vol. 1, Lisboa, 1933-36, pp. 25-26 e 251-58.

— *Descobrimientos marítimos africanos dos Portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II*. I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa, 1938.

— *Descobrimientos portugueses no Atlântico e na costa ocidental africana do Bojador ao Cabo de Catarina*. No «Congresso do Mundo Português», vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 243-86.

— *A Marinharia dos Descobrimentos*, 3ª. ed., Lisboa, 1960.

— *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes, 1506-1508*. Lisboa, 1439.

— *Uma carta náutica portuguesa de circa 1471*. Lisboa, 1940.

COSTA, O. F. M., António Domingues de Sousa. — *Mestre Frei André do Prado, desconhecido escotista português do século XV, professor nas Universidades de Bolonha e da Cúria Romana*. Na «Revista Portuguesa de Filosofia», Braga, 1967.

— *A Expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique*. Na rev. «Brotéria», vol. 71, Lisboa, 1960, pp. 409-21.

COUTINHO, Carlos Viegas Gago. — *Nuno Tristão e o Mar de Sargaço*. No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vol. 4, Lisboa, 1949, pp. 1-4.

— *Cartas de marcar impostas pelos Descobrimentos*. No «Bol. da Sociedade de Geografia de Lisboa», série 60, Lisboa, 1942, pp. 229-32.

— *Navegação astronómica. Quando teria começado*. Na «Seara Nova», n.º 893, Lisboa, 1944, pp. 55-56.

DAPPER, O. — *Description de l'Afrique*. Amsterdam, 1686.

DE WITTE, O. S. B., Charles-Martial. — *Une ambassade éthiopienne à Rome en 1450*. Roma, 1956.

DINIS, O. F. M., António Joaquim Dias. — *1446-1946. O V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa à luz da crítica histórica*. Braga, 1946.

— *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*. Vol. I. — *Introdução à Crónica dos feitos de Guiné*. Lisboa, 1949.

— *Quem era Fr. João Verba, colaborador literário de el-rei D. Duarte e do infante D. Pedro*. Na rev. «Itinerarium», Ano 2, Braga, 1956, pp. 424-91.

— *Ainda sobre a identidade de Frei João Verba*. Na rev. retrocitada, Ano 3, Braga, 1957, pp. 479-90.

— *Estudos Henriquinos*. Vol. 1, Coimbra, 1960.

— *Regimento do infante D. Henrique sobre os direitos de pesca em Castro Marim*. Na rev. «Colectânea de Estudos», 2.ª série, Braga, 1953, Ano 4, e novamente nos seus «Estudos Henriquinos», vol. retrocitado, pp. 73-107.

DUARTE, Fausto. — *O Descobrimento da Guiné*. Aires Tinoco. Um herói ignorado. No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vol. 7, Lisboa, 1952, pp. 645-54.

ESPERANÇA, Fr. Manuel da. — *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*. Lisboa, 1656 e 1666, 2 partes.

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra (1559). Com Introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite. Coimbra, 1963.

EUBEL, Conradus. — *Hierarchia catholica mediæ ævi*. Vols. 1 e 2, Monasterii, 1913 e 1914.

FARO, Jorge. — *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481* (Subsídios documentais). Lisboa, 1965.

FERREIRA, Francisco Leitão. — *Noticias chronologicas da Universidade de Coimbra*. Primeira parte, 2.ª ed., Coimbra, 1937.

FIGUEIREDO, A. Mesquita de. — *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Roteiro prático. Notas coligidas por... Lisboa, 1922.

FIGUEIREDO, José Anastacio de. — *Nova Historia da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores della em Portugal*. Lisboa, 1800, 3 tomos.

FONSECA, Quirino da. — *A Caravela portuguesa e a prioridade técnica das navegações henriquinas*. Coimbra, 1934.

— *Os Navios do Infante Dom Henrique*. Lisboa, 1958.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. — *A Chancellaria de D. Afonso V*. No «Arquivo Histórico Português», vol. 2, Lisboa, 1904, pp. 479 e ss.

— *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra, 1921-30, 3 vols.

FRUCTUOSO, Gaspar. — *As Saudades da Terra*. 6 Livros. Funchal-Porto-Ponta Delgada, 1873-1964.

GALVAO, António. — *Tratado dos Descobrimentos*. Porto, 1944.

GAVETAS (As) da Torre do Tombo. Lisboa, 1960-65.

GERNEZ, D. — *Importance de l'oeuvre hydrographique et de l'oeuvre cartographique des Portugais au XV^e et au XVI^e siècle*. No «Congresso do Mundo Português», vol. 3, Lisboa, 1940.

GILSON, Étienne. — *Histoire de la Philosophie au Moyen Âge*. 2.^e ed., Paris, 1952.

GIMÉNEZ SOLER, A. — *Itinerario del rey don Alfonso V de Aragón y de Nápoles*. Zaragoza, 1909.

GODINHO, Vitorino Magalhães. — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*. Prefácio e notas de... Lisboa, 1943-56, 3 vols.

GONÇALVES, Júlio. — *O Infante D. Pedro, as «Sete Partidas» e a génese dos Descobrimentos*. Lisboa, 1955.

GUILLÉN, Julio F. — *Cartografia marítima española*. Madrid, 1953.

HELENO, Manuel. — *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*. Lisboa, 1933.

— *Os descobrimentos marítimos dos portugueses e os progressos da geografia*. Lisboa, 1933.

HENNIG, Richard. — *Terrae incognitae. Eine Zusammenstellung und kritische Bewertung der wichtigsten vorcolumbischen Entdeckungsreisen an Hand der darüber vorliegenden Originalberichte*. Leiden, ts. 3 e 4, 1938-39.

HISTÓRIA de España, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, t. 15, Madrid, 1964.

«INDICE chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795 o Conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade». Prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ferreira, Director do Gabinete de História da Cidade. Porto, 1951.

INDICES e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra. Segunda parte do Inventario do mesmo Archivo. Fascículo 1, Coimbra, 1867.

LABAT, Jean Baptiste. — *Nouvelle Relation de l'Afrique Occidentale*, t. 1, Paris, 1728.

LANDIM, Gaspar Dias de. — *O Infante D. Pedro*. Lisboa, 1892.

LA RONCIERE, Charles de. — *La Découverte de l'Afrique au Moyen Age*. Nas «Mem. Soc. Géogr. Egypte», Le Caire, 1925, 3 vols.

LEÃO, Duarte Nunes de. — *Cronicas, e vidas dos Reys de Portugal*, t. 2, Lisboa, 1780.

LEITÃO (Humberto) e LOPES (Vicente). — *Dicionário da Linguagem de Marinha antiga e actual*. Lisboa, 1963.

LEITE, Duarte. — *Acerca da «Chronica dos feitos de Guinee»*. Lisboa, 1941.

— *Lendas na História da navegação astronómica em Portugal*. Na rev. «Biblos», vol. 26, Coimbra, 1950, pp. 413-30.

MANUSCRITO (O) «Valentim Fernandes». Lisboa, 1940.

LEITE, Jerónimo Dias. — *Descobrimento da Ilha da Madeira e curso da vida e feitos dos capitães da dita Ilha*. Tratado composto

em 1579 e agora publicado com introdução e notas de João Franco Machado, Coimbra, 1947.

LERICHE, A. — *Le Couscous, sa préparation*. Em «Notes africaines», de Outubro de 1949.

LIMA, Manuel Coelho Baptista de. — *O primeiro contacto entre os portugueses e os pretos da Guiné*. No «Congresso Comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné», vol. 2, Lisboa, 1946, pp. 7-29.

LIVRO Verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XV). Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil, Conservador do Arquivo da mesma Universidade. Coimbra, 1940.

LOPES, Fernando Félix. — *A volta de Fr. André do Prado (Século XV)*. Na rev. «Colectânea de Estudos», 2.ª série, Ano 2, Braga, 1951, pp. 121-32.

— *Escolas públicas dos Franciscanos em Portugal antes de 1308*. Na rev. retrocitada, n.º 2, Braga, 1947, pp. 83-108.

LÓPEZ, Atanasio. — *Los estudios en España desde el resurgimiento de la Observancia hasta la Bula de Unión de León X*. Na rev. «El Eco Franciscano», vol. 39, Santiago de Compostela, 1922.

MARQUES, João Martins da Silva. — *Descobrimientos Portugueses*. Documentos para a sua História. Publicados e prefaciados por... Professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1944, 2 vols.

— *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (Ensaio de um Manual de Heurística e Arquivologia). I. INDEX INDICUM. Lisboa, 1935.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. — *Os Filhos de D. João I*. Lisboa, 1947.

MAURICIO, Domingos. — *O Infante D. Pedro na Austria-Hungria*. Na rev. «Brotéria», vol. 68, Lisboa, 1959, pp. 17-37.

MOLLAT, Michel. — *La place de la conquête normande des Canaries (XV^e siècle) dans l'Histoire Coloniale Française*. No «Anuario de Estudios Atlánticos», n.º 4, Afo 1958, pp. 537-53.

MONARCHIA Lusitana. V. — BRANDÃO, Fr. Francisco.

MONOD (Théodore), MOTA (A. Teixeira da) et MAUNY (Raymond). — *Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap du Monte, Archipels)* par Valentim Fernandes (1506-1510). Préface du Capitain de Frégate M. M. Sarmento Rodrigues. Bissau, 1951.

MONTAGNE, Robert. — *Une tribu berbère du sud Marocain: Massat*. Na rev. «Hespéris», t. 4, pp. 357-76.

— *Coutumes et légendes de la côte berbère du Maroc*. Na retrocitada rev. e tomo, pp. 101-14.

MOTA, Avelino Teixeira da. — *Cronologia e âmbito das viagens portuguesas de descoberta na África Ocidental, de 1445 a 1462*. No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vol. 2, Lisboa, 1947, pp. 315-41.

— *Topónimos de origem portuguesa na Costa Ocidental de África*. Desde o Cabo Bojador ao Cabo de Santa Catarina. Bissau, 1950.

— *A descoberta da Guiné*. No supracit. «Boletim Cultural», Ano 1, Bissau, 1946, pp. 11-68, 273-326 e 457-509.

— *A evolução da ciência náutica durante os séculos XV-XVI na cartografia portuguesa da época*. Nas «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa», t. 7, Lisboa, 1961.

— *A arte de navegar de Portugueses e Espanhóis na época dos descobrimentos*. Nos «Anais do Club Militar Naval», t. 74, Lisboa, 1944, pp. 367-86.

— *A arte de navegar no Mediterrâneo nos séculos XIII-XVII e a criação da navegação astronómica no Atlântico e Indico*. Na retrocitada revista, t. 87, pp. 453-74.

— *Influence de la cartographie portugaise sur la cartographie européenne à l'époque des découvertes*. Na «Bibliothèque Générale de l'École Pratique des Hautes Études», VI^e Section. *Les aspects internationaux de la découverte océanique aux XV^e et XVI^e siècles*. Actes du Cinquième Colloque International d'Histoire Maritime. — Separata.

MUNZER, Jerónimo. — *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer (Excerptos)*. Coimbra, 1932.

NASCIMENTO, Francisco Manuel do. — *Zarco ou os efeitos da publicidade*. No «Arquivo Histórico da Madeira», vol. 5, Funchal, 1937, pp. 81-90.

OSÓRIO, João de Castro. — *O Além-Mar na literatura portuguesa (Época dos Descobrimentos)*. Lisboa, 1948.

— *Inclita Geração. Dom Duarte. Dom Pedro*. Lisboa, 1945.

PEDRO, Infante D. — *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante D. Pedro*. 3.^a ed., com uma Introdução e notas por Joaquim Costa. Porto, 1946.

PEREIRA, Duarte Pacheco. — *Esmeraldo de situ orbis*. Lisboa, 1954.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves. — *A divisa do Infante D. Henrique*. No «Boletim da Segunda Classe» da Academia das Ciências de Lisboa, vol. 8, 1913-14, pp. 274-79.

— *O livro «Pastor de Hermes» citado por Gomes Eannes de Zurara*. No «Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa», vol. 9, Lisboa, 1914-15, pp. 350-55.

PERES, Damião. — *História dos Descobrimentos Portugueses*. Segunda edição (Atualizada). Coimbra, 1960.

PEREZ EMBID, Florentino. — *Los Descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*. Sevilla, 1948.

PESSANHA, D. José. — *Uma reabilitação histórica*. Inventários da Torre do Tombo no século XVI. — No «Arquivo Histórico Português», vol. 3, Lisboa, 1905, pp. 287-303.

PIANA, O. F. M., Celestino. — *Nuove ricerche su le Università di Bologna e di Parma*. Quaracchi, 1966.

— *Silloge di documenti dall'archivio di S. Francesco di Bologna*. Na rev. «Archivum Franciscanum Historicum», vol. 50, Quaracchi, 1957, pp. 35-36.

PICO, Maria Alexandra Tavares Carbonell. — *A terminologia naval portuguesa anterior a 1460*. Lisboa, 1963.

PINA, Ruy de. — *Chronica del Rey D. Duarte*. Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza», t. 1, Lisboa, 1790, pp. 71-194; e ed. da Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901. — Nas transcrições seguimos sempre o códice iluminado 359 *Livraria* (Manuscritos) do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa.

— *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V.* Na retrocitada Collecção da Academia e volume aduzido, pp. 210-489; e na Biblioteca de Clássicos Portugueses, Lisboa, 1901-02. — Nas transcrições seguimos sempre o códice iluminado n.º 358, *Livraria* (Manuscritos) do Arquivo retrocitado.

PIRES, Domingos. — *Descobrimento e ocupação da Guiné*. Nos «Anais do Club Militar Naval», t. 76, Lisboa, 1946, pp. 505-11.

PURIFICAÇÃO, Fr. António da. — *Chronica da antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, Bispo de Hyponia e principal Doutor da Igreja*. Lisboa, 1642 e 1656, 2 partes.

QUADRO *elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias*. ts. 1, 3 e 14, Pariz, 1842-43 e 1853.

RAU, Virginia. — *A exploração e o comércio do sal de Setúbal*. Lisboa, 1951.

— *Rumos e vicissitudes do comércio do sal português nos séculos XIV a XVIII*. Na «Revista da Faculdade de Letras» de Lisboa, 3.ª série, n.º 7, Lisboa, 1963, pp. 5-27.

REBELO, Joaquim Ignácio de Brito. — *Alguns traços da vida do Infante D. Henrique*. Em «O Instituto», vol. 41, Coimbra, 1893-94, pp. 567-73.

RELAÇÕES (As) *do Descobrimento da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*. Versão do latim por Gabriel Pereira. S. l. n. d.

RICARD, Robert. — *Études hispano-africaines*. Tétouan, 1956.

— *L'infant Dom Pedro de Portugal et O Livro da Virtuosa Bemfeitoria*. No «Bulletin des Études Portugaises», vol. 17, Lisboa, 1953, pp. 1-65.

RIBEIRO, João Pedro. — *Memorias sobre as Fontes do Codigo Philippino*. Nas «Memorias de Litteratura Portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, t. 2, 2.ª ed., Lisboa, 1869, pp. 41-121.

— *Memorias para a Historia do Real Archivo*. Lisboa, 1819.

— *Additamentos ás Memorias sobre o Real Archivo*. S. l. n. d., 7 ps.

RIBEIRO, Mário de Sampaio. — *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*. Lisboa, 1939.

— *Do sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém*. Lisboa, 1949.

RODRIGUES, José Maria. — *O Infante D. Henrique e a Universidade* (Documentos do Archivo da Universidade relativos ao protectorado e aos benefícios do Infante D. Henrique). Em «O Instituto», vol. 41, Coimbra, 1894, pp. 485-508.

ROSA OLIVERA, Leopoldo de la. — *Los Bethencourt en las Canarias y en America*. No «Anuário de Estudios Atlánticos», n.º 2, pp. 111-64.

ROTH, O. F. M., Bartholomeus. — *Franz von Mayronis, O. F. M.* Em «Franziscanische Forshungen», vol. 3, Werl in Westfalen, 1936.

RUMEU DE ARMAS, António. — *España en el Africa Atlántica*. I. Texto, Madrid, 1956.

— *Piraterias y ataques navales contra las Islas Canarias*, t. 1, Madrid, 1947.

SÁ, Artur Moreira de. — *Alguns documentos referentes ao Infante D. Pedro*. Lisboa, 1956. Separata da «Revista da Faculdade de Letras» de Lisboa, t. 22, 2.ª série, n.º 1.

— *O Infante D. Pedro e a crítica histórica*. Lisboa, 1950. Separata da «Revista da Faculdade de Letras» de Lisboa, 2.ª série, t. 17, Lisboa, 1950, pp. 117-36.

— *O Infante D. Henrique e a Universidade*. Lisboa, 1960.

SANCEAU, Elaine. — *O Porto nas vésperas de Alfarrobeira*. No «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», vol. 21, Porto, 1958, pp. 187-208.

SÃO PAYO, Marquês de. — *A bordadura nas armas do Infante D. Henrique*. Esclarece-se de vez a origem da bordadura dos castelos

nas armas nacionais. Em «Armas e Troféus», 2.ª série, Lisboa, 1960, pp. 101-06.

SBARALEA, Hiacinthus. — *Supplementum et castigatio ad Scriptores trium Ordinum S. Francisci a Waddingo aliisque descriptos*. Romae, 1908.

SERRA RÁFOLS, Elias. — *Portugal en las islas Canarias*. Nas «Publicações do Congresso do Mundo Português», vol. 3, t. 1, Lisboa, 1940, pp. 211-41.

— *Lancelloto Malocello en las islas Canarias*. — Nas «Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos», vol. 3, Lisboa, 1961, pp. 467-78.

SHEPHERD, Guiglielmo. — *Vita di Poggio Bracciolini*. Tradução de Tommaso Tonelli. Firenze, 1825.

SILVA, Augusto Vieira da. — *As Freguesias de Lisboa* (Estudo histórico). Lisboa, 1943.

SILVA, P. Fernando Augusto da. — *João Gonçalves Zarco. Traços biográficos*. Funchal, 1948.

SOARES, Pinto. — «Nuno Tristão». — Tentativa de biografia. No «Boletim da Sociedade de Geografia» de Lisboa, série 74, n.º 4-6, Lisboa, 1956, pp. 163-66.

SOARES, Torquato de Sousa. — *Acerca da chamada «Crónica dos feitos de Guiné» de Gomes Eanes de Zurara*. Na «Revista Portuguesa de História», t. 9, Coimbra, 1960, pp. 287-302.

SOSA, D. António Caetano de. — *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vols. 1 e 6.

SOSA, Fr. Luís de. — *Primeira parte da historia de S. Domingos, particular do reino e conquistas de Portugal, por Fr. Luis de Cacegas*. Vol. 2, 3.ª ed., Lisboa, 1866.

SOSA, Luís Augusto de Moraes e. — *A ciência náutica dos pilotos portugueses nos séculos XV e XVI*. Por... Lisboa, 1924, 2 vols.

SPICILEGIUM Romanum, t. 10, Roma, 1844.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. — *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del Infante Don Enrique. 1393-1460.* Madrid, 1960.

TEIXEIRA, António José. — *Prestitos e procissões da Universidade.* Em «O Instituto», vol. 38, Coimbra, 1891, e na «Revista de educação e ensino», ano 5, n.º 7-10.

— *O Infante D. Henrique.* Na retrocit. revista, vol. 41, Coimbra, 1893-94, pp. 509-19.

TONELLI, Tomaso. — *Poggii Epistolae*, t. 2, Florentiae, 1859.

TOVAR (Conde de). — *Portugal e Veneza na Idade Média (Até 1495).* Em Academia Portuguesa da História. *Estudos Históricos.* Vol. 6, t. 2, Lisboa, 1961, pp. 81-136.

TRAUCTADO da Virtuosa Bemfeitoria. V. — PEDRO, Infante D.

TRIGO, António Baptista Morais. — *A morte de Nuno Tristão.* No «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», vol. 2, Lisboa, 1947, pp. 189-92.

VASCONCELOS, Miguel Ribeiro d'Almeida e. — *O Duque de Coimbra Regente do Reino.* Em «O Instituto», vol. 3, Coimbra, 1855, pp. 301-03 e 316-19.

VERLINDEN, Charles. — *Lanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries.* Na «Revue Belge de Philologie et d'Histoire», t. 36, n.º 4, Bruxelles, 1958, pp. 1173-209.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. — *Algumas achegas para a historia da tinturaria em Portugal.* Memoria apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa por ... Lisboa, 1902. — Separata da «Historia e Memorias da Academia Real das Ciencias de Lisboa», nova série, Classe de Ciencias Moraes, t. 10, parte 1.^a

— *Cirurgiões do Infante D. Henrique.* Em «Archivos de História da Medicina Portuguesa», vol. 5, Porto, 1894, pp. 102-03.

WADDINGUS, Lucas. — *Annales Minorum seu Trium Ordinum a S. Francisco institutorum.* 3.^a ed., t. 12 (1448-1456). Quaracchi, 1932.

WÖLFEL, Dominik Josef. — *Un jefe de tribu de Gomera y sus relaciones con la curia romana.* Em «Investigación y Progreso», Madrid, Outubro de 1930, pp. 103-05.

ZURARA, Gomes Eanes de. — *Crónica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I.* Composta por... Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, segundo os manuscritos n.ºs 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, 1915.

— *Crónica dos feitos de Guiné.* Lisboa, 1949. — Nas transcrições seguimos o texto do códice 41 dos *Manuscripts portugais* da Biblioteca Nacional de Paris, através de fotocópia.

— *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné.* Segundo o Manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris. Modernizada, com notas, glossário e uma Introdução de José de Bragança. Porto, 1937, 2 vols.

— *Chronique de Guinée.* Préface et traduction de Léon Bourdon, Professeur à la Sorbonne. Avec la collaboration de Robert Ricard, Professeur à la Sorbonne. Notes de L. Bourdon, E. Serra Rafols, Th. Monod, R. Ricard, R. Mauny. Dakar, 1960.

— *Crónica do conde D. Pedro de Meneses.* Na «Collecção de livros ineditos de Historia Portugueza» da Academia das Sciencias de Lisboa, t. 2, Lisboa, 1792, pp. 213-635.

— *Crónica do conde D. Duarte de Meneses.* Na colecção retrocitada, t. 3, Lisboa, 1793, pp. 3-335. — Nas transcrições seguimos o códice 520, *Livraria* (Manuscritos) do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa.

ZURITA, Jerónimo de. — *Anales de la Corona de Aragon (Segunda parte de los).* Çaragoça, 1579.

ÍNDICES

ÍNDICE CRONOLÓGICO

1445. — Os navegadores seguem para a povoação de Tira, em terra firme, levam duas mouras cativas por guias, encontram, em pequeno braço de mar, o batel, quase desfeito, pelos indígenas tomado às caravelas de Lisboa, o qual recolhem; não havendo encontrado habitantes em Tira nem em outras duas aldeias, passam à povoação de Tidre, na ilha de Tíder, onde capturam 5 mouros p. 1

1445. — Declarado por Lançarote aos demais capitães haverem atingido a finalidade principal da expedição, a qual era, segundo o regimento do infante D. Henrique, a conquista da ilha de Tíder, os navegadores distribuem entre si a presa e aquele declara-os livres para seguirem o rumo que desejem; os capitães das caravelas mais pequenas, Soeiro da Costa, Vicente Dias, Gil Eanes, Martim Vicente e João Dias, por se aproximar o inverno e correrem perigo, resolvem regressar a Portugal. p. 3

1445. — Para cumprirem ordem do infante D. Henrique, desejoso de saber novas da terra dos negros, seis caravelas, capitaneadas por Gomes Pires, Lançarote, Álvaro de Freitas, Rodrigo Eanes de Travaços, Lourenço Dias e Vicente Dias, avançam para a terra dos negros; seguem-nas, depois, mais duas, uma de Tavira e outra de Lagos, esta de indivíduo dito O Picanço, as quais porém não chegam lá. p. 5

1445. — Descendo o litoral mauritano, as seis caravelas deparam com as palmeiras avistadas no ano anterior por Dinis Dias e portanto com terra dos negros, onde porém não desembarcam, pela braveza do mar, e avançam até à foz do Senegal; ali, saltando em terra, apenas conseguem capturar dois moços negros e alguns artefactos indígenas. p. 7

1445. — Aproveitado o vento norte, as seis caravelas dirigem-se ao Cabo Verde, onde se reúnem todas menos a de Rodrigo Eanes de Travaços, que perde a conserva; desembarcados os navegadores numa ilha e depois noutra, porque nesta última havia demasiados indígenas, tornam para o rio Senegal, apenas atingido por Lourenço Dias, que, por haver perdido as demais caravelas, volta para o reino, como também faz Gomes

Pires pelo mesmo motivo, depois de completar a carga com peles de foca e de comprar um negro no Rio Ouro, aonde Pires promete voltar em Julho do ano seguinte p. 11

1445. — Perdido Vicente Dias da companhia de Lançarote e de Álvaro de Freitas, avançam as caravelas destes dois por Tíder para a ponta de Tira, em terra firme do continente africano, onde conseguem capturar 12 indígenas p. 14

1445. — Regressadas as caravelas de Lançarote e de Álvaro de Freitas da ponta de Tira à ilha de Arguim, para ali tomarem água e repousarem, pois nela não encontram indígenas, lá se depara com elas a de Vicente Dias, também em busca de aguada; e as três navegam para a ilha de Tíder, passando pela ilha de Cerina, sita entre Tíder e o continente, mas, não havendo achado ninguém na de Tíder, dirigem-se para a ponta de Tira, onde aprisionam 57 indígenas, após o que as três caravelas regressam ao reino p. 16

1445. — A caravela de Rodrigo Eanes de Travaços e a de Dinis Dias, perdidas das demais, ao buscarem-nas, encontram-se e seguem viagem juntas p. 19

1445. — Ao regressarem da ilha de Tíder ao reino, as caravelas de Soeiro da Costa, Vicente Dias, armador, Gil Eanes, Martim Vicente e João Dias, na mira de obterem mais alguma presa, saltam no Cabo Branco, porém sem resultado, e, desejando depois Soeiro da Costa negociar no lugar de Tidre filha e filho de chefe dali, os quais tinha em seu poder, acaba por haver de entregar três mouros, a fim de resgatar o mestre da sua caravela e um judeu, que havia dado em reféns do dito negócio p. 20

1445. — A caravela de Tavira e a de Picanço, ao regressarem a Portugal, encontram uma outra, de Álvaro Gonçalves de Ataíde, capitaneada por João de Castilha, a qual seguia para a Guiné; dissuadem-no disso, em razão do inverno, convidam-no a irem as três caravelas sobre a ilha da Palma, para ali tomarem alguns canários, e na ilha de Gomeira recebem de bom grado alguns indígenas, como ajuda e guia, e com eles avançam para a ilha da Palma, onde cativam 17 indígenas, perseguição em que se evidencia Diogo Gonçalves, moço da câmara do infante D. Henrique, e onde perece, de desastre, um português dos da companhia . . . p. 22

1445. — Da ilha da Palma regressam as três caravelas à de Gomeira, para ali desembarcarem os indígenas que os tinham ajudado no assalto

à primeira, e João de Castilha, por aumentar a sua presa, retem em sua caravela e traz a Portugal 21 naturais, tomados noutro porto de Gomeira, — acção depois reprovada pelo infante D. Henrique, que trata bem os ditos canários e os manda repor em sua terra p. 28

1445. — Tristão da Ilha, passado o Cabo Branco, encontra vento contrário, pelo que regressa à ilha donde antes partira; e Álvaro Dornelas, escudeiro, criado do infante D. Henrique, com outra caravela, apenas consegue dois canários p. 29

1445. — Dinis Dias, em caravela de D. Álvaro de Castro, e Álvaro Fernandes Palenço, em fusta velha, seguem para a ilha de Arguim onde, feita aguada e ultrapassada a ponta de Santa Ana um grande pedaço, doze homens da companhia saltam em terra, capturam 9 indígenas, dos quais 3 lhes fogem, e ali alagam a fusta, depois de recolhidas a guarnição e a aparelhagem respectivas à caravela de Dinis Dias p. 30

1445. — Rodrigo Eanes de Travaços, que viera juntar-se a Dinis Dias, ao que parece após o alagamento da fusta de Palenço, avança com a companhia daquele para o Cabo Verde e ilhas fronteiras, nomeadamente a de Gorée, onde Dinis Dias desembarca com dois homens; mas, atento o número muito superior dos indígenas ali encontrados, convém os das caravelas em retrocederem para o local onde haviam alagado a fusta e ali, sob proposta de Rodrigo Eanes de Travaços, desejoso de fazer alguma coisa por sua honra, saem em terra 14 homens e, ao encontrarem os indígenas que haviam acorrido a recolher a madeira da fusta desmantelada, os acometem, em peleja em que se evidencia Martim Pereira, moço da câmara do infante D. Henrique p. 34

1445. — Os navegadores portugueses lutam afadigadamente com os indígenas, distribuídos estes em duas emboscadas, e conseguem vencê-los p. 36

1445. — Acabada a peleja referida nos capítulos anteriores, Rodrigo Eanes de Travaços e Dinis Dias regressam a Lisboa e, no Cabo de Tira, saltam em terra 50 homens, que perseguem os indígenas, mas apenas conseguem aprisionar um dos habitantes p. 38

1445. — A caravela de João Gonçalves Zarco, — cuja finalidade era unicamente avançar o mais possível com o descobrimento da terra dos negros e trazer novidades sobre a mesma ao infante D. Henrique —, capitaneada por Álvaro Fernandes, sobrinho de Zarco e criado de pequeno na câmara do dito infante, segue directamente ao rio Senegal e dali ao

promontório do Cabo Verde e ilha de Gorée e, em seguida, até o Cabo de Naze, donde regressa a Lisboa pela Madeira, havendo sido assim a que em 1445 mais desceu na zona guineense p. 40

1445. — O cronista enumera as caravelas mandadas pelo infante D. Henrique à costa ocidental africana até 1446, as léguas percorridas pelas mesmas e sublinha não serem até então conhecidas as terras para lá do Cabo Bojador, pintadas anteriormente ao acaso, mas pelo infante mandadas lançar com segurança na carta de marear p. 43

1445. — Não tendo Álvaro Dornelas conseguido qualquer presa nas Canárias e achando-se a sua caravela mal parada e sem vitualhas, ele fica em Forteventura e manda aquela para Lisboa, por Afonso Marta; toma-a então o seu verdadeiro dono e primo João Dornelas, arma-a e com Diogo Vasques Portocarreiro e outros avança para as Canárias e, ajudado por habitantes da ilha de Gomeira, assalta a ilha da Palma, onde captura 20 indígenas, com os quais aporta a Tavira p. 45

4 JULHO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Martim Afonso, residente em Castro Marim, por ser besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 48

[4-9 JULHO 1445]. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao príncipe herdeiro de Castela, a recomendar-lhe Abraão Amigo, judeu português, a quem, por haver servido a falecida rainha D. Leonor de Portugal, foram feitas algumas sobrancerias e sem-razões, nomeadamente confiscados os bens e presos sua mulher e filhos, como o próprio informará p. 49

[4-9 JULHO 1445]. — Carta da rainha D. Maria de Aragão, dirigida a D. João Pacheco, marquês de Vilhena, a recomendar-lhe Abraão Amigo, judeu de Portugal, servidor que fora da falecida rainha D. Leonor p. 50

14 JULHO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João da Veiga, residente em S. João da Pesqueira, porquanto é besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 50

16 JULHO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a declarar, em nome de el-rei, que toma em sua guarda e encomenda todas as terras, rendimentos, direitos e coisas do conde de Arraiolos, seu primo, que se moveu a seguir para a cidade de Ceuta, por seu capitão e regedor p. 51

16 JULHO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a doar ao conde de Arraiolos, agora enviado a Ceuta, por seu capitão e regedor, os quintos das cavalgadas e presas do mar e da terra e demais direitos, foros e coissas ali anteriormente usufruídos pelos demais condes que lá estiveram por capitães p. 52

20 JULHO 1445. — Carta do regente D. Pedro, de privilégio a Alvaro Gonçalves, morador em Braga, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 53

20 JULHO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Martim Gonçalves, residente na cidade do Porto, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 54

21 JULHO 1445. — Carta do regente D. Pedro, de perdão a Lopo Gonçalves, do termo de Mirandela, a permitir que os dois anos do degredo para Ceuta, em que ele fora condenado, possam ser substituídos por mais dois anos na ilha da Madeira, onde já servira outros tantos, por mandado do infante D. Henrique p. 55

29 JULHO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao tesoureiro régio, a ordenar-lhe que dos 20.000 soldos das aldeias de Teruel que recebeu pague os 500 florins por mercador entregues à infanta de Portugal p. 56

3 AGOSTO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Esteves, residente em Alcácer, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 57

14 AGOSTO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a nomear capitão e regedor *in solidum* da cidade de Ceuta o conde de Arraiolos, seu primo, com jurisdição civil e crime, alta e baixa, mero e misto império, sobre todas as pessoas e bens, inclusivamente de morte natural, sem apelação nem agravo, e a ordenar-lhe obedeçam todos os que na dita cidade morarem, qualquer que seja seu estado, condição ou preeminência p. 57

16 AGOSTO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a conceder ao conde de Arraiolos, seu primo, enquanto fôr mercê de el-rei, possa dar e doar para sempre, por cartas suas, assinadas e seladas, a qualquer pessoa ou pessoas, todas as casas, terras e heranças da cidade de Ceuta e sua comarca que não tiverem sido dadas por el-rei, pelos condes D. Pedro e D. Fernando de Meneses, sem necessidade de confirmação régia, como

aliás se usou nos reinados de D. João I, de D. Duarte e ainda posteriormente p. 58

16 AGOSTO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Martim Gil, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Tomar, para escrivão da coudelaria daquela vila e termo . . . p. 60

18 AGOSTO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a mandar entregar o castelo da cidade de Ceuta ao conde de Arraiolos, seu primo, e a dispensar do preito e homenagem pelo mesmo o falecido conde de Vila Real e quemquer que, de presente, o tenha p. 60

18 AGOSTO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Afonso Tenreiro, residente em Felgar, termo da Torre de Moncorvo, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . p. 61

18 AGOSTO 1445. — Instrumento notarial de contrato e convenção de Lopo da Cunha, fidalgo do infante D. Henrique e vedor da sua casa, com sua mulher Maria Gonçalves, filha do falecido Gonçalo Lourenço, escrivão que foi da puridade de el-rei D. João I, sobre os seus bens p. 61

27 AGOSTO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Garcia, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 64

27 AGOSTO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Bernardes, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 64

28 AGOSTO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a conceder ao infante D. Henrique o exclusivo da tinturaria de pastel no reino, por ele introduzida, e a proibir que alguém a use sem sua licença, sob pena de perder o engenho respectivo, a casa em que ele estiver e o material tingido p. 65

4 SETEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Lopo Dias, escudeiro do infante D. Henrique, para juiz de Ceuta p. 66

13 SETEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rui Gomes, residente em Pombal, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 67

18 SETEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Estêvão Eanes, residente na Serra da Pescaria, termo da Pederneira, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . p. 67

18 SETEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Álvares, morador em Soure, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . p. 68

20 SETEMBRO 1445. — Carta do infante D. Pedro, regente do reino de Portugal, a Francisco Foscarì, doge de Veneza: a participar-lhe haver recebido com satisfação seu embaixador o Dr. Nicolau de Canale, a quem, depois de ele ter apresentado a documentação e alegações em favor do dito doge, quanto à marca de Treviso, o infante mostrou a doação que da mesma lhe fizera o imperador Sigismundo e pediu-lhe cópia das escrituras do doge, na intenção de mandar estudar o assunto, mas o embaixador se recusou a dá-la, pelo que os juristas portugueses não quiseram emitir parecer sem reverem detidamente a questão; a dizer-lhe que julga oportuno o regresso do embaixador, cujo envio agradece, a Veneza; a declarar-se disposto a proceder no caso com inteira justiça e a solicitar igual atitude ao doge, pois, sendo ele verdadeiro e bom amigo seu, deve sentir-se obrigado a não lhe negar o direito que porventura lhe caiba à marca de Treviso, e, como o dito embaixador o interrogara sobre a atitude do infante para com ele, doge, diz-lhe que tanto el-rei de Portugal como ele, infante, e seus irmãos se acham dispostos a manter a antiga amizade até esclarecimento pleno do assunto, cuja solução lhe comunicará, na esperança de que ela virá a contribuir para manutenção e aumento das boas relações entre Portugal e Veneza . . . p. 68

25 SETEMBRO 1445. — Memorando de el-rei D. Afonso V de Aragão a Fr. Vasco de Oliveira, comendador de Coimbra, conselheiro e embaixador seu às partes do Levante, sobre o que há-de dizer ao Mestre de Rodes acerca do convite recebido pelo dito monarca do mouro Otmen aben el Cabilu, senhor de terras em Síria, através do veneziano Marco, o qual lhe ofereceu entrada, socorro e ajuda para empresa naquelas partes, a ordenar-lhe ouça o referido Mestre e depois vá ao citado Otmen, observe cuidadosamente o país e assegure àquele a boa disposição do soberano de Aragão em aceder a seus desejos, depois de havida a necessária informação . . . p. 73

25 SETEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Farinha, residente em Janeiro, termo da Covilhã, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . p. 75

1 OUTUBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Jorge, residente em termo de Pombal, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 76

2 OUTUBRO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a confirmar a Lopo da Cunha, fidalgo da casa do infante D. Henrique, e a sua mulher Maria Gonçalves instrumento notarial de contrato e convenção feito por ambos sobre os bens por ela trazidos quando casaram e sobre as arras que ele lhe havia de dar por motivo do casamento p. 76

2 OUTUBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio de besteiro da câmara a Álvaro Domingues, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em terra de Besteiros p. 77

6 OUTUBRO 1445. — A rainha D. Maria de Aragão, em carta a mossem Vicente Climent, doutor em decretos e embaixador do rei aragonês na corte inglesa, entre outros assuntos, ordena-lhe comunique ao rei e ao cardeal de Inglaterra haver-se celebrado contrato matrimonial entre o rei de Castela e filha do infante D. João de Portugal, D. Isabel, donzela sábia e de grande fama p. 78

11 OUTUBRO 1445. — Havendo constado à rainha de Aragão que a infanta D. Joana de Portugal, filha da falecida D. Leonor, seria metida no mosteiro de S. Domingos de Toledo, privada de seus servidores, deixada só e sem qualquer subsídio de vida, ela ordena, em memorando a mossem Ramón Cerdán, seu embaixador a Castela, rogue ao respectivo monarca se digne prover às suas necessidades como provera às de sua mãe, pois seria desonra para ele deixá-la em tanta miséria p. 79

11 OUTUBRO 1445. — Memorando da rainha D. Maria de Aragão dado a seu emissário Ramón Cerdán, sobre o que há-de ponderar ao rei de Castela acerca dos servidores que foram da rainha D. Leonor de Portugal, parte dos quais o regente D. Pedro não admite no país, e lhes foram tiradas as moradias que haviam em Toledo, onde padecem grande pobreza; pelo que a dita rainha pede ao rei castelhano que torne a solicitar ao infante D. Pedro, cuja atitude comenta, receba aquele pessoal e lhe restitua os bens p. 79

11 OUTUBRO 1445. — Memorando da rainha D. Maria de Aragão, a solicitar ao rei de Castela, seu irmão, dê pousadas gratuitas aos servidores portugueses de ambos os sexos que foram da rainha D. Leonor de Portugal e os trate favoravelmente e a pedir à priora do mosteiro de S. Domingos de Toledo, onde se encontra a infanta D. Joana de Portugal, a trate com a honra e reverência que lhe são devidas p. 81

11 OUTUBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a Pero López de Ayala, alcaide-mor de Toledo, de apresentação do seu emissário Ramón Cerdán, que lhe vai falar sobre os servidores portugueses da rainha D. Leonor de Portugal p. 82

11 OUTUBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão à priora do mosteiro de S. Domingos del Real, de Toledo, onde se encontra hospedada a infanta D. Joana de Portugal, filha da falecida rainha D. Leonor, de apresentação do cavaleiro Ramón Cerdán, conselheiro e aguazil régio e seu procurador geral, o qual lhe vai falar da sua parte . . . p. 83

12 OUTUBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a Fr. Pedro de Góis, Diogo Gonçalves e Diogo Álvares, a comunicar-lhes que envia Ramón Cerdán ao rei de Castela e lhe deu cargo dos assuntos da infanta D. Joana de Portugal, dos deles e dos dos servidores da falecida rainha, mãe daquela, como o próprio Ramón lhes dirá p. 84

18 OUTUBRO 1445. — Carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a Vasco Lourenço, morador na Castanheira, termo de Monforte do Rio Livre, parte do degredo a que ele fora condenado para o couto de Noudar, por crimes diversos . . . p. 85

18 OUTUBRO 1445. — Carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a Gonçalo Afonso, morador em Jou, um ano da pena a cumprir no couto do Sabugal, por dois homicídios, em razão dos muitos e bons serviços prestados pelo indultado em Ceuta, Tânger e noutros lugares p. 86

18 OUTUBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, em que, a pedido do infante D. Henrique, perdoa a João Afonso, irmão de Gonçalo Afonso, morador em Jou, o mais tempo da pena que devia cumprir pelo mesmo motivo da carta anteriormente lançada . . . p. 87

22 OUTUBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão à infanta D. Joana de Portugal, a dizer-lhe que não pode aceder ao que lhe escreveu sobre os portugueses, como verá por carta do bispo de Lérída, do que tem pena, mas não lhe é possível providenciar p. 88

3 NOVEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Freire, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Lisboa p. 89

5 NOVEMBRO 1445. — Letras *Precelsa dignitatis*, do papa Eugénio IV, a conceder dispensa do impedimento de terceiro grau de consan-

guinidade, para casamento, a el-rei D. João II de Castela e de Leão e a D. Isabel de Portugal, filha do infante D. João, a pedido dos mesmos p. 89

24 NOVEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Álvaro Afonso, residente no Lourical, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 90

3 DEZEMBRO 1445. — Carta do regente D. Pedro, de perdão a mestre Rodrigo, cirurgião do infante D. Henrique e rendeiro das sisas em Leiria, pelas injúrias que proferira contra o juiz daquela vila. p. 91

7 DEZEMBRO 1445. — Carta do regente D. Pedro, a aposentar Nuno Vicente, vassalo de el-rei e escudeiro do infante D. Henrique, residente na vila de Montemor o Novo, a pedido do dito infante, posto não tenha ainda a idade legal p. 92

18 DEZEMBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a mossem Marim de la Miça, bailio geral do reino, a declarar-lhe que ele apenas tem cargo de administrar os rendimentos de Alcolea do presente e do futuro, pois os do passado serão recebidos pelo bispo de Lérida, que dependeu do seu em favor de pessoal da rainha D. Leonor de Portugal e da sua filha D. Joana p. 93

18 DEZEMBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a Gabriel Cogolls, cônego da sé de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea pague ao escudeiro português Cide de Sousa, familiar e doméstico servidor que foi da rainha D. Leonor de Portugal, 70 florins de ouro de Aragão, para ajuda da viagem que ele vai fazer à corte do rei aragonês p. 95

18 DEZEMBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão às autoridades marítimas do seu reino, a recomendar-lhes o escudeiro português Cide de Sousa, familiar e servidor que foi da falecida rainha D. Leonor de Portugal, o qual segue com a sua comitiva para o reino de Nápoles, em serviço de el-rei de Aragão p. 96

23 DEZEMBRO 1445. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a mossem Gabriel Cogolls, cônego da sé de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea, cuja administração tem tido, pague a Cide de Sousa, escudeiro do reino de Portugal, familiar e servidor que foi da rainha D. Leonor, 70 florins de ouro de Aragão, para custear as despesas da viagem que ele vai empreender ao soberano aragonês p. 97

23 DEZEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Domingues, barbeiro, residente em Elvas, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 98

24 DEZEMBRO 1445. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rui Lopes, residente no Lourical, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 98

3 JANEIRO 1446. — Procuração passada pelo duque de Bragança a Gonçalo Pereira das Armas, do conselho de el-rei e cavaleiro da casa do referido duque, para ele o representar nas cortes de Lisboa de Janeiro de 1446, onde não lhe era possível comparecer e, em seu nome, propor a entrega do governo do reino a D. Afonso V, a quem prestaria homenagem e submissão pelo duque p. 99

3 JANEIRO 1446. — Carta do duque de Bragança a Gonçalo Pereira, procurador seu às cortes de Lisboa de Janeiro de 1446, com o que ali devia dizer ou fazer ler perante el-rei D. Afonso V sobre lhe ser entregue o governo do reino, nos termos do juramento prestado nas cortes de Torres Novas logo que atingisse 14 anos de idade, e ainda pelos motivos e nos termos que indica, ao qual presta homenagem e submissão. p. 101

3 JANEIRO 1446. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Henrique de Castela, a solicitar-lhe tome para o corpo da sua guarda Diogo de Tarazona, servidor que foi da rainha de Portugal, D. Leonor, que o passou ao serviço do falecido infante D. Henrique de Aragão quando ela entrou em Castela p. 103

4 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Diogo Alvares, residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 104

4 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Aires Pires, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Marim p. 104

6 JANEIRO 1446. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a Gabriel Cogolls, cônego de Vich, a ordenar-lhe que pelos rendimentos da vila de Alcolea dê a Fr. Pedro e Fr. Fernando de Góis, da Ordem do Hospital, os quais foram da casa da falecida rainha de Portugal, D. Leonor, 80 florins de ouro de Aragão, como subsídio da viagem que se propõem fazer até junto do rei aragonês p. 105

8 JANEIRO 1446. — Em memorando entregue pela rainha de Aragão aos seus embaixadores a Castela Ramón Cerdán e Dr. Miguel Çabrugada, atenta a compaixão dela pelos familiares e servidores da falecida rainha de Portugal, a mesma roga ao monarca castelhano se digne enviar embaixador ao duque de Coimbra e regente daquele reino, a pedir-lhe admita no país e a seu serviço os servidores da rainha D. Leonor e lhes restitua os bens p. 106

19 JANEIRO 1446. — Carta da rainha D. Maria de Aragão à infanta D. Isabel, duquesa de Coimbra, a recomendar-lhe Francisco Manresa, que serviu a falecida rainha de Portugal e que vai buscar sua mulher e os poucos bens que ali lhe restam, e a rogar-lhe inste com o infante seu marido para que ele lhe dê alguma remuneração de tantos serviços pelo mesmo prestados e dos danos sofridos, pois a lealdade a seus senhores merece prêmio e não mal nem prejuízo p. 107

19 JANEIRO 1446. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a Ramón Cerdán, seu conselheiro e procurador em Castela, a recomendar-lhe o seu servidor e familiar Francisco Manresa, que na corte castelhana deve obter os documentos necessários para ir a Portugal buscar sua mulher e os poucos bens que ali lhe restam do tempo em que muito bem serviu a falecida rainha D. Leonor e por cujo serviço assaz perdeu, dada a maneira como o infante D. Pedro trata mal os ex-servidores da dita rainha p. 108

23 JANEIRO 1446. — Carta em nome de el-rei D. Afonso V com a resolução das cortes de Lisboa de Janeiro de 1446 sobre o regimento do reino continuar em mãos do regente D. Pedro e transcrição de procuração e carta do duque de Bragança, a propor a entrega daquele ao monarca, por ele haver atingido a idade de 14 anos e por outros motivos que aduz, ao qual presta homenagem e submissão por seu procurador Gonçalo Pereira das Armas p. 109

24 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Dias, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Santarém p. 111

24 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Pires, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Velho p. 111

24 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Vasco Esteves, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Verde p. 112

24 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Lisboa p. 112

28 JANEIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a privilegiar Afonso Anes, de Mós, morador em termo de Leiria, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 113

28 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente nas Várzeas, termo de Leiria p. 114

28 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Gregório Dias, residente nas Sarzedas, para tabelião do mesmo lugar, como o era Afonso Vasques, que renunciou ao cargo, segundo carta do infante D. Henrique p. 115

28 JANEIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Ramos, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Braga p. 115

1 FEVEREIRO 1446. — Representação da cidade do Porto às cortes de Lisboa de 1446 para que todos os dinheiros que em seu termo se tirassem nas pregações para resgate dos cativos fossem guardados em mão de dois ou três homens bons indicados pela cidade, cujos habitantes, na ida a Ceuta, algumas vezes eram cativados e lá jaziam agora três; pois o arcediogo de Vila Nova não queria entregar mais que 200 dos 700 reais ali recolhidos para o dito resgate, dispondo dos restantes no que lhe aprouvesse; ao que anuiu o regente e ordenou o comunicassem ao prelado e, com sua autorização, se fizesse o peditório p. 116

1 FEVEREIRO 1446. — Capítulo geral das cortes de Lisboa deste ano, em que, por evitar os males que se indicam e por se encontrar o reino em paz com Castela como para melhor se manterem os tratos das pazes, se pediu a supressão das frontarias, o que foi concedido p. 117

1 FEVEREIRO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Gonçalo Lourenço, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Braga p. 118

2 FEVEREIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, de privilégio a Afonso Martins Laranjo, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Viseu p. 119

3 FEVEREIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a doar a Gil Vasques, criado do infante D. Henrique, residente em Lagos, para ele e herdeiros, os bens móveis e imóveis que Vicente Domingues, mestre-escola da sé de Silves, legara em testamento, sem licença régia. . . . p. 120

3 FEVEREIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a proibir que vão navios portugueses às ilhas Canárias sem ordem ou licença do infante D. Henrique, sob pena da perda dos mesmos e das respectivas mercadorias, devendo os que lá forem pagar ao dito infante o quinto do que de lá tragam p. 122

6 FEVEREIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a declarar isento de besteiro do conto Rodrigo Anes, residente em Lisboa, a pedido de Rodrigo Esteves da Ortigueira, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, por ser criado daquele e haver estado consigo em Tânger, por homem de pé, e no palanque até o recolhimento p. 123

15 FEVEREIRO 1446. — Extracto de carta da rainha D. Maria de Aragão a seus embaixadores em Castela, Ramón Cerdán e Miguel Çabrugada, a deixar à discrição deles as mercês atribuídas aos servidores da falecida rainha D. Leonor de Portugal e da infanta D. Joana, sua filha, quanto ao tempo e modo p. 124

28 FEVEREIRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a relevar de infâmia Afonso Gonçalves Sequeira, residente em Nisa, o qual acabou de cumprir o degredo a que fora condenado por ter dito palavras e razões contra os infantes D. Pedro e D. Henrique p. 124

5 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilegiar Jusarte Fernandes, residente na vila de Santarém, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 126

6 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Rodrigo Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na Castanheira p. 126

6 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Fernando Martins, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Novo p. 127

6 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilegiar Afonso de Lisboa, residente naquela cidade, besteiro da câmara do infante D. Henrique p. 127

9 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Nuno Álvares, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Tomar p. 128

10 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a privilégio Vasco Afonso, residente na Ervedeira, besteiro da câmara do infante D. Henrique, nos termos da de Afonso Anes de 28 de Janeiro do mesmo ano p. 128

10 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Lopo Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente nas Gontijas, termo de Tomar p. 128

10 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a Lopo Afonso, besteiro da câmara do infante D. Henrique, condenado em Tomar p. 129

19 MARÇO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a perdoar um ano de degredo a João Afonso, escudeiro do infante D. Henrique, condenado por homicídio p. 129

22 MARÇO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João André, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Soure p. 130

26 MARÇO 1446. — Carta do infante D. Pedro, curador e regente do reino de Portugal, a Francisco Foscari, doge de Veneza: a comunicar-lhe que em Lisboa, onde há numerosos jurisconsultos e como lhe havia prometido através do seu embaixador, mandara estudar, pelo colégio dos juristas, as letras da concessão da marca de Treviso que lhe fizera o imperador Sigismundo; a participar-lhe haverem os juristas portugueses, após cuidado estudo do assunto, chegado à conclusão de que o domínio da dita marca passara a ele, infante D. Pedro, sem embargo de este não haver assumido a posse corporal da mesma, e que tal concessão não pode ser revogada pela posteriormente obtida pelo doge; a apelar para a antiga amizade entre o doge e a corte de Portugal, na certeza de que este não só não reterá o que ao infante pertence, mas lhe dará auxílio e favor para a recuperação por ele dos bens por outrem retidos; a pedir-lhe, enfim, que, resistindo à cobiça de possuir o que não lhe pertence, dentro de seis meses, a contar da recepção da presente carta, o certifique, por escrito, das suas verdadeiras intenções p. 132

31 MARÇO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a nomear Leonel Gil, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Lagos, em lugar de Álvaro Vieira, que ora matara Lopo Faleiro, escudeiro do mesmo infante, e andava homiziado p. 134

2 ABRIL 1446. — Procuração de el-rei D. João II de Castela, em versão portuguesa, passada a Garcia Sanchez de Valhadolide, para, em seu nome, tratar do casamento do monarca com a infanta D. Isabel de Portugal, filha do infante D. João, e a receber por esposa p. 135

16 ABRIL 1446. — Carta do regente D. Pedro, a doar a Martin Ane, escudeiro, para sempre, todos os bens, móveis e de raiz, de Fernão Lopes, natural da cidade de Évora, e ainda os que devia herdar de Inês Eanes, sua avó, agora falecida, por ele haver estado no castelo do Crato em seu desserviço e ter seguido para Castela em companhia de Gonçalo da Silveira, onde ainda está e fala e obra contra o reino p. 138

23 ABRIL 1446. — Carta do regente D. Pedro, de perdão, a rogo do infante D. Henrique, a Fernão Pais, escudeiro do comendador-mor da Ordem de Avis e criado que fora do prior de S. João, ido com a rainha-mãe para Castela, o qual ficara no castelo da Amieira com filho seu p. 140

1446. — Nuno Tristão, nobre cavaleiro, criado desde pequeno na câmara do infante D. Henrique, sabendo como este demandava a terra dos negros e que algumas caravelas haviam ultrapassado já o Rio Senegal, em caravela armada e sem se deter em parte alguma, transpõe o promontório de Cabo Verde 60 léguas, salta com outros homens da companhia para batéis, sobem rio largo, em direcção a povoação sita à sua mão direita e são asseateados por flechas ervadas, lançadas por uns 70 ou 80 negros, em 12 pirogas, os quais assim matam 21 dos nossos, nomeadamente Nuno Tristão, João Correia, Duarte de Holanda, Estêvão de Almeida, Diogo Machado e outros escudeiros, peões e mareantes; sem possibilidade de levantarem as âncoras da caravela, pela multidão das setas dos negros, os sobreviventes cortam as amarras e aquela é conduzida a Portugal por Aires Tinoco, escrivão da mesma e moço da câmara do infante, o qual, após dois meses sem avistar terra, consegue trazê-la a Lagos p. 141

1446. — João Gonçalves Zarco, capitão da ilha da Madeira, envia novamente Álvaro Fernandes, seu sobrinho, à terra dos negros, em caravela sua, ordena-lhe avance o mais possível e procure obter presa notável com que Zarco testemunhe a sua gratidão a D. Henrique por o haver

criado; em viagem directa ao Cabo Verde, Álvaro Fernandes e companheiros seguem dali até o Cabo dos Mastros e ainda 110 léguas para lá do Cabo Verde, com algumas saídas em terra, donde, pela doença de Fernandes, ferido pelos negros com seta envenenada, regressam ao reino pela ilha de Arguim e Cabo do Resgate, apenas com 5 cativos, mas recebem 100 dobras de D. Pedro e mais 100 de D. Henrique, além de outras mercês, por haverem sido quem, naquele ano, chegou mais longe na tarefa do descobrimento marítimo p. 147

1446. — Apesar do receio causado no reino pela morte de Nunc Tristão e companheiros, nove caravelas, capitaneadas por Gil Eanes, Fernão Vilarinho, Estêvão Afonso, Lourenço Dias, Lourenço de Elvas, João Bernardes e por escudeiro do bispo do Algarve, partem de Portugal para a terra dos negros; na ilha da Madeira juntam-se-lhes mais duas, chefiadas por Tristão da Ilha e por Garcia Homem, dirigem-se todas à ilha de Gomeira e depois atacam, sem êxito, a ilha da Palma, donde regressadas as da Madeira e a de Gil Eanes, avançam as restantes 60 léguas para além do promontório do Cabo Verde, entram em rio largo, em que se perde a caravela do bispo do Algarve contra banco de areia, mas saltam alguns dos mareantes em terra e, em pugna com os indígenas, são mortos dois portugueses e três estrangeiros; pelo que regressam os nossos pela ilha de Arguim e no Cabo do Resgate conseguem cativar 48 mouros, com que voltam ao reino, menos Estêvão Afonso, que vai à ilha da Palma e ali toma duas mulheres canárias p. 151

1446. — Obtida licença e ajuda do infante D. Henrique, Gomes Pires, patrão de el-rei, com mais 20 homens partem em duas caravelas para o Rio do Ouro, aonde em 1445 ficara de voltar para negociar com os mouros; avitualhadas aquelas na ilha da Madeira, abala Gomes Pires na mais pequena e confia a outra a João Gorizo, moço da câmara do infante, que ia como escrivão; avança a primeira, atinge o Porto da Caldeira, na entrada do esteiro ou Rio do Ouro, onde debalde aguarda 21 dias a chegada dos mercadores mouros, após o que ataca povoação do fundo do mesmo esteiro e cativa 8 indígenas p. 156

1446. — Gomes Pires e companheiros saltam em aldeia do Rio do Ouro, onde tomam 21 indígenas e depois mais 31, noutra povoação do mesmo esteiro p. 160

1446. — Quando João Fernandes, João Bartolomeu e Lourenço Eanes conduziam os cativos das aldeias do Rio do Ouro para os navios, depa-raram com cinco mulheres, que aprisionam e juntam áqueles p. 162

1446. — Gomes Pires e outros, que haviam abalado em busca de novas aldeias do Rio do Ouro, aprisionam mais 8 indígenas que, com os anteriores, perfazem a soma de 79 almas, para cujo alojamento se desfazem da carga de sal que tinham levado, e, falhos de mantimento, especialmente de água, regressam a Lagos, em cujo termo, na Mexilhoeira, se encontrava o infante D. Henrique p. 163

5 MAIO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a nomear Fernão Pires para juiz das sisas da vila de Penamacor e termo, a pedido de Lopo da Cunha, fidalgo da casa do infante D. Henrique p. 165

8 MAIO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de privilégio a João Eanes, besteiro da câmara do infante D. Henrique, carpinteiro, residente em Coimbra p. 166

12 MAIO 1446. — Carta do regente D. Pedro, de perdão a Diogo Gil, criado do infante D. Henrique, o qual fora condenado por ferimento p. 166

12 MAIO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Lançarote, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, para coudel da vila de Lagos e termo, por cinco anos, como o fora Diogo de Calvos. p. 168

16 MAIO 1446. — Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear João da Fonseca, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Proença, para coudel em Castelo Branco, Monsanto, Penamacor, Segura e Idanha, como o era Diogo Dias, também escudeiro do dito infante p. 168

3 JUNHO 1446. — Carta do regente D. Pedro, de quitação a D. João Manuel, bispo de Ceuta, pelo dito infante mandado em 1443 à corte pontifícia, do que recebeu e despendeu, nomeadamente com as letras relativas à concessão do Mestrado de Santiago, dispensa do casamento do infante D. Fernando e de apropriação à diocese de Ceuta dos bens desanexados das de Tui e de Badajoz p. 169

10 JUNHO 1446. — Pleno poder passado por el-rei D. Afonso V de Aragão a seu irmão D. João, rei de Navarra, para ele o representar junto de D. Afonso V de Portugal e do infante D. Pedro, regente do reino, na renovação da aliança outrora feita pelos infantes aragoneses com el-rei D. João I e o infante D. Duarte, seu filho primogénito p. 172

27 JUNHO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a perdoar a Josepe Contador, judeu de Avis, a fuga da cadeia onde se achava detido, sob

acusação de praticar física e cirurgia sem licença, segundo denúncia feita por Lopo Fernandes, porteiro do infante D. Henrique . . . p. 174

15 JULHO 1446. — Letras *Circa statum*, do papa Eugénio IV, dirigidas a mestre Vasco Pereira, clérigo bracarense e notário apostólico, a dar-lhe poderes para urgir o pagamento das rendas atrasadas ou roubadas à câmara apostólica, com licença para proceder contra os recalci-trantes . . . p. 175

12 SETEMBRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a dispensar de aposentadoria mestre Moussem, residente em Évora, físico do infante D. Henrique, a pedido de D. Margarida de Vilhena . . . p. 180

13 SETEMBRO 1446. — Letras *Tam multis*, do papa Eugénio IV, dirigidas a Vasco Pereira, a dar-lhe poderes para receber, em Portugal, a dízima destinada ao pagamento das despesas com a guerra contra os turcos e muçulmanos . . . p. 181

13 SETEMBRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a doar ao infante D. Henrique, enquanto for mercê de el-rei, as casas de Lisboa, a quinta de Carnide e os quartos do Lumiar que do monarca trouxera Maria Anes, viúva de Gonçalo Pires . . . p. 184

28 SETEMBRO 1446. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe que Pedro Martins, deão da sé de Viseu, possa ter outros benefícios, mesmo incompatíveis e com cura de almas. Concedido por três anos . . . p. 185

28 SETEMBRO 1446. — Carta do regente D. Pedro, a aprovar, em nome de el-rei, o acordo em que assentaram em Coimbra os infantes D. Pedro e D. Henrique e o duque de Bragança, com aprazimento da infanta D. Isabel, viúva do infante D. João, sobre o casamento de D. Isabel e D. Brites, filhas deles, respectivamente com el-rei D. João II de Castela e com o infante D. Fernando de Portugal, irmão do monarca . . . p. 186

5 OUTUBRO 1446. — Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe dispensa para João Afonso, clérigo de Évora, de nove anos de idade, poder receber canonicatos e prebendas nas igrejas catedrais ou metropolitanas. Concedida . . . p. 189

5 OUTUBRO 1446. — Letras *Vite ac morum*, do papa Eugénio IV, dirigidas a João Afonso, clérigo eborense, a dispensá-lo do defeito de idade, para poder receber quaisquer conezias e prebendas, inclusivamente de igrejas catedrais, a pedido do infante D. Henrique . . . p. 189

7 OUTUBRO 1446.— Sumário de carta do regente D. Pedro, a nomear Diogo Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, para escrivão das sisas de Faro p. 190

9 OUTUBRO 1446.— Contrato de casamento celebrado em Évora, entre el-rei D. João II de Castela e a infanta D. Isabel, filha do falecido infante D. João de Portugal, representado o monarca castelhano por Garcia Sanchez de Valhadolide, guarda, embaixador e procurador daquele soberano, por diligência do regente D. Pedro, com consentimento do duque de Bragança, avô da nubente, e da mãe desta, a infanta D. Isabel, e anuência do infante D. Henrique p. 191

11 OUTUBRO 1446.— Carta do regente D. Pedro, de perdão a Pedro Bom, escudeiro do infante D. Henrique, por ele haver estado em arruído que Fernando Afonso Colaço, residente em Santarém, houvera com sua irmã, mulher de Martim de Almeida p. 202

27 OUTUBRO 1446.— Sumário de carta do regente D. Pedro, a conceder a Pedro Esteves, escudeiro do infante D. Henrique, possa andar em besta muar p. 203

27 OUTUBRO 1446.— Carta de quitação do regente D. Pedro, passada a el-rei D. João II de Castela, de 45.000 florins de ouro de Aragão, soma em que, segundo os dois convieram, importava o soldo a pagar pelo rei castelhano a Portugal, em razão da ajuda militar que, no ano anterior e sob a chefia do condestável do reino, lhe fora prestada contra os infantes aragoneses, e agora convertida em dote da infanta D. Isabel, filha do infante D. João, matrimoniada com o referido soberano de Castela p. 204

29 OUTUBRO 1446.— Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a rogar-lhe transforme em vitalícia a graça concedida, a seu pedido, em 28 de Setembro anterior, a Pedro Martins, deão da sé de Viseu. Concedida vitaliciamente p. 207

1 NOVEMBRO 1446.— Carta do infante D. Henrique, a doar a Bartolomeu Perestrelo, cavaleiro de sua casa, e a seus descendentes para sempre, a capitania da ilha do Porto Santo nos termos na mesma doação indicados p. 208

9 NOVEMBRO 1446.— Súplica do infante D. Henrique ao papa Eugénio IV, a solicitar-lhe letras apostólicas em que se declare que Afonso Peres ou Pires, clérigo da diocese de Lisboa, estudante em Senna,

onde deve demorar anos, foi dispensado da ilegitimidade e que lhe fora concedido pudesse receber benefício eclesiástico curado antes dos 23 anos de idade, a fim de continuar os estudos. Concedido . . . p. 211

4 JANEIRO 1447. — Tendo-se oferecido o duque de Borgonha ao rei D. Afonso V de Aragão para o harmonizar com o infante D. Pedro de Portugal, o Magnânimo põe as condições seguintes: que, antes de mais nada, sejam todos os servidores da falecida rainha D. Leonor de Portugal, sua irmã, fugidos de Portugal admitidos no país e reintegrados em seus bens, officios, dignidades, benefícios e respectivos frutos; que todos os bens de que fora espoliada a dita rainha, dinheiro, pratas, jóias, roupas e rendimentos de suas terras, desde o dia em que lhe foram subtraídos até o da sua morte, sejam entregues ao soberano de Aragão, para ele socorrer os servidores da referida rainha e satisfazer os encargos desta; enfim, que a infanta D. Joana de Portugal, filha da citada D. Leonor, a qual esta lhe recomendara antes de falecer, lhe seja confiada para, a seu tempo, a matrimoniar convenientemente . . . p. 212

12 JANEIRO 1447. — Carta da rainha D. Maria de Aragão a el-rei seu marido, a pedir-lhe reconduza D. Francisco Manresa no cargo de alcaide de Alcolea, que lhe havia sido dado pela falecida rainha D. Leonor de Portugal e o monarca outorgara a outrem, sendo aquele pobre e havendo servido a dita rainha dedicadamente até à sua morte, nomeadamente como seu almoxarife em Portugal, e lhe conceda mais alguma ajuda . . . p. 214

13 JANEIRO 1447. — Excertos de carta de quitação do regente D. Pedro, passada a Diogo Gonçalves Bocarro, recebedor do almoxarifado de Beja, relativa ao ano de 1439, com lançamentos respeitantes ao infante D. Henrique, a pessoal dele e à armada de Tânger . . . p. 215

18 JANEIRO 1447. — Carta do regente D. Pedro, a privilegiar João Lourenço Ramalho, morador na vila de Alcáçovas, besteiro da câmara do infante D. Henrique . . . p. 215

20 JANEIRO 1447. — Sentença definitiva do infante D. Henrique, como regedor da Ordem de Cristo, dada em pleito movido pelo comendador de Castro Marim, Diogo Lopes das Fustas, contra o arrais de Lagos, Martim Vicente Garrido, por este não haver pago à Ordem certos direitos de trigo com que passara duas vezes pela foz do rio Guadiana p. 217

25 JANEIRO 1447. — Carta do regente D. Pedro, a confirmar a Gonçalo Anes, criado do infante D. Henrique, a de el-rei D. Duarte de

26 de Janeiro de 1436, de nomeação de juiz e contador em terra de Seia e seus termos p. 220

23 MARÇO 1447. — Capítulo especial das vilas do Algarve, apresentado pela de Tavira em cortes, a solicitar que os rendeiros do verde da almotaçaria sejam dispensados de servirem em Ceuta e noutros lugares no ano em que houverem o dito arrendamento, o que lhes é concedido p. 221

1447. — Atenta a dificuldade em se comerciar no Rio do Ouro, porventura em razão dos indígenas lá aprisionados no ano anterior por Gomes Pires, em 1447 ordena o infante D. Henrique se experimente o tráfico por Messa, ponto frequentado com êxito pelos mercadores castelhanos, nomeadamente por Marcos Cisfontes, aonde o infante manda caravela de Diogo Gil, seu escudeiro, em que também seguem Rodrigo Eanes e João Fernandes, que lá fica algum tempo, e onde conseguem comprar 51 guinéus por 18 mouros; no mesmo ano tornam ao Rio do Ouro Antão Gonçalves, mal recebido dos naturais, e ainda caravela de Jorge Gonçalves, que se limita a recolher óleo e peles de foca p. 222

1447. — O estrangeiro Valarte, após alguma convivência com o infante D. Henrique, solicita-lhe autorização para ir à terra dos negros e é enviado por aquele ao Cabo Verde com cartas para o respectivo rei ou «bor», a convidá-lo a associar-se ao de Portugal na guerra contra os mouros, pois constava ao infante ser ele cristão, leva em sua companhia pelo menos Fernando Afonso, cavaleiro da Ordem de Cristo, e dois intérpretes indígenas; após viagem longa e difícil, atingem a referida zona, cujo rei lhes é dito achar-se mui distanciado, em guerra com outro senhor, e, depois de alguns dias de contacto amistoso com os naturais, Valarte aproxima-se imprudentemente da praia, em batel, que é lançado fora pelo mar, e os seus ocupantes assaltados pelos indígenas, dos quais apenas um escapa, a nado, e Fernando Afonso retira com a caravela para o reino p. 225

1447. — Moradores de Lagos, mediante contrato em dinheiro com D. Henrique, vão pescar com êxito ao Cabo dos Ruivos, onde são surpreendidos, perseguidos e alguns feridos sem gravidade pelos naturais; e, neste mesmo ano de 1447, por necessitar de alguma das ilhas Canárias para a prossecução dos seus feitos, o infante toma, de arrendamento, a de Lançarote, cedida por seu dono, micer Maciot, na qual coloca, por capitão, o nobre cavaleiro Antão Gonçalves, que ali demora algum tempo, em benéfica administração da mesma p. 231

20 ABRIL 1447. — Carta passada em nome de el-rei, a conceder ao infante regente D. Pedro para sempre isenção do pagamento de dizima de todo o pão, vinho, peixe, madeira e demais coisas trazidas ao reino pelos moradores da sua ilha de S. Miguel, Açores, a fim de ela ser bem povoada p. 235

21 ABRIL 1447. — Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a Diogo Lopes de Figueiredo, escudeiro do infante D. Henrique, residente em Silvares, freguesia de Silgueiros, termo da dita cidade, de 3 casais com suas pertenças, transcritos de livro de tombo do mesmo cabido, pelo foro anual de 14 libras da moeda antiga, pagas às terças do ano, e dois capões, pelo Natal p. 236

2 MAIO 1447. — Carta de escambo, feita em Pombal por Fernão Vasques, ali tabelião pelo infante D. Henrique, pela qual o mosteiro e convento da Batalha dá a Lopo Pires e a sua mulher Maria Lionardes, lá moradores, pedaço de terra situado no Souto de El-Rei e recebe outro nos Enxofrais, ambos no termo da dita vila p. 240

3 MAIO 1447. — Carta de João Gonçalves Zarco, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, regedor por ele no Funchal e seus termos, a conceder terra na mesma ilha da Madeira a Gil Gonçalves e a seus descendentes, visto o anterior donatário a não haver aproveitado p. 242

6 MAIO 1447. — Contrato do matrimónio de el-rei D. Afonso V com D. Isabel, filha do infante D. Pedro, duque de Coimbra, senhor de Montemor e regente do reino, no qual o monarca louva, aprova e confirma o seu casamento com a dita senhora, doa a esta, por câmara, vitaliciamente, as terras que a falecida rainha D. Leonor, sua mãe, houvera em matrimónio, por assentamento anual 1.185.000 reais brancos, pagos pela sisa dos panos de Lisboa, e, por arras, 20.000 escudos de ouro, a liquidar pelos rendimentos das ditas terras e assentamento p. 243

6 JUNHO 1447. — Sumário de carta do regente D. Pedro, de legitimação de Catarina Vasques de Góis, filha de Álvaro de Góis, cavaleiro da casa do infante D. Henrique e comendador de Puços, e de Clara Dias, solteira p. 248

14 JUNHO 1447. — Letras *Religionis zelus*, do papa Nicolau V, dirigidas a João Gonçalves de Madalena, cônego regrante de Santa Cruz de Coimbra, a conceder-lhe, a pedido do infante D. Henrique, possa receber benefício com cura de almas ou sem ela, dos que costumam ser governados pelos mosteiros de S. Vicente de Fora, na diocese de Lisboa, e

S. Pedro de Folques, na diocese de Coimbra, ambos de cônegos regrantes de S. Agostinho, contanto que não sejam priorados nem preposituras conventuais p. 249

14 JUNHO 1447. — Letras *Hodie dilecto*, do papa Nicolau V, dirigidas ao bispo de Bazas, França, e aos juizes eclesiásticos de Lisboa e Coimbra, a comunicar-lhes o conteúdo das precedentes letras *Religionis zclus* e a ordenar-lhes que, por si ou por outrem, as façam cumprir p. 251

12 JULHO 1447. — Carta de el-rei D. Afonso V, em que, a pedido do infante D. Henrique, empraça a João Eanes, escudeiro do Navegador, e a Brites ou Beatriz Gonçalves, sua mulher, em três pessoas, pelo foro anual de 150 libras da moeda antiga, à razão de 500 libras por uma, casas régias da Rua Nova, em Lisboa p. 253

22 JULHO 1447. — Acta do matrimónio celebrado na vila de Madrigal, diocese de Ávila, entre D. João II, rei de Castela e de Leão, e D. Isabel, filha do falecido infante D. João de Portugal, nos paços régios da dita vila, perante D. Pedro de Castilla, tio de el-rei e bispo de Palência, sendo também presentes D. Vasco Perdigão, bispo de Évora, e D. Luís Coutinho, bispo de Coimbra, o Dr. Fernando Diaz de Toledo, notário-mor de Castela e do conselho de el-rei, D. Álvaro de Luna, mestre de Santiago e condestável de Castela, bem como outros mui ilustres senhores p. 255

25 JULHO 1447. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, dirigida ao papa Nicolau V, ao rei D. Isaac, por graça de Deus Preste João das Índias, filho de David, senhor das tábuas do monte Sinai e da Etiópia, rei dos reis, e a outras personagens abaixo indicadas, a recomendar-lhes arauto de el-rei D. João de Navarra, seu irmão p. 258

2 SETEMBRO 1447. — Prazo em três vidas, feito pelo cabido da sé de Viseu a João Antão, criado do infante D. Henrique, residente na dita cidade, de casas, cortinhal e poço na Rua da Regueira, da mesma povoação, pelo foro anual de 45 soldos da moeda antiga, pagos às terças do ano, e dois capões, pelo Natal p. 260

14 SETEMBRO 1447. — Alvará do infante D. Henrique, a ordenar aos juizes da sua vila de Pombal tirem inquirição a respeito de certos bens que ele deu a Iria Anes e dos quais o mosteiro da Batalha se julga dono p. 262

19 SETEMBRO 1447. — Inquirição a respeito de certos bens que Iria Anes possua, tirada a pedido de Fr. João Martins, mestre em teo-

logia, prior do mosteiro da Batalha, e ordenada pelo infante D. Henrique, pela qual, depois de interrogadas as testemunhas, se manda que a mesma Iria Anes, compareça diante do dito infante com as escrituras de seus bens p. 263

22 OUTUBRO 1447. — Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juizes da vila de Pombal, pela qual manda meter em posse do Casal da Capelaria, termo da mesma vila, Fr. João Martins, prior e procurador do mosteiro da Batalha p. 265

24 OUTUBRO 1447. — Posse dada a Fr. João Martins, prior e procurador do mosteiro da Batalha, do Casal da Capelaria, termo da vila de Pombal, por Afonso da Perna, mordomo da mesma vila, em nome do juiz e perante Afonso Gil, tabelião do infante D. Henrique na dita vila p. 267

25 OUTUBRO 1447. — Emprazamento pelo mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, a Pero Delgado, escudeiro, criado do infante D. Henrique, e a Margarida Gonçalves, sua mulher, de casas na dita cidade, à Fonte dos Cavalos, com a condição de eles lhe adicionarem outro andar, de sorte que se possa ver o mar, pelo foro anual de 56 libras antigas dos alfonsins e 2 galinhas, pagas ao oficial da vestimenta do referido mosteiro, em duas prestações, por Páscoa e Natal p. 268

23 NOVEMBRO 1447. — Carta do infante D. Henrique, dirigida aos juizes e câmara de Coimbra, a declarar que, em virtude dos privilégios da Ordem de Cristo, os caseiros encabeçados que ela tem em Quimbres, termo daquela cidade, são escusados dos encargos e servidões do concelho p. 271

1 MARÇO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Fernando, seu filho e duque de Calábria, ao conde de Ariano, a mossem Corella, mossem Olzina e D. Arnau Fonolleda, a solicitar-lhes se interessem, junto de el-rei de Aragão, seu marido, pelo portador D. Francisco Manresa, muito necessitado e constante servidor que foi da falecida rainha D. Leonor de Portugal, onde foi seu almoxarife, para que aquele lhe distribua algum officio ou graça em sua corte ou reino, como fez com os servidores de seus irmãos p. 272

9 MARÇO 1448. — Carta do infante D. Henrique, a ordenar a João Afonso Malheiro, seu almoxarife na ilha da Madeira, a seus sucessores e bem assim aos herdeiros dele, infante, paguem anualmente 20.000 reais brancos ao cavaleiro micer Maciote e a seus filhos e herdeiros, pela cedên-

cia que ele lhe fizera, enquanto lhe aprouvesse, do senhorio e rendimentos da ilha de Lançarote, Canárias, de cuja defesa e amparo o infante assumira a responsabilidade e ainda a obrigação de manter o referido anual no caso de castelhanos, franceses ou outras gentes se apoderarem dela p. 274

10 MARÇO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V ou passada em seu nome pelo regente do reino, a confirmar, a rogo de D. Isabel de Urgel, duquesa de Coimbra, a carta de el-rei D. João I de 20 de Março de 1429, de aprovação do contrato do seu casamento com o infante D. Pedro p. 276

25 MARÇO 1448. — Carta do infante D. Henrique, a conceder a pensão anual e perpétua de 10 marcos de prata sobre os rendimentos da ilha da Madeira, para manutenção da cadeira de prima de teologia, pagos em duas prestações, Natal e Santa Maria de Março, ao lente respectivo, com as obrigações seguintes: leccionar aquela disciplina na Universidade; fazer a oração de *Sapientia* no começo do ano lectivo; celebrar missa e pregar na igreja da Graça de Lisboa no dia de Santa Maria de Março e ainda na do mosteiro do Salvador, no dia de Natal; encomendar a alma do infante nessas ocasiões, nomeadamente na festividade de Março, que devia ser assistida por todos os lentes e estudantes, em razão das casas que D. Henrique doara à Universidade p. 277

29 MARÇO 1448. — Letras *Digna reddimur*, do papa Nicolau V, dirigidas ao Vigário e demais religiosos franciscanos espanhóis das ilhas Canárias, a conceder-lhes, a seu pedido, entre outras graças, possam receber casa em lugar marítimo do reino de Portugal, à semelhança da que têm em Sanlucar de Barrameda, na Andaluzia, para lá morarem e donde se abasteçam de azeite p. 283

4 ABRIL 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão ao de Portugal, de apresentação e recomendação do seu arauto Catalunha, que manda para assistir às festas das bodas régias p. 284

4 ABRIL 1448. — Cartas de el-rei D. Afonso V de Aragão, de apresentação e recomendação de arauto seu aos infantes D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando, ao duque de Bragança, à duquesa de Coimbra, ao condestável D. Pedro, aos condes de Ourém, de Abranches, de Marialva e de Odemira, o qual se dirige a Portugal p. 285

2 MAIO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, a legitimar Antão Dias, escrivão da câmara do infante D. Henrique, filho de Diogo Lourenço, cônego de Braga, e de Margarida Gil, solteira ao tempo do nascimento do legitimado p. 286

1448. — Zurara assevera terem vindo das partes da Guiné ao país, até esta data, 927 almas, cuja maior parte ingressou no caminho da salvação; o autor encerra aqui o volume primeiro da Crónica, por haver assumido o governo do reino D. Afonso V, e promete outro volume, que atinja o fim dos feitos do infante D. Henrique, embora depois daquele ano eles hajam assumido mais carácter comercial do que, propriamente, bélico p. 288

5 JUNHO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao infante D. Pedro, duque de Coimbra e regente de Portugal, a solicitar-lhe a liquidação ao vassalo e servidor seu Pero Lopez de certos dinheiros que lhe são devidos pela causa e razões constantes de carta do rei de Portugal e que, atentas a distância e idade do destinatário, lhe pede os receba e envie pelo criado do dito infante João Sala, seu óptimo servidor. p. 290

7 JULHO 1448. — Súplica do infante D. Henrique e dos habitantes da vila de Marvão, dirigida ao papa Nicolau V, a impetrar licença para fundarem convento franciscano próximo daquela vila, sob a invocação de Nossa Senhora da Estrela, por ali se terem operado muitos milagres e não haver igreja nem oratório nesse lugar . . . p. 291

7 JULHO 1448. — Letras *Fidelium vota*, do papa Nicolau V, dirigidas ao oficial provisor da diocese egitanienense, a conceder licença ao infante D. Henrique e ao povo de Marvão para edificarem o oratório de Nossa Senhora da Estrela junto da mesma vila e poderem entregá-lo aos franciscanos, sem prejuízo dos direitos paroquiais . . . p. 293

11 JULHO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, a aprovar todos os actos da regência do infante D. Pedro, seu tio, durante a menoridade do monarca p. 294

[JULHO 1448 — AGOSTO 1449]. — Carta do grande humanista italiano coevo Poggio Bracciolini, secretário pontifício, membro da cúria romana desde o pontificado de Bonifácio IX e redactor de algumas das letras pontificias então concedidas a Portugal, endereçada ao egrégio e famoso príncipe D. Henrique, duque de Viseu, a congratular-se com ele pelos êxitos excepcionais, nunca antes conhecidos de imperadores nem de reis, dos seus descobrimentos marítimos, por mares ignotos e tempestuosos e por terras invias e afastadas, povoadas de gentes selvagens e ferozes, às quais nunca ninguém se atrevera a chegar, com lutas navais em que fizera cativos, a caminho do meio-dia de África e alcançados os etíopes, e também em lutas contra os infieis, por seu glorioso pai iniciadas e por ele herdadas e continuadas, erguendo-se assim, em celebridade,

acima dos próprios Alexandre e César, dominadores de terras conhecidas, e a exortá-lo a que prossiga em tão gloriosos feitos, que lhe hão-de garantir, neste mundo, fama e vitória e, no outro, o prémio divino . p. 300

7 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida à câmara municipal do Porto, a censurá-la porque, depois de ele haver assumido o governo do país, os oficiais da mesma comentavam fora da câmara os feitos do reino e mandavam ler, nas pregações, as suas cartas, as do infante D. Pedro e doutro qualquer senhor, posto não respeitassem à cidade, alvoroçando assim a população e intrometendo-se no que lhes não pertence; ordena-lhes ainda não lhe escrevam sobre o assunto, a ele reservado bem como a seu Conselho, e que nada deliberem sem a presença de todos os camarários nem excluam das sessões qualquer pessoa, como lhe constava se fizera p. 302

9 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida ao duque de Bragança, em resposta ao que lhe mandara dizer por intermédio de Rui Borges, cavaleiro de sua casa, a comunicar-lhe que lhe praz vá à cidade do Porto fazer o saimento ao cardeal e ainda todas as vezes que quiser, como antes fazia p. 304

12 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a recomendar-lhe vivam socegradamente, sem fazerem inovações uns contra os outros p. 304

12 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a agradecer-lhe o bom acolhimento das coisas que, por seu serviço, lhe mandara dizer por meio de Rui Borges, cavaleiro de sua casa . p. 305

12 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a dizer-lhe que lhe apraz que todos os criados e servidores do duque de Bragança que vivem na cidade gozem do trato, honras e liberdades que até aí usufruíram p. 306

14 AGOSTO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, dirigida aos regedores, procurador, fidalgos, cavaleiros, escudeiros e homens bons das cidades e vilas, aos quais acautela para que se não repitam os alvoroços e revoltas que, poucos dias antes, houve no reino, para que não acatem ordens de precaução militar senão dadas por cartas régias autênticas nem velem nem rondem a cidade ou fechem as portas dela e o avisem do que suceder contra a paz e concórdia, que deseja manter no país . p. 307

2 SETEMBRO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique a do regente D. Pedro de 22 de Outubro de 1443, do exclusivo da navegação e comércio para lá do Cabo Bojador e de isenção do pagamento do quinto e dízima do que de lá trouxessem o infante ou quem ele mandasse ou autorizasse a ir p. 308

2 SETEMBRO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, a confirmar ao infante D. Henrique, a pedido deste, a carta do regente D. Pedro de 27 de Outubro de 1443, de doação do Cabo de Trasfalmenar, no Algarve, e uma légua de termo p. 309

5 SETEMBRO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V à câmara do Porto, a comunicar-lhe que Filipe Anes, corregedor que ora é da comarca, leva ordem sua para serem substituídos os escrivães das câmaras com mais de três anos de serviço, como manda a Ordenação, e que substituam Álvaro Gil, que há mais de três anos exerce o cargo de escrivão da câmara do Porto, por Afonso Vasques de Calvos, criado do duque de Bragança p. 311

5 SETEMBRO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, endereçada à câmara do Porto, a dizer-lhe que é seu serviço não ser tirado de alcaide pequeno da cidade Diogo Lourenço, por ser bom escudeiro e com o qual devem estar contentes p. 312

11 SETEMBRO 1448. — Escambo feito por João Esteves, solteiro, escudeiro, criado do infante D. Henrique e pazeiro em seus paços de Lisboa, de casa térrea na freguesia do mosteiro de S. Vicente de Fora, daquela cidade, por outro edificio térreo do dito mosteiro, sito à Porta do Muro, entre aquele mosteiro e o de S. Agostinho p. 313

15 SETEMBRO 1448. — Carta patente de el-rei D. Afonso V, a ordenar aos detentores de castelos, vilas, lugares, officios ou bens que lhes tivessem sido dados desde o falecimento de seu pai até à sua ascensão ao governo efectivo do reino, compareçam perante ele, pessoalmente ou por procurador, até 20 de Outubro seguinte, com os respectivos títulos de posse, pois lhe consta que muitas pessoas foram deles esbulhadas unicamente por serem servidoras e adeptas da rainha sua mãe e devem ser repostas nos direitos de que injustamente foram privadas, como as próprias lhe requereram p. 316

28 SETEMBRO 1448. — Alvará de Filipe Anes, corregedor por el-rei na comarca e correição de Entre Douro e Minho, a ordenar aos tabeliães da cidade do Porto e termo, em nome de el-rei, lhe levem a Arco-

zelo todas as denúncias, querelas e inquirições que tenham de quaisquer pessoas e ainda as inquirições sobre pessoas que disseram ou fizeram alguma coisa contra o serviço e estado de el-rei, sob pena de 1.000 reais para a chancelaria régia p. 318

8 OUTUBRO 1448. — Carta de el-rei D. Afonso V, a nomear o duque de Bragança para seu fronteiro-mor em todos os lugares das comarcas de Entre Douro e Minho e Trás os Montes e a ordenar lhe obedçam p. 319

14 OUTUBRO 1448. — Bula *Apostolice sedis*, de Nicolau V, a conceder o priorado do Crato a João de Ataíde e a declarar nulos quaisquer direitos que sobre ele se arrogue D. Henrique de Castro, com a condição de este receber a pensão anual a que se reporta a bula *Religionis zelus*, do mesmo dia e ano p. 321

14 OUTUBRO 1448. — Bula *Religionis zelus*, de Nicolau V, dirigida a João de Ataíde, prior do Crato, a provê-lo no sobredito priorado, com a condição de ele e sucessores pagarem a Henrique de Castro a pensão vitalícia anual de 100.000 reais brancos, a pedido de el-rei e do infante D. Pedro p. 326

14 OUTUBRO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão, expedida de Perpilhão, a recomendar aos reis e rainhas de Castela, Portugal e Navarra e duque e duquesa de Coimbra o barão austríaco Jorge de Volrestorf e o Dr. Ulderico Riedrer, embaixadores de Frederico, rei dos romanos, a Portugal, aonde vêm ver as irmãs do soberano daquelle país, com uma das quais o referido monarca deseja contrair matrimónio p. 331

14 OUTUBRO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão, a recomendar os mesmos embaixadores de Frederico, rei dos romanos, a reis e a príncipes e a mandar às autoridades aragonesas dêem todas as facilidades aos ditos, na sua passagem por terra e por mar, com a respectiva comitiva, e todas as dispensas tributárias p. 333

14 OUTUBRO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão, a conceder ao barão Jorge de Volrestorf, a seu pedido, que, em nome do rei aragonês e seu, ele atribua a três senhoras nobres austríacas, por ele escolhidas, a empresa aragonesa da estola e jarra e delas receba o juramento de cumprirem os respectivos estatutos e que possam usar as insígnias próprias nos dias e festas costumados p. 334

14 OUTUBRO 1448. — Carta da rainha D. Maria de Aragão ao bailio e cobrador do imposto régio de Le Boulon (Rossilhão) e ao vice-chanceler de Gerona, a declarar dispensados dos impostos régios o barão Jorge de Volrestorf e o Dr. Ulderico Riedrer, embaixadores de Frederico, rei dos romanos, em viagem para Portugal p. 335

29 OUTUBRO 1448. — Letras *Vite ac morum*, do papa Nicolau V, dirigidas a Lourenço Abul, cônego da sé de Lisboa e secretário de el-rei D. Afonso V, a conceder-lhe algumas conezias e prebendas nas dioceses de Évora e de Lisboa, com os rendimentos respectivos, a pedido de el-rei, da rainha e dos infantes D. Pedro e D. Henrique p. 336

12 NOVEMBRO 1448. — Concórdia celebrada entre o infante D. Pedro, ex-regente do reino, e o duque de Bragança, por diligências de el-rei D. Afonso V e preparada pelo infante D. Henrique p. 339

4 DEZEMBRO 1448. — Carta do infante D. Henrique, a dar de arrendamento a Martim Gomes Leitão, vedor da fazenda de Ceuta, o reguengo da Tojosa, no termo de Santarém p. 342

5 DEZEMBRO 1448. — Extracto de carta da rainha D. Maria de Aragão, escrita de Perpinhão ao conselheiro e seu tesoureiro D. Galcerán Oliver, a dizer-lhe constar que o infante D. Pedro de Portugal teria entrado em Castela e que havia grande divisão entre os reis de Castela e de Portugal, o que não é verdade; entretanto, que ele espalhe o boato, menos a el-rei seu marido, a não ser que este lho ordene, mas sempre com cautela, para que não se diga que se procede astuciosamente p. 344

30 DEZEMBRO 1448. — Carta do infante D. Pedro ao conde de Arraiolos, seu sobrinho, vindo de Ceuta para harmonizar aquele infante com el-rei, a expor-lhe toda a campanha de que tem sido alvo, a fim de ele se orientar e aconselhar o monarca sobre o assunto p. 345

1448. — Prólogo do *Horologium fidei* ou explanação teológica, em forma de diálogo, entre o autor, Mestre Frei André do Prado, e o infante D. Henrique, sobre o Símbolo dos Apóstolos, a pedido daquele infante, no qual o referido teólogo franciscano enaltece o amor do Navegador pelas ciências, como nova glória e espelho dos príncipes, em perscrutar as maravilhosas obras de Deus e das coisas da terra, realizando o infante o que para seus ilustres antecessores era escondido, como estudioso persistente e sagaz dos astros e coisas difíceis, poderoso nas guerras e conquistador de terras e em desvendar os mares p. 356

ÍNDICE ANALÍTICO

Este índice respeita apenas aos documentos e anotações do presente volume. Os números indicam as páginas. Nos antropónimos portugueses segue-se a ordem alfabética do último apelido; nos estrangeiros adopta-se o sistema usado nas respectivas nações.

- ABADE (Gomes), morador em Pombal, procurador do prior do mosteiro da Batalha, 240-41, 264-65 e 267.
- ABELHARDT. V. — VALARTE.
- ABIUL, 267.
- ABRAM, entre a ilha de Gorée e o estuário do rio Jumbas, 227.
- ABRANCHES (Conde de), D. Alvaro Vasques de Almada, 285-86 e 353.
- ABRANTES, 171. Contador régio do almoxarifado de —, 45-46.
- ABUL (Lourenço), escrivão, 67 e 180.
- ABUL (Lourenço), cônego da sé de Lisboa e secretário de el-rei D. Afonso V, 335-36.
- ABUL (Vasco), escrivão 216, 221 e 341-42.
- ABUYSAACH JACMAC, sultão grande de Babilónia, 259.
- ACCOLTI (Benedito), famoso jurista, 299.
- AÇORES, 233-35 e 273-74.
- ADRAR mauritano, 229.
- AFONSO, certamente negro baptizado em Portugal, 230.
- AFONSO (D.), duque de Bragança, conde de Barcelos e de Neiva e senhor de Penafiel, 70, 99, 192, 286 e 341. V. — BRAGANÇA (Duque de) e BARCELOS (Conde de).
- AFONSO (D.), conde de Ourém, 285.
- AFONSO IV (D.), rei de Portugal, 270.
- AFONSO V (D.), rei de Portugal, 6, 23, 48, 50-55, 57-58, 60-61, 64-68, 72, 75-77, 86-87, 90-92, 95, 98-99, 101, 104, 109-15, 117, 119-20, 122-24, 126-27, 129-30, 134, 138, 140, 152, 156, 165-66, 168-69, 171-72, 174, 176, 179-80, 186, 190-91, 202-04, 209, 215, 220-21, 226, 243, 248, 252-53, 275-76, 278-80, 284, 286, 288-89, 294, 300, 302-06, 308-09, 311-12, 315-16, 319, 322, 327, 332, 335-36, 338-39 e 344-45. Chancelaria de —, 345. Contrato do casamento de —, 243.
- AFONSO V (D.), rei de Aragão, 48, 55, 73, 75, 150, 171-73, 212, 258-59 e 284-85.
- AFONSO (Alvaro), residente no Lourçal, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 90.
- AFONSO (Alvaro), cônego do mosteiro de S. Vicente de Fora, 268.
- AFONSO (Alvaro), tabelião público por autoridade de el-rei, 268, 270, 313 e 315.
- AFONSO (Brás), bacharel em Direito Canónico, 132.

- AFONSO (Brás), escrivão, 140.
 AFONSO (Dinis), escrivão, 203.
 AFONSO (Diogo), criado do infante D. Henrique, 13, 153 e 157.
 AFONSO (Diogo), escrivão, 115 e 307.
 AFONSO (Estêvão), escudeiro de Lagos, capitão de caravela, 8-10, 12, 150-51 e 153-55.
 AFONSO (Fernando), tabelião régio em Lisboa, 62 e 76.
 AFONSO (Fernando), cavaleiro da Ordem de Cristo, coudel de Gouveia, 225-28 e 231.
 AFONSO (Gomes), escrivão das sisas de Faro, 190.
 AFONSO (Gonçalo), morador em Jou, 86-87.
 AFONSO (Gonçalo), almoxarife do armazém de el-rei na cidade de Lisboa, 253.
 AFONSO (Inês), mulher de João Antão, 260.
 AFONSO (João), irmão de Gonçalo Afonso, morador em Jou, 87.
 AFONSO (João), residente na cidade de Lisboa, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 112.
 AFONSO (João), escudeiro do infante D. Henrique, 129.
 AFONSO (João), clérigo de Évora, 188-89.
 AFONSO (João), escudeiro do infante D. Henrique, 215.
 AFONSO (João), escudeiro, morador em Lisboa, a Vila Nova, 315.
 AFONSO (Lopo), escrivão da puridade de el-rei D. Afonso V e notário público, 48, 50, 54, 58, 60-61, 77, 110, 118, 120-21, 186, 201, 206, 236 e 351-52.
 AFONSO (Lopo), alfaiate, besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente nas Gontijas, termo de Tomar, 128-29.
 AFONSO (Luís), mestre-escola de Braga, 92.
 AFONSO (Martim), morador em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 48.
 AFONSO (Rodrigo), escrivão, 125, 130, 203 e 248.
 AFONSO (Rodrigo), cônego da sé de Viseu, 236.
 AFONSO (Vasco), residente na Ervedeira, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 128.
 AFRICA, 226, 233, 298 e 301. Costa Ocidental de —, 6. — Ocidental, 229.
 AHUDE MEIMOM, 150.
 ALBARESE, perto de Grosseto, 285.
 ALBERGARIA (Diogo Soares de), cavaleiro de Coimbra e conselheiro régio, 300.
 ALBERNAZ, 148.
 ALCACER DO SAL, 56-57.
 ALCAÇOVAS, 215.
 ALCAIDE (Pero), 116.
 ALCOBAÇA (Mosteiro de), 299.
 ALCOLEA, 93-95, 97 e 105. Alcalde de —, 107 e 213-14.
 ALCOUTIM, 217.
 ALDEIA GALEGA, 245.
 ALEMANHA, 301 e 331. Grande baillo de —, 260.
 ALEMAO (Pedro), 1.
 ALENQUER, 245.
 ALENTEJO, 354.
 ALEXANDRE, imperador da Macedónia, 12, 40, 298 e 301.
 ALFARROBEIRA, 110 e 353.
 ALGARVE, 28, 99, 152 e 309. Bispo do —, 150 e 152. Capítulos do — às cortes de Lisboa de 1446, 221. Infanta do —, 88. Rei do —, 113, 117, 120, 124, 132-33, 135, 184, 192, 221, 243, 316, 322, 327 e 339. Reino do —, 28, 47, 219 e 327. Vilas do —, 220-21.

- ALJECIRAS. Rei de —, 135.
- ALMADA (D. Álvaro Vasques de), conde de Abranches, 286 e 353.
- ALMADA (João Vasques de), vedor da casa de el-rei D. Afonso V, 206.
- ALMEIDA (Álvaro de), morador em Nisa, 125.
- ALMEIDA (Estêvão de), moço fidalgo, 141, 143 e 145.
- ALMEIDA (Fortunato de), 221, 284, 304 e 331.
- ALMEIDA (Lopo de), cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V e vedor da sua fazenda, 139, 165, 254 e 317.
- ALMEIDA (Manuel Lopes de), Professor, 277.
- ALMEIDA (Martim de), escrivão, 202.
- ALVAIAZERE, 245.
- ALVARENGA (Rui Gomes de), doutor, do desembargo e petições de el-rei, 92, 125, 130, 140, 167, 220 e 248.
- ALVARES (Azmam), cinteiro em Lisboa, 253.
- ALVARES (Diogo), 84.
- ALVARES (Diogo), residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 104.
- ALVARES (Diogo), estalajadeiro, filho adoptivo de Iria Anes, 266.
- ALVARES (Fernando), escolar, 63.
- ALVARES (João), morador em Soure, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 67-68.
- ALVARES (Luís), certeiro em Lisboa, 253.
- ALVARES (Martim), morador em Lagos, mestre da caravela dita «Picanço», 6.
- ALVARES (Martim), escrivão, 92, 123 e 168.
- ALVARES (Nuno), residente em Tomar, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 127-28.
- ALVARES (Fr. Pedro), franciscano, 356 e 358.
- ALVAREZ DELGADO (Juan), 234.
- ALVARO (Fr.), porteiro do mosteiro de S. Vicente de Fora, 270.
- ALVOR, Pescarias de —, 280.
- AMALAM, cavaleiro indígena, 229.
- AMARANTE. Doação da portagem de —, 6.
- AMARES, concelho do distrito de Braga, 45.
- AMEIXOEIRO (Álvaro Fernandes), 217.
- AMEIRA (Castelo da), 139-40.
- AMIGO (Abraão), judeu português, 48-50.
- ANAFE, actual Casablanca, 224.
- ANDALUZIA, 95 e 282.
- ANDRÊ (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Soure, 130.
- ANES. V. — EANES.
- ANES (Afonso), escrivão, 92, 167, 175 e 220.
- ANES (Afonso). V. — MOS (Afonso Anes de).
- ANES (Afonso), sogro de João Antão, 261.
- ANES (Afonso), albardeiro em Viseu, 261.
- ANES (Afonso), escudeiro, 268.
- ANES (Álvaro), tabellão régio em Santarém, 167.
- ANES, o Moço (Álvaro), 85.
- ANES (Clara), mãe de Fernão Vilarinho, 151.
- ANES (Estêvão), cantor régio, 224.
- ANES (Filipe), corregedor da comarca de Entre Douro e Minho, escolar em Direito, escudeiro e vassallo de el-rei D. Afonso V, 311 e 318.

- ANES (Gomes), abade, morador em Pombal, procurador do prior do mosteiro da Batalha, 284.
- ANES (Gonçalo), criado do infante D. Henrique, juiz e contador em terra de Seia, 219-20.
- ANES (Iria), moradora em Pombal, 262 e 264-65.
- ANES (João), meio-cônego, 240.
- ANES (João), tabelião na ilha da Madeira pelo infante D. Henrique, 242.
- ANES (Dr. Luís), cônego da sé de Viseu, 237.
- ANES (Margarida), proprietária em Silveiras, freguesia de Silgueiros, 238.
- ANES (Maria), viúva de Gonçalo Pires, 184.
- ANES (Martim), escudeiro, 138-39.
- ANES (Martim), morador em Trás os Matos, termo de Pombal, 264-65 e 267.
- ANES (Nicolau), proprietário na ilha da Madeira, 242.
- ANES (Pero), 127.
- ANES (Rodrigo), escrivão, 58, 77, 110, 121, 124, 126-27 e 188.
- ANES (Rodrigo), residente em Lisboa, criado de Rodrigo Esteves da Ortigueira, 123.
- ANES (Rodrigo), tabelião em Viseu, 237. V. — PORTO (Rodrigo Anes do).
- ANES (Rodrigo), morador em Trás os Matos, termo de Pombal, 264-65.
- ANES (Rodrigo), morador em Abiúl, 267.
- ANGRA DOS RUIVOS, 232.
- ANOBRA, termo de Condeixa, 355.
- ANTÃO (João), criado do infante D. Henrique, 260-61.
- ANUNCIAÇÃO DE NOSSA SENHORA (Dia de), 280.
- AQUILEGENSE (Cardeal), na Istria, 297.
- ARAGÃO, 48, 55, 73, 78-79, 81-84, 88, 93-97, 102-03, 105-08, 124, 150, 171, 192, 194, 204, 245, 258 e 273. Moedas de —, 192, 194 e 204. Rainha de —, 49-50, 56, 78-79, 81-84, 88, 93-97, 102-03, 105-08, 213, 272, 284, 290, 331-34 e 343. Rei de —, 73, 96, 107, 171, 212, 272 e 284-85.
- ARAO (Azenha de), no termo de Silves, 152.
- ARCHA (Fr. João Fernando de), freire da Ordem do Hospital, 329.
- ARCHIVIO SEGRETO VATICANO, 89, 175, 180, 185, 188-89, 207, 211, 248, 251, 283, 291-92, 321, 326 e 335.
- ARCHIVIO DI STATO DE VENEZIA, 68, 70 e 131-32.
- ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, 255.
- ARCHIVO DE LA CORONA DE ARAGÓN, 48-49, 55-56, 73, 78-79, 81-84, 88, 93, 95, 97, 103, 105-08, 124, 150, 171, 212-13, 258-59, 272, 284-85, 331-32, 334-35 e 344.
- ARCOZELO, 318.
- ARETINO (Benedito), jurisconsulto, 298.
- ARETINO (Carlos), 298-99.
- ARETINO (Leonardo), 298.
- AREZZO, 297.
- ARGUM, 3 e 30. Banco de —, 3. Ilha de —, 13, 15-16, 30, 146, 149, 151 e 155. Ponta de Santa Ana, na ilha de —, 30.
- ARIANO (Conde de), 272-73.
- ARINO (Francisco de), cavaleiro aragonês, 212.
- ARMAS (Gonçalo Pereira das), do conselho de el-rei, cavaleiro da casa do duque de Bragança e seu procurador às cortes de Lisboa de Janeiro de 1446, 99-101 e 109.
- ARQUIVO DA CAMARA MUNICIPAL DE COIMBRA, 271.
- ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU, 236 e 260.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, 6, 23, 25, 45, 48, 50-61, 64-67, 75-77,

- 85-92, 95, 98-99, 101, 104, 109, 111-15, 117-21, 123-30, 134-35, 138-39, 151-52, 156, 165-69, 174, 179, 184, 186, 190-91, 202-04, 208-10, 214-15, 217-20, 225, 234, 240, 242-43, 248, 252, 262-63, 265, 268-69, 273-74, 276, 278, 286, 289, 293-94, 308-09, 313, 339, 342 e 351.
- ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 277.
- ARRAIÓLOS (Conde de), capitão e regedor de Ceuta, 51-52, 57-58, 60, 338 e 344.
- ARRONCHES (Couto de), 202.
- ARZILA, 30.
- ATAIDE (Alvaro Gonçalves de), dono de caravela, 1.º conde de Atouguia, 22-23, 28 e 331.
- ATAIDE (João de), prior da Ordem do Hospital, 300.
- ATAIDE (João de), freire da Ordem de Cristo no convento de Tomar, filho do 1.º conde de Atouguia e de D. Guiomar de Castro, 321-26 e 331.
- ATLANTICO NORTE, 145.
- ATOUGUIA, 23 e 331. Coudel da via de —, 23. 1.º Conde de —, 23 e 331.
- AUSTRIA, 331 e 333-35.
- AVEIRO, 50-52, 54-55, 57-61 e 355.
- AVELAS, 349.
- AVELAS DE CIMA, 355.
- AVILA, 137 e 255. Diocese de —, 254-55.
- AVIS, 174.
- AVO, 60.
- AVÔ (Gil Martins de), escrivão da coudelaria de Tomar e termo, 60.
- AZEVEDO (Luís de), do conselho de el-rei D. Afonso V e vedor da sua fazenda, 135, 190 e 201.
- AZEVEDO (Pedro de), 6, 51-52, 55-58, 60, 66, 86-87, 123, 129, 169 e 342.
- AZNAREZ (D. Garcia), bispo de Lérida, 93.
- BABILONIA, 259.
- BACCI (Domenico), 299.
- BADAJOS (Diocese de), 169.
- BAILLY (Auguste), 132.
- BALARTE. V. — VALARTE.
- BALDAILA (João), escrivão, 275.
- BALEARES (Ilhas), 150.
- BAPTISTA (Soror Maria), 281.
- BARAO (João), de Pombal, 263.
- BARBARO (Francisco), 298.
- BARCELONA, 49-50, 214, 273 e 291.
- BARCELOS (Conde de), D. Afonso, e duque de Bragança, 99, 192, 319, 339, 341 e 344.
- BARREIRO, freguesia de Silgueiros, 238-39.
- BARRETO (João), 142.
- BARROS (João de), 1, 3, 5, 7, 11, 14, 16-17, 19-20, 22, 27, 29-30, 34, 36, 38, 40, 42, 141-42, 146, 148, 151, 156, 160, 162-63, 222, 225-26, 231 e 288.
- BARTOLOMEU (João), 162.
- BASILEIA (Concílio de), 70, 131, 233 e 299-300.
- BASTO (Artur de Magalhães), 302-06, 311-12, 316 e 318-19.
- BATALHA (Mosteiro da), 240 e 262-67. V. — SANTA MARIA DA BATALHA (Mosteiro de) e SANTA MARIA DA VICTORIA.
- BAVIERA. Rei de —, 225.
- BAZAS (Bispo de), 251.
- BEJA, 98, 215 e 218. Almojarifado de —, 214-15. Almojarife de —, 158.

- BELEAGUA (Doutor), deão da sé da Guarda, 287.
 BELEM, em Lisboa, 282.
 BELEM (Fr. Jerónimo de), cronista franciscano, 293.
 BERBERIA, 289.
 BERNARDES (João), residente em Castro Marim, besteiro da câmara do infante D. Henrique, capitão de caravela, 64, 150 e 152.
 BERNARDO DE BRUGADA (Gulherme), aragonês, 94, 96-97, 103, 105 e 214.
 BESTEIROS, 77.
 BETHENCOURT (Gaspar de), neto de Maciot de Béthencourt e sobrinho de D. Maria de Béthencourt, 234 e 273-74.
 BETHENCOURT (Henrique de), neto de Maciot de Béthencourt, 234.
 BETHENCOURT (Jean de), 232.
 BETHENCOURT (Maciot de), 24, 231-34 e 274.
 BETHENCOURT (Maria de), mulher de Rui Gonçalves da Câmara, filho de Maciot de Béthencourt, 233-34 e 273-74.
 BETHENCOURT (Mateus de). V. — BETHENCOURT (Maciot de).
 BETHENCOURT (Mathieu de). V. — BETHENCOURT (Maciot de).
 BIANCO (André), 145.
 BIBLIOTHECA APOSTOLICA VATICANA, 299 e 356.
 BIBLIOTHECA NACIONAL DE LISBOA, 110 e 289.
 BIBLIOTHECA RICARDIANA DE FLORENÇA, 297-98 e 300.
 BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE PARIS, 299-300.
 BISCAIA (Senhor de), 135.
 BIVERO (D. Gonçalo de), bispo eleito de Salamanca, 258.
 BOCARRO (Diogo Gonçalves), recebedor do almoxarifado de Beja, 214-15.
 BOÊMIA (Martinho de), 17, 142, 145 e 226.
 BOLÃO (José de Oliveira), 142.
 BOLONHA, 70 e 299. Colégio de S. Clemente de —, 356-58. Corte pontifícia em —, 70. Estudo geral de —, 357.
 BOM (Pedro), escudeiro do infante D. Henrique, 202.
 BONET y REVERON (Buenaventura), 358.
 BONIFÁCIO VIII (Papa), 178, 183, 250 e 325.
 BONIFÁCIO IX (Papa), 297-98.
 BOR, rei dos jalofos, 228-29.
 BOR-BA-CIN, rei dos jalofos, 228.
 BOR-DAMEL, rei dos jalofos, 228.
 BOR-SALUM, rei dos jalofos, 228.
 BORGES (Gomes), escrivão, 115 e 171.
 BORGES (Rui), cavaleiro da casa de el-rei D. Afonso V, 308-09.
 BORGONHA (Duque de), 170, 212, 338 e 345.
 BOSCH (Juan), 94.
 BOSMEDIANO (Rodrigo de), 81.
 BOSNIA (Reino da), 181.
 BOTELHO (Afonso), 86.
 BOTELHO (Lopo), proprietário em Enxofrães, termo de Pombal, 241 e 267.
 BOURDON (Léon), 2, 17, 21, 26, 37, 39, 41, 43-45, 142, 148, 151, 157-59, 224, 226-30 e 288-89.
 BRACCIOLETTI (Poggio), grande humanista italiano, secretário pontifício, membro da cúria romana desde o pontificado de Bonifácio IX, 297-300 e 356.
 BRAGA, 45, 53, 92, 115, 118 e 286. Arcebispo de —, 70 e 357. Clérigo de —, 175. Deão de —, 152.

- BRAGA (Joaquim Teófilo Fernandes), 277.
 BRAGANÇA (Procurador por), 208.
 BRAGANÇA (Duque de), D. Afonso, 70, 99, 101, 109-10, 186, 191-92, 194, 285-86, 303, 305-06, 311, 319-20, 338-39, 341 e 344.
 BRAGANÇA (José de), 142.
 BRANDAO (Mário Mendes dos Remédios de Sousa), 277.
 BRITES (Infanta D.), mulher do infante D. Fernando, filho do infante D. João, 95, 186-88 e 200. Acordo sobre o casamento de —, 186.
 BRUCO, capitão da Gomeira, 24-25.
 BRUGES, 169-70.
 BULAS e outras Letras Pontificias, reproduzidas e citadas: 256, 278, 280, 282, 321 e 326.
 Apostolice sedis, de Nicolau V, de 14 de Outubro de 1448, — 321.
 Circa statum, de Eugénio IV, de 15 de Julho de 1446, — 175.
 Digna reddimur, de Nicolau V, de 29 de Março de 1448, — 282.
 Fidelium vota, de Nicolau V, de 7 de Julho de 1448, — 292.
 Hodie dilecto, de Nicolau V, de 14 de Junho de 1447, — 251.
 Precelsa dignitatis, de Eugénio IV, de 5 de Novembro de 1445, — 89.
 Religionis zelus, de Nicolau V, de 14 de Junho de 1447, — 248.
 Religionis zelus, de Nicolau V, de 14 de Outubro de 1448, — 326.
 Tam multis, de Eugénio IV, de 13 de Setembro de 1446, — 180.
 Vite ac morum, de Eugénio IV, de 5 de Outubro de 1446, — 189.
 Vite ac morum, de Nicolau V, de 29 de Outubro de 1448, — 335.
 BURGOS (Bispo de), 233.
 CABO BOJADOR, 43-44, 122, 222, 226 e 308.
 CABO BRANCO, 20-21, 29 e 222-23.
 CABO DE CATARINA, 223.
 CABO DOS MASTOS, 42. V. — CABO DE NAZE.
 CABO DOS MASTROS, 42 e 146-47. V. — CABO DE NAZE.
 CABO DOS MATOS, 42 e 147. V. — CABO DE NAZE.
 CABO NAO, 44 e 289.
 CABO DE NAZE, 40 e 42.
 CABO DO RESGATE, 146, 149, 151 e 155.
 CABO ROXO, 42 e 149.
 CABO DOS RUIVOS, 231-32.
 CABO DE SAGRES, 148.
 CABO DE TIRA, 38-39.
 CABO DE TRASFALMENAR, 309.
 CABO VERDE, 11-12, 33-34, 39-40, 140, 142, 145-50, 153 e 225-28. *Ilhas de —*, 145.
 CABRELA (Comendador de), 95.
 ÇABRUGADA (Dr. Miguel), embaixador da rainha D. Maria de Aragão a Castela, 106 e 124.
 CADAMOSTO (Luís de), 154.
 CADDEO (Rinaldo), 231.
 CADIZ, 70 e 170-71.
 CALABRIA (Duque de), D. Fernando, filho da rainha D. Maria de Aragão, 272-73.
 CALVOS (Afonso Vasques de), criado do duque de Bragança, escrivão da câmara do Porto, 311 e 318.
 CALVOS (Diogo de), coudel da vila de Lagos, 167-68.
 CAMARA (Rui Gonçalves da), do conselho de el-rei e capitão pelo duque de Viseu da ilha de S. Miguel, Açores, 233-34 e 273-74.

- CAMELO (Gonçalo Gonçalves), 351.
 CAMPANIA, província da Itália, 213.
 CAMPIS (João de), 84.
 CANALE (Filipe de), italiano, capitão de galés armadas contra piratas junto de Cartagena, 70.
 CANALE (Nicolau de), doutor em artes e em ambos os direitos, embaixador de Francisco Foscari, doge de Veneza, 68-69 e 132.
 CANARIAS, 8, 23-24, 44-45, 121-22, 145, 231-34, 273-74 e 282-83.
 CANHA, 95. Comendador de —, 95.
 CARNIDE. Quinta de —, 184.
 CARTAGENA, 70.
 CARTORIO DA CASA DE BRAGANÇA, 135 e 191.
 CARVALHO (Joaquim de), 38 e 277.
 CASABLANCA, 224. V. — ANAFE.
 CASAL DA CAPELARIA, termo de Pombal, 265-67.
 CASAL MEAO (Pedro de), proprietário em Silveiras, freguesia de Silgueiros, 238.
 CASAL VENTOSO, 210.
 CASANOVA (Loureço de), aragonês, 49-50.
 CASCAIS, 69.
 CASCAIS (D. Afonso de), 30 e 353.
 CASCAIS (Senhor de), D. Alvaro de Castro, 30.
 CASTANHEIRA, termo de Monforte do Rio Livre, 85 e 126.
 CASTANHEIRO DO CHÃO, em Silveiras, freguesia de Silgueiros, 238.
 CASTELA, 24, 49, 69, 78-79, 84, 90, 95, 102-03, 108, 117, 124, 135, 137-40, 197-99, 233, 255, 283, 344, 348, 350 e 354. Condestável de —, 49, 117, 137 e 257. Príncipe herdeiro de —, 48-50. Rainha de —, 95. Rei de —, 23-24, 56, 69-70, 78-79, 81-84, 89, 110, 135, 173, 186-87, 191-200, 204-06, 233, 254-55, 257, 331-32, 338 e 344-45. Reinos de —, 194-95, 197-98, 205 e 256-58. Rainhas de —, 194 e 331-32. Senhorio de —, 198.
 CASTELO BRANCO (Coudel em), 168.
 CASTILHA (João de), capitão de caravela de Alvaro Gonçalves de Ataíde, 22-23 e 27-28.
 CASTILLA (D. Pedro de), tio de el-rei D. João II de Castela, 254 e 256.
 CASTRO (D. Alvaro de), da casa do infante D. Henrique, 30 e 258.
 CASTRO (D. Alvaro Pires de), 352.
 CASTRO (D. Diogo de), 206 e 258.
 CASTRO (D. Fernando de), governador da casa do infante D. Henrique, 24 e 232.
 CASTRO, o Cegonho (D. Fernando de), filho de D. Alvaro Pires de Castro e governador da casa do infante D. Fernando, 352.
 CASTRO (D. Gulomar de), mulher de D. Alvaro Gonçalves de Ataíde, 331.
 CASTRO (D. Henrique de), prior do Crato, 321-24, 326-27 e 331.
 CASTRO MARIM, 48, 64, 104, 152, 171 e 217-19. Comendador de —, 218.
 CASTRO VERDE, 112.
 CATALUNHA, arauto de el-rei D. Afonso V de Aragão, 281.
 CATALUNHA, 260. Prior da —, 260.
 CENHEIRO (Rodrigo), escolar, 270.
 CENIVAL (Pierre de), 35.
 CERDAN (Ramón), embaixador da rainha D. Maria de Aragão a Castela, conselheiro e aguzal régio e seu procurador geral, 78-84, 106, 108 e 124.
 CERINA (Ilha de), situada entre Tíder e o continente africano, 15 e 17-18.
 CERNACHE, 355.

- CERVEIRA (Afonso), 227 e 282.
CESAR (Júlio), 12, 298 e 301.
CEUTA, 6, 46, 51-52, 54-55, 57-59, 86, 116, 129-30, 151, 169, 220-21, 282, 344 e 353.
 Bispo de —, 169. Capitão e regedor de —, 51 e 344. Castelo de —, 60. Diocese de —, 169. Dispensa de serviço em —, 220. Julz de —, 66. Nomeação do capitão e regedor de —, 57. Senhor de —, 113, 117, 120, 124, 184, 221, 243, 316, 319 e 339. Tesoureiro das coisas de —, 215. Vedor da fazenda de —, 342.
CHARNECA, termo da cidade de Lisboa, 315.
CHAVES, 86, 100-02 e 348.
CHAVES (D. Antão Martins de), bispo do Porto e cardeal, 300 e 304.
CHIPRE, 259.
CICERO, 300.
CIDADE REAL, 193, 196 e 205.
CISFONTES (Marcos), mercador castelhano, 222-23.
CLIMENT (Vicente), doutor em Decretos e embalizador do rei aragonês na corte inglesa, 78.
COELHO (João), proprietário na ilha da Madeira, 242.
COELHO (João), freire da Ordem do Hospital, 323 e 325.
COELHO (José Ramos), 121 e 273.
COELHO (Possidónio Mateus Laranjo), 293.
COGOLLS (Gabriel), cônego da sé de Vich, 94-95, 97 e 105.
COIMBRA, 48, 64, 66-68, 72, 75-77, 166, 168, 186-87, 191, 248-49, 251, 255, 271-72, 280 e 355. Bispo de —, 255, 257, 325 e 330. Comendador de —, 73. Julzes e eclesiásticos de —, 251. Mosteiro de Santa Cruz de —, 248-52. Universidade de —, 39.
COIMBRA (Duque de), 70, 106, 110, 132, 235, 243, 276, 286, 289-91, 295, 327, 331-32, 339, 341, 344 e 355.
COIMBRA (Duquesa de), 106-07, 276, 285-86 e 331-32.
COLAÇO (Fernando Afonso), morador em Santarém, 202.
COLONA (Próspero), cardeal, 298.
CONDEIXA, 355.
CONDEIXA (João Afonso de), 272.
CONSTANÇA (Concílio de), 131, 182 e 298.
CONSTANTINOPLA, 181.
CONTADOR (Josepe), judeu de Avis, 174.
COPONS (João de), doutor em Leis, 174.
CORDOVA (Rei de), 135.
CORELLA (Mossem), 272-73.
COROADO (Diogo Gonçalves), eborense, assassinado em Lagos, 226.
CORREIA (João), cavaleiro, 141, 143 e 145.
CORREIA (Pedro), fidalgo da casa do infante D. Henrique e genro de Bartolomeu Perestrelo, 208-09.
CORTES. De Évora de 1442, 221; — de Évora de 1444, 221; — de Lisboa de Dezembro de 1431, 201; — de Lisboa de Janeiro de 1446, 99, 101, 109, 115, 117 e 220-21; — de Santarém de 1451, 221; — de Torres Novas de 1438, 100.
CORTESAO (Armando Zuzarte), 44, 142 e 148.
CORTESAO (Jaime), 142 e 148.
COSCO (Francisco), intérprete, 150.
COSTA (Abel Fontoura da), 142.
COSTA (Aívaro da), escudeiro do infante D. Henrique, natural da cidade de Évora, 143 e 145.

- COSTA (Alvaro Tristão da), escudeiro da casa do infante D. Henrique, 143. V. — COSTA (Alvaro da) e TRISTÃO (Alvaro).
- COSTA, O. F. M. (António Domingues de Sousa), 299-300 e 356-57.
- COSTA (Nuno Tristão da), 143. V. — TRISTÃO (Nuno).
- COSTA (Soeiro da), capitão de caravela, alcaide de Lagos, 2, 4 e 20-21.
- COSTAS (Vicente), cerleiro, morador na freguesia do mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, 313 e 315.
- COUDO (Afonso), proprietário em Enxofrais, termo de Pombal, 241.
- COUTINHO (Carlos Viegas Gago), 142 e 145.
- COUTINHO (D. Luís), bispo de Coimbra, 255 e 257.
- COUTINHO (Rui Vasques), pai de D. Margarida de Vilhena, 180.
- COVILHA, 75, 272 e 310. Senhor da —, 208, 217, 265, 274, 277, 339 e 342.
- CRATO, 138 e 321. Castelo do —, 138. Prior do —, 84 e 326. Priorado do —, 321, 327 e 331. Priorado de S. João do —, 321.
- CRISTOVAO III, rei da Baviera, da Dinamarca, da Suécia e da Noruega, 225.
- CUNHA (Lopo da), fidalgo da casa do infante D. Henrique e vedor da sua casa, 61-63, 76 e 165.
- DANOUBIO. V. — RIO DANOUBIO.
- DAPPER (O.), 142.
- DAVID, rei dos Hebreus, 258-59.
- DELGADO (Pero), escudeiro, criado do infante D. Henrique, 268-70.
- DESERTA, no arquipélago da Madeira, 278 e 280.
- DEUS, 3, 18, 20, 23-24, 31-32, 47, 49, 51-52, 57, 59-62, 72, 74, 79-80, 84, 88-90, 95-96, 99, 103, 110, 113, 117-18, 120, 124, 132-33, 135, 140-41, 144-45, 149, 154, 158-59, 169, 172, 175, 181, 186-87, 191-94, 196, 198, 200, 204-06, 220-21, 224, 226, 234, 243-45, 253, 255, 258-59, 267-68, 274-77, 281, 291, 293-95, 302-05, 307, 310, 313-14, 316, 332-33, 339-41, 345-46, 348, 353-56. Igreja de —, 191. Mãe de —, 280. Nosso Senhor —, 37, 135-36, 164, 257, 308 e 340. Senhor —, 100, 117, 173, 295 e 339.
- DE WITTE, O. S. B. (Charles-Martial), 258.
- DIAS (Alvaro), melo-cónego, morador em Viseu, 261.
- DIAS (Alvaro), escudeiro, morador a Santo André, 270.
- DIAS (André), escudeiro do infante D. Henrique, natural da cidade de Évora, 143 e 145.
- DIAS (Antão), escrivão, 266.
- DIAS (Antão), escrivão da câmara do infante D. Henrique, 286-87.
- DIAS (Clara), mãe de Catarina Vasques de Góis, 248.
- DIAS (Dinis), 6-7, 11, 19, 30-31, 33-35 e 38.
- DIAS (Diogo), coudel em Castelo Branco, Monsanto, Penamacor, Segura e Idanha, 168.
- DIAS (Gonçalo), residente em Santarém, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 111.
- DIAS (Gregório), residente nas Sarzedas, tabelião do mesmo lugar, 114-15.
- DIAS (João), capitão de caravela e armador, 2, 4 e 20.
- DIAS (João), cónego do mosteiro de S. Vicente de Fora, 268.
- DIAS (Lopo), escudeiro do infante D. Henrique, juiz de Couta, 66.
- DIAS (Lopo), proprietário em Silves, freguesia de Silgueiros, 238-39.
- DIAS (Lourenço), capitão de caravela, escudeiro do infante D. Henrique, 5, 11-12, 14, 150 e 152-53.
- DIAS (D. Rodrigo), bispo de Silves, 152.
- DIAS (Rui), escrivão, 317.
- DIAS (Vicente), capitão de caravela e armador, 2, 4, 6 e 20.

- DIAS (Vicente), capitão de caravela e mercador, 5-6, 8, 10, 12 e 14-16.
- DIAZ DE MENDOÇA (Rui), mordomo-mor de el-rei D. João II de Castela, 258.
- DIAZ DE TOLEDO (Dr. Fernando), ouvidor e referendário de el-rei D. João II de Castela, do seu Conselho, seu notário-mor e secretário, 137-38, 191, 255-56 e 258.
- DINAMARCA, 227. Rei da —, 225.
- DINIS (D.), rei de Portugal, 278.
- DINIS, O. F. M. (António Joaquim Dias), 142, 148, 152, 217-18, 279-81, 289 e 355.
- DIREITO CANÓNICO, 279.
- DIREITO CIVIL, 299.
- DOMINGUES (Afonso), barbeiro, residente em Elvas, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 98.
- DOMINGUES (Alvaro), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em terra de Besteiros, 77.
- DOMINGUES (Catarina), moliceira, de Viseu, 261.
- DOMINGUES (Giral) meo cônego da sé de Viseu, 237.
- DOMINGUES (Gonçalo), morador em Silvares, freguesia de Silgueiros, 237.
- DOMINGUES (João), pescador, proprietário na freguesia do mosteiro de S. Vicente de Fora, Lisboa, 313.
- DOMINGUES (Vicente), mestre-escola da sé de Silves, 120-21.
- DONATO (Hermolao), embalizador de Francisco Foscarì, doge de Veneza, ao papa Eugénio IV, 70.
- DORNELAS, apelido de família antiga do país, 45.
- DORNELAS (Alvaro), escudeiro, criado do infante D. Henrique, 29-30 e 44-47.
- DORNELAS (João), primo de Alvaro Dornelas, homem fidalgo, criado na câmara de el-rei D. João I e de el-rei D. Duarte, contador régio nos almoxarifados de Santarém e Abrantes e contador dos contos de Lisboa, 45-47.
- DUARTE (D.), rei de Portugal, 45-46, 58, 70, 72, 100, 153, 164, 171, 219, 224, 233, 245, 278, 299, 331 e 351. Infante —, 357.
- DUARTE (Fausto), 143.
- EANES. V. — ANES.
- EANES (Afonso), moço da câmara do infante D. Henrique, 154.
- EANES (Afonso), escrivão, 287.
- EANES (Estêvão), residente na Serra da Pescaria, termo da Pederneira, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 67.
- EANES (Estêvão), marido de Beatriz Lourenço, 167.
- EANES (Fernando), moço da câmara do infante D. Henrique, 154.
- EANES (Gil), capitão de caravela, cavaleiro, morador em Lagos, 2, 4, 20, 150-51 e 153.
- EANES (Gil), juiz dos feitos que pertencem à Ordem de Cristo e alcaidaria de Castro Marim, 217 e 219.
- EANES (Gonçalo), escrivão, 66 e 165.
- EANES (Gonçalo), cônego da sé de Viseu, 236 e 238.
- EANES (Inês), avó de Fernão Lopes, 138.
- EANES (João), residente nas Várzeas, termo de Leiria, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 114.
- EANES (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, carpinteiro, residente em Coimbra, 166.
- EANES (João), escudeiro do infante D. Henrique, 252-54.
- EANES (João), clérigo, capelão das capelas de el-rei D. Afonso IV, 270.
- EANES (Lourenço), 162.
- EANES (Luís), escrivão, 303.

- EANES (Rodrigo), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na Castanheira, 126.
- EANES (Rodrigo), companheiro de Diogo Gil e de João Fernandes em caravela que vai a Messa, 222-23.
- ELVAS, 98 e 144-45. Alcaide pequeno de —, 143.
- ELVAS (Lourenço de), 150 e 152.
- ENTRE DOURO E MINHO (Comarca e correição de), 316, 318-20 e 350.
- ENXOFRAIS, no termo de Pombal, 240-41.
- ERVEDAL (Prior do), 240.
- ERVEDEIRA, 128.
- ERVOES (Comendador de), 101.
- ESCOTO, 358.
- ESPANHA, 42 e 80. Príncipe da —, 227.
- ESPERANÇA (Fr. Manuel da), 243.
- ESPIRITO SANTO, 257 e 277. V. — SANTA TRINDADE.
- ESTERCADA, em Silveiras, freguesia de Silgueiros, 238-39.
- ESTEVES (Alvaro), morador na ilha da Madeira, 242.
- ESTEVEZ (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Alcácer, 56-57.
- ESTEVEZ (João), solteiro, escudeiro, criado do infante D. Henrique, 312-15.
- ESTEVEZ (João), besteiro, casado com Maria Vasques, 313.
- ESTEVEZ (Lopo), juiz de Monforte de Rio Livre, 85.
- ESTEVEZ (Pedro), escudeiro do infante D. Henrique, 203.
- ESTEVEZ (Vasco), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Verde, 112.
- ESTOMBAR, 219.
- ESTREMOZ, 144, 175, 180, e 184. Almojarife de —, 144.
- ESTUDO GERAL de Lisboa, 278-82. V. — UNIVERSIDADE.
- ETIOPIA, 258-59.
- EUBEL (Conradus), 152.
- EUGÉNIO IV (Papa), 24, 70, 89, 131, 175, 180-81, 185, 188-89, 191-92, 206, 211, 233, 244, 256, 298, 321 e 357.
- EUROPA, 181.
- EVORA, 138-39, 143, 179-80, 188-91, 201, 203, 206, 215-16, 220-21, 255, 275-76, 300, 336 e 356-58. Bispo de —, 255 e 257. Cortes de — de 1442, 221. Cortes de — de 1444, 221. Diocese de —, 321, 327 e 335-36.
- FALCAO (Pero), corsário galego, 146.
- FALEIRO (Lopo), escudeiro do infante D. Henrique, 134.
- FARINHA (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Janeiro, termo da Covilhã, 75.
- FARO (Escrivão das sisas de), 190.
- FARO (Jorge), 95.
- FELGAR, termo da Torre de Moncorvo, 61.
- FELIX V (Antipapa), 299-300.
- FERNANDES (Alvaro), sobrinho de João Gonçalves Zarco, 12, 39-42 e 145-49.
- FERNANDES (Diogo), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão das sisas de Faro, 190.
- FERNANDES (Gil), escrivão, 210 e 219.
- FERNANDES (Gonçalo), doutor em Leis e corregedor da corte de el-rei D. Afonso V, 55, 85 e 87.
- FERNANDES (João), escudeiro, 161-62.

- FERNANDES (João), companheiro de Diogo Gil e de Rodrigo Eanes em caravela para Messa, 222-24.
- FERNANDES (Jusarte), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na vila de Santarém, 125-26.
- FERNANDES (Lopo), porteiro do infante D. Henrique, 174.
- FERNANDES (Pero), porteiro em Viseu, 261.
- FERNANDES (Dr. Rui), do conselho de el-rei D. Afonso V, 206 e 351.
- FERNANDES (Valentim), 1, 3, 5, 7, 11-12, 14, 16-17, 19-20, 22-24, 27, 29-30, 34-36, 38, 40-43, 45, 141, 146, 148, 151, 156, 160, 162-63, 222, 224-25, 227, 229, 231, 233-34, 288 e 290.
- FERNANDES (Vasco), cônego do mosteiro de S. Vicente de Fora, 268.
- FERNANDES (D. Vasco), conde de Marialva, 286.
- FERNANDO (D.), rei de Portugal, 218.
- FERNANDO (D.), 3.º conde de Arraiolos, 57 e 344.
- FERNANDO (Infante D.), de Portugal, filho de el-rei D. Duarte e filho adoptivo do infante D. Henrique, 95, 109, 169-70, 186-88, 200, 224, 274, 276, 278, 280, 285-86 e 352. Dispensa do casamento do —, 169-70.
- FERNANDO (Infante D.), filho da rainha D. Maria de Aragão, duque de Calábria, 272-73.
- FERRAO (Alvaro), proprietário em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238-39.
- FERRAO (Alvaro Gil), escudeiro, morador em Silvares, freguesia de Silgueiros, 237.
- FERREIRA (Leitão), 277 e 280.
- FERRO (Ilha do), Canárias, 232-33.
- FESTUGIERE, 39.
- FEZ (Reino de), 222.
- FIGUEIREDO (Diogo Lopes de), escudeiro do infante D. Henrique, residente em Silvares, freguesia de Silgueiros, 236-37 e 239-40.
- FIGUEIREDO (José Anastácio de), 326 e 331.
- FILIPA DE LENCASTRE (D.). V. — LENCASTRE (D. Filipa).
- FLANDRES, 44. Galés das —, 69.
- FLORENÇA, 169-70 e 298-99. Cardeal de —, 298. Estudos de —, 298. Monges de —, 169-70.
- FOGAÇA (Leonor), filha de Rui Gonçalves, 95.
- FOGAÇA (Violante), mãe de Leonor Fogaça, mulher de Rui Gonçalves, donzela da infanta D. Brites, 95.
- FOLINHO (Nicolau de), médico, 290.
- FOLQUES (Mosteiro de S. Pedro de), 248-52.
- FONOLLEDA (Arnaldo), aragonês, secretário de el-rei D. Afonso V de Aragão, 75, 174, 213 e 272-73.
- FONSECA (João da), escudeiro do infante D. Henrique, residente em Proença, coudel em Castelo Branco, Monsanto, Penamacor, Segura e Idanha, 168.
- FONSECA (Quirino da), 156.
- FONTE DOS CAVALOS, em Lisboa, 268.
- FONTE DOS SAPOS, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 239.
- FORTEVENTURA (Ilha de), Canárias, 44, 46 e 232-33.
- FOSCARI (Francisco), doge de Veneza, 68-70, 72, 131-32 e 134.
- FOXAL (Tomás), franciscano inglês, 358.
- FRANÇA, 232 e 251. Rei de —, 234.
- FRANCISCO (D.), bispo Português, cardeal de Veneza e vice-chanceler da Santa Igreja Romana, 181.
- FRANCO (João do), 86.

- FREDERICO (Imperador), rei dos romanos, 132 e 331-35.
 FREIRE (Anselmo Braamcamp), 23, 30, 57, 180 e 345.
 FREIRE (Gonçalo), residente na cidade de Lisboa, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 88-89.
 FREITAS (Alvaro de), capitão de caravela, 4-5, 12 e 14-16.
 FUNCHAL, 241-42 e 273. Convento de S. Francisco do —, 233-34.
 FUNES (Ramiro de), alcaide de Alcolea, 107 e 214.
 FUSTAS (Diogo Lopes das), comendador de Castro Marim, 216-17.
 GABINETE Histórico da Cidade do Porto, 116, 302-06, 311-12, 316 e 318-19.
 GALIZA. Adiantado-mor do reino da —, 257. Rei da —, 135.
 GALVEU. V. — GALWAY.
 GALVAO (António), 142.
 GALVAO (Rui), secretário de el-rei D. Afonso V, 303-07, 311-12, 321, 341-42 e 352.
 GALWAY, 223.
 GAMBIA, 142 e 231.
 GARCIA (Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Marim, 64.
 GARCIA (Branca), 217.
 GARRIDO (Martim Vicente), arráls de Lagos, 216-17.
 GENOVA, 173.
 GERONA, 334-35.
 GIL (Afonso), tabelião, morador em Pombal, 241, 263, 265 e 267.
 GIL (Afonso), proprietário na ilha da Madeira, 242.
 GIL (Alvaro), escrivão da câmara do Porto, 311.
 GIL (Alvaro), mercador na cidade do Porto, 311.
 GIL (Bartolomeu), pai de Diogo Gil, 166.
 GIL (Diogo), criado do infante D. Henrique, seu escudeiro, 166 e 222-23.
 GIL (Diogo), prior da capela do mosteiro de S. Vicente de Fora, 268.
 GIL (Gulomar), que vivera com Vicente Domingues, 120-21.
 GIL (João), lugar-tenente do prior crasteiro do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 268.
 GIL (Leonel), escudeiro do infante D. Henrique, escrivão das sisas de Lagos, 134 e 217.
 GIL (Margarida), mãe de Antão Dias, escrivão da câmara do infante D. Henrique, 296.
 GIL (Martim), escrivão, 59, 171, 184 e 309-10.
 GIL (Martim), residente em Tomar, escudeiro do infante D. Henrique, escrivão da coudelaria daquela vila e termo, 59-60.
 GILSON (Etienne), 39.
 GIMENEZ SOLER (Andrés), 285.
 GIRON (Pedro de), Mestre de Calatrava, 103.
 GODINHO (Vitorino Magalhães), 142 e 148.
 GOIS (Alvaro de), cavaleiro da casa do infante D. Henrique e comendador de Fuços, 248.
 GOIS (Catarina Vasques de), filha de Alvaro de Gois e de Clara Dias, 248.
 GOIS (Fr. Fernando de), da Ordem do Hospital, filho de D. Fr. Nuno Gonçalves de Gois, 84 e 105.
 GOIS (Nuno Antunes de), escudeiro, fidalgo da casa do infante D. Henrique, 95.
 GOIS (D. Fr. Nuno Gonçalves de), prior do Crato, 84, 321-22 e 325.
 GOIS (Fr. Pedro de), da Ordem do Hospital, filho do prior do Crato D. Fr. Nuno Gonçalves de Gois, 84 e 105.
 GOLPELHEIRA, termo de Pombal, 264.
 GOMEIRA (Ilha de), no arquipélago das Canárias, 22-24, 27, 45, 47, 150, 152 e 238.

- GOMES (Rui), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Pombal, 66-67.
- GOMES (Dr. Rui), 115.
- GOMIRAES (João de), proprietário em Viseu, 261.
- GONÇALVES (Aires), notário público do duque de Bragança e seu escrivão da câmara, 101 e 306.
- GONÇALVES (Alvaro), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em Braga, 53-54.
- GONÇALVES (Alvaro), criado de Alvaro Pires, 63.
- GONÇALVES (Antão), cavaleiro, navegador, 13, 141, 157, 222, 224, 231, 233 e 235.
- GONÇALVES (Antão), escrivão, 254.
- GONÇALVES (Beatriz), mulher de João Eanes, escudeiro do infante D. Henrique, 252-54.
- GONÇALVES (Brites), mulher de João Eanes. V. — GONÇALVES (Beatriz).
- GONÇALVES (Cristóvão), proprietário na Ilha da Madeira, 242.
- GONÇALVES (Diogo), moço da câmara do infante D. Henrique, 1, 22 e 26.
- GONÇALVES (Diogo), escudeiro da casa do infante D. Henrique, 154-55.
- GONÇALVES (Diogo), 84. V. — LOBO (Diogo Gonçalves).
- GONÇALVES (Gil), morador na Ilha da Madeira, 241-42.
- GONÇALVES (Gonçalo), cônego da sé de Viseu, 236.
- GONÇALVES (João), escrivão, 247, 276 e 297.
- GONÇALVES (João), morador em Trás os Matos, termo de Pombal, 267.
- GONÇALVES (Jorge), servidor do infante D. Henrique, talvez casado com a irmã do cantor régio Estêvão Anes, 222 e 224.
- GONÇALVES (Júlio), 134.
- GONÇALVES (Lopo), do termo de Mirandela, 54-55.
- GONÇALVES (Margarida), mulher de Alvaro Gil Ferrão, 237.
- GONÇALVES (Margarida), mulher de Pero Delgado, 268.
- GONÇALVES (Maria), mulher de Lopo da Cunha e filha de Gonçalo Lourenço, 61-63 e 76.
- GONÇALVES (Martim), residente na cidade do Porto, besteiro da câmara do infante D. Henrique, 54.
- GONÇALVES (Martim), cônego da sé de Viseu, 237.
- GONÇALVES (Mem), sogro de João Gorizo, 156.
- GONÇALVES (Pero), morador em Mirandela, 55.
- GONÇALVES (Pero), escrivão, 305-06 e 311-12.
- GONÇALVES (Rui), cavaleiro da Ordem de Santiago e comendador de Canha e Cabrela, 95.
- GONTIJAS, termo de Tomar, 128.
- GOREE (Ilha de), 12, 33-34, 39, 41 e 227. V. — MADALENA (Ilha de) e PALMA (Ilha de).
- GORIZO (João), moço da câmara do infante D. Henrique, escrivão do mesmo infante, escudeiro de el-rei D. Afonso V e almoxarife de Beja, 155-59.
- GORIZO (João de). V. — GORIZO (João).
- GORIZO (João Afonso de). V. — GORIZO (João).
- GRA-CANÁRIA, uma das ilhas Canárias, 24 e 232-33.
- GRANJA, 262.
- GREGÓRIO XI, Papa, 278.
- GROSSETO, na Itália, 285.
- GUARDA, 287 e 293. Diocese da —, 291 e 293.
- GUERRA (D. Fernando da), arcebispo de Braga, 70 e 357.

GUIMARAES, 348.

GUIMARAES (Lourenço de), escrívão, 51-52 e 66.

GUINE, 7, 22-23, 28, 31, 95, 142, 145, 148, 223, 280 e 288-89. — Portuguesa, 142 e 149.

GUINES, 148.

GUITANIA, governador de Abram, 227-30.

HELENO (Manuel), 110 e 338.

HENNIG (Richard), 226.

HENRIQUE (Fr.), franciscano, 234.

HENRIQUE (Infante D.), de Portugal, filho de el-rei D. João I, regedor e governador da Ordem Militar de Cristo, 2-4, 12, 22-24, 27-30, 34, 39, 43-45, 47-48, 50, 53-57, 59-62, 64-68, 72, 75-77, 85-92, 95, 98, 104, 109, 111-15, 118-30, 134, 139-40, 143-45, 149-56, 158, 163-68, 174, 179-80, 184-86, 188-91, 194, 202-03, 206-09, 211, 214-17, 219-21, 225-26, 231-33, 235-37, 240-42, 248-49, 252-53, 258, 260, 262-63, 265-68, 271-74, 277-82, 285-86, 288-89, 291-92, 297-300, 308-09, 312-13, 326-27, 335, 337-39, 342, 351 e 356.

Súplicas do infante D. Henrique ao papa e algumas das respectivas letras pontifícias, 185, 189-90, 207, 211, 249-52 e 291-94. Concessão pelo regente D. Pedro ao infante do exclusivo do fabrico da tinturaria de pastel, por este introduzida no reino, 65-66. Doação pelo dito ao mesmo, enquanto for mercê de el-rei, de casas régias de Lisboa, da quinta de Carnide e quartos do Lumiar que trouxera Maria Anes, 184. Proibição pelo dito regente da navegação para as ilhas Canárias sem ordem ou licença de D. Henrique, 122-23. Perdões outorgados pelo mesmo regente a pedido do Navegador, 55, 85-87 e 140. Prazo de casas régias de Lisboa por el-rei D. Afonso V, a pedido de D. Henrique, 253-54. Confirmação pelo dito monarca ao mesmo infante do exclusivo da navegação e comércio para além do Cabo Bojador, 308-09, e da doação do Cabo de Trasmalmenar, no Algarve, com uma légua de termo, 309-10.

Anuência do infante D. Henrique para o casamento das infantas D. Isabel e D. Brites, filhas do falecido infante D. João, respectivamente com el-rei D. João II de Castela e com o infante D. Fernando de Portugal, 186-88 e 191-201. Carta do infante, a doar a Bartolomeu Perestrelo a capitania da ilha do Porto Santo, 208-10. Sentença definitiva do dito, como regedor da Ordem de Cristo, em pleito decorrente no Algarve, 217-19. Alvará e carta do infante dirigidas aos juizes da vila de Pombal, 262 e 265-66. Inquirição ordenada pelo mesmo, 263-65. Carta do infante à câmara de Coimbra sobre os privilégios dos caseiros da Ordem de Cristo em Quimbres, 271. Carta do dito, a ordenar a seu almozarif na Madeira pague, anualmente, o contratado com Maclot de Béthencourt pela cedência da ilha de Lançarote, Canárias, 274-75. Carta do mesmo, a conceder pensão anual à Universidade de Lisboa para manutenção da cadeira de prima de Teologia, 227-82. Carta do dito, de doação do reguengo da Tojosa, em termo de Santarém, 342-43. Concórdia entre o infante D. Pedro e o duque de Bragança, preparada pelo infante D. Henrique, 339-42.

Verbas de carta de quitação relativas a D. Henrique e a pessoal seu, 215. Carta de el-rei D. Afonso V de Aragão, de recomendação de arauto seu, entre outros, àquele infante, 285. Carta do humanista coevo Poggio Bracciolini ao infante D. Henrique sobre a sua actividade ultramarina, 300-02. Prólogo do *Horologium Fidei* do Mestre Fr. André do Prado, em que se enaltece a tarefa dos descobrimentos marítimos do infante, 356-58. Descobrimientos henriquinos e expansão portuguesa na costa ocidental africana neste período, segundo a «Crónica dos feitos de Guiné», devidamente anotada, 1-47, 141-65, 221-34 e 288-90. Pessoal seu, 2-6, 12-14, 16, 18, 22-23, 26, 29-30, 34, 39, 45, 48, 50,

- 53-54, 56, 59, 61, 64, 66-67, 75-77, 87-88, 90-92, 95-98, 104, 111-15, 118-20, 123, 125-30, 134, 140-41, 143-44, 151-56, 165-68, 174, 179, 202-03, 208, 215, 219, 222, 225, 236, 240-41, 248, 252, 260, 263, 268, 286, 312 e 326. V. — NAVEGADOR.
- HENRIQUE (D.), infante de Castela, 102-03.
- HENRIQUE (D.), infante de Aragão, irmão da rainha D. Leonor de Portugal, 103.
- HERDEIROS (Caminho dos), em Souto de El-Rei, termo de Pombal, 241.
- HERMES, 38-39. V. — TRIMEGISTO (Hermes).
- HERNE, ilhéu, 158-59.
- HERODOTO, 299.
- HOLANDA (Duarte de), 141, 143 e 145.
- HOMEM (Garcia), genro de João Gonçalves Zarco, 150 e 152.
- HOMEM (Lopo), de Pombal, 263.
- HORTA DA ERVA, em Lisboa, 208.
- HUNGRIA. Rei da —, 131. Reino da —, 181.
- IBIZA (Ilha de), nas Baleares, 150.
- IDANHA, 168.
- ILHA (Gastão de la), procurador da cidade de Silves, 118.
- ILHA (Lançarote da), 167. V. — LANÇAROTE.
- ILHA (Tristão da), capitão de caravela, 29, 150 e 152.
- INFANTADO (Senhor do), D. Alvaro de Lima, 257.
- INGLATERRA, 301. Cardeal de —, 78. Rei de —, 78 e 173.
- IRLANDA, 223.
- ISAAC (D.), Preste João das Índias, 258-59.
- ISABEL (D.), filha do infante D. João de Portugal e rainha de Castela, 78, 89, 135-37, 186-87, 191-98, 200, 204-05 e 254-57. Acordo sobre o casamento de —, 186. Acta do matrimónio de —, 254.
- ISABEL (D.), mulher do infante D. Pedro, duquesa de Coimbra, 106-07 e 276. V. — URGEL (D. Isabel de).
- ISABEL (D.), viúva do infante D. João, 186, 191-92 e 195.
- ISABEL (D.), filha do infante D. Pedro, rainha de Portugal e mulher de el-rei D. Afonso V, 243, 245, 276, 289, 332 e 337. Contrato do casamento de —, 243.
- ITALIA, 285, 298 e 357.
- JAEN, na Andaluzia, 95. Rei de —, 135.
- JAFA (Conde de), 259.
- JANEIRO, termo da Covilhã, 75.
- JANEIRO, morador em casal de Silvares, freguesia de Silgueiros, 237.
- JESUS CRISTO, 43, 88-89, 93, 176, 181, 222-23, 226, 236, 256-57, 260, 284, 289, 302, 322, 327, 333 e 336. Nosso Salvador —, 137. Nosso Senhor —, 48, 50-52, 54-55, 57-61, 64, 66, 85, 89-90, 92, 98, 101-02, 104, 110-12, 114-15, 117, 120-21, 123-30, 135, 140, 165-68, 171, 184, 186-88, 198, 201, 203-04, 206, 210, 216, 221, 236, 240, 242, 247-48, 255, 257, 261, 263, 267-68, 275-76, 287, 297, 309, 313, 317, 321 e 341. Senhor —, 67, 75, 77, 87, 139, 175, 180, 190, 215, 220, 236 e 282.
- JOANA (Infanta D.) de Portugal, filha de el-rei D. Duarte e de D. Leonor, 48, 56, 78, 81-84, 88, 93, 124 e 212-13.
- JOANA (D.), rainha de Castela, 95.
- JOAO (D.), rei de Navarra, 171-72 e 258.
- JOAO (D.), príncipe herdeiro de Castela, 49.
- JOAO (D.), prior-mor do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 268, 270 e 313.
- JOAO (D.), bispo de Viseu, 323.
- JOAO (Mestre), 174.

- JOAO I (D.), rei de Portugal, 6, 45, 58-59, 61-62, 70, 72, 99, 133, 151, 171-72, 185, 189, 207-08 e 276-77.
- JOAO II (D.), rei de Castela e de Leão, 89, 135, 186, 191, 204, 254-57 e 332. Acta do matrimónio de —, 254.
- JOAO III (D.), rei de Portugal, 280.
- JOAO XXIII (Papa), 298.
- JOAO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I, condestável do reino, regedor e governador do mestrado de Santiago da Espada, 78, 135, 186, 191-92, 194, 204, 254-55 e 351.
- JOAO (Mateus), aragonês, 285.
- JORGE (João), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em termo de Pombal, 75-76.
- JOU, no concelho de Murça, 86-87.
- LABAT (Jean Baptiste), 17.
- LAGOS, 1, 5-6, 8, 10, 13, 120, 145-46, 151-53, 155, 163, 165, 217, 226, 231 e 280. Alcaide de —, 20-21. Arrais de —, 216. Coudel da vila de —, 167-68. Escrivão das sisas de —, 134. Pesca de —, 280.
- LAMEGO (Bispo de), 322-23, 325 e 330.
- LANÇAROTE, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, coudel da vila de Lagos, 2-5, 12, 14-16, 18 e 167-68.
- LANÇAROTE (Ilha de), nas Canárias, 231-35 e 273-75.
- LANDIM (Gaspar Dias de), 110, 345 e 349.
- LANNOY (Gilberto de), borgonhês, 212.
- LANSTICO (Guilherme de), senescal da Ordem do Hospital, 329.
- LANSTICO (Fr. João de), mestre de Rodes, 260.
- LARANJO (Afonso Martins), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Viseu, 119.
- LARGO do Salvador, em Lisboa, 281.
- LA RONCIERE (Charles de), 142.
- LA SALLE (Gadifer de), 232.
- LAS CASAS (Afonso de), 24 e 233.
- LAS CASAS (Guillén de), 233.
- LAS PALMAS (Ilha de), nas Canárias, 24 e 233.
- LATRAO (Concilio de), 325.
- LA VEGA (Senhor de), D. Iñigo Lopez de Mendoza, 257.
- LEAO, 90. Comendador de —, 260. Rei de —, 89, 135, 191-92, 204, 254-57 e 332. Reino de —, 258.
- LEAO (Duarte Nunes de), 345.
- LE BOULON, no Rossilhão, 334-35.
- LEI MENTAL, 278.
- LEIRIA, 6, 91 e 113. Rendeiro das sisas em —, 91. Termo de —, 113-14.
- LEITAO (Humberto), 156.
- LEITAO (Martim Gomes), vedor da fazenda de Ceuta, 342-43.
- LEITAO (Pedro), tesoureiro da igreja de Santo Estêvão, 270.
- LEITAO (Vicente Martins), comendador de Castro Marim, 218.
- LEITE (Jerónimo Dias), 208-09.
- LEITE (Duarte), 28, 44-45, 142, 148 e 289.
- LEITE (Serafim), 281.
- LENCASTRE (D. Filipa de), rainha de Portugal, 277.
- LEONOR (D.), rainha de Portugal, mulher de el-rei D. Duarte, 48-49, 56, 78-79, 81-83, 93-97, 102, 105-08, 117, 124, 180, 212-14, 243, 245, 272, 316 e 350-51.

- LEONOR (D.), filha de el-rei D. Duarte, mulher de Frederico III, Imperador da Alemanha, 331.
- LERICHE (A.), 229.
- LERIDA (Bispo de), 88 e 93-94.
- LETRAS PONTIFICIAS. V. — BULAS, Letras e outros escritos pontificios.
- LEVANTE, 73.
- LIBIA (Deserto da), 26.
- LIMA (Leonel de), 348.
- LEONARDES, (Maria), mulher de Lopo Pires, 240-41.
- LISBOA, 1-2, 17, 26, 38-40, 43-46, 61, 69, 76, 88-89, 99, 109-12, 114-15, 117-18, 120, 123, 127, 131-32, 164, 169-71, 208, 211, 221, 227, 236, 244, 247-48, 251, 253, 255, 268, 278, 280, 282, 309-13, 317, 321-22, 335, 341-42 e 349-50. Alcáçova de —, 320. Alcaide-mor de —, 30. Almoxarife do armazém de el-rei em —, 253. Casa do Cível de —, 351-52. Casas de — doadas ao infante D. Henrique —, 184. Castelo de —, 353. Charneca em —, 315. Clérigo da diocese de —, 211. Cônego da sé de —, 323. Contador dos contos de —, 45-46. Convento de S. Francisco em —, 278. Cortes de —, de Dezembro de 1431, 208. Cortes de —, de Janeiro de 1446, 99, 109, 115, 117 e 220-21. Diocese de —, 322 e 335-36. Estudo Geral de —, 278-82. Fonte dos Cavalos, em —, 268. Foz de —, 45. Horta da Erva em —, 208. Igreja de Santa Maria da Graça de —, 280. Igreja de Santa Maria da —, 210. Igreja de S. Bartolomeu de —, 62. Juizes eclesiásticos de —, 251. Largo do Salvador, em —, 281. Mosteiro de N.ª S.ª da Graça de —, 280. Mosteiro do Salvador, em —, 279 e 281. Mosteiro de Santo Agostinho em —, 280. Mosteiro de S. Vicente de Fora em —, 248-52, 268 e 312-14. Porta de Alfama em —, 313. Porta do Muro em —, 312 e 314. Quartos do Lumiar doados ao infante D. Henrique, 184. Quinta de Carnide, doada ao infante D. Henrique —, 184. Rua Nova em —, 208 e 252-53. Santo André em —, 270. Vila Nova, em —, 315.
- LISBOA (Afonso de), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Lisboa, 127.
- LISBOA (João de), 123.
- LISBOA (Pedro de), escrivão, 48, 50, 54, 57, 60-61, 64, 67-68, 75-77, 89-90, 98, 104, 111-112, 114-15, 118, 120, 128-30 e 166.
- LISBOA (Pero de), escrivão, 236 e 321.
- LISBOA (Vasco Rodrigues de), advogado consistorial, 299-300.
- LOBATO (Pero), licenciado em Leis, vassallo de el-rei, do seu desembargo e juiz de seus feitos, 175, 220, 248 e 287.
- LOBO (Diogo Gonçalves), vedor da rainha D. Leonor, 84. V. — GONÇALVES (Diogo).
- LOPES (Félix), 278 e 356.
- LOPES (Fernão), natural da cidade de Évora, 138-39.
- LOPES (Rui), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente no Lourçal, 98.
- LOPEZ (Atanásio), 358.
- LOPEZ (Pero), vassallo e servidor da rainha D. Maria de Aragão, 290.
- LOPEZ DE AYALA (Pero), alcaide-mor de Toledo, 81-83.
- LOPEZ DE MENDOZA (D. Íñigo), marquês de Santillana, 257.
- LOURENÇO (António), morador em casal de Silvares, freguesia de Silgueiros, 237.
- LOURENÇO (Beatriz), 166-67.
- LOURENÇO (Diogo), cônego de Braga, pai de Antão Dias, escrivão da câmara do infante D. Henrique, 286.
- LOURENÇO (Diogo), alcaide pequeno da cidade do Porto, 312.
- LOURENÇO (Gil), escudeiro, juiz da vila de Pombal, 263, 265 e 267.

- LOURENÇO (Gonçalo), escrivão da puridade de el-rei D. João I, 61-62.
 LOURENÇO (Gonçalo), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente na cidade de Braga, 118.
 LOURENÇO (Gonçalo), proprietário em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
 LOURENÇO (Henrique), moço da câmara do infante D. Henrique, 154.
 LOURENÇO (João), tabellão público por el-rei em Viseu, 236, 240 e 261.
 LOURENÇO (João), escrivão da fazenda, 343.
 LOURENÇO (Pero), capelão do papa, 314-15.
 LOURENÇO (Vasco), morador na Castanheira, 85.
 LOURICAL, 90 e 98.
 LUCENA (Dr. Vasco Fernandes de), 299-300.
 LUMIAR (Quartos do), 184.
 LUNA (D. Álvaro de), condestável de Castela, mestre da Ordem da Cavalaria de Santiago, 49, 117, 137, 255 e 257.
 LUNA (Filipe de la), 169.
 LUXOM (Pedro de), camareiro de el-rei D. João II de Castela, 137.
 MACHADO (Diogo), moço fidalgo, 141, 143 e 145.
 MACHADO (Rodrigo Alvares), proprietário em Fombal, 241.
 MACHIM (Lenda de), 145.
 MACIOT (Micer), 231-34 e 273-75. V. — BETHENCOURT (Maciot de).
 MADALENA (Ilha de), 12. V. — GOREE (Ilha de) e PALMA (Ilha de).
 MADALENA (João Gonçalves de), cônego regente de Santa Cruz de Coimbra, 246-49 e 251-52.
 MADEIRA (Ilha da), 12, 29, 40, 43, 45, 54-55, 145-46, 150, 152, 155-56, 233, 241-42, 273-75 e 277-79. Arquipélago da —, 280.
 MADELEINE (Ilha de), 41.
 MADRIGAL DE LAS ALTAS TORRES, vila da diocese de Ávila, 193, 196, 205 e 254-55.
 MAGNANIMO, cognome de el-rei D. Afonso V de Aragão, 212.
 MAI (Ângelo), cardeal, Prefeito da Biblioteca Apostólica Vaticana, 299.
 MAIRON (Francisco de), 358.
 MALAM. V. — AMALLAM.
 MALHEIRO (João Afonso), almoxarife do infante D. Henrique na ilha da Madeira, 273-74.
 MANRESA (Francisco), servidor da rainha D. Leonor de Portugal e alcaide de Alcolea, 106-08, 213-14 e 272.
 MANUEL I (D.), rei de Portugal, 224 e 280.
 MANUEL (D. João), bispo de Ceuta, 169.
 MÃO INCHADA (Pedro Esteves da), pai de Álvaro Pires, 63.
 MAR DOS AÇORES, 145.
 MAR DO SARGAÇO, 145.
 MARCO, veneziano, 73-74.
 MARIA (D.), rainha de Aragão e da Sicília, 48-49, 55-56, 78-79, 81-84, 88, 93-97, 102, 105-06, 108, 124, 212-13, 272, 290, 331-34 e 343.
 MARIALVA (Conde de), D. Vasco Fernandes, 285-86 e 343.
 MARMARIDES, antigo povo da Líbia, 28.
 MARQUES (João Martins da Silva), 51-52, 55, 57-58, 60, 66, 121, 129, 156, 164, 169, 208-09, 217, 221, 242, 273, 278, 280, 282, 289, 308 e 342.
 MARROCOS, 222.
 MARTA (Afonso), 44-45.
 MARTINHO V (Papa), 357.

- MARTINS (Alvaro), criado de Lopo da Cunha, 63.
 MARTINS (Dr. Alvaro), do desembargo de el-rei D. Afonso V, 203.
 MARTINS (Fernando), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Novo, 126-27.
 MARTINS (João), mestre em teologia, prior do mosteiro da Batalha, 240, 262-63 e 265-67.
 MARTINS (Luís), do desembargo e das petições de el-rei D. Afonso V, 125, 130, 140, 167 e 175.
 MARTINS (Margarida), mulher de Bartolomeu Perestrelo, 208.
 MARTINS (Pedro), deão da sé de Viseu, 185 e 207.
 MARTINS (Pero), alcaide pequeno de Elvas, 143.
 MARTORELL (Francisco), aragonês, 259.
 MARVAO, Convento de Nossa Senhora da Estrela de —, 291-93.
 MASSA. V. — MESSA.
 MASSAT. V. — MESSA.
 MAUNY (Raymond), 12.
 MAURICIO (Domingos), 132.
 MAUROCENO (Marcos), capitão das galés de Flandres, 69.
 MEALHA (Nicolau), cônego do mosteiro de S. Vicente de Fora, de Lisboa, 268.
 MEÇA. V. — MESSA.
 MEDICIS (Cosimo de), 298-99.
 MEDIOLANENSE (Duque), 173.
 MELO (Martim Afonso de), marido de D. Margarida de Vilhena, 180.
 MENDES (Vasco), moedeiro, morador a Santo André, 270.
 MENDONÇA (Beatriz Furtado de), mulher de Bartolomeu Perestrelo, segundo Dias Leite, 208.
 MENDOZA (Senhor de), D. Íñigo Lopez de Mendoza, 257.
 MENÉNDEZ PIDAL (Ramón), 255 e 354.
 MENESES (D. Fernando de), 58-59.
 MENESES (Conde D. Pedro de), primeiro capitão de Ceuta, 58-59.
 MERTOLA, 218.
 MESSA, 222-23.
 MEXILHOEIRA, termo de Lagos, 163 e 165. V. — MEXILHOEIRA GRANDE.
 MEXILHOEIRA GRANDE, freguesia do concelho de Portimão, 165.
 MIÇA (Marim de la), conselheiro do rei de Aragão e baillio geral daquele reino, 93.
 MILÃO. V. — MEDIOLANENSE (Duque).
 MINEF, guinéu, 228.
 MIRA, 355.
 MIRANDA (Martim Afonso de), rico homem do conselho de el-rei, 201.
 MIRANDELA, 54-55.
 MOLINA (Rel de), 135.
 MOLLAT (Michel), 234.
 MONFORTE DE RIO LIVRE, 85.
 MONIZ (Diogo Gil), irmão de Isabel Moniz, segunda mulher de Bartolomeu Perestrelo, 208.
 MONIZ (Isabel), segunda mulher de Bartolomeu Perestrelo, 208.
 MONOD (Théodore), 12 e 35.
 MONSANTO (Coudel em), 168.
 MONSANTO (Conde de), D. Álvaro de Castro, 1.º —, 30.
 MONSIM (João), 217-18.
 MONTAGNE (Robert), 222.

- MONTANYES (Garcia), aragonês, 212.
 MONTEMOR O NOVO, 90, 92, 126-27 e 129.
 MONTEMOR O VELHO, 111. Senhor de —, 191, 243, 289, 295, 339, 341 e 355. Senhora de —, 276.
 MORAIS (João de), escrivão, 262.
 MORAIS (João Afonso de), escudeiro do infante D. Pedro, 271.
 MOREA, 259.
 MOS, 113.
 MOS (Afonso Anes de), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador em termo de Leiria, 113 e 128.
 MOTA (Avelino Teixeira da), 12, 142, 148-49, 153, 227-29 e 231-32.
 MOURA, 354.
 MOURA (Gonçalo de), escrivão, 343.
 MOURENENSY, 170.
 MOUSSEM (Mestre), físico do infante D. Henrique, residente em Évora, 179-80.
 MUNZER (Jerónimo), 17 e 145.
 MURCIA (Rei de), em Espanha, 135.
 NÁPOLES (Castelo Novo de), 173.
 NATAL, 239, 260-61, 268-69, 277 e 279-80. Dia de —, 237.
 NAVARRA. Príncipe de —, 284. Princesa de —, 284. Rainha de —, 284. Rei de —, 171-72, 258 e 331-32.
 NAVEGADOR, referido ao infante D. Henrique, 12, 152, 156, 208, 233, 252, 278, 280, 290 e 356. Cozinheiro-mor do —, 154.
 NEIVA (Conde de), D. Afonso, 99.
 NEUSTADT, 331.
 NICCOLI (Niccolò), 298-99.
 NICOLAU IV (Papa), 278.
 NICOLAU V (Papa), 248-49, 251, 258, 282-83, 291-93, 298, 300, 321, 326 e 335-36.
 NIEBLA (Conde de), 232.
 NISA, 124.
 NOCK, 39.
 NOMIMANSA, 142.
 NORONHA (D. Sancho de), 1.º conde de Odemira, 286.
 NORUEGA, 227. Rei da —, 225.
 NOSSA SENHORA da Estrela de Marvão (Convento de), 291-93.
 NOSSA SENHORA da Graça (Mosteiro de), em Lisboa, 280.
 NOUDAR (Couto de), 85.
 NOXETO (Petro de), 297.
 NOBIA, 289.
 NUNES (Alvaro), escudeiro, proprietário na freguesia do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 313.
 NUNES (João), tesoureiro da sé de Viseu, 260.
 OBIDOS, 127 e 245.
 OBSERVANCIA FRANCISCANA, 356.
 ODEMIRA (Conde de), D. Sancho de Noronha, 285-86.
 OLEIRO (João), o Moço, morador em Abilá, 267.
 OLIVEIRA (Fr. Vasco de), comendador de Coimbra, conselheiro e embaixador do rei D. Afonso V de Aragão às partes do Levante, 73-75.
 OLIVENÇA, 144-45.
 OLIVER (Galcerán), conselheiro e tesoureiro da rainha D. Maria de Aragão, 243.
 OLIVERA (Leopoldo de la Rosa), 234.

- OLZINA (Móssem Juan), 272-73.
- ORDEM DOS FRADES MENORES, franciscanos espanhóis, 283.
- ORDEM MILITAR DE ALCANTARA (Mestre da), 257.
- ORDEM MILITAR DE AVIS (Comendador-mor da), 139-40.
- ORDEM MILITAR DE CALATRAVA (Mestre da), 103.
- ORDEM MILITAR DE CRISTO, 217-19, 225-26, 248, 266, 271, 278-80, 282 e 322.
Administrador e governador da —, 262. Cavaleiro da —, 225-26. Comendador da —, 96. Governador da —, 208-219, 277 e 282. Mestre da —, 282. Regedor da —, 216-17. Regedor e governador da —, 274.
- ORDEM MILITAR DE SANTIAGO, 95 e 144. Mestrado da —, 146 e 169. Mestre da —, 137, 255 e 257.
- ORDEM MILITAR DO HOSPITAL DE S. JOAO DE JERUSALEM, 73, 105, 182 e 321-30. Comendador da —, 73. Prior da —, 300. Prior da — em Castela e Leão, 258.
- ORDEM DE SANTO AGOSTINHO (Cónegos regnantes da), 248-52.
- ORDEM DE S. DOMINGOS (Provincial da), 264.
- ORDEM DE S. FRANCISCO, 283 e 356.
- ORGA (Fr. Diogo Gil de), comendador de Ervões, 101.
- ORIENTE, 288. Guerra no —, 131.
- ORTIGUEIRA, em Silves, freguesia de Silgueiros, 238.
- ORTIGUEIRA (Rodrigo Esteves da), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 123.
- OTMEN ABEN EL CABILU, mouro, senhor de terras em Sírta, 73-74.
- OURÉM, 349.
- OURÉM (Conde de), 285, 347-48 e 353.
- PACES (António de), banqueiro, 169.
- PACHECO (Duarte). V. — PEREIRA (Duarte Pacheco).
- PACHECO (Gonçalo), tesoureiro das coisas de Ceuta, 215.
- PACHECO (D. João), marquês de Vilhena, 49-50 e 103.
- PAI, referido a Deus, 257 e 277. V. — SANTA TRINDADE.
- PAIS (Fernão), escudeiro do comendador-mor da Ordem de Avis, 139-40.
- PAIS (Gomes), cónego da sé de Lisboa, 323.
- PAIS (Vasco), proprietário em Silves, freguesia de Silgueiros, 238-39.
- PAIVA (João Soares de), cavaleiro do infante D. Pedro, 348.
- PALASTRELO. V. — PERESTRELO.
- PALENÇIA (Bispo de), 254 e 256.
- PALENÇO (Alvaro Fernandes), 30-31 e 33-34.
- PALESTRELA (Iseu), filha de Bartolomeu Perestrelo, mulher de Pedro Correia, 209.
- PALHAIS, 154.
- PALMA (Ilha da), 12, 22-24, 27, 41, 45, 47, 150-52, e 227. V. — MADALENA (Ilha de), e GOREE (Ilha de).
- PARADA (João de), proprietário em Silves, freguesia de Silgueiros, 239.
- PARIS. Códice de —, 12. Manuscrito de —, 42, 141, 147, 226-27, 288 e 300.
- PASCOA, 239, 261, 268-69 e 274. — da Ressurreição, 269.
- PEDERNEIRA, 67.
- PEDRA, em Silves, freguesia de Silgueiros, 238.
- PEDRO (Infante D.) de Portugal, filho de el-rei D. João I e regente do reino, 39, 44, 48, 50-54, 57-61, 64-69, 72, 75-77, 79-80, 85-92, 98-99, 104, 108-115, 117-21, 123-34, 138-39, 146, 149, 152, 165-69, 171-74, 179-80, 184, 186, 188, 190-91, 194, 202-04, 206, 212-15, 219, 221, 235, 243-45, 248, 255, 276, 278, 285-86, 289-91, 294-95, 302, 308-09, 315, 326, 335, 337-39, 341, 343-45, 351-53 e 355.
- PEDRO (D.), filho do regente D. Pedro, condestável de Portugal, 285-86, 344 e 354.

- PENAFIEL (Senhor de), D. Afonso, 99.
 PENAMACOR, 165. Coudel em —, 168.
 PENELA, 355.
 PERAZA (Fernán de), cavaleiro sevilhano, 233.
 PERDIGAO (D. Vasco), bispo de Evora, 255 e 257.
 PEREIRA, 355.
 PEREIRA (Duarte Pacheco), 17, 148, 158 e 222.
 PEREIRA (Esteves), 12 e 38.
 PEREIRA (Fernão), fidalgo da casa do duque de Bragança, 101.
 PEREIRA (Gonçalo), do conselho de el-rei, 201 e 206.
 PEREIRA (Henrique), guarda de el-rei D. Afonso V, 201 e 206.
 PEREIRA (Martim), moço da câmara do infante D. Henrique, 34 e 36.
 PEREIRA (Mestre Vasco), clérigo bracarense e notário apostólico, 175 e 180-81.
 PERES (Afonso), clérigo da diocese de Lisboa, 211.
 PERES (Damião), 24, 142, 148, 208 e 235.
 PERESTRELA (Iseu). V. — PALESTRELA.
 PERESTRELO (Bartolomeu), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, 208-09.
 PERESTRELO II (Bartolomeu), filho de Bartolomeu Perestrelo e de Isabel Moniz, 208-09.
 PERESTRELO (Rafael), vigário geral, 210.
 PERESTRELOS (Família dos), 209.
 PEREZ EMBID (Florentino), 24 e 233-34.
 PEREZ SARMIENTO (Diego), conde de Santa Marta e adiantado-mor do reino de Galiza, 257.
 PEREZ DE VIVEIRO (Afonso), contador-mor de el-rei D. João II de Castela, 137.
 PERNA (Afonso da), mordomo de Pombal, 266-67.
 PERPINHAO, 331-35.
 PERCSA (Frei Angelo de), vigário geral da Observância, 356.
 PIANA (Celestino), 356 e 358.
 PICANÇO (O), de Lagos, 5-6.
 PICANÇO, nome da caravela de que era mestre Martim Alvares, 6 e 22.
 PICANÇO (João Gonçalves), escudeiro, morador em Leiria, 6.
 PICANÇO (Vicente Lourenço), teve a portagem de Amarante, doada por el-rei D. João I, 6.
 PICO (Maria Alexandra Tavares Carbonell), 156.
 PINA (Rui de), 25, 29, 84, 101, 103, 109, 192, 204, 235, 243, 255, 289, 338, 345 e 351-54.
 PINHEL, 255.
 PIO II (Papa), 282.
 PIRES (Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Montemor o Velho, 111.
 PIRES (Afonso), clérigo da diocese de Lisboa. V. — PERES (Afonso).
 PIRES (Afonso), porteiro da sé de Viseu, 261.
 PIRES (Aires), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Castro Marim, 104.
 PIRES (Alvaro), bacharel em Leis, filho de Pedro Esteves da Mão Inçada, 63.
 PIRES (Alvaro), criado de el-rei D. Duarte, 253-54.
 PIRES (Fernão), juiz das sisas da vila de Penamacor, 165.
 PIRES (Gomes), capitão de caravela, patrão de el-rei, 4-5, 11-14, 155-61, 163-64, 221-22 e 224.
 PIRES (Gonçalo), marido de Maria Anes, 184.
 PIRES (João), chantre da sé de Viseu, 237.

- PIRES (João), morador na Golpelheira, termo de Pombal, 264-65.
 PIRES (João), homem braseiro, 314.
 PIRES (Lopo), morador em Pombal, 240-41.
 PIRES (Luís), capelão-mor de el-rei D. Afonso V, 201 e 300.
 PIRES (Martim), morador em Silveiras, freguesia de Silgueiros, 237.
 PISTE, capitão da Gomeira, 24-25 e 28.
 POLONIA (Reino da), 181.
 POMBAL, 66-67, 75-76, 240-41, 262-63 e 265-67. Igreja de S. Martinho em —, 267.
 PONTA DE SANTA ANA, na ilha de Arguim, 30-31.
 PONTA DE TIRA, 38.
 PONTE (Fr. António da), franciscano, 233.
 PONTE DE LIMA, 348.
 PONTIFICIO ATENEIO ANTONIANO DE ROMA (Faculdade de Direito do), 299 e 356.
 PORTA DE ALFAMA, em Lisboa, 313.
 PORTA DO MURO, em Lisboa, entre os mosteiros de S. Vicente de Fora e o de S. Agostinho, 313-14.
 PORTALEGRE (Escrivão do Almojarifado de), 153.
 PORTIMAO, 165.
 PORTO, 54, 115, 303-04, 306, 311, 318, 348, 350, 352 e 354. Bispo do —, 181 e 300. Câmara Municipal do —, 302, 304-05, 311-12 e 316. Gabinete Histórico da Cidade do —, 302. Representação da cidade do — às cortes de Lisboa de 1446, 115.
 PORTO (Rodrigo Anes do), tabelião de el-rei na cidade de Viseu, 237. V. — ANES (Rodrigo).
 PORTO DA CALDEIRA, na entrada do estero do Rio do Ouro, 156-57 e 224.
 PORTO DE MOS, 349.
 PORTO SANTO, 208-09 e 278-79. Capitania da ilha do —, 208.
 PORTOCARREIRO (Diogo Vasques), 45-46.
 PORTOCARREIRO (Gil Vasques), irmão de Diogo Vasques e Lopo Vasques Portocarreiro, 46.
 PORTOCARREIRO (Lopo Vasques), irmão de Diogo Vasques e de Gil Vasques Portocarreiro, 46.
 PORTUGAL, 1, 4, 13, 18, 23-24, 27, 49-50, 56, 68, 70-84, 88, 90, 93-97, 99, 102-03, 105-08, 117, 124, 132, 135, 141, 144-46, 150, 160, 170, 172, 176, 179-80, 186, 191, 204, 211-14, 226, 230, 233, 254-55, 278, 282-83, 285, 288, 291, 293, 298-99, 319, 335, 337, 343-44, 354 e 356-57. Condestável de —, 192, 204 e 285-86. Corte de —, 131. Expedição de — às Canárias, 24. Igreja de —, 185. Infanta de —, 185. Rainha de —, 79, 81-82, 84, 93-97, 102-03, 105, 107-08, 124, 213-14, 272, 331-32 e 337. Regente do reino de —, 68-69, 255 e 290-91. Rei de —, 23, 68-70, 73, 113, 117, 120, 124, 132-33, 171-73, 184-85, 189, 192, 207, 221, 225, 233, 243, 284-85, 289-90, 300, 316, 319, 322, 327, 331-332, 336, 339 e 344. Reino de —, 176, 179, 182 e 327.
 PORTUGALENSE (Vasco). V. — LUCENA (Vasco Fernandes de).
 POVOLIDE (Álvaro Gil de), 240.
 PRADO (Fr. André do), franciscano, professor de Teologia das Universidades de Bolonha e da cúria pontifícia, 300 e 356-58.
 PRAGA, 299.
 PRESTE JOAO DAS INDIAS, 258-59.
 PROENÇA, 168.
 PSYLES, antigo povo da Líbia, 26.

- PUÇOS (Comendador de), 248.
 PUERTO DE LA CALDERA. V. — PORTO DA CALDEIRA.
 PUJADES (Guilherme), tesoureiro do reino de Aragão, 174.
 PUJADES (Mateus), tesoureiro-geral de Aragão, 56 e 174.
 PUJADES (Tomás), 56.
 PURIFICAÇÃO (Fr. António da), cronista dos Eremitas de S. Agostinho, 280.
 QUIMBRES, termo de Coimbra, 271.
 QUIROGA (Fr. Gonçalo de), prior da Ordem de S. João em Castela, 257.
 RAFAEL (Frei), capelão, prior da Catalunha, 260.
 RAMALHO (João Lourenço), besteiro da câmara do infante D. Henrique, morador na vila de Alcáçovas, 215-16.
 RAMOS (Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Braga, 115.
 RASTEIRO (Vasco Gonçalves), criado de Diogo Gil, prior da capela do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 270.
 RAU (Virgínia), 164.
 REAL (Conde del), D. Iñigo López de Mendoza, 257.
 REBELO (Jacinto Ignácio de Brito), 65.
 REDINHA. Escrivão da —, 153. Escrivão da coudelaria da —, 153.
 REGO (Gonçalo Gil do), 240.
 REI AFRICANO, cognome de D. Afonso V, 95.
 REIS (Fr. Daniel dos), 292.
 REPÚBLICA FLORENTINA (Chanceler da), 298.
 RESTELO, em Belém, Lisboa, 282.
 RIAÇA (Fernando de), 344.
 RIBEIRA, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 239.
 RIBEIRO, casal em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
 RIBEIRO (Estêvão), proprietário em Silvares, freguesia de Silgueiros, 239.
 RIBEIRO (Mário de Sampaio), 280 e 282.
 RICARD (Robert), 39 e 229.
 RIEDERER (Dr. Ulderico), embaixador de Frederico, rei dos romanos, a Portugal, 331, 333 e 335.
 RIETE (Tomás de), 299.
 RIO BANJALA, 142.
 RIO DOS BARBACINS, 142.
 RIO CABITE, 148.
 RIO DE CABITOS, 148.
 RIO CACHEU, 149.
 RIO CASAMANSA, 149.
 RIO DANUBIO, 181.
 RIO FOREKARIA, 148.
 RIO GAMBIA, 153. V. — GAMBIA.
 RIO GEBÁ, 142.
 RIO GRANDE, 142 e 145.
 RIO GUADIANA, 217-18.
 RIO JINNAK, 142.
 RIO JUMBAS, 142 e 227-228.
 RIO DE LACO. V. — RIO DE LAGO.
 RIO DE LAGO, 142.
 RIO DE LAGOS, 152. Azenhas henriquinas de S. Pedro, no —, 152.
 RIO NILO, 5, 7-8, 13, 30, 40, 141 e 288. Praia do —, 14.

- RIO NUNO, na Guiné ex-francesa, 142.
 RIO DO OURO, 11, 13, 155-57, 160, 162-64, 221-22 e 224-25.
 RIO SALOM, 142.
 RIO DE S. JOAO, 95.
 RIO SENEGAL, 11, 39, 140-41 e 288. Foz do —, 6-7.
 RIO DE TABITE, 148.
 ROCHAS (Conde das), 259.
 ROCHETA CIVITELA, 75.
 RODES, 73. Arcebispo de —, 260. Convento de —, da Ordem Militar do Hospital, 322 e 328-29. Mestre de —, 73-74 e 260. Senescal de —, 260.
 RODRIGO (Frel), esmolador de el-rei D. Afonso V, 167.
 RODRIGO (Mestre), cirurgião do infante D. Henrique e rendeiro das sisas em Leiria, 91.
 RODRIGUES (Alvaro), juiz de Ceuta, 66.
 RODRIGUES (José Maria), 280.
 RODRIGUES (Duarte), recebedor da chancelaria régia, 91.
 RODRIGUES (Gil), escrivão, 55, 85 e 87.
 RODRIGUES (Gil), porteiro do coro da sé de Viseu, 237.
 RODRIGUES (José Maria), 277 e 280-81.
 RODRIGUES (Dr. Vasco). V. — LISBOA (Vasco Rodrigues de).
 ROMA, 90, 169-70, 179, 183, 185, 189-90, 207, 211, 213, 251-52, 256, 284, 292, 294, 297-300, 304, 326, 331 e 338. Faculdade de Direito do Pontifício Ateneo Antoniano de —, 299 e 356. Igreja de —, 136. Santa Igreja de —, 192, 243 e 257. Santa Madre Igreja de —, 191.
 ROTH, O. F. M., (Bartholomaeus), 358.
 ROSA OLIVERA (Leopoldo de la), 234.
 RUA NOVA, em Lisboa, 208 e 252-53.
 RUA DA REGUEIRA, em Viseu, 260-61.
 RUMEU DE ARMAS (António), 157 e 222.
 SÁ (Artur Moreira de), 277, 294, 339 e 345.
 SAARA. V. — ZAARA.
 SABAÓRIAS. Da ilha da Madeira, 273; — do infante D. Henrique, 164.
 SABÓIA (Amadeu de), antipapa Félix V. 299.
 SABUGAL (Couto do), 86.
 SACRO ROMANO IMPÉRIO, 131 e 133.
 SAGONA, 170.
 SAL, 164.
 SALA (João), criado do regente D. Pedro, 290-91.
 SALAMANCA (Igreja de), 258.
 SALUTATI (Coluccio), chanceler, 298.
 SALVADOR (Mosteiro do), em Lisboa, 277 e 281.
 SALZBURGO (Diocese de), 133.
 SAMPAIO, Silveiras, freguesia de Silgueiros, 238.
 SANCHEZ DE VALHADOLIDE (Garcia), procurador de el-rei D. João II de Castela no seu casamento com a infanta D. Isabel de Portugal, 135-36, 191, 199-200, 255 e 258.
 SANCHO (Conde D.), 349.
 SANLÓCAR DE BARRAMEDA, na Andaluzia, 282-83.
 SANTA CRUZ. Abade de —, 88. Mosteiro de —, em Coimbra, 280.
 SANTA CRUZ, Silveiras, freguesia de Silgueiros, 239.
 SANTA CRUZ DE COIMBRA (Mosteiro de), 248-52 e 280.

- SANTA MARIA, 265, 267 e 280.
 SANTA MARIA DA BATALHA (Mosteiro de), 263. V. — BATALHA (Mosteiro da).
 SANTA MARIA DE BELÉM (Igreja de), fundada pelo infante D. Henrique, 282.
 SANTA MARIA DA GRAÇA (Igreja de), em Lisboa, 277 e 280.
 SANTA MARIA DE MARÇO, 277 e 280.
 SANTA MARIA DE SA (Igreja de), da diocese de Tui, 185.
 SANTA MARIA DA VITORIA (Mosteiro de). Prior de —, 265. V. — BATALHA (Mosteiro da).
 SANTA MARINHA, 280.
 SANTA MARINHA (Igreja de), em Lisboa, 210.
 SANTA MARTA (Conde de), Diego Pérez Sarmiento, 257.
 SANTA OVAIA DE TRUICE (Igreja de), na diocese de Tui, 185.
 SANTA POTENCIANA, 326, 331 e 338.
 SANTA TRINDADE, 49, 103, 192, 277 e 332.
 SANTAREM, 85, 87, 104, 111, 124-30, 133, 135, 139-40, 165-68, 202-03, 243, 287, 297, 303-07, 342, 347, 349 e 356-57. Celeiro do pão de —, 342. Contador régio do almoxarifado de —, 45-46. Cortes de —, de 1451 —, 221.
 SANTAREM (João de), escrivão, 60.
 SANTAREM (Visconde de), 38 e 231.
 SANTIAGO, 18 e 160.
 SANTILLANA (Marquês de), D. Inigo López de Mendoza, 257.
 SANTO AGOSTINHO (Mosteiro de), dos Eremitas Calçados, em Lisboa, 280 e 313-14.
 SANTO ANDRE, 280.
 SANTO ANDRE (Lugar de), em Lisboa, 270.
 SANTO ANGELO (Cardeal de), 181.
 SANTO DOMINGO EL REAL (Mosteiro de), de Toledo, 78-79 e 81-82. Prioraesa de —, 81 e 83.
 SANTO ESTEVAO (Conde de), D. Alvaro de Luna, 257.
 SANTO ESTEVAO (Igreja de), 270.
 SANTOS, S. J. (Domingos Maurício Gomes dos), V. — MAURÍCIO (Domingos).
 S. BARTOLOMEU (Igreja de), em Lisboa, 62.
 S. FRANCISCO (Hábito de), 234.
 S. FRANCISCO DO FUNCHAL (Convento de), 233-34.
 S. FRANCISCO DE LISBOA (Convento de), 278.
 S. JOAO da Ordem de Malta (Prior de), 139-40.
 S. JOAO BAPTISTA, 239 e 261.
 S. JOAO DO CRATO (Priorado de), 321.
 S. JOAO DA PESQUEIRA, 50.
 S. JORGE, 18.
 S. JORGE, navio henriquino, 225.
 S. LÓCAR DE ALCOUTIM, 217.
 S. MARTINHO (Igreja de), em Pombal, 267.
 S. MATEUS, 262 e 265.
 S. MIGUEL (Albergaria de), em Viseu, 261.
 S. MIGUEL (Arcanjo), 235.
 S. MIGUEL (Igreja de), na ilha de S. Miguel, 234.
 S. MIGUEL (Ilha de), Açores, 233-35 e 273-74.
 SAO PAYO (Marquês de), 12.
 S. PAULO, 90.
 S. PEDRO, 90, 179, 183, 185, 189-90, 207, 211, 251-52, 284, 292 e 294.
 S. PEDRO (Azenhas de), henriquinas, no rio de Lagos, 151.

- S. PEDRO DE FOLQUES (Mosteiro de), 248-52.
 S. SALVADOR DE DORNELAS, freguesia do concelho de Amares, Braga, 45.
 S. SALVADOR DA TORRE (Mosteiro de), 151.
 S. VICENTE DE FORA (Mosteiro de), em Lisboa, 210, 248-52, 268 e 312-14.
 SAPATA (Sancho), 81.
 SARZANA (Perentucelli Tomás de), cardeal, depois papa com o nome de Nicolau V, 298.
 SARZEDAS, 114-15 e 168.
 SATAM, guinéu, 228.
 SBARALEA (Jacinto), 358.
 SEGURA. Coudel em —, 168.
 SEIA, 220. Juiz e contador em terra de —, 219.
 SELLENT (Bartolomeu), aragonês, 56, 80-84, 88, 107-08, 291 e 332-35.
 SENA, 211.
 SENEGAL. V. — RIO SENEGAL.
 SENHOR, referido a Jesus Cristo, 66, 68, 72, 76, 81, 87, 105, 133, 173, 175-76, 181, 213, 250, 252, 283, 306, 310 e 333-34. Encarnação do —, 90 e 338. Eterno —, 38. Nosso —, 94, 277, 289 e 343.
 SEQUEIRA (Afonso Gonçalves), residente em Nisa, 124.
 SERPA, 218 e 354. Juiz de —, 153.
 SERPENTES (Ilha das), 12.
 SERRA (Afonso), lavrador em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238-39.
 SERRA LEOA, 148.
 SERRA DA PESCARIA, termo da Pederneira, 67.
 SERRA RAFOLS (Elias), 24, 234 e 273.
 SEVILHA (Rei de), 135.
 SHEPHERD (Guilherme), 299.
 SICILIA, 95 e 173. Rainha da —, 49-50, 79, 81-84, 88, 107 e 272.
 SICILIAS. Rainha das duas —, 103. Rei das duas —, 212.
 SICULO (Diodoro), 299.
 SIGISMUNDO (Imperador), 68-69, 71 e 131-33.
 SILGUEIROS, termo da cidade de Viseu, 236-37.
 SILVA (Augusto Vieira da), 281.
 SILVA PASSARANI, na provincia de Campânia, Itália, 213.
 SILVA (Aires Gomes da), regedor da comarca do Porto, 351.
 SILVARES, freguesia de Silgueiros, termo da cidade de Viseu, 236-37.
 SILVEIRA (Diogo da), escrivão da puridade de el-rei D. Afonso V, 353.
 SILVEIRA (Gonçalo da), 138.
 SILVEIRA (Dr. João Fernandes da), 300.
 SILVEIRA (Nuno Martins da), 352.
 SILVES, 118, 121 e 152. Bispo de —, 152. Mestre-escola da sé de —, 120.
 SIMÕES (Gulomar), mulher de Fernão Vilarinho, 151.
 SINAI (Monte), 258-59.
 SINES, 146.
 SINTRA, 170, 245 e 254.
 SIRIA, 73.
 SOARES (Torquato de Sousa), 289.
 SOBREIRA FORMOSA, 168.
 SOLEDADE (Fr. Fernando da), cronista franciscano, 292.
 SORIA, cidade de Espanha, 193-96 e 205.
 SOSA (Escrivão das sisas de), 153.

- SOURE, 130, 262, 266 e 271.
 SOUSA (António Caetano de), 89, 99, 101, 109, 135, 186, 191, 243, 339 e 345.
 SOUSA (Cide de), escudeiro português, navegador, familiar e doméstico servidor da rainha D. Leonor de Portugal, 94-97.
 SOUSA (Gonçalo de), comendador da Ordem de Cristo, irmão de Cide de Sousa, 95.
 SOUSA (Fr. Luis de), 281.
 SOUSA (Rui de), primo de Cide de Sousa, 95.
 SOURE, 67-68 e 343.
 SOUTO DE EL-REI, no termo de Pombal, 240-41.
 SOTOMAYOR (D. Góterre de), mestre da Ordem da Cavalaria de Alcântara, 257.
 SUAREZ FERNANDEZ (Luís), 89 e 255.
 SUECIA, 227 Rei da —, 225.
 SUPICO (Rodrigo Anes), escrivão, 128.
 SUS, no Marrocos, 222.
 TANGER, 25, 86, 123, 153, 214-15 e 352. Armada de —, 214.
 TARAZONA (Diogo de), servidor da rainha D. Leonor de Portugal e depois do infante D. Henrique de Aragão, 102-03.
 TAVIRA, 5-6, 23, 45, 47 e 220-21. Caravela de —, 22.
 TEIXEIRA, 280-81.
 TEIXEIRA (Luís), 148.
 TEIXEIRA (Pero), vedor do duque de Bragança, 101.
 TEIXEIRA (Tristão), 208-09.
 TELES (João), cavaleiro, 132.
 TENERIFE (Ilha de), Canárias, 24 e 233.
 TENREIRO (João Afonso), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em Feigar, termo da Torre de Moncorvo, 61.
 TENTUGAL, 355.
 TEOLOGIA, 277-79 e 281.
 TERRANUOVA, perto de Arezzo, Itália, 297-98.
 TERUEL, 55-56.
 TIBURE, 259.
 TIDER (Ilha de), 1-3, 14-15, 17 e 20-21.
 TIDRE, na ilha de Tider, 1-2 e 20-21.
 TINOCO (Aires), escrivão e moço da câmara do infante D. Henrique, natural de Olivença, 141 e 143-45.
 TINTURARIA DE PASTEL, 65.
 TIRA, 1-2 e 38. Cabo de —, 38. Ponta de —, 14-16.
 TOJAL, 121.
 TOJAL, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
 TOJOSA (Reguengo da), no termo de Santarém, 342.
 TOLEDO, 56, 79-83 e 245. Alcaide-mor de —, 81-83. Mosteiro de Santo Domingo el Real de —, 78-79. Rei de —, 135.
 TOMAR, 59-60, 127-29, 271 e 349. Almoxarife em —, 226. Convento de Cristo de —, 282 e 322. Termo de —, 128.
 TONELLI (Thomas), 297 e 299-300.
 TORO (Vila de), em Espanha, 198.
 TORRE DE MONCORVO, 61.
 TORRES NOVAS, 100-01, 245 e 348-49. Cortes de —, de 1438 —, 100-01.
 TORRES VEDRAS, 45, 92, 245 e 331.
 TOVAR (Conde de), 72 e 352.
 TRAS OS MATOS, no termo de Pombal, 264 e 267.

- TRAS OS MONTES (Comarca de), 319-20. Correlção de, 85.
 TRAPEZUNZIO (Jorge), 299.
 TRAVAÇOS (Rodrigo Eanes de), capitão de caravela, escudeiro do regente D. Pedro, 4-5, 11, 19, 33-35 e 38.
 TRAVERSARI (Ambrósio), 298.
 TRAVESSAS, em Silvares, freguesia de Silgueiros, 238.
 TREVISO, 68-70. Marca de —, 68-70, 72 e 131-33. Cidade de —, 70-71.
 TRIGO (António Baptista Moraes), 142.
 TRIMEGISTO (Hermes), 39. V. — HERMES.
 TRISTÃO (Álvaro), 143. V. — COSTA (Álvaro da).
 TRISTÃO (Nuno), nobre cavaleiro, criado de pequeno na câmara do infante D. Henrique, 140-43, 145, 148 e 150-51.
 TUI, 151. Diocese de —, 169 e 185.
 TOURS (Diocese de), em França, 185, 324 e 327.
 UNIVERSIDADE, 277-81. Estatutos da —, 280-81. — de Coimbra, 39 e 280. — da Cúria Pontifícia, 300. — de Lisboa, 278.
 URGEL (D. Isabel de), duquesa de Coimbra, mulher do infante D. Pedro, 275. V. — ISABEL (D.), mulher do infante D. Pedro.
 USODIMARE (Antoniotto), 231.
 VALARTE, estrangeiro, 225-27 e 230-31.
 VALENTE (Afonso), escudeiro, juiz na vila de Pombal, 263-65.
 VALLA (Lourenço), 299.
 VALLART. V. — VALARTE.
 VALENCIA, 56, 78-79, 81-84, 88, 94, 96-97, 103, 105, 107-08 e 344.
 VARELA, na Guiné Portuguesa, 149.
 VARZEAS, termo de Leiria, 114.
 VASCONCELOS (Bastão de), 145.
 VASQUES (Afonso), escrivão, 66, 135, 171, 190 e 215.
 VASQUES (Afonso), tabelião nas Sarzedas, 114-15.
 VASQUES (Brás), morador no Madelheiro, termo de Lisboa, 270.
 VASQUES (Fernão), tabelião em Pombal pelo infante D. Henrique, 240-41, 263 e 267.
 VASQUES (Gil), residente em Lagos, criado do infante D. Henrique, 120-21.
 VASQUES (Gonçalo), cônego do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 268.
 VASQUES (João), sapateiro em Viseu, 261.
 VASQUES (João), morador na Charneca, termo da cidade de Lisboa, 315.
 VASQUES (João), almoxarife do celeiro do pão em Santarém, 342.
 VASQUES (Lopo), 313.
 VASQUES (Lourenço), de Évora, professor de Teologia, 300.
 VASQUES (Maria), mulher de João Esteves, besteiro, 313.
 VAZ (Afonso), escrivão, 139.
 VAZ (Estêvão), escrivão, 130.
 VEGECIO, 151.
 VEIGA (João da), besteiro da câmara do infante D. Henrique, residente em S. João da Pesqueira, 50.
 VELHO (Fr. Afonso), dominicano, 277.
 VENEZA, 68, 70 e 132. Cardeal de —, 181. Conselho da República de —, 69. Ducados de —, 169. Doge de —, 68, 72, 131 e 133. República de —, 70, 72 e 131. Senhoria de —, 69.
 VERA (Garcia de), 93.
 VERBA (Fr. João), dominicano, 39 e 365.
 VERONESE (Guarino), 298.
 VICENTE (Afonso), cônego da sé de Viseu e bacharel em Decretos, 236.

- VICENTE (Martim), capitão de caravela, piloto, 2, 4 e 20.
 VICENTE (Nuno), vassalo de el-rei e escudeiro do infante D. Henrique, residente em Montemor o Novo, 92.
 VICENTE (Vasco), cônego do mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, 268.
 VICENTE (Vasco), escolar, 270.
 VICH, 94-95 e 105. Cônego da sé de —, 94-95, 97 e 105.
 VIEIRA (Alvaro), escrivão das alças de Lagos, 134.
 VIENA (Concílio de), 182-83.
 VILA FRANCA DO CAMPO, na ilha de S. Miguel, 234 e 274.
 VILA FRANCA DE XIRA, 282.
 VILA DO INFANTE, 210.
 VILA NOVA. Arcediago de —, 116.
 VILA NOVA, em Lisboa, 315.
 VILA REAL (Conde de), 60.
 VILARINHO (Fernão), capitão de caravela, 150-52.
 VILARINHO (Martim), pai de Fernão Vilarinho, frade do mosteiro de S. Salvador da Torre, 151.
 VILAS (João Fernandes), escrivão do almoxarifado de Portalegre, 153.
 VILES (João), 153. V. — VILAS (João Fernandes).
 VILES (João Fernandes), 153. V. — VILAS (João Fernandes).
 VILHENA (Branca de), mulher de Rui Vasques Coutinho, aia da rainha D. Leonor, 180.
 VILHENA (Margarida de), mulher de Martim Afonso de Melo, filha de Rui Vasques Coutinho e de D. Branca de Vilhena, 179-80.
 VILHENA (Marquês de), D. João Pacheco, 49-50 e 103.
 VIRGEM MARIA, 277, 291 e 293.
 VISEU, 119, 236 e 260. Albergaria de S. Miguel em —, 261. Arquivo distrital de —, 236 e 260. Chantre da sé de —, 237. Deão da sé de —, 185 e 207. Duque de —, 185, 189-90, 207-08, 217, 233, 249, 265, 272-74, 277, 286, 291, 293, 298, 300, 339 e 342. Rua da Regueira, em —, 260. Sé de —, 236 e 260.
 VISEU (João de), proprietário em Viseu, 261.
 VISEU (D. João de), bispo de Viseu e ex-bispo de Lamego, 323.
 VITAL (Sanco), rendeiro do almoxarifado de Castro Marim, 218.
 VITERBO (Francisco Marques de Sousa), 65 e 91.
 VIVALDI, 231.
 VIVALDO (Tropell de), mercador genovês, 169.
 VOLRESTORF (Jorge de), barão austriaco, embaixador de Frederico, rei dos romanos, a Portugal, 331 e 333-35.
 WADDINGUS (Lucas), 283 e 292.
 WOLFEL (Dominik Josef), 24.
 WOLLERT. V. — VALARTE.
 XENEFONTE, 299.
 ZAARA (Terra de) ou de Saará, 6-7 e 223.
 ZARABELLA (Francisco), jurista, cardeal de Florença, 298.
 ZAMORA (Bispo de), 325 e 330.
 ZAMORA (João de), 185, 189, 207 e 211.
 ZARCO (João Gonçalves), cavaleiro da casa do infante D. Henrique, capitão da ilha da Madeira, 12, 39-40, 43, 146-47, 150, 152, 206 e 241-43.
 ZARGO (João Gonçalves). V. — ZARCO (João Gonçalves).
 ZURARA (Gomes Eanes de), 1-3, 5, 7, 11, 14-15, 17, 19-23, 25-27, 29-30, 34-40, 43-45, 86, 141-42, 145-46, 148, 151, 154, 156-57, 160, 162-63, 206, 222, 225-28, 231, 235, 258, 282 e 288.

ÍNDICE DAS ESTAMPAS

Est. I. — Vista da cidade de Lisboa no século XVI (Iluminura da *Crónica de D. Afonso Henriques* do Museu Castro Guimarães — Cascais), pp. VIII-IX.

Est. II. — Cartas do infante D. Pedro a Francisco Foscari, doge de Veneza, de 1445 e 1446 (Docs. 44 e 109), pp. 80-81 e 144-45.

Est. III. — Última página, assinada, de sentença do infante D. Henrique, de 1447 (Doc. 149), pp. 224-25.

Est. IV. — Carta com assinatura autógrafa de João Gonçalves Zarco, de 1447 (Doc. 158), pp. 240-41.

Est. V. — Carta do infante D. Henrique à Câmara de Coimbra, de 1447 (Doc. 172), pp. 272-73.

Est. VI. — Carta do infante D. Henrique à Universidade de Lisboa, de 1448 (Doc. 176), pp. 288-89.

Est. VII. — Concórdia entre o infante D. Pedro e o duque de Bragança, de 1448 (Doc. 208), pp. 352-53.

ÍNDICE GERAL

AO LEITOR	pág.	IX
ABREVIATURAS	pág.	XXVII
DOCUMENTOS	pág.	1
BIBLIOGRAFIA MANUSCRITA	pág.	361
BIBLIOGRAFIA IMPRESSA	pág.	365
ÍNDICE CRONOLÓGICO	pág.	383
ÍNDICE ANALÍTICO	pág.	415
ÍNDICE DAS ESTAMPAS	pág.	447

ESTA OBRA FOI COMPOSTA E IMPRESSA
NAS OFICINAS GRAFICAS DA «ATLAN-
TIDA», EM COLMBRA, RUA DOS COMBA-
TENTES DA GRANDE GUERRA, 67, SOB A
DIRECÇÃO DO MESTRE-TIPOGRAFO JOSE
ABRANTES MACHADO, E ACABOU DE
SE IMPRIMIR EM 11 DE ABRIL DE 1968.
A PRIMEIRA ESTAMPA FOI EXECUTADA
PELA «LITOGRAFIA DE PORTUGAL» E
AS DEMAIS PELA «NEOGRAVURA, LIMI-
TADA», AMBAS DE LISBOA.

